


cm 1 2 3 4 5 6 7 8 SciELO 12 13 14 15 16 17 18 19


cm 1 2 3 4 5 6 7 SciELO 11 12 13 14 15 16 17 18


cm 1 2 3 4 5 6 7
SciELO
11 12 13 14 15 16

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

…AL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA



… de cultura do trigo … o clichê, o General Ana… …ta Geral do Conselho Fe… …ercio Exterior, na direção de … máquina, na colheita do trigo … …ente propriedade em S. Pau… …lisa inúmeras operações, desde … ensacamento do cereal, de … nos vamos libertando.

RIO DE JANEIRO — BRASIL

ANO LIII

JANEIRO-FEVEREIRO DE 1949

A MAIOR ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL DA AMERICA LATINA

FUNDADA EM 1881



Moinhos de Trigo — Fábrica de Massas alimentícias "Petybon" — Moinho de fuba — Fiação, tecelagem, tinturaria e cascamifício "Mariangela" — Fiação, tecelagem e estamparia "Belemzinho" — Fiação de sêda natural — Tecelagem, tinturaria e estamparia de sêdas — Manufatura de fios de seda crepe e fantasia — Fábrica de fios "Rayon" — Fábrica de esponjas artificiais "Espuma" — Fábrica de celulose — Fábrica de papel e papelão — Fábrica de papel transparente "Celosul" — Fábrica de sulfureto de carbono — Fábrica de ácidos — Fábrica de desinfetantes — Moinho de soda caustica — Descaroçadores de algodão — Reprensagem e armazenamento de algodão — Fábricas de óleo de caroço de algodão "Sol Levante" — Refinação e hidrogenação de óleos vegetais — Fábricas de sabões e saponáceos — Fábrica de velas — Fábrica de sabonetes, perfumes e artigos para toucador — Frigoríficos — Refinação de banha — Refinações de açúcar — Distilaria de álcool — Engenhos de arroz — Fecularia e fábrica de amido — Moinhos e refinação de sal — Extração de cafeina — Extração de mentol — Extração de essências — Extração de caolin — Extração de quartzo — Fábricas de Louças, azulejos e artigos sanitários — Fábrica de cal — Fábrica de pregos — Fábrica de giz — Serraria e caixotaria — Oficina mecanica e fundição.

POTENCIALIDADE:

Área ocupada pelas fábricas	2.000.000 mts²
Operários	25.000
Funcionários	2.200
Técnicos	600
Material Ferroviário	10 locomotivas e 228 vagões
Fôrça motriz	51.500 H.P.
Consumo mensal de energia	10.000.000 Kw. H.
Superficie das caldeiras instaladas	18.000 mts²
Matérias primas e mercadorias transportadas anualmente em caminhões próprios	350.000.000 Kgs.

FILIAIS OU AGÊNCIAS:

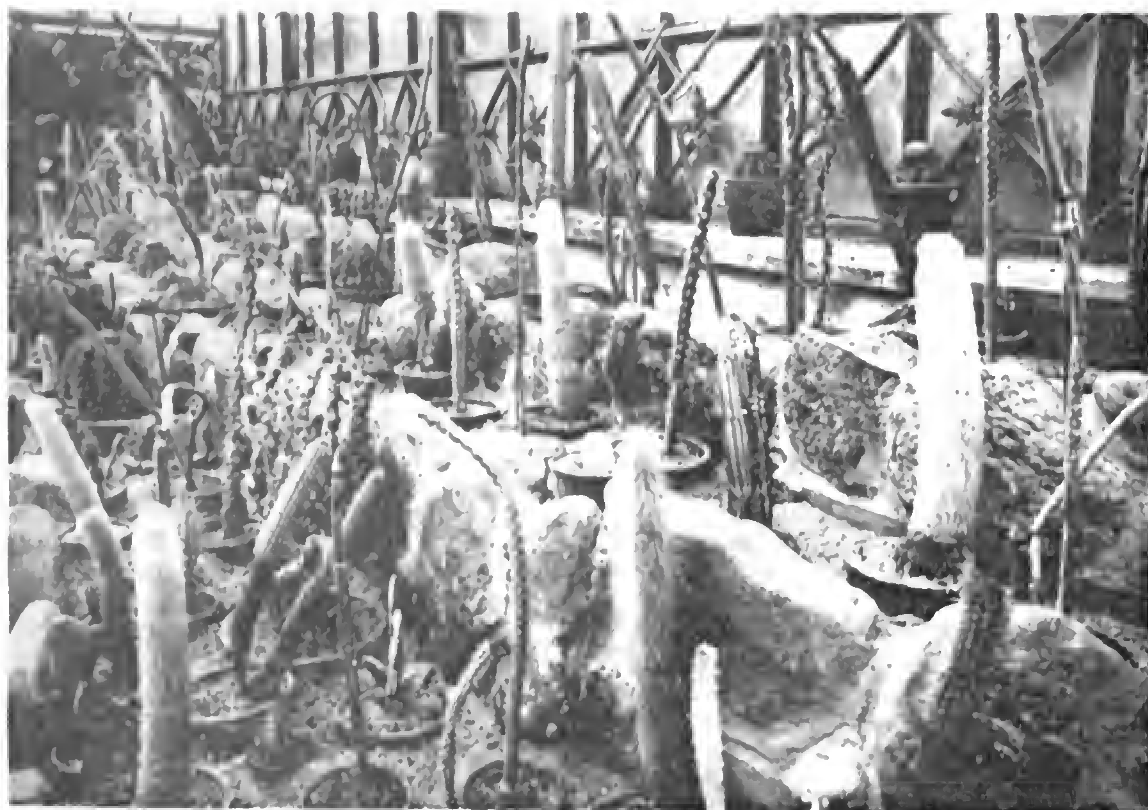
No Brasil: em tôdas as principais cidades. — No estrangeiro: em New York, nas Capitais sul-americanas e nas principais cidades da Europa.

AGENTE GERAL DE:

S/A Indústrias Matarazzo do Paraná * Sociedade Paulista de Navegação Matarazzo Ltda. * Fazenda Amalia — Conde Francisco Matarazzo * Armazéns Gerais Matarazzo * S/A Indústria de Sêda Nacional * S/A Tecelagem Brasileira de Sêda * S/A Fiação e Tecelagem Santa Celina * Indústrias Matarazzo de Energia S/A (IMÊ) * Salina São Paulo S/A.



Prédio Conde Matarazzo — Praça do Patriarca — Caixa Postal, 86 - Fone, 3-5151 - S. Paulo - Brasil



ESTUFA DE CACTUS — JARDIM BOTANICO DO RIO DE JANEIRO

SUMARIO

Sociedade Nacional de Agricultura

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897

Reconhecida de utilidade pública pela lei n.º 3.549, de 18 de Outubro de 1918

Presidente Perpétuo: Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida
Presidente Benemérito: Dr. Wenceslão Braz Pereira Gomes
Presidente de Honra: Dr. Getúlio Dornelles Vargas



DIRETORIA GERAL

Presidente — Arthur Torres Filho
1.º *Vice-Presidente* — Luiz Simões Lopes
2.º " " — Edgard Teixeira Leite
3.º " " — A. de Arruda Camara
1.º *Secretário* — F. Murtinho Braga
2.º " — Adamastor Lima
3.º " — Eurico Santos
4.º " — Cinéas de L. Guimarães
1.º *Tesoureiro* — Kurt Repsold
2.º " — Otto Frensel

DIRETORIA TÉCNICA

Altino de Azevedo Sodré
Antonio Francisco Magarinos Torres
Franklin de Almeida
Enio Luiz Leitão
Geraldo Goulart da Silveira
Iris Meinberg
João Maurício de Medeiros
Joaquim Bertino de Morais Carvalho
Luiz de Oliveira Mendes
Pedro Fontes.



CONSELHO SUPERIOR

Alberto Ravache, Alvaro Simões Lopes, Anapio Gomes, Antonio Barreto, Antonio José Alves de Souza, Apolonio Sales, Balbino de Souza Mascarenhas, Ben-Hur Ferreira Raposo, Benjamin do Monte, Carlos de Souza Duarte, Diogenes Caldas, Eduardo Duvivier, Euvaldo Lodi, Fabio Furtado Luz, Francisco Saturnino de Brito Filho, Guilherme Egberto Hermsdorff, Honório da Costa Monteiro Filho, Humberto Bruno, Ismael Cordovil, Israel Pinheiro da Silva, Itagiba Barçante, J. C. Belo Lisbôa, Jeronymo Antonio Coimbra, João Gonçalves de Souza, João Tjader, José Sampaio Fernandes, José Solano Carneiro da Cunha, Landulpho Alves de Almeida, Manoel Carlos Ferraz de Almeida, Manoel Neto Campelo Junior, Mario de Oliveira, Maria Vilhena, Napoleão de Alencastro Guimarães, Ormeu Junqueira Botelho, Oscar Daudt Filho, Paulo Parreiras Horta, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, Ruy Carneiro, Sebastião Herculano de Mattos, Sebastião Sant'Ana e Silva.

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARÁTER PERMANENTE DOS SEGUINTES ÓRGAOS:

Conselho Federal do Comércio Exterior (Presidência da República) — Dr. Arthur Torres Filho; *Comissão Permanente de Exposições e Feiras* (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; *Comissão Central de Preços* (Presidência da República) — Agricultura — Dr. Edgar Teixeira Leite; *Comissão Central de Preços* (Presidência da República) — Pecuária — Dr. Jeronimo Antonio Coimbra; *Comissão Permanente de Estradas de Rodagem* (Ministério da Viação) — Dr. Raul David de Sanson; *Comissão de Organização Rural* (Ministério da Agricultura) — Dr. Arthur Torres Filho; *Instituto Brasileiro de Educação e Cultura* (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; *Comissão de Intercâmbio Comercial com o Exterior* (Ministério da Fazenda) — Dr. Edgar Teixeira Leite; *Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio e Produção* — Dr. Edgar Teixeira Leite; *Comissão Revisora das Tarifas* (Acôrdo de Genebra), (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Antonio de Arruda Camara.

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGAM OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LIII Janeiro-Fevereiro de 1949

PLANO SALTE

ARTHUR TORRES FILHO

Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura.

Apresenta-se-nos, como imperativo do momento, realizarmos grande esfôrço em prol do planejamento da economia brasileira. A êsse respeito, já a Carta Magna do país lançou, em feliz inspiração, as bases relativas ao Nordeste, à Amazônia e ao S. Francisco, garantindo, para isso, os elementos financeiros necessários. Entretanto, êsse planejamento terá que se estender a múltiplos aspectos da vida nacional, para que possamos erguer um equipamento técnico moderno, que seja capaz de garantir o melhoramento do nivel de vida das nossas populações citadinas e rurais. A propósito, permito-me ligeira referência ao inquérito que entre nós precedeu a missão norte-americana chefiada por Morris L. Cook, em 1942. Em uma das suas passagens, diz êsse relatório, que o Brasil, como nação industrial, ainda se encontra na adolescência "devido à sua pouca produção, às dificuldades na distribuição e ao relativo isolamento em que vivem muitos núcleos de sua população, parte substancial desta sofre de doenças, é subnutrida e insuficientemente educada". Ainda salientou a referida missão, com pontos básicos, para nossa industrialização: a) dpendência da importação de petróleo; b) importação de carvão mineral; c) carência de metais especiais e equipamentos para novos empreendimentos e conservação dos existentes". Na verdade somos forçados a reconhecer: a pequena extensão de nossas estradas de ferro e de rodagem; a quantidade de energia elétrica deficiente que produzimos; o absoleto maquinário industrial utilizado em grande número de nossos estabelecimentos; carência de técnicos especializados, de capitais e de mão de obra habilitada para a indústria. Assinalou ainda a missão Cook, já em mil novecentos e quarenta e dois, que "os preços internos subiram ràpidamente devido à insuficiência de suprimentos externos, mais ainda porque o dinheiro em circulação cresceu, pois o Banco do Brasil adquiria dos exportadores as divisas, que não puderam ser em grande parte revendidas para os importadores". De mil novecentos e quarenta e dois para cá modificou-se bastante nossa situação industrial principalmente em alguns setores, como: tecidos, artefatos de borracha, ferro, maquinarias em geral, vidro, aparelhos elétricos, sanitários, tintas, vernizes, produtos farmacêuticos, apresentando aspectos de aperfeiçoamento e grande aumento no volume da produção, embora êsse surto não tivesse correspondências nas indústrias básicas, cujas iniciativas partiram mais do govêrno do que das particulares como no caso de Volta Redonda.

A falta de combustíveis, as deficiências dos transportes, a ausência ainda sensível de algumas indústrias básicas fundamentais, as dificuldades oriundas da ausência de técnicos e mão de obra especializada, constituem na atualidade embaraços sérios. E nosso surto industrial, limitado a algumas regiões do país. Se volvermos atenção para o panorama agrícola, verificaremos não ser o mesmo promissor, em muitos setores econômicos básicos, para a vida nacional. Agravou-se estagnado, nos últimos anos, em tôrno de dezenove milhões de toneladas, com circulação difícil no mercado interno. Houve, por outro lado, deslocamento acentuado das populações das zonas rurais para os centros urbanos, dada a preferência pelas indústrias extrativas de materiais estratégicos, às grandes obras públicas realizadas, ao surto das construções civis nos centros urbanos, atraindo a mão de obra, indo refletir-se na diminuição de artigos de alimentação. Assinalam nossos economistas que, apesar do aumento de meio circulante e da inflação dos preços, a renda nacional deixou de aumentar como fôrça de esperar, não tendo sido aproveitadas as divisas acumuladas no estrangeiro no equipamento da economia nacional em bens de produção. Seria preciso, dizem alguns dêsses economistas, que fôsse triplicada a renda nacional; todavia, êsse aumento só seria alcançado se com recursos técnicos e científicos pudéssemos ter estabelecido as planificações exigidas pelo aprefeiçoamento da produção nacional. Embora o fenômeno não seja peculiar ao Brasil, temos hoje acentuada rutura de equilíbrio entre a produção agrícola e a industrial, perturbando a vida das populações urbanas. A questão agrária, já de si *complexa, coloca-se hoje diante de nós como oriiunária da nossa própria tranquilidade social. Sintetizando diríamos: carecemos de um programa de conjunto para a organização econômica, financeira e monetária do país, organização que seja capaz de garantir padrão de vida mínimo satisfatório para o povo. Sofremos, em grande parte, prejuízo resultante do empirismo com que exploramos as riquezas naturais. Na ordem interna, a crise alimentícia é a que está a exigir maiores cuidados. É problema, cuja solução, como se lê das resoluções da F. A. O. (Food and Agriculture Organization), não requererá semanas ou meses, mais sim anos. No que tange ao comércio exterior, representa verdadeiro conflito de interêsses na conquista de mercados, exigindo, antes de tudo,* organização interna *segura, no campo das economias nacionais. As crises econômicas podem ser cíclicas, crônicas ou estruturais, daí tornarem-se necessários órgãos especializados incumbidos de prevê-las e estudá-las para adoção de medidas oportunas. Algumas das vantagens que tenhamos conquistado na emergência da guerra estarão ameaçadas como já vem acontecendo a cada passo pelos reajustamentos dos mercados internacionais e, sobretudo, pela normalização das produções de origem colonial. Atravessamos fase perigosa de readaptação; de um lado, carecemos fortalecer nossas situações financeiras; de outro, precisamos acautelar nossa economia para os períodos de depressão, que se seguem geralmente aos de prosperidade. Do equipamento do mercado interno dependerá, entretanto, a expansão comercial do país.*

A questão magna, por excelência, no momento, de que depende a ordem interna e a garantia da nossa própria soberania reside na estruturação econômica. *Essa* estruturação *para que se realise, está a exigir atenções especiais, no que toca às produções* industrial, agrícola e extrativa, *evitando que se processe tropegamente nossa evolução, com reflexos graves na ordem social, em consequência de desequilíbrio na produção, nos salários, nos impostos, nos lucros, com prejuízos graves para a coletividade. Reconhece-se que o Estado tem o*

dever de intervir, formulando programas de sistematização de suas realizações. Isso não importa em pôr à margem a cooperação da iniciativa particular, que deve ser chamada a uma colaboração mais ativa com o Estado.

Louvores só merece o govêrno pela atitude desassombrada que tomou de, após estudos severos de nosso problemas fundamentais, haver elaborado o Plano Salte, *visando planificar os grandes grupos da* saúde, alimentação, transporte *e* energia. *Êsse Plano, para os que estudarem em seu conjunto, desde que devidamente supervisionado e bem executado, trará sem dúvida os benefícios esperados, porque fornecerá aos Poderes Públicos, como declarou em Mensagem ao Congresso o Sr. Presidente da República, uma vigorosa e perseverante política de* valorização do homem brasileiro, *facilitando os recursos de trabalho que o habilitem a produzir mais e melhor, peoporcionando meios de transporte, curando-o das molêstias que o afligem ou ameaçam, colocando, no seu alcance, a energia e os combustíveis para maior rendimento do trabalho, sem o que não poderá desfrutar os benefícios da civilização atual.*

Esperemos, com confiança, consiga o eminente Presidente Eurico Dutra vencer as resistências visíveis ou ocultas que se oporão ao Plano Salte e que dele possamos esperar a organização e o fortalecimento da nossa economia interna, da qual dependerá, fundamentalmente, o bem estar nacional e a expansão no exterior. Acima de tudo nossa ação deverá ser no sentido de dar estímulo e amparo aos que trabalham, garantindo-lhes justa remuneração ao esfôrço dispendido. Temos de estar atentos à desordem universal e, por isto carecemos de cuidar da organizaãa econômica, *elevando a produtividade do homem brasileiro e, portanto, dando-lhe maior fartura e barateamento do custo de vida.*

Colonos Holandeses

Apolonio Sales.

Contam os jornais que o govêrno do Estado de São Paulo e o Ministério da Agricultura se deram a mão para, em cooperação, localizar algumas famílias holandesas na terra Piratininga.

Para isto foi desapropriada uma fazenda de brasileiros em próspero município paulista. O govêrno pagou a desapropriação. A gleba feraz foi dividida e foram feitas despesas vultuosas para cada família pretendente ao lote de terra. Todo o carinho foi dispensado ao empreendimento. Visava-se fixar no campo homens trabalhadores da adiantada Holanda. Traziam êles mais do que os outros imigrantes, uma credencial; vinham com algumas cabeças de gado para demonstrar que queriam mesmo ingressar na vida agrícola brasileira.

Quanto gado, quantas famílias, qual o material agrícola que trouxeram, qual o que lhe foi propiciado, quanto custou à nação cada uma destas unidades colonizadoras, nada disto pude saber precisamente. Os holandeses, parece, já aí estão. Os elogios da imprensa não faltaram. As promessas de magníficos resultados também.

Não venho lançar água no fervor dos louvadores. Também acho boa coisa receber sob o séu do Brasil, famílias holandesas de agricultores. Holandesas e de quantas outras origens compatíveis com os nossos costumes.

Na agricultura brasileira estamos necessitando de elementos positivos. O colono europeu e até o asiático podem tornar-se no Brasil elementos de primeira ordem para a fartura do abastecimento nacional pelo trabalho perseverante e inteligente a que estão acostumados.

Desejava apenas concitar a opinião pública brasileira a fazer um melhor conceito do elemento nacional que mourcja ainda na faina intranquila do cultivo do solo.

Não é êle constituido de homens preguiçosos ou incapazes. Não. O que caracteriza aqueles que se dedicam à agricultura no Brasil é justamente a dedicação ao trabalho e o esfôrço imenso por vencer as dificuldades da profissão, de que mais se teem lôas e a que menos se protege e ajuda.

Informaram-me em São Paulo, embora sem certeza, que o govêrno do Estado ia dispender para a localização de cada colono holandês cêrca de cem mil cruzeiros em utensílios, casa e adiantamentos. O govêrno federal, por sua vez, inverteria metade disto. Cada família sairia aos cofres públicos, para reembolso em 10 anos, por uma quantia aproximada de 150 mil cruzeiros.

Não pensem os leitores que acho isto demais. Esta quantia estará muito bem empregada, se procedem as informações.

E' melhor empregar recursos numa colonização assim, do que esperar que a simples presença de deslocados, numa gleba que se lhe destine, importe o aparecimento de lavouras e searas lucrativas.

Já é tempo de sermos objetivos e práticos. Como em nenhuma outra atividade humana, na agricultura impõe-se o emprêgo de capitais.

O homem para fazer lavoura precisa primeiro ter do que viver. A produção demanda tempo, não só do plantio à colheita, mas também do preparo do solo à colocação do produto. O financiamento se impõe para êste periodo, assim como se torna necessária a inversão do dinheiro nos maquinismos, nos adubos e na semente.

Venham, da terra das tulipas, rosados camponeses. Confiem-se a êles glebas de terra roxa de São Paulo. Não lhes dê o govêrno recursos para que esperem o resultado do seu labor no campo e debalde se há de contar com êste labor. Teremos introduzido mais algumas bôcas no Brasil e uns catadores de emprêgo igualzinhos aos nossos.

Ainda há poucos dias veio à minha casa um dinamarquês, já há longa data no Brasil. Conheci-o como um dos mais entendidos técnicos em lacticínios do país. Tive prova disto, tomando-o a

serviço da Secretaria da Agricultura de Pernambuco, quando ali fundei quatro fábricas de manteiga e queijo, no interior do Estado, no govêrno do interventor Agamemnon Magalhães.

A voragem da política, antes da posse do governador Barbosa Lima, levou consigo o programa traçado, e as fábricas cerraram as suas portas. O dinamarquês está sem emprêgo.

Procurou aqui no Rio e em São Paulo onde colocar-se. Não conseguiu. Estava procurando qualquer sorte de trabalho. Não se acanharia de voltar aos seus conhecimentos de contabilidade, para um emprêgo de escritório, desencantado que estava de trabalhar na sua especialidade num país essencialmente agrícola. Poucos estrangeiros estão, no Brasil, em condições de manter técnicos em laticínios. E êle não tinha capitais para se constituir colono em terra própria ou arrendada.

Se isto acontece com um dinamarquês já acostumado com a língua e os costumes, que não acontecerá com os colonos, deslocados da guerra que aqui aportam? O rótulo de agricultor mesmo se corresponda realmente à profissão do imigrante, será rapidamente pôsto à margem. O problema de viver é a suprema preocupação.

Muito bem portanto que se faça colonização com capitais e financiamento devidamente aplicados.

O que não deveríamos entretanto esquecer é que o país aí está cheio de elementos negativos na lavoura, nascidos sob o nosso abençoado céu.

São negativos porque desajudados e só por isso. Podem tornar-se positivos e eficientes se nos resolvermos a conceder-lhes os mesmos créditos e as mesmas possibilidades que damos aos dolicocéfalos que aqui aportam.

Se não temos a coragem de propôr a êstes louros imigrantes viverem em casas de torrão, sem saneamento e sem luz; se não temos coragem de exigir que produzam sem capital e sem prazo para pagamento dos financiamentos condizentes com suas lavouras a que se dediquem como esperar que os nossos matutos façam milágres e se resignem a "amargar o pão que o diabo amassou", como prisioneiros de uma terra que não os sustenta, morando em mocambos ou no relento?

Fazer colonização não é apenas retalhar terra e vender a prazo ou mesmo dar a quem primeiro apareça.

Não o é em relação ao colono europeu, e não o será também em relação ao nacional.

Como pensar em localizar de verdade, não simplesmente no meio do mato, em alguma clareira ou lote demarcado, uma centena de colonos sem construir-lhes a casa e lhes dar de que viver durante o período de um ou dois anos? sem lhes adiantar instrumentos e meios de produção?

Vejamos quanto se vai gastar com o holandês e não sejamos menos generosos com o brasileiro.

O Ministério da Agricultura tem uma legislação muito ampla para as suas colonias nacionais, núcleos coloniais e núcleos agro-industriais. O que é preciso é que também os seus orçamentos sejam amplos.

Não é com 5 ou 6 mil contos por ano, (linguagem antiga) que se podem localizar milhares de famílias na gleba a colonizar. Com esta quantia situam-se apenas algumas dezenas de unidades familiares.

Ser generoso, grandemente generoso com o colono estrangeiro, é um passo à frente no programa de colonização. Pode ser que também um dia o sejamos com os nativos, e não censuremos o govêrno quando inverte quantias maiores no estabelecimento de condições de vida em colonias e núcleos coloniais onde se localizam brasileiros.

A Mecanização Agrícola

e o Dever do Govêrno

Edgard Teixeira Leite
Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Está provado que não podemos contar com o estrangeiro, para atender, em quantidade e qualidade suficientes, "à verdadeira fome de máquina agrícola", de que falava há dias o ministro Daniel de Carvalho. Só há dois caminhos a seguir: continuar a depender da indústria estrangeira, recebendo em quantidades mínimas, e com enormes demoras, e a prestações, o que ela nos puder vender, e que nem sempre atende aos interêsses nacionais, ou enveredar decidida e corajosamente, por uma enérgica política de criação de indústria de material agrícola, dentro do país.

A primeira solução — que se qualificaria bem de "solução suicida" — importaria deixar as coisas como estão. O país iria recebendo pequenas quantidades, a prestações, das máquinas mais dispares, acumulando nas fazendas, cada dia mais, material ineficiente e inadequado. A *enxadocultura* prevaleceria na prolução agrícola, que ficaria cada dia mais onerada com a escassez de mão de obra, e no seu constante encarecimento.

A segunda solução é criar, com ânimo a decisão, no país, utilizando o que já temos, uma indústria de tratores agrícolas e industriais, que saciem a fome a que me referi.

Há quem não confie muito nesta última alternativa. Entre êsses estão os que não têm conhecimento exato dos recursos, já importantes, de que o Brasil dispõe. Há também os *homens de marcha a ré*, e que, por um ou outro motivo, gostariam de que permanecesse a atual situação e que, de um ou de outro modo, optam pela a solução suicida.

Foi o que ocorreu por ocasião de ser instalado o parque siderúrgico de Volta Redonda.

Os fatos se incumbiram de desmentir os derrotistas.

Segundo ouvi de homens dos mais bem informados do Brasil, e pelo que aprendi também em conversa com técnicos da América do Norte, temos tôdas as condições para criar um parque industrial de material agrícola em nosso país, o que será o maior passo para realizar com sucesso a grande revolução técnica que irá assegurar a sobrevivência da lavoura nacional.

A Fábrica Nacional de Motores, mandou estudar, por pessoas de alta idoneidade técnica, um tipo de trator adequado às nossas necessidades. Em suas linhas gerais, corresponde a um dos tipos já utilizados, com o maior êxito, pela nossa agricultura. Nêle foram introduzidas certas modificações felizes, e creio poder afirmar que irá ter o melhor êxito no trabalho de nossas terras.

Segundo informações seguras, a Fábrica Nacional de Motores, está em condições de fabricar, desde já, trinta por cento das peças dêsses tratores, indo buscar em outras indústrias do país o material restante. Êste fato é altamente auspicioso, pois, como é sabido, a fabricação de tratores é o que se poderia chamar indústria de *síntese*.

Diversas indústrias contribuem com o material que, nas *assembly plant*, é transformado em tratores.

Nos Estados Unidos há mais de setenta e cinco grandes companhias que fabricam peças para as emprêsas referidas.

Em São Paulo, no Distrito Federal, no Rio Grande do Sul e em Minas, numerosas indústrias poderiam dar a sua colaboração para a fabricação do que falta, e creio que muito pouco teria de ser, mesmo no princípio, buscado no estrangeiro.

A Fábrica Nacional de Motores mandou submeter à apreciação do Ministério da Agricultura o trator referido, e, logo que tenha recebido as sugestões

dos técnicos sôbre quaisquer alterações, julgadas necessárias, poderá iniciar a fabricação em série.

A produção será no princípio de dois mil por ano. As linhas de montagem estão sendo instaladas, de modo a começar desde logo a produção. Os preços segundo apurei, são razoáveis. Para que a Fábrica Nacional de Motores possa, entretanto, iniciar seus trabalhos, é indispnesável, dadas suas condições de organismo autárquico, que tenha segurança do escoamento da produção, isto é, que receba garantia de preço para as quantidades produzidas. Creio que ela não só poderá como deverá ser dada, uma vez que o modêlo pelo qual começará a fabricação, obteve a apreciação da técnica oficial. A quantidade provável, no primeiro ano, de dois mil tratores, sobrepuja o que podemos receber do estrangeiro: em uniformidade de produção, em adequação aos objetivos e em regularidade de entrega, e, o que talvez seja ainda mais importante, em segurança de suprimento de peças sobressalentes. Na verdade, há pelo Brasil afora centenas de tratores funcionando sem eficiência ou mesmo não funcionando de modo algum, porque não há probabilidade de encontrar nos mercados peças sobressalentes. Isso sem falar da supervalorização das peças, o que é outra história e às vêzes chega a ser história de câmbio negro.

Nada contra-indica a solução apontada.

Não quer dizer isso que fechamos as portas à contribuição estrangeira. Muito ao contrário. Devemos até tratar de obter maiores cotas de fornecimento de tratores e material agrícola, adequados às nossas condições, e incentivar a sua importação. O que têm feito os importadores neste sentido — criando serviços de assistência técnica, organizando trabalhos de esclarecimento para os lavradores — é obra meritória e que deve ser, por espírito de justiça, muito ressaltada.

Durante longos anos teremos de contar com a valiosa contribuição estrangeira. Mas não podemos esperar tudo dela.

A campanha de redenção do trabalho agrícola no Brasil, visando se substituir a *enxadocultura* pela *motocultura*, pode ser resumida em poucos itens:

a) a idéia básica é que já se podem fazer no Brasil as diversas peças, partes dos tratores (30 % na Fábrica Nacional de Motores);

b) é necessária uma coordenação de esforços para que várias indústrias nacionais dêem sua colaboração, na parte de especialidade;

c) o govêrno garantirá a compra, anualmente, de dois ou três mil tratores, além dos que as indústrias particulares possam colocar no mercado nacional;

d) o preço e a qualidade serão equivalentes aos importados;

e) deverão fixar-se fretes baratos e será dada isenção para as peças que, não podendo ser fabricadas no país, tenham de ser importadas;

f) obter-se-ão maiores cotas de fornecimento para tratores e material agrícola estrangeiro, de modo que os distribuidores no Brasil possam reduzir as suas margens de lucros, muitas vêzes apenas aparentemente elevadas, pelo pequeno número de máquinas que recebem, sôbre as quais têm de recair numerosos onus — serviço de assistência aos compradores, etc., etc.

Creio que estas medidas e outras que a experiência fôr indicando permitirão que o Brasil ràpidamente organize um trabalho técnico eficiente. E concorrer para isso é dever do govêrno.

A Transformação da CCC

em Banco Nacional de Crédito Cooperativo

A Caixa de Crédito Cooperativo, autarquia financeira do Ministério da Agricultura, destinada a financiar o movimento cooperativo nacional, é uma instituição que tem provado sua eficiência, a despeito de só haver recebido, até o momento, apenas 1/3 do seu capital de 300 milhões de cruzeiros.

Nenhuma instituição de crédito, entretanto, seja de caráter oficial, particular ou misto, pode contar, apenas, com os recursos de sua dotação própria, seja qual fôr a forma ou processo de sua realização. Tôdas as organizações bancárias carecem, também, do apôio do público, seja pela utilização dos seus diversos serviços (cobranças, transferência de fundos etc.), seja pelo recolhimento de suas economias em contas próprias.

Esta necessidade também sente a CCC, pois se é uma organização especializada, que só realiza operações de crédito ativo com as cooperativas, está, todavia, em condições de operar com o público, em tôdas as modalidades bancárias que os outros estabelecimentos praticam, com exceção, naturalmente, das operações de financiamento.

Não obstante o considerável volume de depósitos que têm recebido em sua matriz e agências, não atingiram êles, ainda, ao volume desejado, para permitir uma aplicação ampla no fomento à produção. Uma das causas, senão a mais importante, dêsse retardamento, tem sido o nome da instituição, por serem muito frequentes os equivocos estabelecidos em tôrno da designação de Caixa. Mesmo pessoas esclarecidas, julgam que se trate de alguma entidade privada ou de uma simples Caixa de Aposentadoria, das tantas que existem por aí, consagradas à beneficiência social e mutualidade.

A observação de que tal confusão também poderia ser feita com a Caixa Econômica Federal, apesar de ela receber, em depósito, o grosso da economia popular brasileira, não póde ser alegada, porque se trata de uma instituição que tem, a seu favor, uma tradição fortemente consolidada. Todo mundo sabe o que faz aquela instituição federal, sobretudo porque precedeu à criação de outras entidades, posteriormente batizadas com o nome de Caixas.

O mesmo, entretanto, não acontece com a CCC, que foi criada justamente depois que existiam muitas Caixas, dando origem a que se estabelecessem confusões de efeitos desfavoráveis. Essa razão, e também uma outra, de fundamental importância do ponto de vista técnico, deram causa a que surgisse na Câmara dos Deputados um projeto de lei que altera o nome da instituição para Banco Nacional de Crédito Cooperativo. E' de se notar que todos os países que criaram seus serviços oficiais de assistência financeira às cooperativas, preferiram a designação de Banco, como dentre outros (para só citar o nosso continente) o fizeram os Estados Unidos com seu "Bank for Cooperatives" e o México com o seu "Banco Nacional de Fomento Cooperativo". Trata-se, pois, de adotar uma sistemática de uso internacional, ainda agora robustecida com o projeto da reforma bancária,

que institui uma série de Bancos, também de natureza específica e de âmbito nacional.

Existem, portanto, excelentes razões de ordem técnica e psicológica para a reforma pretendida. Estamos certos de que, com a substituição oportuna, haverá maior afluxo de economias nas contas de depósito desta instituição federal de crédito, cujas operações são garantidas pela União, como acontece, aliás, com a Caixa Econômica. A confiança pública precisa ser despertada para essa preferência e distinção, não havendo dúvida de que o nome de Banco dissipará tôdas as dúvidas.

O projeto já foi aprovado na Câmara dos Deputados e ora se encontra no Senado Federal para discussão e votação. O Ministro da Agricultura tem dado demonstrações reiteradas de apôio a êsse projeto, que afeta um órgão do seu Ministério. Sabemos que, em recente encontro com o Ministro da Fazenda, o Sr. Lafayette Resende, Presidente da CCC, ouviu de S. Ex. as palavras mais elogiosas à sua atuação. Tudo indica, portanto, que dentro em breve tempo, teremos o projeto transformado em lei pela sanção presidencial.

Novas facilidades são criadas nêsse projeto para o financiamento dos pequenos produtores organizados em cooperativas, como a dispensa de papelório e burocracia, para os financiamentos até o limite de 20 mil cruzeiros.

Sabemos que a CCC, com os 100 milhões de seu capital já realizado, fez um movimento de empréstimos superior a 250 milhões de cruzeiros, aplicando, aproximadamente, 90 % no financiamento da produção. Mas, o mais significativo de tudo, é que, dos recursos aplicados na produção 98 % destinaram-se aos gêneros alimentícios.

O BANCO DO BRASIL
E O CRÉDITO AGRÍCOLA

Aos presidentes de todas as associações rurais do país, dirigiu-se o Dr. Arthur Torres Filho, Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, em 29 de novembro último, com o seguinte ofício:

Ilmo. Snr. Presideste

"A Sociedade Nacional de Agricultura vem ativando, nos ultimos tempos, a sua campanha em favor do crédito agricola ao pequeno produtor. Convocada pelo Sr. Presidente da República, compareceu a uma reunião presidida por S. Ex.ª, onde expoz os seus pontos de vista no sentido de difundir no Brasil o crédito, fácil e rápido, ao pequeno produtor, como meio eficiente de aumentar a nossa produção agricola.

Felizmente, foram integralmente aceitos os seus pontos de vista, tendo o Banco do Brasil recebido instruções para por em prática o plano sugerido. Agora, em resposta a uma consulta dirigida pela Sociedade ao referido Banco, recebemos a carta de que juntamos cópia, e cuja parte final nos parece de grande interêsse para essa Associação e em geral para os produtores locais. Seria conveniente que essa Associação não só tornasse extensivo aos agricultores e criadores em geral o conhecimento dessa deliberação do Banco do Brasil, como procurasse conhecer, do ponto de vista prático, como se vai processando a distribuição do crédito local, dando de tudo conhecimento a esta Sociedade.

É mais um passo para o almejado crédito agricola no Brasil, há tantos anos dificultado por inúmeros embaraços, que nos cumpre afastar em benefício da classe rural do país.

Queira aceitar os nossos protestos de elevada consideração e apreço".

Eis a carta do Banco do Brasil:

"CÓPIA — BANCO DO BRASIL S.A. — Direção Geral — Caixa Postal 1150. — Telegramas "SATELGERAL". É favor citar na resposta: Sagri — 48-190 1119-567. — Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1943.

À Sociedade Nacional de Agricultura — Av. Franklin Roosevelt n.º 115 — Nesta.

Snr. Presidente

Em resposta ao telegrama de 19 de outubro último, em que essa Associação pede informações sôbre as normas pelas quais são feitos por êste Banco os financiamentos a "pequenos produtores", apraz-nos informar que, desde 17-10-45, autorizamos nossas Agências a conceder aos "pequenos produtores", cujo patrimônio não excedesse Cr$ 100.000,00, financiamentos para custeio de suas lavouras, até a importância de Cr$ 20.000,00, na forma do Regulamento da Carteira de Crédito Agricola e Industrial, mediante o penhor agricola das respectivas colheitas, pelo prazo necessário à ultimação destas, acrescido de 30 a 60 dias para facilitar a sua colocação, com observância do disposto na Lei 492, de 30-8-37, e no decreto-lei 4360, de 5-6-42, facultadas, entretanto, as seguintes concessões especiais:

a) dispensa da prévia estimativa da colheita por avaliador remunerado;

b) dispensa de certidões negativas de impostos, ônus sôbre bens imoveis, ações civeis e criminais;

c) dispensa de organização de ficha cadastral exigida pelas normas gerais de serviço, a qual é substituida por ficha especial, de confecção simples e resumida;

d) dispensa da garantia subsidiária comumente exigivel nos financiamentos de culturas periódicas;

e) inclusão, no orçamento, das despesas contratuais, quando o creditado

não dispuser de recursos suficientes para pagá-las; e

f) fornecimento da primeira parcela do crédito aberto antes da inscrição do penhor, que será providenciada pelas próprias Agências do Banco.

2. Recentemente, porém, a fim de facilitar a concessão dos empréstimos da Carteira para custeio de lavouras, em benefício da produção agrícola do país e cujo aumento convém fomentar, deliberamos estender essas concessões especiais a todos os casos de empréstimos até Cr$ 20.000,00, destinados a custeio de lavouras, ainda que os interessados possuam patrimônio acima de Cr$ 100.000,00 ou a lavoura a financiar comporte empréstimo superior a Cr$ 20.000,00, deliberação esta da qual já foram as nossas Agências cientificadas em 22-10-48.

3. Sendo o que se nos oferece, aproveitamos a oportunidade para manifestar-lhe nosso apreço.

OC/LB pelo BANCO DO BRASIL S/A.

Edgard Maciel de Sá, João Batista Pinheiro".

Sociedade Nacional de Agricultura

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

(1.ª e 2.ª Convocações)

Aos sócios beneméritos, remidos, honorários e efetivos, o Secretario da S. N. A. enviou pelo correio, o seguinte circular:

Presado consócio:

Temos o prazer de convidá-lo para a Assembléia Geral Ordinária que, em 1.ª convocação, se realizará na séde desta Sociedade, à Av. Franklin Roosevelt n.º 115, 6.º andar, às 17 horas do dia 17 de março deste ano, para a seguinte ordem do dia:

a) leitura do Relatório;

b) parecer da Comissão de Contas;

c) eleição do novo Diretorio e Conselho Superior para o biênio 1949-1950.

Juntamos um modêlo de procuração para, no caso de não lhe ser possivel comparecer pessoalmente, designar um representante, que poderá ser escolhido dentre os diretores da Sociedade, constantes da relação inclusa. De acôrdo com o art. 56 dos Estatutos, caso não haja número (2/3 dos sócios quites) na 1.ª convocação, fica o presado consócio desde já convidado para a Assembléia, que se realizará em 2.ª e última convocação, às mesmas horas e no mesmo local, no dia 24 do referido mês de março.

Antecipando agradecimentos, aproveitamos o ensejo para reiterar-lhe os protestos de elevada estima e consideração.

Arthur Tôrres Filho, Presidente.

O Mate no Plano Salte

Na parte expositiva do PLANO SALTE enviada pelo govêrno à Câmara, o mate seria incluido, como era natural no SETOR ALIMENTO. Apontava-se, ali, uma série de medidas de amparo ao importante produto, mas todas mais ou menos líricas.

Mais objetivo foi o Parlamento.

Suprimiu a parte irrealizável do projetado amparo, e, por meio de medidas objetivas, permitiu a proteção à cultura e o financiamento da produção, resguardando, ao mesmo tempo, interesses dos industriais, dos pequenos produtores e das cooperativas, beneficiando, enfim, a própria economia hervateira nacional.

Foi uma vitória do bom senso, a que se conseguiu na Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados e um grande quinhão dela se deve ao dinamismo realizador do Sr. Generoso Ponce, presidente do I.N.M.

A emenda vitoriosa foi defendida pelo deputado pelo Paraná, Sr. Lauro Sodré Lopes.

(Transcrito do Boletim da Associação Comercial do Rio de Janeiro, de 16-2-1949)

SENADO FEDERAL

Referências honrosas à Sociedade Nacional de Agricultura

Na 179.ª Sessão do Senado Federal, de 26 de novembro do ano passado, (Diário do Congresso Nacional, de 27-11-48, p. 12458), o ilustre Senador Apolonio Salles, relator da comissão de Finanças, apresentou emendas, aprovadas em parte, aumentando, uma, a verba de auxílio à Sociedade Nacional de Agricultura, outra, concedendo à mesma Sociedade auxílio especial para a continuação da "Casa da Agricultura", sua futura sede.

Com maiores recussos para as seus serviços normais, poderá agora a Sociedade desenvolver suas atividades e atender a crescentes despesas, originárias de serviços extraordinários, como o da organização rural, o de reprentação permanente, em várias órgãos do Govêrno, publicações etc.

Mas, o que mais sensibilizou a Sociedade, não foi o aumento da sua dotação, em si, mas os têrmos, altamente horosos, com que o ilustre Senador, ao submeter à consideração da Câmara Alta as suas indicações, se referia a S. N. A.

Daqui ficam, de publico, os melhores agradecimento ao Senador Apolonio Salees e aos demais ilustres membros do Senado Federal, pela alta apreço assim demonstrado pelo modesto trabalho da Sociedade em benefício da nossa Agricultura.

Eis a justificação das proposições:

EMENDAS N.º 86

Verba 3 — Consignação I — Diversos.
06 — Auxílios, Contribuições e Subvenções.
Ondo se lê:
c) A Sociedade Nacional de Agricultura 100.000,00
Leia-se:
c) A Sociedade Nacional de Agricultura 200 000,00

Justificação

Dentre as instituições que mais e valiosos serviços têm prestado ao país, destaca-se a Sociedade Nacional de Agricultura como das mais prestimosas e úteis à coletividade. Seria difícil resumir a sua permanente, eficáz e patriótica atuação em benefício da nossa Agricultura, no seu meio século de existência. Pode-se dizer, sem receio de êrro, que a essa Sociedade estão igados, após a implantação do regime republicano, tôdos as iniciativas tendentes ao nosso reerguimento econômico. Os congressos nacionais e internacionais, que tem promovido; as exposições agrícolas e pecuárias, cujas séries, iniciadas pela Sociedade, são hoje, seguidos pelo Govêrno; as publicações; a legislação rural, como os sindicatos agrícolas, o cooperativismo, o crédito agrícola, nada enfim, tem sido feito sem a iniciativa ou a participação da velha Instituição a começar pelo próprio Ministério da Agricultura, cuja idéia surgiu no seu seio, corporificando-se numa conclusão do I.º Congresso Nacional de Agricultura, por ela promovido e realizado em 1901. Onde, porém, mais se tem feito sentir a atuação da Sociedade Nacional de Agricultura, é no princípio, inscrito em seus estatutos, desde 1897, da arregimentação da classe rural, cuja natural dispersão não permitia ainda a sua completa organização. Ésse objetivo vem sendo perseguido sem desfalecimentos e, graças ao Decreto-lei n.º 8.127, de sua inpiração, pode-se já considerar vitoriosa a organização nacional da classe rural brasileira. Tendo surgido num momento de grave depreessão econômica com a agricultura abandonada, inclusive pela extinção do Ministério da Agricultura, que existia no Império, assumiu a Sociedade o papel daquele órgão, lançando-se a uma propaganda pela vulto aos campos, abandonados pelo braço escravo, e de estímulo à produção, distribuindo plantas, sementes, folhetos, pleiteando favores — o que lhe valeu merecer dos governos de então os mais honrosos encargos e receber dotações orçamentárias, rigorosamente aplicadas, com grande benefício ao aumento e melhoramento da produção. Com a criação do Ministério da Agricultura, as verbas que lhe eram destinadas para distribuição de sementes e plantas — e a êste serviço se deve a fruticultura, principalmente de gêneros citrus, em tôrno do Distrito Federal e nos Estados próximos — lhe foram retiradas, continuando o Govêrno, contudo a conceder-lhe uma subvenção anual, com que a instituição mantinha, e ainda mantém, importantes serviços, visto que do homem do campo, pouco afeito ao espírito de associação, muito pouco pode exigir, através de contribuições sociais. Êsse auxílio era, até 1930 de Cr$ 153.000,00 anuais. Com o advento da Revolução de 1930, foi essa verba cortada, passando a Sociedade por grave crise financeira, até que lhe foi destinada, em orçamento, anos depois, a dotação de Cr$ 100.000,00, que vem sendo mantida. O seu funcionalismo teve de ser reduzido ao mínimo, e tôdas as despesas sensivelmente cortadas, a fim de se acomodarem os gastos à diminuição do auxílio, diminuição essa acentuada nos últimos anos, com o encarecimento das utilidades. Só a manutenção da revista "A Lavoura" que é na imprensa especializada talvez a mais antiga em todo o Brasil, vai a maior parte dêsse auxílio, tendo de ser sacrificados outros serviços, a fim de não ficar interrompida uma publicação com expressão até no estrangeiro. Tendo tomado a si a organização da Confederação Rural Brasileira, como decorrência da organização da classe rural, prevista no Decreto-lei n.º 8.127, tem de realizar despesas que têm ido desde a hospedagem, em épocas diversas dos membros da respectiva comissão, até a pequenos auxílios para a instalação de associações locais, sem falar-se no volumoso expediente telegráfico e postal, com as despesas tipográficos correspondentes. Eis porque consideramos justo o aumento pleiteado, do auxílio do Govêrno Federal à Sociedade Nacional de Agricultura, leal colaboradora dos poderes públicos como parte integrante de numerosas comissões permanentes, a que pertense como o Conselho Federal de Comércio Exterior, a Comissão Central de Preços, a Comissão de Intercâmbio Comercial com o Exterior, a Comissão de Revisão de Tarifas Aduaneiras, o Instituto Brasileiro de Educação e Cultura, a Comissão Perma-

nente de Exposiçõees e Feiras a Comissão Permanente de Estradas de Rodagem, o Conselho Permanente de Associais Americanas de Comércio e Produção, além de outras incumbências de caráter especializado com que, frequentemente, lhe distingue o Govêrno. Mantém em funcionamento, há cêrca de 50 anos, nesta Capital, uma Escola de Horticultura, que tem dado ao país numerosos e eficientes técnicos, sendo a sua ação, em todos os setores de nossa atividade agrícola e econômica, geralmente tida na mais alta conta, pois que sempre contou nos seus quadros dirigentes, com legítimas expressões de devotamento, cultura e espírito público, como seria de citar, dentre outros, Enes de Sousa, o Barão de Capanema, Venceslão Bello, Lauro Muller, Miguel Calmon, Lyra Castro e Simões Lopes.

Aprovada.

EMENDA N.º 89

Verba 4 — Consignação IX — Obras em Cooperação.

Acrescenta-se:

	Cr$
À Sociedade Nacional de Agricultura para construção da "Casa da Agricultura" e da Confederação Rural Brasileira	1.000,00

Justificação

Houve por bem o Govêrno Federal fazer doação, à Sociedade Nacional de Agricultura, de um terreno na Cidade para aí ser levantada a "Casa da Agricultura", para sua sede, e que também abrigará a futura Confederação Rural Brasileira.

Quis com isso o Govêrno demonstrar o elevado conceito em que tem a veterana instituição, e, por outro lado, manifeestar o seu apreço à grande classe laboriosa dos lavradores e criadores nacionais, tão bem repreesentada pela Sociedade Nacional de Agricultura, na Capital da República.

Vencidas as dificuldades iniciais, a construção começou. Grande parte dos recursos financeiros necessárias foram já obtidos por empréstimo na Caixa Eoconômica, não porém, em volume que baste para a terminação do magestoso edifício. Êsse financiamento foi obtido graças ao Decreto-lei número 8.594, de 8 de janeiro de 1946, do Presidente Liinhares, a qual permitiu á Sociedode hipotecor o terreno e suas benfeitorias.

Com êsse edifício, pretende a Sociedade Nacional de Agricultura colocar a classe rural em pé de igualdade com outras respeitáveis classes profissionais que na Capital da República, apresentam aos olhos do público magestosos edifícios como sedes de suas associações representativas. Em relação ao que se dá com os nossos vizinhos do Prata, cujas respectivas associações rurais, em Montevideo e Buenos Aires, têm sede em verdadeiros palácios, estamos hoje sensivelmente inferiorizados, não sendo demais, pois, que procuremos sanar esso falha.

Na "Casa da Agricultura", onde se abrigará a futura Confederação Rural Brasileira, pretende a Sociedade, além das instalações comuns às associações de sua categoria, fazer funcionar uma grande Biblioteca especializada, reinstalar o seu Museu Agrícola e organizar serviços de informações úteis aos lavradores e criadores do país, bem como manter dependências destinadas às representações das federaçõees estaduais onde os agricultores de todo o país, quando de passagem por essa Capital, se achem cercados de tôdas as facilidades e apoiados moral e materialmente no que necessitem.

Seria, pois, completar o ato oficial da doação do terreno um auxílio do Govêrno à "Casa da Agricultor Brasileiro", já que de recursos próprios, co pazes de atender à despesa prevista, não dispõe a Sociedade Nacional de Agricultura. Esgotada que seja a soma fornecida pela Caixa Econômica terá a Sociedade de procurar obter através de uma segunda hipotéca, o refôrço de que carecerá para terminação da obra. Tratando-se de patrimônio inalienável, em face mesma dos têrmos de decreto de doação do terreno, com retôrno dêste e de tôdas as suas benfeitorias ao Domínio da União, caso se verifique extinção da Sociedade ou o desvirtuamento das suas finalidades estatutárias, justifica-se o auxílio proposto, tanto mais que êle vai atingir em sua intenção e efeitos a grande classe rural do país.

E estamos certos de que tal ajuda seria recebida como inequívoca prova do interêsse do Govêrno por suas iniciativas e inspirações.

Sala das Sessões, de novembro de 1948.

Aprovada Subemenda.

Reduzindo a verba para Cr$ 500.000,00.

As Feiras Na Bacia do São Francisco (1)

ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

O dia de feira é sempre um dia de atividade econômica e social.

As feiras reunem nas cidades, nas vilas ou nos povoados em que se realizam, geralmente em dia certo e determinado da semana, do mês ou do ano, os lavradores, os criadores e os trabalhadores rurais das localidades próximas.

Nelas são expostos à venda os gêneros de produção local e, bem assim, produtos de outras procedências. As feiras favorecem a circulação das mercadorias e, em consequência, concorrem para o desenvolvimento econômico das circunscrições em que se realizam.

No bacia do São Francisco, como vemos pela relação abaixo, realizam-se feiras, num total de 336 por semana, em várias localidades (cidades, vilas e povoados) de 72 municípios.

ESTADO DE ALAGOAS

Litoral e Mata

Coruripe — cidade	Sábado
Mamassarí — povoado	Domingo
Igreja Nova — cidade	Sábado
Salomé — vila	Segunda feira
Pôrto Real do Colégio — cidade	Sábado
Piossabussú — cidade	Sábado
Barra de Itiuba — povoado	Domingo
Girau de Itiubo — povoado	Domingo

Sertão do Baixo São Francisco

Água Branca — cidade	Segunda feira
Delmira — vila	Sábado
Pariconha — povoado	Domingo
Arapiraca — cidade	Segunda feira
Feira Grande (Mucomba) — vila	Sábado
Craíba vila	Sábado
Marechal Floriano — cidade	Sábado
Lagoa da Canoa — vila	Quarta feira
Pão de Açúcar — cidade	Segunda feira
Caboclo — povoado	(●)
Guaribas — povoado	Domingo
Jacaré dos Homens — povoado	Sexta feira
São José — cidade	Sábado
Traipú — cidade	Sábado
Batalha — povoado	Sábado
Belo Monte — vila	Domingo
Campo Grande — povoado	Domingo
Capivara — povoado	Domingo
Lagoa Comprida — povoado	Domingo
Ponciano — vila	Segunda feira

Sertão

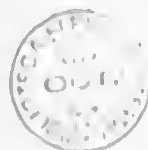
Palmeira dos Índios — cidade	Sábado Quarta feira
Cacimbinhas — vila	Sábado
Canafestula — povoado	Segunda feira
Lages — povoado	Domingo
Minador Negrão — povoado	Domingo
Olhos d'Água do Acioli — vila	Terça feira

ESTADO DE SERGIPE

Litoral

Japaratubo — cidade	Sábado
Outeirinhos — usina	Domingo

(1) *Inquérito realizado em 1943.*
(●) *O informante omitiu o dia da semana em que se realiza a feira.*



Japoatã — cidade	Segunda feira
Pacatiba — vila	Sábado
Muribeca — cidade	Domingo
Floriano Peixoto — povoado	(●)
Neópolis — cidade	Sexta feira
Betunia — povoado	Domingo
Propriá — cidade	Sábado

Sertão do Baixo São Francisco

Canhoba — cidade	Segunda feira
Amparo — povoado	Domingo
Nossa Senhora de Lourdes — povoado	Domingo
Gararú — cidade	Segunda feira
Itabí — vila	Sábado
Pôrto da Fôlha — cidade	Segunda feira

Sertão

	Domingo
Aquidabã — cidade	Segunda feira
Nossa Senhora da Glória — cidade	Sábado
Angica — povoado	Domingo
Monte Alegre — povoado	Domingo

ESTADO DE PERNAMBUCO

Agreste

Bom Conselho	(●)
Barrado Brejo — povoado	Sexta feira
Caldeirões — vila	Quarta feira
Lagoa São José — povoado	Segunda feira
Iatecá — vila	Domingo
Princeza Isabel — povoado	Quarta feira
Saloá — vila	Quarta feira
Santa Terezinha — povoado	Quarta feira

Sertão Alto de Leste

Águas Belas — cidade	Segunda feira
Cabocla — povoado	Domingo
Curral Novo — povoado	Sábado
Iatí — vila	Quinta feira
Itoiba — vila	Sábado
Negros — povoado	Domingo
Tanquinhos — povoado	Domingo
Santa Rosa — povoado	Domingo
Arcoverde — cidade	Sábado
Buique — cidade	Sábado
Catumbas — povoado	Domingo
Carneira — povoado	Domingo
Guanumbí — vila	Segunda feira
Pilões — povoado	Quinta feira
Tupanatinga — vila	Sexta feira

Sertão Baixo

Custódia — cidade	Segunda feira
Betânia — vila	Segunda feira
Ingá — povoado	Domingo
Maravilha — povoado	Sábado
Quintimbú — povoado	Sábado
Sabá — povoado	Domingo
Samambaia — povoado	Sábado
São Caetano — povoado	(●)
Moxotó — cidade	Sábado
Ambedor — fazenda	Sexta feira
Ibimirim — vila	Domingo
Inajá — vila	Segunda feira
Jeritaco — povoado	Domingo
Manarí — vila	Domingo

Mariana — povoado	Terça feira
Puiú — povoado	Domingo
Parnamirim — cidade	Sábado
Barra — povoado	Sexta feira
Chinun — povoado	Quarta feira
Icaiçara — vila	Segunda feira
São Domingos — povoado	Quarta feira
Terra Nova — vila	Quinta feira
Veneza — vila	Terça feira

Sertão Alto do Oeste

Afogados de ingazeira — cidade	Sábado
Ingazeira — vila	Domingo
Macacos — vila	Segunda feira
Solidão — vila	Domingo
Tabira — vila	Quarta feira
Tuperetama — vila	Segunda feira
Exú — cidade	Sábado
Timorante — vila	Domingo
	Segunda feira
Viração — vila	Terça feira
Flores — cidade	Segunda feira
Alagoa do Cruz — povoado	Segunda feira
Calumbí — vila	Quarta feira
Carnaiba — vila	Quarta feira
Ibitiranga — vila	Segunda feira
Quixaba — povoado	Sábado
São João dos Leites — povoado	Domingo
Sítio Nunes	Sábado
Ouricuri — cidade	Sábado
Cruz de Malta — vila	Sábado
Manacá — vila	Sábado
Serra Branca — vila	Segunda feira
Salgueiro — cidade	Sábado
Conieição das Criaulas — vila	Domingo
Lagoa — povoado	Domingo
Uman — povoado	Domingo
Turdilho — povoado	Domingo
Verdejante — vila	Segunda feira
São José do Egito — cidade	Sábado
Bomfim — povoado	Domingo
Itapetinf	Quarta feira
Piedade — povoado	Domingo
Riacho do Meio — povoado	Sexta feira
Santa Teresina — povoado	Segunda feira
São Vicente — povoado	Segunda feira
Tambarie — povoado	Sexta feira
Tigre — vila	Terça feira
Serrita — cidade	Segunda feira
Caririmirim — vila	Segunda feira
Cedro — povoado	Domingo
Ipuêra — vila	Sábado
Mato do Boi — povoado	Domingo
Ori — vila	Domingo
Sítio dos Moreiras	Domingo
Triunfo — cidade	Quarta feira
	Sábado
Brocotó — vila	Segunda feira
Fátima — povoado	Segunda feira

ESTADO DA BAHIA

Sertão Nordeste

Campo Formoso — cidade	Sábado
Bananeiras — povoado	Sábado
Brejo da Grota — povoado	Sábado
Caldeirão do Mulato — povoado	Sábado
Ipamirim — povoado	Sábado
Itinga — povoado	Segunda feira
Pindobaçú — vila	Segunda feira
Paços — pacoado	Segunda feira

Tututiga — povoado	Segunda feira
Vargem Grande — povoado	Segunda feira
Jeremoabo — cidade	Sábado
Arranco — povoado	Domingo
..Iguoba — vila	Sábado
Canché — vila	Sábado
Cipo de Leite — povoado	Segunda feira
Santa Brigida — povoado	Segunda feira
Votoruna — vila	Sábado
Sitio do Quinto — povoado	Segunda feira

Central

Jacobina — cidade	Sábado
Caatinga do Moura — povoado	Segunda feira
Caem — vila	Sábado
Fafelândia — povoado	Sexta feira
Gonçalo — povoado	Segunda feira
Itapeipú — vila	Sábado
Itapicurú — povoado	Segunda feira
Nova Olinda — povoado	Segunda feira
Ouro Branco — povoado	Segunda feira
Pedras Altas — povoado	Quinta feira
São José — povoado	Quarta feira
Itaitú — vila	Segunda feira
Serrote — povoado	Sábado
Varzea Nova — povoado	Sábado

Sertão do São Francisco

Casa Nova — cidade	Sábado
Sobrado — vila	Sexta feira
Lagoa da Alegre — povoado	Domingo
Ouricurí — povoado	Segunda feira
Curaçá — cidade	Segunda feira
Barra Vermelha — vila	Quarta feira
Charrachá — vila	Quarta feira
Formosa — povoado	Domingo
Ibó — vila	Segunda feira
Lagoa — povoado	Sábado
Icazeira — povoado	Domingo
Patamuté — vila	Sábado
Pedra Branca — povoado	Sábado
Poço de Fora — povoado	Quarta feira
Reacho Sêco — povoado	Quarta feira
São João — povoado	Domingo
São José — povoado	Segunda feira
Vargem da Ema — povoado	Sábado
Glória — cidade	Segunda feira
Barra de Paulo Afonso — povoado	Sábado
Barar do Tarrachil — povoado	Quinta feira
Macururé — vila	Terça feira
Juazeiro	(●)
Carnaiba — povoado	Segunda feira
Itamotinga — vila	Sábado
Jurema — vila	Segunda feira
Pilão Arcado — cidade	Sábado
Sento Sé — cidade	(●)
Batateira — povoado	(●)
Mimoso — povoado	(●)
São Pedro — povoado	(●)

Chapada Norte

Ibitiara — cidade	Sábado
Brejo Luiza de Brito — povoado	Sábado
Cachoeira — povoado	Sexta feira
Ibipitanga — vila	Segunda feira
Marcelino — povoado	Sexta feira
Olhos dágua do Sêca — povoado	Segunda feira
Olhos dágua do Serafim — povoado	Sexta feira
Remédios — vila	Sábado
Irecê — cidade	Segunda feira

América Dourada — vila	Sábado
Chapada Dias — povoado	Segunda feira
Lagoa — povoado	Sábado
Lapão — povoado	Sábado
Ibitibá — vila	Sábado
Macaúbas — cidade	Sábado
Açude — Macaúbas	Sexta feira
Boquira — vila	Segunda feira
Canatiba — vila	Sexta feira
Caturama — vila	Segunda feira
Lagoa Clara — povoado	Segunda feira
Batupurã — vila	Segunda feira
Bucuituba — vila	Sábado
Morro do Chapéu — cidade	Sábado
Barro Alto — cidade	Sábado
Utinga — vila	Segunda feira
Bonito — povoado	Sábado
Cafarfaum — povoado	Sábado
Dias Coelho — vila	Sábado
Duas Barras — povoado	Sábado
Fedegozos — povoado	Sábado
Formosa — povoado	Sábado
Monte Alto — povoado	Sábado
Mulungú — povoado	Sábado
Gameleira — povoado	Sábado
Uraçá — povoado	Sábado
Varzea do Cerco — povoado	Sábado
Ventura — vila	Sábado
Volta Grande — povoado	Sábado
Oliveira dos Brejeinhas — cidade	(●)
Bom Sossêgo — vila	(●)
Ipuçaba — vila	(●)
Quixaba — vila	
Santo Inácio — cidade	Sábado
Gentio do Ouro — vila	Sábado
Ibipeba — vila	Sábado
Poços — povoado	Sábado

Chapada Sul

	Sábado
Caetité — cidade	Quarta feira
Igaporã — vila	Sábado
Brejinho das Amestistas — vila	Sábado
Caldeiras — vila	Segunda feira
	Sábado
Lagoa Real — vila	Segunda feira
Maniaçú — vila	Segunda feira
Santa Luzia — povoado	Segunda feira
Guanambi — cidade	Segunda feira
Ceraíma — vila	Domingo
Mutans — vila	Sábado
Cândido — vila	Domingo
Jacaraci — cidade	Sábado
Irundiara — povoado	
Mortugaba — vila	Sábado
Paiol — vila	
Riacho de Santana — cidade	Sábado
Matina — vila	Domingo
Campinas — povoado	Segunda feira
Paramirim — cidade	Sábado
Água Quente — vila	Sábado
Coraíbas — povoado	Segunda feira
Ibiajara — vila	Sábado
Rio do Pires — povoado	Sexta feira
Urandí — cidade	Sábado
Duas Passagens — povoado	Domingo
Pindaí — vila	Sábado
Jurema — povoado	Domingo
Tauape — vila	Sábado
Guirapá — vila	Domingo

Médio São Francisco

Barra	
Biraba — vila	Sábado
Bom Jesus da Lapa — cidade	Sábado
Carinhanha	(●)
Côcas — vila	Sábado
Iuiú — vila	Sábado
Xique-Xique — cidade	Sábado
Central — vila	Sábado
Uibaí — vila	Domingo

Planalto do Oeste

Angical	(●)
Brejo Velho — vila	Domingo
Cantinho — povoado	Sábado
Lagoa — povoado	Domingo
Missão — povoado	Domingo
Mariquita — vila	Domingo
São João — povoado	Sábado
Tabocas — povoado	Domingo
Barreiros	
Boa Esperança — povoado	(●)
Tapinacauga — vila	
Canabravão — povoado	Sábado
Catão — vila	Sábado
São Desidério — vila	Sábado
Tbua — povoado	Sábado
Várzeas — vila	(●)
Correntina — cidade	Sábado
Cotegipe	(●)
Canabrava — povoado	Sábado
Santana — cidade	Sábado
Penamar — vila	Sábado
Santa Maria — da Vitória — cidade	Sábado
Coribe — vila	Sábado

ESTADO DE MINAS GERAIS

Itacambira

Espinosa — cidade	Sábado
Itamirim — vila	Domingo
Mamonas — vila	Domingo
Grão Mogol — cidade	Sábado
Barroca — povoado	Sábado
Batumirim — vila	Sábado
Catuni — vila	Sábado
Cristália — vila	Sábado
Itacambira — vila	Sábado
Porteirinha — cidade	Sábado
Riacho dos Machados — vila	Sábado
Serranópolis — vila	Sábado

Médio São Francisco

Francisco Sá — cidade	Sábado
Barreira do Roiz — povoado	Sábado
Canabrava — povoado	Sábado
Janaúba — vila	Sábado
Sapé — povoado	Sábado

Alto São Francisco

Bocaúva — cidade	Sábado
Guaraciama — vila	Sábado
Vargem Mimosa — vila	Sábado

Metalúrgica

Conceição do Mato Dentro — cidade	Sábado

O movimento anual das feiras varia de uma para outra localidade e, segundo os elementos colhidos, verifica-se que apresentam maior vulto, entre as citadas, as feiras realizadas nos municípios de Buique, Guanambi, Custódia, Espinosa, Grão Mogol, Aquidabã, Angical, Propriá e Gararú.

Devem os poderes públicos facilitar a realização das feiras pelo muito que concorrem para o desenvolvimento econômico das zonas tributárias e para o fortalecimento das relações sociais no interior do país.

OS EUCALIPTOS [1]

LUIZ SIMÕES LOPES
1.º Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Eucalyptus é um gênero da grande família das Mirtáceas, tribo dos **Leptospermoideae** e sub-tribo dos **Leptospermae-Eucalyptimae.**

Êsse gêneo encerra mais de quatrocentas espécies e variedades na sua quase totalidade originárias da Austrália, onde constituem as mais densas e vastas florestas. Hoje em dia vegetam em quase tôdas as partes do globo, em condições satisfatórias, graças às suas raras qualidades de aclimação.

São plantas que, em geral, atingem grandes dimensõees encontrando-se, todavia, algumas espécies de porte mediano e mesmo pequeno, sendo grande a influência do meio sôbre o seu desenvolvimento.

Caracterizando os eucalíptos, diz o botânico do Serviço Forestal, J. G. Kuhlmann: — "O seu principal característica está em serem os seus frutos loculicidos, com ou sem projeção, apical e com 2-8 lóculos, abrindo-se estes de diversos modos no ápice.

Os lóbulos do cálice são indistintos ou nulos; as pétalas são conexas em forma de capuz ou cartucho afunilado, que cai inteira.

A deiscência das anteras é longitudinal, transversal ou apical e poricida, tendo entre as tecas, no ápice do filete, uma pequena glândula.

Na preantese os estames estão fortemente inflexos e após a antese distendem-se e caem rapidamente.

As sementes das espécies de eucalíptos são pequenas, poligonais ou mais ou menos compridas e envolvidas por uma pequena membrana.

O tronco é, geralmente, muito direito, de casca lisa, ou rugosa, conforme a espécie; os ramos inferiores são de crescimento limitado e caducos; a sua fronde é pouco densa e muito pouco ramificada, principalmente não estando as árvores demasiadamente afastadas entre si.

Os **Eucalyptus,** além das características acima indicadas, têm as fôlhas alternas e impregnadas de essências valóteis".

Clima

Os eucalíptos prosperam nos mais diversos climas, variando as exigências com as diferentes espécies. Algumas suportam bem a secura e os prolongados calores da Austrália Central, outras, o clima úmido e frio da Escócia.

Parece, porém, fora de dúvida que os eucalíptos não podem ser cultivados, com vantagem, como essência florestal, em regiões de constante calor uniforme e grande umidade atmosférica, porque precisam de um período anual de repouso, que lhes pode ser proporcionado por alguns meses de sêco ou queda de temperatura.

Solo

Os eucalíptos são pouco exigentes quanto à fertilidade do solo, mas isso não indica que não prefiram as boas terras. Como essências florestais em geral, êles são mais exigentes em relação às condições físicas do solo do que às químicas e pode-se dizer que são condições ótimas os solos frescos, profundos e permeáveis, vegetando êsse gênero satisfatòriamente, muitas vêzes, em lugares pouco favoráveis. Nas culturas econômicas de eucalíptos, devem ser evitados os terrenos poucos profundos, de sub-solo impermeável ou que assentem sôbre rochas, tendo-se sempre o cuidado de, prèviamente proceder à escolha da espécie.

Escolha da espécie

Não se pode preferir arbitràriamente esta ou aquela espécie; cada espécie tem as suas exigências particulares, necessitando regiões adequadas. Pelo exposto, conclui-se que devemos escolhê-las de acôrdo com as condições de clima e de solo de que dispomos e com a aplicação que desejarmos dar às nossas matas de eucalíptos. Abaixo damos a classificação feita por Navarro de Andrade das espécies para os diversos climas e solo.

ESPÉCIES PARA REGIÕES TROPICAIS

Albergiana, alba, argillacea, aspera, brachyandra, brownii, cambageana, calophylla citriodora, cliftoniana, corymbosa, cosmophylla, crebra, culleni, dichromophloia, drepanophylla, e x s e r t a, ferruginea, foelscheana, grandifolia, herbertiana, na, howittiana, jenseni, latifolia, laxophleba, maculata, melanophloia, miniata, papuana, phoenicia, ptychocarpa, resinifera, rostrata, shirleyi, tereticornis, terminalis, tessellaris, umbrawarrensis woollsiana, collina.

ESPÉCIES PARA REGIÕES FRIAS

Amygdalina, andrewsi, cordata, coriacea, coccifera, crebra, gigantea, guilfoylei, gunnii, linearis, longifolia, macarthuri, melliodora, nitida, ovata, obliqua, polyanthemos, pulverulenta, regnans, risdoni, rubida, sieberiana, simmondsii, smithii, unialata, urnigera, vernicosa, viminalis.

ESPÉCIES PARA REGIÕES TEMPERADAS

Acmenioides, affinis, alba, bicolor, capitellata, citriodora, corymbosa, creba, dealbata, eugenioides,

(1) *N. da R. Dêste utilíssimo trabalho do Dr. Luiz Simões Lopes, escrito há mais de 20 anos, teem sido feitas várias edições. A procura, por parte dos interessados, foi sempre muito grande e contínua, o que levou esta revista a reproduzi-lo, embora conhecendo a opinião do seu autor de que se tornaria necessária a sua atualização, à vista dos progressos na cultura da valiosa planta. De um modo geral, porém, é o opúsculo do vice-presidente da Sociedade Nacional de Agricultura um guia seguro para quantos queiram plantar eucalipto, e com o objetivo de estimular a sua cultura, vai o trabalho inserto neste número, ressalvadas as modificações que, desde a sua primeira publicação, a prática tenha aconselhado.*

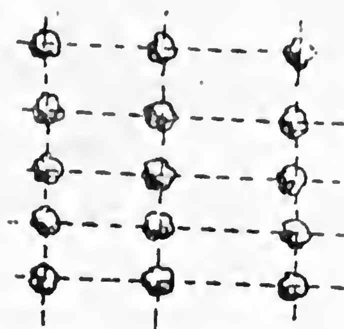
eximia, exserta, globulus, goniocalyx, kirtoniano, macrorrhyncha, maculata, melanophloia, melliodoro, microcarys, paniculata, pilularis, populifolio, propinquo, punctato, resinifera, robusto, rostroto, rubita, saligno, tereticornis, umbro, viminalis.

ESÉCIES SENSÍVEIS À SÊCA

Citriodora, globulus, obliqua, saligno.

ESPÉCIES RESISTENTES À SÊCA

Angulosa, albens, carynocalyx, resinifero, rostrato.



Plantio em linhas

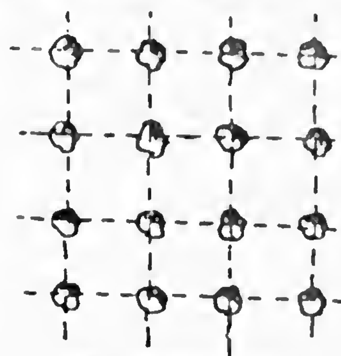


Plantio em triângulos equiláteros ou quincôncio

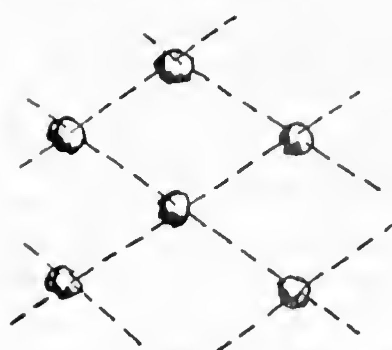
phloia, sieberiano, similis, squamosa, stricta, stuartiono, tetredonta, terminolis, transcontinentolis, umbraworrensis, uncinoto.

ESPÉCIES PARA TERRAS ÚMIDAS

Albo, algeriensis, botryoides, cornuta, diversicolor, forestiana, globulos, moculoto, numeroso, ochrophloia, papuono, patens, raveretiana, risdoni, rostroto, stelluloto, tereticornis, terminolis, viminalis.



Plantio em quadrados



Plantio em triângulos isósceles

ESPÉCIES PARA TERRAS RICAS

Colophylla, cloezina, conico, cariaceo, diversicolor, gannil, goniacalyx, loevopinea, loxophleba, microcarys, numerosa, patens, pilularis, populifolia, reveretiono, rostroto, saligno, siderophloio, stellulota, viminolis, Woollsiano.

ESPÉCIES PARA TERRAS POBRES

Acmenioides, bokeri, baileyona, capitellota, consideniana, corymbosa, dives, eugenioides, kitoniona, leptophylla, ligustrino, moculoto, moideni, microtheca, miniota, adontocarpa, paniculata, peltota, piperito, propinqua, redunca, solubris, squamaso, tetrodanto, trachyphloia, umbro.

ESPÉCIES PARA TERRAS SÊCAS

Aberglana, acacioides, affinis, anguloso, boiloyana, baueriana, bicolor, celostroides, collino, considenlana, corymboso, carynocalyx, eremophilo, eudesmioides, hoemnstoma, hemiphlaio, isingiona, kirtoniana, leptophylla, ligustrino, liroto, moculnso, melonophloia, minioto, obliqua, odontocarpo, pachylomo, peltoto, polyanthemos, propinquo, punctoto, solubris, sidera-

ESPÉCIES PARA TERRAS ALAGADIÇAS

Agregeta, omplifolio, bancrofti, comphora, cosmophyllo, microtheco, neglecto, ovoto, paludoso, porromattensis, potentinervis, robusta, rudis.

ESPÉCIES PARA TERRAS ARENOSAS E ÚMIDAS

Albo, botryoides, capitellota, stuartiona, tereticornis, viminolis.

ESPÉCIES PARA TERRAS ARENOSAS E SÊCAS

Anguloso, albens, rostrata, trachyphloia.

ESPÉCIES PARA TERRAS CALCÁREAS

Bosistoano, enearifolia, eudesmioides, facundo, gomphocephala, microcarpa, adarato, planchoniono, striaticalxy.

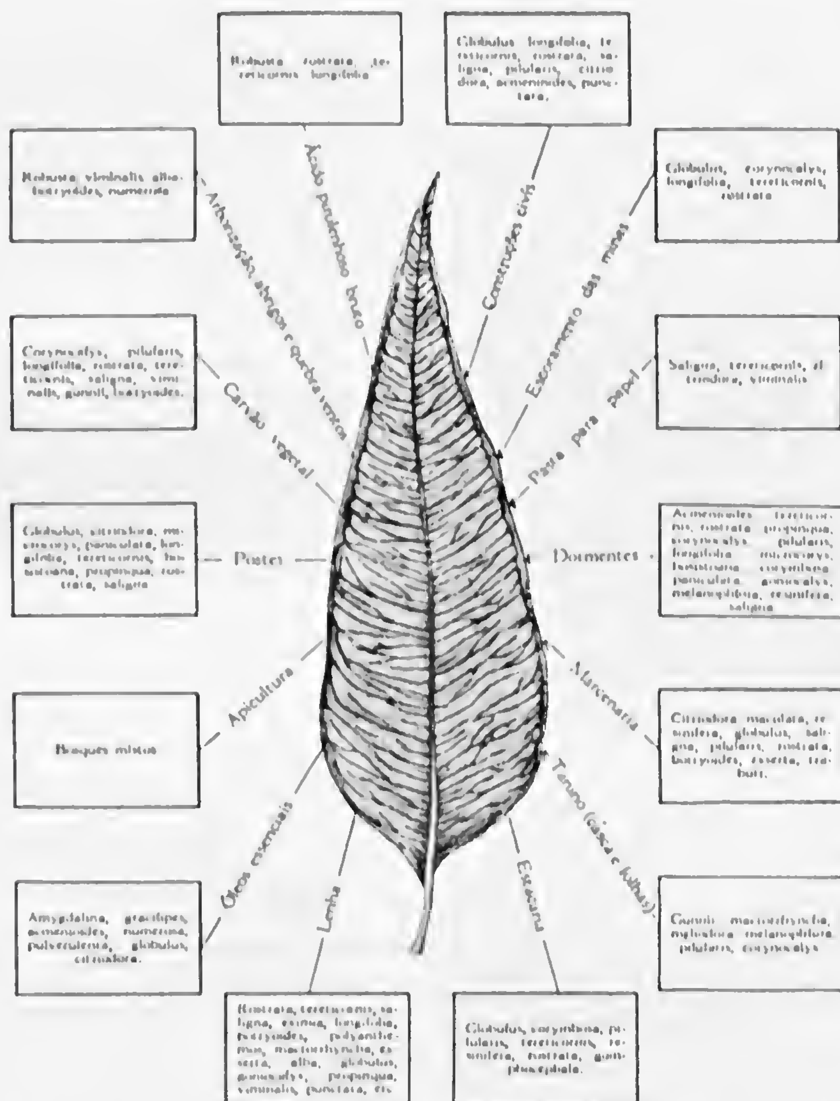
ESPÉCIES PARA TERRAS GRANÍTICAS

Deonei, ficifolio, leucoxylon, peltoto, phanchoniono.

ESPÉCIES PARA TERRAS FERRUGINOSAS

Cambageona, goniocalyx, guilfoyiei, latifolio, occidentalis, uncinata.

APLICAÇÕES DOS EUCALIPTOS



ESPÉCIES PARA TERRAS BASÁLTICAS

Laevopinea

ESPÉCIES PARA TERRAS SALGADIÇAS

Botryoides, globulus, macrorrhyncha, paniculata, robusta, rudis, siderophloia.

ESPÉCIES PARA TERRAS À BEIRA MAR

Globulus, marginata, pilularis, resinifera, robusta, stuartiana.

ESPÉCIES PARA TERRAS ARGILOSAS

Alba, cambageana, goniocalyx, guilfoylei, lotifolia, occidentalis.

ESPÉCIES PARA TERRAS PEDREGOSAS

Bosistoana, cinerea, cosmophylla, crebra, dealbata, dumosa, eximia, ewartiana, leucoxylon, maideni, marrissii, muelleri, piperita, pthychocarpa, umbra.

ESPÉCIES PARA TERRAS PLANAS

Alba, botryoides.

ESPÉCIES PARA VALES

Alba, saligna, smithii.

Entre as espécies de eucaliptos, as seguintes, perfeitamente adaptadas às nossas condições de clima e de solo, são merecedoras da preferência do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura, e do Serviço Florestal da Companhia Paulista, pelo valor de sua madeira e bom desenvolvimento:

Rostrata, teriticornis, saligna, longifolia, botryoides, acmenioides, citriodora, maculata, punctata, resinifera, pilularis, trabuti, viminalis, paniculata,

caupeocalyx, kirtoniana, propinqua, goniacalyx, alba, microcorys e maideni.

Infelizmente, entre nós, há muitas plantações da espécie **robusta**, cuja madeira não é das melhores.

Utilidade dos eucaliptos

O gráfico incluso contém, de modo geral, as principais aplicações dos eucaliptos, indicando as espécies que, entre nós, melhores resultados têm produzido para as diversas fins.

Na Apicultura — Os eucaliptos florescem abundantemente e em tôdas as épocas do ano. As suas flores são muito procuradas pelas abelhas, fornecendo mel de boa qualidade, de sabor e aspecto variáveis com as espécies.

Como estas florescem em ocasiões diferentes e são tôdos utilizáveis, convém fazer bosques mistos, anotando o início e a duração da florescência de cada espécie na região, o que permitirá ao apicultor estabelecer, definitivamente, quais as espécies a cultivar, para obter flores em todos os meses do ano.

Sementes

Boas sementes e sementeiras bem feito constituem a base do êxito na cultura dos eucaliptos, quando praticada em lugar conveniente.

Por isso, chamamos a atenção dos lavradores para as conselhos que se seguem.

Escolha — Deve-se dar preferência às sementes novas, provenientes de árvores adultas, (mais de 10 anos), vigorosas, isoladas, com os caracteres da espécie bem definidos, de preferência aclimadas na região onde se pretende fazer a cultura.

Caso na zona não existam culturas de eucaliptos, é aconselhável procurar estabelecimentos idôneos, sem o que o interessado é muita vez prejudicado, devido à confusão de espécies, remessa de sementes velhas, etc.

Colheita — As sementes devem ser colhidas quando os frutos estiverem maduras, mas não secos, porque, quando as frutos estão secos e abertos, os sementes já cairam. Os frutos, quando maduros, tomam uma côr ligeiramente amarelada em algumas espécies, mas, para se ter base segura a fim de proceder à colheita, convém fazer uma inspeção às árvores, de vez em quando, verificando se os frutas estão em condições de serem colhidos.

Colhem-se os frutos com o auxílio de uma tesoura montada na extremidade de uma vara comprida, salvo quando se trata de árvores muito altas, caso em que é preciso subir até as galhos.

Colhem-se os frutos com o auxílio de uma tesoureiros especiais, executando-se, assim, a secagem, que dura alguns dias.

Tôdas as tardes, antes de recolher as tabuleiras, sacodem-se os frutos, fazendo cair as sementes no fundo do tabuleiro ou, se a quantidade for grande, peneirando bem os frutos, em peneiras apropriadas.

As sementes são recolhidas a latas, enquanto que os frutos voltam no dia seguinte ao sol, para serem batidos novamente e assim sucessivamente, até ficarem completamente vazios.

Secagem das sementes — As sementes devem voltar ao ar livre até ficarem bem secas, o que se reconhece pelo tato e pelo aspecto.

Conservação — Depois de secas, as sementes devem ser conservadas em latas e guardadas em lugar fresco e sêco.

Experiências de germinação

Antes de plantar qualquer semente, o agricultor deve fazer um ensaio simples, de germinação e para isso deve proceder da seguinte maneira:

Tome um prato fundo, enche-o de areia fina e umedece-o bem. Conta 100 sementes, sem escolher as mais bem apresentadas, porém tendo o cuidado de não confundir com as sementes os arilos e outros fragmentos.

Coloca essas 100 sementes dentro de papel de filtro ou mesmo mata-borrão, sôbre a areia molhada, calcando até umedecer as sementes.

Toma nota da data em que iniciou a experiência e todos os dias procede à retirada e contagem das sementes germinadas, para melhor acompanhar o andamento da germinação, de acôrdo com o seguinte exemplo:

EUCALIPTUS GLOBULUS

Colhido em 3 de novembro de 1927 — 100 sementes — data do início da experiência, 22 de novembro de 1927

DIAS	número de sementes Germinadas	OBSERVAÇÕES
22	0	
23	0	
24	36	
25	15	
26	13	Percentagem de germinação, 73
27	7	
28	2	
29	0	
30	0	
1-12-27	0	
TOTAL	73	

Se a percentagem, for superior a 50, a semente é considerada boa; se for inferior, já sabemos que precisamos semear maior quantidade por metro quadrado.

Duração da Faculdade Germinativa — A duração da faculdade germinativa da semente varia de acôrdo com o clima, espécie, boa ou má conservação, etc. Assim é que, se, na Europa, as sementes de algumas espécies conservam o poder germinativo até vários anos, outras espécies em nosso meio perdem essa faculdade em poucos meses.

Por todos as motivos, fica patente que o lavrador bem orientado não deve semear sem experimentar a sua semente prèviamente.

Sementeiro

A sementeira de eucalipto, delicada e exigente, assemelha-se muito às sementeiras de hortaliças e de fumo.

Pode a sementeira ser feito em canteiros ou em caixões, colocados a altura conveniente, a fim de facilitar o trabalho, sempre, porém, abrigado das chuvas fortes, ventos, sol excessivo, etc.

No nosso clima é dispensável o estufim, que tão bons serviços presta nas regiões frios.

Nas grandes culturas não se utiliza, geralmente, o caixão, por encarecer o serviço; o canteiro, bem

preparada, em lugar conveniente, é o mais prático O Serviço Florestal faz suas sementeiras da seguinte maneira.

Preparo da Terra — Feito o canteiro, com terra comum, como se fôsse para hortaliças ou fumo, tendo um metro de largura e o comprimento correspondente à quantidade de sementes que se quer semear, destorroa-se bem a terra e junta-se uma camada de estêrco de cocheira bem curtido, de 5 dedos de espessura, que se mistura à terra (depois de passado na peneira) e nivela-se bem o canteiro. Passa-se a mão sôbre todo o canteiro, para acamar a terra, tirar os torrões, raízes e outros quaisquer fragmentos e rega-se abundantemente com regador de crivo fino.

Semeadura — Toma-se a semente e faz-se a sua distribuição sôbre o canteiro de modo a espalhá-la o mais que fôr possível, como quem semeia hortaliças. Êsse reesultado se obtém mais fàcilmente misturando-se a semente em partes iguais com areia fina, branca, bem sêca. Depois de feita a semeadura como acima ficou dito, cobre-se com uma camada de terra vegetal muito fina. A aglomeração das pequeninas sementes no canteiro, provocada pela rega, demonstra, na prática, que essa operação deverá ser feita antes da semeadura, molhando-se fartamente o canteiro, como atrás ficou dito.

Terra Vegetal — A terra vegetal é a que se encontra na mata, verdadeira mistura de terra com resíduos de fôlhas, etc., e que deve ser utilizada para cobrir a sementeira. Pode ser substituída por uma mistura constituída de uma parte de terra comum com duas partes de estêrco de cocheira curtido. Qualquer que seja a sua origem, a terra empregada para cobrir as sementeiras de eucalipto deve ser passada na peneira.

Quantidade de sementes a empregar — A quantidade de sementes a empregar é variavel com as espécies, poder germinativo e outros fatôres, porém, regula, em médio, cêrca de 50 gramas por metro quadrado. Essa quantidade pode ser reduzida até 30 gramas, quando as sementes apresentarem uma percentagem de germinação muito elevada, salvo o caso de espécies cujas sementes são muito pesadas, como a **E. citriodora**, por exemplo. Um quilo de sementes deve produzir mais ou menos 30 a 35 mil plantas aproveitáveis.

Época de semeadura — A época da semeadura depende do clima da região onde se pretende fazer a cultura.

De um modo geral, pode-se dizer que a sementeira deve preceder de 4 a 5 meses a época das chuvas, porque êsse é o prazo que medeia entre a semeadura e a plantaçao definitiva, que, assim, é favorecida pelas mesmas.

Cuidado da sementeira — Feita a sementeira, cobre-se com aniagem ou outra cobertura apropriada, como galhos, sapé, fôlhas de palmeira, etc., para protegê-la das chuvas violentas, sol excessivo e ventos, cobertura essa que deve permanecer até que as plantinhas estejam fortes, o que se dá dentro de quinze dias.

A cobertura com zinco ou tábuas é necessário, sempre que o tempo ameaçar tempestades ou chuvas torrenciais.

Transplantação ou repicagem

Varia em tôrno de dois meses o tempo que vai da semeadura à repicagem, mas devemos nos guiar sempre pelo tamanho das mudas e não pela idade.

Assim, a repicagem deve ser feita quando as mudas atingirem 10 centímetros de altura, (nas regiões do norte é feita, com bons resultados, com mudas de 5 centímetros), fazendo-se a escolha de modo a ficarem as caixas com mudas do mesmo tamanho, deixando no canteiro as menores para serem repicadas quando estiverem em condições.

Para se proceder a essa operação escolhem-se dias sombrios, não muito quentes. Rega-se abundantemente o canteiro para facilitar a retirada das mudas e não romper as raízes, condições que muito concorrem para o bom resultado da transplantação.

Arrancadas do canteiro, as mudas são levadas para lugar abrigado, onde são plantadas em caixões, de preferência a latas ou vasos.

Os Caixões — Um bom tipo de caixão, pelas facilidades de transporte que oferece e pelo bom aproveitamento, é o que tem as seguintes dimensões: 0,60 m x0,40 m x 0,10 m. Êsses caixões comportam 80 mudas e devem encher-se com terra vegetal, ou com uma mistura de uma parte de estêrco bem curtido para duas partes de terra comum.

Para que as mudas fiquem equidistantes no caixão, o processo mais prático é o seguinte: sôbre uma fôlha de lata ou zinco, com as dimensões do caixão, isto é, 0,60 m x 0,40 m, fazem-se os 80 furos correspondentes ao número de mudas de cada caixão; aplica-se a lâmina sôbre a terra do caixão e, com um furador especial, fazem-se 80 covas e, em seguida, plantam-se as mudas, tendo o cuidado de não enterrá-las demais; chega-se terra às raízes e rega-se o caixão com regador de crivo fino, que deve ser sempre usado enquanto os eucaliptos estão pequenos.

Os caixões são guardados dentro de casa, à sombra, durante 5 ou 8 dias, findos os quais vão para o ripado, onde permanecem cêrca de 20 dias, até que as plantas fiquem bem fortes, depois do que são expostas ao ar livre e pleno sol. O ripado serve para acostumar as mudas ao tempo, porquanto, como se sabe, deixa passar algum sol e o vento.

Não é demais lembrar que aos eucalíptus, quando em caixão, não podem faltar as regas abundantes, duas vêzes ao dia pelo menos.

A plantação nos caixões deve ser feita sôbre mesas toscas, para evitar que os operários trabalhem de joelhos ou abaixados.

Plantação definitiva

Considerações gerais — A plantação definitiva deve ser feita quando as mudas atingirem a 25 ou 30 centímetros de altura, porque, quando menores, são pouco resistentes e, quando maiores, terão muito vez o seu desenvolvimento futuro retardado, em virtude de terem estado nos caixões apenas com pequeno bloco de terra à disposição, durante prazo longo demais.

Deve-se dar preferência aos dias chuvosos ou pelo menos encobertos, pois a chuva facorece muito a pega, já pela rega natural já por aconchegar melhor a terra às raízes.

A plantação se faz de modo a deixar o colo da planta ao nível da superfície do solo, salvo os casos de exceção, que são os seguintes:

a) Terrenos excessivamente secos — Neste caso o colo da planta deve ficar a 10 centímetros abaixo da superfície, dispondo-se a terra em forma de concha, para armazenar maior quantidade de água quando chover.

b) Terrenos excessivamente úmidos. — Nesses terrenos planta-se a muda sôbre um montículo de terra.

Na retirada das mudas dos caixões usa-se uma colher de pedreiro e procura-se tirá-la com um bloco de terra, sem comprimi-lo como fazem alguns, colocando-as nas covas com raízes envoltas no bloco da terra, o mais tôda possível.

Não é necessário danificar os caixões para retirar as mudas, devendo ser evitada essa prática, porquanto é preciso ter sempre em mente o lado econômico, usando todos os processos que redundem em redução da custo dos trabalhos. Se houver dificuldades para retirar as primeiras mudas, desprega-se uma das tábuas laterais do caixão.

Escolha das mudas — No plantação definitiva devemos proceder a criteriosa escolha das mudas, só aproveitando as que apresentarem bom aspecto e desenvolvimento satisfatório.

Não é econômico plantar mudas raquíticas ou enfezadas, que teem tôdas as probabilidades de produzir árvores de crescimento tardio e de pequena ou nula valor comercial.

Além disso, essa prátia nos leva mais tarde a maiores replantios, sempre caros e difíceis e mesmo impraticáveis a partir de certa idade das matas. Também não devemos utilizar plantas que permaneceram mais do que deviam nos caixões, especialmente quando as mudas já começaram a formar uma espécie de nódulo nas raízes, pois nunca mais se desenvolverão convenientemente.

E' preciso levar em conta que as diferenças no desenvolvimento das mudas mais se acentuarão nas plantações definitivas, ante a concorrência que se estabelecerá fatalmente nos futuros bosques, na luta pela luz e substâncias nutritivas.

Tutores — O uso dos tutores deve ser completamente abolido, porque êles favorecem um crescimento exagerado da planta, em detrimento da sua resistência. E' preciso deixar a muda crescer livremente, estabelecendo o equilíbrio entre as suas dimensões, o que lhe dá maior valor e mais resistência aos agentes exteriores.

Preparo do Terreno — Deve-se no preparo conveniente do terreno para a plantação de eucalíptos, fazer preliminarmente uma lavra tão profunda quanto possível, seguido de destorroamento, gradagem e abertura de covas, de cubagem suficiente para receber a muda como sai da caixão, isto é, com o bloco da terra. Nestas condições, as covas podem ser abertas pouco antes da plantação. No caso em que não forem possíveis essas operações — pela excessiva inclinação do terreno, tocos, raízes, falta de recursos, etc., o agricultor deve empregar seus melhores esforços para abrir boas covas, com uma antecedência de um mês, tendo o cuidado de separar a terra do solo da do sub-solo. Para isso, considerará solo a camada de terra superficial, com 25 centímetros aproximadamente de espessura, e sub-solo a restante, colocando na enchimento das covas primeiramente o solo e depois o sub-solo.

Haverá grande vantagem em que sejam abertas covas grandes. Fica isso, porém, ao critério dos lavradores interessados.

Processo de Alinhamento — As plantas no terreno poderão ser dispostas simètricamente, com regularidade, processo que trás várias vantagens.

São quatro os processos que a silvicultura nos ensina para o alinhamento: 1) em linhas; 2) em quadrados; 3) em triângulos equiláteros; 4) em triângulos isósceles.

Dêsses, aconselhamos ao agricultor examinar o segundo e o terceiro em relação às condições do seu terreno, sendo que o alinhamento em quadrados é mais fácil de executar-se e adaptável a todos os terrenos, enquanto o alinhamento em triângulo equilátero dá maior número de plantas por unidade de superfície e é mais belo, porque as plantas ficam alinhadas em todos os sentidos, sendo, porém moroso e aplicável de preferência em terenos planos e limpos.

Na escolha do processo de alinhamento devemos preferir o mais econômico, porquanto, em silvicultura, não se exige uma grande precisão nessa operação.

Assim descreve Navarro de Andrade os meios práticos de traçar no terreno os alinhamentos mencionados:

"Para o alinhamento em linhas ou fileiras, colocam-se balizas ou estacas altas nos dois extremos de cada linha ou carreira, como pontos de referência, e, em seguida, com uma bitola da distância adotada, marcam-se os lugares em que devem ser abertas as covas. Em terrenos bem feitos, pode estender-se de uma baliza à outra uma corda ou um arame em que estejam assinalados os compassos de plantação.

Para a plantação em quadros, marcam-se primeiramente duas linhas paralelamente consecutivas, e, nestes, os lugarees das covas. Duas estacas fronteiriças, uma de cada linha, darão a direção de tôdas as outras linhas, perpendiculares às da base e nas quais se colocam estacas, como no processo anterior. Também aqui é possível o emprêgo de fios de arame, como se usa frequentemente no alinhamento dos nossos cafezais, para o que são marcados grandes quadrados, primeiramente no lugar de plantação e, em seguida, marcadas as covas internas, o que se faz unindo por meio de fio de arame ou cordel os pontos assinalados nas linhas mestras, extremas, para as covas.

Na disposição de triângulos equiláteros, o meio mais expedito é o seguinte: marcadas a primeira linha e os lugares das plantas, às extremidades de uma vara que tenha de comprimento a distância escolhida, ata-se um cordel, que seja o dôbro daquela e com um nó no meio.

Para determinar os outros pontos, basta colocar a vara no intervalo de duas estacas e, esticando o cordel, cravar uma outra no lugar assinalado pelo nó.

Para os triângulos isósceles faz-se o mesmo, com a diferença, apenas, de que o cordel, em vez de duas vêzes o comprimento da vara, deve ter o dôbro de qualquer dos lados iguais do triângulo, ou, antes, deve ser igual à soma dêsses dois lados".

Distância de Plantação — Uma boa distância para se tomar por média é a de 2,00 m em quadro.

Para se calcular o número de plantas que uma dada área pode conter, existem as seguintes fórmulas:

Plantação em linha .... $\frac{S}{d \times l}$

Pontação em quadrados .... $\frac{S}{d^2}$

Plantação em triângulos equiláteros .... $\frac{S}{d^2} \times 1,155$

s indica a superfície em metros quadrados, **d** a distância de planta e **l** a distância de linha a linha.

Exemplos — Quantas plantas comporta um hectare, plantado em quadrados ou em triângulos equiláteros, a 2m de distância entre as plantas?

Em quadrados.

$$\frac{S}{d^2} \times 1{,}155 = \frac{10\,000\ m^2}{2 \times 2} \times 1{,}155 = \frac{10.000}{4} \times 1{,}155 = 2.887$$

O quadro seguinte indica o número de plantas por hectare, plantadas em quadrado ou em triângulo equilátero:

DISTÂNCIA EM METROS	HECTARES	
	EM Triângulo	EM Quadrado
2 ...	2.887	2.500
2,50	1.848	1.600
3 ...	1.283	1.111
4 ...	721	625
5 ...	462	400
6 ...	319	277

Organização da cultura

Êste trabalho tem por fim explicar singelamente o modo de cultivar os eucaliptos aos que nada conhecem do assunto, ficando para trabalhos posteriores a parte relativa à exploração pròpriamente dita.

Como, porém, a futura exploração está naturalmente ligada à cultura, convém chamar a atenção do agricultor para os estudos prévios, que deve realizar, examinando certas condições particulares, tais como localização das suas propriedades, fins visados, solo, clima, recursos de que dispõe, etc.

Feito isto dentro dos princípios econômicos deverá o agricultor orientar, então, os seus trabalhos, procurando associar os vantagens que oferecem os eucaliptos, de modo a torná-los mais úteis e rendosos, tendo sempre em mente que o transporte é questão básica nas explorações florestais.

Quando, para facilitar o transporte, se fizerem plantações nas proximidades das linhas férreas, é preciso deixar sempre uma faixa de 50 metros, a fim de diminuir os perigos de incêndios.

Na organização do plano geral de trabalho deverá ficar estipulado o total das plantações e as parcelas anuais a executar, tomando-se as necessárias providências.

Os Aceiros — Deve-se deixar sempre uma separação entre os talhões de cada ano. Todo êles, porém, devem estar próximos e dispostos de modo a facilitar os cortes no futuro, ao longo de estradas prèviamente traçadas.

Essas estradas, que servem de separação entre os talhões, são verdadeiros aceiros, indispensável medida preventiva para as possíveis lutas futuras contra o fogo, no caso de incêndios nas matas.

Os aceiros devem constituir uma verdadeira rede de comunicações, uns mais largos, que serão estradas mestras, e outras mais estreitas, que serão outros tantas vias de penetração nas matas.

Êsses aceiros serão tanto mais frequentes quanto maiores as probabilidades de incêndio, mas a sua distribuição e largura só podem ser aconselhadas em vista da situação do tereno, ventos dominantes, etc.

As larguras variam de 5 a 20 metros, conforme a necessidade, constituindo um bom tipo o aceiro de 12 metros.

Importantíssimo para que os aceiros preechom os seus fins, é tê-los sempre em estado de absoluta limpeza, isto é, isentos de tôda e qualquer vegetação ou detritos que possam dar origem a incêndios; portanto, os aceiros devem ser cuidadosamente capinados e varridos.

Trato das matas

As plantações de eucalíptos requerem cuidados especiais nos primeiros anos.

O terreno deve ser mantido isento de vegetação, daninha, por meio de limpezas, feitas de preferência a enxada, nas épocas apropriadas, sempre antes da queda das sementes no solo.

Essas limpezas frequentes no primeiro ano, em número de quatro carpas pelo menos, ir-se-ão reduzindo a três no segundo, uma carpa e uma limpeza a foice no terceiro e depois raçados a foice até o quarto ano.

Para reduzir as despesas, tornando mais econômica a cultura, pode-se fazer, no primeiro ano, e, às vêzes, no segundo, conforme o desenvolvimento, uma cultura intercalar com milho, feijão, mandioca, batata, etc.

As podas ligeiras são também úteis nos primeiros anos, a fim de evitar a ramificação baixa, com prejuizos do desenvolvimento do fuste principal.

E' conveniente também retirar as plantas partidas ou deitadas pelo vento, os galhos secos ou cujo crescimento prejudique as árvores vizinhas ou a própria árvore.

Desbastes — Os desbastes são feitos de acôrdo com o fim que se deeseja dar às matas. De um modo geral, porém, pode-se dizer que êles devem ser iniciados a partir do quarto ano, pela supressão das árvores mortas, mal conformadas, raquíticos, dando-se, assim, maior área às plantas bem desenvolvidas.

Embora feitas nas melhores condiçõees, numa plantação de eucalíptos há sempre certa percentagem de perdas, sendo conveniente fazer-se a replantio.

O melhor método de replantio consiste em inspecionar constantemente as plantações, a partir do fim da primeira semana, e ir substituindo as mudas mortas. Essa replanta pode-se prolongar até o fim do primeiro ano, depois da qual não deve mais ser executado.

Inimigos

Os eucalíptos, entre nós, são relativamente pouco atacadas. Entre os seus inimigos, o que maior dano lhes causa é a formiga, especialmente a saúva.

Tão sérios são os prejuizos, que se pode considerar impraticável a cultura sem a extinção da formiga, êsse grande flagelo da lavoura nacional, que vem, aliás, sendo combatido sem esmorecimento pelos agricultores, como um dos seus maiores inimigos.

Quando novos, os eucalíptos são, algumas vêzes, atacados por cogumelo (fungus) que é fàcilmente destruido com o emprêgo de areia ligeiramente aquecida.

Também a cupim, outros insetos e moléstias criptogâmicas atacam os eucalíptos.

Como êsses inimigos só podem ser identificados com segurança pelos técnicos, o silvicultor, sempre, que encontrar algum caiso de anormal em suas matas, deve remeter sem demora as partes atacadas, insetos que porventura tenha encontrado, outras observações que lhe ocorrem e tôdos as informações complementares, tais com seu nome, endereço, zona em que possue as matas, idade dessas, dizendo se o pedaço enviado é do tronco principal ou dos galhos, etc., para o Serviço Florestal, do Ministério da Agricultura, repartição que se encarregará de esclarecer o assunto, aconselhando os meios que julgar convenientes para combater o mal.

A LAVOURA

(ÓRGAM DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897



Eng.º Agrônomo Arthur Torres Filho
Presidente da Sociedade



Eng.º Agrônomo Antonio de Arruda Camara
Diretor



Eng.º Agrônomo Kurt Repsold
Redator Técnico



Eng.º Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira
Consultor-Técnico



Luiz Marques Poliano
Redator-Secretário e Gerente



Redação e Administração:

AV. FRANKLIN ROOSEVELT 115, 6.º

Telefone: 42-2981

Caixa Postal 1245 — Rio de Janeiro



Sociedade Agrícola de Pelotas

O discurso do Dr. Joaquim Luis Osório, pronunciado no ato inaugural das exposições comemorativos do jubileu de ouro da Sociedade Agricola de Pelotas, em 25 de setembro do ano passado, que a seguir publicamos, encerra uma lição àqueles que descrêem da capacidade associotivo do homem rural brasileiro. Cinquento anos de existência representam numa entidade associativa um esforço fora do comum em nosso meio, ao mesmo tempo que ensinam que, havendo objetivo são a atingir, os percalças se transformam em estimula; as dificuldades de tôda ordem em incentivo. Maior é a admiração quando se avalia que uma obra destas é impessoal; nela colaboram muitos, o que quer dizer que os objetivo da classe, ao fim coletivo, cederam as paixões e até os pontos de vista pessoais. Belo exemplo, o da Sociedade Agricola de Pelotas.

"A Lavoura — órgão da Sociedade Nacional de Agricultura — repete o discurso do Dr. Joaquim Osório — seu velho amigo e colaborador — como uma homenagem a mais à veterana instituição, cujo história ali se vê contada com simplicidade, sisteticamente, mas com a fôrça e o veemência das grandes histórias, como de fato a é a da Sociedade Agricola de Pelotas.

Nas festividades do jubileu da Sociedade Agricola de Pelotas, foi representante especial do S. N. A. o seu 1.º Vice-Presidente, Dr. Luis Simões Lopes, a quem daqui agradecemos a remessa do importante documento que se segue.

"Legitimas são as expansões de alegria e de entusiasmo, que empolgam a classe rural pelotense, ao comemorar hoje, festivamente, com estes grandes certames, o jubileu de ouro da benemérita Sociedade Agricola. E' que a sua existencia encerra um tesouro sem par de merecimentos e serviços à comuna e ao Estado, a encher de glórias, só com o seu nome laureado, a história agrário do Rio Grande do Sul.

Fundada a 12 de outubro de 1898, a sua primeira missão foi de fraternidade. Vinham os nossos patricios de cruenta luta civil. A paz, firmado nesta cidade, a 23 de agôsto de 1895, não extinguiro de toda os resquicios de uma profunda separação politica. A fundação da Sociedade Agricola aproximou os patriotas, apagou as prevenções, consolidou a paz, nesta gleba abençoada, irmanou os homens num mesmo pensamento, sob a mesma larga bandeira do reerguimento econômico da Rio Grande do Sul. E' assim que, encontramos à frente da primeira diretoria as Drs. José Cipriano Nunes Vieira e Artur Maciel, expoentes máximos dos tradicionais partidos gaúchos — a Partido Republicano, de Júlio de Castilhos, e a Partido Federalista, de Silveira Martins.

Sob êsses desígnios, floresceu a Sociedade Agricola, com a nome de Sociedade Agricola Pastoril do Rio Grande do Sul, por ser a primeira e única no Estado, denominação que conservou até 1922, quando passou a chamar-se apenas Sociedade Agricola de Pelotas, em face da instalação de outros congêneres disseminadas pelo Estado.

Surgiu a lusida Sociedade de iniciativa da "Revista Agricola do Rio Grande do Sul", fundado em 1897, onde aparecem como diretorees os Drs. Cipriano Nunes Vieira, Francisco José Rodrigues de Araújo, Guilherme Minssen, José Vaz Bento.

A ação dêsses precurssores do movimento associativo riograndense foi fecunda e pertinaz na luta que a pena de Nunes simbolizou na derrocada do velho arado de pau.

A 10 de novembro de 1898, realizava a Sociedade a sua primeira exposição, a primeira do Brasil. E não parou até hoje na execução de seu programa. Este é o 26.º certame pastoril que realiza, com exposições anexas de gado leiteiro, de equinos crioulos, de ovicultura, com caráter internacional, de gado holandês, de trigo, de lãs, canina e industrial, todas os seus certamees coroados do maior êxito.

Suas atividades, nesse meio século de existência, multipliicaram-se, ininterruptamente, em propaganda, vigilância e defesa das interêsses agro-pecuários. Concursas agricolas, demonstraçõees práticas aratorias, distribuição de livros, publicações, sementes, vacinas, realização de conferências, congressos regionais; a fundação de um Pôsto Zootécnico Municipal em 1909, das associações rurais de Canguçú e Piratini, em 1915 e 1916; a criação do Instituto de Higiene, em 1918, para a fabricação de vacinas e soros em defesa do homem e dos animais. Cometimento a que ficaram ligados os nomes imortais do sábio Osvaldo Cruz, e do cientista Artur Neiva, e este em visita a esta cidade para estudar as possibilidades de Pelotas, então, diretores, respectivamente, dos Institutos de Manguinhos e Butonton.

As "Efemerides Agrícolas", organizadas pelo agronomo Fortunata Pimentel, denodado lidador e historiógrafo da vida rural do Rio Grande da Sul, constituem um registra das atividades da Sociedade, neste meio século de labores, a recomendar os seus méritos e serviços.

Nascida modestamente, com instalações improvisadas nas épocas das exposições, que nem por isso deixaram de apresentar interessantes cenários rústicos, a que, por vezes, se aliaram parques de diversões e rodadas gaúchas, e, por último, com moderno pavilhão metálico, ostenta hoje, ufana, a Sociedade Agricola, êste soberbo Parque de Exposições, inaugurado em 1945, justo coroamento da grandeza de seus subimes ideais; "Parque Ildefonsa Simões Lopes", a relembrar a ação proficua do preclaro Ministro da Agricultura, filho dileto desta terra, que entre outros serviços, legou-nos o belo estabelecimento, que foi o Patronato Agrícola Visconde da Graça, hoje Escola Agro-Técnica Visconde Graça, abrigando 200 alunos, a receberem a instrução agricola.

Homenagear os grandes mortos é um dever cívico, pelo exemplo que deixaram e quanda já lograram o julgamento imparcial dos coevos e posteros. Pois bem: A Sociedade Agrícola é obra principal do Dr. José Cipriano Nunes Vieira. Donde a sugestão que aqui lançamos de erguer-se neste Parque uma hermo em honra de seu egrégio fundador, vulto ilustre, respeitável, pela inteligência, cultura, devotamento a Pelotas e espírito filantrópico, inscrevendo-se na base desse monumento as nomees de seus delicodos companheiros de primeira diretoria, entre os quais destacam-se labutando por longos anos, Guilherme Minssen, o animador da fundação e o técnico dos certames, Antônio Soares Paiva,

que fez da Sociedade Agrícola a sua casa amantíssima, até a morte, podendo-se dizer que viveu para amá-lo e servi-lo.

Impulsionada por forte espírito associativo, sentindo a necessidade de congregar a classe rural rio-grandense, que então já contava com várias associações rurais, a Sociedade Agrícola promoveu o 1.º Congresso Agrícola do Rio Grande do Sul, que, com brilho e eficiência inaugurou-se nesta cidade, a 12 de outubro de 1908.

Dêsse memorável conclave, em que foram debatidas as mais palpitantes teses, relativas à lavoura, à criação, à economia rural, resultou a iniciativa da fundação da Federação Rural do Rio Grande do Sul. Convocou a nossa Sociedade uma assembléia da classe para Pôrto Alegre, em 1909, e daí data a primeira Federação, cuja direção central foi confiada a Pelotas. Só em 1921, a Sociedade Agrícola, então sob a presidência do Dr. Manuel Luís Osório, cessou as responsabilidades de órgão supremo da classe rural, com a fusão operada em Bagé com o "União dos Criadores", fundada em 1912, incorporada à Federação, que passou à presidência do conspícuo líder ruralista Coronel Alfredo Gonçalves Moreira, de valiosos serviços ao Rio Grande do Sul. Foi êsse um notável feito. Representou a unificação da classe rural, sob a fórma federativa.

Hoje vemos manter-se sólida e prestigiada a Federação Rural Rio Grandense, vencido breve hiato que sofreu, constituindo exemplo, que foi, da organização da classe rural no país, que conta já com seis Federações, formando a Confederação Rural Brasileira.

Disse, com justiça, o nobre Governador do Estado, com a autoridade de sua palavra, no banquete que, no mês passado, ofereceu-lhe a Prefeitura, que o Pelotense foi o bandeirante do Rio Grande do Sul. Não recebemos o conceito como lisonja. No trabalho agrícola, no progresso rural, Pelotas foi, incontestàvelmente, o desbravador indomito, não inspirado por sentimentos egoísticos ou de amor local, tão sòmente, mas, por impulsos de solidariedade com este todo, que é o Rio Grande do Sul idolatrado.

Foi daqui que saiu a primeira navio que singrou as águas do Estado. Foi aqui que se instalou a primeira xarqueada. Foi Pelotas o maior empório de riqueza pastoril do Estado. Foi aqui que se produziu o primeiro movimento pela fruticultura, com a fundação da Quinta do Bom Retiro, de Ambrósio Perret, em 1887. Foi Pelotas que teve a primasia de possuir a primeira lavoura de arroz irrigado de iniciativa dos Irmãos Lang. Foi aqui que se realizou o 1.º Congresso Agronômico do Estado, em 1933. Foi Pelotas o berço de Ferreira Viana, o redator da Lei Aurea, que abolindo a escravidão africana, criou o trabalho livre no Brasil, o alicerce da nossa reforma social. E' aqui a séde da Associação dos Criadores de Cavalo Criaulo, da Sociedade Avícola, da Cooperativa Sudéste dos Produtores de Lã, da Cooperativa dos Fruticultores de Pelotas, da Associação do Registo Genealógico do Rio Grande do Sul.

Os problemas rurais pelos quais Pelotas propugnou foram de interêsse geral. Pelotas quiz sempre e quer cooperar ao serviço de suas riquezas e do Rio Grande do Sul, de que se ufana de ser célula devotada.

No **setor agrícola,** no memorável Congresso de 1908, abordou as questões das culturas do milho, do arroz, do trigo da herva mate, do fumo, da adubação das terras, da viticultura, da sericicultura, do combate à praga acridia, da vantagem da lavoura mecânica.

No **setor da pecuária,** debateu os métodos de melhoria do gado criaulo, por seleção ou cruzamento; os modos de sistematizar a criação dos bovinos, à campo; a escolha das raças, cavalar, ovina, suína' de combater as epizootias.

No **setor da economia rural** — O ensino agrícola, pela instituição do professôrado ambulante, a defesa das florestas, os meios de harmonizar os interêsses dos particulares; a prédica do amor à árvore (Realizou a primeira Festa da Árvore no Rio Grande do Sul, em 1909), a organização da indústria do leite; a necessidade de legislação rural, a organização sindical, a questão dos transportes, do crédito agrícola.

São temas fundamentais para o progresso agropecuária do Estado, aprimorados nos 1.º e 2.º Congressos regionais do Sul do Estado, que promoveu, em 1932 e 1933, o segundo com especialização em laticínios.

Quem reler as memórias apresentadas a êsses congressos verá que, já há quarenta anos, havia uma consciência agrária pelotense.

Invocamos êstes títulos de glória da Sociedade Agrícola de Pelotas não por vaidade. Outros municípios possuem elevados laureis. Invocamo-los como uma prestação de contas e para reafirmar o propósito de prosseguir na mesmo faina ao serviço do Rio Grande do Sul, para maior grandeza do Brasil.

Velhas aspirações vemos com jubilo concretizarem-se umas, em marcha de solução, outras.

Em 20 de agôsto de 1897, por Ato n.º 1, o Prefeito de Pelotas, Dr. Antero Vitoriano Leivas, de pranteada memória, decretava e promulgava a Lei de Posturas Rurais do Município, a primeira do Estado. No Congresso de 1908, o provecto advogado Dr. Júlio da Costa Cabral, apresentava projeto de um Código Rural Nacional.

A questão da competência constitucional privou o Rio Grande do Sul até agora de possuir a sua legislação rural. Felizmente, a atual Constituição da Republica abriu caminho aos Estados para legislarem a respeito. De fato; impossível é exigir uma legislação rural uniforme para todo o Brasil, onde diversas são as variedades geofísicas dos Estados, as condições de sua vida agrícola e pastoril, os costumes, o grau de progresso econômico, a própria terminologia. Acha-se entregue à Assembléia Legislativa do Estado o projeto de Código Rural do Rio Grande do Sul, elaborado pela Comissão nomeada pelo Governador. Pende nesta hora do exame da classe rural. Regula importantes questões, como a do registo de marcas, dos tapumes divisórios, do trânsito público, das porteiras, das servidões, dos pastoreios, das marcas e sinais, da polícia rural; e faz-se mistér que os agricultores e criadores gaúchos colaborem em emendas e observações para que a obra saia aperfeiçoada. E' este o apelo que aqui deixamos.

A questão dos transportes rodoviários acha-se entregue a um Departamento especializado, e apesar dos percalços, já eleva-se a rêde rodoviária do Estado a seis mil quilômetros.

A próxima macadamização da Rodovia Pelotas-Rio Grande; a rodovia Pelotas a Bagé; a ligação a Piratini; as rodovias de Pôrto Alegre a Pelotas e Jaguarão são obras a cargo do Daer; e, como obra exclusiva do Plano Rodoviário Nacional há a assinalar a transversal da Região Sul, que partindo de Pelotas atravessará os municípios de Canguçú, Pi-

rotini, Pinheiro Machado, Bagé, D. Pedrito, Livramento-Quaraí.

No sistema ferroviário assistiremos êste ano, a inauguração do trecho da estrada Pelotas-Caguçú, início do grande traçado de Pelotas a São Pedro, construção final, que virá transformar o panorama econômico do Sul do Estado, por sua alta significação.

Está vencedora a grande batalha do trigo, cuja produção acha-se tècnicamente resolvida, devido a ação principal do emérito genetista Ivar Beckman, que dirige com proficiência e zelo a Estação Fitotécnica da Fronteira. Colaboram nessa obra o Serviço Federal de Expansão do Trigo, a Comissão Parlamentar, a Secretaria da Agricultura do Estado, a Estação Fitotécnica da Serra, a Fazenda Experimental de Criação de Bagé. O Rio Grande do Sul, já produziu em 1947, trigo para abastecer as necessidades do Estado; mas, o Brasil reclama êsse cereal do ouro, que é o pão, para abastecer as suas necessidades, evitando-se essas misturas tôdas em prejuizo do poder alimentar. As vantagens oficiais dispensadas a essa cultura são já valiosas, com o fornecimento de sementes selecionadas e aclimatadas, resistentes à ferugem; com a fixação do preço mínimo de compra, aquisição do produto pelos moinhos, com a construção de armazens para o expurgo e conservação do produto, com o próprio crédito. Cabe, agora, ao grande proprietário rural corresponder a esse amparo do poder público, com a sua iniciativa. A região Sul apresenta condições favoráveis à produção tritícola, em lavouras extensivas. À Câmara Federal foi apresentado pelo representante riograndense Glicerio Alves, projeto mandado desapropriar uma área de 15 léguas de sesmaria, ou sejam de 70 mil hectares de terras, para serem loteadas e distribuídas entre agricultores para a intensificação dessa cultura e de outras. Essa desapropriação foi calculada em cinquenta milhões de cruzeiros. Os criadores mostram interêsse pela produção do trigo. Ao critério da desapropriação, preferiu o Uruguai a de interessar os grandes proprietários rurais na produção agrícola. O Govêrno do Uruguai, em 1933, estabeleceu o cultivo obrigatório da propriedade territorial. Dividiu a República em quatro zonas. Na primeira, tornou obrigatória a cultura de 30% do total de cada propriedade, em todo o Departamento; na segunda zona, de 8 % de tôdas as propriedades; na terceira, de 5% nas propriedades de mais de 500 hectares.

Aos infratores da lei ficou impôsto um aumento de 30% sôbre o montante total do respectivo "planilla" de contribuição Imobiliária. Por sua vez, dos que observassem a lei, com a percentagem da cultura estabelecida, ficou assegurada uma diminuição de 20% sôbre o impôsto imobiliário, pelo prazo de dez anos.

Mandam o interêsse bem entendido, que é a própria solidariedade social, e o patriotismo que os estancieiros se antecipem às medidas legislativas, tomando expontaneamente a iniciativa do cultivo de seus campos, com o que terão valorizado as suas terras.

Lembremo-nos que a propriedade não é só um direito. E' também uma função social. Todo o proprietário tem o dever de preencher na sociedade uma certa função social, em razão direta do lugar que nela ocupa. Êle é, pois, socialmente obrigado a cumprir essa missão; e, só será protegido socialmente se a desempenhar na medida de suas fôrças.

Tal a conceito moderno da propriedade. Mas, retorquirão os interessados, como agricultor sem os elementos necessários ao trabalho?

Diremos o que ocorre nesta hora nos Estados do Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso. Nesses Estados opera-se um vasto e sólido programa de transformação agrícola, já em início de execução, sob a orientação de Nelson Rockefeller, que foi durante a última guerra mundial, o Coordenador das Atividas Americanas na América Latina e no desempenho dessa função teve ensejo de conhecer o Brasil e as suas possibilidades.

Quatro emprêsas independentes acham-se já instaladas em férteis zonas de produção agrícola desses Estados. A primeira, para a produção de sementes adoptáveis ao meio; a segunda para o fomento da pecuária; a terceira, para a construção de elevadores-silos; a quarta, para o serviço de mecanização agrícola.

Essas emprêsas, operando em fazendas próprios evarão também o seu concurso Ys lavouras particulares, às granjas, sediadas nas zonas em que funcionam. Serão centros de instrução agrícola, de demonstração prática, com que poderão contar os agricultores para as suas iniciativas e melhoria dos processos agro-pecuários.

No Estado do Paraná, próximo a Jacarezinho, supreendentes são já os resultados com a colheita do milho hibrido, que se elevou a 40 toneladas na safra inicial, tipo de milho destinado a substituir o tipo comum, abandonado nos Estados Unidos da América do Norte. Não tardará o desenvolvimento dessa cultura, tal o entusiasmo despertado entre os agricultores da região. E, como a indústria suina está intimamente ligada à produção do milho, virá o grande interêsse pela criação de porcos, novos métodos de criação, para a obtenção de animais mais pesados e sadios.

Prontificam-se os emprêsas Rockefeller, presididas por brasileiros, com capitais nacionais interessados, a levar aos agricultores que o desejarem, os serviços de lavros de terras, de colheita, de armazenamento dos cereais, com silos de grande capacidade que construirão. Não cederão tratores nem outros quaisquer máquinas, separadamente, por empréstimo; contratarão os serviços, assumindo as responsabilidades pela execução dos trabalhos. Não mais terão os felizes agricultores das zonas dessas emprê-

sas falta de sementes; terão concurso para o lavro de suas terras, não mais verão os suas colheitas se deteriorarem pela falta de abrigo para conservá-los e vendê-los em tempo oportuno.

Nos Estados Unidos, para onde regressou êste mês, o Sr. Rockefeller, depois de ter percorrido os municípios brasileiros em que estão localizados as emprêsas, antecipou a próxima transformação agrícola por que passarão êsses Estados do Brasil.

Diante do exposto, o Rio Grande do Sul, se não conjugar os esforços dos proprietários rurais com os dos poderes públicos, si não mobilizar as suas admiráveis possibilidades econômicas, perderá a condição de próvida celeira do Brasil.

O caminho, por conseguinte, está indicado: ou atrair essas organizações, fomentar emprêsas semelhantes, ou os governos terão de exercer essas funções, levando aos agricultores os mesmos vantagens, com a criação de Postos e aparelhagem necessária, e só então teremos resolvido o problema da produção econômica, sem o qual, pela situação geográfica do Rio Grande, não poderemos acompanhar o surto agrícola dos outros Estados.

O complemento dêsse planejamento está na solução do crédito agrícola — conforme os anceios dos congressos rurais, a começar pelo da Sociedade Agrícola, de 1908.

O crédito agrário é precário, falho, instável, arbitrário, oneroso, entre nós.

Contam o produtor e o pecuarista com a Carteira Agrícola do Banco do Brasil, com bons auxílios, mas deficientes, devendo mesmo ser considerado como transitória, e, ultimamente, com a Caixa de Crédito Agrícola Cooperativo, criada em 1945, destinado ao financiamento das Cooperativas.

Projeta o Govêrno Federal a instituição de um Banco Central e de um Banco Rural Hipotecário Nacional. Urge essa criação. Com êsses estabelecimentos, sim, poderá o Brasil impulsionar o crédito à lavoura, à indústria e ao comércio, na proporção de suas necessidades; mas, é preciso que não tardem essas soluções, para que não sossobrem os elementos da produção e do trabalho. Com êsses estabelecimentos, poderá o Rio Grande do Sul alcançar a sua emancipação no setor do crédito, dando ampla feição econômica ao Banco do Rio Grande do Sul, quiçá a sua transformação em banco rural, com o apoio das mencionados institutos centrais, para operar diretamente com os agricultores e criadores, a juro e prazos razoáveis, que tal é a função do Estado, como oferecem exemplos edificantes, na América, as Repúblicas Argentina e do Uruguai.

Aos problemas da terra, a Sociedade Agrícola juntou a situação do homem rural. Ao 3.º Congresso da Federação, 1929, levamos a tése da criação de um Instituto de Assistência Social aos operários da campanha. Em 1934, dirigiu um apelo nesse sentido ao Ministro do Trabalho. Não temos no Rio Grande do Sul, a miserável situação sanitária da população agrária de certos Estados. Belisário Pena, o eminente higienista patrício, deixou um impressionante livro, publicado em 1918, no qual apreciou o grau de doença, de pobresa, de abandono das populações rurais brasileiras. Nesse trabalho, fruto de inspeções pessoais pelo país, salvou o Rio Grande do Sul como o Estado da Saúde. Aqui deparou o homem sádio e robusto. Não encontrou as endemias que em muitas regiões tem arrastado o operário rural à indigencia, à tristeza, ao aniquilamento. A fuga do homem para a cidade é o espetáculo que se observa, com prejuizo do trabalho rural. Como evitar esse êxodo, Dando-lhe a assistência de que precisa estendendo o campanha uma legislação de trabalho adequada. Cabe, ainda, organizar a classe rural sob a fórma sindical, já prevista no lei n.º 7.938, de 10 de novembro de 1944.

O sindicalismo é um fato social determinado pelas necessidades da vida contemporânea. Destina-se a regularizar os interêsses coletivos das classes; é o ponto de equilíbrio entre as fôrças organizadas; o porta-voz autorizado dêsses interêsses sob as vistas do Estado. Não destroe a propriedade privada. Regula apenas as relações entre o capital e o trabalho. E' formula democrática, afasta a luta de classes, entrelaça-se no mesmo pensamento e ação.

Só aplausos merece o programa do Govêrno Jobim de eletrificação do Estado. A produção da energia elétrica, seja pelo aproveitamento do potencial hidráulico, ou de fôrça térmica, atrairá novas industrias, ocorretará o desenvolvimento das pequenas indústrias, o incremento das grandes, que pedem energia e não a obtem. O Rio Grande do Sul tem o privilégio de dispôr de duas fontes onde buscar a energia de que carece; as jazidas de carvão e o potencial hidráulico com as suas magníficas quedas dágua.

Anunciou-nos o Governador nesta região Sul, estarem pràticamente terminados os estudos geológicos da bacia carbonifera de Candiota, considerada como a maior jazida encontrada no Brasil, cujo carvão será utilizado na grande uzina Central termo-

elétrica projetada; e também antecipou-nos a quase conclusão dos estudos de projeto da futura Usina Central Hidro-elétrica do Sul do Estado.

S. Paulo é um exemplo de desenvolvimento industrial pela utilização de energia elétrica. O indústria riograndense está em inferioridade e não poderá concorrer com a do grande Estado, enquanto a energia for deficiente e cara.

A eletrificação do Estado não aproveitará somente os cidades; aproveitará à agricultura e à própria pecuária. Será a energia elétrica levada ao campo, ás casas dos agricultores, que desejarem ter fôrça e luz em suas granjas, oferecendo as vantagens econômicas decorrentes do uso de combustível barato com estímulo de maior eficiência do trabalho e obtenção de benefícios em várias aplicações de pequenas indústrias e na vida doméstica, substituindo o lampeão pelo luz elétrica.

Não há porque duvidar dêsse progresso futuro para a vida rural. Temos o exemplo na América do Norte, onde por iniciativa do grande Presidente Roosevelt, uma rêde elétrica leva a energia ao campo.

Como interpretes dos sentimentos da Sociedade Agricola de Pelotas nesta histórica data, reverenciamos ás memórias de seus fundadores, que vivem em nossa saudade.

Recordamos os nomes de seus continuadores, dos que a sustentaram, desenvolveram, a mantém, simbolizando-os nos vultos de seus preclaros presidentes José Cipriano Nunes Vieira, Antônio José Gonçalves Chaves, Edmundo Berchon des Essarts, Guilherme Osário, Atalibo de Figueiredo Paz, Manue Luis Osário, Balbino de Souza Mascarenhas, Sílvio da Cunha Echenique, Antônio Rocha da Rosa, Paulo Simões Lopes e Guilherme Echenique Filho, que a preside atualmente seguindo e honrando a tradição paterna.

Ao lado dêsses lidadores, três nomes merecem ser exaltados pelos relevantes e continuados serviços à Sociedade Agricola, Manuel Serafim Gomes de Freitos, predicador da idéia da Federação Rural, diretor da Revista Agrícola, devotado secretário da Sociedade, do 1.º Congresso Rural; Olavo Afonso Alves, o tesoureiro exemplar, que serviu em várias diretorias com abnegação extraordinário; Leonardo Brasil Collares, o fundador do Herd Book do Brasil, da Associação do Registro Geneológico Rio Grandense, paladino infatigável da Sociedade, da organização da vida rural rio-grandense.

Saudamos aos primitivos Agricultores, que com o seu trabalho fecundo, realizaram o nascimento agrícola de Pelotas, aos seus descendentes, que se fizeram bons filhos de nossa Pátria; aos Expositores, cujo labor constante, afanoso, patriótico, elevou o nível agro-pecuário de nosso Estado ao grau superior que hoje apresentam os produtos exibidos, fazendo orgulho aos criadores riograndenses, dignos da glorificação.

Saudamos a Federação Rural do Rio Grande do Sul, que agremia, preside, impulsiona a classe rural. Saudamos a Sociedade Nacional de Agricultura, que precedeu a Sociedade Agrícola, de um ano, fundada em 1897, supremo órgão da classe rural no pais, presidida com alto descortino e dedicação pelo ilustre brasileiro Artur Tôrres Filho, tendo como vice-presidente Luís Simões Lopes, prestimoso conterrâneo, cujo nome acha-se ligado à criação dêsse suntuoso Parque de Exposições.

Saudamos aos poderes pKblicos da União, Estado e Município, com a afirmação do propósito de colaborar, imparcialmente, na ação governativa, para a execução do vasto programa rural, que o país reclama. Em recente discurso, em Itaperuna, no Estado do Rio, o Exmo. Sr. Presidente da República, teceu um hino ao trabalho rural, acentuando a norma de seu govêrno de servir ás atividades agro-pecuárias, como báse de vida econômica nacional e a demonstração dêsse interêsse pelos nossos problemas do terra, está na presença aqui da Comissão, que designou, para representá-lo, na pessoa do ilustre conterrâneo, deputado Artur de Souza Costa.

Ao Ministério da Agricultura, presidida por êsse devotado titular, amigo do Rio Grande do Sul, que é o ministro Daniel de Carvalho, empenhado no seu surto agrícola, só cabem agradecimentos, desde administrações anteriores, pelos importantes criações, que representam a Escola Agro-Técnica Visconde da Graça, a Estação Experimental de Fruticultura da Cascata, o Instituto Agronômica do Sul, a incorporação da Escola de Agronomia Eliseu Maciel ao plano de ensino da União.

Saudamos ao govêrno do Estado e ao ilustre Secretário da Agricultura, Sr. Balbino de Sousa Mascarenhas, cujo pensamento sabemos estar sempre fixado no progresso rural de Pelotas; à Assembléia Legislativa, que tomou a iniciativa da decretação do Código Rural do Rio Grande do Sul, o que constituirá um título de glória para essa corporação popular; ao digno Prefeito Municipal, à Câmara de Vereadores, antevendo novos e importantes aplicações no surto da vida rural, com as possibilidades que surgem com o Orçamento elevado a trinta e dois milhões de cruzeiros.

Estendemos nossas homenagens às gloriosas Repúblicas Argentina e do Uruguai, cujo progresso rural tem sido ensinamento ao surto pecuária deste Estado, e a cujo colaboração prático tanto deve, como ainda nestes certamens com a contribuição de preventos juizes para o julgamento dos animais.

Ao Rio Grande do Sul, saudamos, com entusiasmo e otimismo, ante a visão de seu porvir, dependente apenas de uma política econômica ativa dos governantes, seguido pelo labor de seus filhos.

Vivia nosso Estado, há 30 anos asfixiado com a Barra Sul fechado pràticamente ao comércio marítimo. Com a abertura da Barra, incorporação ao acêrvo da administração pública do Estado de seus serviços e Pôrto do Rio Grande e Viação Férrea, em 1918 a 1920, respectivamente, em virtude de longos arrendamentos contratados com o Govêrno Federal, ficou o Estado com a direção dêsses serviços vitais à coletividade gaúcha. E' só mantê-los, incrementá-los, e terá em mãos a chave de seu desenvolvimento.

Um exame de balanço econômico do Estado evidencia quanto é pujante a estrutura e a atenciolidade riograndense. Funda-se nas duas indústrias fundamentais: a pastorial e a agrícola. Possue o maior rebanho bovino do Brasil, e em relação aos cereiais, gosa de uma relativa independência econômica, bastando-se, em quase todos os artigos essenciais Y subsistência humana.

Fatores dessa situação podem ser encontrados nestas bases sólida: a racional regime tributário, com fundamento no impôsto territorial, destinado à substituir os anti-econômicos impostos sôbre a circulação da riqueza; no sábio sistema de colonização, que desenvolveu a pequena propriedade, e na abertura ao exterior do comércio de carnes, com a instalação da indústria frigorífica, que remonta a 1918. A eletrificação do Estado será a alicerce em que repousará, em futuro, a libertação econômica do Rio Grande do Sul.

Com a vitória da batalha do trigo, o Rio Grande do Sul poderá oferecer ao Brasil, o pão de que carece; com a superioridade dos seus rebanhos de gado, a carne que reclama; com o aperfeiçoamento da vitinicultura, o vinho, esses três elementos, que constituem a fôrça econômica da portentosa pátria argentina.

Perseverem os poderes públicos numa sábia política econômica, que assegure ao trabalho agrícola os elementos essenciais à produção, o amparo necessário ao homem rural, preservando a produção de tributos anti-econômicos ou exagerados, de regulamentações excessivas; com intervenções, sim, nos negócios contra a especulação, porém, medindo bem essa ação tutelar, para que seja oportuna, razoável e reduzida ao mínimo, de modo a não ser contraproducente, evitando-se, ainda, deliberações retroativas ou de surprêsa, pelos abalos e esmorecimentos que causam.

Rio Grande do Sul, berço, de heróis e mártires, na ciência, na política, nas artes, nas armas, Terra de Joaquim Caetano da Silva, de Mauá, de Araújo Pôrto Alegre, de Herval, de Bento Gonçalves, de Silveira Martins, de Ferreira Viana, de Júlio de Castilhos, de Assis Brasil, de Oliveira Belo, de Pedro Luís da Rocha Osório, o Mauá dos últimos tempos, nomes tutelares, que se projetam luminosamente na história do Brasil, refletindo o gênio gaúcho, recordando um passado de honra, de patriotismo, de sacrifício, a Sociedade Agrícola de Pelotas, esperançosa sempre, acompanha êste atribulado presente, a atualidade brasileira, cheia de dificuldades internas, em parte resultado de grave situação internacional, que aflige todos os povos, confiantes em seus destinos promissores, que são os próprios destinos nacionais. E, para isso, formulamos votos ardentes, que os élos da unidade pátria solidifiquem-se, cada vez mais, sob o regime federativo, indicado para o Brasil pela própria natureza, que repele o centralismo asfixiante, que a fraternidade entre os homens se fortaleça, por um acentuado solidarismo, que imponha aos poderosos a noção de sua função social e o maior reconhecimento dos direitos dos mais fracos; que cesse a luta de classes e se estabeleça a harmonia entre elas; que a Paz reine sôbre a Terra, pela compreensão de que o mundo é um só, pelo afastamento de um nefasto nativismo, lembrando-nos que tudo que usufruimos é também o produto do engenho e do esfôrço do gênero humano.

Elevemos os nossos pensamentos e corações, pela prosperidade da Sociedade Agrícola de Pelotas, para maior glória do trabalho rural no Rio Grande do Sul.

Sombreamento dos cafesais

Rogério de Camargo, em seu trabalho "Sombreamento dos cafesais pelo ingaseiro", alinha cinquenta e duas vantagens do sombreamento dos cafesais por esta Leguminosa, que encontra em nosso meio, condições as mais favoráveis no seu desenvolvimento.

Várias são as espécies de ingaseiros, como por exemplo o ingaseiro rabo de mico, o ingaseiro ferradura, o ingaseiro quatro quinas, etc., tôdas elas recomendadas pelo referido técnico, como ótimas árvores de sombra para o cafeeiro.

O trabalho, que pode ser obtido na Seção de Café, Divisão de Fomento Agrícola, Rua 15 de Novembro 244, 7.º and. Cidade de S. Paulo, é escrito em linguagem clara, sucinta e convincente, e merece ser lido por todos quanto se dedicam à cultura do cafeeiro, que, ainda é o baluarte de nossa economia.

O trabalho do Dr. Rogério de Camargo, um grande estudioso do assunto, abrange três partes.

Na primeira parte, são claramente explicadas as cinquenta e duas vantagens do sombreamento dos cafeeiros pelo ingaseiro referente ao fornecimento de humus, ao desenvolvimento da flora microbiana, ao contrôle da acidez dos solos, no afofamento, ao combate à erosão, à recuperação, à nitrificação, às variações de temperatura, aos efeitos das geadas e das chuvas de pedras, efeitos dos ventos frios e quentes, à sombra peneirada, à produção de cafés finos, ao combate à broca, nos tratados culturais e à produtibilidade.

Na segunda parte, são, da mesma maneira sucinta e muito acessível, fornecidas indicações sôbre o preparo das sementes, o enviveiramento, o plantio e os tratos culturais da árvore de sombra.

Na terceira parte, uma magnífica documentação fotográfica do assunto, dá bem uma idéia das vantagens do sombreamento dos cafesais pelos ingaseiros.

O trabalho do Dr. Rogério de Camargo merece a maior divulgação, pois aborda um dos mais palpitantes problemas relacionados com a cultura do cafeeiro, que precisa e deve ser encarada com tôda a atenção.

Defendendo a Pecuária do Brasil

Conselhos e indicações para a prosperidade da pecuária brasileira e para o enriquecimento dos nossos pecuaristas

Não pode haver vida sem sal. O homem sabe disto em relação a sua vida.

* * *

É preciso que saiba também disto, em relação aos outros animais.

* * *

Não pode haver pecuária sem sal.

* * *

A maior parte das doenças que dizimam os rebanhos origina-se da falta de sal.

* * *

O sal é alimento preventivo e remédio no tratamento dos rebanhos.

* * *

Quer saúde e riqueza para os seu rebanhos, dê-lhes sal.

* * *

Do sal dependem a fortuna e a prosperidade dos pecuaristas.

* * *

Gado que come sal não adoece.

* * *

Não dar sal ao gado é tirar-lhe a vida e o valor.

* * *

Dê sal aos seus rebanhos, em quantidade adequada, e êles lhe darão riqueza.

* * *

Consulte o Veterinário do seu gado sôbre as quantidades de sal que lhes devem ser ministrados.

* * *

Valorize os seus rebanhos dando-lhes sal.

* * *

A valorização do seu gado está no sal.

* * *

A riqueza do Pecuário depende em grande parte do sal.

* * *

Evite todas as moléstias dos seus rebanhos dando-lhes sal.

* * *

O sal no gado é ouro.

* * *

Peçam instruções ao Instituto Nacional do Sal sôbre o sal na vida dos rebanhos. Êle lhes dirá, também, sôbre as quantidades adequadas ao uso do sal no tratamento dos seus rebanhos.

* * *

Os conselhos acima estão sendo largamente difundidos e, por acharmos de grande importância para os nossos meios produtores, para aqui trasladamos, como indicação preciosa.

Consultas e Informações

Prof. *Geraldo Goulart da Silveira*
Consultor Técnico de "A Lavoura"

Combate aos pulgões das plantas

Esclarecendo a um nosso consócio do Estado de Minas Gerais, temos a informar:

a) — realmente, a joaninha vermelha e sua larva são predadores dos pulgões.

b) — um dos tratamentos indicados para o combate aos pulgões, consiste em pulverizações com a seguinte fórmula:

sabão	20 gramas
sulfato de nicotina a 40% ..	25 cc
água	20 litros

c) — para preparar a calda procede-se da seguinte maneira: em primeiro lugar dissolve-se o sabão em água quente e o sulfato de nicotina em água, misturando-se depois as duas soluções. É preciso, depois, agitar bem

Ingaseiro rabo de mico

Esclarecendo a um nosso consócio do Estado do Rio temos a informar que, realmente, o ingaseiro rabo de mico, cientificamente chamado Inga edulis, é uma Leguminosa muito recomendável como árvore se sombra para o cafeeiro.

Uma vez colhidas as sementes de frutos perfeitamente maduras, é conveniente plantá-las imediatamente, pois elas não podem sofrer nenhum processo de secagem (é comum elas iniciarem o processo de germinação ainda no interior dos próprios frutos).

Enxertia da Azalea

Esclarecendo à Sura. L.B., do Distrito Federal, temos a informar:

a) — as variedades de Azalêas podem ser enxertadas sobre a Azalea pontica e a Azalea Phoenicea, que são os porta-enxertos mais resistentes e indicados.

b) — o processo de enxertia mais recomendavel é a garfagem em fenda

Cursos de Hortas Domésticas

Esclarecendo várias consultas de leitores informamos que na Escola de Horticultura Wenceslão Bello foram ministrados, no ano passado, três Cursos Práticos de Hortas Domésticas, em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas. Para o corrente ano, as duas entidades estão planejando a realização de mais alguns cursos do mesmo tipo.

Propagação da Banana de macaco

Respondendo ao Snr. R.R., do Estado do Espirito Santo, temos a informar:

a) — a planta chamada banana de macaco, é uma Aracea provavelmente mexicana, cientificamente chamada Monstera deliciosa.

b) — realmente, a banana de macaco é tambem chamada banana do mato.

c) — o processo normal de propagação de tão interessante Aracea é por meio de hastes enraizadas.

d) — a planta encontra melhor ambiente nos climas quentes e húmidos.

e) — a banana de macaco desenvolve-se bem em quasi todos os solos, preferindo os permeáveis, frescos e férteis.

Alinhamento em triangulo equilátero

Esclarecendo ao Snr. H.N., do Distrito Federal, temos a informar:

a) — o alinhamento em triangulo equilátero é tambem chamado alinhamento hexagonal.

b) — o alinhamento em triangulo equilátero comporta maior número de plantas por unidade de superfície que o alinhamento em quadrado (cerca de mais de 15% de mudas).

c) — para o caso do terreno do consulente, que é mais ou menos plano, o alinhamento em triangulo equilátero é muito indicado.

d) — adotando-se o compasso de seis metros, um hectare comporta 277 plantas (alinhamento em quadrado), ou 320 plantas (alinhamento em triangulo equilátero).

Cooperativas e Corporações

por *Fábio Luz Filho*

Há ainda lamentável confusão, mesmo da parte de pessoas que se dizem em dia com assuntos de economia e de sociologia, entre *cooperativismo* e *corporativismo*.

Os estudiosos desses assuntos sabem muito bem que estes dois têrmos hodiernamente envolvem conceitos diametralmente opostos, perfeitamente antitéticos.

O moderno conceito de *corporação* difere substancialmente daquela corrente da *Economia Municipal*, na qual tinham relêvo os *Colégios de Arte* (corporações, guildas, etc.), os quais eram órgãos representativos como o acentúo em "*Teoria e prática das sociedades cooperativas*", órgãos de funções nitidamente religioso-morais, jurídico-políticas e econômicas, acrescidas da faculdade de fomento e proteção da produção. Oriundos de uma época e que existia a convicção generalizada de que a "liberdade era o melhor subsídio do trabalho".

Aunós chega a afirmar que não só na Idade Média são conhecidas as corporações, de vez que a historia não conhece senão Estados alicerçados sôbre bases corporativas. Na época romana temos, entre muitos, os "*collegia opificum*", reunindo a construtores, carpinteiros, fabricantes de instrumentos musicais, etc., etc.

Dá-se como fonte do Estado corporativo moderno a *Carta das Liberdades de Carnaro*, saída da pena luminosa do autor de "Il fuoco", em que se alude ao "res populi"...

Modernamente, corporativismo é a doutrina etatista, com raízes hegelianas, (nada menos de 150 autores alemães criaram clima para o nazismo, influenciando gerações sôbre gerações, até os geopolíticos atuais) em que a *organização social é baseada nas corporações profissionais*, que, pelos seus órgãos eletivos, fiscaliza a atividade econômica de cada profissão. São organizações fechadas e subsidiárias do poder político. Possuem, por isso, um caráter de direito público. O Estado não deixa de controlar e dirigir as atividades profissionais através das corporações, não obstante de autoridade a essas corporações para isso, cujas decisões têm o caráter de direito público, que poderão ser vetadas ou não.

O corporativismo italiano, definiu as corporações como instituições que "*reunem as organizações sindicais dos fatores da produção por determinado ramo de produção ou por uma ou mais categorias determinadas de empresa*". Outra definição (*Aunós*) diz que *corporação*, na ordem social — econômica, é o organismo de direito público que mantém equilibrados, dentro do seu seio, os legítimos interêsses pertencentes a um ou vários ramos da produção. O sindicato passa a ser "uma peça do organismo corporativo". Não se compreende *corporação* sem *sindicato*. E sindicatos e cooperativas podem completar-se no campo da produção, mas não se confundem.

Manolesco define a corporação como uma organização coletiva e pública composta da totalidade de pessoas, físicas ou jurídicas, que desempenham em seu conjunto a mesma função nacional e tem por objetivo assegurar o exercício de regras de direito impostas a seus membros.

Ugo Spirito dá como conceito fundamental da economia corporativa a estatização de todos os fenômenos econômicos, conceito radicalmente diferente do cooperativo, como se sabe, de vez que êste quer a administração das cousas, baseia-se na iniciativa privada e deseja que o Estado perca seu conteúdo coercitivo, ou totalitário. Talvez se toquem suas filosofias quanto à identidade do interêsse individual com o geral, pelo princípio da satisfação das necessidades e subordinação da produção ao consumo, visando, porém ao consumidor, êste como entidade genérica, e sem considerar o móvel hedonístico, que disciplina e canaliza para o interêsse comum.

A Cooperativa é uma "economia completa" (*Wirthschaft*), como o foi a família no seu caráter de centro de produção e consumo.

A cooperativa é uma organização de natureza volitiva, aberta a todos, de entrada e saída livres, de adesão voluntária, formadora de consciência ética nas relações econômicas e organismo sócio-econômico-moral em última análise.

Estou com os "Amigos da Cooperação", a prestigiosa entidade francesa que tem à sua frente, entre outros, Paul *Claudel, Fauquet, Laserre, Lavergne*, etc., quando afirma que poderá reconhecer, como o afirmou recentemente o Comité Central da Aliança Cooperativa Internacional, a identidade dos fins entre a ação coperativa e a ação do Estado desde que êste último se livre da pressão dos interêsses privados e responda à necessidade duma organização que faça prevalecer a necessidade da eco*nomia do serviço sôbre a economia do lucro*, tanto no plano nacional como no internacional.

É da essência do cooperativismo defender a liberdade e os valores humanos. "O regime totalitário chama a si a totalidade do poder econômico, assim como o poder de coerção político e administrativo. Ao inverso do método estatal, que leva a dirigir do alto para baixo, o método cooperativo atua debaixo para cima por meio da organização de organismos federativos que agrupam a unidade pessoal e a familiar, as quais formam a base da direção econômica e social".

Mesmo o superestatismo russo reconhece, pela vez de *Mitiurina*, o caráter democrático do movimento coperativo, que, a seu ver, deve apoiar tôda a campanha pelo progresso humano, de vez que, assim, criará bases sólidas para realização de sua tarefa essencial: o melhoramento das condições de vida de milhões de sêres e de todo o povo trabalhador em geral.

Edgard Milhaud, em se referindo a Gide, acentúa que a grandeza dele consiste em ter enfrentado com galhardia os economistas da riqueza, ficando luminosamente como o economista dos valores humanos, demonstrou êle que o mundo capitalista malbarata de maneira espantosa êsses valores humanos. Elevou êle a cooperação rochdaliana à dignidade de um movimento de emancipação humana; deu a versão, em têrmos econômicos atuais do Sermão da montanha, aura bendita sôbre a aridez do egoismo humano; afirmou sem o objetivo da abolição do salariado a que o cooperativismo visa; lúcido elaborador dos valores de liberdade, de personalidade, de dignidade, de solidariedade, fundamentos espirituais e morais do mundo novo...

Aquêle ideal moral de Gide deu-lhe como já acentuei, uma inmaculável posição impar em meio à plêiada contemporânea de ipigonos cegamente atreitos nos dogmas por êles todos rigidamente interpretados em aranhosos silogismos.

Lavergne frisa como êsse ideal moral permitiu que Gide rompesse tanto com a escola econômica clássica como com a escola marxista, situando a doutrina cooperativista numa equidistância, posta a idéia do consumidor como o motor central de vida econômica, êsse esquecido consumidor revelado então em todo o seu reflorescente e extenso poder, capaz de enfeixar em suas mãos todo o ciclo do processo econômico estruturando uma ordem econômico-social fundamentadas em princípios éticos, visando ùnicamente à satisfação de necessidades que não ao lucro, como já acentuei.

O caminho certo, sem torcicolos, do cooperativismo é a livre associação, o acôrdo espontâneo das boas vontades, das voluções equânimes.

Reivindicando, Gide a autonomia da escola cooperativa para mantê-la equidistante de fórmulas econômicas inflexíveis, desfraldou, com panejamentos cintilantes, uma concepção econômica que se tornou o pilar do pensamento social cooperativo. Colocando-o nessa posição intermédia, não deixou entanto de aceitar o princípio da concorrência, cuja vestidura de serpente arrancou com pulso pugnaz de vexilário.

Deu por base do sistema cooperativo o respeito religioso à pessoa humana. Esteou o sistema na expansão fecunda da personalidade humana.

A CRUZA INDUSTRIAL DE GALINHAS

Prof. *Octavio Domingues.*
Zootecnista

Na produção das aves, que devem ser exploradas, na criação industrial, o avicultor-melhorista pode lançar mão de uma técnica, muito espalhada hoje, e que consiste em cruzar duas raças puras para obter *mestiços de primeira geração*, mais rústicos, de maior vitalidade, precoces e de algum modo mais rendosos.

Há dois caminhos para isso. Um tendo em vista a separação imediata dos pintos, conforme o sexo, e o outro em que não se tem em vista essa separação, mas apenas a obtenção de aves comercialmente mais rendosas.

Examinemos o primeiro caso.

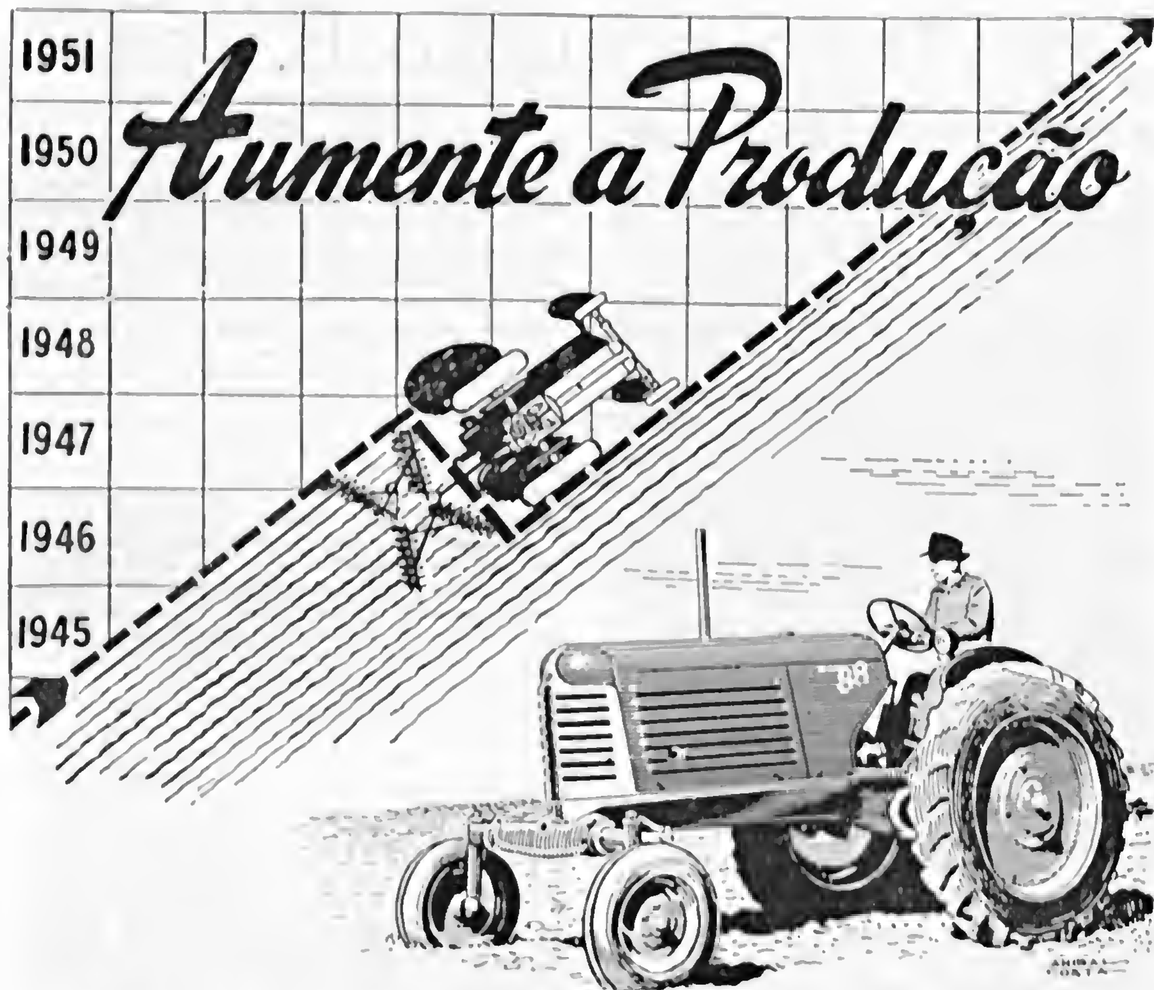
Cruzando-se um galo de plumagem preta, Gigante de Jersey, por exemplo, com uma galinha barrada, os pintos mestiços, descendentes dêste acasalamento, poderão ser imediatamente separados — machos e fêmeas, ao nascerem: os machos serão barrados (portadores da conhecida manchinha branca na cabeça) e as fêmeas serão pretas. O mesmo podemos fazer, cruzando galinhas Light Sussex prateada com galos de plumagem dourada (Rhode Island vermelha, Orpington amarela, Combatente indiano): os pintos machos serão prateados (do prateado ao camurça) e as fêmeas amarelas (do amarelo ao castanho). Assim se torna possível destinar logo uns e outros, para a finalidade particular de cada um: frangos para consumo e frangas para posturas.

Quando não se pretende estabelecer esta separação prévia, cruzam-se também as raças, tendo em vista reunir no *Mestiço de primeira geração* ou "mestiço industrial" a aptidão para postura (a explorar nas fêmeas) e a pronunciada aptidão para carne (a explorar nos machos). Um cruzamento que, presentemente, está muito em voga nos Estados Unidos é o da *Australorp* com a *Legorne branca*. Deram-lhe até um nome particular muito sugestivo: *Austra-White*, com qualidades excepcionais, tais como crescimento muito rápido, rusticidade, madureza precoce, frugalidade, vitalidade e bom aproveitamento do que come e deve transformar em carne e ovos.

Um galinocultor-industrial pode povoar seu galinário de frangas mestiças de primeira geração, explorar a primeira e a segunda postura delas, e vendê-las depois, vantajosamente, pois serão aves de melhor carne do que se fôssem Legornes puras. E os machos, com mais razão, serão frangos excepcionais para consumo, nada lembrando os legornezinhos de titela sêca.

Está faltando é iniciativa aos avicultores, que suprem o nosso mercado de ovos, para incubar, de pintos de um dia, de frangos para reprodução ou de frangas para postura. Iniciativa para realizarem tais cruzamentos, com o fim de produzir êsses famosos "mestiços industriais".

O que resta dizer, finalmente, é lembrar que em nenhuma hipótese êsses mestiços devem servir para reprodução. Machos e fêmeas (após explorada a postura) serão consumidos, inapelàvelmente, sob a forma de canja ou assados no espêto...


1951
1950
1949
1948
1947
1946
1945
Aumente a Produção

A Organização Rural

(Decreto-lei n.º 8.127, de 24 de outubro de 1945)

À Câmara Federal apresentou o Sr. Altino Arantes, representante de S. Paulo, projeto que tomou o n.º 928 de 1948, revogando o decreto-lei 8.127, de 24 de outubro de 1945, o qual provê à organização, da classe rural em base associativa.

No "Diário do Congresso Nacional" de 15 de dezembro do ano passado, além da legislação, citada, vêm publicados o projeto em questão e sua justificação, bem como as sugestões da FARESP, propondo modificações ao aludido decreto.

O deputado Duque de Mesquita, como relator da matéria na Comissão de Agricultura, emitiu luminosos processos que, para esclarecimento e estudo da classe, aqui inserimos, com os melhores louvores da Sociedade Nacional de Agricultura ao ilustre parlamentar, pois que seus conceitos merecem o integral apoio da instituição sob cuja inspiração e colaboração de outras respeitáveis entidades nasceu o diploma que se pretende por abaixo.

Eis o projeto e a justificação do Deputado por S. Paulo.

PROJETO

N.º 928 — 1948

Revoga o Decreto-lei n.º 8 127, de 24 de outubro de 1945, que dispõe sôbre a organização da vida rural, e o Decreto-lei n.º 7.449, de 9 de abril de 1945, que lhe deu origem.

(Do Sr. Altino Arantes)

(As Comissões de Agricultura e de Finanças)

Art. 1.º Ficam revogados o Decreto-lei número 7.449, de 9 de abril de 1945, o Decreto-lei n.º 8.127, de 24 de outubro do mesmo ano e o Decreto n.º 19.882, desta última data, que os regulamentou.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Seções, 9 de janeiro de 1948. — **Altino Arantes — Aureliano Leite. — Flores da Cunha. — Toledo Piza. — Morais Andrade. — Philippe Balbi. — José Maria Lopes Cançado. — Dolor de Andrade. — Plínio Cavalcanti — Jocy de Figueiredo. — Faria Lobato — Batista Pereira. — Antônio Feliciano. — Hamilton Nogueira.**

Justificação

Na legislação torrencial — bem característica dos governos discricionários — que inundou o direito pátrio nestes últimos tempos, avultam, por suas graves consequências sôbre o nosso regime agrário e sôbre nossas atividades agrícolas, o Decreto-lei n.º 8.127, e o Decreto n.º 19.882, que o regulamenta, ambos de 24 de outubro de 1945, e expedidos, portanto, nas vésperas do movimento com que as fôrças armadas nacionais, a 29 daquele mesmo mês e ano, desanuviaram o ambiente político de nossa Pátria, encaminhando-a para a restauração de suas instituições democráticas.

Destinando-se, segundo os têrmos de sua ementa "à organização da vida rural", o de que cuidou aquele diploma foi, pura e simplesmente, de jungir a sofredora classe dos nossos lavradores ao arbítrio do govêrno, através de uma pretensa organização de classe — atentatória da ampla liberdade de associação assegurada por tôdas as anteriores Constituições do Brasil e pela própria Carta outorgada em 10 de novembro de 1937, e cujo artigo 122 n.º 9 deveria estar, então, em plena vigor...

O que é certo, porém é que hoje na vigência da Constituição de 18 de setembro de 1946, impossível se torna a existência de uma lei que lhe contrario frontalmente os artigos 141 § 12 e 159, nos quais se consagram a liberdade de associação profissional e sindical e, consequentemente, a pluralidade de tais associações.

Ora, já no seu artigo 1.º o citado Decreto-lei n.º 8.127 fere êsse princípio de liberdade de associação, estabelecendo que **"cada município terá uma associação rural"**, e que esta, de acôrdo com o que dispõe o parágrafo único do art. 5.º, será obrigatoriamente fundada por iniciativa da respectiva Prefeito, quando os interessados, dentro do prazo de noventa dias, não a tenham feito livremente.

Merece, outrossim, especial referência o art. 21, alínea **b)**, onde se determina a criação de taxas especiais para a constituição do patrimônio das associações a serem fundadas. E' óbvio que ao pagamentos dessas taxas ficaria sujeito todo aquele que, no conceito do § 1.º do artigo 1.º "fôsse considerado no exercício da profissão rural", participasse ou não do quadro social de tais agremiações.

E estas agremiações — meras entidades de direito privado — iriam assim gozar do privilégio de pessoas de direito público, usufruindo de taxas que todos pagariam compulsoriamente por serviços e vantagens de que apenas alguns seriam os beneficiários...

Não basta ainda. O artigo 5.º do Decreto número 19.882, regulamentando o artigo 17 do Decreto-lei n.º 8.127, estatui que a "associação rural é o órgão de presentação e defesa da classe rural do município quando reconhecida e filiada à Federação nas Associações Rurais".

Êste dispositivo, além de transgredir as regras gerais do direito de livre associação e de representação, definidas pela Constituição e pelo Código Civil insurge-se também contra a Consolidação das Leis do Trabalho — (Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1942), a qual, na parte final de seu art. 558 prescreve que "as associações profissionais registradas nos têrmos dêste artigo poderão representar perante as autoridades administrativas dos associados, relativos à sua atividade ou profissão, sendo-lhes também extensiva as prerrogativas contidas na alínea "b" e no parágrafo único do artigo 513": isto é, as prerrogativas de "colaborar com o Estado, como órgão técnico e consultivo no estudo e na solução dos problemas que se relacionam com a respectiva categoria ou profissão liberal".

A sombra desta prerrogativa legal a Sociedade Rural Brasileira, por exemplo, antiga e prestigiosa associação da classe agrícola, com sede em São Paulo, contando associados em quase todos os Estados do Brasil foi reconhecida pelo Govêrno Federal, **ex-vi** do Decreto n.º 13.226, de 24 de agôsto de

1943, como órgão técnico e consultivo ora o estúdo e solução das questões atinentes aos interêsses econômicas e sociais compreendidos na sua peculiar atividade.

Outras muitos casos haverá com certeza, par êste imenso Brasil afora, de associações com existência longa e com bons serviços prestados às respectivos classes e que, de repente, na hipótese de prevalecer e ser cumprido o ditame do Decreto-lei n.º 8.127 teriam de cerrar as suas portas ou de suspender o exercício de suas funções altamente proveitosas e patrióticas.

Fôrça é reconhecer, entretanto que a resistência pacífica, mas obstinada, dos lavradores frustou, ou pelo menos, vem retardando a execução dêsse Decreto-lei, cujas exigências e cujos prazos imperativos permaneceram, felizmente para a laboriosa classe dos agricultores, até agora inoperantes.

Urge, a meu ver, revogar êsse diploma legal, porque, se é de todo ineficaz para "dar organização à vida rural", a sua presença inerte no corpo da legislação nacional, impende sôbre as classes agrícolas do país como ameaça de interferências indébitas ou, pelo menos, como incentivo para dissídios e disputas estéreis entre associações que deveriam viver unidas e cooperar solidárias para defesa da economia agrária e para a eficiente estudo dos problemas que, mais que quaisquer outras, podem influir diretamente sôbre o bem-estar do povo, o desenvolvimento de nossa produção e a riqueza da República.

São estas, em resumo, as razões com que ouso solicitar do Parlamento Nacional a aprovação do projeto de lei que ora estou enviando á Mesa da Câmara dos Deputados.

PARECER DO SR. DUQUE MESQUITA

Na justificativa apresentada pelo Sr. Deputado Altino Arantes, podem ser destacadas as seguintes pontos, sôbre os quais S. Excia. baseou o seu projeto de revogação dos Decretos-leis ns. 7.449, 8.127 e 19.882 — tratando da organização da vida rural no país.

1) — o diploma cuidou "pura e simplesmente de jungir a sofredora classe dos nossos lavradores ao arbítrio do Govêrno";

2) — a legislação seria "atentatório da ampla liberdade de associação assegurada por tôdas as Constituições do Brasil e da **própria carta outorgada em 10 de novembro de 1937";**

3) — o Decreto e seu regulamento feririam o princípio dos arts. 141 § 12 e 159 da atual Constituição ao estabelecer no seu art. 1.º "que cada município terá uma associação rural";

4) — que ao pagamento da "taxa rural", no conceito do § 1.º do artigo 1.º ficaria sujeito todo aquêle "que fôsse considerado no exercício da profissão rural, participasse ou não do quadro social de tais agremiações"; e

5) — que a Sociedade Rural Brasileira de S. Paulo, em face da prerrogativa legal que dá às associações enquadradas na legislação que se procura revogar (art. 5.º do Decreto 19.882), estaria prejudicada nas prerrogativas de que goza atualmente. E com esta, outras associações, existentes.

Tratemos de cada um dêsses pontos.

Quanto ao 1.º — Não acreditamos que a classe rural brasileira ficasse jungida ao arbítrio do Govêrno, simplesmente parque, na lei, se estabelecem normas para o seu registro e reconhecimento no Ministério da Agricultura. E' essa uma providência que visa a fins estatísticos e de cadastro, da mesma forma que se exige de **quaisquer associações civis,** para que tenham personalidade jurídica o seu registro nos cartórios competentes.

A legislação em apreço procura, por outro lado, aproximar ao órgão do Govêrno federal — o Ministério da Agricultura — as seus grupamentos associativas até porque, nessa mesma legislação, é previsto um trabalho de cooperação, a concessão de favores e não seria admissível que ao Ministério da Agricultura não se reconhecesse o **dever** de ter as associações rurais do país devidamente cadastradas, disciplinadamente registradas nas suas repartições especializadas. O mesmo acontece com as cooperativas, que são ali obrigatoriamente registradas, e reconhecidas, sem por isso **deixarem de ser livres na sua constituição e funcionamento.**

Quanto ao 2.º e 3.º pontos, qual o de atentar contra o direito de livre associação vejamos o que a respeito escreveu num estudo perfeito e digno de meditação o Dr. Fernando Gomes, 1.º Secretário e Consultor Jurídico da Sociedade Rural Brasileira de S. Paulo, e foi lido numa das reuniões daquela prestigiosa associação, expressamente referida pelo autor do projeto e publicado na revista daquela Sociedade, no seu número de Janeiro de 1946:

> "De fato, no seu art. 1.º declara o Decreto n.º 8.127, que cada Município terá uma associação rural, Mas o legislador seria de uma inépcia inqualificável se, procurando organizar a classe agrária, dar-lhe unidade quanto à representação e à defesa dos seus direitos e interêsses, permitisse a pluralidade de associações.
>
> Sòmente das associações que pretendam gozar das prerrogativas que êle outorga, isto é, servirem de reresentantes legais da classe, junto aos governos, e seus órgãos consultivos, cuida o decreto.
>
> De outras associações, que não alimentam essa pretensão, não cuida êle: se já existiam, na data em que entrou em execução o Decreto n.º 8.127, subsistirão; se não existiam, poderão ser livremente criadas em qualquer número e sem quaisquer restrições, salvo esta, que é uma prerrogativa das que desejam enquadrar-se nos seus dispositivos e a lei podia recusar-lhes; não será lícito representar a classe junto às autoridades administrativas da República e exercer as funções de seus órgãos consultivos.
>
> E se a um agricultor é livre filiar-se ou não á associação criada pelo Decreto n.º 8.127, em cada Município, se às associações existentes e às outras que se fundarem o igualmente livre incorporar-se ou não à Federação por êle também criada em cada Estado, resulta muito claro que o referido decreto não restringiu a liberdade de associação que a Constituição Federal assegura a todos os brasileiros e residentes no território nacional.
>
> Neste quadro de grande efervescência democrática, é muito fácil e cômodo impugnar-se uma instituição criada ou um decreto expedido pela finada Ditadura; basta argui-los de fascistas.
>
> O Decreto n.º 7.449, de 9 de abril do corrente ano, o primeiro que foi expedido sem consultar as sociedades de classe e, em verdade, êle continha um dispositivo de índole totalitária: o presidente e o tesoureiro da Confe-

deração então, chamada União, seriam nomeados pelo Presidente da República, e os presidentes e tesoureiros das Federações, chamados Sociedade, pelos governadores dos Estados.

Mas, as associações de classe, inclusive a Sociedade Rural Brasileira, combaterem energicamente tal decreto e, em consequência dessa campanha, constituiu-se uma comissão de agricultores nacionais, com sede no Rio, e na qual São Paulo foi representado pelo Sr. Iris Meinberg, Presidente da União das Associações Agro-Pecuárias do Brasil Central. Depois e alguns meses de estudos, foram encaminhadas ao Presidente da República, para sanção, o projeto do decreto n.° 8.127 e respectiva regulamento. E como a constituição daquea comissão foi divulgado pela imprensa, que publicova também frequentemente o andamento dos seus trabalhos, qualquer agricultor ou interessado poderia fazer sugestões aos seus membros e participar, assim, da elaboração da classe.

Por outro lado, criando em cada Município, uma associação rural, que será o representante da classe, junto ao respectivo Prefeito e o seu órgão consultivo, determinando que, em cada Estado, as associações municipais se reunam em Federação que, por sua vez, será a representante daquela mesma classe junto ao Govêrno Estadual e seu órgão consultivo e, finalmente, estabelecendo que as Federações Estaduais integrem, por seu turno, a Confederação Rural Brasileira, que será a representante da classe agrária nacional junto ao Govêrno Federal, o Decreto n.° 8.127, não se inspirou no estatuto que o Ditaduro Forrel outorgou aos agricultores da Argentina, que é uma República unitária, mas tomou por modêlo a própria constituição política do País: deu à classe uma organização federativa.

Por outro lado, assim nas associações como nas Federações e Confederações, todo o poder foi atribuído à assembléia geral, que é o órgão por excelência soberana, elege os respectivos diretores, responsáveis perante ela, e orienta tôda a vida social. Trata-se, portanto, de uma organização federativa, piramidal, que repousa nas mais amplas bases democráticas e, excluindo do decreto n.° 8.127, qualquer intervenção dos poderes pKblicos, resguarda perfeitamente a independência dos agricultores.

E' verdade que no seu art. 5.° parágrafo único, aquele decreto autoriza os prefeitos a promover a fundação dos associações rurais dos respectivos municipais. Mas trata-se de ação meramente supletivo, pois semelhante dispositivo só será aplicável quando: a) não houver instituição no município; b) a existente não manifestar ao Ministério da Agricultura a deliberação de se adaptar ao decreto; e c) os próprios agricultores não tiverem a iniciativa de fundar a associação.

Uma vez publicada, a lei presume-se de todos conhecida. Mas num país como o Brasil, com uma grande percentagem de analfabetos, que se concentram, sobretudo, na zona rural, aquela presunção não corresponde à realidade.

O mencionado dispositivo do decreto número 8.127, é, pois utilíssimo: 90 dias depois de ter êle entrado em execução. E' muito provável que, na maioria dos municípios rurais do País, ainda se lhe ignore a existência".

Mas, por que tenha o projeto de revogação do Decreto n.° 8.127, partido justamente de um representante de São Paulo, insistimos em trazer o testemunho dos líderes da classe rural daquele Estado, a respeito da matéria.

Revogado o primitivo decreto, o de n.° 7.449, após o estudo apresentado por uma comissão de representantes de que participou ativamente, um delegado das classes rurais de São Paulo, vale a pena inserir também a sua palavra a respeito, consubstanciada no seguinte trecho de uma de suas entrevistas à imprensa. E êle o Sr. Iris Meinberg, atual Presidente da Federação das Associações Rurais de São Paulo:

> "Reafirmo a satisfação que tenho em ver promulgado o estatuto constitutivo da arregimentação rural no Brasil nos têrmos em que foi pôsto pela aludida comissão, ora aprovado pelo Govêrno Federal, e ainda porque iniciamos o verdadeiro reforma agrária do País. E' que nenhum planejamento para o maior desenvolvimento das entidades rurais poderá ser levado a efeito com sucesso, sem que a classe esteja devidamente arregimentada, não só para a defesa dos seus próprios interesses como para a realização de empreendimentos capazes de torná-la a grande fôrça que realmente é".

Uma outra valiosa opinião, que, não poderíamos deixar de invocar, é a do Dr. Virgílio dos Santos Marno, líder associativo da classe rural de São Paulo, pertenciente, aliás aos quadros da referida Sociedade Rural Brasileira:

> "O Decreto n.° 8.127, malsinado por algumas pessoas, sem um exato conhecimento das suas finalidades e das causas que lhe deram origem, tem um grande objetivo, o de promover a arregimentação da enorme massa dos que trabalham a terra, pelo qual se poderá dar solução a numerosos problemas, de vital importância para a economia nacional.
>
> Por esta arregimentação os milhões de proprietários rurais, os meeiros, as arrendotários e os trabalhadores agro-pecuários poderão ser efetivamente orientados, nos suas atividades rurais. Além disto, a lavoura ficará automàticamente independente, sem precisar contar com a boa vontade das outras classes, nos pronunciamentos coletivos da produção, contribuindo assim com mais eficiência, para o aumento e melhoria da mesma.

Não tem sido tão proveitosas quanto fôra de desejar, as iniciativas dos órgãos oficiais, no sentido educacional agrícola, porque quando a técnica chega aos municípios, na execução do programa do Ministério ou da Secretaria da Agricultura, nem sempre é acolhido com o entusiasmo necessário, por parte dos agricultores, para o apoio que precisa, de modo a obter sucesso na sua missão. O meio rural só muito tarde vai ter conhecimento da atuação eficaz do agrônomo, porque os elementos que a compõe não se acham associados, mas dispersos e desunidos. E' evidente, pois, que reunidos os agricultores em sociedades em cada mu-

nicípio de todo o terrório brasileiro, a ação do técnico se produziria da periferia para o centro e não do centro para a periferia, atuando antes e sobretudo nas assembléias rurais, constituidas no município.

E' extranhável que os ataques ao decreto 8.127 tenham partido justamente daqueles que tanto porfiaram pela sindicalização indistinta dos agricultores e trabalhadores rurais, com a crítica de que o referido decreto tem feitio facista. Isto demonstra uma incoerência singular.

O decreto 7.038, de 10 de novembro de 1944, que regula a sindicalização rural no país, êste sim, em verdade, é que tem o caráter e origem fascista.

Repetiu quase que textualmente boa parte dos dispositivos da atual lei de sindicalização, que vigora para a indústria e comércio.

Estabelece a unidade sindical, a sua dependencia do Ministério do Trabalho, subordinando a sua existência e as suas atividades à vontade e às ordens dos órgãos governamentais.

Os sindicatos que se organizarem obedientes a estas normas seriam manobrados para satisfazer interêsses políticos ocasionais, serviriam para articular fôrças facciosas, em favor do govêrno, iguais as que produziram o fandango queremista, tão criticado pela opinião pública.

Relevo acentuar que a lei da sindicalização rural foi elaborada, no fastígio da ditadura, sob o domínio dos princípios da Constituição de 10 de novembro de 1937. Inspirado por estes princípios, estabeleceram-se preceitos, exigidos daqueles que quisessem ser diretores de sindicatos rurais prova prévia de boa conduta, mediante fôlha corrida fornecida pela polícia e prova de que não tinham convicções ideológicas incompatíveis com o regime. E nenhum agricultor poderia ser admitido como associado do sindicato, sem atestado do prefeito, ou melhor sem o consentimento do mesmo. Esta questão da sindicalização rural, pela sua manifesta inexequibilidade quanto aos trabalhadores rurais, vale dizer aos empregados por não haver entre eles os indispensáveis requisitos do espírito associativo e empreendedor, com um nivel mínimo de instrução. Cumpre, ainda, considerar a pequena densidade dos trabalhadores, em relação ao espaço ocupado pelas explorações e a consequente diminuição do espírito associativo, o nomadismo dos trabalhadores rurais e finalmente o analfabetismo predominante nessa populações.

Daí concluir a conferência de Teresópolis a seguinte redação:

> "Por fim deve atender o Estado, na regulamentação da organização associativa das classes rurais, as peculiaridades do estágio econômico das zonas agrárias e do processo normal de agremiação daquelas classes".
>
> Vê-se por esta disposição que o decreto número 8.127, nada tem de mau e nem deve ser condenado a priori, sem o conhecimento real dos seus dispositivos. Repudiado, sim deve ser a sindicalização rural tão prejudicial aos interêsses da lavoura e à boa política agrária".

—x—

Quanto ao item 4, sôbre o pagamento da taxa rural, é matéria sôbre a qual, se viesse a ser estabelecido, **teria antes de a respeito manifestar-se o Congresso Nacional.**

Nessa ocasião, então, poderiam ser estudados e afastados os possíveis inconvenientes apontados pelo ilustre proponente.

O item 5, fica, a nosso vêr, perfeitamente esclarecido e respondido com a argumentação apresentada para os itens 2 e 3.

O fato de ter nascido no regime que terminou a 29 de outubro de 1945 o decreto que se pretende revogar, não é, a nosso ver, motivo para que se o condene, **in limine**. Realmente, deu-se nêsse período sua promulgação, mas os estudos e os trabalhos de que o mesmo resultou não são somente daquele tempo, porque são dos primeiros tempos da República. A frente dêsse movimento se encontra, a afiançar a sua boa origem, uma associação semi-circular, a Sociedade Nacional de Agricultura, cujos relevantes serviços ao país e à sua agricultura não é preciso lembrar, porque estão na memória de quantos se interessam por tais assuntos. Pois foi dessa respeitável entidade, a cuja frente deparamos homens da inteireza moral e conhecimentos dos nossos problemas, do Barão de Capanema, Mauro Brasil, Inácio Tosta, Cristino Cruz, Venceslão Belo, Lauro Muller, Miguel Calmon, Simões Lopes, Lira Castro, que partiu a idéia de uma tal organização calcada na sua incontestável experiência do problema associativo no meio rural do País.

A fim de afastar dos decretos que se pretende por abaixo, sem que ainda lhes possamos acoimar de falhas ou imperfeições porque agora é que se lança a organização que preconisam, julgamos oportuno historiar-lhes as origens e os fundamentos.

Primeira fase — Com a experiência dos "Comícios Agrícolas", tendo à frente Eaes de Sousa, Inácio Tosta, J. Carlos Travassos, Venceslão Belo, Campos da Paz, Beaurepaire Rohan e outros, iniciados aos primeiros dias da República, surgiu a idéia da fundação na Capital do país, de um órgão nacional de agricultura, destinado a dois fins principais:

Primeiro, estimular a fundação de sociedades locais (municipais).

Segundo, congregar essas instituições, imprimindo ao seu trabalho orientação firme e homôgnea, visando o melhoramento e o aumento da produção.

A fundação da Sociedade Nacional de Agricultura, em 1897, resultou dessa idéia e dessa intenção.

O 1.º Congresso Nacional de Agricultura, reunido pela mesma Sociedade no Rio, em 1901, consagrou aquele princípio, reforçando-o com a provação de conclusões preconizando a organização da classe rural por meio de sindicatos agrícolas e de associações de agricultura. Inúmeras associações haviam sido já fundadas e em 1903, surgia do seio da própria Sociedade Nacional de Agricultura a lei dos sindicatos agrícolas (n.º 979, de 6 de janeiro), visando dar ao associativismo na classe rural um caráter mais profissional e mais orgânico. Nos congressos que se sucederam, esteve sempre na primeira plano essa grande necessidade, reconhecida e proclamada por todos, mas entravada por inúmeras fatores dentre os quais, o principal a dispersão da profissão, agravada de um lado, pela falta de compreensão dos próprios beneficiários e, de outro, pela ausência de uma lei especial para a vida do campo.

Segunda fase — A idéia dos sindicatos agrícolas (regulamentada pelo Decreto n.º 1.637, de 5 de janeiro de 1907), foi uma vitória da Sociedade Na-

cional de Agricultura, mas não logrou na prática o êxito esperado. Em tal, conjuntura, resolveu a Sociedade enveredar pelo caminho que, segundo a sua observação, mais condizia com o espírito de nosso agricultor, utilizar o tipo de associação livre, nos moldes das organizações civis, embasada numa rêde de associações municipais, filiadas, por sua vez, as Federações Estaduais. Era a forma mais natural da organização da agricultura, porque a repetição do sistema federativo da Nação. Com a cooperação do Rio Grande do Sul, onde, já o êsse tempo, muito adiantado se encontrava o espírito associativo, foi organizado, no seio da Sociedade, um plano naquele sentido. Modelos de estatutos foram elaborados, debates e sessões especiais realizadas e iniciado a companha pela aplicação prática da idéia. Infelizmente, porém, de tôdas as iniciativas então adotadas, ficou de pé apenas uma, a Federação dos Associações Rurais do Rio Grande do Sul, a demonstrar a viabilidade e a conveniência de um igual entendimento e ação por parte dos demais unidades federativas. O trabalho da Sociedade não cessou e, em 1922, nova tentativa, tendo a Dr. Miguel Calmon à frente do movimento, foi levada a efeito. Prejudicou-lhe o êxito a agitação política e, somente em 1928, sob a presidencia Simões Lopes, aproveitando o largo trabalho de mais de trinta anos, pôde a Sociedade fundar a Confederação Rural Brasileira — iniciativa que, se bem compreendida em todo o país teria passibilidade grande avanço à reforma agrário que se faz mister no Brasil.

Terceira fase — Por seu turno, a Govêrno, em face da organização dada, através das sindicatos profissionais, a indústria e ao comércio, cogitava de estendê-la às atividades rurais, a fim de que não ficasse ao desamparo um dos mais importantes setores da produção.

E assim, em 1942 foi nomeada uma comissão interministerial para estudar o assunto. O Dr. Artur Tôrres Filho foi designado para presidí-lo e teve ocasião de sentir de perto, mais uma vez, as dificuldades que se apresentavam ao enquadramento da agricultura ao modêlo sindical. Essa dificuldade havia sido, por várias vezes, observado pelas autoridades do govêrno, bastando, para comprová-lo, o fato de ter sido a agricultura excluída da legislação, que atendia apenas à indústria e ao comércio. Dentre todos os óbices, sobressaia o quase impossibilidade de definição da classe por toda o território nacional. Afigurou-se à maioria das membros da comissão, impossível dar à agricultura, para sua indispensável e urgente organização, o tipo vigente do sindicato trabalhista.

Quarta fase — Embora exaustivo, o trabalho da comissão interministerial não pôde ser aproveitado. A lei sindical que surgiu depois, e está em vigor, Decreto-lei n.º 7.038 de 10 de novembro de 1944, depende de regulamento e êste esbarrorá fatalmente nas dificuldades apontadas. Não será outro, sem dúvida, a razão de sua no aplicação até agora.

Tornava-se urgente, no entanto, organizar a classe, a fim de lhe serem facultados os benefícios de que já gozam as outras atividades profissionais e, principalmente, o fim de facilitar o penetração dos órgãos da administração e da técnica no meio rural.

Seria preciso dar-se à legislação sôbre o assunto um caráter especial, de forma não só a facilitar o fundação dos associações, mas sobretudo, o garantir a sua existência, pelo papel que viessem a desempenhar na vida agrícola. Foi assim que se consubstanciou a idéia de uma lei intermediária entre o tipo clássico da "Sociedade Civil", e a do "Sindicato Trabalhista", como meio de assegurar, de pronto e sem grandes saltos um lugar ao homem rural na coletividade brasileira.

Uma comissão na Sociedade Nacional de Agricultura, incumbiu-se de elaborar o ante-projeto, submetido e aceito pelas pessoas e entidades mais diretamente interessadas no assunto.

Foi baseado nêsse ante-projeto o Decreto número 7.449, de 9 de abril da ano passado. A publicação do diploma provocou combates e aplausos. O combate, emanado de centros respeitáveis, como São Paulo e Minas, levou a próprio Sociedade o apoiar a sua modificação. Como consequencia, foi nomeado outra comissão composta dos próprios elementos que mais se destacaram na crítica ao ato do govêrno. Ficou assim constituido: do Dr. Artur Tôrres Filho, como presidente e representante da Sociedade Nacional de Agricultura; do Dr. Iris Meinberg, Presidente do União dos Asociações Agro-Pecuários do Brasil Central; o Dr. Oscar Daudt Filho, representante e 1.º Vice-Presidente da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul; do Dr. Antônio de Arruda Cámara, representante do Ministério da Agricultura; o Dr. Cândido Gomes de Freitas, representante do Sociedade Mineira de Agricultura, sendo secretário o Sr. Luis Marques Poliano redator da revista "A Lavoura".

Se bem que a Comissão tivesse sido nomeada para regulamentar o Decreto n.º 7.449, permitiu-se ela sugerir antes ao Governo a modificação do diploma naquilo que mais de perto se relacionava com as reclamações recebidas e assim foi feito. O Governo, aceitando a sugestão, modificou o decreto, sendo a regulamentação baixada já de acôrdo com o novo orientação consagrada no lei.

Fase atual — A aplicação do Decreto-lei número 8.127, e Decreto n.º 19.882, preparará a imensa massa de população que vive no campo e do campo para uma reforma que se torna mais e mais necessária. Seriam as seus órgãos — núcleos rurais associações, federações e confederação — a traço de união entre a classe e o poder público. Poderiam, desde logo, levar-lhes uma série de benefícios da ordem social, técnica e econômica muito apreciável. Não tem caráter compulsório para o lavrador e criador, sendo livre a filiação, como livre a manifestação dos seus órgos de administração, subordinadose apenas, como é natural ao órgão soberano da instituição, no caso a assembléia geral. Não colide com as associações existentes, que facultativamente se adaptarão ou permanecerão como estão. Atende à situação de antigos e respeitáveis entidades de classe, com reais serviços ao país, às quais facilita prerrogativas e direitos, respeitando-lhe a organização e o patrimônio.

O fato, alegado por uns raros opositores, alheios profissionalmente à classe rural, de ficarem êsses órgãos vinculados ao Ministério da Agricultura, não colhe, porque, nem ao menos é novidade. A lei exige o reconhecimento para o efeito da concessão de favores e de representação do classe na área respectiva. Não proíbe, porém, o existencia de uma organização não reconhecida. Apenas, não confere a esta o direito de representação junto ao poder público. Não é novidade, porque, desde o tempo do Ministro Odilon Braga, foi organizado no Ministério da Agricultura o registro de associações rurais, para gozarem dos favores governamentais, ainda hoje vigente conforme se vê de uma

portaria baixada por aquêle titular a respeito do assunto.

Seria, ainda, necessário observar que a lei de organização rural, tão democrática quanto as que mais o sejam vem apenas consolidar uma situação existente. Ele prevê uma Confederação Rural Brasileira que já existe; prevê em cada Estado ou Território uma Federação de Associações Rurais de que pelo menos uma — e com uma longa vida de serviços ao país — já existia no Rio Grande do Sul ao tempo da promulgação da lei; prevê a constituição em cada Município de uma associação rural, o que também se verifica hoje em pelo menos trezentas unidades municipais do Brasil. Apenas, procura amparar e coordenar êsse esfôrço, reconhecer-lhe a existência, imprimir-lhe a necessária uniformidade e meios de prosperar, a fim de facultar à desamparada classe rural brasileira um lugar ao sol na comunhão nacional, onde a sua voz seja ouvida sem deturpação, em favor daqueles mesmos que se opõem ao sistema, por medo à legitimidade da expressão coletiva da classe, que resultaria fatalmente da organização preconizada.

E' hoje reconhecido, por todos os sociólogos e economistas, a impossibilidade da subdivisão de categorias diferenciadas profissionalmente e para aplicação da tutela ao trabalho, representada pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Ao mesmo passo, é reconhecida por todos a necesidade de se retirar a lavoura brasileira do abandono sempre crescente em que vem definhando, de caudatária das outras atividades no quadro geral da economia brasileira. Ela precisa, acima de tudo, de adquirir a confiança da sua fôrça e pesar em tudo que lhe diga respeito. Já não é possível compreender-se a permanencia de tão deplorável situação, mas, ao contrário, deve-se imprimir-lhe unidade de objetivos, de modo a que seja restituído à classe o fastígio de outrora, arrebatada na transformação econômica que caracteriza a atual fase atormentada da vida brasileira.

A Sociedade Nacional de Agricultura que há longos anos vem encabeçando o movimento associativo da classe agrícola no Brasil, tomou parte ativa na promulgação do diploma em questão, combatido por alguns, mas louvado por muitos que felizmente verificam consubstanciar-se nele a orientação vitoriosa na maioria dos países americanos como são exemplos o "American Farm Bureau Federation", nos Estados Unidos, e as Federações das Associações Rurais, na Argentina e no Uruguai, bem como na Europa, mais recentemente, o "International Federation of Agricultural Producters", que se propõe organizar os produtos de todo o mundo e que, até agora, já realizou oportunos e proveitosos congressos nos quais compareceram somente os verdadeiros agricultores, sem intervenção de outras classes aí incluídos os órgãos oficiais.
agricultores, sem intervenção de outras classes aí incluídos os órgãos oficiais.

A organização prevista está se processando lenta mas seguramente em todo o país.

As associações antigas, de que são exemplos a Sociedade Nacional de Agricultura, a Sociedade Auxiliadora de Agricultura de Pernambuco, a Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, fundada em 1911, e em cuja organização se foi buscar a emulação, a garantia de possibilidade de organizar a classe que os Decretos ns. 8.127 e 19.882, prescrevem continuam **funcionando normalmente.** Outras se fundam e procuram o enquadramento, outras não. Seria o caso de experimentar-se um pouco mais, corrigindo qualquer falha que, no correr dessa organização, se venha a notar. Porque, afinal, tôda a obra que vem sendo realizada não pode de um momento para o outro, ser destruída por ser já considerável, conforme se pode ver do que já foi feito.

A seguir damos uma relação oficial das entidades enquadradas no regime do decreto-lei 8.127, registradas e reconhecidas pelo Ministério da Agricultura, convindo notar ainda que alguns Estados estão com as suas Federações a ser fundadas brevemente como Paraná, Goiás, Estado do Rio, etc.

De conformidade com os dados fornecidos pelo Serviço de Economia Rural, do Ministério da Agricultura, acham-se em funcionamento no país 116 Associações Rurais, 27 Associações Rurais Regionais, 7 Associações Rurais Especializadas, 1 Associação especializada em agronomia e 6 Federações de Associações Rurais, no total de 157 entidades tôdas elas reconhecidas e registradas nesse Serviço.

As Associações Rurais acham-se assim, discriminadas, por Estados: Santa Catarina 27, Rio Grande do Sul 24, Minas Gerais, 20; São Paulo, 13; Pernambuco, 6; Paraná, 5; Maranhão, 5; Rio de Janeiro, 5; Mato Grosso, 3; Paraíba, 3; Piauí, Ceará, Espírito Santo, Bahia e Rio Grande do Norte, 1 em cada.

Existem Federações de Associações Rurais nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Norte e associações Rurais Especializadas nos Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Sergipe Pernambuco e Alagoas (1 em cada) sendo que na Bahia, existe a única sociedade especializada em agronomia reconhecida e registrada no país.

Destruir a atual lei n.º 8.127 que vai promovendo a organização rural em base associativa, será deixar o campo aberto à invasão de doutrinas exóticas e impedir que o Govêrno leve à maior classe produtora do país tôda a assistência que ela está exigindo: social, econômica e técnica.

Concluímos pela rejeição do projeto.

Rio de Janeiro 10 de dezembro de 1948. — **Duque de Mesquita.**

Não para **reorganizar** mas para **modificar,** remeteu a Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo à Câmara sugestões, que foram apenas ao processo do projeto Altino Arantes, e às quais o Deputado Duque de Mesquita opôs o seguinte parecer:

PARECER DO SR. DUQUE DE MESQUITA

No anteprojeto de lei, apresentado pela Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo, para substituir o Decreto-lei n.º 8.127, de 24 de outubro de 1945, "os princípios básicos" que nortearam o seu trabalho são os seguintes:

a) liberdade de associação, dentro do bem comum;

b) estabelecimento do município como base da organização rural;

c) plena soberania da assembléia geral das entidades rurais;

d) estabelecimento de três graus de entidade: associações **municipais** ou **regionais** (1.º grau), federações de associações **estaduais** ou **interestaduais** (2.º grau), e Confederação Rural Brasileira (grau

superior), autônomas entre si mas entrosadas e harmônicas no que respeita aos fins comuns".

Esta, a orientação, segundo declarou expressamente a **Faresp**, que serviu de base ao seu anteprojeto.

Salvo uma inovação no item **d**, todos êsses aspectos estão atendidos no Decreto-lei vigente, isto é, ali estão garantidas a **liberdade de associação** (item **a**); o **município** como base da organização rural (item **b**); a plena soberania da assembléia geral (item **c**).

Os três graus de entidades preconizados no anteprojeto — **associações municipais, federações estaduais e confederação nacional**, também estão estabelecidos no Decreto-lei n.º 8.127, sendo a inovação a que nos referimos a da permissão da constituição de **federações interestaduais.**

Adotado que fôsse esse sitema, estaria quebrado o princípio da paridade, para efeito de representação da classe, que deveria existir no seio da Confederação. Destôa, além disso, da própria organização federal do Estado, que de propósito foi seguida no Decreto-lei n.º 8.127, além de se nos afigurar perigoso, por favorecer a constituição de grupos econômicos cuja inevitável preponderância sôbre as federações estaduais — em alguns casos podendo até anular-lhes as funções — no seio da Confederação. Poderia dar-se o caso, a prevalecer uma tal orientação, de serem constituidos em dois ou três Estados indefinido número de **Federações Interestaduais,** o que, além do mais, causaria forçosamente perturbação na vida das associações municipais e regionais nas suas relações com os respectivos órgãos federativos.

Dentro daqueles princípios gerais, preconiza o **Faresp,** pormenorizando, que as cooperativas de produção rural filiadas às Federações, teriam direito a voto nas respectivas assembléias gerais.

Não nos parece aconselhável a modificação do Decreto-lei n.º 8.127 nessa parte, primeiro porque o cooperativismo obedece, no país, a uma legislação especial, que prevê as suas próprias federações e confederações; segundo porque se trata de instituições de caráter diferente da das associações rurais. Estas, são organizações que visam a fins nitidamente **profissionais,** enquanto que aquelas tem objetivo **econômico**. Tanto que, dentre as finalidades das entidades rurais, em todas as seus graus, é prevista a constituição e desenvolvimento de cooperativas, "que realizem a defesa de seus direitos econômicos".

Dar-se-ia o caso de uma associação, que criou em seu seio, para os seus sócios, uma cooperativa de produção, ter o seu voto anulado dentro da Federação pelo da cooperativa. A criatura contra o criador...

Não nos parece justo, também excluir o assalariado (o colono, o camarada, o peão, o empregado, etc.) da categoria de **profissional da agricultura**. A alegação de que "ainda não se acha em condiçes de se associar" não procede porque, sendo a inscrição facultativa na Associação, se êle não apresentar aquelas "condições de se associar", êle, naturalmente, por si mesmo, não se associará. O que não é justo é que se lhe negué o direito de evoluir, de progredir, pelo contacto na associação com os outros profissionais mais adiantados.

Sem nos determos em outras pormenores, que não afetam ao espírito da organização, prevista no Decreto-lei n.º 8.127, — elaborado, segundo o próprio autor do projeto, por iniciativa e com a direta colaboração de respeitáveis entidades agrícolas do país, desejamos, para terminar, pedir a atenção para os dois pontos que ao nosso ver, são as principais motivos da reforma pleiteada.

Referimo-nos, em primeiro lugar ao voto das cooperativas, á sua participação ostensiva como filiadas às entidades dos diversos graus. Seria um corpo estranho dentro do organismo, uma completa deformação do quadro geral da organização rural com que precisamos contar dentro da classe agrícola brasileira. Em última análise, poderíamos vir a asistir se adotado o princípio, à desorganização do sistema cooperativo iniciado e em marcha, pela inevitável influência que sôbre elas viriam a exercer os òrgãos associativos da classe rural, em conflito, muitas vezes, com a orientação e que por lei, dtve obedecer e emana dos órgãos do Estado incumbidos do seu fomento e existência.

O outro ponto, que o ante-projeto modifica, está no § 2.º do art. 32 das Disposições Transitórias, e se refere à Sociedade Nalional de Agricultura.

Pelo Decreto-lei n.º 8.127, art. 47, aquela velho prestigiosa e útil associação "por ser a associação rural mais antiga, com ação em todo o país", "teria na assembléia geral da Confederação Rural Brasileiro, dois representantes".

Uma coma que homenagem à Soc[illegible]ade Nacional de Agricultura, o reconhecimento dos novos àqueles que, vencendo os maiores dificuldades, vêm, há mais de 50 anos, trabalhando com afinco e elevação, em prol da agricultura nacional.

Pois bem: no anteprojeto se retira essa prerrogativo à Sociedade, que ficaria, apenas com a **possibilidade** de vir a ser a **órgão federativo do Distrito Federal,** mas, para isto, seria preciso que não admitisse sócios individuais nos Estados.

Ora, o Sociedade em questão é **nacional.** Até aqui, tem sido a representante máxima da agricultura do país, e, de bom grado, cedeu seu lugar a uma Confederação que no futuro representará mais legitimamente a classe. Desde que se respeita a situação de outras entidades, por que se exigir, justamente da Sociedade Nacional de Agricultura, que perca a sua qualidade de **nacional,** para se limitar a representante da agricultura do Distrito Federal?

Não estamos aqui defendendo a veterana instituição, mas preocupados com a diminuição que se lhe quer impor, a qual, em última análise, poderá tornar-se contraproducente e prejudicial à organização de que ela pròpria é a maior entusiasta.

Trata-se de uma entidade com nome e reputação firmados, dispondo de uma grande fôlha de serviços no país, e de um já sólido patrimônio material a que lhe daria ensejo, até de colocar-se á margem da organização sem prejuízo de sua vida e atuação mas em lamentável detrimento do esquema que se pretende aperfeiçoar sem ao menos o têrmos experimentado convenientemente.

Não acreditamos que as leis sejam sempre perfeitas. Esta com certeza tem os seus defeitos mas, á sua sombra, vai-se procedendo, sem sobressaltos, com segurança, a organização associativa do Brasil rural. Atentemos um pouco mais, porque nem ainda se fundou a Confederação Rural Brasileira.

Seria êsse órgão, talvez, o mais indicado para oferecer sugestões ao Govêrno, e isto não está em plano longínquo,, pois, ao que sabemos, tudo se está preparando para a sua instalação em breve na Copital do República.

Somos pela rejeição da sugestão e pelo seu arquivamento.

Rio, 10 de dezembro de 1948. — **Duque Mesquita,** Relator.

TERRAS FAMINTAS
EXODO DO LAVRADOR

F. G. Steinemann

As terras estão esgotadas, não produzem mais, precisamos adubar, é o que ouvimos todos dizer.

Sim, o esgotamento é incontestavel, representa o fruto de uma prática colonial, primitiva que ainda, perdura até os nossos dias.

A PRÁTICA DA LEI DA RESTITUIÇÃO é de suma importância, se quizermos salvar o que existe atualmente, e aumentar a produção agricola para o volume que precisamos.

É necessário fazer voltar á terra o que dela extraímos anualmente, em milhões e milhões de toneladas, de seus elementos principais, como sejam: Azoto — Fosfato — Potássio e Cálcio.

Assim, as terras deixarão de ser famintas e corresponderão ao esforço do lavrador com uma farta colheita, e, mais ainda não lhe darão ensejo de "fugir do seu torrão natal".

Não compete a nós apresentar "Estudos sôbre Planificações ou Política Agrícola Nacional", e, sim, colaborar simples — e racionalmente na solução do problema, isto é, aumentar a nossa produção agricola e fazer parar a avalanche assustadora da queda desta produtividade.

No nosso entender, devemos ficar cientes, em primeiro lugar, da *causa* provocadora e do *foco* de nossa doença: A prática colonial, primitiva, NÃO RESTITUINDO á terra o que dela extraimos anualmente. E, firmamo-nos neste ponto de vista, servindo-nos de exemplo outros paises, que, sem a prática da *Lei da Restituição*, isto é, sem a aplicação de fertilizantes, poucos resultados satisfatòrios conseguiriam.

Muitos anos de trabalho dedicamos á atividade agro-industrial e de perto observamos os grandes empreendimentos mecanizados, sofrendo estes hoje os mesmos males de terras esgotadas, como o pequeno lavrador de enxada ou enxadão; e, enquanto não podemos ter maior número de lavouras mecanizadas, a pequena enxada ou enxadão ainda poderão ajudar-nos no aumento da produção, *desde que a terra seja adubada*.

"*Adubos só em quantidades convenientes devem suprir os elementos nutritivos que faltam, afim de se obter colheitas compensadoras*", aconselha o engenheiro agrônomo E. Marcondes de Mello.

E, o que é mais grave, demonstra o professor Arthur Torres Filho em seu artigo "A questão agrária brasileira", quando diz: "Novos estudos de sôlo para restaurar sua fertilidade não os possuimos, senão em escala limitadissima para orientar os técnicos, e, sua ausência quasi absoluta, para os agricultores". E mais, citando o saudoso dr. Fernando Costa: "*Era chegado o momento da agricultura racional com a recuperação de terras cansadas sem o que teria de retroceder nossa civilização*".

São advertências de maior gravidade, e, como dissemos em linhas acima, devemos ficar cientes desta dura realidade: *A causa provocadora e o foco de nossa doença, repetimos, são a falta de adubação, e, tambem, de novos estudos do sólo para restaurar a sua fertilidade!*

A Sociedade Paulista de Agronomia, em exposição apresentada no Conselho Federal do Comércio Exterior, recomenda: "Constituem providências de AÇÃO IMEDIATA (no item c) aquisição e distribuição pelo custo, aos lavradores do Estado, de fertilizantes, etc".

A recomendação "*de ação imediata*" demonstra claramente a compreensão da Sociedade Paulista, referente ao estado em que se acha a sua lavoura, e o que inicialmente se deve fazer, para debelar a crise.

Desejamos lembrar para este fim um fator importante, que, no nosso entendêr, não deve ser posto de lado, isto é, os estudos necessários do sólo, para supri-lo com os elementos nutritivos e em quantidades convenientes; entretanto,

sòmente com aqueles que realmente lhe fazem falta, afim de obter colheitas compensadoras. E estes estudos não os possuimos, senão em escala limitadissima, para orientar os técnicos e os agricultores.

Não é preciso explicar os trabalhos exaustivos que estes estudos exigem e o diminuto aparelhamento de nossos laboratórios, aos quais cabem as pesquisas e análises, para compreender a escala limitada de estudos, que possam orientar ambas as partes.

"Nil novi sub sole" foram palavras de um sábio da antiguidade, palavras estas que tomamos como "Leitmotiv" em procura de uma solução mais pronta, e talvez acertada, para a nossa carestia de produção agrícola.

Observamos, assim, nos séculos XVI e XVII, por exemplo, os sábios, Leibnitz, filósofo, e Newton, filósofo, físico e astrônomo, e no século XVIII o sábio e pensador Goethe, apresentaram estudos e leis referentes ao "Sistema de Mônadas, da Gravitação Universal, da Decomposição da Luz", e outros, os quais conduziram á ciência da "Lei das Irradiações" (côres e outras).

Ocupar-nos-emos desta última em linhas sucintas. As irradiações emanam de centros magnéticos, radioativos e outros. Cada substância e todas as espécies de vegetação emitem irradiações (ondas).

Conforme a qualidade e o seu estado físico, as substâncias e vegetais emitem irradiações ou ondas de diferentes forças e comprimentos.

Por exemplo: Uma semente esteril ou um vegetal doente, emitem irradiações diferentes, das de natureza produtiva ou de estado físico sadio.

RADIESTESIA, isto é, o estudo das irradiações, é a ciência aplicada á agricultura, e que auxilia, por exemplo, a escolha de uma certa cultura, própria para determinada qualidade de sólo, e, ainda, a melhoria deste sólo, quando necessário, determinando qualidade e quantidade de fertilizantes de acordo com a cultura ecolhida.

Pelo exposto compreende-se a possibilidade de:

I — harmonizar os dois objetos em estudo: o sólo e a cultura (sementes).

II — melhorar o sólo com dosagens certas de fertilizantes, conforme a classe da cultura e sementes, evitando possiveis prejuizos;

III — melhorar e aumentar o rendimento da cultura, com o mínimo necessário de fertilizantes, e sòmente com aqueles fatores, que a planta realmente precisa e pode absorver, exclnindo fatores supérfluos.

Em resumo:

A — escolha da cultura ou semente de acordo com o sólo;

B — escolha e dosagem do fertilizante, em concordância com a cultura e o sólo.

Em paises da Europa e, tambem, na América, como por exemplo na Argentina, no Chile e no Perú, já se efetuaram grandes trabalhos neste sentido com reais resultados. Não nos consta a aplicação desta ciência no Brasil. Entretanto, com tão grande varidade de climas e de sólo, mais que necessário se torna a prática da ciência "RADIESTESIA".

Desta maneira, teriamos mais uma valiosa ajuda para debelar a tão grande crise de nossa produção agricola e o exodo do lavrador.

Importância e Objetivos dos Museus Escolares

Introdução de uma aula ministrada na Fundação Getúlio Vargas pelo Professor Geraldo Goulart da Silveira, no Curso de Formação Pedagógica de Professôres e Orientadores do Ensino Agrícola.

Nas Escolas de Iniciação Agrícola, nas Escolas Agrícolas e nas Escolas Agro-técnicas, prevista na Lei Orgânica do Ensino Agrícola, não devem faltar os museus escolares pois êles, quando bem organizados, constituem verdadeiros *centros de cultura geral*, muito instrutivo e educativos e de de grande alcance pedagógico.

E' preciso salientar, que os museus escolares não se destinam, apenas, aos alunos; êles devem ser franquiados a tôda a comunidade rural, pois, através dêles, consegue-se, não sòmente despertar a atenção dos habitantes do local para as observações relativas à natureza que os cerca, como ainda, despertar a atenção para a própria escola.

Não é demais repetir que a própria escola deve constituir o centro das atividades da comunidade rural, dela devem partir os bons exemplos, as boas idéias, o estímulo, o incentivo, etc.

Através da organização e sempre crescente ampliação de bem organizados museus escolares, consegue-se:

a) — incentivar na criança o gôsto e o interêsse pelo estudo dos sêres vivos, dos minerais, das rochas, etc., enfim, estudos sôbre os recursos naturais da região, e, quiçá, do próprio país. Uma criança que faz a colheita do material e ela mesma prepara os exemplares para o museu, tem oportunidade para fazer inúmeras observações úteis e interessantes e adquire, sem dúvida, maior interêsse e gôsto pelo estudo da natureza, o que constitui uma condição favorável ao processo de aprendizagem.

b) — desenvolve, de uma maneira muito acentuada os hábitos ordeiros indispensáveis para a organização de coleções cuidadosas e bem preparadas, o que representa sem dúvida, um trabalho de grande interêsse na formação humana do educando.

c) — desperta e desenvolve nos alunos a capacidade de observação, condição indispensável para estudo da natureza. De fato, são numerosas e de grande valia, as observações que os estudantes podem fazer através de estudos comparativos entre os exemplares por êles mesmos coligidos, preparados e arrumados.

d — desperta, na comunidade rural, o interêsse pelos estudos dos recursos naturais da região, o que constitui um processo educativo e instrutivo de grande alcance.

Visando tais objetivos, os museus escolares devem merecer tôda a atenção dos professôres e orientadores do ensino agrícola, pois êles representam um recurso pedagógico de inestimável valor.

Os museus escolares, nas escolas que ministrem o ensino agrícola em todos os seus graus e modalidades devem:

a) apresentar coleções bem preparadas, racionalmente organizadas e dispostas de tal maneira que satisfaçam as necessidades pedagógicas sem prejuízo do fator estético, e constituam, realmente valioso elemento de ensino.

b) deve ser um repositário, o mais completo e perfeito possível, de todos os recursos naturais da região. Nêles, devem estar representados a flora, a fauna, os minerais, as rochas, os solos, os produtos industrializados etc., enfim, todos os elementos que caracterizem os recursos naturais da região e as atividades típicas da população rural.

c) si bem que, com predominância do caráter regional, deve apresentar também animais, plantas, etc., de outras regiões ou exóticos, para fins de estudos e de ilustração.

Apezar de uma certa campanha que se vêm movendo contra os museus de zoologia e de botânica nas escolas, sob a alegação de que devem ser estudados, apenas, os sêres vivos ao natural (o que nem sempre é possivel), êles não perderam a sua oportunidade e utilidade, e constituem, indiscutivelmente, um recurso auxiliar de aprendizagem e um processo de integração profissional de grande valia.

Visando difundir cada vez mais os museus escolares, é de tôda conveniência sejam ministrados cursos de Organização e Preparo de Museus Escolares, destinados a formação de elementos conhecedores de tôdas as técnicas de preparo e apresentação de exemplares e coleções para exposições.

Neste sentido, já temos feito alguma coisa.

A Seção de Extensão Cultural do Museu Nacional, da Quinta da Boa Vista, por exemplo, presta tôda a assistência aos professôres e interessados, orientando-os diretamente na formação de museus escolares, fornecendo folhetos e livros sôbre o assunto, realizando demonstrações práticas etc.

A Sociedade Nacional de Agricultura, realizou, com grande sucesso, dois cursos rápidos sôbre "Organização de Herbários e Museus de Produtos Vegetais" (em 1939 e 1940).

A Universidade Rural, através da Diretoria dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão, também tem trabalhado neste sentido (Cursos de Entomotaxia, por exemplo).

Organizar e ampliar cada vez mais os museus escolares, manter um intenso intercâmbio de permuta de exemplares com outras escolas e instituições, etc., é, não somente útil, mas, sobretudo, uma necessidade, um recurso de aprendizagem.

Precisamos de museus, muitos museus; não sòmente museus para cientistas, mas ainda, e sobretudo, museus escolares, museus que constituam verdadeiros centros de cultura geral, museus educativos e ilustrativos.

Obs): — Em 1948, com a colaboração com a Fundação Getúlio Vargas, realizou a Escola de Horticultura Wencesláo Bello:

a) — três Cursos Práticas de Organização de Herbários e Museus de Produtos Vegetais;

b — um Curso Prático de Organização de Museus Zoológicos.

Os cursos acima referidos obtiveram, como os demais Cursos Práticos ministrados pela Fundação Getúlio Vargas, completo êxito e constituem um indice muito significativo do que se pode fazer de prático e objetivo em prol da divulgação de conhecimentos relativos à organização de Museus Escolares.

Apenas 50 Centímetros de Vida...

A camada da terra que alimenta os vegetais em algumas regiões do Brasil não vai além de 50 centímetros. E é justamente contra essa tenue camada superficial responsavel pela vida das culturas que a erosão atúa, em toda a sua força destruidora — silenciosa e persistente.

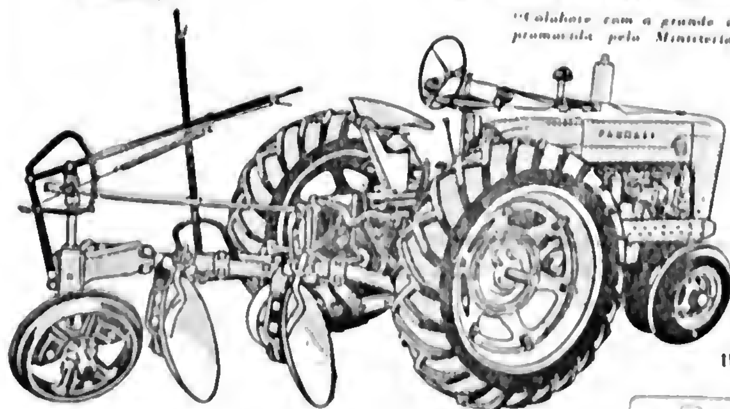




"Colabore com a grande campanha nacional de recuperação do solo, promovida pelo Ministerio da Agricultura e autoridades estaduais."

A EROSÃO é causada principalmente pelas chuvas, pois as enxurradas arrastam, para os vales e rios, a materia orgânica e todas as demais substancias que tornam fértil os 50 centímetros de solo.

COMBATER esse empobrecimento da terra, é um dever patriótico de todos os fazendeiros e agricultores, afim de preservar e defender um patrimonio, do qual depende a economia brasileira.



O TERRACEAMENTO do terreno, a cultura em faixas, as curvas de nivel — evitam os efeitos danosos da erosão. E isto tudo é facil de ser realizado, sobretudo com o auxilio de tratores modernos, com equipamento agricola comum. Consulte o concessionario International mais próximo.

GRATIS! *Escreva-nos para a Caixa Postal N.º 250, Rio de Janeiro, e receberá um interessante folheto sobre a Erosão.*

★

INTERNATIONAL HARVESTER MÁQUINAS, S/A
Rio de Janeiro, Av. Barão de Tefé, 74

São Paulo	Porto Alegre
Rua Oriente, 57	R. G. Martins, 203

INTERNATIONAL HARVESTER



Tratores e Máquinas Agrícolas
McCormick-Deering International
Caminhões International e
Força Industrial International

Progride o Associativismo Rural no Brasil

44 Lavradores Pedem Sua Inscrição na Associação Rural do Estado de Goiáz

A Ass. Rural do Estado de Goiáz, já reconhecida pelo Min. da Agr., através da portaria n. 653 de 8 de agosto de 1948, está destinada a arregimentar em seu seio grande número de lavradores residentes neste Estado, dado o interesse que vem tomando, incessantemente, pela causa de todos quantos se dedicam à árdua e construtiva vida dos campos.

À frente dessa entidade de classe está, como se sabe, um grupo de homens esforçados, que tudo farão a fim de que a mesma corresponda a espectativa de seus associados.

A propósito do interesse que a Ass. Rural vem despertando entre os lavradores, divulgamos a seguir um abaixo assinado vindo de Gercinápolis, futurosa povoação plantada à mergem da rodovia que liga esta capital ao Sudoeste goiano, mercê do esfôrço e da patriótica iniciativa do Sr. Dante Ungareli.

"Dr. Câmara Filho
Presidente da Ass. Rural do Estado de Goiáz — Goiânia.

Por iniciativa do Sr. Dante Ungareli foi feito um convite aos lavradores desta zona para uma reunião em Gercinápolis, município de Goiânia. A essa reunião compareceram 44 lavradores, em sua grande parte proprietários, chacareiros, arrendatários, que são os que assinam esta, muitas delas a rogo por não saberem escrever.

Queremos por intermédio dêste manifesto, levar até a Ass. Rural dêste Estado de Goiaz, a nossa simpatia e o nosso apôio, pedindo, ao mesmo tempo que os nossos nomes sejam incluidos da lista de sócios dessa entidade de classe.

Na reunião, em apreço, o Sr. Dante Ungareli fez aos presentes uma longa exposição sôbre as finalidades dessa associação, abordando os temas seguintes:

1.º — Pôs em relêvo o objetivo do Govêrno Federal pondo em prática o financiamento aos pequenos lavradores, a fim de que os mesmos com êsse plano, de elevado alcance econômico-social, possam levantar-se sôbre seus próprios pés.

2.º — Acentuou que a essa assistência monetária do pequeno produtor contribuirá para o rápido aumento da produção, tirando da pobreza aqueles que aspiram enriquecer-se pelo trabalho contínuo e produtivo.

3.º — Frizou que o Govêrno, incluindo no número de beneficiárias com êsses empréstimos os pequenos proprietários, chacareiros, arrendatários, meeiros, demonstrou grande visão, de vez que nos pequenos produtores estão os maiores elementos da vitalização da nossa economia.

4.º — Depois de destacar o papel das Associações Rurais, fez sentir que as mesmas devem providenciar no sentido das lavouras serem seguradas por companhias de seguros nacionais, a fim de evitar eventuais prejuizos por parte dos lavradores, ocasionados pelo mal tempo, fogo, geada, etc.

5.º — Ressaltou o lado econômico-social do plano de pequenos empréstimos, que o govêrno está fazendo nos lavradores, de vez que tal iniciativa acelerará nossa produção, principalmente a de cereais, de que há tanta escassez no País.

Por último o Sr. Dante Ungareli, em cuja residência se realizou a reunião, convidou-os para assinar êste manifesto de apôio à Associação Rural do Estado de Goiaz, que têm como presidente o Sr. Dr. Câmara Filho, homem dinâmico e de capacidade realizadora.

(Ass.) — Dante Ungareli, Benedito de Andrade Reis, Francisco Ungareli, Hercilio Ramos de Oliveira, Benedita Martins Melo, C. Ungareli, Osorio Luiz Alves, Saturnino Cabral Moreira, Geraldo Severino de Carvalho, Francisco Correia Teles, Joaquim Cabral da Silva, José Pereira Leão, Joaquim Paulino da Silva, Angelo Laurenço da Costa, Geraldo Martins Coelho, Sebastião Vieira dos Santos, Euripedes Rocha, Antonio Gregorio de Brito, Jacinto Alves Ferreira, Claudimiro Alves Ferreira, Pedro Francisco de Oliveira, José Borges da Silva, Jovelino Batista Carvalho, Bento Venancio de Oliveira, Alexandre Alves Ferreira, Geraldo Paulino da Silva, Agostinho Pedro Marino, Joaquim Honorio Silva, Jeronimo Batista Santos, Severiano Alves Ferreira, Sebastião Oliveira Pinto, Manoel Ferreira Morais, João Pinto Ferreira, João Paulino Palmeira da Silva, Agostinho Domingos da Silva, José Pereira Morais, Olimpio Gregorio de Brito, Adolfo Batista Machado.

("O Popular", 25-11-48, Goiaz).

Um Mosquito Vai de Viagem

E' geralmente conhecido que é o mosquito anófele o que transmite o sezonismo. Esta espécie de mosquito está subdividida noutras espécies que todas — umas mais, as outras menos — transmitem o impaludismo. Na América do Sul por exemplo um dos mosquitos mais perigosos que transmitem o sezonismo é o anófele Darlingi. Alguns anos há se notou com muito susto que esta espécie de anófeles se achava também em Honduras e na Guatemala. E agora se teme e com razão que êste viajante perigoso que pode esconder-se num comboio, num automóvel e num avião e que pode passar uma fronteira sem ser notado, também penetre nos Estados Unidos. Escusado é dizer que, no caso de se quiser impedir que o inseto penetre nos Estados Unidos, será preciso tomar amplas precauções: mas também é evidente que no fundo é impossivel impedir que um mosquito penetre num país. Além disso, a gente nos Estados do sul está muito molestada por outros mosquitos de impaludismo. E como não é possivel secar ou regar com petróleo todos os charcos e todas as águas mortas, procuraram a sua salvação no uso regular da quinina e com muito bom êxito. A Comissão do Impaludismo da antiga Liga das Nações na página 125 do seu Relatório do ano 1938 (têxto inglês) observa e com razão que a quinina entre os medicamentos que servem para combater o sezonismo continua a ocupar o primeiro posto, a causa da sua ação segura e a falta quase completa de toxicidade, junto com um amplo conhecimento do seu uso e dosificação. As doses prescritas para a profiláxia e o tratamento são respectivamente: 400 mgs. por dia durante todo o tempo que durar a doença e algum tempo depois, e 1—1.3 gramas diárias durante 5-7 dias. Os grangeiros do sul dos Estados Unidos cedo se têm dado conta de que a quinina é o remédio mais eficaz e mais econômico para combater o sezonismo. Os que já se têm acostumado ao uso regular da quinina, esperam com menos medo a chegada eventual do Anófele Darlingi, que os que por ignorancia têm certa desconfiança para com a quinina.

Vinte e nove cursos práticos em um ano

Geraldo *Goulart da Silveira.*

A Escola de Horticultura Wenceslão Bello é um modelar estabelecimento de ensino mantido na Penha, pela veneranda Sociedade Nacional de Agricultura.

Em 1948, graças ao auxílio que lhe foi concedido pela Fundação Getúlio Vargas, pôde a Escola de Horticultura Wenceslão Bello ampliar, de uma maneira muito acentuada, os Cursos Práticos que vinha ministrando, sempre com sucesso, desde 1937.

Tais cursos, ministrados de preferência aos domingos pela manhã e aos sábados à tarde, para possibilitarem a matrícula daqueles que, em virtude de seus afazeres habituais não podem estudar em outros dias (aproveitamendo da folga dominical e da folga, aos sábados, em virtude da generalização da "semana inglesa" em quase todos os setores de atividades), alcançaram grande êxito, conforme se verifica compulsando os relatórios mensais enviados ao Departamento de Ensino da Fundação Getúlio Vargas.

Durante o ano de 1948, foram ministrados na Escola de Horticultura Wenceslão Bello em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas, *vinte e nove Cursos Práticos*, que alcançaram uma matrícula total de *mil cento e quarenta e cinco* alunos, o que é um índice bastante expressivo da oportunidade e objetividade de tais cursos.

Os cursos realizados foram:

3 cursos de Economia e Administração Rural;
3 cursos de Hortas Doméstica;
3 cursos de Contabilidade Agrícola;
3 cursos de Enxertia;
3 cursos de Herbários e Museus de Produtos Vegetais;
2 cursos de Solos e adubação;
2 cursos de Viveirista;
2 cursos de Botânica Agrícola;
2 cursos de Floricultura;
2 cursos de Reflorestamento;
2 cursos de Zoologia Agrícola;
1 curso de Restauração de Pomares;
1 curso de Museus Zoológicos.

Dos *mil cento e quarenta e cinco* alunos matriculados, *novecentos e quarenta e nove* foram do sexo masculino, e *cento e noventa e seis* do sexo feminino.

Dos alunos matriculados, *seiscentos e um* tinham idade compreendida entre 10 e 20 anos; *duzentos e setenta e três* entre 20 a 30 anos, *cento e trinta e quatro*, entre 30 a 40 anos *oitenta e sete*, entre 40 e 50 anos; *trinta*, entre 50 e 60 anos; *treze*, mais de 60 anos, e *sete* não declararam as idades nas fichas de inscrição.

Conforme se verifica pelos dados acima expostos, os Cursos Práticos ministrados na Escola de Horticultura Wenceslão Bello despertaram interêsse entre pessoas das mais variadas idades (desde crianças de treze anos, até senhores de sessenta e cinco anos), das mais diversas profissões (vinte e nove profissões declaradas), conforme relação a seguir:

595 estudantes (estudantes de cursos primários, secundários, profissional e superior);
128 funcionários públicos das mais variadas categorias.
53 comerciários.
40 militares.
26 contadores.
21 escriturários.
21 práticos rurais.
21 professôres.
14 comerciantes.
13 ferroviários.
12 desenhistas.
11 auxiliares de escritório.
11 horticultores.
9 dactilógrafos.

9 motoristas.
8 securitários.
8 encardenadores.
7 aeroviários.
7 lapidadores.
6 industriários.
6 domésticas.
5 industriais.
4 bancários.
4 aviadores.
4 engenheiros.
4 químicos.
4 propagandistas.
4 médicos.
4 protéticos.
3 advogados.
3 lavradores.
3 fotógrafos.
3 vendedores.
3 sapateiros.
2 mecânicos.
2 destistas.
2 auxiliares de contabilidade.
2 agrimensores.
2 redatores.
1 farmacêutico.
1 viveirista.
1 enxertador.
1 fruticultor.

A relação acima dá bem uma idéia da oportunidade, interêsse e objetividade dos Cursos Práticos que, desde 1937 vem sendo ministrados na Escola de Horticultura Wenceslão Bello e que, em 1948, graças ao auxílio que lhe foi concedido pela Fundação Getúlio Vargas, puderam ser muito ampliados.

Dos *mil cento e quarenta e cinco alunos* matriculados, foram aprovados nos exames prático e oral realizados no término dos cursos, *seiscentos e noventa* alunos, dos quais *quinhentos e oitenta e sete* do sexo masculino e *cento e três* do sexo feminino.

A Escola de Horticultura Wenceslão Bello, que já contava com um grande acêrvo de empreendimentos em prol do ensino agrícola no país, póde realizar, em 1948, um trabalho de maiores proporções, graças à oportuna e eficiente colaboração da Fundação Getúlio Vargas.

A Escola de Horticultura Wenceslão Bello muito já realizou, e não menos é ainda o que pretende realizar, si não lhe faltarem recursos para tanto.

Uma nova e esquesita doença dos Bovinos

Jorge Vailsman.
Médico-Veterinário

Infelizmente, ainda não possuimos um completo conhecimento de tôdas as doenças que acometem os nossos rebanhos, nem tampouco, podemos determinar a exata importância e incidência de muitas das que já estão identificadas. Algumas surgem, eventualmente, em uma ou outra região, fazem suas vitimas e desaparecem por longos anos. Outras aparecem nas fazendas, atingindo, apenas a um ou outro animal, sem causar desfalques no rebanho, ou mesmo, quando atacando grande número de animais, não provocam muitas mortes, caracterizando-se, ao contrário, pela cura da maioria, ás vezes por simples mudança de pastagem, estabulação eventual ou qualquer outro motivo aparentemente inexplicável para o criador. Muitas das *doenças de carência* estão incluidas neste último grupo.

Nossa atenção foi despertada para o assunto, obrigando-nos aos comentários acima, em virtude da consulta sôbre "uma nova e esquesita doença dos bovinos...", que estaria grassando em localidade do Estado do Espírito Santo, conforme nos comunica leitor residente na cidade de Divinópolis. Assim se expressa o criador, Sr. M. A. C., descrevendo a doença:

"... cai a vassoura da cauda por completo. Seja vaca, ou bezerro, boi, criação de tôda idade. A criação está gorda, sadia e começa a cair a cauda, emagrece logo e arrepia o pêlo".

Embora a sucinta descrição (a carta encerra outros detalhes), pode-se reconhecer a mesma doença conhecida em Minas Gerais pelos nomes de "pela-rabo" ou "rabugem", e estudada muito bem pelo professor da Escola de Veterinária de Belo Horizonte, Leônidas Magalhães, que a denomina de "chorona" e "toca", assim explicando a sua variada sinonimia: "... a designação de *chorona* nasceu do fato de quase todos os doentes apresentarem lacrimejamento constante; os nomes de *pela-rabo* e *rabugem* provieram do sintoma de queda da vassoura da cauda, muitas vezes observada; e a expressão *toca* originou da verificação de que, quando os doentes são "tocados" do pasto em que adoeceram para outro, melhoram e recuperam a saúde, em geral".

A doença tem sido registrada apenas em Minas Gerais, em regiões de altitude superior a 500 metros. E' possível que a divulgação dos sintomas, bem como do tratamento, possa ser de utilidade para muitos criadores que já tenham observado esa doença, em seus pastos e ainda ignoram suas origens ou causas. Para a descrição da doenca, valemo-nos do trabalho do prof. Magalhães, apresentado ao III Congresso Brasileiro de Medicina Veterinária, realizado em Pôrto Alegre, em 1945. No inicio da doença, são êstes os sintomas: pouco apetite, tristeza, pêlos arrepiados e desbarrigamento. Evoluindo o mal, aparece o sintoma de lacrimejamento (o animal como que chora — daí o nome "chorona"), e a vassoura da cauda começa a cair. Pode faltar um ou outro dêstes sinais, mas, em geral, êles surgem conjuntamente. O pêlo do corpo em outras regiões pode também cair. Há emagrecimento progressivo, em seguida a uma diarréia constante; às vezes ocorre prisão de ventre e as fezes evacuadas são semelhantes às de cabrito. A doença dura de 2 a 4 meses, não tendo sido, até hoje, em lugares baixos, de altitude inferior a 500 metros.

Segundo Magalhães, é doença orgânica, própria dos ruminantes, principalmente bovinos, surgindo com mais fre-

güência na época das chuvas e sua causa provável reside na deficiência de certos minerais no solo e, em consequência, nas plantas forrageiras, ou a uma provável intoxicação por elementos do solo, através das plantas ou por elementos destas. A hipótese mais aceita é a da deficiência de sais de cobre e cobalto na alimentação.

O fato positivo e de interêsse prático para os criadores é que a terapêutica sugerida tem mostrado bons resultados. A simples mudança de pastagem, de lugar alto para lugar baixo, às vezes basta para o restabelecimento do animal. A recuperação do doente é, porém, longa (2 a 4 meses) e se faz de maneira progressiva: a cessação da diarréia, engorda, desaparecimento do "choro" e recomposição da cauda. Experiências com a aplicação de 0,5 de sulfato de cobre, diàriamente, deram bons resultados.

Possivelmente, outros leitores nossos poderão informar se "essa esquesita doença" já ocorreu ou ocorre em suas pastagens. Consoante já dissemos, as notas que alinhavam não têm outro intuito senão o de alertar a atenção dos criadores para melhor observação das doenças orgânicas de seus animais, para que possam ser registradas e identificadas, fornecendo, assim, os elementos necessários ao estabelecimento de medidas profiláticas e terapêuticas indispensáveis à defesa sanitária e à saúde dos rebanhos. A doença "chorona" ou "pela rabo" está incluída entre as que devem merecer maior atenção de nossos técnicos e criadores.

Noticiário da Escola Horticultura Wenceslão Bello

Clube Agrícola Miguel Calmon

O Clube Agrícola Miguel Calmon, dirigido pelo Professor Geraldo Goulart da Silveira e constituido pelos alunos da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, acaba de obter significativa vitória.

Tendo concorrido à Segunda Exposição Agro-Pecuária do Distrito Federal o referido Clube Agrícola registrado no Ministério da Agricultura sob o número 1.098, obteve os seguintes diplomas: a) Campeão no setor de fruticultura, com as mangas que apresentou; b) Primeiro prêmeio, ainda com mangas; c) Segundo lugar com as mudas de ameixeiras; d) Segundo prêmio com sapotis; e) Terceiro prêmio com as mudas de goiabeira. A recente vitória do Clube Agrícola Miguel Calmon é um índice expressivo do que são os Clubes Agrícolas assistidos pelo Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura e espalhados por todo o país.

Semana Ruralista de Barbacena

Na Segunda Semana Ruralista da Escola Agro-técnica de Barbacena, a Sociedade Nacional de Agricultura esteve representada pelo Engenheiro Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira, professor da Escola de Horticultura Wenceslão Bello.

Coube ao referido professor, ministrar aulas de fruticultura e de horticicultura aos numerosos fazendeiros que se reuniram no período de 12 a 18 de dezembro da Escola Agro-técnica de Barbacena, subordinada à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.

Movimento de matrículas em 1948

O Dr. Antônio de Arruda Câmara, Diretor da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, comunicou ao Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura que, no ano letivo de 1948, matricularam-se na referida Escola, mil trezentos e setenta e três alunos.

A leitura do relatório apresentado ao Dr. Tôrres Filho mostra o vasto trabalho que vem realizando a Escola de Horticultura Wenceslão Bello, estabelecimento de ensino que, embora modesto, já conta com um grande acêrvo de bons serviços prestados à educação rural.

Curso Avulso de Citricultura

O Sr. Ministro da Agricultura vem de aprovar o plano de trabalhos da Escola de Horticultura Wenceslão Bello em colaboração com a Diretoria dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão, para o ano de 1949.

De acôrdo com o referido plano, será ministrado no período de janeiro a março, um Curso Avulso de Citricultura, que estará a cargo do Professor Geraldo Goulart da Silveira, do corpo docente da E. H. W. B.

Cursos práticos em colaboração com a F. G. V.

Foram ministrados em 1948, na Escola de Horticultura Wenceslão Bello, vinte e nove Cursos Práticos em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas.

Nos referidos cursos matricularam-se mil cento e quarenta e cinco alunos, o que é um índice da oportunidade e objetividade dos cursos que a Fundação Getúlio Vargas mantém na Escola de Horticultura Wenceslão Bello.

Segunda Exposição Agro-Pecuária D.F.

Coube ao Professor Geraldo Goulart da Silveira, da Escola de Horticultura Wenceslão Belo, ministrar aulas de enxertia na Segunda Exposição Agro-Pecuária promovida pela Secretaria de Agricultura do Distrito Federal.

À referida exposição concorreu o Clube Agrícola Miguel Calmon, constituido pelos alunos da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, que obteve significativa vitória.

Cursos em colaboração com a U. R.

O plano de trabalho apresentado ao Conselho Técnico da Diretoria dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização, e Extensão da Universidade Rural, pelo Dr. Antônio de Arruda Câmara, Diretor da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, foi aprovado pelo referido órgão e pelo Exmo Sr. Ministro da Agricultura.

De acôrdo com o referido plano, serão realizados na E. H. W. B., em colaboração com o C. A. E., dois Sursos Avulsos de Horticultura, dois Cursos de Extensão de Fruticultura e dois Cursos Avulsos de Citricultura, durante o ano de 1949.

Desde 1944, já se matricularam nos cursos da Universidade Rural ministrados na E. H. W. B., mais de quinhei-tos alunos.

A E. H. W. B. e a Fundação Getúlio Vargas

O Dr. Artur Tôrres Filho, Presidente da S. N. A. oficiou ao Presidente da Fundação Getúlio Vargas, agradecendo a valiosa colaboração e auxílio que a mesma prestou, em 1948, à Escola de Horticultura Wenceslão Bello.

Graças ao auxílio que lhe foi concedido pela Fundação Getúlio Vargas, pôde a E. H. W. B., em 1948, elevar para cinquenta a matrícula no internato, realizar vinte e quatro Cursos Práticos, promover a Primeira Semana do Hortelão e aparelhar melhor suas instalações.

A Fundação Getúlio Vargas auxiliou a E. H. W. B., com uma subvenção de cento e cinquenta mil cruzeiros e prestou um eficiente colaboração através de seu Departamento de Ensino, tão acertadamente dirigido pelo Professor Luis Narciso Alves de Matos, catedrático da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil.

AS LEGUMINOSAS DOS PASTOS

Olavo Barros de Araújo e Silva
(Agrônomo)

Todo o fazendendo progressista precisa conhecer o que sejam as leguminosas; pelo menos saber o que elas representam na sua economia e porque se destacam das outras plantas não só como forrageiras como fertilizadoras do solo. Precisa, ainda, reconhecê-las, pelo menos, na composição florística dos seus pastos; há delas que são tóxicas; na sua maioria, quase absoluta, são forrageiras e tôdas são fertilizantes.

E' relativamente fácil reconhecer-se uma leguminosa; seus frutos são semelhantes aos feijões; dão vagens de variadas formas e tamanho, desde os longos ingás até as caixinhas dos amendoins de uma só semente, passando pelas formas fragmentáveis dos carrapichos, cujos elementos lembram um pastelzinho minúsculo como aqueles que pegam nas pernas da calça ou na cara do boi. Daí as denominações vulgares de "carrapicho de beiço de boi", "pega-pega", conhecidas de todos os vaqueiros. Suas flores dos mais variados tamanhos, côres e disposições, se apresentam sempre à verificação, com uma das três formas típicas das leguminosas, conforme se trata de uma Cesalpinácea, Minosácea ou Papilonácea, isto é, conforme pertença a planta a uma das três sub- família da grande família botânica das Leguminosas. As Papilonáceas, então, são inconfundíveis; são as mais frequentes e ninguém as confundiria a não ser, raramente, com suas irmãs Cesalpináceas; suas flores têm, como nos feijões, a forma de um patinho de peito para cima; algo parecidas também com uma borboleta, donde a sua designação — papilonácea — de "papillon", do francês. A estas pertence a maioria das leguminosas forrageiras nativas das nossas pastagens como sejam: o Cipó sabão — *Chaetocalyx hebecarpa*, a Anileira cinzenta — *Indigofera endecaphylla*, a Anileira de talo roxo — *Indigofera hirsuta* (flores miudinhas; suas vagens lembram pencas de bananas), o Amendoim de veado — *Ferrantus uncinatus*, o Barbadinho — *Meibomia barbata*, o Beiço de boi — *Meibomia adscendens* e uma infinidade de outras forrageiras interessantes, algumas de "porte gramado", outras de maior porte e numerosas trepadeiras, quase tôdas perseguidas, infelizmente, pela foice e facão dos "limpadores" das pastagens.

São dignos de menção especial os amendions forrageiros, difusamente encontrados nos campos gerais de Mato Grosso e que medram extraordinàriamente quando introduzidos, noutros Estados, quer se tratem as variedades rasteiras, quer as outras que crescem como o amendoim comum, em "porte sôbre gramado"; são leguminosas "de verão" algumas anuais, porém, tôdas comportando-se como vivazes "periódicas" e "perenes"; resistentes ao "pastejo" e graças ao sistema de frutificarem os amendoins com as vagens enterradas, assegurarem melhor a sua multiplicação do que as plantas que expõem suas flores e frutos a tôda sorte de percalços.

Mencionemos, ainda, uma excelente forrageira que não tem despertado a atenção que merece pelas suas vantagens, tanto no pasto onde suporta bem o "pastejo", como nos "prados", para cortes de inverno visto que é uma das poucas leguminosas nativas que apresentam, nessa época, bastante verdura, ternura e muita massa; encontrada em Minas Gerais e certamente noutros Estados, classificada como *Vicia obscura* e conhecida como Ervilhaca, Alfafa mineira e Ervilha campestre; apresenta variedades das quais destacam-se a de sementes azuis e a de sementes marrons.

Na composição florística dos nossos pastos predominam os capins (gramíneas), porém, há sempre alguma "ramagem" de leguminosas na massa forrageira pelo menos na época chuvosa. Infelizmente a acidez das nossas terras e a forma desenfadada com exploramos os nossos pastos, não favorecem o desenvolvimento destas plantas que desaparecem na época sêca, porém, extraordinàriamente vantajosas na criação de gados de raças melhoradas os quais exigem maior teor proteico na sua alimen-

tação. Sem dúvida é às leguminosas que crescem nas estações chuvosas que devemos 70% do aumento no leite que colhemos no verão sulino e sòmente 30% devemos aos capins novos e à fartura dêsses períodos.

São as leguminosas, em geral, as plantas realmente mais ricas de proteínas, enquanto que os capins e as canas, as gramíneas enfim, são pobres dêsse elemento nutritivo. Sòmente quando bem verdes apresentam as gramíneas regular teor proteico; afora dêsse período constituem, quando haja fratura, alimento próprio para animais de engorda e trabalho, porém, nos períodos de crescimento, gestação e lactação é imprescindível uma alimentação protéica que as gramíneas não oferecem em quantidade suficiente. Aí é que as leguminosas resolvem melhor a situação quando entram na massa forrageira ingerida numa proporção de 10 a 20% para o crescimento e de 28 a 35% para gestação e lactação. Ora, na maioria absoluta dos nossos pastos esta percentagem está muito longe daquela quantidade, mesmo na época chuvosa, enquanto que nas estações de estio quase desaparecem por completo. E', certamente, esta a principal causa das dificuldades que encontramos na criação econômica das raças precoces e de alta produção. O suprimento proteinoso por meio de arraçoamento suplementar com farelos de algodão, de côco, de linhaça, de amendoins, etc., é sempre mais dispendioso e menos dietético do que feito nos pastos cujo melhoramento nêsse sentido se consegue pela conservação da verdura máxima com a tosa controlada e, sobretudo, favorecendo-se o desenvolvimento das leguminosas na sua massa forrageira.

Talvez não seja exagêro dizer-se que, salvo o caso óbvio de serem tóxicas ou muito "dominantes" tôda a leguminosa na pastagem é interessante, mesmo que não seja forrageira. Mesmo nesse caso, elas concorrem para fertilizar o solo graças à propriedade que têm as leguminosas de criarem, nas suas raízes, umas bactérias que retiram do ar a matéria prima que a planta necessita para formar as proteínas e que, no solo, produz efeitos semelhantes aos do salitre do Chile.

(Comunicado do Serviço de Informação Agrícola — Ministério da Agricultura — agôsto de 1948)

Associações Rurais do Estado de Goiás

Denominação	*Município*	*Cidade em que tem séde*	*Nome do presidente*
Associação Rural do Estado	Goiânia	Goiânia	Dr. J. Camara Filho
Associação Rural de Ipameri	Ipameri	Ipameri	José Barbosa Faria
Associação Rural de Urnassú	Urnassú	Urnassú	José Fernandes Carvalho
Associação Rural de Caldas Novas	Caldas Novas	Caldas Novas	Luiz José Parreira
Associação Rural de Parauna	Parauna	Parauna	Rogerio Gomes da Silva
Associação Rural de Corumbá	Corumbá	Corumbá	André Gaudio Fleuri
Associação Rural de Morrinhos	Morrinhos	Morrinhos	Dr. Silvio Gomes de Melo
Associação Rural de Goiandira	Goiandira	Goiandira	Funciona junto à Prefeitura
Associação Rural de Iporá	Iporá	Iporá	Israel Amorim

Várias dessas Associações já foram reconhecidas pelo Ministério da Agricultura, e as que ainda não o conseguiram estão com os seus papeis em andamento.

Milho Híbrido - Sua Cultura

CESAR SEARA
Eng.-Agrônomo, do Serviço de Informação Agrícola

De maneira geral, as operações para exploração de sementes de milho híbrido têm como etapas principais: 1.º) obtenção de linhagens puras por meio de auto-fecundações sucessivas; 2.º) cruzamentos simples ou múltiplos dessas linhagens entre si. Isto, de um modo geral, significa que a qualquer um não será dada a exploração comercial de tal atividade, senão a especialistas ou agricultores com sólida base da hereditariedade de agronomia e de genética, ciência que estuda as leis da hereditariedade. Para ilustração dos que pretendem fazer suas lavouras com sementes de milho híbrido, ou mesmo os que queiram adquirir algumas noções sôbre o assunto, tentaremos dar ligeira explicação sôbre a matéria.

O milho, como é sabido, é planta monóica, ou seja, tem órgãos de reprodução masculinos — o pendão — e femeninos — a espiga — no mesmo pé. No pendão é produzido o polen, que, levado pelo vento ou insetos, vai cair sôbre as barbas das espigas, pelas quais penetra no ovario que cada grão contém, fecundando-os. Como, em geral, o amadurecimento do polen não coincide com o do óvulo que cada grão representa no mesmo pé, êstes são fecundados por polens de diferentes pés, que podem ficar até a mais de 150 metros de distância. Para se autofecundar a espiga de cada pé, com seu próprio polen, usa-se um processo muito simples: encerra-se, em sacos de papel impermeável, a espiga e o pendão das plantas, antes de terminada a evolução do processo sexual dos mesmos. Atingida a maturidade sexual do polen e dos óvulos, retira-se o saco que protegia a espiga e cobre-se esta ou estas com o saco que estava sôbre o pendão do mesmo pé e que conterá milhões de grãos de polen agarrados em sua face interior. A espiga será então fecundada — a operação sendo perfeita é lógico — pelo polen do próprio pé, ao que se chama processo de autofecundação e que se repete durante três, quatro ou mais gerações, até que as sementes assim obtidas possam ser consideradas como *linhagens puras*.

Esse método, conhecido como de "In-breeding", visa aproveitar com maior rapidez e proficiência os efeitos duma consanguinidade estreita, pela qual a ação acumulativa de determinados caracteres hereditários, segundo o geneticista inglês Jones, de logo se manifesta, tanto no que toca aos defeitos que se pretende eliminar das plantas, como no tangente às qualidades a serem multiplicadas. Assim, no caso do milho, a autofecundação, embora reduzindo o porte e o vigor das plantas, faz aparecer com maior intensidade tudo o que elas têm de bom ou de ruim, o que facilita enormemente a função de selecionador capaz, que, então, realiza ensaios de produtividade, de resistência ao clima, pragas e doenças, nas que produzem no mínimo duas espigas, e tôda uma série de vantagens econômicas que seria óbvio citar.

Obtido assim o grau de pureza desejado para as diversas linhagens que o selecionador autofecundou e que em geral são muitas, elege êle as que melhor comportamento apresentarem quanto aos seus caracteres econômicos e, aí, então, entrará na segunda fase das operações, ou seja, a exploração comercial das sementes de milho híbrido.

Esta consiste em cruzar em grande escala as variedades eleitas. Assim, num cruzamento simples, ou seja, entre duas variedades, planta-se uma linha da que fornecerá o polen, para cada duas das que o receberão. Estas últimas serão emasculadas, ou seja, suprime-se o pendão logo após formado. Em cruzamentos múltiplos as fileiras emasculadas serão quatro ou mais.

Tomando-se por exemplo o produto de duas linhagens simples, cada qual feito com variedades diferentes, digamos de milho A com B e de milho C com D e, cruzando-se o produto destas duas entre si, teremos um cruzamento duplo. São inúmeras, entretanto, as possibilidades que têm o produtor de sementes de milho híbrido de realizar cruzamentos, o que necessàriamente deve ser feito em caráter experimental, antes da exploração comercial do produto.

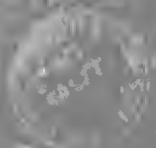
Cultura do milho híbrido

Em nada difere da do comum a cultura do milho híbrido, a não ser que as sementes obtidas de tais plantas não têm fixidez para ser reproduzidas mais de uma vez. Para cada safra, pois, necessita o lavrador adquirir, nos estabelecimentos especializados, novas sementes, as quais, embora custando mais caro, compensam, por colheitas no mínimo 20 % mais volumosas e constituídas por um produto de belíssima apresentação, tudo padronizado. E' o mesmo caso, por exemplo, das mulas, produto também híbrido do jumento com éguas, e que, embora mais vigoroso que ambos os progenitores é, todavia, estéril. Ou como as frutas de enxêrto, cujas sementes não reproduzem exatamente o que eram, um produto comercial, mas sim uma ou outra das plantas que entraram na sua composição, ou uma mistura desordenada de ambas, por efeito do que se chama segregação mendeliana.

A época do plantio é a mesma. Para as regiões sulinas, o mês de setembro, com uma tolerância, mais ou para menos, de 45 dias. Nas regiões centrais, outubro, nas mesmas condições, avançando um mês à proporção que se caminha para o norte, pois, no nordeste planta-se o milho no início da chamada estação invernosa, ou seja, no mês de janeiro.

O espaçamento também não pode ser dado de forma absoluta, pois varia a opinião dos tratadistas. Especialistas do Instituto Agronômico de Campinas, baseados em longas e meticulosas experimentações, preconizam o plantio de um pé por cova, distanciadas de 20 centímetros uma das outras. As covas devem ficar alinhadas em filas compassadas de 1 metro e 20 centímetros. Por êste processo são lançadas nas covas 3 sementes, fazendo-se, entretanto, de germinação e excelência absolutamente garantidas, pode-se lançar mesmo um grão em cada cova, por ser, outrossim, de alto custo a semente.

A LAVOURA



FUNDADA EM 1897

NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LIII

RIO DE JANEIRO — BRASIL

MARÇO-ABRIL 1949


A rainha
do Radio
e
o rei dos
Refrigerantes
Guaraná
Champagne
Companhia Antarctica Paulista



Cafeeiro em flôr

SUMARIO

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGAM OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LIII — Março - Abril de 1949

Restauremos a lavoura cafeeira, nossa maior riqueza, baseando-a na melhoria da qualidade do produto

Prof. ARTHUR TORRES FILHO

Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Em 21 de maio de 1940 tive ocasião de apresentar ao Conselho Federal do Comércio Exterior uma indicação sugerindo que, por seu intermédio, fôssem realizados estudos visando a reconstrução econômico-financeira da lavoura cafeeira. Fiz sentir que se fazia mister traçar os rumos seguros em bases técnicas, econômicas e comerciais, que impedissem a decadência dessa fonte de riqueza do país. Era preciso, como salientei, garantir ao Brasil o domínio que possuia da produção cafeeira no mundo, tratando-se de uma riqueza que dificilmente poderíamos substituir por outra, principalmente nos mercados internacionais.

Nessa indicação salientei o fato de que a questão cafeeira em nosso país estava sendo encaminhada, principalmente, em seu aspecto comercial, objetivando a garantia de preços altos nos mercados internos. Havíamos enveredado pela chamada valorização e em consequência dela a produção se avolumou com o estímulo da plantação, sem cuidarmos da qualidade do produto, favorecendo antes o aparecimento de competidores mais avisados no mercado internacional. Na safra de 29-30 alcançávamos uma produção de 28.942.000 sacas, o máximo obtido até então no país. Isso deu lugar à intervenção oficial para o restabelecimento do equilíbrio estatístico, pelo convênio dos Estados produtores, em 1931, criando-se a taxa de 10 shillings por saca de café exportado para compra do excesso da produção destinada à queima. Em 1933 êsse Conselho era transformado em Departamento Nacional do Café, subordinado ao Ministério da Fazenda, cuja função precípua era eliminar os excedentes da exportação e queimá-los.

Mais tarde essa compra tornou-se onerosa para os produtores com a criação das quotas de sacrifício e chegámos à eliminação de cêrca de 80.000.000 de sacas. Ao invés de bases econômicas e para a produção e melhoramento da qualidade do produto, a orientação seguida foi a da política da alta de preços. Ao mesmo tempo proibiam-se as plantações e sobrecarregava-se o produto colhido com quotas de sacrifício e de equilíbrio e elevação constante de impostos e taxas.

Em 1937 cogitou-se sensatamente de dar liberdade ao comércio e eliminar-se as taxas que oneravam o café, visando permitir ao país competir no mercado internacional com seus concorrentes, principalmente a Colômbia, que elevou fortemente sua produção à custa dos sacrifícios da produção brasileira. Como salientou um dos nossos técnicos, á sombra das valorizações artificiais, a cafeicultura no Brasil converteu-se em verdadeira aventura. Esquecemos o que tínhamos a fazer — melhorar a qualidade da nossa produção e abaixar seu custo, porque enquanto os outros países, como a Colômbia, aumentavam suas culturas e vendiam totalmente suas safras por motivo das boas qualidades, o Brasil retinha sobras vultosas, geralmente de cafés baixos. Foi então que Fernando Costa, Secretário da Agricultura de São Paulo e depois Diretor do Departamento Nacional do Café, orientou a política cafeeira no sentido da produção de cafés finos.

Há os que afirmam, embora não existam dados seguros, possuir o Brasil dois bilhões e duzentos milhões de cafeeiros em relativa produção, devendo acrescer-se a êsse número, dentro em breve, coeficiente apreciável de lavouras novas que se vieram formando depois que foi suspensa a proibição da plantação. Em 1931, quando se iniciou o plano de combate à superprodução, criou-se um impôsto para as plantações novas visando os Estados que já dispuzessem de mais de 50 milhões de cafeeiros. Essa proibição durou até 1943 . Em 1942 foi calculado existirem no país 2.303.429.221 cafeeiros, dos quais 75.674.463 abandonados nos anos em que houve sêca e geadas. Os conhecedores do problema cafeeiro calculam poder o Brasil, sem perigo, contar com uma produção anual de 20 milhões de sacas, *tanto mais por estar, desde 1943, levantada a proibição de novas plantações. Segundo Teófilo de Andrade, não se justifica o pessimismo propalado na América do Norte, de que o Brasil está ameaçado de perder a sua riqueza cafeeira.*

Entretanto, a grande ameaça para o Brasil residiu o reside na qualidade do produto que enviamos aos mercados exteriores. E' aí que está o grande perigo da concorrência que sofremos.

A qualidade do nosso produto *tende infelizmente a baixar cada vez mais, e devemos enfrentar enèrgicamente a* produção em qualidade. *Precisamos de mercadoria para a concorrência com os "milds".* Precisamos de quantidades suficientes de cafés moles, de bôa bebida.

Já muitos dos nossos homens de responsabilidade, dentre êles Fernando Costa, chamaram a atenção para a necessidade de produzirmos cafés de bebida fina *e procurou-se nesse sentido realizar a campanha dos cafés "despolpados", campanha que não chegou a produzir os resultados dela esperados entre nós. Todavia, os* cafés de terreiro, *de bebida mole, êsses podemos produzir, dentro de certos cuidados, em muitas zonas de nossos Estados, os quais têm grande aceitação nos mercados externos. Precisamos combater os cafés de bebida dura. Agravando essa situação da qualidade do nosso café depara-se-nos agora a* bróca *(Stephanoderes Hampell) que veio ainda comprometer a qualidade de nosso produto, nos mercados americanos.*

Infelizmente nossa política cafeeira não pode produzir todos os seus resultados e chegamos afinal ao reajustamento econômico *e à destruição de milhões de cafeeiros e à situação atual, em que os mercados internacionais, depois da guerra, se vão restabelecendo, e o Brasil que chegou a ter 75% dêsse comércio está hoje reduzido a 48%.* A fase que atravessamos é de recuperação da lavoura cafeeira.

Foi justamente visando concorrer para essa reconstrução da lavoura cafeeira e procurando contribuir para melhorar a comercialização do produto, garantindo-se ao lavrador o valor de seu produto, pela qualidade, *que apresentei ao Conselho* ante-projeto de padronização de café, *o qual já havia sido por mim estudado, quando Diretor do Serviço de Economia Rural, com a colaboração de alguns dedicados classificadores de café daquele Serviço.*

Da classificação atual dos cafés brasileiros exportados por tipos, bebida e favas, infelizmente não existe estatística segura a respeito, sendo falho, portanto, os que aparecem nas referências publicadas. Entretanto, para um julgamento, podemos elucidar essa matéria da seguinte forma:

> a média do tipo exportado do Brasil é do tipo 5/6, o que equivale dizer 66 defeitos e impurezas em 300 gramas de café. Em São Paulo e Sul de Minas, os cafés melhoram nos diversos tipos, podendo-se ter em média o tipo 4 ou 26 defeitos e impurezas em 300 gramas.
>
> Espírito Santo, Estado do Rio, parte de Minas (Zona da *Mata*) e Paraná a média em tipo cái para 7/8 com 260 defeitos e impurezas em 300 gramas.

A nossa média exportada de café de bebida mole corresponde, geralmente a 2%. Êsses cafés são oriundos das seguintes zonas: em São Paulo, da Mogiana e parte de Douradense e Paulista, Minas, sòmente a parte Sul.

Bebida mole a apenas mole	10%
Bebida dura	28%
Rio	60%
Separação (fava)	

Quanto à dimensão da fava, peneira ou separação podemos esclarecer o seguinte:

CHATO

Peneira	17/18	= 15%
Peneira	16	= 65%
Peneira de 15 p/baixo		= 20%
Peneira Moka	11/12	= 15%, 8 p/saca 20%
Peneira	9/10	= 65%

As cotações tomando por base os elementos estatísticos de 1947, de modo geral, foram as que se seguem:

Cafés de procedência estrangeira, como por exemplo a Colômbia, nosso maior concorrente, temos conforme, dados em mão o seguinte:

Café Colombiano, cotado na Bolsa de Nova York.
Valor da saca $42.20. Libra pêso 32 centavos.
Café em cruzeiros Cr$ 802,50 a saca.
Café Brasileiro cotado na mesma Bolsa.

"Santos"

1 saca em dólares $27,72 em Cr$ 526,68.
1 libra pêso 21 centavos (americano).

"Rio"

1 saca em dólares $18,48. Em cruzeiros Cr$ 351,12.
1 libra pêso 14 centavos (americano).

Êstes cálculos foram feitos tomando por base o dólar pêso Cr$ 19,00.

O café brasileiro em relação ao Colombiano e outros é de grande inferioridade, e só há procura do nosos café, para cobrir às necessidades crescentes do consumo mundial, e, como a produção do café de origem estrangeira é ascendente a nossa, por fôrça de fatos assinalados, é regressiva. Sòmente com aumento da produção de cafés finos é que poderemos concorrer e competir, no comércio internacional, com os nossos concorrentes.

Na Mesa Redonda do Café que sob os auspícios da S.R.B. se realizou em São Paulo nos dias 5, 6, 7 e 8 de junho dêste ano (1948) foi conclusão aprovada que o Brasil deve produzir além de cafés de sua especialidade, também os despolpados, para assegurar a sua hegemonia em todos os mercados, tendo assim cafés para todos os paladares.

Foi conclusão também aprovada nessa reunião que a melhoria da qualidade do café dependerá da catação dos defeitos, tornando-se assim necessário que o Ministério do Trabalho revogue as medidas tomadas em relação ao trabalho nas catações de café do interior do Estado, tendo em vista que êle é geralmente feito por mulheres e menores em horas disponíveis às suas atividades ordinárias.

Outra forma de serem melhorados os preços de café, em São Paulo, é aprimorar a sua qualidade. Os cafés finos alcançam melhores preços, e São Paulo dispõe de condições para produzi-los. As possibilidades que temos para aumentar os

preços, por meio da melhoria da qualidade, é muito grande, e não deve ser desprezada. Ainda mais que é o único modo de competirmos com os outros países, que têm os seus mercados consumidores garantidos devido à qualidade de seus cafés. Com uma campanha bem orientada, é possível obter-se uma produção volumosa de cafés finos em São Paulo, ganhar-se terreno nos mercados consumidores e conseguir melhores cotações para o produto. (Da Mesa Redonda sôbre o café recentemente realizada sob os auspícios da Sociedade Rural Brasileira de São Paulo).

Reconhece o Plano Salte, em relação ao café, estarmos perdendo, devido à qualidade, nossos mercados no exterior, *recomendando ainda a assistência técnica do produtor. E' dêsse plano a recomendação da criação de um Instituto Nacional do Café com patrimônio próprio com sede no Distrito Federal, sendo que êsse Instituto se destinaria a traçar suas diretrizes da política econômica do café nacional.*

Resolveu o Conselho Federal de Comércio Exterior, que, a respeito do anteprojeto de padronização por mim apresentado, fôssem ouvidos os governos interessados e o próprio Ministério da Agricultura. Foram recebidos pareceres dos Estados do Paraná, Minas Gerais, Espírito Santo, deixando de se pronunciar o govêrno do Estado de São Paulo, apesar da insistência com que foi solicitado o seu pronunciamento. Esse Estado remeteu ainda em 26-12-44, ao tempo da interventoria Fernando Costa, um trabalho valioso do Secretário Dr. Melo Morais em que frizava o descalabro da lavoura cafeeira paulista, mostrando a situação de apreensão com a queda da produção cafeeira, salientando a necessidade de um programa de defesa econômica e financeira. Em 14-3-47, o Sr. Ministro Daniel de Carvalho remeteu ao Conselho de Comércio Exterior os pareceres daquele Ministério, inclusive o do Serviço de Economia Rural, que fêz acompanhar o seu parecer das especificações para a classificação do café declarando que o assunto foi estudado "pelos técnicos especializados em café" e achando que o trabalho apresentado estava em condições de atender às necessidades da defesa da nossa produção. Os pareceres dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Espírito Santo, em nada alteraram o ante-projeto organizado pelo Serviço de Economia Rural. Esse ante-projeto hàbilmente organizado não trará perturbações ao comércio do café atualmente estabelecido, mas permitirá, a pouco e pouco, a melhoria da qualidade do nosso produto e, através do certificado oficial, *permitirá as transações comerciais e* beneficiará o produtor que procurar melhor a qualidade do seu produto.

No dizer da Secretaria da Agricultura do Paraná "o certificado oficial será a melhor maneira de preparar racionalmente o produto".

Já vimos a situação precária da qualidade do café brasileiro em face da exigência dos mercados externos e, portanto, da concurrência estrangeira. Esse aspecto da nossa lavoura cafeeira já foi vigorosamente objeto da chamada campanha dos cafés finos, *empreendida pela antiga Seção do Café da Secretaria da Agricultura de São Paulo, orientada pelo dedicado e competente agrônomo Rogério de Camargo, a qual, infelizmente, interrompida, não nos permitiu colher da mesma as vantagens que seria lícito esperar; seguiram-se ocurrências várias, já relatadas, em tôrno do complexo problema cafeeiro brasileiro,* e agora se nos depara a avidez dos mercados externos pelo produto, *e o Brasil pôde ainda* exportar, *em* 1948, *cêrca de 18 milhões de sacas. Nunca será demais, a nosso ver, insistirmos pela melhoria da qualidade dos* cafés que produzimos, *pois é êsse um dos produtos, em cujos tipos comerciais, entram habitualmente* paus, pedras e outros detritos.

Na obra de recuperação da nossa maior riqueza, de nossa "máquina de fazer dólares", no dizer expressivo de Edgard Teixeira Leite, não devemos deixar de considerar muito particularmente o melhoramento da qualidade do produto, *por isso mesmo depreciado e perdendo mercados, principalmente o grande mercado americano...*

Neste programa de ação pela recuperação da lavoura cafeeira, que apresenta múltiplas faces, não esquecermos de que temos possibilidades de aumentar grandemente o volume de cafés finos, *para os quais haverá sempre mercados, a bons preços.*

Tipos e primôres folcloricos da bacia do São Francisco

(ENSAIO)

Antonio de Arruda Câmara
3.º Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura.

"As populações atuais do noso interior conservam ainda os hábitos indígenas: — nada fóra dos rios ou dos divisores" — **Agenor Augusto de Miranda.**

Tem o São Francisco a sua gente. Dispersa ao longo do rio, dos seus afluentes e sub-afluentes, — nos vales, encostas, chapadas e montanhas que formam e limitam a bacia —, conserva ela, aqui e alí, obedecendo aos imperativos da diversidade de ações e de meios, maneiras e modos de viver próprios.

São velhos costumes e crenças, — hábitos, práticas e usos —, vindos do passado. Costumes e crenças que, pela tradição, em prosa ou verso, vêm transmitidos de uma outra geração.

As histórias e os cantares que os recordam constituem preciosidades folclóricas a recolher e a estudar.

Embora fortaleçam e dêm vida as tradições, — animem palestras e reunam, algumas vezes, conhecidos cantadores —, devem ser registadas antes que, pela influência do rádio, e até dos turistas, dispertem menos interêsse e percam a originalidade de expressão e colorido.

E' certo muito já se dever aos estudiosos da região, mas, a verdade é que, sob alguns aspectos, quasi tudo está ainda pr fazer em relação ao folclore na bacia do São Francisco.

Vasta, compreendendo zonas de grande extensão e variando, nelas, atividades e condições de vida, ter-se-á de fixar diferenças e de fazer, para estudo, delicada e difícil coordenação.

. . . .

O barranqueiro, seja êle barcaceiro, remeiro, "marinheiro", ou pescador, vive a vida do rio

E' presa da corrente e do encanto da paisagem.

A sua história, como a de seus antepassados, é a do domínio das águas e povoamento do vale.

Entre as cachoeiras de Paulo Afonso e Pirapora, notadamente a partir de Juazeiro-Petrolina, a influência do rio é soberana e se extende, por seus afluentes navegáveis, aos povos ribeirinhos nos vales tributários.

Nêsse trecho do rio é o **barranqueiro** diferente do **mercador** da beira de outros rios. E' diferente, até mesmo, dos seus irmãos do alto e do baixo rio.

Abaixo de Paulo Afonso, sobretudo a partir da penetração do rio nas zonas da mato e litoral, sente-se a influência do mar. Da cachoeira de Pirapora à de Casca d'Anta e por tôda a extensão das serras lindeiras aos divisores da bacia, a influência das montanhas.

. . . .

O **vaqueiro** das zonas do médio rio, dos gerais da chapada ao planalto oeste baiano e destes aos sertões mineiros do Urucuia e Itacambira, — o **vaqueiro** de que nos fala Geraldo Rocha, e tantas recordações lhe traz da vida que viveu no cenário de suas proezas juvenis —, é parecido, mas não se confunde, por certos detalhes e modos de ser, com o seu famoso irmão das caatingas e sertões secos do nordeste. E' diferente do vaqueiro litorâneo e de comum com o **capiau** mineiro, citado por Alvaro A. da Silveira, apenas o uso do chapéu de couro. Com o **retireiro** e o **boiadeiro** da zona do alto São Francisco e suas visinhas do Alto Paranaiba, Oeste, Metalúrgica e Alto Jequitinhonha, nada tem de comum.

. . . .

O **groteiro**, pequeno agricultor do norte de Minas, assim como o lavrador "do seco", na zona baiana do médio São Francisco tem hábitos relativamente diversos do lavrador das ilhas e das vazantes do médio e baixo rio.

. . . .

. . . .

Velhas histórias, de feição lendária, parecem lembrar o período da penetração e do povoamento, as lutas com o índio, a descoberta das minas e o estabelecimento



dos currais, referem-se a chefes que se tornaram famosos e à lutas de extermínio entre famílias poderosas.

Além dêsses elementos de natureza geral há também a registrar os peculiares à vida dos agrupamentos.

Entre os **barranqueiros,** é o folclore baseado em reminiscência relativas à fauna fluvial, à pesca, à navegação e às enchentes e vazantes do rio. Entre os **vaqueiros** é o gado e quanto a êle diz respeito, — o cavalo corredor, as vaquejadas, o flagelo das secas e o das enchentes.

O correr das estações, as crises climáticas, as "retiradas", as enchentes e vazantes, as lutas pela propriedade da terra são rememoradas entre lavradores e criadores.

Nas minas e lavras, e entre os faiscadores e garimpeiros, é de supor que além das referências à descoberta das minas, ao ouro, às pedras preciosas e às montanhas de prata, conserve a tradição lembrança das bandeiras e dos roteiros seguidas por baianos e paulistas.

Nessas fontes, e não sòmente à beira rio, é que se deve pesquizar e recolher os primores folclóricos dispersos na bacia do São Francisco.

BIBLIOGRAFIA

Agenor Augusto de Miranda — O Rio São Francisco — Comp. Editora Nacional — 2.ª Edição — 1941.

Geraldo Rocha — O Rio São Francisco — Comp. Editora Nacional — 1940.

Luiz da Câmara Cascudo — Vaqueiro e Cantadores — Livraria do Globo — 1939

Orlando M. de Carvalho — O Rio da Unidade Nacional — Comp. Editora Nacional — 1937.

Urbino Viana — Bandeiras e Sertanistas Baianos — Comp. Editora Nacional — 1935.

Orientação e instrução dos agricultores a respeito da conservação da fertilidade dos solos

Engenheiro Agrônomo
GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Professor da Escola de Horticultura Wenceslau Bello

I — *Generalidades*

E' preciso que, através de um trabalho educativo bem orientado e conduzido, o nosso agricultor tenha uma idéia clara e real a respeito da necessidade imperiosa da *conservação da fertilidade do solo*, como um fator primordial do êxito de uma exploração agrícola.

E' indispensável que êle sinta que a terra constitue não sòmente um patrimônio valioso que precisa e deve ser conservado em condições de poder ser cultivado econòmicamente, como também, um patrimônio básico da Nação, que precisa ser preservado com todo cuidado e interêsse.

O que é hoje um solo fértil, um terreno virgem que surgiu da destruição de uma exuberante floresta, será em poucos anos um terreno pobre, e, pouco depois, um terreno absolutamente impróprio para a agricultura remunerada, si êle não for cultivado racionalmente, e, sobretudo, protegido contra a perda da matéria orgânica e contra o seu transporte pela ação erosiva da água das chuvas.

De fato, entre outros, o problema da perda da *matéria orgânica*, tão acentuado nas zonas tropicais, como grande parte de nossas regiões agrícolas, e o problema da *erosão*, tão grave nas regiões acidentadas, como em grande área de nosso território, têm concorrido, de uma maneira muito acentuada, para aumentar o coeficiente de áreas incultas, abandonadas, sem árvores; ou então, aproveitadas para pecuária (mesmo assim em condições muito impróprias, não só pela quantidade, mas, também, pela qualidade deficiente das pastagens que nelas se desenvolvem).

Si a perda do humus de que tanto carece o solo para que nele se desenvolva uma vegetação exuberante, constitue um grave inconveniente para a agricultura, não menos alarmante é o trabalho de destruição provocado pelas enxurradas, que carregam consigo a camada mais superficial dos terrenos, justamente a mais fértil, aquela de onde as plantas retiram os alimentos de que carecem.

Infelizmente, porém, pela falta de uma campanha educativa em largas proporções, os nossos agricultores ainda não estão convenientemente esclarecidos e orientados a respeito de tão palpitantes questões, e, cada vez mais, a erosão por um lado, e a falta de humus, por outro, vão semeando desertos onde outrora prosperavam zonas ricas e férteis.

A agricultura só é, realmente, uma atividade remuneradora, quando se cultiva racionalmente o solo.

Obter sempre *maiores colheitas e de melhor qualidade*, isto é, obter sempre *maior rendimento cultural e melhores produtos*, deve constituir preocupação constante do agricultor.

A agricultura é, sem dúvida, a mais nobre das profissões, a mais nobre das atividades econômicas do homem, mas é preciso que, aqueles que cultivam o solo, aqueles que do solo retiram os meios para a sua subsistência, e, quiçá, para a subsistência de toda a população, se capacitem de que a terra não é uma coisa inexgotável ,e que cabe a êles, honrando a nobreza da profissão que abraçaram, defendendo os seus próprios interêsses e os interêsses da Nação, a preservação do patrimônio valioso que é o *solo agrícola*.

O nosso homem rural foi e ainda é o verdadeiro construtor dos alicerces econômicos do país, e, por falta de uma conveniente educação para, com mais acerto conduzir a exploração do solo, tem concorrido, sem o avaliar em toda a sua extensão, para agravar, cada vez mais o desaparecimento de zonas outrora férteis que, mal cultivadas e desprotegidas, estão hoje, em grande parte abandonadas, ou então, embora em exploração, dão um rendimento cultural tão baixo, que não é absolutamente, remunerador.

Possuimos uma vasta extensão territorial que nos foi legada pelos nossos antepassados, mas não temos sabido preservar, convenientemente, a fertilidade das terras desse valioso patrimônio.

Temos feito, uma agricultura de devastação; o nosso agricultor caminha cada vez mais para a frente em procura de novas terras que, no fim de algum tempo, pelos cultivos inadequados a que são submetidas, são abandonadas pelo esgotamento rápido de sua fertilidade, principalmente pela perda de humus e pelos desastrosos estragos provocados pela erosão.

Urge que se inicie em larga escala uma campanha eminentemente educativa, objetiva e oportuna junto aos nossos agricultores, afim de que êles sejam perfeitamente esclarecidos sôbre o que representam o humus e a camada aravel do solo para o aproveitamento agrícola das terras; sôbre como conservar a fertilidade evitando a perda do humus, protegendo os terrenos contra a erosão, adubando-os, cultivando-os racionalmente, etc, enfim, sôbre como, de uma maneira econômica, ao alcance de suas possibilidades, podem ser encarados e resolvidos os problemas relacionados com a *conservação da fertilidade dos solos*.

II — *O ensino prático como um recurso para que se concretize a defesa do solo pela conservação de sua fertilidade*

Nenhuma assistência técnica é mais efetiva e eficiente do que a assistência sob a forma de ensino; não o ensino clássico, sob a forma acadêmica; mas um ensino prático e objetivo, ensino ao alcance do homem do

campo, ensino bem orientado e conduzido de tal maneira que seja atingido o seu objetivo fundamental, isto é, *instruir o homem do campo sôbre os problemas mais prementes do racional aproveitamento da terra como uma condição primordial para a garantia de sua estabilidade econômica representada pela posse de terras férteis, e, especialmente, sôbre como atingir tal objetivo sem que sejam necessários empreendimentos acima de suas possibilidades.*

A realização de numerosos *cursos práticos*, desde que bem planejados, tendo-se em vista as condições peculiares de cada região, e, bem executados por profissionais que, em linguagem clara, acessível e conveniente, saibam se fazer entender pelo homem rural, constitue, sem dúvida, um recurso de inestimável valor e segura eficiência na campanha de *conservação da fertilidade do solo*, que, quanto antes, precisa ser generalizada em todo o país.

Os exemplos de tantos cursos práticos já realizados no país e a nossa experiência em essa modalidade de ensino que praticámos, desde 1937, na Escola de Horticultura Wenceslau Bello, mantida pela Sociedade Nacional de Agricultura, dá-nos a certeza de que, através dêles, muito conseguiremos de prático, objetivo e eficiente, junto aos nossos agricultores.

Através de cursos práticos, cursos eminente objetivos, verdadeiro cursos de treinamento agrícola especialmente organizados para agricultores e ministrados com a finalidade de instruí-los e capacitá-los para o racional aproveitamento dos terrenos, conseguiremos modificar o panorama atual de nossa exploração agrícola, que, infelizmente ainda é conduzida por um empirismo e um rotinismo que só se justificam pela falta de uma campanha educativa em largas proporções, visando integrar o nosso homem rural nas atividades rurais racionais e remuneradoras.

Ao contrário do que muito afirmam, o nosso homem rural não é completamente avêsso às inovações em seus velhos métodos de trabalho; êle é, apenas, um homem desconfiado, que não está disposto a experimentar aquilo sôbre o qual não está convenientemente esclarecido e convencido de sua necessidade e vantagens.

Para que se consiga interessar o nosso agricultor nas práticas racionais de aproveitamento do solo preconizadas pela agronomia, é preciso que, não se pretenda, dogmaticamente, obrigar que êle faça aquilo que não está acostumado a praticar.

E' indispensável que, antes, através de exemplos concretos, ele se interesse pelo assunto.

A *motivação da aprendizagem*, é uma prática recomendada pela didática.

Agindo com critério, não temos dúvida em afirmar, muito conseguiremos através de um ensino bem orientado, sob a fórma de cursos práticos ou cursos de treinamento, pois o nosso agricultor é capaz de aprender e executar convenientemente aquilo que lhe é ensinado por profissionais acostumados ao convivio com o homem do campo.

E' preciso, portanto, que aqueles que tiverem a seu cargo o ensino prático e direto aos lavradores, conheçam antes, a psicologia do homem do campo com as suas sutilezas e seus complexos; saibam lidar com êles com tino, paciência e bôa vontade, pois de outra fórma pouco de eficiente conseguirão.

III — *Alguns exemplos dos numerosos cursos práticos aconselháveis*

E' aconselhável que, visando o *racional aproveitamento do solo e a conservação de sua fertilidade*, seja iniciada uma campanha em largas proporções visando orientar e instruir os agricultores, através de *cursos práticos e objetivos sôbre assuntos que mais se fizerem necessários em cada região do país.*

Nesse sentido, entre outros, podemos lembrar como muito recomendáveis, os seguintes cursos práticos:

a — *Curso Prático de Reflorestamento*, visando o ensino de tudo quanto se relaciona com o reflorestamento; da sementeira ao plantio difinitivo das essências florestais e os tratos culturais que elas exigem; e, principalmente, visando com que os agricultores, defendendo as suas terras contra a erosão mantenham os cimos dos morros cobertos de florestas; façam o reflorestamento das áreas erodidas e abandonadas; conservem áreas florestadas já existentes, etc;

b — *Curso Prático de Combate à Erosão*, visando alertar os agricultores sôbre a verdadeira extensão do trabalho destruidor da erosão; ensinar-lhes quais os processos aconselháveis para combatê-la, familiarizá-los com o emprêgo racional e oportuno de cada um dos processos etc, enfim, esclarece-los sôbre porque e como êles podem evitar os prejuizos provocados pela erosão;

c — *Curso Prático de Cultivo Racional do Solo*, visando salientar o perigo do inadequado cultivo do solo como agente que concorre para aumentar a erosão e para a perda da fertilidade do solo; mostrar quais as práticas culturais da região que precisam ser modificadas e como modificá-las; esclarecer convenientemente os agricultores sôbre como, através de práticas culturais racionais, êles poderão obter maiores proveitos da exploração do solo;

d — *Curso Prático de Preparo e Utilização de Adubos Orgânicos*, visando mostrar aos agricultores a importância da matéria orgânica no solo; como conserva-la através de práticas culturais racionais; como preparar e utilizar o estereo; como utilizar os adubos orgânicos existentes nas propriedades agrícolas, como preparar o adubo chamado "composto"; como e quando praticar a adubação verde; etc. enfim, dar noções sumárias e objetivas sôbre a utilização, conservação e enriquecimento do solo em matéria orgânica;

e — *Curso Prático de Preparo e Conservação de Pastagens*, visando esclarecer os agricultores sôbre a necessidade das bôas pastagens e de sua conservação; ministrar-lhes os conhecimentos práticos e objetivos sôbre o ressemeio de pastagens, o contrôle do pastoreio, o rodizio de pastagens, etc com fatores indispensáveis para o racional aproveitamento das terras em pecuária;

f — *Curso Prático de Exploração Racional das Florestas*, visando ensinar tudo quanto é necessário para que os nossos agricultores saibam como explorar racionalmente as matas e florestas, e, não destrui-las, como é corrente;

mostrando-lhes as inúmeras vantagens que advêm da aplicação racional dos princípios firmados pela silvicultura.

Salientamos, apenas, seis exemplos de cursos práticos.

Muitos outros, de acôrdo com as necessidades, as condições peculiares a cada região, etc., podem, e devem ser ministrados, com grande sucesso.

Muito de objetivo e útil conseguiremos realizar através de cursos práticos sôbre os assuntos que mais se fizerem necessários em cada região, de acôrdo com as possibilidades nas diferentes zonas agrícolas do país, visando abranger o maior número possível de agricultores, afim de que, em um futuro próximo, seja outro o panorama de nossa agricultura, que tem sido, em grande parte, uma agricultura de destruição, uma exploração imprevidente do solo.

IV — *Onde devem ser ministrados os cursos práticos*

Na campanha de orientação e instrução dos agricultores a respeito da *conservação da fertilidade dos solos*, devemos lançar mãos de todos os recursos afim de que o ensino seja ministrado no maior número possível de zonas e venha a beneficiar o maior número de agricultores.

É natural que o ensino ministrado nas próprias propriedades agrícolas, congregando os agricultores visinhos, é o mais recomendável e conveniente.

Igualmente muito recomendável e oportuno é o ensino ministrado nas estações experimentais e outros estabelecimentos mantidos pelos poderes públicos, revestindo-se da forma de cursos de treinamento.

Nas escolas que ministrem o ensino agrícola, como já se vem fazendo em muitas delas sob a fórma de semanas de agricultores, cursos de treinamento agrícola etc, o ensino pode ser ministrado com grande eficiência e sucesso, como demonstram os resultados já obtidos.

Nas escolas primárias rurais, muito poderão fazer as professoras creando nos adolescentes uma mentalidade de conservação da fertilidade do solo, desde que, em cursos previamente organizados para o magistério, sejam ministrados os conhecimentos básicos que devem ser transmitidos aos alunos.

As associações rurais, que congregam em seu seio os agricultores da região, podem e devem colaborar com os poderes públicos, realizando, sob seus auspícios, vários cursos para agricultores.

Em qualquer lugar, enfim, onde se encontre um agrônomo deve ser imediatamente iniciada a campanha da conservação do solo por intermédio de cursos práticos e objetivos, pois dela depende o problema econômico do agricultor e a própria grandeza do país.

V — *Outras modalidades de orientação e instrução dos agricultores a respeito da conservação do solo*

Na campanha que julgamos deva, quanto antes, ser iniciada, visando a conservação da fertilidade do solo, torna-se necessário sejam mobilizados todos os recursos possíveis afim de que o problema seja focalizado em todas as oportunidades e sob todas as fórmas.

Semanas ruralistas onde sejam debatidos e estudados os problemas diretamente com os agricultores; excursões de agricultores às estações experimentais onde êles possam observar as vantagens e os processos de conservação da fertilidade dos solos; as excursões de agricultores às propriedades rurais particulares onde venham sendo postos em prática os processos racionais de cultivo do solo; a concentração de fazendeiros em escolas agrícolas, onde, mediante estágios, cursos de treinamento etc, êles se familiarizem com os métodos de conservação do solo; a exibição de filmes instrutivos e educativos sôbre o assunto; o fomento à formação de cooperativas de agricultores visando a conservação da fertilidade do solo em uma determinada região, e tantas outras medidas são aconselháveis e devem ser postas em prática, dada a relevância do assunto.

A conservação do solo não é só um problema que interessa ao agricultor; é também um problema que interessa aos poderes públicos, a quem cabe a preservação do patrimônio que o solo agricultável representa a Nação.

CONCLUSÕES

1 — O problema da *conservação da fertilidade do solo* é máxima relevância e precisa e deve ser encarado em seus múltiplos aspectos, como uma necessidade imperiosa, pois o solo representa um patrimônio básico da Nação.

2 — É indispensável que, quanto antes, seja iniciada uma campanha em grandes proporções, visando *orientar e instruir os agricultores*, sôbre a necessidade da conservação da fertilidade do solo.

3 — É muito recomendável a realização de numerosos *cursos práticos* sôbre os mais variados assuntos relacionados com a conservação da fertilidade dos solos, visando capacitá-los para a solução do problema em suas propriedades.

4 — Os cursos preconizados, eminentemente práticos e objetivos, devem ser organizados de acôrdo com as *necessidades e as condições peculiares de cada região*.

5 — Entre outros, são recomendáveis cursos práticos sôbre *Reflorestamento*, *Combate à Erosão*, *Cultivo Racional do Solo*, *Preparo e Conservação de Pastagens*, *Exploração Racional das Florestas*, etc.

6 — Os cursos práticos preconizados devem ser realizados nas próprias *propriedades agrícolas*, *nas estações experimentais*, *nas escolas agrícolas*, etc.

7 — É, igualmente recomendável, que nas escolas primárias rurais o problema seja focalizado afim de que *se chame a atenção dos adolescentes para um problema de tanta relevância*.

8 — Outros recursos recomendáveis visando a orientação e a instrução dos agricultores a respeito da conservação da fertilidade do solo, são *as semanas ruralistas* onde o problema seja debatido com os agricultores; as *excursões de agricultores à propriedades agrícolas* onde sejam empregados os processos racionais de exploração do solo; as *visitas* às



estações experimentais onde o problema esteja sendo estudado; a *concentração de agricultores nas escolas agrícolas*, onde, mediante *estágios e cursos de treinamento* eles se familiarizem com os problemas relacionados com a conservação da fertilidade do solo; etc.

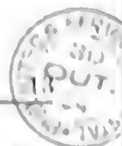
9 — São muitos recomendáveis ainda, as *palestras, demonstrações práticas, exibições de filmes educativos e instrutivos*, etc, levadas à efeito no meio rural, focalizando o problema da conservação da fertilidade do solo.

10 — A formação de *cooperativas de agricultores*, visando a conservação do solo em determinadas regiões, constitue, também, recurso de grande oportunidade e viabilidade.

11 — As *associações rurais* podem e devem, na medida de suas possibilidades, cooperar com as autoridades públicas na campanha da conservação da fertilidade do solo.

12 — A campanha de *orientação e instrução dos agricultores* a respeito da conservação da fertilidade do solo deve ter âmbito nacional e mobilizar todos os recursos disponíveis afim de que no menor tempo possível, sejam atingidos os seus elevados objetivos.

Obs) O presente trabalho constituiu a tese que o Professor Geraldo Goulart da Silveira apresentou, como delegado da Sociedade Nacional de Agricultura, à Primeira Mesa Redonda da Conservação do Solo, promovida pela Sociedade Rural Brasileira. A referida tese, relatada pelo Dr. Moacyr Pavageau, foi, com parecer favorável do relator, aprovada pela VI Comissão Técnica e ouvida no plenário que, na reunião de 22-2-1949, por unanimidade, também a aprovou.



A matéria orgânica e a conservação do solo

Por EUMENES MARCONDES DE MELLO
Engenheiro Agrônomo

I. *Solo — a mais importante reserva de um país. Necessidade de conservá-lo.*

O solo é a mais importante reserva que um país pode possuir e é necessário conservá-lo, pois com o seu desaparecimento o próprio país também desaparecerá. Quando se lê a história da Humanidade pode-se ter essa convicção, pois os povos nascem, crescem, se desenvolvem e morrem também, de acôrdo com a conservação de seus solos. É de se notar que a velocidade de desaparecimento tem sido também proporcional à dose de imprevidência com que os seus dirigentes se comportaram, sem contar também naturalmente com a grande dose de ignorância aliada a um certo número de preconceitos de ordem política e religiosa que os impediram de agir em benefício da manutenção das boas condições do solo.

O exaurimento progressivo do solo em consequência de práticas agrícolas que possam assumir as proporções de uma verdadeira rapina ou vampirismo, não pode mais ser assistida de braços cruzados por todos aquêles que conhecem os exemplos já existentes em várias partes do globo, seja na Austrália, no Canadá, na África do Sul e principalmente nos Estados Unidos que já criou mesmo um organismo especializado para tratar do assunto e que é o conhecido "Soil Conservation Service" (Serviço de Conservação do Solo.) O problema da conservação do solo foi deixado e também em parte ignorado durante séculos, mas no momento atual ocupa a atenção dos técnicos e dos legisladores dos maiores países do mundo, seja em seu próprio território, seja em seus domínios coloniais.

Já foi reconhecida a sua importância e a necessidade de ser atacado de frente com todos os recursos técnicos e econômicos. Trata-se de salvar milhões de hectares de terras ameaçadas de completa esterilidade e destruição pelo terrível flagelo da erosão que assumiu em alguns países fóros de verdadeira calamidade nacional. Compreende-se aliás a sábia razão da existência de tais cuidados, pois é sabido que a bôa produtividade de um solo depende, além de outras cousas, do modo pelo qual foi ele tratado durante todo o tempo de seu cultivo. Significa isso que os maus métodos culturais acumulados durante longos anos e muitas vezes transmitidos através gerações e gerações de agricultores nos quais não se procurou orientar por qualquer meio, podem causar o decréscimo progressivo da produção agrícola até um ponto que podemos considerar como o limite de suas possibilidades. Chega então o momento (que aliás nunca deve ser esperado) em que uma ação pronta se faz necessária para a completa cessação de todos os métodos contraindicados pela agronomia e também pelo simples bom senso.

Está claro que entre as medidas acauteladoras aconselhadas pelos técnicos e que devem o mais possível ser esclarecidos ao agricultor, terá de ser mencionada a própria noção de conservação do solo, que deverá ser perfeitamente definida ou explicada de modo mais simples possível. Será necessária possivelmente tentar uma classificação dos solos mais do ponto de vista de suas possibilidades agrícolas, sem naturalmente pôr de parte o aspécto científico. Se o emprêgo de maus métodos culturais tiver sido feito durante um período bastante longo, agravado pela quase nenhuma ou até mesmo nula aplicação de adubos ou corretivos de qualquer natureza, é quase certo que o solo em questão caminha para uma situação insustentável quando atinge a conhecida situação popularmente denominada "canseira". Nêsse caso já possue, segundo algumas opiniões, uma certa dose de substâncias tóxicas, além de uma possível condição de desequilíbrio no tocante às quantidades de nutrimentos disponíveis existentes, em consequência do fato de não serem iguais exigências das plantas cultivadas com relação aos elementos de que precisam para o seu perfeito desenvolvimento. A mudança da planta cultivada periodicamente é medida aconselhável dentro de certas possibilidades econômicas do agricultor. Muitos lavradores infelizmente, ainda adotam no Brasil a prática da agricultura nômade, acompanhada frequentemente de desflorestamento, de abandono do solo desnudado durante muito tempo e também de uma grande dose de incredulidade e pessimismo nas sugestões apresentadas pelos agrônomos. A tudo isso podemos acrescentar o fato de não ser feita, ainda mesmo quando possível, qualquer correção ou adubação. Se o rendimento já começa a ser pouco compensador não se pensa em melhorar o solo já muito explorado e sim procura-se mudar um pouco mais para diante em busca de outras possibilidades.

Não parece haver exagero em tais considerações, pois sabemos perfeitamente que o cultivo do café, iniciado no vale do Paraíba, já atingiu as férteis regiões do norte do Estado do Paraná. Tem-se a impressão de que há uma verdadeira marcha em direção aos pontos em que o humus vitalizante e precioso ainda se encontra em perfeita condição de ser aproveitado, ao lado evidentemente de outros nutrimentos de que o cafeeiro precisa.

Se se procura seguir a trilha segura onde pode ser encontrado o humus, porque então não se cuida de mantê-lo no solo o mais possível, pela adição de matéria orgânica sob a forma mais apropriada que o caso indicar? Porque não procurar então proteger o solo pela prática da cobertura do solo com palha ou palhiço ("mulching", dos inglêses e americanos) ou renovar os estoques de matéria orgânica pela adição de estrume de curral, composto, adubação verde, etc.? Porque então se continua a derrubada inclemente das matas em vastas regiões, nem mesmo respeitando as

cabeceiras dos rios e a proximidade dos mananciais, nem os acidentes do terreno, usando e abusando da queimada e da monocultura, recusando-se a adubar e a corrigir? É preferível nêste caso, como em muitos outros, prevenir em vez de remediar.

É necessário de que nos lembremos de que as jazidas minerais, sejam elas de ferro ou de ouro, se esgotam, nem que com isso causem o desaparecimento de um povo porque, embora sejam fatores de riqueza, não são a própria vida dos indivíduos que as exploram. O mesmo não pode evidentemente ser afirmado com relação ao solo.

É notório que os povos mais bem alimentados são também os que maiores empreendimentos realisam, pois possuem energia física suficiente para o trabalho tanto braçal como intelectual. No Brasil, é preciso nos capacitarmos uma vez por todas de que os métodos exóticos não podem e não devem mais ser cegamente adotados com relação às práticas agrícolas, pois se há algumas cousas que obedecem às normas e leis científicas, outras há que têm de ser modificadas ou adaptadas devido às nossas condições de país de clima tropical e sub-tropical. No estudo científico do solo, modificações radicais têm de ser feitas nos métodos de análise tanto física, como química ou biológica. É necessário considerar também que os solos tropicais têm sido muito menos estudados do que os dos climas temperados. Daí as muitas surprezas que já têm impressionado os técnicos e pesquizadores em regiões tropicais. Os critérios de classificação, análise, apreciação de grão de fertilidade, correção, adubação e conservação terão portanto de ser como que especializados para os climas tropicais.

Está nesse caso a adição de matéria orgânicas cuja destruição nos climas tropicais preocupa agora seriamente os técnicos e agricultores dessas regiões, durante muito tempo iludidos por uma falsa noção de riqueza, em que se apresentava o solo tropical como sendo de fertilidade inexaurível. Felizmente já é tempo de se desfazer tal mito, tratando-se do caso com positividade e sem fantasia. Nas condições climáticas que prevalecem nos trópicos é necessário dispensar cuidados especiais ao humus que, segundo o que escreveram Vageler, Erhart, Deyne e outros notáveis estudiosos dos solos tropicais, pode ser considerado como o elemento por excelência regulador das boas condições de granulação do solo. Da bôa regulagem dessas condições é que depende por sua vez o perfeito equilíbrio do regime de água nos climas tropicais. Êsse condição favorável de umidade tem muita importância, pois a aplicação da adubação verde como processo auxiliar de conservação pela presença da matéria orgânica estabilisadora auxiliar da granulação, depende principalmente das condições de umidade, sendo necessário um teor ótimo a fim de que a matéria orgânica possa ser decomposta com perfeito aproveitamento e integral transformação do humus. A adubação verde precisa portanto obedecer a certos preceitos técnicos sem os quais tornar-se-á ineficiente.

O emprêgo da planta destinada a adubação verde como cultura intercalar é aconselhável, pois desse modo o solo poderá ser enriquecido em matéria orgânica e também em azoto se for feita a mesma com uma leguminosa. Em algumas fazendas do Brasil já foram obtidos resultados às vêzes bastante compensadores com a prática da cobertura do solo com a palha ou residuos vegetais das colheitas, acompanhada ou não de amontôa, para proteger o solo contra a dessecação excessiva procurando por esse meio também preservar a matéria orgânica que nele se encontra e cuja destruição é necessário impedir ou pelo menos retardar o mais possível.

2. *Importância da matéria orgânica na conservação do solo tropical.*

Nunca será demasiado chamar a atenção para a enorme importância do humus, mormente nos países tropicais, em que a sua destruição se faz com grande rapidez. Sem humus não poderá haver cultivo nenhum rendoso. Muitos milhões de microorganismos vivem em cada centímetro cúbico do solo e a eles cabe a responsabilidade pela atividade vital de que resulta a mobilização dos diversos nutrimentos fornecidos às plantas.

O solo, graças ao humus, não pode mais ser considerado como um corpo morto, semelhante a um produto químico ou uma rocha; deve antes ser considerado e tratado como um verdadeiro organismo, quiçá como um ser vivo, pois como estes, nasce, cresce e morre, alimentando e sendo por sua vez alimentado por outros seres vivos, como os vegetais e os animais depois que estes cessam de viver e voltam ao solo. Aliás é um aforismo que deve ser seguido pelo agricultor que quizer preservar a fertilidade de suas terras: "Para manter a fertilidade, as plantas e os animais devem voltar ao solo de onde vieram." Significa isso que sòmente às custas do precioso humus a vitalidade do solo poderá ser mantida. Uma vez esgotada a reserva de humus, a quantidade de microorganismos fica reduzida e portanto desse modo também muito diminuida a transformação das rochas com a libertação de sais solúveis e assimiláveis que podem servir de alimento às plantas.

É sempre necessário frisar a condição de assimilabilidade, pois é sabido que a porcentagem total de elementos nutritivos revelada pela análise química pouco valor tem, visto como sòmente interessa verdadeiramente o conhecimento das quantidades "assimiláveis", isto é, as que podem ser completa e ràpidamente assimiladas, quer dizer, aproveitadas pelas plantas. Se não existirem certas proporções de humus, naturalmente não serão mais libertadas as quantidades úteis de elementos nutritivos, ressentindo-se com isso a planta; daí vem a denominação de "terra cançada" que talvez possa ser traduzida melhor pela expressão "terra pobre em humus". A volta da planta ao solo, pode ser feita seja diretamente, como no caso da adubação verde, ou da queda de folhagem sôbre o solo, seja indiretamente como no caso do estrume de curral em que as plantas são transformadas primeiro através do corpo de um animal, possuindo maior facilidade de transformação em humus.

O melhor processo de conservar o solo deve ser o de procurar manter as condições da natureza, isto é, as condições que predominam nas matas, onde a cobertura vegetal é constante. Sòmente nesse caso deverá ser feita

a mudança periódica de planta cultivada pelo processo de rotação. A cobertura vegetal permanente se justifica ainda mais no caso das chuvas anuais caírem tôdas em um período de tempo muito curto e naturalmente com muito mais violência, como acontece por exemplo em certas áreas do Estado de São Paulo. O sistema adotado em muitos pontos do Brasil de derrubar matas e cultivar a terra até seu esgotamento mudando depois para outro ponto em que se procede da mesma maneira é tipicamente nômade pois em geral expõe o solo demasiadamente ao sol que por assim dizer queima a matéria orgânica e favorece, como bem se poderá concluir, a erosão. Esse método primitivo é agravado pelo uso da queimada. Basta considerar que temos solos quase completamente improdutivos, com pouco mais de 40 anos de cultivo.

A decantada fertilidade dos solos tropicais não passa de um mito. A conservação do solo constitue uma prática nova, pois vem sendo feita desde mais de 5 000 anos no Oriente, bastante citar o caso da India e da China, países com superpopulação e que no entanto vêm substituindo com centenas de milhões de habitantes devido ùnicamente aos cuidados com que cuidam do solo. A agricultura européia tem naturalmente seus métodos especiais que não podem de modo algum ser comparados com os que devem ser usados nos trópicos. Daí o verdadeiro desajuste ou inadaptação que sofreram quando foram transportados para as terras da América quando as terras da América quando as levas de imigrantes aí se estabeleceram.

O que a história nos conta é que o homem europeu, ao chegar às terras americanas encontrou o selvagem e, sem querer aceitar as novas condições que encontrou, foi adotando discricionàriamente os métodos de cultivo que trouxera das plagas européias, muitas vêzes com prejuizo para o solo. A falta de tradição nas culturas é outra causa de degradação dos solos de muitas partes do mundo pois, devido a esse fato torna-se uma verdadeira aventura e desse modo o agricultor não zela pelas suas culturas de modo que possa tirar lucro e ao mesmo tempo preservar o solo das consequências dessa prática de improviso em matéria de exploração agrícola.

O enriquecimento d osolo em humus pode ser feito em parte pelo processo natural, que consiste na queda de folhas e outras partes do vegetal sôbre o solo durante toda a vida da planta, sendo bastante notável no seio das florestas. No caso geral, entretanto, essas quantidades de humus necessárias a uma bôa condição de estruturar nos solos tropicais são pequenas, não chegando a rigor a suprir as exigencias a tocante a esse importante elemento de manutenção das boas condições físicas e também biológicas do solo. Apesar, entretanto, dessa pequena porcentagem, não póde ser considerada como inútil do ponto de vista da influência que pode ter sôbre o processo de evolução que intrinsecamente conoceeoe o ar conservaçau.

O enriquecimento do solo em humus pode ser em parte feito pelo processo natural, que consiste na queda de folhas e outras partes do vegetal sôbre o solo durante toda a vida da planta, sendo bastante notável no seio das florestas. No caso geral, entretanto, essas quanti.

A LAVOURA

(ORGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897



Eng.° Agrônomo ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade



Eng.° Agrônomo ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
Diretor



Eng.° Agrônomo KURT REPSOLD
Diretor Técnico



Eng.° Agrônomo GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Consultor-Técnico



LUIZ MARQUES POLIANO
Redator-Secretário e Gerente



Redação e Administração:
AV. FRANKLIN ROOSEVELT, 115-6.°

Telefone: 42-2981

Caixa Postal 1245

Rio de Janeiro



Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

dades de humus necessárias a uma boa condição de estrutura nos solos tropicais são pequenas, não chegando a rigor a suprir as exigencias no tocante a esse importante elemento de manutenção das boas condições fisicas e também biológicas do solo. Apesar entretanto dessa pequena porcentagem, não pode ser considerada como inutil do ponto de vista da influência que pode ter sôbre o processo de evolução que intrinsecamente compreende o de conservação.

Na operação da queimada, tão praticada infelizmente no Brasil, são destruidas quantidades enormes de humus além de outros elementos de natureza mineral que são em parte volatilizados pelo calor desenvolvido durante a combustão, apesar de dizerem os que a praticam que o solo fica enriquecido com as cinzas que são deixadas como residuo. Tal argumento não pode ser aceito como justificativa da utilidade da queimada, servindo quando muito para explicar a sua necessidade por transportar os residuos que ficam depois da derrubada como dizem muitos lavradores. Além disso a porcentagem de cinzas é pequena com relação à massa verde queimada, pois não vai em geral acima de 5%. O que fica de substâncias nutritivas nas cinzas não parece compensar a perda do humus sofrida, além das vantagens que poderiam advir para as condições gerais do solo pela presença do humus.

Aliás não é fácil convencer a muitos de que a queimada é prejudicial ao solo, pois há os que apelam para ela como único recurso para a eliminação de grandes quantidades de residuos vegetais que ficam depois da derrubada. Afirmam muitos que é mais econômico queimar do que transportar para certos pontos da fazenda esses residuos.

A matéria orgânica, tão preciosa como sabemos, para a vitalidade do solo não é deste modo aproveitada. Se o motivo dessa prática é o de ordem econômica, pela impossibilidade alegada de remover todos os residuos, não fica fácil de compreender porque motivo não se aproveita ao menos alguns deles para a obtenção de "composto", além de se destruir a quase totalidade de humus existente na camada superficial do solo. Acreditam alguns que os resultados dessa prática sejam prejudiciais também porque os sais de potássio e sódio que ficam nas cinzas são alcalinos, podendo conforme o caso produzir certas condições desfavoráveis sôbre as propriedades fisicas do solo que se acham sob a forma granular que como sabemos é a melhor para assegurar boas condições fisicas. Nos denominados "solos cançados" de que temos grandes áreas nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, a matéria orgânica é importantissima e talvês a única que pode garantir uma melhor condição no que diz respeito à estabilidade de estrutura, para que possivelmente possam resistir ao perigo do terrivel flagelo da erosão.

A vantagem que tem o humus é a de ser polivalente pois é um agente cimentante, agindo como aglomerante de certas particulas nos solos arenosos, enquanto pode ser de ação quase contrária nos solos argilosos, que podem adquirir, pela presença de uma quantidade conveniente de humus, maior permeabilidade.

Se o humus tem tais propriedades fisicas pode-se então perguntar: Será verdade que os fatores fisicos são tão importantes não só para o rendimento das colheitas como para a conservação do solo? É esta uma pergunta um pouco dificil de responder, principalmente se levarmos em conta a existência de duas escolas quase antagônicas, afirmando uma delas que a riqueza do solo em principios nutritivos é a principal condição para um bom rendimento, enquanto que a outra por sua vez afirma ser necessário também um certo conjunto de propriedades fisicas que dependem da estrutura do solo e que condicionam essa produtividade. Essa estrutura, de que depende a estabilidade e sem a qual as outras não terão em que se apoiar, nos solos de climas tropicais, depende em primeiro lugar do humus e em segundo lugar do cálcio. Isso porque um solo é considerado de boa estrutura quando contém quantidades regulares de cálcio em condições de saturar perfeitamente o humus que ai se encontre para manter as boas condições de granulação e por consequência a integridade das propriedades fisicas.

A presença de cálcio é também de uma importância pois é êle um nutrimento além de ser um auxiliar indispensável do ponto de vista fisico. Há aliás uma experiência simples que pode ser feita com um solo argiloso que contenha porcentagem apreciável de humus: após o umedecimento com água e secagem fica ele duro e impenetrável ;depois de humedecimento com água de cal e secagem subsequente, fica fácil de ser esboroado, o que demonstra claramente a influência da cal como agente de floculação, quer dizer que permite que as particulas de argila e de humus em estado de extrema subdivisão possam ser aglomeradas e desse modo granuladas.

A falta de matéria orgânica no solo é a causadora de situações ás vêzes catastróficas em algumas regiões do globo, mormente naquelas sujeitas a chuvas regulares porém muito afastadas umas das outras por longas estiagens. Foi o que aconteceu há mêses de com anos atrás em vastas áreas de solos na parte noroeste da América do Norte onde a precipitação anual atinge cêrca de 550 milimetros por ano. Os primeiros agricultores que ai se estabeleceram viram que era uma região muito conveniente para o plantio de trigo e desenvolveram um sistema no qual êsse cultivo alternava com o alqueive. Nada foi feito entretanto para restituir ao solo a matéria orgânica e o constante cultivo reduziu de tal modo o seu conteúdo no solo que êste ficou cada vez mais pulverulento pela ausência de qualquer agente cimentante e finalmente tão fino que pôde ser levado pelo vento para muito longe. Grandes tempestades de poeira levantaram-se frequentemente e levaram grandes quantidades da camada superficial de solos de milhões de acres deixando apenas uma ou sáfara e desértica no local onde outrora haviam existido fazendas prósperas e solos férteis. A matéria orgânica deve ser fornecida por uma constante cobertura de vegetação, e preferivelmente fazendo a rotação das culturas.

A erosão sòmente torna-se perigosa quando a cobertura vegetal é completamente retirada, ficando o solo descoberto durante muito tempo, pois além de ficar sujeito à ação mais direta das chuvas pode ter grande parte da matéria orgânica que encerra como estabilizador destruida pela ação direta dos ráios sola-

res que no clima tropical não póde ser desprezada. Conquanto exista um fenomeno de erosão natural, não póde essa espécie ser apreciada com o mesmo critério com que se a faz relativamente a uma outra espécie provocada pelas más práticas agricolas empregadas pelo homem que póde, em alguns casos ser definido como um verdadeiro fabricante de desertos.

O solo e a sua cobertura vegetal devem ser considerados como inseparáveis para fins de conservação pois ninguem ignora mais que as plantas que crescem suprem-se constantemente com um elemento indispensável em um solo fértil: a materia orgânica originadora do humus.

E notória a relação mais ou menos intima que pode ser observada entre as condições gerais de fertilidade e de produtividade do solo tropical e a proporção de materia orgânica que o mesmo possa encerrar. E um fato facilmente compreensivel entretanto se for levada em conta a importante propriedade que possue o humus de agir como retentor das substâncias nutritivas existentes na parte superficial do solo, impedindo-as de poderem ser arrastadas ou levadas através do solo. O melhoramento de muitos solos quase totalmente esgotados em seu estoque de matéria orgânica, geralmente por imprevidência do lavrador pode tornar-se às vêzes uma operação um tanto demorada principalmente se forem necessárias doses maciças de matéria orgânica, pois é necessário esperar algum tempo para a completa desagregação.

Para a aplicação racional dessas práticas de restauração da vitalidade do solo pela adição de materia orgânica é aconselhável proceder com previdência, procurando renovar periodicamente em épocas não muito afastadas, o estoque de matéria orgânica. Se o lavrador traçar um plano de rotação de culturas no qual se inclua uma parcela com leguminosas os resultados serão mais seguros pois constituem elas as plantas ideais para a adubação verde dos solos pobres em azoto pois cêrca de 2 terços do seu azoto total elas retiram do ar por meio dos microorganismos das nodosidades das raizes. Se for feito o enterrio de uma planta leguminosa, além de devolvermos ao solo os nutrimentos que ela teria conseguido salvar da lavagem pelas águas das chuvas forneceremos ao mesmo tempo, também, boa porção de azoto captado pelos microorganismos. O lavrador que deseje fazer adubação verde em suas terras deve escolher uma leguminosa que preencha, o mais possivel certas condições tais como:

1) Que seja rica de vegetação, especialmente folhagem;
2) Que possua raizes bem desenvolvidas;
3) Que seja dotada de rusticidade;
4) Que possa produzir bem no local (boas condições de solo e clima);
5) Que tenha ciclo vegetativo curto, para não ocupar o local por muito tempo;
6) Finalmente, que seja de fácil aquisição e de pouco custo.

Todas essas condições devem ser observadas racionalmente pois do contrario será menos compensador o seu emprêgo pel lavrador.

A questão do ciclo vegetativo curto por exemplo terá ainda mais importância se por exemplo a adubação verde tiver de ser feita em solo argiloso em que se torna necessário fazer o enterrio com mais antecedência do que num solo arenoso devido a que em solos argilosos a decomposição da matéria orgânica se faz com certa morosidade. A espécie e a variedade da leguminosa escolhida tem também muita importância. Assim, as variedades com caule herbáceo na época da florescência são de fácil decomposição no solo pois é sabido que a lignificação do caule dificulta esse processo. Ha variedades próprias para solos arenosos, outros para solos argilosos, outras para solos de composição média; quanto à estação do ano mais própria, há necessidade também de ser levada em conta. Para os solos de composição média e a estação quente, por exemplo, o feijão miúdo costuma ser indicado. Entre nós já vem sendo adotadas muitas leguminosas tais como o feijão de porco, a mucuna de sementes pretas, a ervilhaca, o feijão miúdo, o tremoço, a crotalária juncea. Sendo notória a deficiência do esterco de curral terão naturalmente os lavradores de ser obrigados a recorrerem a outras fontes onde possam suprir-se de matéria orgânica. Já não se ignora mais que a produção do cafeeiro, por exemplo, deve basear-se no emprêgo de matéria orgânica, pois já se sabe quais os efeitos extraordinários da adubação orgânica na restauração da produção cafeeira.

Ao apreciarmos o valor da matéria orgânica do ponto de vista de sua importância e necessidade na manutenção da fertilidade e conservação do solo não podemos decretar uma abolição completa dos adubos quimicos; o que devemos é estabelecer que o emprêgo deles deve ser feito com acompanhamento de matéria orgânica para uma melhor compensação nos resultados. A obtenção de grandes massas de matéria orgânica nas zonas de produção cafeeira, por exemplo, poderá ser obtida pela adubação verde além de outros processos tais como os do tipo Indore para a obtenção de um "composto" cuja composição poderá variar de acôrdo com as necessidades e também com os recursos econômicos e industriais da região considerada. O feijão de porco, por exemplo, é uma das leguminosas que devem ser consideradas dignas de atenção, pois é de rápido ciclo vegetativo, pois pode ser enterrada 90 dias apenas após a semeadura; possue vegetação abundante de 30 a 40 toneladas por hectare; contribue para a cobertura do solo, diminuindo desse modo o número de carpas necessárias; protege contra a erosão. Já a mucuna não pode ser adubada arbitràriamente pois é planta trepadeira e tem sido empregada com muita aceitação em laranjais. Se for feita em maior escala a adubação verde no Brasil haverá necessidade de maior produção de sementes para atender aos lavradores.

Seria ocioso transcrever aqui, para confirmar o valor atribuido à matéria orgânica como elemento indispensável para a conservação do solo tropical, as valiosas opiniões de Vageler, Erhart, Deyne, Hardy e outros notáveis especialistas em solos tropicais, cuja situação de precaridade foi pintada com côres tão negras por William Vogt em trabalho recente e tão comentado.

As necessidades brasileiras quanto à matéria orgânica que terá de ser incorporada ao solo nos pontos de maior intensidade de explração agrícola devem orçar pela casa dos milhões de tneladas por ano. Para conseguir uma tal massa de matéria orgânica seria útil, a nosso ver, planejar:

1.º — A creação de grandes centros produtores de sementes de plantas destinadas a adubação verde, com preferência de leguminosas.

2.º — Creação de grandes centros produtores de "composto" Indore, Beccari, etc., sendo também distribuidas instruções detalhadas aos lavradores.

CONCLUSÕES

Os seguintes pontos devem ser postos em evidência para a compreensão da necessidade e importância da matéria orgânica na conservação do solo:

1.º — O solo é a mais imprtaonte e preciosa reserva que um país pode possuir.

2.º — É necessário por êsse motivo conservá-lo.

3.º — Deve ser detalhadamente explicado aos interessados, lavradores ou não, o que deve ser entendido por "conservação do solo".

4.º — É necessário manter a coberta vegetal permanente a fim de proteger o solo contra a erosão.

5.º — O humus deve ser mantido no solo merecendo condenação todas as práticas agrícolas que possam destruí-lo tais como a derrubada com desnudamento excessivo e prolongado, especialmente em zonas com forte declive ou próximas às cabeceiras dos rios e mananciais, evitar o uso da queimada.

6.º — A falta de humus no solo é o mais seguro caminho para a erosão, por provocar alterações na estrutura do mesmo.

7.º — Há muita relaçã entre a fertilidade do solo e os teores de humus e cal que o mesmo encerra.

8.º — As leguminosas são as plantas mais aconselháveis para a adubação verde.

9.º — Será de grande utilidade a creação de centros produtores de sementes de leguminosas, em pontos escolhidos do território nacional, a fim de fornecê-las aos interessados.

10.º — Será também útil o estabelecimento de grandes centros de produção de "composto" em locais aconselháveis pelas necessidades da produção agrícola, devendo também ser distribuidas aos lavradores instruções sôbre o modo de prepará-lo.

BIBLIOGRAFIA

1 — G. T. Wrench — Reconstruction by way the seil.
2 — G. V. Jacku & O. Whyte — The rape of the earth.
3 — E. M. Crowther — Fertilizern during the wor and after.
4 — Soils and men — U.S.A. Yearbook of Agriculture 1938.
5 — Moore — Good husbandry.
6 — Weir — Soil Science.
7 — Waksman S. & Iyer K.R.N. — Contribution of our knowl. Chem. nat. humus — Soil Science, vol. 34, N. 1, 1932.
8 — Gustafson — Soil conservation.
9 — Bennett — Soil conservation.
10 — Pieters — Green manuring.
11 — Mc. George — The base-exchange properties of seil organic matter — Journ. Am. Soc. Agron., Vol. 23 — N. 5 pág. 331 — 1931.
12 — G. R. Clarke — The study of the soil in the field.
13 — Theodureto de Camargo e P. Vageler — Bol. Tech. 40 — Instituto Campinas.
14 — Baver-Soil physics.
15 — Hall — he Soil.
16 — Robison — Soils.
17 — Lutz & Chandler — Forest Soils.
18 — Kellogg The soils that support us.
19 — Albaroda — El Suelo.
20 — Russell — Soil Conditions and plant growth.
21 — William Vogt — El hombre y la Tierra — E. U. de Venezuela — Min. de Agric. 1948.
22 — Jonny — Factors of soil formation.
23 — Vageler — Tropische und Subtropische Bodenkunde.
24 — Stanley B. Whitehead — Gardner's Earth.
25 — Erhart — Pédologie — Vol. 2.º — Pédologie agricole.

O zebú e os mercados de carne

Hibridação do zebú e mercado do FI. O governo e os planos de hibridação nas areas centro-norte

(Especial para "A Lavoura").

Prof. Raul Briquet Junior
Catedrático da U. R.

O zebú no Brasil

E' fóra de dúvida que o zebú (Bos indicus), representa, para a maior parte do Brasil, animal de inestimavel valor economico. As suas vantagens fisiologicas são multiplas, permitindo que se adapte bem às nossas condições mesologicas nas áreas central e norte do país, ao nosso usual e precário sistema de manejo (alimentação, etc.), o que se não verifica, em igual grau, com as chamadas raças finas de corte (Hereford, Polled-Angus, Shorthorn, etc.). Verdade é que as raças finas não se comportam bem devido, especialmente, às condições de manejo e não por causa das influência climáticas. Quando bem alimentadas e manejadas, e as raças produzem bem, em condições bem adversas de meio físico. Mas o nosso criador médio não pode, ainda, oferecer condições ótimas de criação para as raças estrangeiras, em rebanhos "puros".

O zebú, entretanto, apezar de suas notáveis qualidades de adaptação e produção nas nossas condições usuais, não constitue, por certo, padrão comparavel **em média**, com o das raças finas, do ponto de vista do mercado. A produção, em quantidade e qualidade é inferior à média obtida com os bovinos europeus de corte, nas suas condições idéias de criação. Consequentemente, a aceitação no mercado estrangeiro é inferior a dessas últimas raças. A carne do zebú é relativamente dura; é carne seca, muito desprovida de gordura, sendo esta apenas de cobertura. Por êste motivo, a cerne do zebú é especialmente empregada para "corned beef". As fibras musculares são desprovidas de gordura de infiltração, mesmo quando o animal é gordo, pois, nêste caso, a gordura se dispõe acumulada, em certas partes do corpo e apenas como cobertura dos musculos. As parte mais valiosas do corpo do animal, do ponto de vista de mercado, são, via de regra, pouco desenvolvidas no zebú.

Resulta desses fatos a necessidade de serem aproveitadas as qualidades das raças finas, mas cuja criação, em condições ótimas, não pode ser feita pelo nosso criador médio. Também se patenteia a necessidade de se aproveitarem as qualidades da espécie indiana.

Hibridos. Quando se acasalam animais de duas espécies diferentes, estamos diante da **hibridação**. A primeira geração (FI) hibrida, apresenta uma média superior à média dos pais. Este fenômeno chama-se, como se sabe, vigor hibrido ou **heterose** e tem a sua explicação genetica (ou melhor, as suas explicações, pois modernamente se admite que nem todos os casos de heterose possam ser explicados pela interpretação clássica), mas isso é assunto que não interessa nem tem cabimento neste artigo de divulgação. Basta saber que, quando se pratica a hibridação ou o crusamento (acasalamento de raças diferentes) temos via de regra, o fenômeno da heterose, na primeira geração, fenômeno êsse que é tanto mais intenso quanto mais diferentes forem os animais acasalados e quanto mais "puros" forem êles para essas diferenças.

Hibridação do zebú — Os resultados da hibridação do zebú são os mais aproveitaveis. Já tem sido feitos estudos dos acasalamentos Zebú x Hereford, Zebú x Shorthorn, Zebú x Angus, Zebú x Charolês, etc. notando-se, em todos os casos, resultados vantajosos. Não vamos, é claro, analisar todos êsses casos, mas, a título de demonstração, escolheremos o exemplo Zebú-Hereford que, parece, é o tipo de acasalamento de mais intensas vantagens. Os hidbridos Zebú-Hereford são os chamados **Brafords** pelos americanos que formaram o nome tirando **Bra** de Brahman (zebú em inglês) e **Ford** do nome Hereford. A primeira geração da hibridação, constituida por esses hibridos, apresenta notáveis qualidades, conforme já mostraram diversas experiências norte-americanas, as quais podem ser resumidas no seguinte:

a) maior peso ao nascer;
b) maior rapidez de ganho;

c) maior quantidade de carne na carcassa;

d) menor quantidade de osso na carcassa;

e) carne de melhor textura, mais tenra;

f) carne de melhor palatabilidade, aroma e sabor;

g) menores perdas no transporte do animal;

h) melhores propriedades culinárias da carne, com menores perdas;

i) maior preço por unidade no mercado, obtido em menor tempo coroam em consequência, as vantagens precedentes.

A hibridação do zebú com outras raças de Bos taurus, como por exemplo Zezú-Angus, Zebú-Shorthorn, etc., bem como cruzamento de raça europeias entre si (Shorthorn-Hereford, Hereford-Angus) também apresentam muito bons resultados, mas, ao que parece; não tão intensos, em média, como no caso Zebú-Hereford. Acresça-se, ainda, que, das raças Angus, Hereford e Shorthorn, a segunda é a que melhor se adpata às condições climáticas semelhantes às nossas, embora o faça de modo inferior ao zebú. Dêsse modo, o uso do Hereford seria relatiavmente mais aconselhavel à condições das áreas centrais do nosso pais.

O problema do criador — O criador deve vender a carne produzida pelos seus animais. Evidenternente, se tais hibridos oferecem aquelas vantagens de melhor produto, em menos tempo e maior lucro, seria interessante produzir tais hibridos com a finalidade única de vendê-los. Mas, para tanto, seria necessário manter dois planteis — um de zebú e outro Hereford —, "puros" ,afim de produzir, continuamente, os hibridos, os quais seriam levados ao mercado. Ora, já dissemos, de inicio, que o nosso criador médio, devido às suas condições financeiras, às terras, às doenças, ao clima, à ignorância, não pode, via de regra, oferecer condições ótimas pala planteis finos "puros", e, sem elas, tais planteis não se comportarão, bem. Como solucionar o caso?

A ação do govêrno — Se o govêrno estabelecer fazendas de criação nas zonas de maior criação do zebú, com o objetivo fundamental de criar animais finos, poderemos, penso, resolver o problema. Em se tratando de um estabelecimento do govêrno, administrado por técnicos e dispondo de elementos financeiros, as condições ótimas exigidas pelo plantel fino poderão ser obtidas.

Ao mesmo tempo, seria organisado, nessas mesmas fazendas, um serviço de inseminaçoã artificial, cuja atividade seria, primordialmente, inseminar as vacas zebuinas com semen dos melhores touros finos das fazendas.

Dêsse modo, como se vê, o criador ficaria apenas com os planteis de zebú, que, no momento, lhe são mais faceis de criar. O govêrno manteria o gado fino e controlaria a reprodução nas fazenads do criador, dando-lhe assistência, auxiliando-o a escolher as melhores vacas e inseminando-se com material das raças finas. Os hibridos obtidos seriam criados e vendidos pelo criador.

E' evidente que as fazendas de criação e inseminação do govêrno, com as finalidades acima, não se extenderão a esses objetivos sem o concurso de técnicos especialisados. Além de técnicos para executar os planos de trabalhos, devem existir outros para pesquizarem, continuamente, fatores que possam melhorar as suas atividades. A seleção dos melhores touros a serem empregados na inseminação, por exemplo, é tarefa, árdua, que requer tempo e provas geneticas cuidadosas, como seja a comprovação do animal pela prova de perfomance de sua descendência. A fazenda, deverá, ainda, manter planteis de zebú e de algumas raças finas (Angus, Charolês, ets.), afim de promover experimentação própria e investigar os resultados que melhor satisfaçam as nossas condições. Poderá, ainda, fazer inseminação de vacas zebuinas do criador por touros dessa espécie, pertencentes ao govêrno, afim de melhorar o plantel zebú do criador. Enfim, terá atividades multiplas que girem, entretanto, em torno da formação de melhor produto para o mercado nacional e estrangeiro, com maiores e mais rápidos lucros para o criador.

A Mecânica Agrícola na Conservação do Solo

(Adaptação do Trabalho de Victor C. de Mazo Suarez, Diretor Técnico da Fazenda Felicidade, em S. José dos Campos).

O Ministério de Agricultura, as Secretarias de Agricultura dos Estados da União, Instituições particulares, e principalmente a Secção de Combate a Erosão, Irrigação e Drenagem da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, estão desenvolvendo importante labor de divulgação dos estragos das erosões hídricas e eólicas e a forma de combatê-los. Resultados otimistas testemunham a quantidade de agricultores que hoje adotam o sistema preconizado por nossos agrônomos.

As enchentes e os ventos que corroem as terras são velhas pragas do Universo. Foi iniciada, recentemente ,nos Estados Unidos da América, uma corajosa campanha de combate a essas pragas, para recuperar e conservar a felicidade das terras de cultivo.

Terras com declives de 10% a 50% foram utilizadas pelos Incas, há 4 mil anos, empregando os tipos de terraços mais custosos e difíceis que a História recorda. Hoje, depois de milênios, seus descendentes no Perú continuam aproveitando êsses solos ainda férteis.

No entanto, os métodos de cultivo, custosos e necessários, têm sido modificados, reduzindo os gastos, a mão de obra, utilizando modernos implementos mecânicos, na construção de terraços, sulcos em contornos, cultivos em cordões, etc.

A luta está fundamentada, em indicar aos agricultores os elementos mecânicos, simples e econômicos, que permitam realizar, com velocidade e eficiência, as tarefas agrícolas, que a técnica aconselha, para defender suas fazendas e granjas, das calamidades das águas sem contrôle.

E' impossível levar a cabo um plano de luta contra a erosão, se não se dispõe de moderno material agrícola.

MAQUINARIA AGRICOLA ADEQUADA AO CONTRÔLE DAS AGUAS NAS FAZENDAS

Não vamos ocupar-nos da erosão eólica e dizer sôbre desgaste do solo, produzido pelo vento, com o correspondente translado de partículas e as consequentes acumulações e depressões. Trataremos de explicar, como se controla a água, que nas épocas das chuvas invadem as fazendas, provocando devastações lentas e violentas.

O agricultor uma vez planejando a construção de terraços, cordões, sulcos em contornos, etc., deve adquirir implementos mecânicos de baixo custo, que não precisem de especialistas para manejá-los. E' preferível utilizar os tratores de pouco consumo, leves e simples, com os implementos agrícolas estritamente necessários, que possam ser usados continuamente e conseguir a máxima eficiência.

Entre as marcas de tratores e implementos agrícolas modernos, encontra-se o AGRO-MOTOR FERGUSON, com um sistema completo de implementos. Antes de adquirir o material agrícola, o agricultor deve consultar agrônomos especializados, sôbre qual o mais adequado, especialmente ao que a aração se refere.

Os ARADOS de aivecas ou de discos, de acôrdo com os novos conceitos, sôbre cultura da terra, devem ser usados conscientemente. Após estudos minuciosos, parece existir a coincidência de opiniões, em que a manutenção das condições naturais do solo, sem alteração de sua estrutura, é a condição que mais favorece o progresso de grande quantidade de cultivos.

O importante é provocar no solo uma condição de semeadura favoravel em relação ao fator clima e planta.

Indicar que tipo de arado e qual sistema de lavrar é mais conveniente, não pode ser feito em termos gerais, pois pode provocar sérios erros, que serão pagos, primeiro pelo agricultor, e indiretamente pela Nação, sôbre a qual repercutem sempre os acêrtos ou erros.

Quando na lavra não é imprescindível a remoção dos restolhos dos cultivos, ou quando as terras são soltas, usam-se removedores.

Nos últimos anos tem-se operado uma grande modificação na construção de *grades de discos e dentes*. O maior progresso tem-se conseguido, permitindo, que os discos possam ser movidos, indistintamente à direita e esquerda do trator, regulando a largura necessária, para trabalhar em terraços ou entre pomares ou plantações de café, e permitindo que não fique um só metro de terra sem cortar.

Igual progresso se tem alcançado, nos *cultivadores e escarificadores* de terras duras. O rendimento-hora tem-se quadruplicado, permitindo operações velozes, na época das chuvas, com o objetivo de que as hervas invasoras não prejudiquem os cultivos, na época de maior crescimento.

Para a construção dos terraços, cordões, valetas, açudes, sulcos em contornos, estradas, etc., os fabricantes tem criado novos implementos agrícolas, antes desconhecidos ou aperfeiçoados às velhas e pesadas niveladoras de escasso rendimento.

As cavadeiras mecânicas, são imprescindíveis para a construção de açudes e tanques, para encher valas corroídas pela erosão, esgotos de terraços, paredes de terraços, para encher buracos, construir silos subterrâneos, escavações para alicerces, valetas de irrigação e muitos outros usos congêneres.

As *terraceadoras-graduadoras* mecânicas, permitem ao agricultor construir terraços, a baixo custo em poucas horas. Os serviços dessas máquinas assim como as *Recortadeiras e Niveladoras* são imprescindíveis em toda

Fazenda onde se trabalhe para evitar a erosão.

A *semeadeira* para arroz, trigo, etc., e as plantadeiras para feijão, algodão e milho são construídas atualmente com o principal intuito de oferecer ao agricultor a oportunidade de efetuar as semeaduras no mínimo prazo possível, para obter uma colheita uniforme.

Com êstes implementos o agricultor, sem perda de tempo, poderá atacar os labores, que impeçam a contínua perda de fertilidade da terra, a desaparição das terras da fazenda, que fogem pelas valetas abertas pelas enchentes, e que pelos ribeirões, rios pequenos e grandes se escoam para o Atlântico.

MEDIDAS PARA CONTROLAR AS ENXURRADAS

As principais medidas que devem providenciar no contrôle das águas são:

Cursos de Água (Gramados).

E' êste um simples meio para sustar as enxurradas e reduzir a perda de solo. Os canais gramados com forrageiras — gramíneas e leguminosas — devem ser feitos superficialmente e suficientemente largos para permitir a ceifa e rastilhagem da forragem. Estas franjas gramadas devem ter duas ou mais vêzes a largura da faca da máquina ceifadeira. Não se deve pensar que são espaços perdidos, que o único objetivo é permitir o escoamento lento das águas, pelo contrário, são estreitos e serpenteantes pastos. Com um tratamento apropriado, estas franjas podem ser altamente produtivas em forragens e sementes, pois, contém geralmente o melhor solo e conservam umidade quando a terra lavrada está sêca.

Valetas de Desviamento

As águas que se despejam das partes altas das culturas de milho, algodão, feijão, etc., no tempo das chuvas, formam enxurradas que abrem, nas superfícies baixas, perigosas valas que prontamente estragam terras de ótima fertilidade. Com a construção de valetas de desviamento, encanam-se as águas que podem ser aproveitadas na formação de açudes e tanques.

SULCOS EM CONTORNOS

As enxurradas também destróem os pastos, mesmo que êstes não ofereçam grandes variações de nível. Construindo sulcos em contornos nos pastos das fazendas que criam gados, se conservam a qualidade da forragem pela absorção lenta das águas e pela retenção dos elementos fertilizantes. Estes sulcos devem ser cuidadosamente traçados em nível, para evitar que comecem a formar valetas de drenagem. Como no caso das valetas de desvio, as águas dos sulcos podem ser utilizadas na construção de lagôas.

CORDÕES EM CONTORNO

Com o AGROMOTOR FERGUSON e um removedor, se constróem, sem inconveniente e a baixo custo, os cordões que defendem as terras agrícolas contra as erosões hídricas. A conservação dos cordões é de primordial necessidade. Transcrevemos o que a êste respeito aconselha a revista "Colheita e Mercados" dirigida pelo Eng. Agrônomo Edgard Fernandes Teixeira:

"Não basta construir os cordões. A sua eficiência está ligada diretamente à sua conservação. Esta é realizada principalmente pelas carpas adequadas, evitando-se atirar a terra das imediações do canal para o seu interior. As carpas devem ser feitas a partir do fundo do canal para o alto da leira. Assim o canal estará sempre desobstruído e o dique manter-se-á a uma altura adequada. Muitos lavradores realizam suas carpas em sentido inverso, isto é, levando a terra capinada para o canal. Isto concorre para baixar a altura do dique, reduzindo a sua capacidade de retenção".

"O cordão tem por função coletar a água das enxurradas e o solo por ela arrastado. Compreende-se portanto que após as chuvas pesadas alguma terra fique retida no canal. Cumpre ao lavrador vistoriar os cordões após as grandes quedas pluviométricas, providenciando para que o solo retido no canal seja removido para reforçar a altura do dique".

"As rupturas por qualquer defeito de construção, devem ser também imediatamente reparadas, antes que assumam proporções mais graves".

"Mediante essas providências simples de manutenção, os cordões em contôrno desempenham integralmente suas funções contra a erosão e se conservam indefinidamente no terreno, compensado altamente as despesas exigidas para a sua construção".

CULTIVOS EM FRANJAS

Achamos de interêsse transcrever as apreciações do Eng. Agrônomo argentino Cas-

siano V. Quevedo, publicadas no seu livro "Conservación del Suelo", editado pela Editorial Suelo Argentina de Buenos Aires, sôbre o cultivo em franjas: "*o cultivo em franjas com rotações adequadas é uma prática agro-técnica, que deve levar-se a cabo em toda fazenda agrícola, reune uma série de vantagens sôbre os cultivos rotineiros*".

1 — *As franjas podem utilizar-se desde as terras mais planas até às mais abruptas; podem traçar-se fàcilmente e cultivadas mais tarde, em forma muito similar aos cultivos comuns.*
2 — *O tipo de franjas a usar pode determinar-se com grande facilidade, pois a topografia, clima e espécie utilizada como cultivo básico a indica imediatamente.*
3 — *Melhora as condições físicas do solo (estrutura, porosidade, etc.).*
4 — *Permite utilizar com proveito todo o solo.*
5 — *Regula e mantém a quantidade de matéria orgânica, tão útil para os cultivos e o solo.*
6 — *Facilita a oportuna utilização dos princípios nutritivos que se encontram distribuidos a diferentes profundidades.*
7 — *Diminui a possibilidade da ação de tóxicos ou enfermidades.*
8 — *Dificulta o desgaste do solo.*
9 — *Permite controlar, com maior probabilidade, as ervas daninhas e pragas.*
10 — *Melhora a qualidade dos produtos.*
11 — *Permite o máximo aproveitamento do solo com a retenção da fertilidade.*
12 — *Permite uma melhor luta contra a erosão.*
13 — *Quando se constróem curvas de nível, favorece a infiltração superficial.*
14 — *Facilita a supervisão dos campos em linhas definidas, sejam elas rétas ou em contôrnos.*

TERRAÇOS

Do numero do mês de Fevereiro de 1948, do Boletim de Divulgação do D.P.V., Colheitas e Mercados, de S. Paulo, transcrevemos o artigo intitulado "Vantagens dos Terraços":

Um campo terraceado apresenta uma série de vantagens dignas de serem consideradas:

1.º) — A formação de enxurradas é função do comprimento do declive. Quanto mais comprido um declive, maior a possibilidade de se formar caudais e consequentemente maior probabilidade de se erodir o solo. Distribuindo-se os terraços de distância em distância pelos campos cultivados, êles coletam as águas que escorrem, impedindo que se concentrem pelos terrenos. Logo, não haverá erosão.

2.º) — Proporciona o aproveitamento total das terras. Muitos lavradores ignoram que o cultivo se faz mesmo sôbre os diques dos terraços e imaginam que as áreas por êles ocupadas não devem ou não podem ser cultivadas. Engano. O cultivo se faz em toda extensão dos terraços sem a perda de um palmo sequer.

3.º) — Facilita todos os trabalhos de capina e cultivos, porque são feitos em contôrno, paralelamente às linhas dos terraços. Assim os animais e homens não se fatigam com subidas e descidas.

4.º — Dá aos lavradores a possibilidade de arar, gradear e semear em nível, anualmente, e êsses pequenos riscos em contôrno auxiliam a evitar a formação de enxurradas.

5.º — Evitando as enxurradas e erosões, os adubos permanecem no terreno sem arrastamento para os baixados. Em consequência, as lavouras ficarão livres de folhas e soterramentos e proporcionarão um apreciável aumento na produção.

6.º — As plantas apresentam uma germinação e crescimento uniformes. Os terraços retem a umidade para os épocas mais sêcas, estimulando a vegetação e proporcionando um viço permanente às plantas.

7.º — Os terraços quando bem planejados e construidos constituem uma proteção permanente. A sua manutenção não exige mais do que as lavras, quando executadas cuidadosamente.

ESTABILIZAÇÃO DAS VALAS

As valas formadas pelas águas das enxurradas, devem ser enchidas com terra ou em caso de serem muito profundas, estabilizadas. A escolha dos métodos para efetuar êste contrôle depende do estrago sofrido, tipo de solo, forma de cultivo e outros fatores. Muitas valas podem ser fàcilmente enchidas de terra, nivelando o solo agrícola e utilizando cavadeiras mecânicas.

CONSTRUÇÃO DE AÇUDES

Nas fazendas como morros e terras desniveladas, tão comuns em todo o Brasil, e onde o regime pluviométrico acontece em épocas determinadas; guardar as águas das chuvas é de capital importância. As enxurradas que destróem as melhores terras dos vales e erosionam tudo quanto atravessam, podem ser armazenadas em bacias apropriadas, mediante a construção de barragens, taipas, etc. A escavação destas futuras lagôas se fazem em pouco tempo com a utilização dos tratores FERGUSON que levam rebocados a cavadeira mecânica já mencionada.

CÊRCAS EM CONTÔRNO

As cêrcas determinam, limitam e padronizam os cultivos. Quando as cêrcas são recolocadas na virada das linhas de contôrno, elas amparam, defendem e "animam" um permanente sistema de cultivo encarado para levar a cabo o máximo contrôle da erosão que determina as enxurradas e enchentes.

CONCLUSÃO

E' óbvio dizer que o agricultor obterá com lucros a merecida recompensa do fruto de seu trabalho, com os métodos de contrôle das águas da sua fazenda, que êle poz em prática.

Sua terra aumentará a produção.

O valor de sua propriedade é mantido ou acrescentado.

Ele tem obtido um seguro contra as sêcas, quando elas em seus períodos surgirem.

Enxurradas foram mitigadas, diminuindo e retardando o ímpeto das águas enfurecidas. As arêias sedimentadas são reduzidas. O trabalho no contrôle das enchentes será cada vez mais efetivo.

A Navegação será incrementada, devido à diminuição dos depósitos de sedimentos, mantendo uma constância maior no nível das águas, e reduzindo os desastres, que as enchentes ocasionam, nas populações ribeirinhas, nos diques, e todas aquelas instalações, onde as águas correm sem govêrno. As usinas hidro-elétricas e outros transformadores de trabalho, terão reduzido os perigos que representam os aluviões e as enchentes.

Todas aquelas pessoas que se interessam em focalizar as causas das calamitosas enchentes, de calcular as perdas que acarretam, devem voltar seus olhos aos modestos sitios, às hortas, aos pomares, às granjas, às fazendas, onde a pequena enxurrada começa a destruição.

"Tudo tem um princípio".

Agricultores do Brasil, para deter êsse começo é à vós que a Pátria conclama.

N. da R.: A respeito do maquinário utilizado nos diversos tipos de operações, referidos neste trabalho, podem os interessados dirigirem-se diretamente à Varam-Motores S.A., Rua Barão de Itapetininga 273, 3.º andar — *S. Paulo.*

A necessidade de novos rumos para a indústria e o comércio de carne bovina

Lincoln Moraes
Veterinário Zootecnista

Muito se tem falado e escrito sôbre o problema da escassez e do prêço da carne bovina na Capital Federal. Exigem os produtores melhor prêço para o produto, isto é, melhor remuneração para suas atividades. Por sua vez, reclama o consumidor contra a alta dos prêços. Já não mais protesta contra a qualidade do produto.

A situação não é, porém, bem aquela do adágio: "Casa onde não há pão todos gritam e ninguém tem razão".

De fato, ambos têm razão, tanto o consumidor como o produtor. Mas, neste caso, devemos admitir que não há culpados para essa situação?

— Não. Pois entre o produtor e o consumidor estão os grandes e pequenos intermediários, as classes eternamente mais bem aquinhoadas, as que levam a parte do leão, mas, que, todavia, ficam à margem da natural contenda entre aquelas duas

Mas será justo, então, lançar a culpa exclusivamente sôbre os intermediários? Por que podem agir livremente, em detrimento das outras duas classes, sempre as sacrificadas? Não ha, em nosso país, leis nem justiça para os culpados? Pelo contrário, ha leis e até muito bem feitas. E ha justiça, embora seja difícil aplicar as leis e movimentar a justiça, com oportunidade e rapidez.

O fato é que o problema continúa insolúvel, a desafiar a argúcia e o tino administrativo dos governantes, a despeito de bem intencionadas tentativas locais no sentido de contornar as dificuldades naturais das épocas de entre-safra, as quais, porém, si têm, por vezes, como simples paliativos, apresentado resultados passageiros, agravam a questão ou, pelo menos, retardam, cada vez mais, ano após ano, a desejada solução final, de conjunto.

O que é preciso fazer é uma planificação objetiva do problema; o equacionamento deste em bases seguras, de maneira a se poder solucionar, a um só tempo, cada uma das suas faces. E ânimo, coragem e patriotismo para resolvê-lo. Temos tido habilidade para equacionar e resolver outros problemas mais difíceis que êste, mas não menos graves, com ânimo, coragem e patriotismo.

A fartura da carne bovina para o consumo interno e para exportar não depende, como é claro, sòmente do fomento direto às atividades pecuárias.

Fomentar a pecuária de córte não é apenas importar reprodutores de alto prêço e vendê-los pelo custo ou emprestá-los aos criadores; não é simplesmente multiplicar, pela inseminação artificial, a capacidade procriadora dos reprodutores; não é sòmente realizar exposições nacionais, estadoais e regionais de gado; não é ùnicamente defender os rebanhos contra a febre aftosa, a raiva e outraszoonoses; não é só instalar, a manter fazendas experimentais de criação; não é apenas ensinar ao criador a cuidar melhor das pastagens, a melhorar o arraçoamento do gado e a exterminar o carrapato e o berne; não é, finalmente, facilitar e prodigalizar o crédito bancário, de preferência aos criadores de produtos destinados às exposições, de maneira a inflacionar vertiginosamente essa útil atividade.

Fomentar, animar, estimular, incentivar a pecuária de córte é, sobretudo, fazer que o criador, o verdadeiro pecuarista, receba o justo prêço pelo produto do seu trabalho e do capital invertido, cuidando-se, no entanto, que êsse prêço não ultrapasse nunca a capacidade aquisitiva do consumidor.

Fomentar a pecuária, é, tambem, eliminar o maior número possível de intermediários entre o produtor e o consumidor, único meio de se conseguir o equilíbrio desejável do prêço satisfatório a um e outro.

Fomentar a pecuária é, no caso brasileiro, equipar, convenientemente, nossos meios de transporte do produto e seus derivados.

Fomentar a pecuária é, ainda, de certo modo, realizar a substituição radical do nosso vetusto e anti-higiênico sistema de distribuição e venda da carne nas cidades, de maneira a aumentar seu consumo, em consequência do melhor estado sanitário do produto, e a aproveitar totalmente sub-produtos até aqui desperdiçados.

E', também, aparelhar nossos matadouros, frigoríficos ou não, grandes e pe-

quenos, para o aproveitamento integral da matéria prima.

E', igualmente, montar dois ou três grandes matadouros-frigoríficos nacionais, de propriedade do Estado, destinados à função de órgãos controladores dos mercados externo e interno da carne.

E', finalmente, montar grandes armazens frigorificos reguladores nos centros consumidores, afim de conservar o natural excesso do produto da safra anual, para distribuição durante a entre-safra, isto é, acabar, para o consumidor, com a fatalidade das épocas de filas ou de miséria de carne, e, para o produtor, fazer que não mais sinta a diferença, entre o tempo das "casas gordas" e o das "vacas magras".

Como se vê, trata-se de um problema complexo, que o Brasil tem de resolver, com urgência.

Aqui damos nossa modesta opinião a respeito, possivelmente incompleta, mas honesta e entusiástica.

Vamos nos referir sòmente ao transporte e à industrialização da matéria prima — o boi de córte, e à distribuição do seu produto principal — a carne. Não, pròpriamente, à pecuária. Mas, tendo em vista o progresso da pecuária, por ação reflexa.

Não trataremos, em particular, no presente trabalho, da questão da crise atual de carne na Capital Federal, acentuada, desta vez, como no ano passado, paradoxalmente, às vésperas do início da safra. Apenas diremos que, como não se desconhece, além das causas mediatas, apontadas aqui, principalmente a carência absoluta de grandes armazens frigiríficos reguladores da distribuição, nas grandes cidades, ocorrem, no caso, outras causas imediatas, enter as quais a matança considerável mas inconsiderada e ilegal de vacas e vitelos que vem sendo feita, sobretudo, nos matadouros municipais e nas charqueadas, ha alguns anos. Não é de desprezar, também, a atividade de alguns "pecuaristas" que, anualmente, quando os bois estão gordos, e se avizinha a época da safra, pleiteam dos poderes públicos, o aumento do prêço da carne, como medida de salvação da pecuária do Brasil Central. Assim têm sido obtido os aumentos anuais, à custa do consumidor e sem benefício apreciável para o verdadeiro criador que, via de regra, nessa época já dispoz dos seus lotes.

* * *

A localização dos grandes matadouros-frigoríficos nos centros de criação e engorda de bovinos, a montagem de armazens frigorificos reguladores nos grandes centros consumidores e exportadores, a construção de matadouros-frigorificos nacionais e, bem assim, a substituição radical do atual sistema de distribuição e venda da carne nas grandes cidades, constituem medidas da mais alta relevância para a economia nacional. Pode-se, mesmo, afirmar que êsse assunto precisa ser considerado, com urgência, não apenas pelas autoridades a que estão afétos os nossos problemas econômicos e sanitários, mas, também, pelas altas esferas militares, visto que entram em jogo até os supremos interêsses da defesa nacional.

E' um verdadeiro delito econômico, a localização dos grandes matadouros junto aos grandes centros consumidores. Infelizmente, ainda é essa a situação ocorrente no Brasil. Apenas dois matadouros-frigoríficos, o de Barretos, em São Paulo e o de Sant'Ana do Livramento, no Rio Grande do Sul, fazem exceção à regra.

O assunto tem sido bem estudado e planificado, no sentido de ser solucionado por etapas o grave problema. E' de reccarse, entretanto, que as medidas de ordem prática sejam procrastinadas, não tanto pelos órgãos governamentais, mas, a despeito dos seus esforços, pela possível dificuldade de encontrar a desejável compreensão dos nossos grandes industriais e de afastar outros óbices conhecidos.

As vantagens da localização dos grandes matadouros-frigoríficos nos centros de engorda de bovinos são evidentes.

O estado sanitário da carne, tanto para o consumo das grandes cidades brasileiras, como para a exportação, seria extraordináriamente melhorado, visto que sòmente seriam abatidos bovinos descansados e ainda gordos, em ótimas condições de saúde.

Isto não póde, evidentemente, acontecer após o transporte de três, quatro e mais dias por estradas de ferro ou depois de longas e cruentas caminhadas de centenas de quilômetros, durante semanas e até meses, pelas rodovias ou pelas "estradas de boi". Nessas viagens, tanto por trem como a pé, os animais perdem uma boa porcentagem do seu pêso, atingindo, mesmo, até 15 por cento, na ocasião quente do ano. Além disto, ficam estropiados, cheios de equimoses e hematomas e alguns apresentam fraturas, tudo em consequência de quêdas, coices, chifradas e esbarros; sofrem de um mal semelhante ao enjôo que aféta às pessoas nas viagens marítimas ou por ferrovias; sua carne é muito prejudicada em qualidade, como é intuitivo, podendo até ocasionar sérias in-

toxicações alimentares, nos casos em que não tenham os bois o devido e regulamentar descanso de vinte e quatro horas após a chegada ao campo do matadouro e antes do abate; finalmente, é muito avultada a porcentagem de perdas totais, por morte, mesmo nos vagões ferroviários, sendo que, no verão, essa porcentagem ultrapassa de dez por cento.

Os prejuizos causados à economia nacional, em consequência das mortes, rejeições totais e parciais da carne e, ainda, pela perda de peso, montam a centenas de milhões de cruzeiros, anualmente, como é fácil de calcular, sabendo-se que são abatidos, em média, nos grandes matadouros e nas charqueadas, quatro milhões e duzentos mil bovinos (estatística de 1945).

E' de se ter em vista, ainda, o papel que desempenham as boiadas conduzidas a pé e destinadas aos matadouros do Rio e São Paulo, na disseminação de algumas zoonoses infecto-contagiosas, notadamente a febre aftosa, entre os rebanhos leiteiros, em sua maioria situados em regiões mais ou menos próximas dessas duas capitais. O assunto é de tal gravidade que tem merecido atenção especial das autoridades encarregadas da defesa sanitária animal, as quais procuram uma fórmula capaz de enquadrá-lo numa regulamentação exequível.

Por outro lado, póde-se assegurar que a localização adequada daqueles estabelecimentos contribuirá decisivamente para o descongestionamento das nossas estradas de ferro. E elas deixariam de ser eternamente deficitárias, como acontece a quasi todas, com excepção, talvez, de uma ou duas no Estado de São Paulo. E' fácil de esclarecer.

Um vagão de estrada de ferro, série H, vulgarmente denominado "gaiola", transporta apenas 16 a 18 bovinos, em média; um vagão frigorífico póde comportar as carcaças de 70 a 80 rezes, para exportação; e mais de 150 carcaças transformadas em carne empacotada destinada à distribuição nas grandes cidades. Como se verifica, não é apenas uma questão de peso a transportar, mas, sobretudo, de volume ocupado inutilmente, do espaço vital perdido, da lotação roubada a outras utilidades.

A capacidade das nossas principais vias-férreas, destinada ao abastecimento interno e à exportação de carnes, seria, assim, extraordinàriamente aumentada, se transportassem elas sòmente carne refrigerada ou congelada, ao invés de gado vivo, dos centros produtores para os consumidores e exportadores.

Importar, ainda, considerar que os vagões de gado fazem o retorno vazios, por exigência da defesa sanitária animal, devidamente desinfectados. Os centros de engorda de bovinos são todos muito distantes, de maneira que esses carros levam dias e dias para chegar ao Rio de Janeiro, ou a São Paulo; a demora é muito maior no retorno, porque são preteridos pelos vagões carregados, além do tempo empregado na desinfecção. Assim sendo, na realidade, a capacidade média de transporte de um carro "gaiola" não chega a ser de dois bois, por dia!

São, portanto, até muito baratos os fretes cobrados pelo transporte de bovinos vivos. Uma rez é transportada, atualmente, por 118 cruzeiros de Barretos ao Rio, incluidas, além do frete, todas as despesas com taxas, carregamento e descarregamento. As estradas de ferro cobram-se, assim, apenas em parte, do ônus representado pelo retorno do vagão vazio. E não o fazem em proporção, equivalente aos fretes exigidos por outras mercadorias de fácil transporte.

Da localização conveniente dos matadouros adviria, portanto, uma grande sobra de lotação nas estradas de ferro, a qual atenderia às necessidades do transporte de outros gêneros do interior, e vice-versa, o que permitiria, evidentemente, o barateamento dos fretes em geral, e, consequentemente, do custo das mercadorias, inclusive o da própria carne.

Sem artifícios de dialética, antes, pelo contrário, encaminhando o assunto de maneira clara e objetiva, chega-se à conclusão de que o problema, no que diz respeito aos transportes, interessa, de fato, à defesa nacional. Com efeito, é fácil de imaginar o que poderia acontecer, no caso de uma nova conflagração mundial, e numa emergência extrema — próxima ou remota, mas que, infelizmente, não póde ser afastada das cogitações e estudos das autoridades competentes — de desembarques inimigos em nosso litoral, do Rio de Janeiro à Baía, por exemplo. Alijada logo nossa navegação de cabotagem e apesar do papel que pudesse então desempenhar nossa aviação, teriamos de contar, sobretudo, com duas das nossas ferrovias: a Leopoldina e a Central do Brasil. Estas, porém, vivem atravancadas de "gaiolas" de gado destinado aos matadouros de Mendes, Nilópolis, Penha e Santa Cruz, além dos de Niterói, Petrópolis e Três Rios. Isto constituiria sério impecilho ao movimento de tropas e material bélico. Passariam elas a atender, preferencialmente, como

é natural, às necessidades militares. Mas, neste caso, ficaria em falta do seu alimento principal a população da capital do País, isto é, a tão importante "frente interna" das guerras modernas, visto que ainda não nos aparelhamos para receber, ao invés de bois vivos, a totalidade da carne necessária à nossa metrópole, por meios adequados e rápidos.

A racional localização dos matadouros-frigoríficos, o equipamento das nossas estradas de ferro para o transporte de carne frigorificada, a montagem de grandes armazens-frigoríficos nos maiores centros consumidores e a substituição do atual sistema de distribuição e venda dêsse produto nas grandes cidades pelo de carne desossada e empacotada, são medidas que, certamente, muito contribuiriam para o desafôgo do nosso parque ferroviário, numa dessas contingências extremas, tendo-se em vista que uma das vantagens principais da adoção daquelas medidas, é, justamente, o aumento da capacidade de transporte das mesmas, ao lado da economia representada pelo aproveitamento pràticamente total da produção da nossa pecuária de córte.

O transporte da carne destinada ao abastecimento das grandes cidades — Rio, São Paulo, Santos, etc., seria, evidentemente, mais facilitado, de maneira altamente compensadora para as estradas de ferro e para o consumidor, si o produto viesse já desossado e empacotado. A Prefeitura do Distrito Federal realizou, neste sentido, em 1947, interessante e convincente experiência. Facilitou, durante alguns meses, a distribuição, em alguns mercadinhos e caminhões, de cerca de seis toneladas, semanalmente, de carne já inspecionada, cortada, classificada, desossada, empacotada e refrigerada ou congelada, em pequenos blocos de um quilograma. Não houve siquer uma reclamação a respeito da qualidade, do peso ou da classificação dessa carne. O produto era àvidamente procurado nas primeiras horas da manhã.

Além da garantia assegurada ao consumidor, de receber um produto hígido, e da economia de transporte, êsse sistema permite um eficaz contrôle da distribuição das cotas de cada açougue, por dispensar a classificação feita pelo retalhista, facilitando, sobremodo, a ação das autoridades sanitárias e, principalmente, a vexatória fiscalização policial, que o Govêrno foi forçado a estabelecer, em defesa da economia popular, isto é, da maioria da população, que não póde suportar os prêços do "câmbio negro" mais persistente e mais ladino de que se tem conhecimento.

E' bem verdade que o novo sistema, quando instituido, tenderá a generalizar-se ràpidamente, visto que o produto assim acondicionado poderá ser exposto à venda em qualquer mercearia que disponha de instalações frigoríficas, comuns, com evidente risco para a sobrevivência dos açougues que não o queiram adotar ou que insistam em não limitar seus lucros à porcentagem honesta que lhes fôr atribuida pelo tabelamento.

Essa eventualidade nada mais será, pois, que a consequência de uma imposição natural do progresso, em benefício do saneamento material e moral dêsse gênero de comércio.

Existem, porém, outros motivos de maior importância que justificam o máximo empenho que devem ter as autoridades competentes em instituir, com urgência, o novo sistema de distribuição e venda da carne, no Rio e em São Paulo, pelo menos.

Mais de quarenta por cento do bovino retornariam à economia nacional, transformados em alimentos para o próprio gado e excelente adubo orgânico para o enriquecimento das nossas lavouras e pastos. Cêrca de trinta por cento, já incluidos naquela porcentagem, constituidos de ossos (21 por cento), pelancas, ligamentos, aponevroses, etc., ao invés de alimentarem cães vadios nas latas de lixo e servirem de aterro impróprio de lugares baldios, como acontece ainda na Sapucáia, em plena Capital da República, atentando contra as condições sanitárias das cidades, teriam aquele destino mais conveniente e econômico.

E, assim, lavouras e pastagens, que cada vez mais empobrecidas ficarão, em virtude da retirada sem remissão ao sólo da sua proteina e dos seus sais de cálcio e de fósforo, sob a fórma de cereais, legumes, carne, leite, ovos, lã, ossos, etc., teriam uma boa fonte de elementos para a recuperação de sua fertilidade... Isto, evidentemente, na dependência de uma distribuição criteriosa desses alimentos concentrados e dos adubos, sabendo-se que os alimentos do gado retornam em boa porcentagem ao sólo, como resíduos da digestão; e, ainda, si enveredarmos por outra política de recuperação da fertilidade de nossas terras, não deixando que se exporte a maior parte dos nossos resíduos proteinosos, de origem animal ou vegetal, como, infelizmente, ainda acontece em escala capaz de asustar aqueles que se preocupam com tão grave problema.

Com o decorrer dos tempos, si prosseguirmos nêsse sistema arcaico de exploração agro-pecuária, inclusive em relação ao transporte e distribuição dos produtos, com uma política de economia rural vetusta e perniciosa, ou, melhor, sem a adoção, de nenhuma política verdadeiramente agrária, teremos, passadas algumas gerações, conseguido apenas o deserto, pois, como já disse alguém, a terra se vinga daqueles que a desvirginam mas não a fecundam.

Com o integral aproveitamento do bovino, como sucede nos grandes matadouros-frigoríficos de São Paulo e do Rio Grande do Sul, si bem que ainda em parte, porque os ossos também são exportados com as carcaças, o País faria uma economia de algumas centenas de milhões de cruzeiros. A tanto atingem os prejuizos com os desperdícios ocasionados pelos nossos antiquados sistemas de industrialização e distribuição da carne. Aquela economia seria, ainda, extraordinàriamente elevada si fosse possível tornar obrigatório o aproveitamento total em todas as charqueadas e matadouros municipais. E, sabendo-se que são abatidos, anualmente, em média, nos matadouros municipais, dois milhões e quinhentos mil bovinos, é fácil calcular o montante do desfalque sofrido pela economia brasileira com o abandon daquilo que a nossa incúria de gente até bem pouco tempo acostumada à fartura joga fóra, inadvertidamente, para não dizer, delituosamente, de vez que não têm faltado conselhos ajuizados e veementes brados de alerta da parte de alguns economistas e, especialmente, de muitos veterinários brasileiros. O assunto é de tal importância e atualidade que a própria imprensa laica já dêle cuida cotidianamente.

Poderíamos, como se deduz, dispôr fartamente, para o consumo interno e para alguma exportação, de farinhas de carne, de ossos, de sangue, etc., as quais, atualmente, tanta falta fazem aos nossos rebanhos de bovinos, suinos, ovinos e equídeos e, principalmente, à nossa promissora avicultura.

Convém não esquecer, mas, antes, ressaltar que o consumidor, nas grandes cidades, comprando carne empacotada, em invólucros higiênicos, impermeabilizados e até elegantes, como eram os que foram expostos à venda em 1947, no Rio de Janeiro, terá a certeza de que adquire um produto sadio, bem pesado, da categoria especificada no rótulo, não pagando carne de segunda ou terceira, como de primeira e de que não leva para casa, mais do que carne boa, ossos, pelancas, sêbo e contrapesos outros, ainda embrulhados em papel de jornais já lidos . . .

Contra o novo sistema se rebelaram algumas centenas de açougueiros, por motivos òbvios. Mas não devem desanimar as autoridades competentes, visto que o mesmo, além das vantagens comprovadas experimentalmente, permitirá, ademais, à Capital da República, abastecer-se da ótima carne gaúcha, congelada e, quiçá, apenas refrigerada, por via marítima ou, mesmo, aérea, com o que será aberto novo e importante mercado para os produtos do estado sulino, sempre ameaçado de sofrer a concorrência funesta do produto australiano, néo-zelandês e sul-africano, como sóe acontecer, periódicamente, maximé em seguida às grandes guerras, por obra e graça do cartel estrangeiro que maneja, de acôrdo com suas conveniências financeiras, a indústria e o comércio mundiais da carne, ora valorizando-a na América Latina, e desvalorizando-a, concomitantemente, na Oceania e na Africa do Sul, ora agindo em sentido contrário, provocando dessarte e doutras maneiras, a instabilidade do mercado e as crises cíclicas da pecuária de córte, em todo o mundo, mas assegurando a estabilidade e a prosperidade de suas empresas.

E' bem verdade que para êsse grande mal só existe uma terapêutica drástica: a instalação de três ou quatro grandes matadouros-frigoríficos nacionais, junto aos nossos principais centros produtores e de engorda de bovinos e adequadamente dispostos, nas regiões do Centro, Sul e Oeste do País

A aquisição de dois desses estabelecimentos já existentes em São Paulo e no Rio Grande do Sul, aliás, os únicos bem localizados, resultaria na necessidade da instalação de apenas dois, que deveriam situar-se, um em Mato Grosso, à margem da Noroeste do Brasil, em Porto Epitácio, por exemplo, a ser abastecido pelos produtores da zona do Pantanal e outro em Montes Claros ou município servido pela Central do Brasil, naquela região do norte de Minas.

Mas, a despeito de valiosas e honestas opiniões em contrário, esses grandes matadouros devem ser de propriedade do Estado que poderá, quando muito, confiar sua exploração a empresas nacionais, mediante contratos rigorosamente fiscalizados. Só assim poderão ser realmente nacionais, integralmente brasileiros, para que posam servir lealmente aos nossos interesses.

Eis por que devem ser tomadas, oportunamente, cautelas neste sentido, visto não

ser mais admissivel, nos dias atuais, desconhecer alguem o formidável poder de penetração e de aglutinação e o admirável mimetismo do poderoso capital internacional, assim como a ação sub-reptícia e impatriótica dos chamados "testas de ferro"...

Aqueles estabelecimentos, coadjuvados pela rêde de armazens frigoríficos reguladores, seriam verdadeiros órgãos controladores dos mercados interno e externo da carne e seus derivados, seriam o fiel da balança das nossas conveniências, de maneira a se extinguir a velha praxe sempre escudada na mais velha ainda "lei da oferta e da procura", que seria, de fato, verdadeira, se, apesar de ser real ou de poder ser sempre real a "oferta", graças aos esforços dos nossos criadores, não fosse a "procura" hábilmente manobrada por mãos misteriosas e traiçoeiras de poderosos interessados estrangeiros.

Sòmente com a efetivação dessa medida, como complemento sà soluções das já referidas, especialmente a construção de grande armazens frigoríficos reguladores no Rio, em São Paulo e nos portos de Santos e Rio Grande, poderemos, finalmente, não apenas estabilizar mas fazendo progredir satistòriamente a nossa sempre periclitante pecuária de córte, libertando-a dos altos e baixos que, em geral, lhe vêm de fóra, de além-mar; sòmente assim poderemos regularizar o mercado do nosso produto, pedindo ao comprador alienífina o justo preço do mesmo e não lhe implorando, volta e meia, que o compre a qualquer prêço, para evitar a miséria do produtor; sòmente com a adoção dêsse conjunto de medidas, inclusive a referente à modificação do atual sistema de distribuição e venda da carne em nossas grandes cidades, poderemos atender às necessidades do abastecimento interno, sem sacrifício da bolsa, do estômago e da saúde do consumidor brasileiro.

E não há necessidade, neste particular, de procurar conselhos e estímulos, como é de nosso hábito, em terras distantes, onde, é de presumir-se, não os poderemos encontrar leais e desinteressados.

Nossos vizinhos, o Uruguái e a Argentina, cada qual com apenas um matadouro-frigorífico nacional, já estão quasi livres das garras do polvo que também tanto infelicitou a sua pecuária de córte, que hoje prospéra em bases seguras.

A execução das medidas em causa encontrará, muito possívelmente, resistências e esforços obstrucionistas da parte dos grupos interessados na manutenção do "statu-quo" atual. E' fácil de prever, a dificuldade a vencer, inclusive para a aquisição do equipamento indispensável aos matadouros, frigorificos e estradas de ferro.

Mas, um povo que levantou Volta Redonda, para se libertar, em futuro próximo, da condição paradoxal de produtor e exportador de ferro e manganês, mas de importador de aço e de máquinas; que, em breve, conseguirá alimentar os motores dos seus veículos e fábricas, com o petróleo afinal descoberto e extraído de seu sub-sólo; que realiza, ha alguns anos, a maior obra de engenharia sanitária e de profilaxia de todos os tempos — diante da qual fica reduzido a proporções medíocres o tão decantado saneamento dos Lagos Pontinos, na Itália, — salvando da morte e do aniquilamento físico, moral e econômico, resultante da malária, milhões de patrícios nossos e tornando produtivos centenas de milhares de alqueires de terras ubérrimas, antes pantanosas e abandonadas; que está se livrando do estrangeiro, ràpidamente, — e a despeito da descrença generalizada e tão ardilosamente mantida durante decênios, para a obtenção do seu próprio pão, graças à vitoriosa campanha do trigo brasileiro; um povo que realiza tão grandiosos empreendimentos não póde encontrar dificuldades insuperáveis para a solução de um outro problema que, como vimos, tanto interessa à sua independência econômica, à sua saúde e à própria defesa nacional.

ROMEU RAMPAZZO

Muito jovem ainda, vem de falecer, no Estado do Espirito Santo, seu torrão natal, o horticultor Romeu Rampazzo, diplomado pela Escola de Horticultura Wencesláo Bello, e que ocupava, no magistério, o cargo de meu assistente na referida Escola.

Aluno dos mais brilhantes, obteve, quando cursava o curso de Horticultor da Escola de Horticultura Wencesláo Bello, vários prêmios, não só por aplicação como tambem por comportamento, inclusive o prêmio anual do Concurso da Árvore.

Colou gráu em 26 de Novembro de 1942, e, dadas as suas qualidades, foi convidado para trabalhar na própria Escola, como Chefe da Seção de Horticultura.

Mais tarde afastou-se da Escola de Horticultura Wencesláo Bello para trabalhar no Fomento Agrícola do Estado do Espírito Santo.

Em 1946, foi novamente convidado para ocupar o lugar de Chefe da Seção de Horticultura da Escola de Horticultura Wencesláo Bello, e, como bom profissional que havia se revelado, convidado para meu assistente da cadeira de Floricultura.

Em 1947, quando se realizou o 1.º Curso Prático de Hortas Domésticas da Fundação Getúlio Vargas, foi convidado para, sem prejuizo de suas outras funções, ocupar o lugar de meu assistente no referido curso.

Em 1948, o jovem profissional, além de Chefe da Seção de Horticultura da Escola de Horticultura Wencesláo Bello, era meu assistente das cadeiras de Hortalicicultura e de Floricultura e assistente dos Cursos Práticos de Solos e Adubação da Fundação Getúlio Vargas.

Quando, embora moço, já fazia uma brilhante carreira profissional, foi atacado por traiçoeira enfermidade que, em pouco tempo, nos roubou o convívio de um companheiro que tanto estimávamos.

Deixou Romeu Rampazzo nos corpos docente, administrativo e discente da Escola de Horticultura Wencesláo Bello, um largo círculo de amizade, dadas as suas qualidades de bom companheiro de trabalho e bom professor.



Remeu Rampazzo

Como meu assistente e particular amigo, ao registrar em "A Lavoura", o seu falecimento, o faço saudoso do companheiro em quem depositava confiança de que viria a ser um grande nome do magistério da Escola de Horticultura Wencesláo Bello, que o tornara profissional e que para o seu corpo docente o chamara.

Perdeu a Escola de Horticultura um magnífico auxiliar; e perdemos nós, seus amigos, um bom e leal companheiro.

Que Deus vele por êle, que, profundamente católico, sempre viveu como um perfeito cristão.

C. Goulart da Silveira.

Florestas, águas e solos

Pimentel Gomes
Engenheiro Agrônomo

E' do conhecimento de todos que o Pomba, o Pirapetinga e outros rios afluentes ou confluentes do Paraíba do Sul, em Novembro, depois de chuvas torrenciais que duraram vários dias, saíram dos leitos e inundaram violentamente suas várzeas, provocando uma das maiores catástrofes da História do Brasil. Houve cidades e vilas destruidas, com perda de vidas humanas. Deslizamentos de terras das encostas íngremes e agricultadas aumentaram de muito o efeito das águas, além de terem prejudicado o próprio solo. A catástrofe abalou profundamente a nação.

Casos semelhantes, embora em escala muito menor, quanto a prejuizos materiais e pessoais, estão acontecendo todos os anos num ou noutro ponto da área vastissima de nossa Pátria. Há, assim, frequentemente, inundações, erosões, açoreamento de açudes, destruição de obras de artes, etc. Acrescente-se que o regime dos rios, em algumas regiões, nas regiões mais povoadas e devastadas, se torna cada vez mais irergular.

Urgem, assim, medidas que venham melhorar, desde já, tanto quanto possível, uma situação que já não é boa e que se agrava de ano para ano.

Aconselhamos, aqui, algumas das mais interessantes.

Urge Reflorestar

Calcula-se que as florestas devem cobrir 33% das zonas tropicais para terem efeito benéfico sôbre o clima, o regime das águas e a conservação dos solos. As florestas devem espalhar-se com certa regularidade em tôda a região, e não se acumular em determinados trechos mais ou menos longínquos, deixando todo o resto desnudo, ou quase. As florestas exploradas racionalmente não são destruidas, e constituem um excelente emprêgo de capital. Está havendo, todos sabem, grande escassez de lenha e madeiras de lei em zonas extensas do Brasil, pois o grosso, a quase totalidade de nossas florestas se encontra na Amazônia no Vale do Rio Dôce, no oeste do Paraná e Santa Catarina, no noroeste do Rio Grande do Sul, no sul da Bahia e em pequenos trechos esparsos. Essa escassez aumentará, pois a população cresce ràpidamente e o consumo de madeira aumenta numa proporção maior, enquanto nossas reservas exploráveis desaparecem com asustadora rapidez. Há, ainda, a acrescentar as derrubadas absurdas que se continuam fazendo, com a finalidade de alargar as culturas e as pastagens, com uma irreflexão e uma imprevisão que causam lástima, e sem que se leve em conta o Código Florestal.

Urge, portanto, poupar, nas zonas mais povoadas e devastadas, as poucas matas existentes. Ademais, se faz mistér um reflorestamento intenso, trabalhando, para isto, além do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura, os órgãos equivalentes dos Estados, as prefeituras, as companhias de estradas de ferro, os industriais consumidores de madeiras, e os fazendeiros e sitiantes. Reflorestar deve ser uma palavra de ordem no Brasil. Plantar mais, muito mais árvores do que cortam, precisa ser uma preocupação constante de nossos proprietários rurais.

Não é difícil restaurar com certa rapipez as magníficas florestas que já possuimos na zona mais povoada do País. Basta, aos poucos, mas com pertinácia, ir reflorestando as terras baldias que existem por tôda a parte.

Reflorestar é um bom negócio

Mas não se refloresta apenas tendo em vista a conservação do solo, o melhoramento do regime dos rios, das fontes e do clima e o embelezamento da paisagem — embora só isso fosse suficiente para se aconselhar o reflorestamento. Reflorestar é negócio. Reflorestar é um dos melhores emprêgos de capital que se pode fazer, no Brasil, a leste de uma linha imaginária que passe por São Luiz do Maranhão, Goiânia, Campo Grande e Corumbá. E os resultados pecuniários surgem muito mais depressa do que se pensa, e de maneira certa e vultosa.

Determinadas essências, por exemplo, fornecem 300 metros cúbicos de lenha por

hectare, de sete em sete anos; ou 2.500 postes, por hectare, de sete em sete, ou de oito em oito anos. Para a fabricação de pasta de madeira, possuimos essências que podem ser cortadas aos quinze anos. Outras há capazes de produzí-la aos oito anos ,aos sete, e até mesmo aos quatro anos de idade. As madeiras de lei precisam de muito mais tempo que varia com a espécie, as condições ecológicas e o tratamento que lhes dispensarem.

No Brasil, as florestas crescem mais depressa

A ecologia da maior parte do Brasil permite que as árvores cresçam muito mais depressa do que na Suécia, Finlândia, Noruega, Canadá e Estados Unidos — clássicos fornecedores de produtos florestais à maior parte do Mundo. As nossas florestas de araucária, nos planaltos meridionais do País, já aos 15 anos estão fornecendo polpa para a fabricação de papel. Isto pode parecer muito aos nossos apressados fazendeiros e industriais. Não devem, contudo, esquecer, que, no Canadá, um pinheiro leva um século par crescer; na Suécia, outro tanto; na Finlândia, 120 anos, no noroeste da Rússia, uma das grandes regiões madeireiras do mundo, 170 anos. Já vimos que, em sete anos, e até mesmo em menos, em cinco anos, por exemplo, já é possível ter muita lenha, desde que se plantem determinadas essências. Mas algumas árvores, boa produtoras de madeira para compensados, caixas e polpa para papel crescem com admirável rapidez. Gonzaga de Campos, escreve, por exemplo, "que no Hôrto Botânico de Belém, uma sumaumeira mede 22 metros de altura e um metro de diâmetro, e tem apenas 13 anos. As matas de várzea podem refazer-se em cêrca de 20 anos". Ora, a sumaumeira, a maior árvore da Amazônia, fornece madeira branca e muito leve, própria para fabricação de celulose e várias outras finalidades. Na fabricação de celulose, seu rendimento é de 26%. As fibras têm uns 2,9 milimetros de comprimento. Produz uma paina muito valiosa. As sementes dão 18 a 30% de óleo amarelo claro, comestível. Há outras árvores semelhantes, cujas propriedades não devem ser esquecidas pelos industriais e fazendeiros.

Onde reflorestar

Em zonas de população mais ou menos densa, as florestas devem revestir as nascentes dos rios, riachos e regatos, as bacias de abastecimento das fontes, as encostas íngremes, o têrço superior dos morros, as terras pobres. Também é aconselhável plantar árvores ao longo dos cursos dágua, das divisas das fazendas, das cêrcas internas, dos caminhos e estradas, e formando bosques nas pastagens, onde os gados se abriguem dos calores excessivos e dos ventos frios.

Pastos arboréos

Algumas árvores fornecem pastos magníficos, idênticos aos melhores do mundo.

Os pastos arbóreos são utilizados pelos fazendeiros há milhares de anos. Os agrônomos da antiga Roma a êsse se referem ecomiàsticamente. Os agrônomos modernos a êles recorrem sempre com resultados excelentes, graças às suas extraordinárias vantagens. Produzem êles, por exemplo, grande cópia de forragens verdes — 80 a 150 toneladas por hectare — no período mais sêco do ano. Tal contribui para aumentar a quantidade de bovinos por unidade de área, e a produção de leite e carne.

Como reflorestar

O reflorestamento se processa plantando sementes ou mudas de essências florestais.

O reflorestamento com sementes é fácil e barato. Consiste em abrir covas com o compasso de dois metros por dois. Em cada cova enterram-se duas sementes. Posteriormente, quando as mudinhas tiverem, uns dois metros, faz-se um desbaste, deixando apenas uma plantinha — a mais forte em cada cova.

Só as sementes médias e grandes podem ser semeadas diretamente.

Lembremos o pinheiro, a jaqueira, a azeitona, o sabiá...

As sementes pequenas são semeadas em canteiros preparados como os de hortaliça. Cuidados idênticos aos dispensados às hortaliças. Repicagem para caixas, jacázinhos ou torrões, quando tiverem alguns centímetros. Plantação das mudas no lugar definitivo em dias úmidos, com o compasso de dois metros por dois metros.

As sementes e mudas podem ser fornecidas pelo Serviço Florestal do Ministério da Agricultura.

Florestas puras e mixtas

As florestas dizem-se puras quando pelo menos 80% de suas essências perten-

cem a uma única espécie. As florestas são mixtas, nos casos diferentes. As florestas puras têm algumas vantagens. As mixtas apresentam outras vantagens. Aconselhamos florestas mixtas para as encostas íngremes, o têrço superior dos morros, as nascentes dos rios, riachos e regatos e a bacia de abastecimento das fontes. Essas serão formadas pela plantação de umas quatro ou seis espéceis diversas, que costumam aparecer juntas nas florestas naturais da região, ou serão determinadas por técnicos.

As capinas são indispensáveis nos dois ou três primeiros anos.

E' possivel, muitas vezes, fazer, no primeiro ou no primeiro e no segundo anos, culturas consorciadas, para baratear o reflorestamento.

Quando possível, o solo deve ser preparado prèviamente.

Enriquecimento das matas

As matas naturais, quando exploradas, vão, aos poucos, perdendo todos os seus lenhos de valor. Convém enriquecê-la com espécies nobres.

Abrem-se de 10 em 10, ou de 15 em 15 metros, faixas com uns três a quatro metros de largura, pela roçagem da vegetação existente.

Plantam-se mudas de essências de valôr, de dois em dois metros. Tomam-se os cuidados de roçagem e capina indispensáveis ao rápido crescimento da muda, durante uns três a quatro anos.

Plantam-se mudas de boas essências, nas clareiras.

Lavouras nas encostas

As encostas, de preferência, devem ser florestadas ou reflorestadas.

Quando se faz mistér cultivá-las, é indispensável usar métodos que permitam a conservação do solo. Para isto se fazem culturas em faixa, em curva de nível ou em terraços.

O Ministério da Agricultura dará instruções detalhadas aos que as solicitarem.





Primeira mesa redonda da conservação do solo

O professor Geraldo Goulart da Silveira, da Diretoria Técnica da Sociedade Nacional de Agricultura, ao encaminhar ao Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura em completo dossier sôbre a Primeira Mesa Redonda da Conservação do Solo, enviou, também, o seguinte ofício:

"Tendo sido designado por V. S., para como delegado da Sociedade Nacional de Agricultura, conjuntamente com os colegas Alberto Ravache e Kurt Repsold, tomar parte na Primeira Mesa Redonda da Conservação do Solo, promovida pela Sociedade Rural Brasileira, partí, via aérea, para o Estado de S. Paulo, no dia 18 do corrente.

Em chegando ao Estado de S. Paulo, imediatamente compareci à Sociedade Rural Brasileira onde fui condignamente recebido em um ambiente de cordialidade e entusiasmo.

Neste primeiro dia de estadia em S. Paulo me foi dado conhecer tôda a organisação da Sociedade Rural Brasileira, o seu Instituto de Economia Rural, e os seus Departamentos Especializados, como por exemplo o Serviço de Assistência Social.

Através de palestras com o Dr. Raul de Medeiros, Presidente da Sociedade, Dr. Helio Schlittler Silva, Secretário Técnico do Instituto de Economia Rural, Dr. Olhôa Cintra, Secretário Geral e outros elementos da Sociedade Rural Brasileira, me foi dado conhecer, em seus detalhes, os trabalhos da Primeira Mesa Redonda da Conservação do Solo, resultante do memoravel discurso pronunciado em Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro, por Sua Excelência o Senhor Presidente da República.

Ainda no dia 18 travei relações com colegas da Secretaria de Agricultura do Estado de S. Paulo, especialmente os do Instituto Agronômico de Campinas e do Serviço de Combate a Erosão, Irrigação e Drenagem, além de numerosos representantes de associações rurais, que já haviam chegado à S. Paulo.

No dia 19, como delegado da Sociedade Nacional de Agricultura tomei parte na primeira reunião preparatória do conclave onde, por proposta minha, a vossa tese foi incluida na VII Comissão Técnica, e a minha, na VI Comissão Técnica.

No mesmo dia, procedente do Rio, chegou o colega Alberto Ravache, que, depois de uma demorada visita à Sociedade Rural Brasileira, como nosso delegado, visitou comingo o Serviço de Fomento Agrícola Federal.



Aspéto da Sessão do dia 22, quando falava o Dr. Alberto Ravache, delegado da Sociedade Nacional de Agricultura.

Dia, 20, pela manhã, após ter estado na Sociedade Rural Brasileira, o colega Ravache e eu estivemos, com outras representantes da Sociedade Rural Brasileira, em visita a comitiva do Exmo. Snr. Ministro da Agricultura e, mais tarde, com a mesma comitiva, visitámos o Serviço de Combate à Broca do Café.

No período da tarde assistimos à benção do pavilhão da Sociedade Rural Brasileira e, logo após, a sessão solene de inau-

guração da Primeira Mesa Redonda de Conservação do Solo, sob a presidência do Dr. Daniel de Carvalho.

Após a cerimônia, com a comitiva do Ministro da Agricultura, com numerosos Secretários de Estado e Chefes de Delegações, estivemos em visita à F.A R.E.S.P.

No dia 21 fui eleito membro da VI Comissão, para onde havia sido remetida a minha tese sôbre "Orientação e instrução dos agricultores a respeito da conservação de fertilidade do solo".



Sessão de encerramento: Fala o Prof. Gastão Goulart da Silveira, representante da Sociedade Nacional de Apicultura.

Nesta reunião, a pedido do Dr. Cory Gomes de Amorim, Presidente da comissão, tive a oportunidade de ler, para conhecimento dos colegas, a minha tese que, foi entregue ao Dr. Moacyr Pavageau, da Delegação do Estado do Rio.

O colega Alberto Ravache, ficou acompanhando os trabalhos da VII Comissão, para onde havia sido remetida vossa tese sôbre "A conservação da fertilidade do solo como uma medida básica de defesa nacional".

Do dia 20 até o dia 25, o nosso trabalho na Sociedade Rural Brasileira foi muito intenso, pois tinhamos, diáriamente:

a) — reunião das Comissões Técnicas das 8.00 às 12.00 horas;

b) — sessão plenária das 14.30 às 18.00 horas;

c) — sessão plenária às 20.30, que terminava, quasi sempre, às 24 horas.

Nos intervalos das reuniões procuravamos sempre, estar em contacto com as delegações das sociedades rurais, afim de trocarmos idéias sôbre os seus problemas.

No dia 21, a convite do Dr. Iris Meimberg, estivemos em uma reunião, às 17.00 horas na F.A.R.E.S.P., onde estavam presentes vários Secretários de Agricultura, chefes de delegações de Associações Rurais, etc.

Nesta ocasião, o colega Alberto Ravache teve ocasião de falar em nome da Sociedade Nacional de Agricultura.

Na terceira sessão plenária realizada no dia 22 à noite, foi levada à plenário a tese de vossa autoria intitulada "A conservação da fertilidade do solo como uma medida básica de defesa da agricultura brasileira", que, com parecer favorável do relator, Snr. Francisco Grohmamm, foi unanimemente aprovada.

Coube ao colega Ravache, defender a vossa tese no plenário.

Na mesma sessão, foi submetida ao plenário a minha tese sôbre "Orientação e instrução dos agricultores a respeito da fertilidade do solo", que, com parecer favoravel do relator, Dr. Moacyr Pavageau, foi unanimemente aprovada.

Coube-me, como membro da VI Comissão Técnica, relatar a tese "A necessidade do ensino em face da conservação do solo, dos agrônomos Laerte Ramos de Moura e Abramides Neto" que, com meu parecer favoravel foi unanimemente aprovada pelo plenário, na 5.ª sessão, realizada à noite, no dia 23.

No dia 24, pela manhã, via aérea, voltou para o Rio o colega Alberto Ravache, permanecendo eu, até o final dos trabalhos, representando a Sociedade Nacional de Agricultura.

A Primeira Mesa Redonda da Conservação do Solo despertou grande interêsse em todo o país.

O número de adesões ao conclave atingiu um total de cento e sessenta e quatro, entre elas a do Governador do Estado de S. Paulo, três Ministros de Estado, dezenove Secretário de Estado, oito do Congresso Federal, doze de Câmaras Legislativas Estadual e Municipais, autoridades eclesiásticas,

Prefeituras Municipais, Entidades Científicas, Associações de Classe, etc.

Durante a Primeira Mesa Redonda da Conservação do Solo foram aprsentadas e estudadas sessenta e oito teses, onze indicações e onze comunicações, o que é um índice expressivo do interêsse que a mesma despertou.

Através da documntação anexa, poderá V. S. analizar melhor o que foi a Primeira Mesa Redonda da Conservação do Solo, promovida pela Sociedade Rural Brasileira.

E' digno de assinalar a valiosa cooperação do Dr. Alberto Prado Guimarães que tudo facilitou para que os delegados à Sociedade Rural Brasileira não encontrassem dificuldades e do Dr. Raul Medeiros, que igualmente, muito se interessou pelos delegados da Sociedade Nacional de Agricultura.

Dia 26, terminados todos os trabalhos, realizou-se a sessão solene de encerramento, durante a qual, como único delegado da Sociedade Nacional d Agricultura presente a mesma, fiz um discurso, cuja cópia encontra-se anexa ao presente relatório.

Dia 27, nada mais havendo a tratar em S. Paulo, embarquei, via aérea, para o Rio.

Agradecendo à V. S. a honrosa incumbência que me foi confiada, e que procurei desempenhar tendo em vista os elevados objetivos da Sociedade Nacional de Agricultura, aproveito o ensejo para reiterar os protestos da mais elevada consideração e aprêço.

Geraldo Goulart da Silveira
(da Diretoria Técnica da Sociedade Nacional de Agricultura).

Transcrevemos, a seguir, o discurso que o mesmo proferiu na Sessão Solene de encerramento da Primeira Mesa Redonda da Conservação do Solo, em época oportuna convocada pela Sociedade Rural Brasileira, tendo em vista o memorável discurso pronunciado por Sua Excia. o Snr. General Eurico Gaspar Dutra, Presidente da República, no Município de Itaperuna, no Estado do Rio.

Discurso pronunciado pelo Engenheiro Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira, em nome da Sociedade Nacional de Agricultura, na Sessão de Encerramento da Primeira Mesa Redonda da Conservação do Solo.

Exmo. Snr. Representante do Governador do Estado.

Exmo. Snr. Secretário da Agricultura.

Snr. Presidente da Sociedade Rural Brasileira.

Minhas Senhoras,

Meus Senhores.

Seja-se permitido, no momento em que, com tanto brilho encerram-se os trabalhos da Primeira Mesa Redonda da Conservação do Solo convocada pela Sociedade Rural Brasileira, dizer algumas palavras em nome da Sociedade Nacional de Agricultura, aqui representada por uma delegação de elementos da sua diretoria, da qual tenho a honra de fazer parte.

A Sociedade Nacional de Agricultura que há mais de cincoenta anos vem trabalhando com todo o interêsse e carinho pela agricultura nacional, e, com todo empenho, tem procurado defender os legítimos interêsses dos agricultutores, não podia deixar de acudir ao apêlo de sua congênere — Sociedade Rural Brasileira — que, em seus trinta e dois anos de fecunda existência, já conta com um grande acêrvo de assinalados serviços prestados à lavoura nacional.

Aqui comparecemos, Senhor Presidente, para emprestarmos a nossa colaboração à Sociedade Rural Brasileira que, com esta Primeira Mesa Redonda de Conservação do Solo, procurou focalizar um dos mais palpitantes problemas da agricultura nacional.

Motivos imperiosos impediram que o Dr. Arthur Torres Filho, Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, aqui comparecesse, como era de seu desejo, chefiando a delegação que houve por bem designar para representar a nossa associação de classe nos trabalhos que ora, com tanto êxito, se encerram.

Embora ausente, tem o Dr. Torres Filho acompanhado com vivo interêsse, como lhe é peculiar, todos os trabalhos da Primeira Mesa Redonda da Conservação do Solo.

Muito feliz e oportuna, Senhor Presidente, foi a convocação da Sociedade Rural Brasileira para que nesta memoravel reunião, acudindo à uma advertência do Exmo. Snr. Presidente da República em seu discurso de Itaperuna, técnicos e agricultores estudassem e debatessem em seus múltiplos e variados aspectos, os problemas relacionados com a conservação do solo.

Que em tão poucos dias muito se tra-

balhou, atesta o elevado número de teses e comunicações que, convenientementes estudadas e analisadas no seio das Comissões Técnicas, foram amplamente debatidas no plenário, em um magnífico ambiente de cordialidade e elevados objetivos.

Dos estudos e debates havidos, resultaram, sem dúvida, conclusões do mais elevado interêsse para o pais.

E' preciso que os nossos agricultores, através de suas prestigiosas associações de classe, não só estudem os problemas que de perto lhe dizem respeito, e façam chegar aos poderes competentes as suas justas reinvidicações, como tambem, colaborem com esses mesmos poderes nos estudos dos problemas nacionais, como com grande brilhantismo, vem de fazer a Sociedade Rural Brasileira, com esta Primeira Mesa Redonda da Conservação do Solo.

A Socidade Nacional de Agricultura tem trabalhado, também, nêsse sentido, e bem sabe as dificuldades que se apresentam para a realização de tão interessantes reuniões.

Através de congressos, conferências, reuniões, etc., tem ela debatido e estudado os problemas de nossa agricultura, e emprestado a sua colaboração para levar aos poderes públicos, o pensamento da lavoura, as suas reinvidicações, os seus ânseios

O ambiente de entusiasmo, idealismo, bôa vontade e brasilidade que aqui reinou, é bem o atestado do quanto de útil e proficuo pode conseguir a classe agrícola através de reuniões como esta, em que técnicos e agricultores, irmanados nos mesmos objetivos, juntos trabalharam.

Está, pois, de parabens, a Sociedade Rural Brasileira.

A Primeira Mesa Redonda da Conservação do Solo, em tão bôa hora convocada, decorrente do grito de alerta do Exmo. Snr. Presidente da República, alcançou indiscutivel êxito.

Eu me congratulo, portanto, Senhor Presidente, com a Sociedade Rural Brasileira e formulo votos para que, dos estudos e recomendações da Primeira Mesa Redonda da Conservação do Solo, estudos e recomendações que tão bem focalizaram um problema de indiscutivel oportunidade e relevância, resultem melhores dias para a agricultura nacional, agricultura pujante de possibilidades, agricultura que garante a nossa subsistência, agricultura que abastece grande parte de nossas indústrias, agricultura que foi e ainda é o alicerce econômico do Brasil.

Alguns subsídios para a história do cooperativismo no Brasil. A secção de Crédito Agrícola do Fomento Agrícola Federal

por **Fábio Luz Filho**

Quando o Ministério da Agricultura baixou, em 192', a lei 17.339, de junho, regulando a fiscalização dos bancos Luzzitti e caixas Raiffeisen, e, seis meses depois, assumi, por designação do **Dr. Artur Torres Filho,** a chefia da Secção de Crédito Agrícola, ponto de partida da reação que salvou o cooperativismo no Brasil, o panorama cooperativista era sombrio. Limitava-se o seu campo a falsos bancos populares cooperativos e a caixas rurais, Raiffeisen, doutrinàriamente menos desajustadas dos sãos princípios, embora, no geral, nitidamente confessionais. Fôra disso, uma ou outra cooperativa de consumo, sobrelevando-se a tôdas a de Santa Maria, como é sabido.

Pessôas pouco sinceras, com apôio em políticos influentes, principalmente nos Estados do Rio e do Norte (Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, etc.), dirigiam êsse movimento de deturpação. Nossa luta foi àrdua. Ao lado de livros que ocm sacrifício editávamos, íamos divulgando oficialmente milhares de folhetos, instruções com estatutos, formulários, etc., organizando, assim, eu, o **Dr. Saturnino Brito** e o **Dr. Adolfo Gredilha,** apoiados pelo **Dr. Artur Torres Filho,** a resistência, que culminou na negação de registos aos falsos bancos populares e a numerosas caixas rurais, e na revogação da lei 1.637, com a consequente promulgação da lei n.º 22.239, de 19 de dezembro de 1932, fruto dos esforços e dos conhecimentos especializados dos técnicos da Secção de Crédito Agrícola, e hoje substituída pelo decreto-lei 5.893, na gestão do **Dr. José Arruda de Albuquerque,** digno e operoso diretor do **Serviço de Economia Rural.**

As Inspetorias Agrícolas, sob a douta direção do Sr. **Artur Torres Filho,** foram sendo paulatinamente, por nós, daquela Secção, (fundada em 1926), orientadas quanto ao verdadeiro aspecto doutrinário do cooperativismo, deformado por falsos prégadores.

Dos Estados do Norte, a Paraíba, que tivera no Dr. **Diógenes Caldas** um dos paladinos do movimento lídimo das caixas Raiffeisen, logo seguiu a verdadeira orientação da Secção de Crédito Agrícola; Pernambuco, então um deserto cooperativista, teve no **Dr. Raimundo Fernandes e Silva,** um esforçado propugnador da legítima orientação, infelizmente sem a repercussão, merecida, de vez que o desconhecimento dos verdadeiros princípios, como nos demais Estados, acobertava essa campanha de demolição e resistência pela inércia. Alagôas teve nos **Drs. Evaristo Leitão** e **João Palmeira,** organizadores sinecros, enter outros fiéis seguidores da nova e lídima orientação. Outros Estados foram trilhando a mesma senda, surgindo aos poucos os atuais Departamentos, com suas credenciais e suas realizações. Mas, foi no Rio Grande do Sul que a campanha da Secção de Crédito Agricola encontrou clima mais propício, notadamente para as primeiras e verdadeiras cooperativas agrícolas de transformação e venda do Brasil, alicerçadas em fundamentos sólidos.

Servindo com o **Dr. Luiz Gomes de Freitas,** operoso chefe da Inspetoria Agrícola no Rio Grande do Sul, teve o **Dr. Paulo Monteiro de Barros,** o mérito, que ninguém lhe póde negar, de, após o interregno de estagnação que se seguiu à propaganda Padernó (1911), fazer ressurgir, reestruturado, em 1929, o cooperativismo agrícola de transferências no Rio Grande do Sul, dentro da orientação da Secção de Crédito Agrícola, que, mais tarde, se consubstanciou na lei 22 239, que firmou princípios basilares da teoria cooperativa e antepôs um dique definitivo à deturpação.

Em 1929, surgiu em Forqueta a primeira pura cooperativa agrícola de transformação do Brasil (cooperativa vitivínicola), como, ao influxo da propaganda da Secção que u dirigia, foi fundada em 1931, em São Paulo (Cruzeiro), a primeira de lacticínios do Brasil em moldes verdadeiros, então, considerada a melhor usina de S. Paulo. Minhas visitas a Cruzeiro, e meu livro "Cooperativas Escolares", possibilitaram a fundação, em 1933, da primeira cooperativa escolar do Brasil, nessa mesma cidade.

Outras cooperativas se sucederam no Rio Grande do Sul.

Ao percorrer êste grande Estado em 1936, tive oportunidade de aquilatar da extensão da obra realizada.

O Rio Grande do Sul, então se avantajava sôbre todo sos Estados do Brasil, constituindo o seu maior campo experimental no gênero, dada a multiplicidade de formas nêsse grande Estado surgidas (até cooperativas de navegação), um dos vanguadeiros que se tornou do movimento, que, anos depois, atingiu outros Estados. Já era êle pioneiro e campeão do cooperativismo de crédito (1902). Para se ter idéia do vulto da obra realizada pela **Secção de Crédito Agrícola**, com, apenas, três funcionários extranumerários, e apôio da Inspetoria Agrícola, basta atentar no ambiente de lutas sem tréguas que então existia, nêsse Estado, entre sindicatos de capitalismo e cooperativas vitivinícolas, e o aspéto político que na época essas causas revestiam.

A **Secção de Crédito Agrícola** espalhava a idéia pelo Barsil a mancheias, numa abnegação de apostolado, na primeira tentativa séria de vitalizar um dos aspectos fundamentais de nossa economia rural.

O pequeno mais perseverante grupo inicial atacou, num terreno prático de realizações, um dos mais delicados e decisivos setores da economia rural brasileira. E sofrendo, ironias, motejos, e chacotas... Vivíamos, então, insulados no nosso idealismo e patriótico esfôrço, tendo apenas o apôio reconfortante de um **Artur Torres Filho** e de um **Luciano Pereira.**

Eramos todos considerados como visionários e quase como idiotas ou esmaniados. Até na própria Escola Superior de Agricultura professores de economia bulhavam conosco...

Nessa atmosfera mantivemos nossa impertérrita tenacidade. E o cooperativismo venceu, e a ex-Secção de Crédito Agricola (1925), trabalhosa, idealista e insulada em meio à indiferença geral, cresceu, agigantou-se, sendo hoje o que é: o **Serviço de Economia Rural**, terceira etapa final de sucessivas transformações.

Consultas e Informações

Engenheiro Agrônomo
Geraldo Goulart da Silveira
Consultor Técnico de "A Lavoura"

O abacaxizeiro e sua propagação

Esclarecendo à um nosso consócio do Estado de Minas Gerais, tenho a informar que, normalmente, o abacaxizeiro é propagado por meio de rebentos (mudas formadas em torno dos próprios pés de abacaxizeiros), ou, por meio de filhotes, (os filhotes formam-se na base do pedúnculo). Si bem que não sejam utilizados por não apresentarem vantagens, a multiplicação por meio da coróa de folhas e a multiplicação por meio de fragmentos do pedúnculo, tambem são viáveis.

Cursos de Botânica Agrícola

Respondendo ao Snr. J. P., do Distrito Federal, temos a informar que no corrente ano, da mesma forma que no ano anterior, serão realizados na Escola de Horticultura Wenceslau Belo em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas, cursos práticos de Botânica Agrícola. Os cursos serão realizados pela manhã, aos domingos, na referida Escola, situada no Caminho Maria Angú, 480, Penha.

Arados de aiveca fixa

Respondendo ao Snr. J. C., nosso consórcio do Estado do Espirito Santo, temos a informar que o arado de aiveca fixa, não se presta para arar terrenos um tanto inclinados, como os do consulente.

Conservação de flôres

Respondendo à Snra. J. C., do Distrito Federal, temos a informar que são comumente recomendados para a conservação de flôres, vários processos, e, entre êles, os seguintes:

a) mergulhar as flôres em uma solução de sal de amoniaco, em água, na proporção de um litro de água para cinco gramas de sal de amoniaco.

b) mergulhar o pedúnculo em água com uma aspirina.

Clima e solo para a mangueira

Esclarecendo à um nosos consórcio da Bahia, temos a informar que a mangueira é uma fruteira tropical que se desenvolve bem no Brasil, especialmente no nordeste, onde encontra condições ideais par a sua cultura.

A mangueira prefere os terrenos secos e permeáveis, de natureza silico-argilosa, contendo uma porcentagem razoavel de humus.

Nos terrenos frios e húmidos, não é viavel a sua cultura em condições econômicas.

Novos Cursos Práticos

Respondendo à Snra. V. S., do Distrito Federal, temos a informar que serão realizados na Escola de Horticultura Wenceslau Belo, no período de abril a junho de 1949, em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas, os seguintes Cursos Práticos: Jardinocultura, Reflorestamento, Cultura de Raizes e Tubérculos Hortícolas, Estatistica Agricola, Multiplicação Vegetal, Restauração de Pomares, Cálculos e Medidas Agrárias, Melhoramento do Solo, e Organização de Museus Escolares. Todos os cursos são inteiramente gratúitos.

Conservação do solo

Vem de ser realizada em S. Paulo, promovida pela Sociedade Rural Brasileira, a Primeira Mesa Redonda da Conservação do Solo, que obteve completo êxito, conforme atesta o elevado número de teses aprovadas, todas elas de elevado alcance e interêsse.

A Sociedade Nacional de Agricultura fez-se representar, na referida Mesa Redonda por uma delegação de três técnicos e apresentou duas teses, uma de autoria de seu Presidente, Dr. Arthur Torres Filho, e outra do Professor Geraldo Goulart da Silveira, ambas aprovadas por unanimidade.

Sociedade Nacional de Agricultura

Ata da Assembléia Geral Ordinária realizada em 24 de Março de 1949, sab a presidencia do sr. Alberto Ravache

Aos vinte e quatro dias do mês de março de mil novecentos e quarenta e nove, às 17 horas, no salão de sessões da Sociedade Nacional de Agricultura, à Avenida Franklin Roosevelt N.º 115, 6.º andar, presentes os senhores sócios constantes do livro de presença, o Sr. Antônio de Arruda Câmara, 3.º Vice-Presidente, na ausência, por doente, do presidente Dr. Artur Torres Filho, abriu os trabalhos. Disse que assim o fazia na ausência, também, do Dr. Luiz Simões Lopes, 1.º Vice-Presidente, atualmente nos Estados Unidos, e do Sr. Edgard Teixeira Leite, 2.º Vice-Presidente, que ainda não havia chegado, e explica os fins da assembléia. De acôrdo com os Estatutos, pediu aos presentes a indicação de um presidente para os trabalhos. O Prof. Geraldo Goulart da Silveira indica o sócio Sr. Alberto Ravache, aclamado por uma salva de palmas. Este assume a presidência e convida para secretários os Srs. Goulart da Silveira e Ben-Hur Ferreira Raposo, mandando que o primeiro procedesse à leitura da ata da sessão anterior. O Sr. Goulart propõe que se dispense a leitura dêsse documento, já do conhecimento da grande maioria, a fim de poupar tempo. O Sr. Presidente submete a discussão a proposta e em seguida a votos, esclarecendo que a aprovação importaria em admitir a casa pleno conhecimento da dita ata. A proposta é aprovada por unanimidade.

Tem a palavra o Sr. Arruda Câmara que, em nome do presidente, Sr. Artur Torres Filho, procede à leitura do relatório referente ao período administrativo de 1947-1948. E' um documento, embora sintético na sua forma, bastante longo, suscitando entre os presentes os seus vários capítulos o maior interêsse, e está vasado nos seguintes têrmos:

"Relatório apresentado à Assembléia Geral de Sócios da Sociedade Nacional de Agricultura, relativo ao biênio 1947-1948.

Prezados consócios,

Obediente a preceito estatutário, dou-vos conta, sucintamente, da atividade da nossa instituição no ano de 1947-1948, atividade essa que, silenciosa às vêzes, muito resultado, contudo, trouxe à nossa classe agrícola.

Procuramos, nesse espaço de tempo, manter sempre altos os desígnios desta Casa, e seguir a sua tradicional política de amparo à agricultura, em franca e leal cooperação com os poderes públicos. Por outro lado, o programa de atividade a que poderíamos chamar de interna, ou administrativa, ocupou boa parte do tempo do Presidente, sempre apoiado e coadjuvado pelos companheiros de Diretoria. Aqui deixo, desde logo, o meu melhor agradecimento a êsses consócios, cuja cooperação muito contribuiu para que a Diretoria alcançasse os melhores resultados nos seus trabalhos.

Falecimentos

Durante o biênio, registou a Diretoria o falecimento de um dedicado amigo e colaborador, o Dr. Hilário Luiz Leitão, membro da Diretoria Técnica, tendo a Sociedade lhe prestado tôdas às homenagens a que fazia jús a sua apreciável soma de serviços à Sociedade e à agricultura.

Também os antigos consócios, Sr. Frederico Ferreira Lima e Antônio Carlos Simoens da Silva, faleceram em 1948, o que deixamos registado, com o nosso pezar.

Cinquentenário da Sociedade

A 16 de janeiro de 1947, comemorou a Sociedade o seu 50.º aniversário de fundação. Uma comissão foi organizada para elaborar o projeto de comemorações, dêle resultando a cunhagem de u'a medalha (em ouro, prata e bronze), e a publicação de um número especial de "A Lavoura", com 142 páginas. Acha-se em execução o índice alfabético dos 50 anos dessa revista, trabalho de que foi encarregado o redator-secretário da mesma, Sr. Luiz Marques Poliano, que ainda não o pôde terminar.

Organização das classes rurais

Tem funcionado regularmente, na Sociedade, a comissão incumbida de pôr em prática a organização das classes rurais, prevista no Decreto-lei N.º 8.127, de 24 de outubro de 1945. Essa comissão, como se sabe, é composta do Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura; do Dr. Oscar Daudt Filho, Presidente da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul; do Dr. Iris Meinberg, Presidente da Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo; do Dr. Antônio de Arruda Câmara, representante do Ministério da Agricultura e do representante da Sociedade Mineira de Agricultura, tendo como secretário ao Sr. Luiz Marques Poliano, funcionário do Ministério da Educação, posto à disposição do da Agricultura para êsse fim. A presidência tem mantido permanente contacto com os demais membros, sediados nos Estados, tendo, mesmo, realizado algumas reuniões, como aconteceu recentemente, quando solicitado pelo Sr. Ministro da Agricultura para opinar sôbre as sugestões de entidade estadual quanto à reforma do Decreto-lei N.º 8.127. A maioria, presente, foi pela manutenção da lei, como está redigida, devendo qualquer reforma basear-se numa experiência maior do Decreto-lei. O Ministério da Agricultura, pelo Serviço de Economia Rural, publicou em 1947 um utilíssimo folheto contendo não somente aquele decreto e o respectivo regulamento,

como o organograma e modelos de atos de fundação e mais esclarecimentos necessários à fundação das instituições previstas no referido diploma. Esgotado esse folheto, procurou a Sociedade dar a sua colaboração, e fez publicar, no ano passado, sob o título "Organização Rural", com uma tiragem de 3.000 exemplares, um opúsculo tratando do assunto, inclusive esclarecendo os nossos meios rurais sobre os objetivos do decreto-lei N. 8.127. A distribuição foi largamente feita mas se nos afigura necessário uma 2.ª edição do folheto organizado pelo Serviço de Economia Rural, sendo, mesmo, de sugerir que, pela sua utilidade, seja essa publicação custeada pela própria Sociedade. O movimento continua e já se pode afirmar que os intuitos da Sociedade, ao encabeçá-lo, já estão atingidos. Nada menos de 7 federações estaduais já estão funcionando no país e centenas de associações, dos vários tipos previstos na lei, se organizaram e atuam, sob registo no Ministério da Agricultura. Vários Estados, como Goiás, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Paraná, estão em condições de fundarem as respectivas federações. E' por desejar que a Confederação Rural Brasileira surja como **força nacional** que ainda não foi a mesma fundada. Esse evento deverá efetivar-se no correr do presente ano. Releva notar que não tem sido poucas as despesas que a Sociedade tem feito para os resultados já alcançados, pois é na sua sede que se acha instalada a Comissão que preside esse movimento de redenção da nossa vida rural.

Federação das Associações Rurais do Distrito Federal

Dispõe o art. 15 do decreto-lei n. 8.127, de 24 de outubro de 1945, que "A Sociedade Nacional de Agricultura, por ser a instituição rural mais antiga, com ação em todo o país, terá na assembléia geral da Confederação Rural Brasileira 2 representantes, **cabendo-lhe, ainda, a representação como órgão federativo do Distrito Federal.**

Em virtude dessa faculdade, houve por bem o Ministério da Agricultura investir a nossa Sociedade das funções e prerrogativas de Federação das Associações Rurais do Distrito Federal, sendo-lhe, por isso, "outorgados todos os direitos estabelecidos na lei que dispõe sobre a organização da vida rural brasileira". Está a Sociedade movimentando os meios agrícolas da Capital no sentido de fundar associações locais, sem embargo do aproveitamento e adaptação de outras, já

FUNDAÇÃO DOS MUNICÍPIOS



Reunião convocada e presidida pelo Ministro da Justiça, Dr. Adroaldo Mesquita da Costa, composta de representantes de associações da classe, dentre elas a Sociedade Nacional de Agricultura, nos dias 7, 9, 11 de fevereiro, afim de estudar o ante-projeto de estatutos da "Fundação dos Municípios", órgão esse destinado à "revitalização dos municípios brasileiros". Essa organização vem merecendo, pela sua estruturação e elevados objetivos, os mais francos aplausos.

existentes, algumas com longo passado de serviços à causa da agricultura do Distrito Federal.

Reforma agrária

A Sociedade, tendo estudado o projeto de reforma agrária do então Deputado Nestor Duarte, submetido à Câmara dos Deputados, e tendo discordado do mesmo em muitos pontos resolveu fazer publicar um folheto sôbre o título acima no qual incorporou não só a sua opinião, mas também a de diretores, associados e estudiosos da matéria, com o fim de alertar os interessados, propiciando assim um exame mais detido da importante matéria. Êsse folheto, que alcançou a tiragem de 5.000 exemplares, foi distribuído nos municípios, associações rurais, aos órgãos da imprensa, aos sócios e a todos quantos o solicitaram. Felizmente, o projeto foi abandonado. A sua adoção, com as linhas que o norteavam, viria trazer as mais graves consequências à economia rural do país.

Convênio comercial com o Chile

A Sociedade debateu, em tempo, o convênio de cooperação assinado com o Chile. Nesse convênio, o Brasil se obrigava a, pelo espaço de três anos, não estabelecer usina ou usinas de fabricação de fertilizantes nitrogenosos sinteticos. Além disso se comprometia ainda nosso govêrno a não dar facilidades nem conceder privilégios ou proteção aduaneira a quaisquer pessoas de natureza pública ou privada para o estabelecimento de fábricas daquele produto. A Sociedade considerando importante essa matéria no que toca à fertilização de nossas terras, designou uma comissão composta dos Srs. Teixeira Leite, Enio Leitão, Adamastor Lima, Antônio Barreto e Eumenes Marcondes de Melo, para emitir parecer a respeito. Êsse parecer, uma vez elaborado foi, a pedido da mesa da Câmara, enviado àquela casa do Congresso, que terá de opinar a respeito do tratado em definitivo.

Distribuição de sementes

A Sociedade, durante 1947 e 1948, fêz larga distribuição, não só aos seus sócios mas a qualquer interessado, de sementes de soja, cereal Adlay, mucuna, amendoim, trigo sarraceno e café. A revista **A Lavoura** publicou em vários dos seus números informações a respeito da utilidade e dos métodos de cultura dessas plantas.

A Lavoura

Em 1949 entrou a revista da Sociedade no seu 53.º ano de existência. E', no gênero, a mais antiga que se publica no Brasil, formando no número daquelas raras publicações que no país alcançaram tão longa vida contínua. E' de notar a regularidade com que vem sendo publicada **A Lavoura**. Foi melhorado o seu aspecto material, mais bem distribuida a matéria de que se compõe, aumentado o número de páginas e também a respectiva tiragem. Essa, dada a procura sempre maior, tanto no Brasil como no estrangeiro, tem o seu número de exemplares sempre mais escasso e não fôsse o alto custo, sempre crescente, da impressão, seria de aconselhar o respectivo aumento.

Sessões da Diretoria — Palestras e Conferencias

Realizaram-se, durante o período, numerosas sessões de Diretoria. Aí não se incluem reuniões de comissões e sôbre assuntos especiais, cujo número foi muito superior àquele. Durante às sessões, sempre muito concorridas, fizeram-se ouvir técnicos sôbre assuntos de interêsse da agricultura e economia e, em resultado dos debates, foram adotadas pela Sociedade providências do maior alcance em benefício da classe.

Biblioteca

Continua em organização a nova biblioteca da Sociedade, que já conta com bom acêrvo em suas estantes, graças a numerosas doações, dentre as quais as dos Srs. Amilcar Savassi, Mário Carneiro, Gustavo Adolfo Bally, Randolfo Chagas, Comissão Brasileiro-Americana, Alverto Ravache, e outros. Ao lado disso, aquisições, por compra, enriqueceram, de muito, esta útil dependência da Sociedade. A Diretoria está empenhada em organizar o catálogo para tornar livre a consulta ao público, tendo designado a funcionária Marta Mendes de Brito para, sem prejuízo de suas funções na Secretaria, dar andamento a êsse serviço.

Séde Social

A séde atual da Sociedade ocupa tôda a frente do 6.º pavimento do edifício Itanagra, sôbre a Avenida Franklin Roosevelt. A aquisição dessa propriedade em boas condições de preço, há cerca de quatro anos proporciona à instituição um razoável alojamento para as suas secções administrativas e reuniões. Pode a Diretoria ultimar as providências, um pouco retardadas pelas exigências burocráticas, para a assinatura da escritura definitiva, inclusive liquidando com o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industrários a parte financiada. O custo total do imóvel, inclusive despesas de cartório, registo, impôsto de transmissão, etc., alcançou a cifra de Cr$ 1.297.500,00 (um milhão duzentos e noventa e sete mil e quinhentos cruzeiros).

Casa da Agricultura

E' um capítulo obrigatório de nossas resenhas, o da séde definitiva da Sociedade Nacional de Agricultura. Há mais de três anos, quando nos foi, pelo govêrno federal, doado o terreno, aqui próximo, na Avenida Presidente Justo, tem a Diretoria diligenciado para realizar êsse sonho de tôdas as administrações da Sociedade. Já vos tenho dado conta de nossas providências junto à Caixa Econômica para a obtenção do respectivo financiamento; referi já o contrato celebrado com a firma construtora, e as condições do mesmo, bem como aos planos de construção. Neste biênio, tendo-se feito muito, pouco de concreto, entretanto, póde ser aelcançado. E' que inúmeras dificuldades têem surgido e, vencida uma, outra surge, correndo o tempo, que não conhece empeços na sua marcha. Em setembro do ano passado, conseguiu a Sociedade, com o auxilio decisivo do Ministério da Agricultura, a realização dos serviços de sondagem do terreno, tendo sido de 22 metros a profundidade do terreno sólido. Nada custou aos cofres da Sociedade êsse trabalho

indispensavel, daí resultando uma economia de varios milhares de cruzeiros. Os trabalhos de cálculo de concreto foram entregues, por concurrência entre os especialistas, a conceituado técnico, o qual também já terminou a sua tarefa. Em 16 de janeiro do ano passado, um grupo de diretores e amigos da Sociedade fez lançar, no local, a pedra fundamental do início da construção, do que foi lavrada uma ata. O processo de licença, encaminhado à Prefeitura, levou esta a exigir o pagamento de cerca de 30.000 cruzeiros, a título de taxas. Não se conformou com a cobrança a Sociedade que, pelo decreto que lhe concedeu o terreno, tem isenção completa de quaisquer impostos, taxas, emolumentos, onus ou gravames, criados ou a se criarem, federais ou municipais, não só quanto ao terreno mas também quanto às benfeitorias que nele forem feitas. Apelou sem resultado e, no momento, defende judicialmente esse seu direito, que não se cifra ao caso presente, mas ao futuro imovel, se o precedente não for eliminado. Releva, também, referir o caso do financiamento pela Caixa Economica. Já vos dei notícia, na assembléia passada, de que com êsse estabelecimento firmaramos contrato para um empréstimo de Cr$ 4.000.000,00 com os quais pretendiamos iniciar as obras. Empregados êsses recursos, por meio de uma segunda hipoteca, não seria dificil obtermos o restante, para a terminação do edificio. E' que a Caixa, para a quantia estipulada não se baseou em avaliações, tanto que o terreno, na propria doação de há 3 anos, era avaliado pelo Dominio da União em Cr$ 4.500.000,00. Hoje, esse imovel vale, pelo menos, o dobro. Com os 4.000.000 de cruzeiros ai empregados, alcançaria o imovel cêrca de Cr$ 13.000.000,00 e sobre êsse montante é que teriamos de basear a 2.ª hipoteca. Mas as nossas previsões foram frustadas por uma interpretação regulamentar da Caixa Economica, segundo a qual **sòmente depois de haver a Sociedade aplicado Cr$ 2.500.000,00 no terreno, é que ela entraria com os Cr$ 4.000.000,00** Além do impasse da licença, este outro. A Diretoria está acompanhando os trâmites do seu recurso contra a Prefeitura e espera vê-lo vitorioso (*). Ao mesmo tempo, utilizando autorização aprovada na assembléia passada, está ultimando as providencias para

(*) Por sentença do M.M. Juiz Dr. Eduardo Jara, de 21-3-49, que publicaremos no próximo número, foi concedida à Sociedade a segurança pedida e reconhecido assim o direito da instituição à isenção do pagamento das taxas da licença.

FUNDAÇAO DOS MUNICIPIOS



Reunião no Gabinete do Sr. Ministro da Justiça, sob a presidencia do respectivo titular, dos presidentes da Associação dos Municipios, Sociedade Nacional de Agricultura, Sociedade Brasileira de Estatistica, Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, Associação Brasileira de Planejamento, Sociedade Brasileira de Educação, e Instituto Brasileiro de Estatistica, para exame do ante projeto de Estatutos da "Fundação dos Municipios", oportuna iniciativa do Ministro Adroaldo Mesquita da Costa

a venda, ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, da parte restante (cêrca de 9.000 m².) do lote que foi autorizada a vender, em tempo, desmembrado do Horto da Penha. Obteve um preço compensador (2 milhões de cruzeiros). Com êsse numerário, não lhe será difícil iniciar as obras, preparando-se, assim, para receber o empréstimo de 4.000.000 de cruzeiros da Caixa Econômica. Seria conveniente que a assembléia solicitasse à diretoria que fôr eleita a adotar essas e outras providências que se tornam necessárias à consecução da velha aspiração da Casa.

Semana do Fazendeiro, em Viçosa

Acedendo ao gentil convite da direção da Escola Superior de Agricultura e Veterinária, de Viçosa, a Sociedade compareceu à Semana do Fazendeiro, de 1948, por intermédio de uma comissão composta do Prof. Geraldo Goulart da Silveira, do horticultor Romeu Rampaso, do Secretária da revista A Lavoura, Sr. Luiz Marques Poliano. O primeiro dêles escreveu um trabalho sôbre o título "O que é uma semana de fazendeiros, em Viçosa", publicado no número de A Lavoura, de novembro daquele ano.

O Cooperativismo na Inglaterra

Recebeu a Sociedade, em 1948, a honrosa visita de Mr. George Woods, membro do Partido Trabalhista inglês e proeminente figura do movimento cooperativista em seu país. Durante essa visita e na presença dos Srs. Carlos de Lacerda, Waldick Moura, Cliford Germann, Rafael Xavier, Fábio Luz Filho, Diógenes Caldas, Arruda Câmara, José de Sales Fonseca, José Vieira de Melo Filho, Flávio de Brito e Maurício Costa, fêz uma interessante palestra sôbre o movimento cooperativista, na Inglaterra. A sua palestra vem publicada no número de outubro, da A Lavoura.

Seguro Agro-pecuário

Tomando conhecimento do oportuno projeto apresentado ao Congresso pelo Senador Atilio Vivácqua, a Sociedade apoiou junto a êsse ilustre parlamentar a sua idéia, oferecendo-lhe, além disso, diversos subsídios colhidos em seu arquivo, inclusive as conclusões a respeito votadas na II Conferência Nacional de Pecuária. Todos êsses subsídios foram devidamente apreciados pelo representante espiritosantense e acabam de ser publicados no "Diário do Congresso".

Fundação Getúlio Vargas

No capítulo em que tratamos da Escola de Horticultura Wenceslau Belo, fazemos pormenorizada referência à colaboração mantida entre as duas instituições, no período referido. Tudo aconselha que se estreite essa colaboração, à vista dos resultados alcançados.

Comissão Permanente de Exposições e Feiras

Nessa Comissão, que funcionou no Ministério do Trabalho e na qual a Sociedade tem assento permanente, tem representado os interêsses da agricultura o nosso prestimoso consócio Sr. Alberto Ravache.

Comissão Central de Preços

Dois representantes, um da lavoura outro da pecuária, os Srs. Edgard Teixeira Leite e Jeronimo Antônio Coimbra, respectivamente, ambos indicados pela Sociedade, defendem ali os interêsses da classe. O trabalho de ambos tem sido por todos os títulos eficiente e louvável.

Instituto Brasileiro de Educação e Cultura

Nesse órgão, filiado à ONU e que funciona junto ao Ministério das Relações Exteriores, tem a Sociedade a participação, sendo representada pelo seu ilustre 1.º Vice-Presidente, Dr. Luiz Simões Lopes.

Comissão de Intercâmbio com o Exterior

E' órgão do Ministério da Fazenda, junto ao Banco do Brasil. A Sociedade foi designada em lei para representar, aí, os interêsses da agricultura. E' o desdobramento da antiga Comissão de Prioridades, da Carteira de Importação e Exportação, do Banco do Brasil, sendo a sua função de grave responsabilidade, por depender dela todo o material de origem estrangeira que entra no país. A Diretoria manteve no novo órgão o seu antigo representante, Dr. Edgard Teixeira Leite que ,apesar de suas inúmeras ocupações como Secretário da Agricultura do Estado do Rio, não se negou a mais êste serviço à Sociedade e à produção.

Conselho Federal de Comércio Exterior

A Sociedade participa dêsse organismo desde a sua fundação, em 1934. Ininterruptamente, tem a nossa Casa participado dos trabalhos do Conselho Federal de Comércio Exterior em sua já longa existência atravez a representação do presidente da Sociedade. O seu nome foi êste ano reconduzido, por decreto de S. Exa. o Sr. Presidente da República.

Comissão de Tarifas Aduaneiras (Acordos de Genebra)

Atendendo à solicitação contida em aviso do Sr. Ministro da Fazenda, a Diretoria da Sociedade designou seu representante junto à Comissão de que trata o art. 3.º da lei n.º 313, de 30 de julho dêste ano, ao Sr. Antônio de Arruda Câmara, 3.º Vice-Presidente. E' matéria da mais alta importância, o Acôrdo Geral sôbre Tarifas Aduaneiras e Comércio, de que o Brasil participou, e que interessa a um sem número de produtos de importação e exportação. O Dr. Arruda Câmara, para bem desempenhar-se dessa grave incumbência, manteve estreito contácto com as demais associações do país, tendo a sua colaboração sido das mais valiosas. Tendo viajado para o Vale Amazônico, a serviço do Ministério da Agricultura, designou a Diretoria para a dita comissão o Dr. Alberto Ravache, que deu, no seio da Comissão, continuidade ao alto conceito em que ali é tida a representação da Sociedade.

Outras comissões

Além de suas estreitas relações, sempre mantidas, com os órgãos dos poderes legislativo e

executivo, em particular com o Ministério da Agricultura, tem a Sociedade participado de trabalhos, comissões e estudos com entidades particulares e oficiais, como, por exemplo, o Conselho Permanente de Comércio e Produção, a Comissão Permanente de Estradas de Rodagem, a recente Mesa Redonda de Conservação do Solo, de São Paulo, o Congresso das Classes Produtoras a realizar-se em Araxá, tendo, para êste conclave, organizado o temário relativo à agricultura. Têem colaborado nêsse trabalho os consócios Alberto Ravache e Geraldo Goulart da Silveira que aliás, com o nosso colega Kurt Repsold, foram os nossos representantes na Mesa Redonda de Conservação do Solo, promovida pela Sociedade Rural Brasileira, de S. Paulo.

Exposições e Congressos

Tem a Sociedade dado a sua adesão e em alguns casos participado de Congressos e Exposições promovidos por suas congêneres, como é o caso de citar, dentre outros, as Exposições de Campos, de Barra do Piraí, de Leopoldina, para as quais enviou, a título de estímulo, troféus para serem disputados em seus concursos. Tendo transcorrido o ano passado o 50.° aniversário da fundação da Sociedade Agrícola de Pelotas, designou seu representante junto às festividades o Dr. Luiz Simões Lopes, oferecendo também, valiosa taça de prata, para a Exposição Pecuária. A "A Lavoura" dedicou espaço em dois dos seus números para assinalar a efeméride.

Fundação dos Municípios

A Sociedade foi distinguida pelo ilustre Sr. Ministro da Justiça como uma das iniciadoras dessa oportuna e necessária organização. Por várias vêzes, o Presidente da Sociedade compareceu a reuniões no gabinete de S. Exa., tendo colaborado, na medida de suas possibilidades, para dar à classe rural posição condigna na futura organização. Os trabalhos de comissão terminaram e o projeto está em vias de ultimação, na parte que compete ao Govêrno.

Situação Financeira

Sem considerar o patrimônio da Sociedade, representado pelo imóvel em que nos achamos, o terreno que nos foi doado e o valor, sempre aumentado do Horto da Penha, o que, tudo, atinge a algumas dezenas de milhões de cruzeiros, os recursos de que sempre pudemos dispor se cingem aos auxílios oficiais e às contribuições dos sócios. Êsses recursos, que não podem ser confundidos com aqueles, são relativamente escassos, mas com êles tem a Sociedade podido atender às despesas da sua atividade, sendo as maiores despesas com os ordenados, A Lavoura e o expediente, já que o aluguel hoje não pagamos, antes, pelo contrário, contamos com uma pequena verba de receita, proveniente do aluguel de 2 salas dêste grupo. No corrente exercício, graças aos esforços do Dr. Simões Lopes e à decisiva atuação do nosso amigo Senador Apolônio Sales, foi a nossa verba aumentada para 200.000 cruzeiros, o que nos deixará com maiores possibilidades nos trabalhos dêste ano. A verba da Escola, de 150.000 cruzeiros, foi mantida, embora condicionando o seu recebimento à época posterior ao 2.° semestre, de acôrdo com a determinação presidencial, o que em muito prejudicará os trabalhos do ano letivo. Quanto a esta parte, está a contabilidade à disposição dos senhores associados para quaisquer esclarecimentos que se tornem necessários.

Funcionários

A despeito do aumento do serviço, não admitiu a Diretoria senão um único funcionário de pequeno ordenado, para serviços de rua e limpeza. O quadro não é o mesmo de quando para esta casa viemos, porque é ainda menor, pois não preenchemos, por absoluta dificuldade financeira, o lugar do chefe da Secretaria falecido, limitando-nos a recorrer, para o preenchimento das funções, a antigos elementos do quadro. Em virtude de determinação judicial para aumento dos comerciários — categoria em que se enquadram os nossos funcionários —, foram êstes aumentados de acôrdo com as tabelas aprovadas. Lamenta a Diretoria não poder dar-lhes mais, pois bem o merecem, por sua dedicação e pelos seus esforços.

Escola de Horticultura Wenceslau Belo

Foram múltiplas e proveitosas as atividades da Escola de Horticultura Wenceslau Belo, não só por seus cursos normais, como pelos numerosos outros, avulsos e de extensão, realizados por iniciativa própria e em colaboração com o Ministério da Agricultura e a Fundação Getúlio Vargas. Teremos, aqui, de resumir muito, para dar uma idéia dessas atividades:

1947

Cursos permanentes (Internato)

Hortelão — 2 anos, 21 matrículas.
Fruticultura — 2 anos, 21 matrículas.
Floricultura — 2 anos, 29 matrículas.

Nesse ano, concluiram o curso 7 fruticultores, 7 floricultores e 7 hortelões.

Cursos avulsos e de extensão (Em colaboração com o Ministério da Agricultura).

Horticultura — 28 matrículas, 15 aprovações.
Fruticultura — 139 matrículas, 73 aprovações.

Cursos Práticos (Em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas).

Economia e Administração Rural — 129 matrículas, 62 aprovações.
Solos e Adubação — 26 matrículas, 15 aprovações.
Botânica Agrícola — 50 matrículas, 17 aprovações.
Jardinagem — 24 matrículas, 8 aprovações.
Viveiristas — 29 matrículas, 13 aprovações.
Hortas Domésticas — 51 matrículas, 23 aprovações.
Floricultura — 57 matrículas, 22 aprovações.

1948

Cursos Permanentes (Internato)

Hortelão — 54 matrículas.
Fruticultor — 39 matrículas.
Floricultor — 25 matrículas.

Cursos Avulsos (Em colaboração com o Ministério da Agricultura).

Horticultura "A" — 15 matrículas, 13 aprovações.
Fruticultura "A" — 56 matrículas, 29 aprovações.
Horticultura "B" — 16 matrículas, 12 aprovações.
Fruticultura "B" — 23 matrículas, 15 aprovações.

Cursos Práticos (Em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas).

Economia e administração rural — 3 cursos realizados, 135 matrículas, 76 aprovações.
Hortas Domésticas — 3 cursos realizados, 78 matrículas, 49 aprovações.
Solos e Adubações — 2 cursos realizados, 67 matrículas, 46 aprovações.
Contabilidade Agrícola — 3 cursos realizados, 195 matrículas, 95 aprovações.
Enxertia — 3 cursos realizados, 121 matrículas, 70 aprovações.
Viveiristas — 2 cursos realizados, 79 matrículas, 47 aprovações.
Botânica Agrícola, 2 cursos realizados, 108 matrículas, 61 aprovações.
Herbários e Museus — 3 cursos realizados, 98 matrículas, 56 aprovações.
Reflorestamento — 2 cursos realizados, 48 matrículas, 27 aprovações.
Zoologia Agrícola — 2 cursos realizados, 92 matrículas, 60 aprovações.
Restauração de Pomares — 1 curso realizado, 21 matrículas, 11 aprovações.
Museus Zoológicos — 1 curso realizado, 55 matrículas, 33 aprovações.

1.ª Semana do Hortelão

No ano passado, sob iniciativa e orientação da Sociedade e da Fundação Getúlio Vargas, e com a colaboração do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, realizou-se na Escola de Horticultura Wenceslau Belo, a sua **1.ª Semana do Hortelão**, que alcançou grande sucesso. Durante a "Semana", que congregou 25 lavradores de diversos Estados e 1 da Bolívia, foram ministradas 27 aulas, 12 palestras e 7 sessões cinematográficas. 1312 refeições foram, então, servidas aos semanistas. O Relatório da Escola pormenoriza em todos os seus aspectos, e até nas notas obtidas pelos alunos dos diversos curos, a grande atividade do estabelecimento, fazendo, pois, parte integrante do Relatório do Presidente.

———

São estas, em linhas muito amplas, as principais faces da atividade da Diretoria que hoje entrega seu mandato. Não póde ser feito mais. Contudo, nada seria feito com tanta vontade de acertar e de servir. a) **Artur Torres Filho**, Presidente".

Em seguida, manda o Sr. Presidente proceder à leitura do parecer da comissão de contas, concebido nos seguintes têrmos:

"PARECER: A Comissão designada pela Sociedade Nacional de Agricultura para o exame de contas no período de 1947-1948, tendo verificado cuidadosamente os livros de escrituração e todos os documentos comprobatórios dos pagamentos, recebimentos e mais operações, declara a escrituração exata e convenientemente comprovadora e organizada. Estando tudo em ordem, é de parecer que as contas no período referido devam ser aprovadas. Rio de Janeiro, 16 de março de 1949. aa) **Severino Gonçalves Câmara; João Tjader; Orlando de Almeida e Albuquerque**".

De acôrdo com os Estatutos, punha em discussão êsse documento, ajuntando que os livros e documentação da contabilidade estavam à disposição de qualquer sócio, para serem examinados no momento. Como ninguém pedisse a palavra, é o parecer posto em votação, logrando aprovação unânime.

O Presidente suspende a sessão por cinco minutos, para que os srs. sócios se munam das cédulas, visto como, em seguida, será procedida a eleição dos novos corpos dirigentes da Sociedade, para o período 1949-1950. Reaberta a sessão, são designados escrutinadores os Srs. Enio Leitão e Agrícola Castelo Borges, iniciando o secretário a chamada pelo livro de presença. Feita a segunda chamada, e ultimada a apuração, verificou-se a eleição, por 82 votos de chapas completas, e 2 de chapas alteradas, sòmente no conselho superior, da seguinte diretoria:

Presidente — Artur Torres Filho; 1.º Vice-Presidente — Luiz Simões Lopes; 2.º Vice-Presidente — Edgard Teixeira Leite; 3.º Vice-Presidente — Antônio de Arruda Câmara; 1.º Secretário — Frederico Murtinho Braga; 2.º Secretário — Adamastor Lima; 3.º Secretário — Eurico Santos; 4.º Secretário — Cinéas de Lima Guimarães; 1.º Tesoureiro — Kurt Repsold; 2.º Tesoureiro — Otto Frensel.

Diretoria Técnica: Alberto Ravache; Altino de Azevedo Sodré; Antônio Francisco Magarinos Torres; Enio Luiz Leitão; Franklin de Almeida; Geraldo Goulart da Silveira; Honório da Costa Monteiro Filho; João Maurício de Medeiros; Joaquim Bertino de Morais Carvalho; Mário de Oliveira.

Conselho Superior: Álvaro Simões Lopes, Anáplo Gomes, Antônio Barreto, Antônio José Alves de Souza, Apolônio Sales, Balbino de Souza Mascarenhas, Ben-Hur Ferreira Raposo, Carlos de Souza Duarte, Diógenes Caldas, Eduardo Duvivier, Euvaldo Lodi, Fábio Furtado Luz, Francisco Saturnino Brito Filho, Guilherme Egbert Hermsdorff, Humberto Bruno, Iris Meinberg, Israel Pinheiro da Silva, Itagiba Barçante, J. C. Belo Lisbôa, Jeronimo Antônio Coimbra, Joaquim Câmara Filho, João Tjader, José Sampaio Fernandes, José Solano Carneiro da Cunha, Júlio César Covelo, Landulfo Alves de Almeida, Luiz de Oliveira Mendes, Manoel Carlos Ferraz de Almeida, Manoel Neto Campelo Júnior, Mário Vilhena, Ormeu Junqueira Botelho, Oscar Daudt Filho, Paulo Parreiras Horta, Pedro Fontes, Pedro Calmon Moniz de Bitencourt, Roberto de Araujo Carneiro Campelo, Rui Carneiro, Sebastião Herculano de Matos, Sebastião Santana e Silva e Waldick Moura.

O Sr. Presidente declara, então, eleitos e empossados os referidos componentes da Diretoria e do Conselho Superior e pede que assuma a pre-

sidência, na ausência do presidente e 1.º vice-presidente eleitos, o Sr. Edgard Teixeira Leite, 2.º vice-presidente. Agradecendo, em seu nome e no dos companhiros, a sua escolha, declara livre a palavra para quaisquer assuntos de interêsse social, de acôrdo com a ordem do dia. O Sr. Itagiba Barçante lê a seguinte indicação:

"Não tendo sido possível executar, até o momento, o contrato de empréstimo para a construção da "Casa da Agricultura", assinado entre a Caixa Econômica Federal e a Sociedade Nacional de Agricultura, em virtude de exigir o regulamento daquela o prévio emprêgo, no terreno, de quantia não inferior a Cr$ 2.500.000,00, a assembléia geral da Sociedade Nacional de Agricultura resolve:

a) — conceder-lhe poderes especiais para, atendendo à exigência da Caixa Economica Federal, levantar fundos, assinar contratos, fazer segunda hipoteca, tomar providências, agir em juízo e fora dêle, e de um modo geral e amplo, exercer quaisquer atos que a seu ver se tornem necessários para a construção da "Casa da Agricultura";

b) — ainda com êsse proposito ratificar a autorização da assembléia geral de 21 de março de 1947, relativa à venda da área remanescente de 9.992 metros quadrados de terreno, a serem desmembrados do Horto Fruticola da Penha e incluidos na autorização do decreto-lei n.º 662, de 1 de outubro de 1938, que autorizou a venda, no total ou parceladamente, de 200.000 metros quadrados. O produto dessa venda, deduzidas as despesas, terá exclusiva aplicação na construção da "Casa da Agricultura";

c) — aprovar todos os atos praticados até o presente pela Diretoria, em virtude dos poderes a mesma concedidos nas assembléias gerais anteriores e, especialmente, nas de 22 de janeiro e 21 de março de 1947.

Rio de Janeiro, 24 de março de 1949 — aa) **Alberto Ravache, Geraldo Goulart da Silveira, Pedro Goulart da Silveira Filho; Agricola Castelo Borges; Ben-Hur Raposo, Paulo Gomes Soares; Waldir Gonçalves da Cunha; Severino Gonçalves Câmara; Juvenal Costa, Frederico Coutinho Braga; Eurico Santos, Antônio Francisco Magarinos Torres, Joaquim Bertino, Adamastor Lima, Itagiba Barçante e Enio Luiz Leitão.**

O Sr. Adamastor Lima diz que o que ali se pede é apenas um refôrço de autorizações anteriores e até estatutárias, de que dispõe a diretoria da Sociedade. E', em última análise, a atualização de poderes para a continuação de trabalhos que não podem ser interrompidos. Posta a votos, é a proposta aprovada por unanimidade.

O Sr. Geraldo Goulart da Silveira pede, sucessivamente, sendo aprovados, a votação das seguintes moções:

"Considerando que as atividades da Sociedade Nacional de Agricultura no biênio que findou, foram das mais eficientes e proveitosas, propomos:

— um voto de congratulações com a Diretoria cujo mandato terminou, especialmente com o Dr. Torres Filho, ora reeleito presidente da mesma, pela maneira acertada com que sempre conduziu os destinos da Sociedade Nacional de Agricultura".

Sala de sessões, 20 de março de 1949.

VOTO DE PEZAR — Considerando que faleceu, no dia 4 do corrente, no Estado do Espírito Santo, o jovem horticultor Romeu Rampazzo, assistente de ensino da Escola de Horticultura Wenceslão Belo, propomos:

"um voto de profundo pezar pelo falecimento de um profissional de grandes méritos e dedicado companheiro da Escola de Horticultura Wenceslão Belo, como sempre foi o saudoso Romeu Rampazzo".

Sala de Sessões, 24 de março de 1949.

MOÇÃO — Considerando que a Escola de Horticultura Wenceslão Belo é um modelar estabelecimento de ensino mantida na Penha, pela Sociedade Nacional de Agricultura e que, desde a sua fundação, em 1947, vem sendo dirigida por um profissional que a ela se tem dedicado com raro devotamento, propomos:

a) — um voto de louvor e congratulações com a Sociedade Nacional de Agricultura que, com tanto idealismo mantém tão útil estabelecimento de ensino;

b) — um voto de louvor e cogratulações com o Dr. Antônio de Arruda Câmara, que, com tanto acêrto, idealismo e abnegação, vem conduzindo a Escola por uma trilha de constante progresso e engrandecimento.

Sala de Sessões, 24 de março de 1949.

MOÇÃO — Considerando que a Fundação Getúlio Vargas vem prestando um valioso auxilio à Escola de Horticultura Wenceslão Belo, possibilitando a ampliação de seu internato, a melhoria de seu equipamento escolar e a realização de numerosos cursos práticos, propomos:

.. "um voto de louvor e congratulações com a Fundação Getúlio Vargas pela maneira objetiva e eficiente com que a mesma vem cooperando com a Escola de Horticultura Wenceslãu Belo, em pról do desenvolvimento de ensino horticola no país".

Sala de Sessões, 24 de março de 1949.

O Sr. Alberto Ravache propõe, ainda, um voto de louvor à Diretoria da Sociedade, especialmente ao Presidente Artur Torres Filho, pela obra que vem realizando, em beneficio não só da Sociedade, mas principalmente da agricultura Nacional. O Sr. Teixeira Leite declarou que esse voto está naturalmeinte aprovado e tece elogiosas referências à personalidade do Presidente Torres Filho, com o qual se congratula pela sua recondução no alto posto que em sucessivos mandatos, vem dignificando. Pede a designação de um convite para lhe dar notícia da sua reeleição e lhe apresentar os votos de pronto restabelecimento. O Sr. Frederico Murtinho Braga propõe que a ata da presente assembléia fôsse apenas assinada pelos secretários e presidente da mesa, e encerrada pelo presidente da Sociedade ou seu substituto, para todos os efeitos legais. Essa proposta também foi unanimemente aprovada. Foram encerrados os trabalhos às 19,10 minutos.

Ensino Agrícola avulso

Cursos práticos mantidos na Escola "Wenceslau Bello" em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas

Engenheiro Agrônomo
Geraldo Goulart da Silveira

Nenhuma assistência agrícola é mais efetiva e eficiente do que a assistência sob a forma de ensino.

Entre as modalidades de ensino agrícola, **o Ensino Agrícola Avulso**, sob a forma de **Cursos Práticos**, destinado a dar a jovens e adultos uma sumária preparação profissional, é, a nosso ver, a modalidade de ensino agrícola mais acessivel a todos e capaz de, em pouco tempo, modificar os nossos métodos de trabalho e exploração agrícola infelizmente, até agora, em sua maior parte, caracterizadas por um espirismo e rotinismo que só se justificam pela falta de uma conveniente preparação do nosso homem rural para os trabalhos de campo.

E' preciso que sejam utilizados e difundidos os recursos do ensino para que o nosso homem rural, e, até mesmo o homem das cidades que eventualmente vá para o campo, aprenda a trabalhar melhor e mais eficientemente, abandonando os processos empíricos de exploração agrícola, que até hoje vêm sendo empregados.

Os Cursos Práticos sôbre os mais variados assuntos agrícolas, pela sua grande objetividade, pela sua imperiosa necessidade e grande oportunidade, por serem acessiveis à todos, etc., devem ser intensificados e ministrados em tôdos os recantos do país.

E' preciso levar a assistência técnica ao nosso homem rural, através de Cursos Práticos sôbre os mais variados assuntos, pois êle ainda não está convenientemente esclarecido sôbre como trabalhar melhor visando o mais racional aproveitamento do sólo.

A Escola de Horticultura Wenceslão Bello, mantida na Penha, Distrito Federal, é um modelar estabelecimento de ensino com grandes serviços prestados ao desenvolvimento da horticultura do país.

Desde 1937, vem ela mantendo, apesar do exíguos recursos que dispõe, numerosos Cursos Práticos sôbre os mais diversos assuntos, especialmente os relacionados com a horticultura em tôdas as suas especializações.

Desde Setembro do ano passado, graças ao valioso auxilio que lhe vem proporcionando a Fundação Getúlio Vargas, outra entidade privada de caráter técnico-educativo, tem sido possível ampliar cada vez mais os Cursos Práticos que tanto sucesso têm alcançado.

Para que se tenha uma idéia do interêsse e da oportunidade de tais cursos, basta lembrar que, de Setembro de 1947 a Julho de 1948, isto é, em apenas dez mêses, foram ministrados na Escola de Horticultura Wenceslão Bello, em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas, 30 Cursos Práticos, com uma matrícula de 1.322 candidatos.

O exemplo é eloquente, e mostra o que se pode fazer pelo ensino agrícola avulso no país.

Os Cursos Práticos mantidos na Escola de Horticultura Wenceslão Bello em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas, são, como o próprio nome indica, cursos essencialmente práticos e objetivos, de preferência de curta duração (10 a 15 aulas de duas a três horas, são suficientes para cada curso).

A duração dos curos, deve ser suficiente para que os interessados possam prender bem e praticar suficientemente um determinado oficio ou trabalho agrícola.

Em um Curso Prático de Enxertia, por exemplo, com a duração de 12 aulas de duas horas, cada uma, isto é, com a duração de 24 horas de aula, devem ser empregados cerca de 1/4 de aulas teóricas, isto é, 6 horas; e 3/4 de aulas práticas, isto é, 18 horas, para que os candidatos compreendam bem as questões relacionadas com a enxertia e aprendam, realmente, a enxertar.

Os programas para esses cursos são muitos sucintos e objetivos.

Apenas o que é absolutamente indispensável é ensinado para que os alunos aprendam bem um determinado ofício ou técnica agrícola.

Os cursos práticos são iminentemente práticos e objetivos, cursos verdadeiramen-

te populares, cursos ao alcance de tôdos os que se dedicam ou se interessam pela agricultura, sem limites de idade ou de nivel de conhecimentos.

Tais cursos, inteiramente gratuitos, ministrados de preferência aos domingos, no período da manhã, e aos sábados, no período da tarde (condições que facilitam o estudo daqueles que desempenham outras atividades), são destinados às pessôas que desejam conhecer, sumária e praticamente, certos assuntos relacionados com a Agricultura.

Para fazer os cursos nada se xige dos alunos a não ser assiduidade (frequência, pelo menos, a 80% das aulas dadas), interêsse pelas aulas e bom aproveitamento.

O ensino, nesses cursos, é muito claro, simples, objetivo e atraente, para despertar o interêsse e estimular os alunos.

Os professores procuram:

a) — empregar linguagem clara e simples, reduzindo ao mínimo indispensável o emprego de nomes científicos, afim de que as aulas sejam compreendidas por todos, mesmos os menos cultos.

b) — Tornar as aulas muito objetivas, reduzindo ao minimo as explanações teóricas e dando grande desenvolvimento às aulas práticas, afim de que os alunos trabalhem e aprendam a trabalhar bem.

c) — Ministrarás aulas em um ambiente adequado, pois êle concorre para a mais fácil receptividade dos alunos, uma aula de horticultura por exemplo, só é útil quando dada em plena horta.

d) — Não exigem trabalhos escritos, pois, em grande número de casos os alunos não podem fazê-los com facilidade. Preferem, sempre, as exposições verbais e as demonstrações práticas de serviços, que fornecem, com mais segurança, o indice de aproveitamento dos alunos.

De Setembro a Dezembro de 1947 foram realizados, na Escola de Horticultura Wenceslão Bello em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas, os seguintes Cursos Práticos: Botânica Agrícola, Economia e Administração Rural, Floricultura, Hortas Domésticas, Jardinagem, Sólos e Adubação e Viveirista.

De Janeiro a Março de 1948 foram realizados mais cinco Cursos Práticos, a saber: Economia e Administração Rural, Enxertia, Organização de Herbários, Reflorestamento e Restauração de Pomares.

De Abril à Junho de 1948, foram ministrados os nove seguintes Cursos Práticos: Botânica Agrícola, Contabilidade Agrícola, Economia e Administração Rural, Enxertia, Floricultura, Hortas Domésticas, Organização de Herbários, Reflorestamento e Zoologia Agrícola.

No momento, isto é, iniciados em Junho, estão sendo ministrados mais os seguintes Cursos Práticos: Contabilidade Agrícola, Floricultura, Organização de Herbários, Viveirista, Museus Zoológicos, Hortas Domésticas, Solos e Adubação, Botânica Agrícola e Economia e Administração Rural.

Em resumo, em pouco mais de dez mêses de atividades, já foram ministradas na Escola de Horticultura Wenceslão Bello, em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas, trinta Cursos Práticos, totalizando mil trezentas e vinte e duas matrículas assim distribuidas:

a) Três Cursos Práticos de Botânica Agrícola com um total de cento e cincoenta e oito matriculas.

b) Quatro Cursos Práticos de Economia e Administração Rural, nos quais se inscreveram duzentos e sessenta e quatro alunos.

c) Três Cursos Práticos de Floricultura, com um total de cento e cincoenta e cinco matrículas.

d) Três Cursos Práticos de Hortas Domésticas, com cento e trinta e cinco candidatos.

e) Um Curso Prático de Jardinagem com vinte e quatro matriculas.

f) Dois Cursos Práticos de Solos e Adubação, nos quais se inscreveram sessenta e oito candidatos.

g) Dois Cursos Práticos de Viveiristas, com um total de setenta e duas matriculas.

h) Dois Cursos Práticos de Enxertia, com oitenta e dois alunos matriculados.

i) Três Cursos Práticos de Organização de Herbários, cento e quatro matriculas.

j) Dois Cursos Práticos de Reflorestamento com cincoenta alunos matriculados.

k) Um Curso Prático de Restauração de Pomares com vinte e uma matrículas.

l) Dois Cursos Práticos de Contabilidade Agrícola, nos quais se matricularam cento e cinco candidatos

m) Um Curso Prático de Zoologia Agrícola com quarenta e dois alunos matriculados.

n) Um Curso Prático de Museu Zoológicos, com cincoenta e cinco matrículas.

COMPANHIA DOCAS DE SANTOS

Pelo último relatório da Diretoria da Companhia Docas de Santos, que tem a seu cargo o maior porto da América do Sul, chega-se à conclusão de que, no ano passado, o importante escoadouro marítimo comercial do Brasil cumpriu, com inegavel proveito para a economia nacional, a sua importante missão. A ampliação das instalações e do aparelhamento portuário permitiu um grande movimento de mercadorias, que atingiu o total de 4.974.369 toneladas e, o que é mais, foi possivel contornar o grave problema do congestionamento do pôrto, podendo todos os navios atracar com rapidez e, pois, com a maior economia, o que foi verificado e confirmado pela Superintendência da Marinha, de Londres.

O programa de ampliação e reaparelhamento do porto prosseguiu e continuará êste ano, tendo sido feitas várias alterações para ampliação de algumas quantidades previstas e foram introduzidas novas obras e aquisições, indispensáveis ao aperfeiçoamento do pôrto.

Na parte social, de amparo ao seu pessoal, — e eis aqui um aspéto digno de menção e de aplausos — a Companhia Docas de Santos, elevou para 5.000 cruzeiros o valor do pecúlio instituido em Janeiro de 1934, em favor dos herdeiros dos seus inúmeros empregados de qualquer categoria falecidos em serviço ativo. Também elevou de 5 para 10% a percentagem inicial do adicional por tempo de serviço dos seus funcionários, correspondente ao primeiro decênio, mantendo, por outro lado, a taxa de 5% de acréscimo para cada periodo sucessivo de 5 anos, deixando de interromper a progressão dêsse adicional, quando atingido o limite de 30%.

Pelos dados do balanço encerrado em 31 de dezembro pode-se verificar a prosperidade da Companhia e, sobretudo, a segurança com que vem sendo dirigida a grande emprêsa que tem à frente o nome do Dr. Guilherme Guinle, como presidente; do Dr. Oscar Weinschenck, como diretor Gerente; Octacilio P. dos Santos, como tesoureiro; e Carlos Guinle, como Secretário.

Conselho Federal de Comércio Exterior

Sessão de instalação e início das atividades desse órgão no corrente ano — O relatório da Comissão Mista Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos — A agricultura e a industrialização — Palavras do Senhor Professor Arthur Torres Filho

Reuniu-se em sessão de instalação e início de suas atividades para o corrente exercício, sob a presidência do Diretor Geral, Sr. General Anápio Gomes, o Consêlho Federal de Comércio Exterior.

Depois de se referir aos novos membros do Consêlho, representantes da Agricultura, do Comércio e da Indústria, nomeados recentemente por decretos da Presidência da República mediante indicação daquelas entidades de classe, pronunciou o Diretor Geral, ao se iniciarem os trabalhos, um discurso, dizendo, inicialmente, deixar de apresentar o balanço da conjuntura econômica do país, por estar êle traçado no relatório da Comissão Mista Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos, que ultimara os seus trabalhos, dos quais havia participado, relatório que dentro em breve será publicado. Deixou em seguida acentuado que três assuntos da mais alta importância deverão ser cuidadosamente examinados pelo Consêlho: a) — as respostas ao inquérito a que procedeu, no ano findo, com o objetivo de fixar as diretrizes para uma política econômica do país; b) — as repercussões que terá no Brasil o desenvolvimento econômico da África; c) — o problema dos países intermediários na exportação de certos produtos brasileiros.

No inquérito, segundo declarou, teve grande ressonância na imprensa e nas entidades de classe, proporcionando ao Consêlho a recepção de respostas do mais alto valor. Com tais respostas e os relatórios da Comissão Mista Brasileiro-Americana fica o Consêlho de posse do mais atualizado documentário sobre a situação econômico-financeira do Brasil, cumprindo-lhe, agora, depois de analisar toda essa documentação, fixar as diretrizes da política econômica que julgue por mais útil aos interêsses do país. Continuando, assim se exprimiu o Diretor Geral:

"Os programas de desenvolvimento econômico da África que estão sendo postos em execução por vários países (Inglaterra, França, Bélgica, Portugal, Estados Unidos da América), constituem, por certo, a mais séria ameaça que já surgiu para o comércio exterior do Brasil. Os países europeus citados, valendo-se principalmente dos recursos do *Plano Marshall*, estão executando, com a mão de obra baixíssima e, em certos casos, até escrava ou semi-escrava, planos de desenvolvimento econômico de suas possessões ou colônias africanas que tende a expulsar vários produtos brasileiros dos mercados internacionais, inclusive levando-se em conta os regimes preferenciais mantidos pelos citados países; óleos vegetais, fibras têxteis, café, carnes, certos minérios, são produtos brasileiros que estão ameaçados nos mercados internacionais (principalmente nos mercados europeus), em face dos planos já em execução para o desenvolvimento econômico do continente africano. O Conselho deve, portanto, acompanhar cuidadosamente a execução de tais planos e estudar as medidas de defesa que devemos aplicar desde já, cumprindo-me acrescentar que, segundo o boletim da Agência France-Presse, intitulado *Information et Documentation* (n. 225, de 5 do corrente mês, págs. 13) já funcionava na própria Administração de Cooperação Econômica (*Plano Marshall*) uma comissão especial incumbida de estudar o desenvolvimento econômico de certas colônias e possessões de vários países europeus, principalmente da África".

Depois de outras considerações, rematou o Diretor Geral o seu discurso pela referência ao problema da exportação de determinados produtos brasileiros para certos países, através de outros, o que está demandando a atenção do Conselho no sentido de se lhe dar melhor solução.

Terminado o discurso do Diretor Geral, dissertou o Sr. Conselheiro Arthur Torres Filho sôbre a situação econômica do país, proferindo as seguintes palavras:

"Seja-me permitido, nesta sessão inicial do Conselho em 1949, bordar ligeiras considerações sôbre o momento economico nacional, tanto mais pelo fato de ser um orgão diretamente subordinado ao Sr. Presidente da República, com uma existência de quinze anos, em ação ininterrupta. O Conselho realizou até aqui uma obra que, serenamente examinada, se torna digna do apreço da Nação. Por estudos realizados e por providências sugeridas em relação ao comércio exterior, em fases críticas da vida nacional, possue hoje o Conselho uma tradição de trabalhos valiosos prestados ao País. Relevante tem sido a amplitude de nossas atribuições e não menores, portanto, a extensão de nossas responsabilidades. E' possivel que nos tenham escapado meios de dar mais solidez às resoluções tomadas, uma verdadeira sistematização da nossa política econômica. Por vêzes têm o Conselho realizado estudos e inquéritos que permitiram a organização de planos parciais de reconstrução econômica, muitos deles hoje em plena execução.

E' bem certo também que o Conselho precisará transformar-se cada vez mais em organismo vivo, aparelhado para estudar e planificar todas as possibilidades de melhorar e incrementar nossa exportação, como atuar ainda sôbre os fatores de produção, servindo de traço de união entre a idéia e a realidade, possibilitando a creação de uma economia estável, que faça a grandeza do Brasil.

Baseam-se as riquezas das nações:

a) nos produtos do solo, ou sejam nas produções agrícolas e pecuárias convenientemente beneficiadas;

b) nos produtos do sub-solo ou sejam nos minerais e sua adequada exploração;

c) finalmente, na capacidade transformadora do país, seja dos produtos próprios ou dos importados, pelo trabalho das manufaturas ou da grande indústria em geral, com a utilização da energia em grande escala.

Está evidente fornecerem o solo e o sub-solo os elementos básicos que, quando não são encontrados no território das nações super-industrializadas, dão lugar a disputas nos mercados internacionais. Devemos estar lembrados que, devido à irregularidade na distribuição das matérias primas vegetais, animais e minerais, vimos surgir o princípio do "espaço vital" que prenunciou a segunda grande guerra mundial. Não seria exagero dizer que essa disputa continua.

Não apenas na fase propriamente manufatureira logra-se alcançar o enriquecimento dos povos. No caso do Brasil, por exemplo, ter-se-á que considerar o sentido da sua civilização. E' um país de grande território, em que a agricultura poderá desenvolver-se vantajosamente. Tendo a maior parte de sua população na *interlândia*, nele prevalecem as atividades agro-pecuária.

A agricultura, a pecuária e a mineração representam forças que, conduzidas com segurança, em bases racionais de exploração, representam forças que, conduzidas com segurança, em bases racionais de exploração, poderão proporcionar elementos de riqueza e alicerces de segura industrialização. Entendo que devemos promover, sem prejuizo da vida do povo, à industrialização mas, de mão dadas com a agricultura, sem nos esquecermos de que dispomos de grande população de baixa capacidade aquisitiva no interior e de um *mercado interno* que deverá constituir sólida garantia do processo industrial. Prejudicial também será o divórcio entre a produção e o comércio, embora o produtor agrícola tenha legítimo direito a uma remuneração que recompense seu trabalho. A venda em comum, através do cooperativismo sadio, constitue fórmula aconselhável, podendo facilitar bastante a defesa dos interesses gerais sem choques violentos entre as classes.

De outra parte, o consumidor deve receber produtos padronizados que se recomendem pela modicidade dos preços e se revistam de garantias sanitárias. O bom preparo dos pro-produtos nas fontes de origem, seu conveniente beneficiamento e acondicionamento com facilidades de armazenamento nos centros consumidores (frigoríficos, camaras de expurgo, silos, etc.) são requisitos indispensáveis a exigir equipamento, de que não dispomos suficientemente, para que haja boa distribuição dos produtos, sobretudo perecíveis, nos mercados consumidores.

Importa dizer não se tornar suficiente pensar em *produzir*; será preciso organizar a produção, a circulação, a distribuição e o con-consumo. Dentro das realidades do momento, tanto produtores como cnsumidores carecem ser defendidos, removendo-se as causas que concorrem para a depressão econômica, sobretudo a produção dos campos, afetando principalmente os artigos de alimentação.

Estou concorde com aqueles que se mostram alarmados com a queda dos rendimentos das nossas terras. Na verdade, o que se passa no meio rural está a exigir a máxima atenção dos poderes públicos. Fenômeno idêntico se tem observado em outras nações.

Possivelmente nos defrontamos com fenômenos de ordem econômica e financeira, que se entrelaçam e constituem, até certo ponto, complexo da situação brasileira. E' natural o retraimento do produtor rural quando deixa de produzir certos artigos que não lhe proporcionaram lucro e vem engrossar a onda daquêles que se dirigem para os centros urbanos, na esperança de vida mais confortável

ou de salários elevados. E' certo que o *êxodo* rural para ser devidamente caracterizado, exige a apreciação de elementos estatísticos e de profundas investigações econômicas e sociológicas nas várias regiões mais caracteristicamente produtoras.

Mutação esses valores dos produtos agrícolas, sem que haja um preço mínimo garantidor para o produtor, calcado no custo de produção; ausência de assistência social, técnica e financeira para os que trabalham na hinterlandia, os atrativos naturais oferecidos pelos centros urbanos para os homens do campo; o grande surto industrial do país verificado durante a guerra, nas cidades; obras públicas de vulto; o desenvolvimento anormal até há pouco verificado nas construções civis; dificuldades e deficiências dos meios de transporte; a falta, na proporção necessária, de financiamento a longo prazo, em base hipotecaria e não apenas para o custeio de safras, mas para colonização, beneficiando o pequeno produtor; a inexistência de legislação que facilite acesso mais fácil à posse da terra, permitindo a formação da pequena propriedade, são fatos que traduzem a necessidade de uma *política agrícola nacional*, bem articulada sem a qual não poderemos preparar futuramente uma sólida base econômica para a nacionalidade.

Calcula-se que na população brasileira atual 29,46% represente a população urbana e a rural, 70,54%, quando há quinze anos atraz esta última porcentagem era de 77,54%. A creação de novas indústrias e o alargamento das existentes, os grandes empreendimentos representados por obras públicas, principalmente nas cidades, o surto das construções imobiliárias, a legislação social beneficiando às concentrações urbanas, concorreram para a queda da produção agrária, em face principalmente do desenvolvimento demográfico. E' preciso considerar ainda que dêsse total de 70,54% da população rural, segundo o recenseamento de 1940 apenas 22,92% representam as atividades na agricultura, na pecuária e na sivicultura. Deante do que ocorre nos Estados Unidos, na Argentina e outros países onde idêntico fenômeno se tem verificado, o desequilíbrio têm sido corrigido por novos métodos técnicos aplicados às produções agrícolas e muito principalmente pela mecanização. Segundo alguns economistas torna-se suficiente 20% da população aplicada na agricultura para contrabalançar a rapidez da industrialização.

Será preciso estarmos atentos à fase da industrialização para que possamos evitar a desorganização da agricultura, com seu cortejo de piores consequências para a economia nacional. Já se fala na lei de Malthus, como se desconhecessemos os métodos técnicos agronômicos e as vantagens de um regime agrário capaz de se contrapor às consequências da industrialização. Calcula-se que um agricultor pode, com recursos modernos, sustentar 6 ou mais cidadãos.

Há pouco, o Dr. Euvaldo Lodi, ilustre Presidente da Confederação Nacional da Indústria, em discurso recente, pronunciado na posse do Sr. Morvan Dias de Figueiredo, no Centro da Indústria de São Paulo, declarou: "Ao preconizar a industrialização fixamos a diversificação da produção e o desenvolvimento do mercado da produção e o desenvolvimento do mercado internacional, possibilitando à nossa Pátria caminhar para a sua integração econômica e dependendo cada vez menos dos sobressaltos e incertezas dos mercados internacionais".

Vê-se bem que o ilustre Presidente da Confederação da Indústria, com a sua inteligência brilhante e os conhecimentos que possue, procurou desfazer o equívoco que preconisa a industrialização no país em prejuizo da agricultura, sem a qual, em bases racionais, nenhuma nação pode subsistir.

Declarou também o Sr. Morvan Figueiredo: "Compreendemos que sem agricultura, pecuária e comércio sólidos e prósperos, é impossível existir uma indústria próspera. Isso orientará a nossa gestão".

Oxalá essa compreensão da industrialização por parte de ilustre líderes da indústria concorra para evitar funestos desequilíbrios na vida nacional, com medidas unilaterais, creando ambiente propício a doutrinas exóticas, contrárias à índole e aos sentimentos brasileiros.

A questão magna por excelência, no momento, de que dependem a ordem interna e a garantia da nossa própria soberania reside na *estruturação econômica*. Essa *estruturação*, para que se realize, está a exigir atenções especiais no que toca às produções *industrial, agrícola* e *extrativa*, evitando que se processe tropegamente, com reflexos sérios na ordem social, em consequência de desequilíbrio na produção, nos salários, nos impostos, nos lucros, com prejuizos graves enfim para a coletividade. Reconhece-se que o Estado pode e tem o dever de intervir, formulando programas de sistematização de suas realizações. Isso não importa em pôr à margem a cooperação da iniciativa particular, que deve ser chamada a uma colaboração mais ativa com o Estado.

Louvores só merece, portanto, o govêrno pela atitude desassombrada que tomou de, após estudos severos de vários problemas fundamentais, haver elaborado o *Plano Salte*, visando planificar os grandes grupos da *saúde, alimentação, transporte e energia*. Esse Plano, para os que o estudarem em seu conjunto, desde que devidamente supervisionado, posto com firmeza em execução proporcionará, sem dúvida, os benefícios esperados, porque trará aos Poderes Públicos, como declarou em Mensagem ao Congresso o Sr. Presidente da República, uma vigorosa e perseverante política de valorização do homem brasileiro, facilitando os recursos de trabalho que o habilitem a produzir mais e melhor, proporcionando recursos de transporte, evitando as moléstias que o afligem ou ameaçam, colocando, finalmente, ao seu alcance a energia e os combustíveis para maior rendimento do trabalho, sem o que não poderá desfrutar os benefícios da civilização.

Esperemos, com confiança, consiga o eminente Presidente Dutra vencer as resistências visíveis ou ocultas que se oporão ao Plano Salte e que dele possamos esperar a organização e o fortalecimento da nossa economia interna, da qual depende fundamentalmente o bem estar nacional e a expansão no exterior. Acima de tudo nossa lição deverá ser no sentido de dar estímulo e amparo aos que trabalham, garantindo-lhes justa remuneração ao

esfôrço dispendido. Temos de estar atentos à desordem universal e, por isto, acima de tudo, carecemos de cuidar da nossa *organização econômica*, elevando a produtividade do homem brasileiro, dando-lhe maior bem estar.

Quando êste Conselho entra no 15.º ano de suas atividades, cabe-lhe cooperar na obra que ataca geralmente o gado, produzida pela governamental de afeiçoar a vida brasileira nos imperativos de ordem econômica, da hora presente procurando realizar estudos e sugerir providências relacionadas com todas as atividades nacionais e, principalmente, com as atinentes ao comércio exterior.

Êle saberá, certamente, cumprir, como até aqui sua relevante missão, numa colaboração decidida ao programa administrativo do Sr. Presidente da República.

Como disse certa vez o saudoso Roberto Simonsen, grande estudioso dos problemas brasileiros, se procurassemos coligir os dados característicos que pudessem precisar os contornos marcantes de nossa verdadeira situação econômica, nêsse constaria, como um dos elementos fundamentais "*a determinação da renda nacional*".

E' pela renda nacional evidentemente pela sua distribuição "per capita", que poderemos ter a expressão numérica da posição econômica do nosso país".

Entrando nos trabalhos ordinários da sessão, ocupou-se o Conselho de um expediente da Secretaria Geral do Ministério das Relações Exteriores, à cerca de um ofício que lhe dirigira a embaixada do Brasil em Buenos Aires, referente à produção de "guaiule", na Argentina, e aos primeiros artigos manufaturados, nesse país, com a borracha extraída do mesmo vegetal.

À hora do expediente, usou da palavra o novo representante do comércio no Conselho, Sr. Oswaldo Benjamin de Azevedo que teceu considerações em tôrno do discurso pronunciado pelo Diretor Geral, onde se fixam, segundo declarou, importantes aspectos de problemas de que irá ocupar-se certamente o Conselho.

Referiu-se ao combate à doença do sono, mosca tsé-tsé. Comentou, em seguida, a notícia, que lera numa revista, de pretender a Inglaterra inverter vultosa importância no combate a essa moléstia, o que interessará certamente ao Brasil e à Argentina. Encarando o problema do trigo, aludiu ao fato de estarem, na Austrália, trabalhando 24 horas por dia na plantação desse cereal, visando sem dúvida à supressão de importações do produto de origem argentina por parte da Inglaterra. Tratou, ainda, da queda dos preços nos Estados Unidos da América, acentuada em 20 ou 30 produtos, na sua quase totalidade saídos da terra, e terminou suas considerações fazendo sentir que será difícil o ano de 1949, por pretender a Alemanha entrar nos mercados, com o apoio da Inglaterra e dos Estados Unidos da América que desta maneira julgam ficar livres do ônus de sustentá-la. Disse que a entrada da Alemanha no comércio exterior importará em benefícios para o Brasil, pela concorrência que vai despertar, esperando-se também a entrada do Japão. Tudo isso faz crer, segundo observou, que se vão operar este ano grandes alterações no comércio internacional.

Usou da palavra, depois, o Sr. Conselheiro Arthur Torres Filho, que se referiu à Mesa Redonda convocada pela Sociedade Rural Brasileira de São Paulo, para versar o problema da conservação do solo, assunto de que se ocupou o sr. Presidente da República no discurso que pronunciou em Itaperuna, o qual revelou não ter escapado ao Conselho, onde havia uma indicação preconizando o estudo de um programa de defesa do solo do Brasil. Ouviu, ainda, o Conselho a palavra do Sr. Conselheiro Ernani Cotrim sobre o problema do carvão de Santa Catarina que, conforme afirmou, contém grande quantidade de pirita, inteiramente desaproveitada.

BANCO DO BRASIL

A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial

Pelo seu inegável interêsse para a classe rural do país, "A Lavoura", abre espaço para a publicação, na íntegra, da parte relativa ao crédito agrícola e industrial, constante do Relatório do Banco do Brasil, de 1948.

Os criadores e agricultores terão nas apreciações e nas cifras coligadas pela administração do nosso principal estabelecimento do crédito, nêsse importante setor, a perfeita noção dos esforços que o Banco vem, desde a instalação da Carteira, empenhando por dotar a produção nacional dêsse indispensável elemento de progresso, que é o crédito agrícola.

Deixamos para o próximo número um estudo, por parte desta revista e da Sociedade, de que ela é orgam, dos diferentes aspectos do importante documento.

CARTEIRA DE CRÉDITO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL

a) Recursos e Aplicações

O quadro dos recursos e aplicações da Carteira, em 31 de dezembro de 1948, revela a permanência da situação, referida em relatórios anteriores, exigindo constante utilização de disponibilidades gerais do Banco.

De fato, para inversões no total de Cr$ 4.683.136.402,80, apenas Cr$ 1.591.433.734,70 correspondem a recursos específicos. A diferença, ou sejam Cr$ 3.096.702.668,10, proveio de redescontos, no montante de Cr$ 1.307.438.380,10, e de suprimentos do Banco do Brasil num total de Cr$ 1.789.264.288,00.

Verifica-se, assim, que, até agora, não se solucionou o problema fundamental da Carteira, — aliás, de preponderante influência na economia do próprio Banco — qual seja o da constituição dos meios específicos necessários às operações rurais e industriais, reclamadas em volume cada vez maior.

A subscrição de bônus prevista pela Lei n.º 454, de 9 de julho de 1937, para o financiamento das atividades rurais e industriais mantém-se inalterada, não passando de Cr$ 75.863.000,00. Somam Cr$ 348.683.280,10 os depósitos a prazo fixo destinados à aquisição daqueles títulos. Também insuficientes são os recursos, para idênticas finalidades, criados pelo Decreto-lei n.º 2.611, de 20 de setembro de 1940.

Esse tem sido um dos assuntos de constante preocupação para a Administração do Banco. Os Poderes Públicos, certamente, saberão solucionar o problema, a fim de que a Carteira possa contar com recursos adequados à função que deve desempenhar e para a qual foi instituida.

Muito embora não esteja provida do desejável vulto de meios próprios, não tem a Carteira deixado de realizar empréstimos de custeio à produção.

Inegavelmente, isso representa valiosa contribuição do Banco do Brasil ao desenvolvimento e amparo da produção. Todavia, não deixa de significar, por outro lado, sensível ônus para economia dêste Banco.

CARTEIRA DE CRÉDITO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL

Recursos e aplicações

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1948

Recursos

Recursos próprios da Carteira:

(Decreto-lei n. 3.077, de 26-2-41)

	Cr$
Depósito judiciais à vista e de aviso prévio de menos de 90 dias	1.007.268.036,60
Depósitos judiciais a prazo e de aviso prévio de 90 dias ou mais	26.478.481,70
Depósitos de emprêsas concessionárias de serviços públicos	123.140.936,30
Depósitos obrigatórios a prazo fixo (Institutos)	348.683.280,10
	1.515.570.734,70
Bônus em circulação	75.863.000,00

Recursos de outras origens:

Da Carteira de Redescontos .	1.307.438.380,10
Das disponibilidade gerais do Banco	1.789.264.288,00
	3.096.702.668,10
	4.688.136.402,80

Aplicações

	Cr$
Empréstimos Rurais	3.421.753.775,50
Empréstimos Industriais	898.121.496,70
	4.319.875.272,20
Creditos em Liquidação	368.261.130,60
	4.688.136.402,80

Não foram mencionados os "Empréstimos em Letras Hipotecárias", que, conforme seu próprio nome indica, não são realizados em espécie.

As aplicações supra são representadas pelos saldos devedores em 31-12-48, sendo que os créditos, em igual data, se compunham das seguintes parcelas:

Rurais	4.139.915.982,40
Industriais	975.263.915,40
Total	5.115.179.877,80

Desde sua fundação, firmou a Carteira 141.412 contratos, no valor de Cr$ 19.935.215.229,00, dos

quais 110.258, no total de Cr$ 14.820.035.351,20, foram liquidados até 31 de Dezembro de 1948, restando em vigôr, na mesma data, 31 154 operações, somando Cr$ 5.115.179 877,80. Sua distribuição, por espécies e por Estados, encontra-se compilada em quadros a seguir.

CRÉDITOS EM VIGÔR EM 31 DE DEZEMBRO DE 1948

UNIDADES FEDERADAS E REGIÕES	Agrícolas		Pecuários		Agro-Pecuários		Industriais		Agro-Industriais		Total	
	N.°	Cr$ 1 000	N.°	Cr$ 1 000	N.°	Cr$ 1 000	N.°	Cr$ 1 000	N.°	Cr$ 1 000	N.°	Cr$ 1 000
Guaporé	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Acre	4	1 087	6	2 280	—	—	—	—	—	—	10	3 [illegible]
Amazonas	10	1 109	7	211	—	—	—	—	1	15	21	1 [illegible]
Rio Branco	11	300	23	2 175	—	—	—	—	—	—	37	2 475
Pará	49	2 299	17	5 150	—	—	—	—	10	220	76	7 [illegible]
Amapá	—	—	2	270	—	—	1	131	—	—	3	401
Norte	53	5 045	85	10 189	—	—	1	131	11	295	150	15 713
Maranhão	25	15 757	10	335	—	—	13	6 957	—	—	48	13 [illegible]
Piauí	100	15 757	215	10 107	6	165	8	916	1	529	303	28 [illegible]
Ceará	130	22 108	1 150	16 587	10	373	17	13 159	11	1 319	1 318	73 846
Rio Grande do Norte	81	7 502	1 289	73 711	69	2 050	12	14 617	13	3 017	1 465	101 730
Paraíba	177	11 505	1 770	111 965	52	3 248	11	17 087	13	606	2 023	177 115
Pernambuco	85	22 126	1 581	156 570	5	310	16	8 511	80	366 493	1 770	551 [illegible]
Alagôas	6	283	567	57 269	—	—	11	4 155	26	35 956	610	97 663
Nordeste	604	80 861	6 615	477 383	142	7 046	84	67 132	183	407 920	7 627	1 040 342
Sergipe	16	378	661	17 901	2	82	3	1 088	25	8 765	707	58 217
Bahia	321	42 363	2 211	167 718	16	177	7	2 510	6	10 868	2 590	223 031
Minas Gerais	570	41 597	1 011	725 523	3	185	30	71 908	13	16 519	5 560	852 732
Espírito Santo	618	31 275	282	19 018	—	—	6	2 020	32	2 050	939	51 369
Rio de Janeiro	458	20 174	832	58 605	3	166	63	64 869	26	74 512	1 382	214 756
Distrito Federal	101	1 147	28	5 652	1	573	52	197 374	5	2 686	190	207 103
Léste	2 099	130 904	8 089	1 023 820	25	1 183	157	339 799	107	109 404	11 377	1 611 110
São Paulo	3 716	550 503	1 870	378 167	3	50	91	391 235	33	82 738	5 713	1 402 909
Paraná	363	51 342	209	21 520	2	126	54	19 688	1	11 950	565	137 890
Santa Catarina	291	3 843	70	3 142	—	—	15	18 690	—	—	379	25 681
Rio Grande do Sul	1 670	193 579	1 301	191 890	2	239	58	109 580	2	17 144	3 033	511 433
Sul	5 985	802 237	3 441	598 319	7	715	218	508 199	39	111 832	9 690	2 081 303
Goiás	17	2 366	1 056	176 167	1	22	—	—	1	1 732	1 075	180 170
Mato Grosso	19	1 035	1 185	175 661	—	—	—	—	1	198	1 235	176 942
Centro-Oéste	36	3 401	2 241	352 068	1	22	—	—	2	1 928	2 316	357 413
Brasil	8 307	1 037 191	21 371	2 161 779	175	9 266	459	375 261	342	631 379	31 154	5 115 179

b) **Crédito Agrícola**

Com o objetivo de concorrer para o fomento de nossas atividades agrícolas, expedimos às Filiais, em 30-11-48, carta-circular nos têrmos seguintes:

"Dado o notório interêsse nacional de ser intensificada a assistência financeira à agricultura, visando o aumento da respectiva produção, mórmente da parte relativa aos gêneros alimentícios de primeira necessidade, vimos recomendar aos Srs. Administradores das Agências que dispensem a melhor atenção às operações de financiamento agrícola, estimulando-as discretamente e procurando atrair à órbita da Carteira os produtores mais qualificados".

"À Direção da Carteira deverá ser feita imediata comunicação da cada indeferimento de propostas da espécie, mencionando-se o nome do proponente, valor do empréstimo pleiteado e fins a que se destinava, expondo-se, outrossim, os motivos determinantes da recusa".

Várias concessões têm sido ultimamente feitas em benefício do produtor, tais como:

a) dispensa de garantia subsidiária (quando os proponentes possuam outros imóveis e estejam em situação econômica capaz de acobertar o Banco de prejuízo, na hipótese de invalidação do penhor), no caso de financiamento de lavouras formadas ou imóveis

gravados com cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade;

b) dispensa de avaliação prévia das safras de algodão, quando localizadas as lavouras em terras já vistoriadas por prepostos do Banco;

c) dispensa, em determinadas hipóteses, da avaliação, por peritos remunerados, das safras de café;

d) manutenção em carteira dos contratos vencidos de financiameno de lavouras de café, sem maiores ônus para os devedores, isto é, isenção da cobrança de juros suplementares, à razão de 1% a.a., pela mora, até que se processe a venda normal do produto, para a qual se concede um prazo adicional de 90 dias, após o vencimento, quando depositado o café no interior, de 60 dias, após sua chegada e liberação, se despachado para as praças de exportação;

e) concessão de novos financiamentos a mutuários que, por frustração das colheitas apenhadas, não hajam liquidado os contratos anteriores, os quais são conservados vencidos, em carteira, nas mesmas condições do item anterior;

f) liberação dos conhecimentos de transporte de café apenhado, que excederem a quantidade necessária para a cobertura dos débitos correspondentes e despesas suplementares até final liquidação, na base regulamentar de 60% do valor do produto, considerando-se, para efeito do cálculo, os preços correntes nas praças de exportação e descontando-se, dos adiantamentos, as despesas a que o produto estiver sujeito.

Essas facilidades e o nosso decidido propósito de difundir o crédito agrícola — tanto quanto permitem o atual Regulamento e os recursos de que pôde a Carteira dispôr — contribuiram para o auspicioso movimento registado no exercício de 1948, ano em que o número de contratos agrícolas se elevou a 3.676, no valor de Cr$ 1.583.271.000,00, contra 5.448, feitos em 1947, no total de Cr$ 1.300.904.000,00. Verificou-se, pois, um acréscimo de 3.228 contratos, no valor de Cr$ 373.367.000,00.

Circunstância digna de especial registo é a elevada percentagem, em 1948, dos empréstimos de valor até Cr$ 30.000,00 cada um, os quais corresponderam a 41% do total dos financiamenos rurais (agrícolas e pecuários), conforme se constata no quadro aqui reproduzido.

FINANCIAMENTOS RURAIS

Número

Produtores	1938/943	1944	1945	1946	1947	1948	Total
Pequenos							
Cr$ Cr$							
De 250 a 5.000	5.376	935	1.049	686	315	490	8.851
De 5.001 a 10.000	7.312	2.472	2.717	1.776	618	1.010	15.905
De 10.001 a 20.000	10.188	3.110	3.819	2.768	900	1.561	22.346
De 20.001 a 30.000	6.397	2.760	3.153	1.930	458	742	15.440
	29.273	9.277	10.738	7.160	2.291	3.803	62.542
Médios							
Cr$ Cr$							
De 30.001 a 50.000	7.306	3.364	4.009	2.544	649	1.039	18.911
De 50.001 a 100.000	8.315	4.406	5.518	3.215	943	1.505	23.902
	15.621	7.770	9.527	5.759	1.592	2.544	42.813
Grandes							
Cr$ Cr$							
De 100.001 a 500.000 ...	7.858	5.590	7.490	4.103	1.618	2.503	29.162
Superiores a 500.000	999	1.115	1.859	456	346	663	5.438
	8.857	6.705	9.349	4.559	1.964	3.166	34.600
Todos os produtores	53.751	23.752	29.614	17.478	5.847	9.513	139.955

NÚMERO DE FINANCIAMENTOS RURAIS

% das Classes s/Total

Produtores	1938/943	1944	1945	1946	1947	1948	Total
Pequenos							
Cr$ Cr$							
De 250 a 5.000	9	4	4	4	5	5	5
De 5.001 a 10.000	13	10	9	10	11	11	11
De 10.001 a 20.000	18	13	13	16	15	16	15
De 20.001 a 30.000	12	12	11	11	8	8	10
	52	39	37	41	39	40	41
Médios							
Cr$ Cr$							
De 30.001 a 50.00	14	14	14	15	11	11	13
De 50.001 a 100.00	16	19	18	18	16	16	17
	30	33	32	33	27	27	3[illegible]
Grandes							
Cr$ Cr$							
De 100.001 a 500.00	16	23	25	23	28	26	23
Superiores a 500.000	2	5	6	3	6	7	6
	18	23	31	26	34	33	29
Todos os produtores	100	100	100	100	100	100	100

Pequenos Produtores

Colaborando com os poderes públicos, empenhados em promover a redução do preço dos gêneros alimentícios, objetivo que só se poderá alcançar mediante substancial aumento de produção, decidimos autorizar a extensão das regalias aplicáveis aos "pequenos produtores" a todos os casos de empréstimos até Cr$ 20.000,00, destinados o custeio de lavouras, ainda que os proponentes disponham de patrimônio acima de Cr$ 100.000,00 ou a lavoura por financiar comporte empréstimo superior a vinte mil cruzeiros.

Considerando que, em muitos casos, os principais trabalhos das pequenas lavouras são executados pelos próprios donos, com a cooperação de membros de suas famílias, admitimos, dentro do princípio de que os orçamentos integrantes dos contratos devem indicar a verdadeira aplicação que terão os créditos abertos, **a inclusão nos mesmos orçamentos, de verbas para manutenção dos creditados e de suas famílias.**

São as seguintes as concessões especiais facultadas aos pequenos produtores:

a) dispensa de prévia estimativa da colheita por avaliador remunerado;

b) dispensa de certidões negativas de impostos, ônus sôbre bens imóveis, ações cíveis e criminais;

c) dispensa de organização da ficha cadastral exigida pelas normas gerais de serviço, a qual é substituída por ficha especial, de confecção simples e resumida;

d) dispensa da garantia subsidiária comumente exigível nos financiamentos de culturas periódicas;

e) inclusão no orçamento, das despesas contratuais, quando o creditado não dispuser de recursos suficientes para pagá-las, e

f) fornecimento da primeira parcela do crédito ainda antes da inscrição do penhor que será providenciada por nossas próprias Agências.

Máquinas Agrícolas

Ainda dentro do programa de estímulo à produção, contribuindo para o plano de mecanização das lavouras, regulamentamos o financiamento da compra de máquinas agrícolas pelo seu valor integral em função da garantia oferecida, e ao prazo de até três anos, de acôrdo com a capacidade de pagamento dos proponentes, estimada esta pelo provável rendimento líquido da exploração.

PRODUTOS

Açúcar (Lavoura e Indústria)

Não obstante ser a produção "muito superior às necessidades do consumo nacional", como reconhece o Instituto do Açúcar e do Alcool continuamos prestando assistência à lavoura canavieira e à indústria açucareira, inclusive, em certos casos, para reaparelhamento das fábricas, desde que implique em melhoria do rendimento.

Os adiantamentos para os trabalhos das lavouras estão sendo feitos até o máximo de 50% do valor de

venda fixado por aquêle Instituto, com base na produção de canas próprias das usinas e respeitados sempre os limites oficiais destas. Além dessa limitação fundamental, o valor do empréstimo não deverá exceder ao da cobertura dos gastos compreendidos no período que se estende do término de uma safra ao início da subsequente ou, no máximo até o fim do primeiro mês da moagem seguinte.

Para os trabalhos das lavouras de fornecedores de usinas, os financiamentos estão sendo feitos até 50% do valor das canas (que estas se comprometem a receber daqueles), mediante penhor da safra corrente e respeitado o limite oficial de produção do fornecedor, fixado pelo Instituto do Açúcar e do Alcool.

Nosso auxílio à lavoura e à indústria do açúcar, produto que absorveu maior soma de recursos, se expressou, em 1948, pelo elevado total de Cr$ 559.052.000,00, isto é, mais Cr$ 92.522.000,00 do que em 1947.

Agave

A crise do agave, esboçada em princípio de 1946 em consequência da retração dos compradores, agravou-se no decorrer daquele ano, não obstante as medidas adotadas em defesa do produto.

Assim, em Outubro de 1946, reconhecendo a completa saturação do mercado, vimo-nos na contingência de suspender os financiamentos da espécie, considerando tal iniciativa como indispensável à salvaguarda não só de nossos próprios interêsses como dos de nossos financiados, uma vez que qualquer aumento de produção só lhes poderia acarretar, naquela conjuntura, dificuldades ainda maiores.

Durante o exercício de 1947, o mercado não chegou a oferecer reação digna de nota e, por êsse motivo, embora deixando de conceder novos empréstimos não exigimos a liquidação dos contratos vencidos, a fim de evitar para os devedores mais sérios embaraços.

Em 1948, atendendo a apelos que nos foram feitos por interessados nessa cultura, mandamos que nossas Agências localizadas na área do agave estudassem a matéria, a fim de ficarmos habilitados a decidir sôbre a conveniência de restabelecer nossos financiamentos.

Algodão

Foram alteradas, para o período agrícola de 1948-1949, as instruções relativas ao financiamento de lavouras de algodão, abandonando-se os limites máximos de adiantamento por hectare, de Cr$ 700,00 (sul) e Cr$ 450,00 (norte). Estabeleceu-se a base de 60% do valor da produção provável, até o máximo, por hectare, de 30 arrobas, na zona sul, e de 20, na zona norte, para o algodão em caroço. Foi considerado, para efeito de cálculo, o preço corrente da arroba na região. Se a colheita prevista fôr superior às máximas estabelecidas, são os financiamentos acrescidos de importância correspondente ao custo real dos serviços de colheita, transporte e preparo da quantidade de produto excedente, lavrando-se o contrato pelo valor total assim obtido.

No caso de necessidade de adubação das terras, admitimos, como base para o cálculo dos financiamentos, a produção máxima de 35 e 25 arrobas por hectare (ou 84,70 e 60,50 arrobas por alqueire de 24.200 m2), respectivamente nas zonas sul e norte.

Concedemos, em 1948, 1.399 financiamentos, no valor de Cr$ 108.040.000,00, contra 842, em 1947, no total de Cr$ 57.895.000,00, sendo a variação de mais 557 contratos, somando Cr$ 50.145,000.

Babaçu

Limitados a Cr$ 100.000,00 por cliente, os adiantamentos aos produtores foram feitos na base de 40% da estimativa da produção, considerado o preço corrente na região.

Cacau

O limite dos financiamentos foi ultimamente elevado de Cr$ 25,00 para Cr$ 30,00 por arroba da produção estimada.

Foram contratadas, em 1948, 142 operações no valor de Cr$ 40.669.000,00. Em 1947, o número de contratos foi de 57, no total de Cr$ 32.420.000,00.

Obtida autorização da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, foi nossa Agência, em Salvador instruída no sentido de contratar com o Govêrno daquele Estado, por intermédio do Instituto de Cacau, novo empréstimo no valor de Cr$ 30.000.000,00, para adiantamentos aos cacaucultores que venderem ou entregarem o produto ao Instituto, mediante garantia de penhor mercantil.

CAFÉ

Financiamento comum

Desde 1944 o adiantamento total (compreendendo a parte destinada aos gastos referentes ao trabalho e conservação da lavoura, bem como a relativa as despesas da colheita, preparo e transporte do produto), passou a ser feito na base de um máximo de 60% da produção provável, quando esta não exceder 40 arrobas ou 10 sacas de café beneficiado por 1.000 pés, podendo ser acrescido, se maior fôr a safra prevista, da importância necessária para atender às despesas de colheita, preparo e transporte do produto excedente.

Para obtenção do valor da produção provável da lavoura por financiar, adota-se o critério dos preços correntes na região em períodos anteriores. Continuamos admitindo a inclusão, no orçamento, de verba razoável para atender à subsistência do agricultor e de sua família.

Finiciamento de lavouras infestados pela broca

Com o objetivo de propiciarmos recursos para o combate à broca, que se expandiu em 1948, estabelecemos as seguintes normas especiais aplicáveis aos financiamentos dos trabalhos das lavouras atingidas ou ameaçadas por aquela praga:

1) Os empréstimos serão contratados em data que permita a primeira aplicação de

inseticida adequado e na época mais recomendável, isto é, geralmente quando os frutos começam a desenvolver-se.

2) Poderão os financiamentos elevar-se a 60% do valor da produção provável, máxima correspondente à média de 44 arrobas ou 11 sacos, por 1.000 pés, admitindo-se, porém, que o montante seja acrescido de importância equivalente ao custo real dos serviços de colheita, preparo e transporte das quantidades excedentes.

3) Nos casos em que a produção provável ultrapasse a média de 44 arrobas, ou 11 sacos, de café beneficiado por 1.000 pés, e quando comprovadamente necessário, poderá ser proporcionado adiantamento especial, fóra do limite fixado no item anterior, para ocorrer às despesas de aquisição e aplicação de inseticida adequado, desde que o empréstimo total não exceda 60% do valor da colheita prevista.

4) Quando, pela exiguidade da colheita prevista, não fôr possível solução nos têrmos do item precedente e esteja o proponente disposto e habilitado a formar, intercaladamente, nos cafezais (observados certos preceitos técnicos), culturas de outros produtos de fácil colocação, tais como amendoim, feijão, mamona, milho, etc. (exceto arroz), poderá ser concedido financiamento abrangendo a aquisição de sementes, preparo do solo para formação da cultura intercalar e serviços de colheita, preparo e transporte da produçao, bem como a aquisição do inseticida indicado para o combate à broca, desde que se ajuste ao limite de 60% do valor da provável produção da lavoura de café, adicionada ao da cultura intercalar a ser introduzida.

5) Se os empréstimos máximos proporcionáveis, nas condições indicadas nos itens anteriores, não comportarem verba para ocorrer às despesas indispensáveis ao combate à broca, compreendidas as de aquisição da maquinaria e acessórios (polvilhadeiras, carretas, óculos, máscaras, animais de tração e arreios), poderão ser concedidos outros empréstimos para tal fim, como os destinados à melhoria das condições, rendimento das explorações agrícolas (regulamento, art. 2.º, letra **g**), com base nos prováveis lucros liquidos das lavouras, nas seguintes condições conforme a espécie da garantia oferecida:

Maquinaria — até 40% do valor desta podendo tal base elevar-se até 60%, quando se tratar de máquinas de maior porte;

Animais — até 60% do valor venal;

Imóveis — até 40% do valor venal, considerando-se:

— o valor exato das terras;

— o das matas e plantações permanentes;

— o de outras benfeitorias (edificios, cêrcas, etc.), até o máximo de 20% do das terras e das matas ou culturas permanentes.

6) Os empréstimos de que trata o item precedente são realizáveis mediante contratos à parte, pelo prazo de um ano, prorrogavel por tantos novos períodos iguais quantos necessários, de acôrdo com a capacidade de pagamento dos mutuários, até o máximo de três ou quatro períodos, conforme a garantia seja constituida de penhor agrícola, pecuário ou hipoteca. Entretanto, como os lucros das explorações agrícolas, econòmicamente produtivas, no prazo de um ano, são quase sempre suficientes para o pagamento dêsses empréstimos, permite-se que os mesmos sejam conjuntamente contratados, em um único instrumento, com os destinados ao custeio comum.

Aos fiscais da Carteira foram fornecidas cópias de trabalhos técnicos sôbre a aplicação de inseticidas, com a recomendação de orientarem nossos clientes quanto à conveniente execução do serviço, sempre que estiverem deficientemente instruidos a respeito.

Financiamentos especiais

A estiagem que flagelou as plantações em São Paulo, reduzindo sua produtividade, seguida de invernia anormal, com fortes geadas e constância de ventos frios, fenômenos que também castigaram, com violência, os cafezais do Paraná, levaram o Govêrno Federal, a partir do período agrícola 1940-41, — renovada a autorização legislativa até o período de 1947-48 — a contratar com o Banco, por intermédio do Departamento Nacional do Café, financiamentos especiais das lavouras cafeeiras, sem fixação de limites em função das colheitas previstas e adstritos, apenas, às legítimas necessidades de custeio de parte das lavouras consideradas econômicamente produtivas, com a incorporação, em cada ano, do saldo devedor que porventura restasse do anterior. Nêsse empreendimento, que teve o objetivo nacional de evitar o perecimetno de culturas assoladas por fenômenos climáticos adversos, mas ainda econômicamente produtivas, inventemos cêrca de meio bilhão de cruzeiras, sendo êste um dos grandes serviços prestados pela Carteira em seu primeiro decênio de labor. Operação conduzida com observância de todos os preceitos técnicos, produziu os melhores resultados, sendo que o saldo devedor a descoberto — apesar do vulto da importância aplicada desde o início do plano a deverá afinal reduzir-se a cêrca de Cr$ 3.300.000,00 apenas, importância que corresponde a financiamentos não integralmente liquidados por insuficiência das produções que os garantiam. Na forma das condições ajustadas entre o Banco e o Departamento Nacional do Café (Decretos-leis ns. 3.049, 3.934, 5.147, 6.190 e 7.570), estamos em entendimento com essa autarquia, ora em liquidação, no sentido de lhe ser transferida aquela parcela de Cr$ .... 3.300.000,00, mediante sub-rogação de nossos direitos creditórios.

Aplicamos, em 1948, na lavoura do café, a elevada soma de 511.283 milhares de cruzeiros, relativa a 8.061 empréstimos. Isso representa, em comparação com os totais de 1947, mais 1.157 contratos e mais 168.213 milhares de cruzeiros.

Cêra de Carnaúba

Foram mantidas as bases para o financiamento dos trabalhos de extração e preparo do produto, isto é, adiantamentos de 40% do valor da produção, limitados ao máximo de Cr$ 160,00 por arroba.

Financiamentos especiais

Nos têrmos do aviso n. 467, de 22 de Julho de 1948, do Senhor Ministro da Fazenda, foi autorizada a realização de empréstimos especiais, mediante penhor mercantil do remanescente das safras então existentes, nas seguintes condições:

Tipos	Valor por arroba: Cr$
1	580
2	560
3	420
4	400

Adiantamento — 80% dos preços acima, com as deduções seguintes:

a) Juros de 7% a.a.;
b) comissão de fiscalização de ½% a.a.;
c) verba para pagamento de armazezagem e seguro;
d) quanto baste para pagamento de selos contratuais e despesas de transporte, impostos e taxas que incidirem sôbre a mercadoria para ser vendida na praça de exportação.

Conforme quadro que acompanha êste capítulo, foram realizados 71 contratos, correspondentes a 1.835.788 quilos de cêra, somando os créditos Cr$ 40.942.190,60.

Operação não especificamente agrícola, mas de sustentação e defesa de mercado, — não prevista, assim, em nosso Regulamento, — foi conduzida nos exatos têrmos da autorização do Senhor Ministro da Fazenda, a quem temos submetido todos os apelos que nos vêm sendo dirigidos por numerosos interessados na situação da cêra de carnaúba, produto de vital importância na economia dos Estados do Piauí e Ceará.

CÊRA DE CARNAÚBA (*)

Posição dos financiamentos concedidos até Dezembro de 1948

AGÊNCIAS	Contratos N.º	Quilos	Créditos concedidos (Cr$ 1.000)	Saldos devedores Cr$ 1.000)	Liquidações normais: Quilos	Liquidações normais: Valor (Cr$ 1.000)
Campo Maior	4	78.000	1.664	1.664	—	—
Parnaíba	8	332.060	7.373	6.061	25.000	533
Terezinha	3	37.200	794	794	—	—
Piauí	15	447.260	9.831	8.519	35.000	533
Camocim	2	42.570	1.010	1.010	—	—
Fortaleza	36	997.380	22.313	17.723	214.290	4.581
Sobral	12	99.518	2.137	1.008	52.952	1.129
Ceará	50	1.139.468	25.460	19.741	267.242	5.719
Rio Grande do Norte — Mossoró	3	178.300	4.120	3.657	15.120	464
Bahia — Salvador	3	70.760	1.531	1.531	—	—
Total geral	71	1.835.788	40.942	33.448	307.362	6.716

(*) Lei n.º 266, de 26-2-1948.

Juta

A lavoura dessa fibra, de sumo interêsse para os dois Estados Amazônicos, e de ponderável significação para nossa economia, apresentava, todavia, para a prática dos financiamentos, embaraços difíceis de contornar, ligados às peculiaridades da região e ao próprio negócio e ainda à deficiência de transportes regulares. Não obstante, após acurados estudos, resolvemos autorizar o financiamento, observadas as condições seguintes:

Adiantamento — 40% do valor da produção provável — limitada ao máximo de 1.000 quilos por hectare, — calculado sôbre a cotação do produto.

Garantia — Penhor das colheitas, mediante consentimento do proprietário das terrs, (quando o proponente fôr arrendatário). No caso de terras devolutas, cuja ocupação não seja titulada, o consentimento será dado por decreto do Poder Executivo ou mesmo por ato administrativo mais simples, se assim o permitir a legislação local.

Prazo — Máximo de 10 meses, iniciando a 1.º de outubro e vencendo a 30 de junho do ano seguinte.

Foram concedidos, no exercicicio, 28 créditos, no valor de Cr$ 2.883.000,00, sendo que, em 1947, o número de financiamentos foi apenas de 7, no total de Cr$ 205.000,00.

Trigo

E' com particular atenção que temos acompanhado o auspicioso surto da triticultura, dando-lhe, além de assistência financeira adequada, todo o apôio possível.

Os empréstimos são feitos até o máximo de 40% do valor da safra, calculado ao prêço de Cr$ 150,00 por saca de 60 quilos de trigo em grão não se levado em conta, para tal efeito, produçãa superior a 900 quilos por hectare. Se a produção prevista ultrapassar essa base, poderá o financiamento ser acrescido do custo real dos serviços de colheita, transporte o preparo do excedente.

Aos triticultores que tenham suas lavouras fundadas em terras próprias e não necessitem, para custeio de entressafra, de importância superior a Cr$ . . . 20.000,00, estamos proporcionando certas facilidades, com o objetivo de tornar os empréstimos mais acessiveis aos pequenos produtores.

A título experimental, concedemos também financiamento para aquisição de material agrário, na base de até 60% do valor das garantias oferecidas, desde que a capacidade de pagamento do proponente permita à liquidação do empréstimo contraído para compra de máquinas e custeio de lavoura

---

Elevou-se a 460, em 1948, o número de contratos para custeio de lavouras de trigo, cujo valor atingiu Cr$ 10.748.000,00. Em 1947 realizamos apenas 54 empréstimos, no total de Cr$ 1.143.000,00.

Diversos

Arroz no Rio Grande do Sul — De acôrdo com o estabelecido para o período agrícola 1948-49, nossos financiamentos poderão elevar-se até 60% do valor da safra provável, dentro do critério de um máximo de 100 sacas de Cr$ 3.600,00 por quadra, tomando-se por base não mais o prêço de Cr$ 45,00 por saco de arroz em casca, anteriormente fixado, mas o de Cr$ 60,00.

Considerados satisfatórios, foram mantidos os limites para os financiamentos das lavuras seguintes:

Arroz (exceto no Rio Grande do Sul) — 40% da produção provável, na base máxima de 25 sacos do produto em casca por hectare.

Amendoim — 40% do valor da produção provável, na base máxima de 50 sacos por hectare.

Feijão — 50% do valor da produção provável, na base máxima de 20 sacos por hectare.

Girassol — 40% do valor da produção provavel, na base máxima de 1.000 quilos por hectare.

Milho — 60% do valor da produção provável, na base máxima de 27 sacos por hectare.

Soja — 40% do valor da produção provável, na baso máxima de 25 sacos por hectare.

Quando a colheita prevista fôr superior às máximas estabelecidas, poderão os financiamentos (calculados na forma acima), ser acrescidos de importância correspondento ao custo real dos serviços de colheita, transporte e preparo da quantidade de produto excedente.

Foram feitos, em 1948, 1.548 contratos de financiamento de culturas de arroz, no total de Cr$ 216.926.000,00, contra 986 realizados em 1947, no valor de Cr$ 128.140.000,00.

Apresentamos a seguir, o quadro geral das aplicações da Carteira em seus dez anos de funcionamento, com discriminação dos produtos agrícolas

MOVIMENTO GERAL DOS CRÉDITOS CONCEDIDOS ATÉ 31/12/1948

Número — Valor (Cr$ 1 000)

PRODUTOS FINANCIADOS	1938/1943		1944		1945		1946		1947		1948		Total	
	N.°	Valor	N.°	Valor	N.°	Valor	N.°	Valor	N.°	Valor	N.°	Valor	N.°	Valor
Abóbora	—	—	—	—	—	—	—	—	2	17	1	5	3	22
Acácia negra	2	123	—	—	—	—	2	116	—	—	—	—	4	239
Adubo	1	1 000	1	10	—	—	—	—	—	—	7	68	9	1 078
Agave	28	1 040	131	9 452	248	19 402	195	17 178	—	20	—	• 232	602	47 615
Alfafa	34	690	10	388	9	292	2	132	4	288	1	106	62	1 896
Algodão	9 216	326 732	2 717	139 889	3 038	142 922	2 280	15 615	842	37 897	1 309	• 108 010	19 792	891 003
Algodão em pluma	2 588	549 993	1 275	507 749	3 452	2 115 588	260	88 012	4	611	—	—	7 593	3 261 886
Alho	9	103	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	9	103
Amendoim	24	685	—	—	1	31	6	72	109	1 399	52	2 091	192	7 278
Arroz	3 771	294 286	1 208	213 [illegible]	1 502	167 993	1 377	208 278	486	128 110	1 518	• 216 926	10 392	1 329 159
Aveia	—	—	—	—	1	2	—	—	—	—	2	121	3	123
Batata	39	2 013	42	2 017	81	6 320	89	1 704	142	4 708	133	6 122	526	26 184
Cacau	958	70 458	254	5 619	260	5 225	155	3 036	57	32 429	142	10 669	1 821	158 352
Café	6 952	451 333	863	75 189	1 522	171 814	2 063	303 785	1 901	343 070	3 061	• 711 283	16 385	1 856 373
Café especial	1 954	198 360	875	114 711	602	136 858	219	63 115	41	12 135	26	8 559	3 717	534 668
Cana de açúcar	1 444	399 248	358	223 296	348	149 518	317	262 965	321	165 530	332	• 559 652	3 151	2 059 611
Cebola	19	326	46	142	59	181	51	303	65	357	103	686	316	1 996
Cevada	—	—	1	25	—	—	—	—	—	—	1	25	2	15
Chá	1	21	1	21	—	—	—	—	—	—	—	—	2	51
Côco	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	12
Erva doce	1	14	—	—	—	—	1	12	—	—	—	—	1	11
Ervilha	—	—	2	42	—	—	—	—	—	—	—	—	2	42
Feijão	39	520	21	447	57	1 938	17	1 181	50	908	104	7 025	318	7 132
Frutas	329	6 261	15	282	21	6 736	23	1 247	59	1 651	35	1 151	482	7 231
Fumo	39	370	29	486	58	918	10	700	23	158	82	1 318	271	4 610
Gergelim	1	18	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	18
Girassol	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	250	1	250
Guaraná	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	500	2	500
Guaxima	2	18	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	18
Hortaliças	—	—	—	—	—	—	—	—	2	56	2	260	4	296
Juta	113	2 310	42	1 174	17	580	9	585	7	205	28	2 883	216	7 736
Linhaça	2	38	6	168	5	78	—	—	—	—	—	—	13	284
Linho	83	3 364	30	361	59	954	34	663	39	1 307	68	2 106	313	8 797
Lúpulo	—	—	—	—	1	8	—	—	—	—	—	—	1	8
Mamona	73	2 548	3	81	12	171	17	1 601	192	5 216	62	• 2 718	363	2 338
Mandioca	583	35 749	103	4 270	157	4 349	116	4 187	88	3 388	104	• 2 711	1 181	54 663
Menta	56	2 681	157	6 224	3	247	—	—	—	—	—	—	216	9 162
Milho	384	7 960	264	6 010	510	22 250	325	17 413	274	12 844	665	29 613	2 402	91 100
Rami	2	94	—	—	1	140	1	152	—	—	—	—	4	346
Repolho	—	—	—	—	6	135	6	428	2	29	1	15	15	512
Sericicultura	1	90	1	500	—	—	—	—	—	—	—	—	2	290
Tomate	9	26 925	3	5 923	11	333	29	8 787	23	10 518	7	15 405	82	66 924
Trigo	68	600	4	21	1	10	23	227	34	1 143	409	10 748	610	12 749
Tucum	—	—	—	—	—	—	—	—	1	36	—	—	1	36
Uva	39	450	2	35	—	—	1	10	1	15	4	264	47	734
Outros produtos	348	28 585	33	4 328	214	4 841	42	2 515	19	1 695	12	2 437	577	44 401
Máquinas agrícolas	34	1 236	19	1 225	31	16 212	27	13 696	19	529	64	6 117	197	39 315

(*) Em 1948, as verbas assinaladas incluem elevações de crédito provenientes da capitalização de acessórios em virtude de "ajustes de crédito" e "moratória".

MOVIMENTO GERAL DOS CRÉDITOS CONCEDIDOS ATÉ 31/12/1948

Número — Valor (Cr$ 1.000)

PRODUTOS FINANCIADOS	1938-1943		1944		1945		1946		1947		1948		Total	
	N.°	Valor	N.°	Valor	N.°	Valor	N.°	Valor	N.°	Valor	N.°	Valor	N.°	Valor
Plano de Emergência														
Dec.-lei n.° 7.774	—	—	—	—	—	—	605	84 491	1	1 622	—	—	606	86 113
Dec.-lei n.° 9.879 — Arroz	—	—	—	—	—	—	—	—	6	100 000	—	—	6	100 000
Ind. Extrativa Vegetal														
Babaçu	80	6 783	34	7 328	73	13 635	95	20 627	78	13 542	6	* 1 072	366	62 987
Borracha	37	6 935	2	20	1	6	—	—	—	—	—	—	40	6 961
Carvão vegetal	3	500	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	500
Castanha	8	469	—	—	1	100	9	2 025	8	1 740	9	1 100	35	5 434
Cêra de carnaúba	146	10 092	49	2 365	36	2 251	117	12 670	44	2 734	61	3 935	453	34 048
Cêra de carnaúba — EAC	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	71	40 842	71	40 842
Eucaliptos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	95	1	95
Erva mate	27	291	2	268	6	607	—	—	—	—	—	—	35	1 166
Lenha	10	761	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	10	761
Madeiras	4	500	—	—	1	200	—	—	—	—	1	5	6	705
Oiticica	10	322	8	71	3	168	—	—	3	73	5	146	29	780
Piaçava	1	100	1	100	3	74	3	174	—	—	—	—	8	448
Tungue	1	66	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	66
Melhoramentos agrícolas														
Irrigação de cultura de arroz	—	—	—	—	2	50	—	—	—	—	—	—	2	50
Agrícolas	29 671	2 543 062	8 634	1 343 120	12 320	2 993 990	8 652	1 239 633	3 118	1 209 904	8 676	1 593 271	73 401	10 922 980
Pecuários	23 669	1 638 611	11 995	1 971 898	17 167	2 091 868	8 774	804 921	397	88 206	938	* 368 769	65 935	6 967 181
Agro-Pecuários	411	25 668	123	6 112	127	7 520	55	3 497	2	30	1	* 216	719	43 044
Rurais	53 751	4 207 341	23 752	3 311 080	29 614	5 096 378	17 478	2 048 071	5 847	1 298 140	9 513	1 952 256	139 955	17 913 946
Industriais	425	750 454	122	141 516	137	157 214	226	271 422	178	205 374	369	* 495 989	1 457	2 921 969
Total	54 176	4 957 795	23 874	3 452 596	29 751	5 253 592	17 704	2 319 493	6 025	1 503 514	9 882	2 448 245	141 412	19 935 215

(*) Em 1948, as verbas assinaladas incluem elevações de crédito provenientes da capitalização de acessórios em virtude de "ajustes de crédito" e "moratória".

NOTA — Na atividade "Pecuária" estão incluídos os seguintes financiamentos para lã:

1945	3 oprs.	Cr$	5 000 000
1946	6 oprs.	Cr$	10 000 000
1947	6 oprs.	Cr$	5 500 000
1948	14 oprs.	Cr$	12 800 000
Total	29 oprs.	Cr$	33 300 000

c) **Crédito Pecuário**

No ano de 1947, de Janeiro a Abril, estiveram totalmente suspensas as operações de crédito pecuário, porque o artigo 5.º da Lei n.º 8, de 19 de Dezembro de 1946, proibindo ao pecuarista a alienação ou gravame de bens sem expresso consentimento de todos os credores, impediu praticamente a constituição de garantias. Depois de Abril, embora enfrentando riscos, chegamos a deferir, naquelo ano, 397 financiamentos, no total de Cr$ 88.206.000,00, incluidas seis operações no valor de Cr$ ... . 5.500 000,00, realizadas com cooperativas de produtores de lã.

O quadro a seguir, bem expressivo, mostra total dos créditos pecuários concedidos desde a fundação da Carteira:

Anos	Número	Valor Cr$ 1.000
1938	103	5.554
1939	653	39.594
1940	3.141	174.512
1941	5.524	307.051
1942	7.535	545.257
1943	6.713	566.643
1944	14.995	1.971.809
1945	17.167	2.094.868
1946	8.771	804.921
1947	397	88.206
1948	836	368.769

A vigência da Lei n. 8 foi ampliada pela de n.º 52, de 30 de Julho de 1947, que estendeu os efeitos da moratória até 30 de Dezembro de 1947. Pela interpretação dada àquele diploma legal, justamente nos Estados onde maiores eram nossas aplicações na pecuária, chegou-se a firmar jurisprudência no sentido de que nem mesmo pelo desvio criminoso ou total abandono das garantias, conservada o credor pignoratício o direito a medidas judiciais acautelatórias de seus privilégios. Não é difícil avaliar quanto foram prejudicados os nossos legítimos interêsses.

Finalmente, sancionada a 2 de Janeiro de 1948, veio a Lei n. 209 não só reger a moratória (abrangendo apenas debitos de criadores e recriadores de gado bovino e não de todo e qualquer pecuarista, na forma estabelecida pelos diplomas anteriores), como reajustar dividas, estabelecendo o processo e a forma de seu pagamento. Foi assim possivel à Carteira, louvando-se na nova Lei, reiniciar os empréstimos da espécie, já então, regulamentados em bases e condições ditadas pelo estudo amadurecido da matéria e pela larga experiência adquirida.

Em Agôsto, foram expedidas novas instruções às Agências, tendo-se realizado, em 1948, 836 contratos, no valor de Cr$ 368.769.000,00, contra 397, feitos em 1947, no total de Cr$ 88.206.000,00.

Os empréstimos destinados à aquisição de gado de recriação e de engorda pouca alteração sofreram em suas condições. Apenas, quanto a engorda, tendo em vista que êsse ramo da pecuária requer pastagens especiais, situadas nas proximidades de mercados consumidores ou de centros de industrialização, tivemos o propósito de entimumá-lo, principalmente, nas zonas de maior perpectiva de sucesso na exploração.

Quanto à criação, considerando que os criadores, já radicados à profissão, geralmente não precisam adquirir fêmeas — pois dispõem, em regra, de novilhas do próprio rebanho — passamos a financiar de preferência a compra de reprodutores machos, como o mais eficiente meio de elevar o indice racial do gado. Todavia, as propostas de empréstimos para aquisição de fêmeas são por nós apreciadas e deferidas, se ponderáveis os motivos invocados pelos proponentes.

Demonstrando a experiência que os empréstimos para melhoramento de instalações nas propriedades rurais constituem eficiente amparo ao pecuarista, fizemos especial recomendação às Filiais, no sentido não só de examinarem, com o maior empenho, propostas dêsse gênero, como de orientarem seus clientes, para que êles se possam bem aproveitar dessa modalidade de auxilio financeiro.

Na disseminação do crédito especializado a criadores, para aumento e melhoria da população bovina, temos tido particular interêsse em amparar os pequenos produtores, quando idôneos e credenciados para a atividade pastoril.

Retomando o curso normal das operações, estávamos também, no exercício de 1948, em fase de recomposições de dividas (elevavam-se os empréstimos pecuários, em 31-12-1948, a Cr$ .. .. 2.457 482.225,30), não só facilitando os ajustes legais, amigáveis ou judiciais, como proporcionando outra modalidade de composição, fóra da moratória, aos que se não quiseram valer da Lei n. 209. Mas a Lei n. 457, de 29 de Outubro de 1948, reabriu o prazo de habilitação aos benefícios da moratória, conferindo, outrossim, aos devedores a faculdade de terem seus rebanhos liberados, mediante especificação de bens imóveis em garantias da divida.

Muitos foram os pecuaristas que, expressamente, renunciaram aos benefícios da Lei n. 209, porque deixassem caducar o direito de requerê-los ou porque já tivessem reajustado seus débitos. Não obstante, grande parte dêles, ante as condições propiciadas pela Lei n. 457, procurou conseguir o amparo dêsse novo diploma legal. E, já agora, esboça-se forte movimento por parte dos interessados no sentido da concessão de liberalidades ainda maiores.

Nutrimos a esperança, porém, de que o patriotismo de nossos legisladores encontre, para tão complexa e delicada matéria, solução que preserve a instituição do crédito, que universalmente se funda na confiança e na certeza do regular reembolso das aplicações.

d) **Crédito Industrial**

Melhor demonstra o quadro seguinte a assertiva que fizemos quanto ao incremento de nossas operações, e, consequentemente, ao amparo prestado à indústria nacional. Não obstante a mais rigida observância dos preceitos que orientam nossas atividades, alcançaram os empréstimos da espécie, em 1948, número bem superior ao toal dos realizados em 1947, e seu valor ultrapassou, em muito, o montante das inversões feitas no exercício passado. De fato, enquanto, em 1947, tinhamos 178 contratos, no valor de 205.374 milhares de cruzeiros, durante o exercício de 1948, foram feitos 369 contratos, no total de 495.989 milhares de cruzeiros, sendo a variação, assim, de mais 191 contratos, somando 290.615 milhares de cruzeiros.

CARTEIRA DE CRÉDITO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL

Operações Industriais

ATIVIDADES FIANCIADAS	1938 a 1945		1946		1947		1948		Total	
	N.º	Cr$ 1 000	N.º	Cr$ 1 000	N.º	Cr$ 1 000	N.º	Cr$ 1 000	N.º	Cr$ 1 000
Algodão (beneficiamento, reprensagem)	61	17 507	77	12 128	40	11 155	55	60 518	233	157
Alimentação (massas, torrefação, bebidas, etc.)	17	18 385	5	908	4	3 831	21	27 039	80	51
Alumínio	6	121 110	—	—	—	—	—	—	6	121
Arroz, milho e outros cereais	12	8 170	—	—	54	37 656	97	64 012	217	111
Café (beneficiamento, torrefação)	18	23 315	37	32 084	20	20 241	63	18 338	205	192
Carnes e charqueadas	8	11 740	58	10 174	1	17 205	10	50 300	19	88
Cerâmica, cristais, louças e vidros	13	41 093	—	—	4	1 330	1	21 982	29	101
Cimento	1	10 000	8	30 638	1	5 000	5	18 000	4	13
Curtume (indústria de couros)	21	11 558	1	12 000	1	1 000	—	—	28	18
Expurgo de cereais	1	39 827	3	3 210	—	—	—	—	1	89
Frigorífico de frutas	1	35 000		—	—	—	—	—	1	35
Fumo	15	5 885		—	1	1 500	2	6 500	25	20
Madeiras (serrarias, compensados, laminados, etc.)	31	32 801	6	6 560	4	910	8	7 259	50	41
Mandioca (industrialização)	12	55 330	4	803	—	—	—	—	12	55
Material bélico	2	23 600	—	—	—	—	—	—	2	23
Metalurgia e siderurgia	11	123 290	—	—	1	5 500	10	29 523	09	182
Mineração	15	15 316	7	20 600	—	—	2	3 300	19	20
Óleos vegetais e gorduras	30	20 938	2	1 715	8	11 410	5	11 521	14	47
Papel, papelão, celulose, etc.	18	137 000	1	330	1	20 330	5	10 700	28	172
Produtos químicos e farmacêuticos	22	74 763	—	4 090	2	409	4	22 000	28	103
Sal	10	028	1	1 285	1	82	45	7 671	57	9
Têxteis (fiação e tecelagem)	12	8 913	2	1 850	4	11 121	7	18 145	55	112
Trigo e farinha de trigo	—	—	1	60	1	2 174	17	24 799	22	27
Transportes	6	101 208	—	—	1	2 150	—	—	7	103
Outras atividades industriais	184	39 245	12	12.187	4	2 360	10	56 450	210	110
Total	681	1 049 287	226	271 422	178	205.373	369	405 887	1 457	2 021

NOTA — As cifras relativas a "outras atividades industriais" até 1945 incluem operações de financiamento à borracha, realiza- até 1943 e posteriormente transferidas para o Banco da Borracha.

No tocante à producão do trigo nacional, cujo cultivo, em bases adequadas e permanentes, tem sido estimulado pela Carteira, estendemos nossa assistência financeira desde os trabalhos agrícolas até à industrialização primária dêsse cereal. Só na industrialização primária do trigo, isto é, moagem do grão para transformação em farinha, já inverteu a Carteira, ultimamente, cêrca de Cr$ 28 000.000,00.

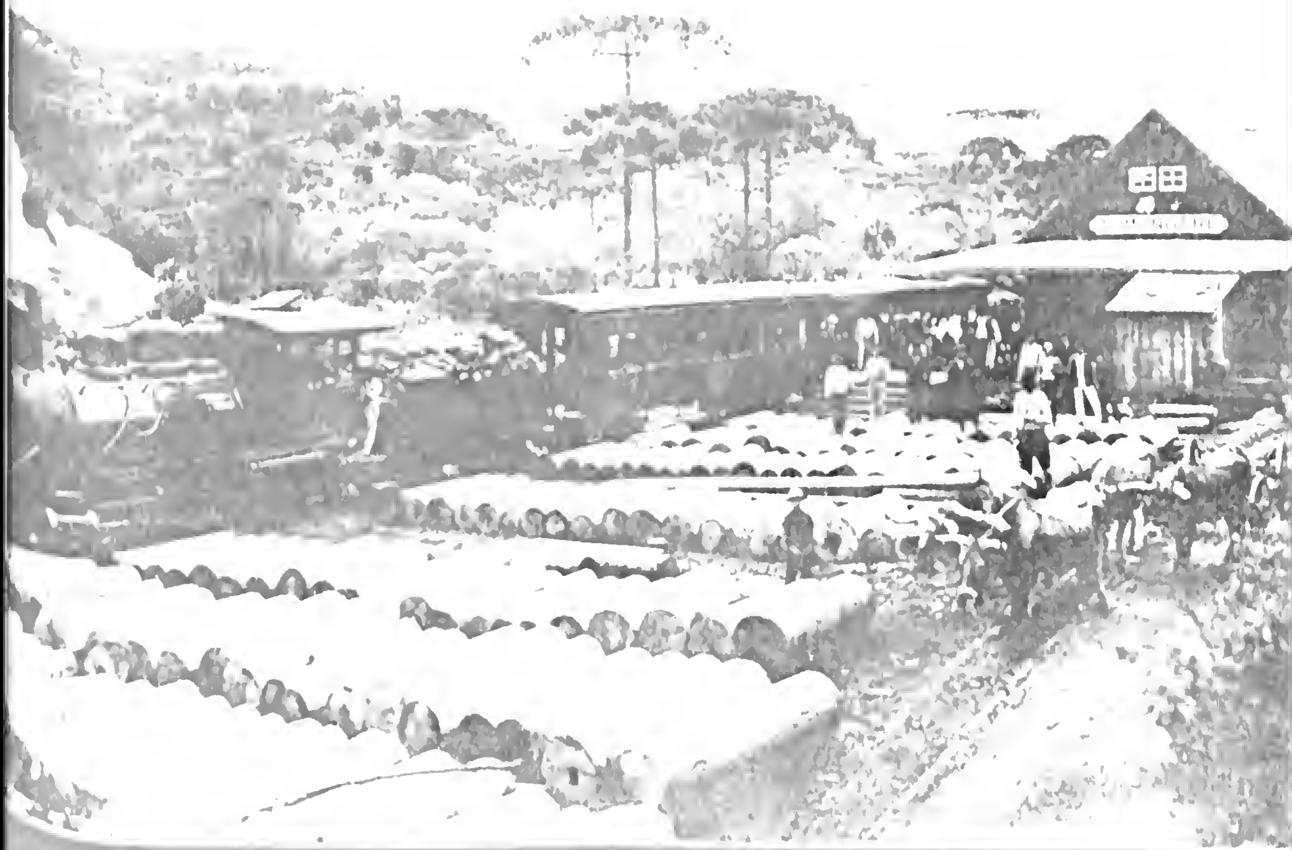
Outro ponto que merece ser acentuado é o que se refere ao amparo da indústria do charque. Transpondo as naturais dificuldades que se lhe antepunham, decorrentes das próprias características da indústria, pôde a Carteira, como já o vem fazendo, incluir o charque na linha de utilidades especificadamente financiadas, contribuindo, assim, para o efetivo amparo da produção nacional. Nessa atividade inverteu a Carteira, em 1948, Cr$ 56.300.000,00, quando em todo o ano anterior tais aplicações não foram senão pouco além da casa dos 17 milhões.

O sal teve também, recentemente, sua produção amparada pela Carteira que, nos moldes do contrato assinado com a União, em 5 de Setembro de 1947, passou a prestar direta assistência aos salineiros, proporcionando-lhes os meios necessários à melhoria do produto. Dessa forma, 45 contratos, no valor de Cr$ 7.671.000,00, foram firmados no exercício de 1948, contra um único financiamento, de Cr$ 82.000,00, feito em 1947.

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ORGAM OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA



A indústria madeireira do Brasil tem no pinho o seu maior esteio. O ininterrupto e crescente consumo dessa madeira, de tantas aplicações, deveria obrigar o replantio intensivo, para que no futuro não tenhamos de importar pinho de outros países.

RIO DE JANEIRO — BRASIL

ANO LIII

MAIO-JUNHO, 1949



A pecuária, na Suiça, sendo das mais adiantadas do mundo, dispensa instalações suntuosas, como nos mostra o clichê.

SUMARIO

Pag.

Sociedade Nacional de Agricultura

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA

PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo	—	DR. MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA
Presidente Benemérito	—	DR. WENCESLÁU BRAZ PEREIRA GOMES
Presidente de Honra	—	DR. GETÚLIO DORNELLES VARGAS

Presidente	—	ARTHUR TORRES FILHO
1.º Vice-Presidente	—	LUIZ SIMÕES LOPES
2.º Vice-Presidente	—	EDGARD TEIXEIRA LEITE
3.º Vice-Presidente	—	ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
1.º Secretário	—	FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário	—	ADAMASTOR LIMA
3.º Secretário	—	EURICO SANTOS
4.º Secretário	—	CINÉAS DE LIMA GUIMARÃES
1.º Tesoureiro	—	KURT REPSOLD
2.º Tesoureiro	—	OTTO FRENSEL

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
ALTINO DE AZEVEDO SODRÉ
ANTONIO FRANCISCO MAGARINOS TORRES
ENIO LUIZ LEITÃO
FRANKLIN DE ADLMEIDA
GERALDO GOULART DA SILVEIRA
HONÓRIO DA COSTA MONTEIRO FILHO
JOÃO MAURICIO DE MEDEIROS
JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
MARIO DE OLIVEIRA

CONSELHO SUPERIOR

ALVARO SIMÕES LOPES	—	JOAQUIM CAMARA FILHO
ANAPIO GOMES	—	JOÃO TAJDER
ANTONIO BARRETO	—	JOSÉ SAMPAIO FERNANDES
ANTONIO JOSÉ ALVES DE SOUZA	—	JOSÉ SOLANO CARNEIRO DA CUNHA
APOLONIO SALLES	—	JULIO CESAR COVELO
BALBINO DE SOUZA MASCARENHAS	—	LANDULPHO ALVES DE ALMEIDA
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO	—	LUIZ DE OLIVEIRA MENDES
CARLOS DE SOUZA DUARTE	—	MANOEL CARLOS FERRAZ DE ALMEIDA
DIOGENES CALDAS	—	MANOEL NETTO CAMPELO JUNIOR
EDUARDO DUVIVIER	—	MARIO VILHENA
EUVALDOD LODI	—	ORMEU JUNQUEIRA BOTELHO
FABIO FURTADO LUZ	—	OSCAR DAUDT FILHO
FRANCISCO SATURNINO BRITO FILHO	—	PAULO PARREIRAS HORTA
GUILHERME EGBERT HERMSDORFF	—	PEDRO FONTES
HUMBERTO BRUNO	—	PEDRO CALMON MONIZ DE BITTENCOURT
IRIS MEINBERG	—	ROBERTO DE ARAUJO CARNEIRO CAMPELLO
ISRAEL PINHEIRO DA SILVA	—	RUI CARNEIRO
ITAGYBA BARÇANTE	—	SEBASTIÃO HERCULANO DE MATTOS
J. C. BELO LISBÔA	—	SEBASTIÃO SANT'ANA E SILVA
JERONIMO ANTONIO COIMBRA	—	WALDICK MOURA

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARÁTER PERMANENTE DOS SEGUINTES ÓRGÃOS:

Conselho Federal do Comércio Exterior (Presidência da República) — Dr. Arthur Torres Filho; **Comissão Permanente de Exposições e Feiras** (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; **Comissão Central de Preços** (Presidência da República) — (Agricultura) — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Comissão Central de Preços** (Presidência da República) — (Pecuária) — Dr. Jeronimo Antonio Coimbra; **Comissão Permanente de Estradas de Rodagem** (Ministério da Viação) — Dr. Raul David de Sanson; **Comissão de Organização Rural** (Ministério da Agricultura) — Dr. Arthur Torres Filho; **Instituto Brasileiro de Educação e Cultura** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Comissão de Intercâmbio Comercial com o Exterior** (Ministério da Fazenda) — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio e Produção** — Dr. Edgar Teixeira Leite.

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGAM OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LIII — Maio - Junho de 1949

A importancia do ensino agrícola na evolução econômica do Brasil

Prof. ARTHUR TORRES FILHO

Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Não há ainda infelizmente, no nosso meio social e político, a exata compreensão do papel que o ensino agrícola, em suas diversas modalidades, poderá representar no Brasil como agente poderoso de sua expansão econômica.

Pois será possível, sem o ensino agrícola generalizado, dispormos de forte estrutura econômica?

Na luta da competição comercial entre os povos, só poderão vencer aquêles que tiverem bôa organização técnica e econômica.

Sem organização que nos faculte produzir em boas condições e a baixos preços, bem pouco valerão as nossas decantadas riquezas.

Temos deante de nós, sem solução até hoje, do Império à República, o problema agrário, base e fundamento que há de ser de nossa independência política.

A produção agrícola têmo-la de defender a todo custo, como questão de capital importância para os altos interêsses do Brasil. Em toda a nossa história, desde mesmo o período colonial, não tem sido a agricultura a nossa maior fonte de riqueza?

Todavia, sem uma produção lançada em bases seguras, com o gráu de civilização dos nossos dias, deante dos meios rápidos de transporte e dos recursos da técnica produtiva, não poderemos vencer, no jogo da livre concurrência, enfrentando outras nações cuja agricultura esteja organizada sôbre base técnica econômica.

Ressalta à evidência que necessitamos de uma política verdadeiramente construtora, que tome por base a solução do problema agrário brasileiro, *porquanto sem produção abundante, barata e de circulação fácil no nosso imenso território, nunca conseguiremos desafogar a vida econômico-financeira da Nação.*

Aconselham nossas condições sociais, políticas e econômicas, volvamos a nossa atenção para o problema agrário.

Não se concebe mais, em nossos dias, a exploração inteligente de um país ou região sem o exame do solo, do clima, das variedades melhoradas de plantas, de aplicação dos adubos, do emprêgo das máquinas agrícolas, enfim, sem os ensinamentos da ciência agronômica.

Será nessa direção, tendo em alta conta o ensino profissional, que alcançaremos o ambicionado desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Sendo um país novo, haverá quem conteste exista no Brasil o fenômeno da população dos campos.

Quem contestará também que os melhores elementos da vida rural são atraídos para o comércio, para a indústria e demais profissões próprias das cidades? No entanto, a vida das aglomerações urbanas depende do trabalho dos que mourejam nos campos.

Isso indica que, para suscitarmos por todos os meios as nossas energias creadoras de riqueza, teremos que nos preocupar com a instrução profissional daqueles que vivem na agricultura.

Sociólogos existem que consideram o exodo dos campos uma das maiores e mais graves questões sociais da nossa época.

Mas, sem termos noção bem clara dos interêsses capitais do país, dificilmente alcançaremos as reações necessárias, como acontece com o ensino agrícola.

Que temos feito em pról da instrução profissional dos que vivem na agricultura? Qual não é o número de rapazes e moças carecendo de bôa instrução agrícola e doméstica? Que temos feito nesse sentido em face das demais nações civilizadas?

É fatal que, sem melhorarmos a nossa situação rural, isto é, sem que a vida do campo se torne capaz de proporcionar o bem estar e a independência, o homem do campo será atraído para as vilas, aldeias e cidades.

A pouca e pouca a agricultura se despojará da parte mais inteligente da sua população. Não é o que acontece, por exemplo, com os filhos dos proprietários mais ricos que, enviando seus filhos às escolas nas cidades, acabam por encaminhá-los para as profissões administrativas, liberais e industriais?

Quais não serão as consequências sociais desse fato?

Por outro lado, com o progresso vertiginoso da indústria, não exerce ela verdadeira drenagem na mão de obra rural, por pagar melhores salários do que a agricultura?

Está-se deante de um problema social de gravidade inequivoca, cuja solução consiste em se procurar reter o deslocamento da população rural para os centros populosos.

Mas como combater-se esse mal? Outro recurso não vejo senão promovendo-se a mais larga difusão do ensino agrícola, mediante um sistema de educação generalizada, desde a criança do campo passando pelo trabalhador e o agricultor, até o ensino superior, para a formação do profissional completo, instituindo-se um ensino para todas as situações sociais.

A agricultura, como os demais ramos dos conhecimentos humanos, tem sido largamente beneficiada pelo desenvolvimento científico dos nossos dias. Quem ignorará que a química, a botânica, a física, a microbiologia, a zoologia, a higiene, etc., constituem o pedestal em que repousa a agricultura moderna?

Há cincoenta anos atrás ainda se poderia talvez admitir que o agricultor se contentasse com os progressos antigos, consagrados pela prática inveterada e transmitidos de pais a filhos.

É evidente que tal se não póde dar atualmente, com a situação por completo mudada, deante dos meios rápidos de transporte e da luta da concurrência entre os povos. Si quizermos o progresso da nossa agricultura em bases remuneradoras, teremos de nos socorrer da agricultura racional. Mas, para tanto conseguir-se, tornam-se indispensáveis conhecimentos profissionais, isto é, será preciso que a agricultura se dispa do manto da rotina e penetre no caminho do progresso, norteada pela ciência.

Temos deante de nós, como já assinalara Veiga Filho, no seu "Manual da Ciência das Finanças", o "problema da insuficiência da produção, que se vai desenvolvendo a passos muito lentos, fazendo sentir a necessidade de ser adotada uma política resoluta, de expansão econômica ou de defesa dos grandes interêsses materiais do país."

Não será exagero si se disser que necessitamos resolver o nosso problema da existência própria, a principiar por uma a uma das unidades da Federação; mas, para resolvê-lo, precisamos de riqueza, riqueza que só poderá ser arrancada do seio da terra pela agricultura. O nosso comércio exterior não poderá ficar limitado a alguns produtos, obtendo-se, porém, do nosso solo, tudo o que êle encerra, creando-se para isso novas culturas e aperfeiçoando as existentes.

Para tanto conseguirmos necessitamos conhecer o nosso país, mas com as armas da ciência, procedendo a estudos sérios, rigorosos, de modo a se constituir um plano geral e de conjunto a ser realizado sem descontinuidade, por regiões, único meio de se obter solução definitiva ou caminharmos para ela em defesa do nosso patrimônio agrícola.

Que conhecemos da nossa economia rural, do nosso solo e da nossa flora, do ponto de vista agronômico? Faltam-nos os dados de uma perfeita estatística agrícola, isto é, escasseiam-nos os elementos reais sôbre as condições do país. E a instrução agrícola?

Falta-nos, afinal, instituirmos um govêrno econômico, em toda a acepção científica do termo; conhecendo as nossas fontes de riqueza e possuindo organização completa e rigorosa.

Como dizia João Pinheiro, o notável estadista mineiro, "o problema econômico brasileiro não é uma dessas idéias políticas passageiras, vistoso fogo de artifício para surgir e passar veloz, na precariedade das coisas fictícias; corresponde à solução de necessidades aflitivas, à ânsia de progresso, e foi posto — para ser resolvido — pelas próprias condições sociais da vida nacional".

Não se deve ignorar que o progresso agrícola de muitos países tem por origem a penetração da ciência na prática agrícola.

A organização de estabelecimentos científicos de pesquisas, o espírito de associação, o desenvolvimento dos meios rápidos de transporte e o progresso do material agrícola, constituem, dentre outros, os meios técnicos de se produzir mais, melhor e mais barato.

A predominância dêste ou daquele país, na luta da competição comercial, dependerá dos progressos realizados no terreno da produção agrícola ou industrial.

Produzir em maior escala e produzir economicamente — tal deverá ser o nosso lema.

Si não entrarmos pelo caminho do recrudescimento das fôrças vivas e das energias latentes da Nação, dia a dia mais acentuada será a nossa inferioridade econômica e a precariedade alimentar do nosso povo.

Não podemos permanecer retardatários em matéria de agricultura, sem iniciativas, sem estímulos, quando a situação exige modificação radical em nossos hábitos tradicionais.

Muito benéfica, como será forçoso reconhecer, tem sido a ação exercida pelo Ministério da Agricultura desde sua criação e, principalmente, nos últimos tempos; mas o problema é complexo e difícil, pois as providências a serem tomadas exigem o concurso dos municípios e dos Estados, numa ação conjunta e continuada por muitos anos. — De outro modo, teremos de assistir de braços cruzados à ruína de diversos ramos da produção nacional, como até aqui, pois uma ação desenvolvida nessa diretriz não póde surtir resultados imediatos.

A agricultura foi, tem sido, e será a nossa maior fonte de riqueza pública.

A nossa crise agrícola vem de longa data, mas, para resolvê-la, exercendo-se ação bastante intensa em todo o território nacional, promovendo-se o melhoramento dos nossos processos de cultura do solo, das raças animais, traçando-se programa conciente de política construtora, torna-se indispensável o concurso dos Estados e dos municípios, numa ação conjunta e devidamente planejada.

A colaboração dos Estados com o Ministério da Agricultura, em todos os seus aspetos, sob fórmula prática, é imprecindível para a defesa da nossa economia agrícola. De outra fórma, disso estamos plenamente convencidos, não chegaremos à transformação dos nossos métodos e processos agrícolas, nem será possível alcançar-se a expansão econômica do Brasil. Nesse particular, como em muitos outros, teremos de voltar vistas para o gigantesco aparelhamento da agricultura norte-americana.

Si o Ministério tiver que restringir sua atividade ao orçamento federal, sem fundos permanentes, nunca, pela exiguidade dos recursos, assim mesmo com frequentes descontinuidades, chegará a exercer atuação bastante intensa em toda a vastidão do território nacional.

A questão agrária é, talvez, o único problema nacional que temos realmente a resolver. Todas as nossas principais soluções dependem dela.

Um povo batido no terreno econômico está virtualmente vencido no campo político; a sua soberania não passará de um domínio de fato.

Deante de nós temos vastas extensões territoriais inexploradas, incultas ou abandonadas, junto aos próprios grandes centros de população, para serem transformadas em riqueza econômica.

A HERVA MATE

Octavio Secundino.

Entre as grandes riquezas, não diremos desconhecidas, mas até aqui pouco conhecidas, do Brasil, figura certamente a Herva Mate.

Não iremos aqui referir opiniões de cientistas nacionais e estrangeiros em tôrno da preciosa produção dos Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso, riqueza que aliás é tão bem compreendida pelos nossos visinhos platinos que vêm na Herva Brasileira um produto rico de qualidades nutritivas e valioso como elemento de riqueza nacional.

Diga-se o que se queira, porém, o fato é que o Instituto Nacional do Mate, embóra costumem lhe atribuir muitos êrros, constitui um clima de reais cogitações em tôrno do Mate na sua industrialização, no comércio interno e externo, além de ter disciplinado a produção, harmonisando os interêsses dos industriais e dos lavradores.

Hoje o Mate é uma riqueza real, conhecida e reconhecida. Di-lo melhor, entre outras cousas a importância que lhe foi dada no estudo do Plano Salte por parte do Congresso Nacional.

E é confortador salientar o interêsse que tem demonstrado o Chefe da Nação colaborando com as bancadas parlamentares dos Estados hervateiros, com a administração do Instituto Nacional do Mate e com as cooperativas, no sentido de um crescente prestígio para o precioso produto que reune, a um tempo — qualidades terapeuticas admiráveis e magníficas propriedades como alimento.

O Mate atravessa um período aureo de desenvolvimento e progresso, contando para isso, além das suas virtudes por todos proclamada, com a fortuna de ter, na Presidência da República e na presidência do Instituto Nacional do Mate, dois filhos ilustres de um grande Estado hervateiro, o Estado de Mato Grosso, General Eurico Gaspar Dutra e Dr. Generoso Ponce Filho.

O Plano Salte vai contribuir poderosamente para a prosperidade da Herva Mate no Brasil e então não será esquecida também a atuação, na sua defeza, do Deputado Federal pelo Paraná, lider do seu Govêrno, Dr. Lauro Sodré Lopes, autor da emenda vitoriosa na Comissão de Finanças, mandando incluir no Plano Salte, verbas destinadas ao fomento da prodigiosa produção brasileira.

Rio, 1949.



Para tanto conseguirmos, faz-se mister programa de política econômica que abranja toda a Nação.

Está fora de dúvida, como compreendeu a grande Nação Americana, desde a primeira Mensagem de Washington, em 1796, depender o progresso econômico, fundamentalmente, do desenvolvimento do ensino agrícola. Será êle, com o industrial e o comercial, que fará viver e crescer a Nação Brasileira, proporcionando-lhe os recursos necessários à realização dos seus gloriosos destinos em benefício da Humanidade.

A Instrução na Bacia do São Francisco

Antonio de Arruda Camara
Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

I — ENSINO PRIMÁRIO

Há nos municípios total ou parcialmente compreendidos na bacia do São Francisco acentuado interesse pela instrução.

Nas cidades e nas vilas, assim como na maioria dos povoados, é o ensino primário geralmente ministrado. No interior, entretanto, é deficiente o número de escolas. E essa deficiência, notada, mesmo, em centros de população mais densa, constitui problema de difícil encaminhamento e solução.

Nos centros de maior atividade agrícola aparece, — embora a consideráveis distâncias —, nucleos favoráveis à vida das escolas rurais. O mesmo, entretanto, raramente ocorre nos centros pastoris em que a população é mais dispersa.

A distância, mais do que a pobresa, impede o povoamento das escolas no interior do país.

Muita criança em idade escolar é escolas apenas com algumas crianças... as que, por sorte, moram nas proximidades, isto é, até a cerca de meia dúzia de quilômetros.

Logares há em que mal se aprende *a assinar o nome* ou a fazer as *quatro operações* por ser a escola distante, e, outros, em que a escola, por pequena freqüência, foi fechada ou transferida.

Nesses logares a escola particular não sustenta o professor. Em casa, o que sabe *ler, escrever e contar*, ensina aos outros... quando ninguem sabe, nada se pode fazer.

Não é pois o problema da instrução no meio rural, sobretudo quando fraca e dispersamente povoado, de fácil encaminhamento. As distâncias, as grandes caminhadas a pé a que estão sujeitos os escolares, mais do que a falta de preparação do professor para a vida rural, dificultam, impedem mesmo, a difusão do ensino.

Segundo elementos que nos foram prestimosamente enviados pelo Dr. M. A. Teixeira de Freitas, Diretor de Estatística da Educação e Saúde era o seguinte, em 1940, a situação do ensino primário na bacia do São Francisco:

ESTADO DE ALAGÔAS

	Unid. escol.	Corpo docente	Matr. geral
Zona do Litoral e Mata:			
Coruripe	14	20	806
Igreja Nova	16	20	864
Limoeiro de Anadia	23	26	1.013
Penedo	37	63	2.800
Piassabussú	15	21	755
Porto Real do Colégio	11	15	608
Zona do Sertão Alto:			
Mata Grande	13	17	781
Palmeira dos Índios	39	61	2.743
Santana do Ipanema	28	33	1.367
Zona do Sertão do Baixo São Francisco:			
Água Branca	17	20	950
Arapiraca	15	24	1.099
Marechal Floriano ..	7	7	238
Pão de Açúcar	19	25	901
Traipú	23	26	1.106

ESTADO DE SERGIPE

Zona do Litoral:			
Cedro (Darcilena ...	16	16	678
Jaboatão (Japoatã) ..	14	14	571
Japaratuba	22	23	959
Muribeca	9	9	408
Neopolis	14	19	890
Propriá	32	39	1.582
S. Francisco (Parapitinga)	13	13	532
Zona do Sertão do Baixo São Francisco:			
Canindé	9	10	436
Gararú	8	8	359
Porto da Folha	11	16	473
Zona do Sertão:			
Aquidabã	15	15	685
N. Senhora da Glória	6	6	248

ESTADO DE PERNAMBUCO

Zona do Agreste:			
Bom Conselho	31	38	1.704
Pesqueira	65	81	3.033
Zona do Sertão Baixo:			
Alagôa de Baixo (Sertania)	34	40	1.347
Belém (Jatinã)	9	9	383
Bôa Vista (Cocipós)	7	7	307
Cabrobó	6	6	248
Custodia	20	20	629
Floresta	13	17	797
Itaparica (Petrolândia)	16	16	617
Leopoldina (Parnamirim)	5	5	192
Moxotó	9	9	376
Petrolina	18	37	815

Zona do Sertão Alto do Leste:

Águas Belas	17	18	783
Buique	18	19	764
Pedra	9	9	408
Rio Branco (Arcoverde)	20	22	846

Zona do Sertão Alto do Oeste:

Afogados da Ingazeira	32	32	1.401
Belmonte (Manissobal)	12	12	570
Bodocó	11	11	465
Exú	9	8	351
Flôres	24	24	1.169
Ouricuri	10	11	393
Salgueiro	14	16	550
São Gonçalo (Araripina)	9	9	374
São José do Egito	17	17	769
Serra Talhada	26	26	1.056
Serrinha (Serrita)	12	14	489
Triunfo	22	39	1.494

ESTADO DA BAÍA

Zona do Sertão Nordeste:

Campo Formoso	7	10	621
Jeremoabo	6	8	444

Zona do Sertão do São Francisco:

Casa Nova	7	9	489
Curaçá	8	8	432
Gloria	6	6	318
Juazeiro	23	32	1.753
Pilão Arcado	5	5	257
Remanso	8	9	476
Sento Sé	4	4	188

Zona Central:

Jacobina	12	19	932
Saúde	5	5	286

Zona da Chapada Norte:

Bom Sucesso (Ibitiara)	2	2	71
Brotas de Macaúbas	5	5	341
Irecê	3	4	285
Macaúbas	3	7	262
Morro do Chapéu	12	14	779
Oliveira dos Brejinhos	2	2	112
Santo Inácio	2	2	80

Zona da Chapada Sul:

Caitité	23	39	1.489
Guanambi	6	8	318
Jacaraci	5	5	257
Palmas de Monte Alto	6	6	266
Paramirim	9	9	527
Riacho de Santana	6	6	273
Urandi	8	8	422

Zona do Médio São Francisco:

Barra	16	31	948
Bom Jesus da Lapa	6	9	460
Carinhanha	6	6	355
Xique-Xique	4	6	360
Rio Branco (Paratinga)	7	11	574

Zona do Planalto do Oeste:

Angical	4	4	227
Barreiras	10	15	786
Correntina	3	3	207
Cotegipe	7	7	355
Rio Preto (Ibipetuba)	6	10	406
Santa Maria da Vitória	5	5	343
Santana	4	4	208

ESTADO DE MINAS GERAIS

Zona de Itacambira:

Espinosa	8	17	688
Grão Mogol	16	20	747
Monte Azul	4	13	563
Porteirinha	9	9	404

Zona do Alto Jequitinhonha:

Diamantina	39	87	3.260

Zona Metalurgica:

Belo Horizonte	183	1.254	31.895
Belo Vale	20	23	1.427
Betim	19	50	2.349
Bonfim	24	31	1.511
Brumadinho	18	21	1.223
Caeté	20	35	1.719
Conceição do Mato Dentro	40	76	2.930
Congonhas do Campo	7	21	727
Conselheiro Lafaiete	43	151	4.543
Cordisburgo	10	20	1.046
Jaboticatubas	18	28	1.515
João Ribeiro	20	37	1.691
Itabirito	17	36	1.281
Lagôa Dourada	12	12	927
Lagôa Santa	1	15	586
Mateus Leme	19	26	1.155
Nova Lima	20	75	2.735
Ouro Preto	45	90	3.260
Paraopeba	20	40	1.547
Pedro Leopoldo	26	77	2.781
Resende Costa	8	21	781
Sabará	10	37	1.484
Santa Luzia	19	59	2.268
Santa Quiteria (Esmeraldas)	11	27	1.302
Sete Lagôas	34	94	4.226

Zona do Médio São Francisco:

Brasilia	9	20	958
Coração de Jesus	17	31	1.347
Francisco Sá	15	26	1.056
Januaria	30	58	2.464
Manga	13	22	982
Montes Claros	35	79	3.373
São Francisco	10	20	756

Zona do Alto São Francisco:

Abaeté	19	57	1.818
Bocaiúva	14	43	1.830
Buenópolis	6	17	564
Corinto	16	38	1.514
Curvelo	26	63	2.355
Pirapora	18	39	1.565
Pompeu	6	20	763
Tiros	7	14	678

Zona do Oeste:			
Arcos	14	30	1.513
Bambuí	16	35	1.610
Bom Despacho	30	53	2.158
Carmo da Mata	9	24	987
Cláudio	11	25	1.057
Divinópolis	22	60	2.167
Dores do Indaiá	18	55	1.657
Formiga	36	86	2.899
Guia Lopes	2	5	214
Itapecerica	22	54	1.901
Itaúna	34	84	2.963
Lagôa da Prata	5	16	752
Luz	16	38	1.566
Martinho Campos	6	17	948
Oliveira	32	93	2.921
Pará de Minas	38	75	3.544
Passa Tempo	13	25	1.095
Pequi	6	23	952
Pitanguí	26	84	3.168
Piúí	9	34	1.298
Santo Antonio do Monte	31	31	1.359
Zona do Alto Parnaíba:			
Carmo do Parnaíba	6	24	882
Ibiá	15	38	1.285
Patos de Minas	24	65	2.267
Rio Parnaíba	9	15	385
São Gotardo	14	45	1.238
Zona do Urucuia:			
João Pinheiro	6	10	418
Paracatú	21	50	2.019
Presidente Olegário	1	6	257
São Romão	5	12	404
Total	2.603	5.755	213.890

Novas escolas primarias têm sido fundadas e segundo elementos posteriormente recebidos houve proporcionalmente maior aumento de unidades escolares na zonas mineira e pernambucana da bacia do São Francisco.

O maior número de estabelecimento é de ensino fundamental, (comum e supletivo), como se vê pela classificação dos elementos arrolados:

Grão de ensino	Unid. escol.	Corpo docente	Matr. geral
Pre-primário	19	101	2.671
Fundamental	2.508	5.245	208.789
Complementar	76	409	2.430
Total	2.603	5.755	213.890

II — ENSINO PEDAGOGICO

As necessidades do ensino na bacia do São Francisco deram logar a que se cogitasse do preparo de professores primários na própria região que, já em 1939, contava com a seguinte organização:

	Unid. escol.	Corpo docente	Matr. geral
ESTADO DE ALAGOAS			
Zona do Litoral e Mata:			
Penedo	3	20	132
ESTADO DE SERGIPE			
Zona do Litoral:			
Propriá	1	8	69
ESTADO DE PERNAMBUCO			
Zona do Agreste:			
Pesqueira	1	5	62
Zona do Sertão Baixo:			
Petrolina	1	11	112
ESTADO DE BAIA			
Zona da Chapada Sul:			
Caitité	1	12	105
Zona do Médio São Francisco:			
Barra	1	12	42
ESTADO DE MINAS GERAIS			
Zona do Alto Jequitinhonha:			
Diamantina	1	10	83
Zona Metalurgica:			
Belo Horizonte	10	139	1.265
Conceição	1	9	59
Conselheiro Lafaiete	2	17	52
Nova Lima	1	11	10
Ouro Preto	1	10	48
Zona do Médio São Francisco:			
Curvelo	1	9	75
Januaria	1	8	39
Montes Claros	1	11	90
Zona do Alto São Francisco:			
Abaeté	1	11	20
Zona Oeste:			
Divinopolis	1	7	35
Dores do Indaiá	2	12	80
Formiga	2	18	39
Itapecerica	1	10	31
Itaúna	1	8	63
Oliveira	1	8	71
Pitanguí	2	12	36
Piúí	1	11	30
Zona do Alto Parnaíba:			
Patos de Minas	1	8	42
São Gotardo	1	11	20
Zona do Urucuiá:			
Paracatú	1	9	27
Total	43	436	2.804

O maior número de estabelecimento é destinado ao preparo de professores primários. Ao sul da bacia, no Estado de Minas Gerais, encontrava-se em 1943, 24 escolas normais do primeiro e 60 do segundo grão, em funcionamento.

III — ENSINO SECUNDARIO

Revelam as estatísticas referentes ao ano de 1939 que o ensino secundário, vinha sendo ministrado em 41 estabelecimentos com o seguinte movimento:

ESTADO DE ALAGÔAS

	Unid. escol.	Corpo docente	Matr. geral
Zona do Litoral e Mata:			
Penedo	1	11	70
ESTADO DE PERNAMBUCO			
Zona do Agreste:			
Pesqueira	1	9	23
Zona do Sertão Baixo:			
Petrolina	1	9	107
ESTADO DA BAÍA			
Zona da Chapada Sul:			
Caitité	1	12	75
ESTADO DE MINAS GERAIS			
Zona do Alto Jequitinhonha:			
Diamantina	1	12	135
Zona Metalurgica:			
Belo Horizonte	20	306	5.260
Conceição do Mato Dentro	1	9	50
Conselheiro Lafaiete	2	14	81
Ouro Preto	4	44	502
Sete Lagôas	1	10	133
Zona do Médio São Francisco:			
Jannaria	1	11	51
Montes Claros	2	26	89
Zona do Alto São Francisco:			
Curvelo	1	6	24
Zona Oeste:			
Dores de Indaiá	1	12	138
Formiga	1	9	163
Oliveira	1	12	87
Pará de Minas	1	12	163
	41	524	7.151

Informações colhidas em 1943 incluem novos estabelecimentos de ensino secundário nos municípios de Triunfo (Pernambuco) Juazeiro (Baía), Congonha do Campo, Diamantina, Divinopolis, Dôres de Indaiá e Patos (Minas Gerais).

IV — ENSINO TÉCNICO

Domestico — A prova da população do São Francisco desejar se instruir está na aceitação do ensino domestico que, apesar de ainda pouco compreendida a sua alta finalidade, já em 1939, estava assim representado:

ESTADO DE PERNAMBUCO

	Unid. escol.	Corpo docente	Matr. geral
Zona do Agreste:			
Bom Conselho	1	8	201
Zona do Sertão Baixo:			
Alagôas de Baixo ...	1	1	32
ESTADO DA BAÍA			
Zona do Sertão do São Francisco:			
Gloria	1	1	12
Zona da Chapada Sul:			
Caitité	1	2	27
Zona do Médio São Francisco:			
Barra	1	1	6
ESTADO DE MINAS GERAIS			
Zona Metalurgica:			
Belo Horizonte	5	12	489
Caeté	1	4	61
Conceição	1	2	98
Ouro Preto	1	2	15
Sete Alagôas	1	4	43
	17	37	1.014

As condições da vida social e econômica em a maioria das zonas compreendidas na bacia do São Francisco podem ser profundamente modificadas sob a influência do ensino domestico que precisa e deve, tanto quanto as outras modalidades do ensino profissional, ser desenvolvido e amparado.

Comercial — Na mesma época estava o ensino comercial assim distribuido:

ESTADO DE PERNAMBUCO

	Unid. escol.	Corpo docente	Matr. geral
Zona do Sertão Baixo:			
Alagôa de Baixo (Sertânia)	1	5	36
ESTADO DE MINAS GERAIS			
Zona Metalurgica:			
Belo Horizonte	7	59	885
Conselheiro Lafaiete	1	5	56
Nova Lima	2	7	32
Sete Lagôas	3	17	138
Zona do Médio São Francisco:			
Montes Claros	2	24	67
	1616	117	1.214

Em 1943 figuravam também com estabelecimentos de ensino comercial os municípios mineiros de Itabirito e Ouro Preto.

Industrial — O ensino industrial é ministrado em Belo Horizonte com um total de 3 estabelecimentos, 27 professores e 370 alunos.

V — ENSINO ARTÍSTICO

Embora relativamente pouco difundido estava o ensino artístico, na mesma época, assim representado:

ESTADO DA BAÍA

	Unid. escol.	Corpo docente	Matr. geral
Zona do Médio São Francisco:			
Barra	1	1	15

ESTADO DE MINAS GERAIS

Zona Metalurgica:			
Belo Horizonte	18	48	184
Zona Oeste:			
Formiga	1	1	120
Oliveira	2	2	60
	22	52	379

VI — ENSINO SUPERIOR

Há entre os estabelecimentos de ensino superior situados na bacia do São Francisco alguns verdadeiramente tradicionais e universalmente acatados pela idoneidade como ocorre, por exemplo, com as velhas Escolas de Minas e de Farmácia de Ouro Preto.

Os estabelecimentos existentes estão assim distribuidos:

ESTADO DE MINAS GERAIS

	Unid. escol.	Corpo docente	Matr. geral
Zona do Alto Jequitinhonha:			
Diamantina	2	10	36
Zona Metalurgica:			
Belo Horizonte	12	163	1.454
Ouro Preto	2	44	125
Zona Oeste:			
Divinopolis	17	222	1.632

VII — DIVERSOS ENSINOS

Além das modalidades discriminadas encontram-se na bacia do São Francisco outros estabelecimentos de ensino com o seguinte movimento:

ESTADO DE ALAGÔAS

	Unid. escol.	Corpo docente	Matr. geral
Zona do Litoral e Mata:			
Penedo	3	3	20

ESTADO DE PERNAMBUCO

Zona do Sertão Baixo:			
Alagôa de Baixo (Sertânia)	1	1	13
Petrolina	1	6	16

ESTADO DE MINAS GERAIS

Zona do Alto Jequitinhonha:			
Diamantina	1	15	49
Zona Metalurgica:			
Belo Horizonte	48	229	2.890
Congonhas do Campo	1	8	41
Ouro Preto	2	8	183
Santa Luzia	1	1	32
Sete Lagôas	1	1	33
Zona Oeste:			
Formiga	1	2	16
Oliveira	1	1	14
	61	275	3.307

Observa-se a ausência de estabelecimentos de ensino técnico-profissional no centro, norte e nordeste da bacia.

Espera-se, entretanto, em face do programa de incentivo as atividades agro-industriais traçado para a Bacia do São Francisco, que o ensino técnico-profissional, em acôrdo com as peculiaridades inerentes ao meio, tenha, oportunamente, o necessário desenvolvimento.

História da Indústria Açucareira no Nordeste

O Papel Social de Catende

Conferência pronunciada pelo Dr. João de Albuquerque Maranhão no Salão de Sessões da Sociedade Nacional de Agricultura, no dia 22 de abril de 1949:

"SENHORES, Inicialmente, devo dizer-vos que a minha palestra tem a verdadeira significação do vocábulo, isto é, "conversa à lareira", tipo vovô indio, cavaco, como diziam os nossos avós e modernamente se diz *bate-papo*.

Não espereis ouvir dissertações eruditas sôbre complicados problemas de sociologia e ecologia, e ainda menos sôbre indagações de ordem filosófica. O meu pobre verbo não possue os remígios do condor que se alcandora aos píncaros nevados dos Andes, mas o vôo baixo dos Janduís dos taboleiros ardentes do nordeste, onde tive a felicidade de nascer. Sou apenas um narrador genüinamente brasileiro, filho, neto e bisneto de Senhor de Engenho, interessado sòmente em ser útil aos meus contemporâneos ou às gerações futuras. Escolhi o dia 22 de Abril por ser aquele em que o Brasil foi integrado na civilização cristã, e se fez nação!

Vejamos o que diz a História da Colonização Portuguêsa do Brasil, Vol. II pág. 64: "Dia 21 de Abril — enxergaram filamentos verde-escuros ou amarelentos na superfície do mar. Sargaços de plagas ocidentais. Sinais de terra próxima. Dia 22 de abril — andorinhas voando e fisgando cêvos (iscas). Pela manhã e a horas de véspera o gavea do capitânea rebentava vitorioso "Terra". E os contornos da terra vão se delineando, lentamente, percebendo-se primeiramente um monte alto e arredondado para o sul. Azulavam-se no céu luminoso umas serras baixas a perder de vista". Êste monte, a que se refere o cronista medieval, era o monte Pascoal. Isto posto, senhores, o dia exato do descobrimento da terra de Vera-Cruz foi o 22 de Abril. A 4.ª feira do Oitavario da Páscoa do ano de 1500 caiu no dia 22 de Abril. A certidão de idade de nossa Pátria, que é a saborosa carta de Pero Vaz de Caminha, foi escrita poucos dias depois. Esta carta foi publicada pela primeira vez em 1817, segundo a obra citada, pág. 85. É dela êste trecho delicioso, que nunca é demais recordar:

"A terra em tal maneira é graciosa, que querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem". Vê-se, destarte, que, entre os dados geográficos daquele documento, está a localização da "ilha" descoberta (assim o supunham os companheiros de Cabral), bem como a sua descrição com alusões à formusura da terra, à vegetação e às águas. A reforma do calendário Juliano pelo Papa Gregório XIII em 1852, mudou a data de nascimento de nossa Pátria para 3 de maio; mas, sendo a diferença de 10 dias, a data comemorativa seria 2 de maio.

A primeira missa em terra foi rezada no dia 1.º e a esquadra de Cabral partiu no dia 2 do mesmo mês para a India.

A Bahia, berço da nacionalidade e, atualmente, novo marco da grandeza econômica do Brasil, está em festa pelo transcurso dos 4 séculos da fundação da cidade do Salvador. Foi lá que se lançou a pedra fundamental da Nação.

Parabens à nossa avósinha pelo advento dos seus 4 séculos de luminosa existência.

Senhores: esta palestra encerra a síntese de um livro que, querendo Deus, ainda este ano sairá do prelo com o título: — "O açucar no nordeste, (O exemplo da obra econômico-social de Catende)."

Encerrando, voluntàriamente, minhas atividades burocráticas em 1947, parti em Junho de 1948 para Pernambuco, a fim de rever, no Recife, amigos e parentes e recordar o tempo melhor, isto é, o da adolescência. Entretanto, não me quedei em Recife. Visitei o "hinterland" do grande e próspero Estado. Revi a cidade de Caruarú, localizada na entrada do sertão, por isso que ali termina a zona da mata. Bonita e sempre próspera, esta cidade, que há 37 anos eu não via, ostenta hoje apreciável parque industrial e nos oferece um espetáculo grandioso, por ter sido edificada sôbre um planalto, onde se mostra entre o verde-escuro dos avelozes e a brancura imácula do casário moderno.

Mas, meus senhores e minhas senhoras, já é tempo de abordarmos o assunto principal desta conversa em família, começando pela pitoresca história de:

UMA FAMÍLIA TÍPICA DO VELHO BRASIL

O povoamento do norte do Brasil, por brasileiros natos, nós o devemos a uma pequena e deliciosa história de amor, misto de idílio

e perspectiva de sacrifício. Duarte Coelho Pereira, donatário da Capitania de Pernambuco, entre os aristocratas de sua comitiva trouxe para o Brasil, em 1535, seu cunhado Jerônimo d'Albuquerque, fidalgo português da melhor estirpe, descendente de D. Diniz, 6.º Rei de Portugal (1261-1325). Jerônimo era um guapo rapaz dado às armas, como bom parente de Afonso d'Albuquerque, o herói das Índias e que foi o mais ilustre dos homens de guerra portuguêses do século XVI.

Vindo para Pernambuco, como acima foi dito, em companhia de seu cunhado, aí se radicara desde 1535, distinguindo-se nas cruentas lutas contra os ameríndios, as quais se seguiram ao início da colonização.

Os indígenas batidos e derrotados não deixavam, vez por outra, de atacar os colonizadores. Assim é que numa dessas refregas foi o fidalgo português ferido numa vista por certeira flexa dos Tabajaras, que o fizeram seu prisioneiro de guerra. É admirável o valor e a coragem com que aquela gente indômita resistia aos pelouros e arcabuzes dos colonisadores, simplesmente armados de flexas e tangapemas. O gentio, entretanto, não sacrificava imediatamente o prisioneiro apanhado de armas na mão. Durante muitos dias ele ficava detido na *ocara*, e, se estava ferido, só era sacrificado, com festas pagãs, quando restabelecido dos seus ferimentos.

A nobresa de sentimentos daquele povo leal e valente atingia a perfeição de ordenar que o prisioneiro de guerra se defendesse na hora do sacrifício, lutando, armado, com guerreiro indígena que brandia a tangapema ou tacape, adornado de penas para a festa fúnebre.

Obedecia, ainda, ao ritual daquela cerimônia macabra o caridoso costume de serem os prisioneiros feridos tratados pelas virgens mais formosas da tribo. Ora, entre as moças escolhidas para enfermeiras de Jerônimo estava a linda princesa Ameraba Muira Ubi, filha adorada de Arco-Verde, mur abirada dos Tabajaras, depois batisada com o nome cristão de Maria do Espírito Santo, que foi a Pocahontas brasileira. Por intervenção da filha de Arco-Verde, cacique dos Tabajaras, Jerônimo de Albuquerque escapou da morte, quando já condenado a ser o repasto da tribo. Foi também por intervenção da filha de um cacique

A INDÚSTRIA DO AÇUCAR NO NORDESTE



Em cima, aspecto da Mesa, com o orador, Dr. João de Albuquerque Maranhão, à tribuna. Em baixo, parte da assistência.

que o colonisador inglês John Smith, como diretor do primeiro núcleo de colonos que se estabeleceu às margens do James-River, nos Estados Unidos, da América do Norte, foi salvo da morte, quando já tinha a cabeça sôbre a pedra sacrifical. O chefe da tribo Powhatan, foi o Arco-Verde brasileiro, como progenitor de Pocahontas. John Smith tem hoje a sua estátua no Capitólio, em Washington. Jerônimo de Albuquerque é apenas conhecido pelos eruditos do Brasil como o "Torto" ou ainda pela autonomasia de Adão Pernambucano, e nada mais. A princesinha pernambucana Muira-Ubi fôra a eleita do destino para formar o primeiro Lar brasileiro no Norte, assim como suas patrícias, Bartira e Paraguassú, respectivamente filhas de Tibiriçá e Taparica, já haviam construido os lares do sul e do meio do Brasil, unindo-se aos europeus João Ramalho e Diogo Alvares, o Caramurú, em S. Paulo de Piratininga e na Bahia, respectivamente.

Vence, destarte, o coração sentimental da mulher puramente brasileira e do enlace de Maria do Espirito Santo com Jerônimo de Albuquerque começa em Pernambuco, que dá feição a todo o Norte, a prole de que faz parte o insigne mameluco Jerônimo de Albuquerque Maranhão, "uma das mais vivas e sugestionadoras figuras do Brasil nordista", nascido em Olinda no ano de 1548, primeiro capitão mór do Rio Grande do Norte e seu verdadeiro conquistador, fundador de Natal, construtor do Forte dos Reis Magos e glorioso conquistador do Maranhão, onde faleceu em 11 de fevereiro de 1618, com 70 anos de idade, em um sábado, dia dedicado à Nossa Senhora (Frei Jaboatão Orbi Serafico e Brazilico pág. 203).

Em 2 de maio de 1604, êste neto de Arco-Verde fundou o Engenho "Cunhaú, entre Paraíba e o Rio Grande do Norte, no atual Município de Canguaretama, antiga Vila-flôr.

Era sua irmã a formosa mamaluca D. Catarina de Albuquerque, espôsa do fidalgo Florentino Phelipe de Cavalcanti, um dos mais esclarecidos varões daquela República.

Interrogado por alguém, em certo dia, por que, sendo fidalgo, casara com a neta de um bugre, respondeu: "Neta de bugre,, não: neta de Rei!" Os caciques ou morubixabas eram considerados reis, no Brasil antigo. Entre os sete outros mamalucos, filhos de Jerônimo de Albuquerque com a princesa Arco-Verde, figura D. Brites de Albuquerque, sobrinha da célebre D. Brites de Albuquerque, esposa de Duarte Coelho, Regente de Pernambuco, de 1540 a 1560, como tutora de seu filho Duarte Coelho de Albuquerque, herdeiro e sucessor daquela Capitania. Foi a primeira mulher estadista de todas as americas. D. Brites, a mamaluca, casorau em segundas núpcias com Gilaldo Lins, fidalgo alemão, natural de Augusta *Vindelicorum*, no império da Alta Alemanha, hoje Baviera. Foi legitimada na forma do Direito Romano "per escritura principe", que equiparava os filhos ilegitimos aos nascidos de justas nupcias. Era D. Brites viuva de Gaspar Dias de Ataide, que viveu em Olinda no ano de 1580. (Adenar — Nação de Cabeças Chatas — Copyright dos Diários Associados — Rio).

Dêsse tronco vigoroso vem, pode-se dizer, a história do Nordeste, espraiado pelo resto do país. O Fidalgo Jerônimo de Albuquerque, filho de Lopo de Albuquerque, por alcunha o "Bode", passou à História do Brasil com a autonomasia de Adão Pernambucano, por ter deixado uma descendência de 24 filhos. Em resultado de seu romance de aprisionamento, perspectiva de sacrificio e idilio, uniu-se à moça indigena, que o salvou da morte e dela teve 8 filhos, que reconheceu como legitimos. Porém não foi bastante esta união para que Jerônimo deixasse de ter mais cinco filhos, havidos de outras mulheres, assim brancas como Indias, e a todos os quais, que fizeram o número de treze, tratou sempre com muita ternura e perfilhou antes de casar com D. Felipa de Mello, filha de Christovão Mello, governador interino, por insinuação da rainha D. Catarina, avó do infante D. Sebastião, que fôra sabedora da vida licenciosa de Jerônimo em Olinda, antiga Marin dos Tabajaras. O gosto pela poligamia daquele fidalgo ou daqueles nobres escreve Gilberto Freire à fls. 80 da Interpretação do Brasil, parece ter feito antes herdeiros das tradições mouras do que das tradições cristãs e europeias de moralidade sexual. Além de ter sido o tronco principal das mais ilustres familias pernambucanas, foi Jerônimo que lançou as bases da civilização da cana de açucar no Norte do Brasil com a fundação do primeiro grande engenho que houve em Pernambuco nos arredores de Olinda e tomou o nome de Nossa Senhora da Ajuda, passando depois a chamar-se "Engenho Velho", no local hoje conhecido por Forno da Cal.

Foi ele o fundador da nossa antiga principal riqueza. Isto posto, a Princesa Muira-Ubi, unindo-se de corpo e alma ao rei de seu coração, fê-lo para dominar por ele toda a valente Nação Tabajára, que, vivendo em paz duradoura, deu mais tarde aos portuguêses apôio decisivo na conquista de todo o Norte do Brasil.

Jerônimo de Albuquerque faleceu em 1594, no exercicio pleno de Governador de Pernambuco, em que foi sucedido por Alexandre de Moura e assim outros pelo tempo adiante. São de Frei Antonio de Santa Maria Jaboatão os seguintes conceitos sôbre seu govêrno naquela Capitania: — ("Nestas citações, conservámos sempre a sintaxe e até a ortografia do texto original, quando possivel) — "Êste foi o primeiro estado da Capitania de Pernambuco por espaço de sessenta a setenta anos desde o de 1530 até o de 1593, em que aqui a deixamos na posse, o govêrno dos seus primeiros Donatarios Duarte Coelho Pereira e seu filho Duarte de Albuquerque Coelho, e de seu tio Jerônimo de Albuquerque, como governador e subs-

litulo seu. Quem a quizer ver até o tempo presente, o aumento a que chegou, a sua riqueza, a liberalidade, fortaleza, e constância de seus moradores, a sua lealdade aos Reis, seus Senhores, e sobretudo a pureza de sua fé para com Deus, particularmente no dilatado e penoso cativeiro de vinte e quatro anos, que gemeu debaixo do pezado e tirano jugo dos hereges Holandezes, em que pela pátria e pela Lei derramarão o sangue e perderão as vidas e fazendas; as suas gloriosas vitórias e total restauração até o presente tempo, poderá recorrer aos Autores que disso tratão e em resumo o da América Portugueza. E se este não agradar por lhe parecer escreve com pena encarecida, e porque a nossa não pareça também, como natural; pomos aqui, em poucas e singelas palavras, o que da Provincia de Pernambuco diz um escritor grave, e sincero e não natural e escrevendo a outro intento: "Entre as quatorze Capitanias que dividem a Costa Marítima e meridional do Brasil, a mais florente, fertil e opulenta, é a de Pernambuco. O seu clima é um segundo Paraizo, em ares vitais e benignos. O terreno é outra nova terra da Promissão, estendido com varges e campinas, vestido todo já de verdes, já de amarelos canaviais, que quantos torroens tem são outros tantos torroens de açucar. Tem grandes Engenhos Reais, que trabalhando todo o ano não podem acabar de frutos. O páu Brasil, que cria é o mais precioso; porque deles se tirão sete tintas; a Gente, a Política, a Nobreza, a Opulência, o Comércio, os Edificios e as Riquezas são as melhores de toda a América e as delicias são como as do Paraizo do Novo Mundo." Como se vê, Frei Antonio de Santa Maria Jaboatão, "seguindo o método dos cronistas e historiadores do Brasil colonial, segundo ensina Almir de Andrade em sua "Formação da Sociologia Brasileira — pág. 75, "não tinha a cultura cientifica necessária, para se pôr em dia com os movimentos que se ensaiavam na Europa, desde a época de Descartes, (1596-1650). Os da primeira metade do Século XVIII — como Rocha Pita — e todos os outros dos séculos XVII e XVI, mesmo que alguma cultura cientifica tivessem, como Gabriel de Souza, por exemplo — não poderiam ter avançado mais do que o fizeram, porque o próprio ambiente cultural europeu de então não lhes oferecia nenhum critério mais largo, nenhum método mais fecundo. A história ainda era, para os historiadores europeu e consequentemente também para os nossos, — um simples repertório de sucessos, mais ou menos concentrados em volta de certas figuras de homens ou de certas comunidades religiosas ou políticas. E assim permaneceu ela, durante os três primeiros séculos da formação brasileira".

O AÇUCAR NO NORDESTE. O EXEMPLO DA OBRA ECONÔMICO-SOCIAL DE CATENDE

No livro a que acima nos referimos, a par de uma ligeira digressão pela história nacional do açucar no nordeste, a partir do século XVI, nos ocupamos do advento de uma patriótica iniciativa, que honra sobremodo a quem a idealisou e a quem deu execução. Quem quer que neste país se interesse por assuntos de ordem econômica não deve ignorar que o sistema de plantação ou de monocultura latifundiária e patriarcal sobreviveu à monarquia e com raras e honrosas exceções continúa a ser praticada pela maioria dos Estados da Federação Brasileira, notadamente pelos do Norte.

"Até o amanhecer do século XVIII nos utilisavamos dos velhos processos de fabricação do açucar, a principio por meio de pilões ou de mós, que foram substituidos pelos engenhos de três cilindros rotativos verticais, movidos por força hidráulica e que trabalharam sem tréguas até o século XIX. E o peior é que nenhum dêsses aparelhamentos foi creação brasileira. A velha maquinária, que produziu durante 250 anos a nossa antiga e principal riqueza, foi importada da América espanhola a conselho de um Padre, que esteve no Brasil no tempo de Diogo de Menezes, isto é, no século XVII, com procedência do Perú.

NATURA NON FACIT SALTUS

Há 138 anos, ou seja em 1810, o viajante inglês Henri Koster, cronista de mérito, que mereceu dos doutos o epiteto de exato Koster, chegando ao Recife e pondo-se, imediatamente, em contacto com a terra e com a gente do nordeste, verificou... "que ficaram admirados ao saber que não era o Brasil o único país no qual se produzia açucar". Daí por diante a rotina se encarregou de manter todos os erros, agravados com a lei do menor esforço, que cria dificuldades no futuro com os expedientes adotados, para afastar as do presente. A cultura extensiva, ocupando centenas de kilômetros de terras exaustas pelo trabalho ininterrupto de 4 séculos, fez a ruina do trabalhador rural, que passou a viver peior que os escravos do Brasil colonial e diminuiu a

produção da matéria prima. Ademais, os erros politicos-administrativos, acumulados sôbre o assunto, têm causado maior dano ao agricultor brasileiro que as trombas d'agua, as sêcas periódicas, a floresta, a montanha, a erosão, o gafanhoto, a saúva, etc. Os nossos 32 milhões de cidadãos rurais vivem pèssimamente, porque o Ministério da Agricultura é um dos que têm menor verba ia dotação orçamentária! No corrente exercicio financeiro logrou apenas obter Cr$ 1.064.485,628! O D.A.S.P., dada a sua relativa importância no quadro dos altos interêsses econômicos financeiros do País, foi melhor aquinhoado, porque logrou Cr$ 25.060,880! O serviço de maior monta que êsse Instituto presta ao Brasil é a organização da proposta orçamentária, que sempre foi trabalho de rotina da antiga Diretoria do Gabinete do Ministério da Fazenda, iem maiores onus para o Erário Público. Eu penso que essa importância, aplicada na proteção de milhares de crianças desamparadas, que enchem os sertões dêsse Brasil imenso, ruidas de verminose e de um mundo de outras endemias, daria maior resultado para a economia do País. E isto é tanto mais exato quanto é verdade que se agrava dia a dia a praga do analfabetismo. Em 1946, possuimos 30 milhões de analfabetos e temos hoje um total de Cr$ 16.725,988 habitantes. Não é menos sombria a situação do nosso estado sanitário. O govêrno da União, com o sincero desejo de atender a tdos êsses problemas, de que depende a nossa sobrevivência como nação independente, tem pedido ao poder legislativo medidas de salvação pública. O plano "Salte," por exemplo, constitue uma nova esperança. Transporte, saneamento, e educação — eis a triade que desafia eternamente a argucia dos govêrnos do Brasil! A precária situação em que se encontra, no Brasil, a infância abandonada desafia, há muito tempo, o socorro urgente e prático dos nossos govêrnos e bem assim a iniciativa particular dos nossos argentários. Não se trata, no caso, de resolver um problema de ordem genuinamente sentimental, mas de matéria de alta significação social e econômica. O menino de hoje é homem de amanhã (deixem passar o lugar comum, pois, antes de tudo, ele serve, em regra, para exprimir uma verdade). O elemento humano é mundialmente considerado assunto de grande relevância. Só o Brasil com os seus govêrnos disciplicentes não o tem encarado com o carinho que merece.

O ilustre Dr. Manoel de Arruda Câmara, notável botânico brasileiro, autor da flora pernambucana, que a sua morte deixou incompleta, era homem empreendedor e entusiasta da botânica. Seus altos conhecimentos deviam interessar qualquer govêrno previdente, especialmente num País incultivado, mas sempre em desenvolvimento. Em sua carta-testamento, dirigida ao seu discipulo amado, Padre João Ribeiro, vitima da contra-revolução republicana de 1817, em Pernambuco, entre outros conselhos de relevante importância para o futuro da Pátria, dizia... "Como assim com o atrazo da gente de côr; isto deve cessar para que logo que seja necessária se chamar aos lugares públicos, haver homens para isto, porque jamais pode progredir o Brasil sem eles intervirem coletivamente em seus negócios; não se importem com essa acanalhada e absurda aristocracia cabunda, que há de sempre apresentar obstáculos. Com monarquia ou sem ela, deve essa gente de côr ter ingresso na prosperidade do Brasil." José Bonifácio, anos depois, tivera para o fundamento do nosso progresso idênticas visão politica. Mas o Brasil não gosta de dar ouvidos aos seus grandes homens e por ser assim é que a nossa incipiente democracia vive em constantes apuros. Ou progredimos ou desapareceremos, foi a advertência que há quasi meio século nos fez o sábio Oswaldo Cruz. Pois bem, ali no Sul do Estado de Pernambuco, um usineiro, premido pela dura lei da necessidade (necessitas Arel legem) tomou a corajosa iniciativa de irrigar e adubar os canaviais de suas terras pelos métodos técnicos cientificos, procurando destarte resolver o problema que saltava aos olhos de todo o mundo, isto é, transformar os métodos absoletos de plantação no sentido de aproveitamento intensivo e não extensivo da terra. Esse usineiro chama-se Antonio F. da Costa Azevedo, universalmente conhecido em Pernambuco por "Tenente". Sim, foi êsse o apelido que lhe deu a sabedoria popular. O homem nordestino, a par da sua singular capacidade de trabalho, resistência e tenacidade na luta pela vida, possue inteligência pronta e a deliciosa verve de seu espirito, tem quasi sempre profundos juizos filosóficos. Antonio F. da Costa Azevedo é realmente o "Tenente", isto é, aquele que comanda superiormente a indústria agricola em Pernambuco, com tenacidade, espirito inventivo, e sobretudo espirito de disciplina e de ordem. Foi ele o benemerito precursor de um sistema. A história do açúcar em Pernambuco, senhores, pode-se afirmar, está compreendida entre dois grandes periodos representados por dois nomes ilustres da nossa Pátria: Duarte Coelho Pereira e Antonio F. da Costa Azevedo, que viveram respectivamente no século XVI e no século XX.

Para ilustrar este capitulo contarei um episódio interessante da visita que fez a Catende o general Newton Cavalcanti, quando Comandante da 7.ª região militar, a quem deu o brilho dos seus inegáveis talentos de administrador. O General Newton em tal maneira se interessou pela obra Social de Catende que a administração da Empresa ali instalou, sob seus auspicios, o "Nucleo de Escoteiro" que tomou o seu nome ilustre. Quando o General, hospede do Solar de Catende, se preparou para ver a obra ciclopica que o Engenheiro Apolonio Sales realisou nos canaviais da Usina irregulando-os, e adubando-os para produzi-

rem menos de vinte, apresentou-se ao sr. Antonio Costa Azevedo dizendo-lhe. "Estou as suas ordens "Tenente".

O poeta repentista pernambucano Manoel Monteiro, que acompanhou como jornalista do Recife a excursão do General Newton Cavalcanti ouvindo-o, aproximou-se e respeitosamente, pedindo licença ao General declamou:

"Agora no Estado Novo
Tudo é muito original
O Tenente de Catende
Já comanda um General.

E partiram, alegremente, para ver o belo mar de esmeralda dos canaviais pernambucanos, hoje opulentos graças à corajosa iniciativa de Costa Azevedo, aliada à técnica científica de Apolonio Sales.

A fábrica de adubos de Catende é a primeira instalada no mundo e devemo-la a uma invenção do técnico maranhense Dr. José Brito Pinheiro Passos, Diretor industrial da mesma Usina que a projetou e mandou construir com a sua fiscalisação pessoal na Alemanha.

Esta fábrica encerra um mundo de benefícios, pois além de preparar o adubo necessário ao revigoramento das terras exaustas por 4 séculos de cultura da cana de açucar em Pernambuco, melhorando a qualidade da matéria prima o que vale dizer aumentando o seu rendimento em sacarose, elimina o mal que os residuos da fabricação do alcool vai fazer às populações ribeirinhas pela poluição das águas dos rios donde tiram o peixe para se alimentar, daí frequentemente resultando intoxicações inevitáveis. O adubo preparado em Catende é ensacado e conduzido para os campos onde é utilisado. A capacidade da fábrica em exame é de 5 mil toneladas por ano e, ultimamente, produziu 3981 toneladas.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Da mesmo modo que atenta para os problemas de economia agrícola e industrial, a Diretoria da Usina Catende acompanha a tradição desta Empreza, do mais alto aprêço pela assistência ao elemento humano, relacionado com as suas atividades polimorficas. Assim é que, prosseguindo na manutenção dos conhecidos serviços de assistência escolar de proteção à maternidade, de puericultura, de combate às endemias, de profilaxia das moléstias contagiosas, de amparo à infância desvalida, de recreação, de melhoria das habitações, seguros de vidas *fóra de qualquer obrigação legal* e independentemente de descontos ou contribuições, bem a Diretoria organisado uma excelente Policlinica, que tomou o nome do notável higienista pernambucano Gouvêa de Barros, e ora em pleno funcionamento. Nesse grande estabelecimento médico-hospitalar se exercem os serviços de ambulatório, odontologia, pequena cirurgia obstetricia, ginecologia, fisioterapia e clinica geral, com instalações adequadas e modernas. A instalação e a manutenção dêsses vários serviços de assistência social representam nos balanços anuais da Usina consideráveis verbas para uma Empreza particular, dentro do quadro geral de lucros modicos, por vêzes precários, da indústria açucareira nordestina. Mas os Diretores de Catende, Senhores, têm verdadeira compreensão dos deveres de solidariedade humana ao lado da percepção de que, contribuindo para melhoria do nivel de vida dos nossos trabalhadores, estaremos defendendo a ordem econômica e a harmonia social contra os artificios enganosos e dissolventes do extremismo, que sòmente vingam nos estados de insatisfação e abandono, e se anulam diante da valorização do homem no atendimento de suas necessidades elementares, tornando dispensável o uso de qualquer processo de violência, na repressão ao que cabe menos no facão e a brutalidade, do que a prática efetiva de assistência social. Esta nobre atitude da Diretoria da Usina Catende S.A. se ajusta admirávelmente aos principios cristãos, vasados nos moldes da Enciclica Rerum Novarum do Sumo Pontifice — Leão XIII (Joaquim Pecci, nascido em Carpinetto — Italia em 1810, papa de 1878 a 1903, isto é, um quarto de século durante o qual com o sublime espirito de tolerância e o seu gênio de grande envergadura, manteve a Paz no mundo e lançou a semente dos ideais de confraternização do capital com o trabalho nestas poucas palavras lapidares: "A propriedade pública não pode abolir a propriedade individual. Pode, porém, temperar-lhe o uso, conciliá-la com o bem comum). A Usina Catende, S.A., senhores, não se interessa apenas pelo operário para tirar proveito do seu trabalho, na pujança das suas forças fisicas. Ela mantem uma *Vila de Aposentados*, em um dos bairros da cidade de Catende. Lá, os agora incapazes de produzir são mantidos, expontaneamente, pela Empreza, que lhes dá morada gratuita e ainda lhes abona uma pensão para viverem com dignidade. Ali residem 25 velhos chefes de familia e diversas viuvas. Os aposentados de maior categoria residem em Recife com casas e pensão correspondentes à hierarquia dos cargos que exerciam.

CENTRO DE ESCOTEIROS NEWTON CAVALCANTI

Sob a direção do Sr. Vicente Ramos, a escola de escoteiros que visitei na Usina Catende, é, no genero, uma das organizações mais perfeitas no país. Obedecendo à rigorosa disciplina militar, aquelas crianças, outrora sujeitas ao mais triste desamparo, ali vivem felizes aprendendo ótimos oficios, aprendendo a ler e a escrever decentemente, exercitando-se nos trabalhos agricolas, cuidando da cultura fisica, preparando-se, enfim, para enfrentar ga-

lhardamente a vida prática, depois de completarem 18 anos de idade.

Neste dia, de par com os benefícios da instrução que receberam, a Usina ainda lhes dará um pecúlio em dinheiro. No setor educação, temos a acrescentar o Grupo Herculano Bandeira e Escolas Anexas.

Neste estabelecimento modelar de ensino, sob a competente direção da professora Noemia Corrêa da Silva, se acham matriculados 1.420 alunos, sendo 1.300 do Grupo pròpriamente dito e 120 do jardim da infância. Espalhados pelos Engenhos de propriedade da Usina, 11 Escolas Anexas têm uma matrícula de 800 alunos, com uma frequência de 600; 22 professoras se encarregam de instruir estas crianças. A Usina mantem ainda um curso de datilografia, equiparado à Escola Prática e realiza reuniões mensais pedagógicas para os pais e os mestres. Costa Azevedo, porém, que é um homem inteligente e culto compreende muito bem que nem só de pão vive o homem, na frase antiga. Posto isso, funcionam no Grupo Hrculano Bandeira e no Centro de Escoteiros, cursos de canto orfeônico. A Usina fornece ao Grupo, gratuitamente, todo o material didático fardamento, calçados e uma farta merenda escolar. No que tange ao setor saúde, existe em Catende, financiada pela Usina, a

POLICLINICA GOUVEIA DE BARROS
USINA CATENDE S/A

Neste centro de assistência médica e hospitalar, a Usina dispendeu, no período de 1.º de julho de 1947 a 30 de junho de 1948, a vultuosa importância de Cr$ 208.777,70, com assistência prestada aos operários, conforme discriminação que se encontrará no texto de meu livro sôbre o assunto. Não é preciso encarecer aqui o valor desta obra social, digna de ser imitada pelo parque industrial brasileiro, dos govêrnos dos Estados Unidos do Brasil. Recentemente foi instalado um lactário que presta assistência a 120 crianças e neste serviço foi dispendida em igual período, com medicamento e diversas despêsas, a importância de Cr$ 207.217,30 ou seja Cr$ 1.726,80 *per capita*. O leite puríssimo acondicionado em 1.774 mamadeiras, rigorosamente asseladas por 4 enfermeiras visitadoras, é distribuído às mães e o diretor-presidente da Usina Catende S/A, "o Tenente", disse-me que existem em projeto outros lactários a serem instalados nas propriedades agrícolas, por grupo, atendendo às facilidades de comunicação e distribuição. É evidente, diante do que ficou dito, que os diretores da Usina Catende S/A, com a reforma dos processos arcáicos do sistema de plantação, secularmente adotado no norte, lançaram as bases de novas diretrizes, que traçarão outros caminhos à nossa incipiente indústria agrícola.

Levantando o moral do trabalhador dos campos, sempre humilhados pelos *salvadores da Pátria*, a Usina Catende, S.A, está dando o verdadeiro salutar exemplo, dentro dos princípios cristãos recomendados por Pio XI, nestes termos: " Cabe aos que governam a sociedade, sempre que a necessidade o reclame, determinar, à luz da lei nacional e divina, o uso que os proprietários poderão ou não poderão fazer dos seus bens."

Assim é que a emprêza se preocupa em interessar os seus operários e empregados nos lucros anferidos, distribuindo-lhes anualmente gratificações apreciáveis.

O AÇÚCAR NAS ARTES E NA LITERATURA

Segundo Splenger, senhores, a história faz-se poèticamente. Olívio Montenegro, prefaciando a "Interpretação do Brasil", de Gilberto Freire à pág. 20 e 21, ensina: — "Batista Vico reclamava para o historiador faculdades que eram mais próprias da arte do que da ciência — faculdades que estavam ligadas "à lógica da representação, da imaginação e da intuição. "O açúcar no universo inteiro tem sido motivo de excelentes trabalhos de arte pictórica e poética. Entre nós mesmos, temos os quadros de Cicero Dias, Lula Cardoso Ayres, Manoel Santiago, Balthazar da Câmara e outros. No setor da poesia, poderemos citar poemas de Murilo Araujo, da Costa e Silva e Ascenso Ferreira, êste último filiado à Escola da Poesia Moderna, mas com uma percepção tão perfeita e um conhecimento tão profundo do assunto, de que nos ocupamos, que não podemos fugir ao desejo de transcrever aqui um dos seus grandes poemas: Ei-lo:

TREM DE ALAGÔAS

O sino bate,
O condutor apita o apito,
Solta o trem de ferro um grito,
Põe-se logo a caminhar...

Vou danado pra Catende
Vou danado pra Catende,
Vou danado pra Catende
Com vontade de chegar...

Mergulham mocambos
Nos mangues molhados,
Muleques, mulatos
Vêm vê-lo passar.

Adeus!
Adeus!
Mangueiras, coqueiros,
Cajueiros em flôr,
Cajueiros com frutos
Já bons de chupar...

Adeus morena do cabelo cacheado!
Mangabas maduras,
Mamões amarelos
Mamões amarelos
Que amostram, molengos,
As mamas macias
pra a gente mamar...

Vou danado pra Catende
Vou danado pra Catende
Vou danado pra Catende
Com vontade de chegar...

Na boca da mata
Há furnas incríveis
Que em coisas terríveis
Nos fazem pensar:

— Ali dorme o pai-da Mata
Ali é a casa dos caiporas

Vou danado pra Catende
Vou danado pra Catende
Vou danado pra Catende
Com vontade de chegar...

Meu Deus! Já deixamos
a praia tão longe...
no entanto avistamos
Bem perto outro mar...

Danou-se! Se move
Se arqueia, faz onda...
Que nada! É um partido
Já bom de cortar...

Vou danado pra Catende
Vou danado pra Catende
Vou danado pra Catende
Com vontade de chegar...

Cana caiana,
Cana rocha
Cana fita
Cada qual a mais bonita
Todas boas de chupar

Adeus morena do cabelo cacheado!
Ali dorme o Pai-da Mata!
Ali é a casa dos caiporas!

Vou danado pra Catende,
Vou danado pra Catende,
Vou danado pra Catende,
Com vontade de chegar...

Como vêde senhores ninguém poderá superar Ascenso Ferreira no Ciclo da Cana de Açúcar no nordeste. Êle ali criou-se tomando banho na água fria do açude na primeira infância; chupando cajú com cachaça para *fechar o corpo.* Di-lo o seu poema.

BRANQUINHA

Branquinha
Branquinha
É o suco de cana
Pouquinho — é rainha
Muitão é tirana...

"Suco de cana caiana
Passado nos alambique
Pode sê que prejudique
Mas bebo toda sumana"

A LAVOURA

(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897



Eng.° Agrônomo ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade



Eng.° Agrônomo ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
Diretor



Eng.° Agrônomo KURT REPSOLD
Diretor Técnico



Eng.° Agrônomo GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Consultor-Técnico



LUIZ MARQUES POLIANO
Redator-Secretário e Gerente



Redação e Administração:
AV. FRANKLIN ROOSEVELT, 115-6.°

Telefone: 42-2981

Caixa Postal 1245

Rio de Janeiro



Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

Os revoltosos de 1817
riscaram vinho de mesa por que era portugues
João carôça comia cobra verde,
Triscando a bicha viva nos dentes,
E engulindo os pedaços com cachaça!

José Fogueteiro de Palmarés,
Um dia estando riscado
Estorou uma bomba de dinamite na mão!

Minha avó dizia
Que a avó dela dizia
Ter sido a "branquinha"
Que gritou a república em Olinda!

Contam os veteranos do Paraguai
Que rasgavam no dente o cartucho
Misturavam pólvora com aguardente,
Passavam a mistura no bucho
E depois iam brigar.

Em jejum eu te arrecebo
Com xarope dos bêdo...
Tu puxas eu arrepuxu,
Bates comigo no chão,
Bato contigo no bucho.

E agora, para finalisar, contarei como se processou a festa da botada da Usina Catende no dia 8 de setembro do no passado.

Era o dia da botada da Usina, isto é, o inicio da safra de 1948. O mês de setembro, desde o embrião da indústria açúcareira em nossa Pátria, foi destinado à botada do Engenho. No Engenho Estivas, onde nasci, no Rio Grande do Norte, era o tempo da alegria e da bôa vontade. Naquele dia os carreiros enfeitavam de flôres silvestres os seus veiculos e até os bois traziam grinaldas de samambaias sôbre os chifres elegantes.

Assim, no edificio da Usina, o altar de seu padroeiro, Santo Antonio, estava juncado de lírios brancos e as freiras e alunas de um Colégio, sediado em Catende ao som de um órgão, entoavam hinos ao bom Jesus pelo advento da nova safra. Catende produz 19.000 sacos de açúcar semanais para realização da estimativa total de 500.000 sacos de açúcar por safra! O "Tenente" ouviu a missa acompanhado de todas as pessôas de sua digna e distinta família, bem assim do seu operariado. Em seguida percorreu comigo toda a Usina, depois da solenidade da unção com água benta das primeiras canas moidas. 90 dias antes havia explodido uma caldeira, roubando vidas preciosas de velhos operários, dedicados ao serviço da Emprêza. Êsse acidente ecoou de tal maneira no noticiário da imprensa brasileira que no Rio de Janeiro escreveram "Catenda desapareceu". Por êsse motivo não se realizou o banquete que Tenente oferece todos os anos ao operariado. Todavia, reinava grande entusiasmo na classe operária. Pensei resumir em 14 versos as minhas impressões daquela festa. Ei-los —

A BOTADA

Catende, o "Pirangi" cascateando
Em torno a Usina rumorosa e bela...
Canaviais nos morros ondulando
Desenham-se em belissima aquarela.

Das chaminés o fumo se elevando
Vai dos céus macular a azulea tela
E a alma da gente ajoelha-se, rezando,
Pelo brilho maior da Pátria estrela.

Em redor tudo marcha, a Usina apita.
Surge o grande avião da rica Emprêza
Descrevendo uma curva alta e bonita.

Vibram sinos em toques de alvorada,
Porque paira no céu tanta beleza?
"Vão moer para a festa da botada."

O Rádio e a Educação Rural

Rádio — Programas agrícolas radiofônicos

Pelo
Engenheiro Agrônomo
Geraldo Goulart da Silveira
Professor da Escola de Horticultura
Wenceslão Bello

1) O rádio e a educação rural:

O rádio constitui, sem dúvida um fator de educação de grande relevância.

Através de programas radiofônicos bem orientados é fácil levar até as nossas populações rurais conselhos e sugestões úteis e oportunas sôbre como trabalhar melhor e como melhorar o ambiente rural; é fácil orientar convenientemente a educação rural em bases adequadas ao nosso meio; é possível interessar o nosso homem rural pelos nossos problemas, orientando-os e esclarecendo-os, emfim, fazer algo de grande alcance educativo, cultural e social.

Para êsse mistér é necessário que a nossa população rural, população que, apezar de ser o baluarte de nossa economia, vive quase que divorciada do resto do país, disponha de rádios, muitos rádios.

E' indispensável e urgente que os poderes públicos:

a) forneçam a tôdas as escolas, especialmente às escolas rurais, os indispensáveis aparelhos de rádio;

b) mantenha, nas sédes dos municípios, cidades, vilas e distritos, pelo menos, um aparelho de rádio, com amplificador para retransmissão, em praça pública, de programas radiofônicos;

c) estimulem a organização de programas agrícolas em nossas estações difusoras;

d) mantenham, êles próprios, programas radiofônicos especialmente dedicados às populações rurais como vem fazendo, por exemplo, o Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura que conta com quatro programas radiofônicos destinados ao homem do campo (Hora do Agricultor, na Rádio Tamoio S. A., Hora do Ministério da Agricultura, na mesma estação, Rumo ao Campo, na Rádio Roquete Pinto e Terra Brasileira, na Rádio Ministério da Educação);

e) facilitem, como vêm fazendo com as máquinas e ferramentas agrícolas, a aquisição, por parte dos lavradores devidamente registrados, de aparelhos de rádio dos mais variados tipos apropriados ao meio rural.

E' igualmente oportuno e aconselhável um trabalho educativo junto aos fazendeiros de maiores recursos a fim de que êles:

a) adquiram rádios, proporcionando assim, distração à família e aos seus colonos e demais empregados. Nêsse sentido seria muito interessante orientar os fazendeiros no sentido de que êles habituem seus empregados a reuniões diárias, nas horas de descanço, no terreiro ou em local mais apropriado, para ouvirem programas radiofônicos, proporcionando-lhes assim, uma justa e merecida distração após um dia de trabalho intenso;

b) facilitem aos seus colonos e demais empregados a aquisição de aparelhos de rádio;

c) financiem programas radiofônicos especialmente dedicados ao homem do campo.

E' preciso proporcionar ao nosso homem rural um pouco mais de conforto e de distração; trabalhar em pról da melhoria de suas condições de vida infelizmente ainda muito precárias; integrá-lo na vida do país; interessá-lo nos nossos problemas nacionais, etc.

2) **Características dos programas agrícolas através do rádio:**

Os programas agrícolas radiofônicos devem ter características tais que sejam realmente úteis e despertem a atenção dos ouvintes para os problemas e as coisas relativas ao campo.

Nêsse sentido os programas radiofônicos devem:

a) ter uma denominação sugestiva que desperte a atenção não só do homem rural, mas ainda do homem das cidades, para as coisas do campo. Entre os programas agrícolas, irradiados pelas nossas emissoras, lembramos: Rumo ao Campo, pela Rádio Roquete Pinto; Assuntos Rurais, pela Rádio Pelotense; os Serões dos Fazendeiros, pela Rádio Clube de Pernambuco; Hora do Agricultor, pela Rádio Tamoio; Hora da Fazenda, pela Rádio Sociedade de Trângulo Mineiro, etc., todos com títulos preciosos e bastante sugestivos.

b) abranger os mais variados assuntos agricolas, orientando o trabalho do lavrador, lembrando a importância do combate à erosão, ensinando com prevenir e combater as doenças e pragas, salientando a necessidade do reflorestamento, etc., através de sugestões, conselhos e palestras claras, suscintas, e, sobretudo, bastante objetivas;

c) incluir um serviço de consultas afim de que os agricultores possam expôr as suas dúvidas e obter, com uma certa brevidade, as soluções mais indicadas para os seus problemas particulares. Através dêsse serviço as emissoras fazem chegar aos poderes públicos os problemas que mais preocupam os agricultores, as suas reinvindicações, as suas necessidades mais prementes, etc.;

d) ter um noticiário informativo sôbre economia, mercados, etc., afim de que os agricultores fiquem ao par da situação econômica do país, da cotação dos produtos agrícolas, das necessidades dos mercados consumidores, etc.;

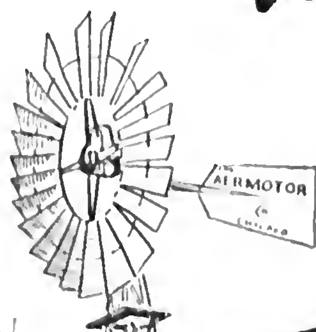
e) incluir assuntos sôbre medicina, alimentação e higiene rural afim de que os agricultores sejam esclarecidos sôbre as enfermidades mais comuns nos meios rurais, seus meios de propagação, como evitá-las, etc., tenham uma noção mais precisa sôbre as vantagens de uma alimentação rica e variada, incluindo as hortaliças e frutas que, infelizmente não são encontradas em muitas de nossas propriedades rurais; conheçam as vantagens da vacinação preventiva; conheçam os mais rudimentares preceitos de higiene rural, que são, na maioria dos casos absolutamente desconhecidos, etc.;

f) ter uma parte recreativa, incluindo programas musicais selecionados, focalizando de preferência as caracteristicas de nossas músicas regionais;

g) ter um caráter educativo, isto é, devem incluir palestras, noticias etc., focalizando os grandes vultos nacionais, salientando os problemas educacionais, enaltecendo as nossas conquistas e possibilidades, despertando o amôr à terra, incentivando a cooperação, etc.;

h) ser iniciado em horas que possa ser ouvido pelos agricultores. A melhor hora é, sem dúvida, entre 18,00 e 20,00 horas, pois o homem rural passa todo o dia no campo e a esta hora encontra-se em casa, repousando.




AERMOTOR



Cooperativismo

O Sr. Fábio Luz Filho, membro da Comissão Técnica de Cooperativismo, recentemente restabelecida pela Sociedade Nacional de Agricultura, pronunciou o seguinte discurso, na sessão de instalação dessa Comissão:

Sr. Presidente.
Meus Senhores.

Bondosamente designado por meus dignos companheiros de *Comissão*, não por possuir maiores méritos, mas apenas maior número de anos vividos na cruzada cooperativista, cumpre-me, em nome dêles, agradecer à ilustre Diretoria desta casa, de tão grandes tradições, a distinção de que fomos alvo, fruto de nímia gentileza. Queremos agradecer e felicitar pela iniciativa, de larga significação num momento em que, tomando vulto o movimento cooperativo brasileiro, enfrenta, por isso, os percalços dos organismos a que faltam certas condições orgânicas para uma marcha segura e rija.

É animador o surto, não há dúvida; mas, falta-lhe profundidade, fenômeno explicável, mas que precisa de corretivos.

Todos os práticos e teóricos do movimento cooperativo brasileiro acentuam, sem cessar, as falhas dêsse movimento, embora lhe reconheçam qualidades outras. Mas, movimento que surgiu, com raras exceções, da propaganda oficial, em meio das deficiências dêsse aparêlho oficial que perduram e até se agravam, precisa, mais do que nunca, juntamente pelo desenvolvimento que atingiu em certos setôres, de uma grande assistência técnico-educativa. Tem os órgãos oficiais feito o que podem, dentro dessa clássica precariedade em elementos humanos e de meios materiais de ação eficaz.

Sabemos como a maioria dos próprios administradores de cooperativas brasileiras desconhecem os lídimos fundamentos da doutrina cooperativa. Muitos não só os desconhecem, como os menosprezam. As grandes federações e as grandes cooperativas brasileiras pouco têm feito nêsse terreno da educação cooperativa, de divulgação da doutrina e da prática do cooperativismo.

Nota-se, nas próprias esferas oficiais, pouco interêsse por êsse aspecto, o qual, entanto, para nosso escarmento, em países de mais avançada civilização cooperativa, é o assunto precípuo na preocupação dos seus líderes.

Em recente trabalho, meu ilustre amigo e mestre, *Fabra Ribas*, frisou a relevância do setor educativo. Lembrou-se êle na caracterização, sob êsse ângulo, do movimento sueco. Embora considerado, de determinado ponto de vista (entretanto com emprêsas capitalistas para atingir a produção própria, no elevado objetivo doutrinário de uma prestação de serviços a preços justos) como pouco ortodoxo, suas realizações, como todos sabem, são surpreendentes. Todo êsse surto é baseado na ação educativa.

Dão tanta importância a êsse setor, que assim o estruturaram:

1.° — *Escolas por correspondência* (Brevskolan), as quais em 1946 tiveram uma frequência de 66.918 alunos, em seus *grupos ou círculos de estudos*, de repercussão mundial e copiados pelo Canadá e pela América do Norte com os mesmos resultados educativos. Além desses alunos, 24.158 estudantes fizeram cursos especiais.

2.° — *Grupos ou círculos de estudos* — Têm por objetivo o conhecimento da doutrina e da prática cooperativas, a organização da família, (célula econômico-social básica na teoria cooperativa), os problemas relativos à mocidade, etc.. Em 1946 funcionaram 3.390 círculos com uma frequência de 54.997 alunos.

3.° — *A Escola da Cooperação* — denominada Var Gard (Nosso Lar). Fica ela na península de Saltsjöbaden, perto de Estocolmo. Seus cursos visam ao preparo de empregados e à educação cooperativa dos associados. São cursos intensivos de quatro a cinco semanas. Há também cursos de dois anos para alunos de maior nível de aproveitamento e de cultura geral.

Teve essa Escola em 1946 para mais de 1.200 alunos, dos quais mais de 900 eram empregados de cooperativas.

4.° — *Publicidade* — É do domínio do órgão federativo supremo do movimento sueco, fundado em 1889 — *A Kooperativa Forbundet*. Constitui o setor de publicidade mais importante da Suécia em assuntos econômicos. Possui também edições especiais de livros para crianças.

Mantém uma grande revista denominada VI (que quer dizer "Nós outros"). É uma revista de assuntos familiares com uma tiragem de 65.000 exemplares, superando todos os demais órgãos publicitários da Suécia.

Há, ainda, o *Kooperatoran*, jornal oficial da citada federação, de saída mensal.

Como se vê, um dos mais pujantes movimentos do mundo, como o afirmam todos os publicistas que o conhecem e visitaram a Suécia, deve sua expansão e consolidação em bases graníticas a um fator: educação, educação e mais educação, nas suas variadas facetas.

Daí a auréola que, justamente envolve êsse grande país, o qual repousam, feliz e próspero, naquele álgido e nivioso ambiente nórdico, que me trás à lembrança as doces *águas* que embalaram minha infância, lidas por meu saudoso pai, possivelmente influências atávicas, pois teve ascendentes nórdicos.

É o "país da democracia econômica", "the middle wey", na justa caracterização de *Marquis M. Childs*. Nela ordenou Roosevelt, em 1937, que os ianques procurassem beber ensinamentos cooperativos.

George Lamerre, o ilustrado professor de direito belga, em se referindo à Forbundet também frisou que, além dos aspectos comercial, industrial e financeiro dessa entidade de segundo grão, possui ela o caráter "moral", pois visa ao ensino, à propaganda, ao campo da imprensa e ao editorial, como vimos.

Não obstante o paralelismo de estrutura e a identidade de princípios em relação ao movimento de outros países, distingue-se pelo cunho que deu à idéia da "integração ascendente", isto é, partiu rigorosamente da "célula consumidora", a família, para chegar às fontes de produção agrícola e industrial, através de uma só entidade federativa.

Como se vê, o problema é mais complexo do que se afigura a alguns elementos das próprias esferas oficiais, exigindo a contribuição de todos os que, profissionalmente ou por laços de cultura econômica, estão vinculados ao mesmo.

Assim, Sr. Presidente, com a instalação da Comissão Técnica de Cooperativismo, a Sociedade Nacional de Agricultura retoma o fio de uma grande tradição.

Como núcleo gerador do atual Ministério da Agricultura, tribuna que tem sido de grandes problemas nacionais, nela repercutiram as vozes de pioneiros e precursores, que nunca desfaleceram na pregação do ideário cooperativo, passando por *Venceslão Bello*, *Baptista de Castro*, entre outros, até chegar a *Arthur Torres Filho*, a quem rendemos nêste momento sincero preito de respeito e admiração.

Agradecendo a investidura com que nos distingue esta prestigiosa Sociedade, aqui estaremos coesos, à sua disposição para a defesa e a divulgação dos sãos princípios de cooperativismo, marco de uma éra nova nas relações humanas.

Estabelecimentos de ensino agrícola nas zonas de colonização do Centro Oeste

pelo
Eng. Agr. Geraldo da Silveira
Professor da E.H.W.B.

(Trabalho apresentado á Primeira Conferencia Brasileira de Imigração e Colonização, como contribuição da Sociedade Nacional de Agricultura ao oportuno conclave)

I — Assistência às populações das zonas de colonização através do ensino agrícola

Nenhuma assistência agrícola é mais objetiva e eficiente do que a assistência através do ensino.

De fato, as escolas que ministram o ensino agrícola, pela sua localização na zona rural, não devem limitar-se, tão sòmente, ao preparo de profissionais hábeis e tecnicamente capazes para o desempenho dos diferentes misteres da profissão; elas devem cuidar, também, com todo empenho, da formação humana dos educandos, e, pelas suas elevadas finalidades educativas, devem constituir *centros de interêsse* da população rural.

Das escolas devem partir os bons exemplos, as bôas ideias, o estímulo, o incentivo, etc., e para as escolas devem convergir a atenção e o interesse das populações rurais.

Nas zonas de colonização, as escolas de ensino agrícola, quando bem organizadas e dirigidas, assumem um papel de alta relevância não só sob o ponto de vista profissional pròpriamente dito, preparando elementos que, adextrados nos trabalhos agrícolas melhor orientem as atividades das colônias, como também, sob o ponto de vista educacional, integrando as populações rurais no meio rural, orientando-as, esclarecendo-as, e, em suma, proporcionando-lhes elementos e oportunidades para que elas atinjam níveis materiais e espirituais de vida mais altos.

São essas as verdadeiras escolas que precisamos e que preconizamos para as zonas de colonização, escolas que ensinam e educam, escolas que, integradas em suas finalidades, se constituem em verdadeiros *centros de educação rural.*

É preciso que os estabelecimentos de ensino agrícola situados nas zonas de colonização, a par da formação profissional pròpriamente dita, trabalhem também no sentido de:

a — promover o ajustamento da população da colônia agrícola ao ambiente rural, esclarecendo-a sôbre os mais importantes problemas da região e a maneira pela qual eles devem ser encarados e resolvidos;

b — divulgar ensinamentos úteis e oportunos sôbre alimentação, higiene, habitação etc., proporcionando assim, aos habitantes da colônia, uma vida mais alegre e feliz;

c — criar um ambiente favorável à sociabilidade das populações rurais, a fim de que elas, melhor esclarecidas e orientadas, trabalhem com entusiasmo e idealismo pelo bem estar coletivo.

d — despertar e enaltecer o amôr à terra amiga e hospitaleira, terra que deve ser sempre engrandecida e dignificada.

Educar para a vida e tornar melhores as condições da vida rural, eis, em síntese, a grandiosa e patriótica obra que cumpre às escolas, tornar realidade em todo o país.

II — Estabelecimentos de ensino agrícola aconselháveis para as zonas de colonização

Nas zonas de colonização, ao lado das escolas primárias rurais, não devem faltar os estabelecimentos de ensino agrícola que completem a educação dos adolescentes, dando-lhes uma qualificação profissional e preparando-os para a vida prática, sem que para isso eles precisem afastar-se do próprio meio onde vivem.

Escolas que ministrem o ensino da horticultura em todas as suas especializações (hortalicicultura, fruticultura etc)., e, ao mesmo tempo, o ensino especializado referente à zootecnia, especialmente avicultura, suinocultura etc., são das mais recomendáveis, principalmente nas zonas de colonização situadas nas proximidades das grandes cidades.

Na zona de colonização da futura Capital do País, por exemplo, não deve faltar uma escola desse tipo para o preparo de profissionais (fruticultores, hortelões, avicultores, suinocultores etc)., que orientem as atividades dos colonos no sentido da produção de hortaliças, frutas, aves etc., indispensáveis ao abastecimento do grande mercado que será a nova capital.

Em zonas mais afastadas, que sejam outras as atividades agrícolas predominantes nas colônias, escolas que ministrem o ensino especializado referente à essas atividades, são, igualmente, úteis, oportunas e recomendáveis.

Os cursos regulares de tais escolas devem funcionar, de preferência, sob regime de internato, que é, sem dúvida, o que mais se coaduna com as atividades agrícolas.

O nível de conhecimentos para a matrícula nos cursos regulares de tais escolas deve ser o de curso primário completo.

Tais escolas poderão ser mantidas pelos govêrnos Federal, Estadual ou Municipal, pelas Associações de Classe (Associações Rurais), ou, então, em regime de cooperação entre os Poderes Públicos e Entidades Particulares.

A Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", mantida na Penha, Distrito Federal, pela Sociedade Nacional de Agricultura, é um exemplo de escola do último tipo, pois é subvencionada e auxiliada pelo Ministério da Agricultura.

Além dos cursos regulares, poderão e deverão manter tais escolas outros cursos, como:

a — Cursos de Treinamento, destinados aos filhos dos colonos, que, não podendo frequentar os cursos regulares, de maior duração (um a dois anos), podem adquirir, em menor tempo, (três a seis mêses), uma qualificação profissional que os habilite para os trabalhos agrícolas racionais. Da mesma fórma que os cursos regulares, os cursos de treinamento devem funcionar sob regime de internato, a fim de que os alunos aproveitem melhor o tempo;

b — Cursos Práticos, sob regimem de externato, de curta duração, com aulas uma ou duas vêzes por semana e horário que não prejudique as atividades normais dos colonos, destinados a dar aos mesmos, conhecimentos básicos e objetivos sôbre os assuntos e práticas agrícolas que mais se fizerem necessários na região;

c — Semanas de Agricultores, durante as quais os colonos internados na escola durante uma semana, tenham oportunidade de estudar as questões que mais lhes interessam e possam resolver os seus problemas agrícolas mais prementes.

Todos os cursos devem ser inteiramente gratuitos e, além disso, revertir-se de caráter eminentemente objetivo.

III — Instituições que devem funcionar nas escolas agrícolas situadas nas zonas de colonização

Nas escolas agrícolas que preconizamos para as zonas de colonização, não devem faltar as organizações estudantis que, que pelas suas elevadas finalidades muito concorrem para a melhor educação dos adolescentes, e, quiçá, da própria população rural, pelo reflexo que elas alcançam fóra da escola.

Tais instituições são:

a — Clube Agrícola Escolar
b — Cooperativa Escolar
c — Grêmio Social

Através de instituições de tão elevado alcance educativo e social, consegue-se de uma maneira prática e objetiva:

a — despertar, entre os alunos, o amôr à terra e ao trabalho agrícola que tanto engrandecem e dignificam o homem;

b — concorrer para a difusão dos elevados princípios de solidariedade entre os alunos dentro da escola e fóra dela, promovendo assim uma maior confiança e auxílio entre os homens;

c — desenvolver, entre os alunos, o senso de responsabilidade através do desempenho de encargos e trabalhos nos postos de direção das instituições, capacitando-os melhor para a vida prática;

d — contribuir para a melhoria das condições de sociabilidade, mantendo as mais estreitas relações entre as famílias dos alunos e a escola, o que se reflete, favorávelmente, na própria vida rural;

e — colaborar em todas as questões que dizem respeito à melhoria das condições de vida do meio rural, já pelo exemplo do que realizam os alunos na escola, já pelo auxílio e colaboração que eles podem prestar à população.

Tais instituições concorrem, em síntese, para o desenvolvimento social, moral e intelectual dos estudantes, e, indiretamente, através deles, o próprio desenvolvimento moral, social e intelectual da população rural que, melhor esclarecida e organizada, pode viver mais alegre e feliz radicada ao solo.

IV — As escolas agrícolas e as atividades rurais das zonas de colonização onde elas estão localizadas

As escolas agrícolas nas zonas de colonização, como temos salientado, devem tomar parte ativa em tudo quanto diz respeito ao melhoramento e progresso da região onde elas estão localizadas, despertando assim a atenção e o interêsse dos colonos, que passam a ver, nelas, não simples estabelecimentos de ensino profissional, mas instituições de âmbito muito

mais amplo, instituições que acompanham de perto as atividades rurais da região e cooperam para o bom êxito das mesmas.

Nesse sentido, devem as escolas agrícolas:

a — promover, sempre que possível, a realização de *Exposições Agrícolas, Semanas Ruralistas*, etc., recursos que muito concorrem para a elevação do nível das atividades agrícolas da região;

b — concorrer para o bom êxito das exposições agrícolas, semanas ruralistas, etc., realizadas na zona sob os auspícios dos poderes públicos, das associações rurais, etc, prestando não sòmente a assistência técnica que se fizer necessária como também, o auxílio material que as suas condições permitirem;

c — promover, patrocinar e fomentar a realização de palestras, demonstrações práticas etc, referentes a questões agrícolas de relevância para a região; palestras e solenidades cívicas, etc, proporcionando assim, à população rural, ensinamentos e exemplos úteis e oportunos;

d — figurar sempre, nas exposições agrícolas, semanas ruralistas etc, com produtos obtidos na própria escola, o que constitue, sem dúvida, recurso muito eficiente para despertar a atenção dos colonos para as práticas agrícolas racionais nelas empregadas e por elas preconizadas;

e — organizar e colocar à disposição da população rural, não só uma biblioteca, como também distribuir folhetos, revistas, etc., que proporcionem aos colonos uma leitura útil e educativa, concorrendo assim para a elevação do nível intelectual dos mesmos.

Outras atividades, como a realização de sessões cinematográficas educativas, a realização de concursos agrícolas, a manutenção de um museu que seja o documentário dos recursos e possibilidades da região, a realização de palestras sôbre higiene, moral, civismo etc., são, igualmente, aconselháveis para que as escolas, integradas em suas elevadas finalidades, realizem um vasto e grandioso trabalho educativo junto da população da colônia.

CONCLUSÕES

1 — É aconselhável, recomendável e oportuno a instalação de *escolas profissionais agrícolas* nas zonas de colonização.

2 — Tais escolas, especialmente as localizadas nas zonas de colonização próximas das grandes cidades, devem preparar *hortelões, fruticultores, avicultores, suinocultores*, etc., que orientem as atividades dos colonos no sentido da produção, em larga escala, de hortaliças, frutas, aves, etc., para o abastecimento dos mesmos.

3 — As escolas, além dos *cursos regulares*, devem manter, de acôrdo com os recursos e possibilidades, *Cursos de Treinamento, Cursos Práticos*, etc, visando a melhoria da produção e do trabalho nas zonas de colonização.

4 — Nas referidas escolas devem funcionar instituições estudantis tais como *Clubes Agrícolas Escolares, Cooperativas Escolares, Grêmios Sociais*, etc, que constituem recursos de integração dos estudantes nas atividades escolares, e, indiretamente, constituem, também, recursos de inestimável valor na elevação do nível social, moral e intelectual da população rural da zona de colonização, pelo reflexo que sôbre elas se fazem sentir as atividades escolares.

5 — As escolas devem patrocinar, promover e fomentar a realização de *Semanas Ruralistas, Exposições Agrícolas, Concursos*, etc, visando integrar a população rural nas atividades rurais e orientando-as nas práticas agrícolas racionais e recomendáveis.

6 — As escolas não devem visar, tão sòmente, o preparo profissional dos adolescentes, mas, ainda, dentro de um plano educacional mais amplo, promover o ajustamento da população rural ao ambiente rural, contribuindo assim para a melhoria das condições de sociabilidade e elevação moral e intelectual da população da colônia, revestindo-se de caráter de *centros de educação rural*.

7 — Visando tão elevados objetivos torna-se oportuno e objeto imprescindível a manutenção, nas zonas de colonização, de escolas nos moldes preconizados, quer pelos govêrnos Federal, Estadual ou Municipal, Associações Rurais, etc, quer em regimem de cooperação entre os Poderes Públicos e as Entidades Particulares.

Custo da Produção do Leite

José Assis Ribeiro
Inspetor de Produtos de Origem Animal

O leite nacional, um dos mais caros do mundo — O aumento a se operar, deve ser de produção, e nunca, de preços — Como não se deve produzir o leite.

Está amplamente divulgado na bacia leiteira do Distrito Federal, um cálculo do custo da produção de leite, que já teve um mérito — o de criar na imaginação dos produtores o complexo de prejuizos nesta atividade, isso possivelmente, com o objetivo de os convencer de que a medida a ser tomada para solução do assunto deve ser sempre a mesma — a da exigência formal de aumento de preço de venda do leite.

Conforme o cálculo feito, cujos fatores se basearam parcialmente no trabalho de Rhoads (1), o custo da produção de um litro de leite, na fazenda que se considerou média, é de Cr$ 2,96. Nesta base, cada litro de leite está dando um prejuizo de Cr$ 1,36 ao produtor. E o interessante é que, até o momento, os produtores não se aperceberam de tão grande deficit, sendo que a maioria ainda considera ótimo negócio o leite a Cr$ 1,40 para queijos, ou Cr$ 1,50 para beneficiamento, haja vista o grande número dos que o vendem a Cr$ 0,90 ou Cr$ 1,00 no Sul do Espirito Santo (a poucas horas por rodovia, do Rio), e a Cr$ 1,10 para manteiga, ou Cr$ 1,20 para queijos no Sul de Minas — e que nem por isso faliram, e, pelo contrário, apresentam prospera situação financeira.

Cálculos feitos no Vale do Paraiba acusam um custo aproximado de Cr$ 2,21 e outros, menos pessimistas, têm indicado resultados menores. No Sul do Espírito Santo, a maioria dos produtores está ansiada pela instalação de fábricas de lacticínios, afim de poderem fornecer a estas leite por preços muito mais elevados que os atuais, isto é, a Cr$ 1,20, o que lhes será suficiente para, com lucros, triplicar a atual produção, aproveitando a imensidade de ótimas pastagens, com rebanhos de capacidade leiteira a ser melhorada. Pode-se objetar que leite nas regiões mais distantes, que só póde ser industrializado, tem mesmo que ser mais barato que o destinado ao consumo em natureza. Entretanto, como as condições de produção são as mesmas, o custo não póde ser substancialmente diferente.

Pelo que se infere da leitura atenciosa dos fatores do cálculo, embora sejam aceitaveis alguns dados, que condizem com a dolorosa realidade de nossas fazendas, os mesmos não podem ser aceitos como indicadores de uma produção racional de leite. Os dados do cálculo indicam exatamente como não se deve produzir leite, visto que, nos pontos de vista zootécnico (baixo rendimento per-cápita), agronômico (trato deficiente das pastagens), veterinário (alto índice de letalidade de animais, tanto adultos como jovens) e comercial (alta valorização das terras e do gado, e juros excessivos), todos os elementos são desfavoráveis.

Num exame técnico-econômico, os fatores-valor das terras (capital/terra), valor do rebanho (capital/gado) e juros não podem ser aceitos como se acham enunciados, e, sôbre eles devem ser feitas as seguintes considerações:

a) Terras e pastagens — o conceito a se firmar, nêste particular, é o de que as pastagens constituem o último aproveitamento de terras e, a produção de leite, o aproveitamento mais rendoso das pastagens. Terras que não mais servem à lavoura, cujo valor já está várias vezes pago por inúmeras culturas que exhauriram, agora só podem ser cultivadas com forrageiras, servindo para pasto. Não há outro aproveitamento a êste solo, e, sua transformação em pasto é a sua última exploração econômica. No ponto de

vista agrícola, estas terras nada mais valem. Em consequência, no ponto de vista técnico economico, constitui êrro sua valorização excessiva. Em operações comerciais entre leigos, não há êrro em quem pretender vender estas terras por preços elevados. Êrro existe na intenção de comprá-las por preços excessivos. Terras exhauridas, com capacidade de pastagens para manter sòmente poucas rezes por alqueire, devem ser avaliadas em tantos mil cruzeiros quantas vacas possam comportar nesta área. Assim, na base de 2 a 3 vacas por alqueire, estas terras devem valer Cr$ 2,00 a Cr$ 3,00, por unidade de área. O critério a se adotar para avaliação de terras destinadas à manutenção de gado leiteiro, não póde ser outro. E êste leva os interessados na produção racional do leite, ao melhoramento das pastagens, única possibilidade de, aumentando o valor das terras, aumentar-se o rendimento do gado.

b) Animais — Rebanho leiteiro. Como se trata de rebanho leiteiro, a avaliação dos animais deve ser de acôrdo com sua produção anual de leite. Assim, o conceito a ser firmado, nêste particular, é o de que o valor de uma vaca corresponde à sua produção anual (em litros de leite) multiplicada por Cr$ 1,50. Uma vaca média, em nossas condições, deve produzir 5 litros de leite, diàriamente, em 1 ou 2 ordenhas. Isso dará uma produção anual de 1.825 litros, o que lhe conferirá valor de Cr$ 2.737,50. Quem pagar mais por animal nestas condições está cometendo êrro no ponto de vista econômico.

Na vida útil da vaca (da primeira à última lactação), há uma curva na produção, ascendente até 3.ª ou 4.ª cria, mantida em nivel por alguns anos, e descendente nas demais. Esta curva na produção nos revela que a diminuição do valor da vaca (desvalorização das vacas velhas, já no periodo final da vida útil) é sobejametne coberta pelo aumento de valor das vacas novas, suas filhas (valorização das novilhas). Este fato nos leva a firmar mais um conceito — o de que a desvalorização das vacas que envelhecem é refeito pela valorização das novilhas, suas descendentes, que as substituem no rebanho. Em consequência, na constituição do custo da produção do leite, a depreciação do rebanho leiteiro é fator que não póde ser levado em linha de conta, visto que, zootecnica e economicamente, a valorização das novilhas é maior que a desvalorização das vacas, isso, além do mais, pela elevação do seu grau de sangue. Nêste particular é oportuno transcrever o seguinte:

"Tratando-se de agrupamentos de animais da mesma espécie (manada, rebanho, vara, etc.), cujo valor global se mantenha estável ou aumente, graças à progressiva substituição de animais velhos por animais novos, embora se dêm desvalorizações individuais, não se verifica a desvalorização do conjunto, ou seja aquela que, no caso vertente, interessaria". (2).

c) Juros — sôbre o valor das terras e do gado.

A remuneração do capital invertido numa fazenda leiteira merece os devidos estudos, isso porque estes juros, embora possam ser "contados" como fator no custo da produção, não podem ser "contabilizados". Segundo técnica contabilistica, estes juros nem podem ser registrados, normalmente, na escrituração. Na prática, os contabilistas não "lançam", estes juros nos respectivos livros, e sim, sòmente as despesas. Entretanto, é razoável se contem estes juros, à margem da contabilidade regular, para efeito de interpretação e de crítica dos resultados apresentados nos negócios. A indenização do capital invertido no rebanho é satisfatòriamente obtida não só pela produção do gado, que mais lucros facultará quanto mais leite produzir, como pela valorização dos animais. Portanto, a remuneração do capital/gado, para efeito de cálculo de custo da produção, não póde ser feita na mesma base de valores cuja indenização seja exclusivamente o juro bancário. No caso em apreço, trata-se de juro pelo uso de capital próprio, constituindo parcela do custo psicológico, susceptivel, aliás, de expressão monetária por confronto com o juro pago. Assim, para não fugir à idéia predominante, pode-se aceitar a taxa bancária para depósitos sem limite, que vai de 3 a 4% aa. (Banco do Brasil, Banco Mineiro da Produção, etc.).

Relativamente ao capital/terra, outra não póde ser a orientação, como atestam os contabilistas, e como é plenamente aceito pelo bom-senso.

Quanto a benfeitorias, o melhor sistema de cálculo é o de se avaliar o custo da instalação e o dividir pelo número de anos de sua duração. O quociente será a despesa anual a ser computado no custo da produção. Também se póde adotar a orientação contabilistica de depreciação de 10% aa., sendo que a partir do 10.º ano só seriam incluídos os valores aplicados em reparos.

* * *

Tomando por base estas modificações, que julgamos justas e oportunas a serem

introduzidas no cálculo apresentado, organizamos o quadro seguinte, revelador ainda, de condições deficitárias na produção de leite.

Cálculo no custo da produção do l eite:

Quadro comparativo entre a avaliação e a ora proposta

Dados:

Número de vacas em lactação — 50.
Produção média por vaca/ano — 900 litros.
Número de animais do rebanho — 120 vacas, 3 touros e 4 cavalos.
Valor do gado — na base de Cr$ 1,50 por litro/ano — Cr$ 180.000,00 (sendo Cr$ 162.000,00 em vacas e novilhas Cr$ 15.000,00 em touros e Cr$ 3.000,00 em equinos). Avaliação divulgada — Cr$ 258.000,00.
Valor das terras — 70 alqueires, na base de 2 vacas por alqueire — Cr$ 140.000,00 (avaliando-se em Cr$ 1.000,00 por vaca/alqueire).
Avaliação divulgada — Cr$ 420.000,00.
Benfeitorias — casa de sede, casa de colonos, banheiro carrapaticida, retiros etc. Cr$ .... 100.000,00 — cercas e moirões — Cr$ .... 19.440,00.

Resumo:

Capital invertido na fazenda:

	aval. racional Cr$	aval. divulg. Cr$
capital/gado	180.000,00	258.000,00
capital/terra	140.000,00	420.000,00
benfeitorias	119.440,00	119.440,00
	439.440,00	797.440,00

Despesas:

	Cr$	Cr$
Juros s/capital/gado 4% aa.	7.200,00	18.060,00
Juros s/capital/terra 4% aa.	5.600,00	29.400,00
Benfeitorias:		
— depreciações na base de 10% aa.	11.944,00	11.944,00
— substituição de moirões	3.600,00	3.600,00
Depreciação do gado:		
a) das vacas leiteiras	—	26.004,00
b) dos reprodutores	2.400,00	2.400,00
c) dos animais de transp. e latões .	315,00	315,00
Mão de obra:	Cr$	Cr$
Limpa de pastos	14.000,00	14.000,00
Retireiro e ajudante ..	11.700,00	11.700,00
Administrador	12.000,00	12.000,00
Medicamentos	3.000,00	3.000,00
Sal	1.752,00	1.752,00
Impostos	8.400,00	8.400,00
Morte de gado adulto (5% s/rebanho ...	6.800,00	12.000,00
	88.711,00	154.365,00

Receita:

	Cr$	Cr$	Cr$
20 bezerros machos	5.000,00		5.000,00
20 bezerros fêmeas	16.000,00		16.000,00
Esterco	—		—
45.000 litros de leite a Cr$ 1,504	67.711,00	a 2,963	133.365,00
	88.711,00		154.365,00

Observações:

Verifica-se fàcilmente que a propriedade agricola que serviu de base ao cálculo acima, não pode, criteriosamente, ser tomada como produtora de leite, muito menos, criadora de gado leiteiro. Isso porque:

1 — o gado em exploração não tem aptidão nem função leiteira, visto que a média por vaca/dia nos animais em lactação (2,46 litros), não lhe confere qualidade para ser considerado leiteiro. Economicamente, uma vaca com esta produção, em rebanho leiteiro é um êrro. E, zootecnicamente, sua permanência é êrro de maior gravidade, visto que, como produtora, sua baixa função leiteira será herdada pelas suas descendentes.

Também o alto indice de vacas secas ou falhadas em relação à lactação revela falta de qualidades leiteiras no rebanho em estudo.

A alta percentagem de morte do gado adulto (5%) e a excessiva letalidade dos bezerros (20%), revelam ausência de condições técnico-higiênicas na exploração em apreço, o que não condiz com produção racional de leite.

2 — As terras da propriedade estudada não se prestam à exploração de gado leiteiro, de vez que, tendo capacidade forrageira para sòmente 2 animais por alqueire/ano, revela estar desprovida de vegetação aceitável. Esta deficiência corre por conta da falta de trato das pastagens o que só é admissivel onde não haja gado leiteiro de qualidade bôa.

3 — A alimentação conferida ao rebanho em apreço não é a de gado leiteiro, de vez que regime exclusivo de pastagens só póde ser aceito, na produção de leite, quando se dispuser de pastos ótimos, com gramineas e leguminosas. Não há referência a silagem, fenos, concentrados, etc., elementos estes cuja ausência revelam se tratar de gado não leiteiro. Quem pretender manter rebanho leiteiro em exploração racional tem que, antes de tudo, estar apare-

lhado para lhe fornecer alimentação adequada. E esta não se resume em simples aquisição de farelos, de tortas, etc., de escassa produção em nosso meio, razão dos seus preços elevados.

O verdadeiro produtor de leite é aquele que, além do mais, procura produzir em sua fazenda tôda a alimentação de que seu gado carecer.

4 — o preço da limpa do pasto, na base de Cr$ 200,00 por alqueire/ano, é mais um índice das más condições de manutenção da fazenda, pois, êste alto preço só é cobrado em pastos reconhecidamente sujos, portanto, impróprios para gado leiteiro.

Nesta base, pretender lucro com a produção de leite, numa fazenda não aparelhada para a finalidade, é êrro. E o prejuizo encontrado é agravado também não só com a desvalorização excessiva das benfeitorias, como cercas e moirões, inclusive alto preço da administração.

Uma fazenda nestas condições, não póde ser considerada representante média das existentes em nosso meio. Seria fornecer um atestado de nossa incompetência se tal se verificasse. O exemplo tomado revela nitidamente como não se deve produzir leite, mesmo fazendo um reajustamento nos valores.

O custo da produção do leite, nas fazendas reconhecidamente leiteiras, tem de ser menor que o julgamento comumente. Entretanto, todos sabemos que a produção do leite, em nosso meio, constitui um problema permanente — isso porque nunca os produtores se dispuzeram a resolvê-lo. Será que a sua solução está simplesmente no aumento do preço do leite? Racionalmente, não.

Quem conhecer a psicologia do nosso homem de campo, facilmente deduzirá que o aumento do preço do leite terá um efeito contraproducente, visto que êste fato virá estimular a manutenção das deficientes condições da produção leiteira. Há nisso um perfeito círculo vicioso — com preços baixos, o fazendeiro não melhora a produção do leite por não dar lucros, e, com preços altos, também não as melhora, porque, mesmo em condições deficitárias, obtem bôa renda... A solução do problema é simplesmente uma — o aumento que se deve operar no leite, é simplesmente na produção, e nunca, nos preços. E, o que se deve fazer para aumentar a produção, todos estão fartos de saber.

O nosso leite, é bom que se afirme, é dos mais caros do mundo. Em recente consulta a entidades de vários países, foram obtidos os seguintes dados, como preço pago ao produtor: Venezuela — Cr$ 1,68; Suiça — Cr$ 1,57; Inglaterra — Cr$ 1,32; México — Cr$ 1,13; Estados Unidos — 1,12; Austrália — Cr$ 0,88 e Argentina — Cr$ 0,57. Todos sabemos que as condições da Venezuela não podem servir de confronto com as nossas, entretanto, a diferença do preço está sendo mínima.

Consideramos que, pleitear aumento do preço ao produtor para o leite é quasi um absurdo, porém, baseando-se na convicção da maioria, de que o custo da produção é superior ao preço de venda, a medida é razoavel. Aumentem-se os preços, e, então, todos os produtores serão beneficiados. Entretanto, alguma coisa deve ser feita em benefício dos consumidores, e para estes, devem os poderes públicos facultar simplesmente o seguinte — a importação de produtos estrangeiros, isentos de taxas aduaneiras, concedendo-lhes licença prévia e cambiais necessárias.

Como medida de ironia, nada melhor do que isso — assim, ter-se-á abundância de leite e derivados estrangeiros, por preços acessiveis aos pobres, e, a produção leiteira nacional desaparecerá naufragada em excesso de preços, de leite e de pretensões.

Referências

(1) Custo da produção de 100 quilos de leite — A. O. Rhoad — Boletim de Agricultura, Zootécnica e Veterinária n.º 1, ano VII — Janeiro de 1934 — pags. 1 a 12.

(2) O custo de produção na agricultura — Henrique de Barros — 1945 — pags. 209.

Empregos do sal na indústria caseira

AMAURY H. DA SILVEIRA
Eng.-Agrônomo do Serviço de Informação Agrícola

Além das inúmeras aplicações do sal na cozinha, como condimento em todas as preparações culinárias, êle desempenha papel de relêvo no preparo das conservas caseiras.

Nas conservas de hortaliças, isto é, de verduras e legumes, o sal é adicionado no teôr de 1% no suco de tomate, na massa de tomate e no "catsup". No "petit-pois" juntam.se 1 a 2% de sal, subindo para 2 a 2,5% no palmito enlatado e atingindo a 5% no molho inglês, produto mais condimentado.

Na classe dos picles, que constituem produtos dos mais importantes na industrialização de hortaliças, a pequena quantidade de sal permite uma fermentação bacteriana, tal como acontece no chucrute e nas azeitonas. Nestes produtos, os 2 a 5% de sal adicionados provocam uma fermentação lática, a mesma fermentação do leite, transformando os açúcares presentes nas couves e na oliva em ácido lático. E quando se abre uma lata de azeitonas é preciso usar água com sal para guardá.las porque do contrário elas se estragam e se tornam venenosas. Ainda o nabo e a alface podem ser preparados como o chucrute, isto é, com pequena quantidade de sal, sofrendo fermentação lática.

Quando a percentagem de sal é muito grande, elevando.se a 20%, na salga a sêco de milho, ervilha e feijão, não se processa a fermentação.

As soluções de água e sal conhecidas por *salmoura* e o processo de salmouragem é também aplicado às hortaliças. Assim, em salmoura fraca de 5%, acrescida de vinagre, preparam.se beterraba, cenoura, couve.flor, nabo, etc. E em salmoura de 15% com vinagre, ervilha em vagem, cebola, quiabo inteiro, couve-flor e pimentão.

De expôsto, conclui.se que o sal desempenha papel importante nas conservas de hortaliças.

Na pequena indústria das carnes, peixes e derivados, não é o sal de menor valia. A ação antissética e inofensiva do sal de cozinha permite a conservação pela salga, processo simples, aplicável na fazenda, exigindo pequeno material.

A salga serve também como processo preliminar a outros usados na conservação de carnes, como sejam a dessecação e a defumação. Também aqui a salga pode ser sêca ou úmida (salmouragem). A salga sêca é um método ótimo para peixes e a salmouragem requer menos prática que o processo anterior, que, no entanto, se recomenda mais para climas quentes. No preparo caseiro de linguiça, morcela e paio, o sal é o condimento obrigatório cuja quantidade a juntar varia de 1 a 5%.

Finalmente, ainda podemos citar o emprêgo do sal na manteiga e no queijo, produtos que, todavia, têm maior colação quando a quantidade de sal é mínima.

NOTA: — *Os interessados no preparo caseiro de picles, chucrute e demais conservas de hortaliças, bem como de linguiça, morcela e outras conservas de carnes podem solicitar instruções ao Serviço de Informação Agrícola, Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro.*

Comissão Técnica de Cooperativismo

Por ocasião da instalação, no dia 5 de maio último, na Sociedade Nacional de Agricultura, desta Comissão, composta dos Srs. Diogenes Caldas, Fabio Luz Filho, Waldiki Moura, José Fernandes Gandra e Orlando de Almeida, o Sr. Antonio de Arruda Câmara, 3º Vice-Presidente dessa instituição, leu os seguintes dados, relativamente a "O Cooperativismo na Sociedade Nacional de Agricultura:

"O Art. 12 do primeiro regulamento da Sociedade (1897) estabelecia: "A Diretoria da Sociedade buscará obter dos poderes da União e estaduais e municipais, assim como das associações e particulares, medidas legais, legislativas e executivas, e os recursos que possam contribuir para o progresso agronômico nacional".

Dentro dessa atribuição, procurou a Sociedade obter a atenção do govêrno para o cooperativismo. Havia o fundador e primeiro presidente da Sociedade, Dr. Antonio Ennes de Souza, no seu longo estágio nos países do norte da Europa, podido avaliar dos benefícios que essa fórmula trazia à agricultura e economia dos países.

Na "A Lavoura" de setembro daquele ano, o Dr. Germano Vert pedia a atenção para as nossas associações rurais, levando-lhes o exemplo dos sindicatos agrícolas franceses, aos quais, dentre outras atribuições, competia a "animação, criação e administração das instituições econômicas tais como Caixas Rurais, Sociedades Cooperativas", etc.

O crédito agrícola constituiu, nos primórdios da Sociedade, como que um ponto obrigatório de estudo da parte de quantos, naquele terreno, aqui mourejavam. Preconizava-se o seu estabelecimento no Brasil, como meio de tirar a agricultura do marasmo em que se ncontrava. Uma das suas modalidades, aconselhada, então, "pela função regular e mecanismo simples de seus órgãos, necessários e suficientes, os institutos de crédito conhecidos na Alemanha sob o nome de Bancos de Schultze Delitsche, os Vorschussbanke e as sociedades de emprestimos Raiffeisen ou de "crédito agrícola sob garantia solidária e ilimitada".

Em artigo de novembro de 1897, o fundador da Sociedade estudava essas instituições, "melhoradas nos últimos tempos e os modernissimos institutos da República Francêsa, conhecidos sob o nome de "Sindicatos Agrícolas".

Sitúa-se pois no ano de sua fundação a campanha que a Sociedade, ativando sempre, daí por diante, haveria de empreender em pról do cooperativismo no seio da classe rural brasileira.

Em 1901, o 1.º Congresso Nacional de Agricultura, reunido nesta Capital como parte — de que se incumbiu a Sociedade — dos festejos comemorativos do 4.º Centenário do Descobrimento do Brasil, deu um grande passo no sentido de dar corpo ao sindicalismo e ao cooperativismo rurais no Brasil, votando as seguintes conclusões.

"SINDICATOS AGRICOLAS, COOPERATIVAS, CRÉDITO AGRÍCOLA"

20.ª — Reconstituido o crédito em geral a organização do crédito agrícola deve obedecer principalmente às formas modernas de crédito mútuo, dos sindicatos agrícolas, das caixas e federações cooperativas, segundo os princípios e preceitos de Raiffeisen e os modelos oferecidos pelos Drs. Wencesláo Bello e Fabio Leal.

Para a constituição do crédito agrícola, sob a forma de crédito mútuo, o Congresso oferece aos poderes competentes as bases de uma lei que tenha por fim aparelhar o direito de associação no país com os elementos convenientes ao nascimento e ao desenvolvimento dos diversos tipos, de sociedades comerciais cooperativas de crédito.

Para a formação e desenvolvimento dos sindicatos agrícolas o Congreso oferece igualmente aos poderes competentes as bases de uma legislação que preenche, para as necessidades de organização economica da lavoura, uma importante lacuna.

21.ª — Não basta que uma legislação regular, pensada e já sagrada pela sanção de larga experiência nos países mais adiantados do mundo, se institúa como o Congresso propõe; é mister que os agricultores em

geral compreendam as vantagens da união e cooperação como fatores de crédito e elementos poderosos de organização econômica e busquem praticá-las como os únicos, reais e seguros com que eles devem contar nos dias bons ou máus que tiveram de atravessar os interêsses e destinos da lavoura. E' assim que êle aconselha:

a) A união dos agricultores sob a fórma de sindicatos agricolas locais;

b) A organização de sindicatos centrais na Capital Federal e nas capitais dos Estados.

22.ª — A fundação dos sindicatos agrícolas ligados à das caixas locais e regionais de crédito mútuo agrícola, funcionando como caixas de depósito e operando por enquanto sôbre penhor agricola perfeitamente constituido, facilitará a constiuição do capital agricola, com as economias assim reunidas da própria agricultura e com a aplicação cautelosa e segura que por êsse regimen se lhes dá.

23.ª — Revista a legislação sôbre o penhor agricola, no sentido de constitui-lo em bases definidas e práticas, é mistér que sejam simplificados e bem garantidos os processos de execução e estabelecidas penalidades severas para seus defraudadores.

24.ª — Congresso Nacional de Agricultura é forçado a declarar que os repetidos empréstimos internos contraidos pelos Governos da União e dos Estados e a ação absorvente exercida pelas caixas economicas federais e estaduais sôbre as economias de trabalho, do comércio e da indústria, qualquer que seja sua natureza, afastam e subtraem da lavoura a grande soma de recursos que poderiam ser sabia e proveitosamente utilisados pela união ou cooperação dos pequenos capitais.

25.ª — Esta função de previdência, como a pretende exercer e tem exercito o Estado, como uma disparidade formal de condições em relação a tôdas as outras formas de depósitos, cria-lhe pouco a pouco um verdadeiro monopolio que fará do Tesouro o maior dos banqueiros, esterilisando nos cofres ou despesas improdutivas dos Governos somas que deveriam ser fecundadas e vivificadas pelo trabalho da lavoura e da indústria".

No mesmo Congresso, foi apresentada e aceita, como subsidio, uma "Norma de estatutos para sindicatos agricolas do Brasil", transcritos no 1.º volume dos "Anuais" daquele memoravel Congresso (Pgs. 229-233). Nessas "Norma", eram previstas a "organização e manutenção de cooperativas e de caixas de empréstimos".

A idéia da arregimentação da lavoura pelos sindicatos agrícolas, uma vez afirmada como um postulado pelos congressitas de 1901, passou ràpidamente para as deliberações legislativas, penetrando, em 12 de dezembro de 1902, na Câmara por um projeto de lei que, apoiado pela Comissão de Agricultura, converteu-se na lei n.º 979, de 6 de janeiro de 1903.

Em vários Estados do país, começaram a ser criados sindicatos e cooperativas, dentro do espírito daquela lei, inspirada sem dúvida nos animadores resultados que a instituição vinha obtendo nos países da Europa.

Na Bahia, após a Conferência Açucareira promovida pela Sociedade, e da qual foi a figura máxima o Dr. Ignacio Tosta, formou-se o respectivo Sindicato Açucareiro, com a cooperação de 12 usinas importantes e do seu seio saiu, forte e bem aparelhada, a Cooperativa Açucareira sob a forma anônima. Também se organizou então uma Cooperativa de Alcool.

Em Pernambuco, onde a Sociedade promoveu a 2.ª Conferência Açucareira, e graças aos esforços do Dr. Luiz Correia de Brito, fundaram-es os seguintes sindicatos agrícolas: Goiana e Itambé, Cabo, Escada, Amaragy, Gameleira e Bonito, Palmares, Jaboatão, Ipojuca, Barreiros, Sirinhaém e Rio Formoso. O Sindicato de Goiana, além de uma atuação destacada no seio da classe rural, fundou uma Caixa de Crédito Cooperativo, levantando e pagando pontualmente na praça de Recife um empréstimo de ...... 20:000$000, sob a responsabilidade de solidária de todos os sócios.

Ainda como resultado da Conferência de Recife, os agricultores e industriais de açúcar promoveram a "União dos Sindicatos", locais, e a formação de uma cooperativa de Produção e Venda.

As classe produtoras — e aí, então, compreendiam-se como tais as que realmente o são — reclamavam do Govêrno (1906), uma lei de sociedades cooperativas, num movimento encabeçado pela Sociedade Nacional de Agricultura.

O Decreto 979, de 6 de janeiro de 1903, só foi regulamentado em 1907 (Dec. n.º 6.532, de 20 de junho), referendado por Miguel Calmon, entusiasta dos trabalhos da Sociedade, com a qual tomara contáto em 1903, quando da realização do Congresso e Exposição de Alcool. Nêsse regulamento, como uma antecipação do diploma legal insistentemnte declamado (Art. 12), era prevista "a organização de coope-

rativas de produção e de consumo, caixas rurais, de crédito agrícola, associações de seguros, de previdência, de assistência, etc.", os quais, contudo, não envolviam o sindicato nas respectivas transações.

Finalmente, a 5 de janeiro de 1906, graças aos esforços desta Casa junto ao Govêrno, e em virtude de sua contínua propaganda, o então Ministro Miguel Calmon, mais tarde seu Presidente, assinou, com o Presidente Affonso Penna, o Decreto n. 1.637, regulado os sindicatos profissionais e as sociedades cooperativas. Essa lei, por sinal, haveria de ter, no país, uma longa vida de reais serviços ao coperativismo, sem embargo das falhas que continha, corrigidas mais tarde por outros diplomas.

Um ano antes, 1905, fundou a Sociedade, nesta Capital, o "Comité Central dos Sindicatos Agrícolas dos Estados Açucareiros", sob a presidência de Wenceslão Bello, e destinado a dar orientação e impulso às organizações estaduais.

No ano seguinte, reune-se, a convite do Sindicato Central dos Agricultores do Brasil, sob a presidência de João Baptista de Castro, os diversos representantes dos Sindicatos Agrícolas da Bahia, de Pernambuco, Maranhão, Sergipe e Alagôas. Nessa ocasião, são traçados os planos e aprovados os Estatutos da Cooperativa Central dos Agricultores do Brasil. A sua fundação, contudo, só foi levada a efeito em 7 de janeiro de 1911 — com elementos de todos os Estados.

O papel da Sociedade, como se vê, era multiforme: ,orientava, promovia, .estimulava, organizava e reunia.

Resumiremos, contudo, suscintamente, o que foi o movimento nos Estados, como resultados da lei de 1903. Assim, em Alagôas, a Sociedade de Agricultura Alagoana, fundada em 1902, criou em seu seio uma "Câmara Sindical", com diretoria própria e, a seu lado, uma Caixa de Crédito Agrícola. A essa instituição o Govêrno, logo a seguir, cedeu a Usina Wanderley com os seus terrenos e edifícios, para aí serem instalados um instituto agronômico e um posto zootecnico.

Em Santa Catarina ,onde o movimento cooperativista, estimulado pela colônia alemã, datava de 1880, a Sociedade Catarinense de Agricultura se investia da liderança da Campanha Sindicalista e Cooperativista. Em Blumenau formou-se, naquele ano, a primeira cooperativa do Estado, de vida efemera, porque as suas ações, após se depreciarem, acumularam-se nas mãos de um só indivíduo, desaparecendo sem deixar maiores resultados.

Em 1898, aconselhados pelo Consul Italiano, Conde Roti, os colonos italianos da Colônia de Ascurra, organizaram outra Sociedade Cooperativa, que também pouco tempo durou. Foi reconstituida logo após, mediante ações de 20$000, abrindo um armazem onde vendia os produtos agrícolas aos associados. No ano seguinte, em Cedro, formou-se outra cooperativa de consumo e exportação; em Blumenau, existiam, por essa época, duas cooperativas — a Rodeio I e a Rodeio II; ainda nêsse município, em 1904, formou-se uma outra cooperativa de consumo e produção, no local de Carijó, congregando 300 famílias. Joinville, Urussanga, e outros municipios catarinenses acompanham o movimento estimulado pela Sociedade Catarienense de Agricultura. Ao tempo, o Deputado Lebon Regis, depois colaborador permanente e diretor desta Casa, ofereceu ao Congresso Estadual um projeto de lei visando "amparar os sindicatos e cooperativas no Estado, mediante auxílio pecuniário e técnico".

Em São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas, Rio de Janeiro, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraiba e outros Estados, o movimento cooperativista, irradiado da Sociedade através as suas **Conferências Açucareiras, Congressos de Agricultura,** Prospectos, Folhetos, Conferências, e ação, acorreram os entusiastas da idéia, aí tiveram início os primeiros passos em pról dêsse movimento renovador da nossa agricultura.

Nunca, desde então, afastou-se a Sociedade de seus propósitos de dotar o pais de uma rede de cooperativas, tão necessária à melhor distribuição dos produtos e salvaguarda dos interrêsses dos produtores e consumidores.

No que toca aos sindicatos — hoje tidos em outro sentido na legislação brasileira — houve por bem esta Sociedade abandonar, e oferecr à lavoura melhores meios de congregar-se, através da organização prevista no Decreto-lei N.º 8.127, de 24 de outubro de 1945.

O cooperativismo, que outros diplomas, a que não foi alheia esta Casa, pelos seus técnicos e diretores — caminha vitorioso, e tudo diz que os seus objetivos serão atingidos, mercê da compreensão que já vai havendo de sua necessidade e utilidade e, também, pelos dedicados técnicos que o aplicam em todo o país.

Coube ao nosso grande e sempre pranteado Presidente Dr. Ildefonso Simões Lopes, instituir com caráter permanente, as Comissões Técnicas da Sociedade Nacional de Agricultura. Agora está a Diretoria da S. N. A., atendendo imperativos da evolução, empenhada no trabalho de reestruturá-las, adaptando-as às novas condições creadas.

Instalamos hoje a primeira Comissão Técnica de Cooperativismo — constituida pelos especialistas Diogenes Caldas, Fabio Luz Filho, Waldiki Moura, José Fernandes Couvêa e Orlando de Almeida.

Dispensavel, é claro, apresentá-los.

Resta-nos, apenas, antecipar os nossos agradecimentos e os da família cooperativista do Brasil pelos serviços que vão prestar a C. T. C. da Sociedade Nacional de Agricultura.

Criação de Bezerros

CUIDADOS COM OS RECEM-NASCIDOS

Lincoln Moraes
Veterinário Zootecnista — Professor da Escola Fluminense de Medicina Veterinária.

Imediatamente após o nascimento, o bezerro necessita de tôda a atenção. O criador deve verificar as condições em que se deu o parto e observar os primeiros cuidados da própria vaca para com sua cria. Si esta não se move, convem certificar-se logo se está ou não respirando.

Ás vezes as ventas estão cobertas por fragmentos de membranas ou cheias de mucosidades. Faz-se rápida limpeza, para que o bezerro possa respirar com facilidade. Si, ainda assim, nada se consegue, procuram-se outros meios, com o mesmo objetivo: cócegas na mucosa nasal, com uma palhinha; baforadas de fumaça de cigarro nas narinas ou aspersão de água fria ou vinagre, também nas narinas. Todos estes meios podem provocar a respiração, por ato reflexo.

Estabelecida a respiração, mesmo fraca, deve-se fazer que a vaca lamba a cria, o que, aliás, faz vigorosamente e, via de regra, é suficiente. Caso a vaca, por qualquer circunstância, não o queira fazer, póde-se estimulá-la polvilhando-se fubá de milho, farelinho ou sal sôbre o bezerro. Essa operação feita pela vaca nada mais é que um verdadeiro banho higiênico que ativa a circulação periférica e a respiração.

Outro recurso é friccionar o bezerro, fortemente, com uma escova, um pano ou, mesmo, com palha seca, provocando ,assim, a respiração, por ato reflexo. Póde-se, tambem, nos casos mais difíceis, em que falharem os meios simples até aqui indicados, proceder-se à respiração artificial, fazendo-se trações da lingua, puxando-a para fóra, ao mesmo tempo em que se fazem compressões e relaxamentos alternativos do tórax, na região costal. Dão, às vezes, bom resultados umas palmadas vigorosas no peito.

Logo depois do nascimento, deve-se cuidar do cordão umbilical. Em geral êsse cuidado consiste apenas em desinfetá-lo com tintura de iodo, uma vez expremida sua extremidade.

Em vez de apenas pincelar o cordão umbilical com a tintura de iodo, é muito mais prático e eficiente introduzí-lo completamente, durante uns dois minutos, num frasco de boca larga, contendo essa tintura até o meio ou mais, e bem ajustado à parede abdominal (barriga) do bezerro. Assim, fica bem saturado de iodo. A operação deve ser repetida 12 horas depois. E, ao fim de 8 dias, mais ou menos, quando cair a parte pendente ou "côto", deve ser pincelada, também com a tintura de iodo, a cicatriz resultante, pois, sem êsse cuidado, constitue essa cicatriz, pelo contacto com as sujeiras do estábulo, curral, abrigo ou campo, uma porta de entrada para os germes das doenças infecciosas dos bezerros, tão perigosa quanto a falta de tratamento do cordão umbilical quando nasce o bezerro.

Uma recomendação especial deve ser feita a respeito da tintura de iodo. Esta precisa ser fresca ou bem conservada em frasco de côr ambar e dotado de rolha de vidro esmerilada. Não deve ser empregada a tintura contida em frasco aberto ou com a rolha mal ajustada, estando o líquido quasi negro e de cheiro irritante. E' que, nestes casos, o iodo transformou-se em ácido iodídrico, que é cáustico e ocasionará "queimaduras" e, em consequência, crôstas de dificil tratamento.

Muitos criadores substituem a tintura de iodo por uma solução concentrada de creolina de marca conceituada.

Tratando-se de criação de gado fino, com o qual o criador se dispõe a não fazer economia, podem ser empregados o mercúrio cromo ou um pó secativo, à base de sulfanilamida. Nestes casos o cordão umbilical é protegido com um penso, mantido

durante 8 a 10 dias por meio de uma cinta abdominal.

E' recomendável passar um pouco de óleo de peixe em torno da região, com o fim de afugentar as moscas.

Quando o cordão não se rompe, por ocasião do parto, o que é raro, ou ficou demasiadamente longe (mais de 30 centímetros), ha necessidade de cortá-lo. Primeiro é lavado; depois faz-se uma ligadura, a uns 8 a 12 centímetros da base, com fio assético ou, mesmo, um barbante ou palha de milho retorcida, embebidos em solução concentrada de creolina; a seguir, secciona-se o cordão abaixo da ligadura; e, finalmente, deve ser mergulhado na tintura de iodo, como acima foi explicado.

Nos casos em que o cordão ficou demasiadamente curto, deve ser feita logo uma ligadura a uns 2 ou 3 centímetros do ventre, cortando-se a parte restante a 2 centímetros da ligadura. E' conveniente, então, lavar bem o "côto", introduzí-lo na tintura de iodo e ainda envolvê-lo em uma placa de algodão bem polvilhada de um pó secativo ou, preferentemente, de sulfanilamida. Uma cinta abdominal manterá a placa, durante 8 a 10 dias, presa ao local.

Se o ubre da vaca está sujo, é conveniente lavá-lo com água e sabão e secá-lo com um pano limpo, antes que o bezerro mame. Isto êle procura fazer dentro de meia hora, mais ou menos, depois de nascido. Si está muito fraco e não o faz, naquele prazo, precisa de ser ajudado; é levantado e mantido junto ao ubre; há casos em que é necessário colocar-lhe a têta na boca, expremendo-se um pouco de colôstro (o leite dos primeiros dias após o parto).

Acontece, às vezes, nas vacas zebuinas e mestiças de zebús, que as têtas são muito grossas e precisam ser prèviamente "amaciadas", para que o bezerro possa chupá-las com facilidade.

Outras vezes é a vaca que, estando com ubre muito congestionado e dolorido ou, mesmo, porque quer "enjeitar a cria", não deixa que esta se aproxime para mamar. Será, então, tratada com doçura e mimada, o que, quasi sempre, resolve a situação. Caso contrário, terá de ser colocada no tronco ou levar entraves nos pés.

De qualquer fórma, é sempre aconselhável uma mungidura, esgotando-se, assim, o ubre, para que diminua a congestão e fique menos dolorido. Quando a congestão é muito intensa, o que acontece, principalmente, nas primíparas, póde ser combatida, banhando-se o ubre com um cosimeento de malva e folhas de tamarindo (tratamento bastante empregado na zona norte do Estado do Rio), ou com uma mistura de alcool e óleo de fígado de bacalhau (ou de cação), em partes iguais.

Logo que o ubre se torna menos dolorido a vaca vai deixando que a cria mame e passa a lhe dispensar todos os desvelos maternais.

Nas granjas leiteiras e quando o objetivo da exploração é a criação de reprodutores, as crias devem ser separadas das vacas umas 24 horas depois de nascidas. Si um zeberro forte permanece mais tempo com a vaca, póde mamar em excesso e ter um bezerro forte permanece mais tempo diarréia, o que, via de regra, é de sérias consequências.

Além disso, em geral, é mais fácil ensinar a um récem-nascido, separado da mãe no primeiro dia, a aleitar-se num balde do que quando já se habituou a mamar durante mais tempo.

O bezerro deve ser bem protegido contra as correntes de ar, o frio e a humidade. Sua cama, de palha seca e macia, precisa ser abundante e renovada diariámente, si possível.

E' indispensável que o récem nascido ingira o colôstro, isto é, o primeiro leite produzido pela mãe logo a seguir ao parto e cuja secreção perdura por alguns dias — até 8 e, mesmo, 10 dias.

O colôstro, destinado pela natureza a ser, nos primeiros dias de vida, o único alimento dos mamíferos, é altamente nutritivo. Bem mais rico em proteina e albumina que o leite limpo em condições de servir de alimento ao homem, contém, também, um pouco mais de sais minerais, especialmente de cálcio e fósforo. E é, ainda, particularmente rico em vitamina "A".

Tem a propriedade de stimular o apetite do bezerro.

Possue ação laxativa e contribue, por isto, para livrar o tubo intestinal da matéria fecal (mecônio), nêle acumulada durante a vida intra-uterina.

Finalmente, está demonstrado que o colôstro gosa da propriedade de proteger, temporáriamente, o récem-nascido contra certas infecções do aparelho digestivo, graças aos anti-corpos específicos ou substâncias imunizantes que contém.

O animal vem ao mundo com mui pequena resistência contra tais doenças e, si não receber o colôstro, fica sujeito a não resistir a essas infecções, notadamente as conhecidas vulgarmente pela denominação

genérica de **pneumo-enterite.** Depois é que, por si próprio, vai adquirindo uma imunidade relativa.

Quando por morte da vaca, por falta de secreção lactea (agaloxia) ou por outro qualquer motivo, não se dispõe de colóstro para dar ao bezerro, há necessidade de um sucedâneo. Um que dá bom resultado consiste na mistura das claras de seis ovos com leite fresco de vaca, para o primeiro repasto. Para os seguintes, vai-se diminuindo uma clara de cada vez.

O emprêgo do sôro sanguíneo de vaca, em injeções endovenosas, não é recomendável para o nosso meio, quer pela dificuldade da aplicação, quer pela possibilidade da transmissão da tristeza (piroplasmoses e anaplasmose). Há autores que recomendam a mistura, ao leite, do sôro sanguíneo da vaca ou, mesmo, do próprio sangue integral.



CLUBE AGRÍCOLA "MIGUEL CALMON"

Ao Dr. William Simão, Chefe da Seção de Clubes Agrícolas do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, o Professor Geraldo Goulart da Silveira, Diretor do Clube Agrícola Miguel Calmon, enviou o seguinte relatório, referente às atividades do referido C.A. durante o ano de 1948: "O Clube Agrícola Miguel Calmon, constituido pelos alunos da Escola de Horticultura Wencestáu Bello, registrado no S.I.A., sob o número 1098, vem, desde a sua fundação, em abril de 1946, cultivando, com grande entusiasmo, duas hortas, num total de 150 canteiros. Toda a produção é utilizada na alimentação dos alunos da escola, todos sócios do C.A. 1098, que dispõem assim, diàriamente, de hortaliças variadas e frescas. Durante o ano de 1948 foram cultivadas as seguintes hortaliças: chicórea (lisa e crespa), alface repolhuda, nabo (chato e comprido), rabanete curto redondo, pimentão, cenoura meia comprida de Nantes, salsa, cebolinha, espinafre, bertalha, tomate (paulista, japonez e americano), hervilha torta, vagem, mostarda, couve manteiga, couve rábano, batata-doce, beterraba, giló, repolho chato quintal almeirão e coentro. Desde 1947 vem o C.A., 1098 cuidando ,também, do preparo de mudas de árvores frutíferas, principalmente das seguintes espécies: Laranjeira, abricó, graviola, fruta de conde, jaboticabeira, cajueiro, abieiro, mangueira, cajueiro, cereja do Rio Grande, etc. Desde 1948 (setembro), vem cuidando da avicultura graças ao auxílio que recebeu do S.I.A., constante de 100 metros de tela de arame, uma criadeira e 100 pintos de um dia. A criação, consta, atualmente de 68 cabeças (frangos e frangas). Toda a produção do aviário será também, consumida pelos alunos. Durante o ano de 1948 o C.A. 1098 colaborou com a direção da escola durante a realização da 1.ª Semana do Hortelão, tendo sido o seu diretor o Coordenador da Semana e o seu presidente, membro da Comissão da Bem Estar dos Semanistas. Ainda durante a 1.ª Semana do Hortelão, o C.A. 1098, teve oportunidade de homenagear o S.I.A., na pessôa do Dr. William Simão, que teve a gentileza de visitar o nosso Clube Agrícola e examinar, detalhadamente, todas as suas realizações. O C.A. 1098 concorreu à II Exposição Agro-Pecuária do Distrito Federal, realizada em 1948, tendo obtido os seguintes prêmios: a) campeão em mangas, b) 1.º prêmio em mangas, c) 2.º prêmio com sapotis, d) 2.º prêmio em mudas de ameixeiras, e) 3.º prêmio em mudas de goiabeira. O C.A. 1098 tem colaborado com as escolas primárias da Penha, fornecendo-lhes sementes e mudas de hortaliças. O dia da árvore é sempre festivamente comemorado. No ano passado, por exemplo, plantaram os alunos, no dia 21 de setembro, uma jaboticabeira (enxêrto), tendo falado na ocasião, além do Diretor e do Presidente do Clube, um professor da Escola. É desejo do C.A. 1098 ampliar, cada vez mais, as suas atividades, contando para isso, como vem recebendo sempre, com o valioso auxílio do S.I.A., que, sem alarde, vem realizando uma obra notável, prestando assistência técnica e material aos numerosos Clubes Agrícolas espalhados em todos os recantos do país."

PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO

Francisco Trevia.

Produzir apenas o bastante para o consumo interno é problema que teremos de reputar secundário, para não tirar atestado de incapacidade de nos governarmos ou mesmo direito de viver.

A ação de produzir para exportar é, porém problema complexo que envolve inclusive tratados de comércio internacional.

Nossa incipiente indústria, sem um planejamento de conjunto capaz de crear um sólido arcabouço pela preferência do aproveitamento de nossas matérias primas, brota aqui ou ali ao sabor da idéia de cada um.

Daí a desconfiança, o retraimento da economia particular, quando de qualquer apêlo para formação de capital das sociedades anônimas, com finalidade industrial.

Êste planejamento industrial de conjunto só será possível com a organização perfeita da nossa vida rural.

Ainda somos quasi "essencialmente agrícolas", e quando formos mesmos grandes industriais, o exemplo dos Estados Unidos da América do Norte, nos mostra, teremos de ser grandes agricultores e pecuaristas.

Assim podemos concluir que não temos estes ou aqueles problemas a resolver e sim, um único problema que depende de um plano geral.

Devemos a par de uma política ruralista, de assitência técnica e financeira à Agricultura e Pecuária nacional, organizar com presteza nossos serviços de Transportes ferroviários e abrir rodovias que venham pelo menos alcançar estas estradas de ferro, partindo dos centros de produção intensiva. Transportes faceis por preços baixos, será meio caminho para a vitória na luta pela maior exportação; mas a parte mais importante ainda será o preparo das portas de saída para os nossos produtos.

O aparelhamento dos portos, localizados cada qual na parte mais conveniente ao escoamento dos produtos das diversas zonas do nosso vasto pais, merece portanto um cuidado todo especial, e infelizmente isto não tem acontecido.

Um exemplo frizante, é o estado em que se ncontra o porto de Camocim no Estado do Ceará.

Êste porto com o melhor ancoradouro que se possa imaginar, está com sua entrada quasi obstruida, pela simples falta de um serviço de dragagem.

E' o porto de escoamento natural, mais economico e que melhor condição oferece, para todos os produtos da zona Norte do Estado do Ceará e maior parte do Estado do Piauí.

Devidamente dragado, teria a preferência das escalas dos vapores de diversas Companhias de Navegação, pela facilidade de carga e descarga que já oferece por preço baixo.

Não será difícil de verificar-se neste caso, até mesmo a preferência pelo porto de Camocim, por parte dos produtores da zona do vale do Acaraú, até muito acima de Itapipoca.

Verificamos isto e não podemos compreender porque tarda tanto o serviço de dragagem do porto de Camocim.

Ao começar o presente inverno no Ceará, existiam no porto de Camocim, 12.000 toneladas de milho, cujos produtores com a chegada das chuvas prevndo a abundância da nova safra, procuraram vender, mesmo por preço baixo.

A maior parte dêsse milho, foi vendido ao Ministério da Guerra, que mandou embarcar para Porto Alegre.

Pois bem, os vendedores acabaram perdendo muito dinheiro, porque o Lóide, mesmo mandando um navio de pequeno calado capaz de entrar e sair carregado, não deixou que isto fosse feito.

Só aceitou o carregamento no ancoradouro externo e o que podia ser realizado no ancoradouro interno no máximo em três dias, levou oito dias para ser concluido, acarretando não só prejuizo aos carregadores que pagaram o transporte extraordinário até a barra, como à Companhia de Navegação, com a demora do vapor e consequente despezas com tripulação, máquinas consumindo carvão todo o tempo, etc.

Com serviços nestas condições não teremos a menor possibilidade de vencer. Os produtores como já vem acontecendo perdem a coragem e desanimados procuram a cidade.

Chegaremos assim a não produzir nem mesmo para nosso consumo e a fome das grandes cidades criarão problemas gravissimos com perigos evidentes para o que desejamos fosse o futuro glorioso da nação brasileira.

Concentração Fluminense de Produtores de Leite em Barra Mansa

Otto Frensel
Diretor Técnico da Sociedade Nacional de Agricultura

Atendendo aos apêlos que lhe foram dirigidos por produtores fluminenses de leite, o Govêrno do Estado do Rio de Janeiro, a cuja frente se encontra o ilustre engenheiro, Coronel Dr. Edmundo Macedo Soares e Silva, resolveu organizar em Barra Mansa, nos dia 22, 23 e 24 de Maio p.p., uma concentração de produtores de leite, técnicos e outros interessados. A organização de tão importante reunião foi confiada pelo Snr. Governador do Estado ao Snr. Dr. Edgard Teixeira Leite, Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. O Snr. Dr. Edgard Teixeira Leite também é 2.º Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, de cuja Diretoria igualmente fazemos parte ha longos anos, prestando, assim, modestos mas sinceros serviços, à causa dos produtores brasileiros. Somos, pois, suspeitos para falar do competente técnico e esforçado servidor público que é o Snr. Dr. Edgard Teixeira Leite, ao qual nos ligam laços de sincera admiração. Para realçar, com justiça, a sua personalidade, basta lembrar as palavras do próprio Governador do Estado, Coronel Dr. Edmundo Macedo Soares e Silva ao se referir, em brilhante discurso, pronunciado em Barra Mansa, às razões que motivaram a escolha daquele competente profissional da agronomia para o cargo a que tanto brilho vem dando.

Juntamente com competente técnicos da Secretária da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro, fomos convidados pelo Snr. Dr. Edgard Teixeira Leite para assistentes na organização da Concentração de Produtores de Leite. Para prestar iguais serviços de assistência foi convidado o conhecido técnico, Snr. Osvaldo Ballarin, o qual como autor de notáveis trabalhos sôbre laticínios, sobressaindo o extraordinário livro "Notas sôbre a bioquimica do leite", não precisa, evidentemente de apresentações

Conhecedor profundo das reais necessidade dos laticinistas, quiz o Snr Dr. Edgard Teixeira Leite proporcionar, não só aos produtores de leite do seu Estado, mas de todo o Brasil, uma oportunidade, verdadeiramente impar, para estudar e solucionar, dentro das possibilidades atuais, os seus verdadeiros problemas. Guiado por tão elevado espírito público, o Snr. Dr. Edgard Teixeira Leite, orientou a elaboração, não só do programa da referida Concentração, mas, mui especialmente, do extraordinário **temário** que devia servir de base à realização dos trabalhos projetados. Êste temário foi amplamente divulgado e distribuido, não podendo ser publicado aqui por falta de espaço. Entretanto, teremos prazer em fornecer os poucos exemplares ainda existentes, aos estudiosos do assunto e, também, para orientação de eventuais futuras reuniões dêsse genêro.

No domingo, dia 22 de maio p.p., pela manhã, o Snr. Governador e comitiva visitaram a Fábrica de Produtos "Nestlé", da Companhia Industrial e Comercial Brasileira de Produtos Alimentáres, em Barra Mansa. Ao meio dia essa companhia ofereceu um almoço ao Snr. Governador, comitiva e outros convidados. Falou em nome da companhia, oferecendo o almoço, o Snr. Dr. Augusto da Fonseca Machado. O Snr. Governador respondeu, agradacendo, com brilhante discurso.

Às 14 horas teve lugar a solenidade da inauguração dos trabalhos, no salão do Cinema Palacio, gentilmente cedido para êste fim. Diante de grande essistência, tomaram parte da mesa, presidindo os trabalhos, o Snr. Governador do Estado, Snr. Coronel Dr. Edmundo Macedo Soares e Silva.

Dr. Edgard Teixeira Leite, Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado do Rio de Janeiro.

Dr. Flavio Miranda Gonçalves, Prefeito Municipal de Barra Mansa.

Paulo Monteiro Mendes, Presidente da Câmara Municipal de Barra Mansa.

Senador Alfredo Neves.

Dr. Cesar Pires de Melo, Presidente da Cooperativa Central dos Produtores de Leite, Limitada.

Dr. Marcos Miglievich, representando o Snr. Prefeito do Distrito Federal.

Dr. Sebastião S. Ferreira de Andrade, Diretor da Fábrica Escola de Lacticínios "Cândido Tostes", representando o Snr. Se-

cretário da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho do Estado de Minas Gerais.

Dr. Mario Teles da Silva, Diretor da Divisão de Fomento da Produção Animal, representando o Ministério da Agricultura.

Dr. João Rodrigues de Alckmin, representando a FARESP.

Capitão Acacio Gonçalves da Silva, representante do Govêrno Federal junto a CCPLL.

Otto Frensel, representando a Sociedade Nacional de Agricultura.

Sebastião Coutinho, Presidente da Associação Comercial e Agrícola de Barra Mansa.

Antonio Alves Amorim, Presidetne da Cooperativa Agro-Pecuária do Município de Barra Mansa.

Dr. Rodrigues Perlingeiro, Juiz de Direito da Comarca.

Entre os presentes se encontravam, além de elevado número de diretores de Cooperativas e produtores de leite, os Snrs. Dr. Osvaldo Paixão, também representando a Secretaria da Agricultura de Minas Gerais, Dr. Frode Madsen, conhecido técnico em laticínios, professor e representando a Escola Superior de Veterinária do Estado de Minas Gerais e muitos outros.

Inaugurando os trabalhos, pronunciou brilhante oração o Snr. Governador do Estado o qual expoz o pensamento de seu Govêrno, perante as finalidades da concentração. Falou, a seguir, o Snr. Dr. Edgard Teixeira Leite, expondo os trabalhos que precederam a organização dessa concentração e o interêsse do Govêrno em auxiliar os produtores em suas justas aspirações. Em nome dos produtores de leite, falou o Snr. Dr. Cesar Pires de Melo, Presidente da Cooperativa Central dos Produtores de Leite, Limitada. Falaram também os Snrs. Capitão Acacio Gonçalves da Silva, Representante do Govêrno Federal, junto a Cooperativa Central dos Produtores de Leite, Limitada; Dr. João Rodrigues de Alckmin, representante da Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo; Antonio Alves Amorim, Presidente da Cooperativa Agro-Pecuária do Município de Barra Mansa; Sebastião Coutinho, Presidente da Associação Comercial e Agrícola de Barra Mansa; Deputado Federal Dr. Paulo Fernandes; Dr. José Lins de Albuquerque, Presidente da Cooperativa dos Produtores de Leite de Sossêgo, em Minas Gerais, Dr. Osvaldo Fonseca, Deputado Estadual; Otavio Denys Filho representante da Cooperativa Agro-Pecuária de Santo Antonio de Pádua, Senador Alfredo Neves e outras personalidades.

Ao encerrar os trabalhos, o Snr. Dr. Edgard Teixeira Leite, agradeceu em nome do Snr. Governador, a presença e a colaboração de todos, passando, a seguir, a presidência dos futuros trabalhos ao Snr. Dr. Pires de Melo, Presidente da Cooperativa Central dos Produtores de Leite, Limitada. Nova reunião foi convocada para as 21 horas na séde da Associação Comercial, gentilmente cedida para êste fim pela sua digna Diretoria e na qual, também, já se achava em funcionamento a Secretaria da Concentração. Sob aplausos gerais e acompanhado de todos os presentes, o Snr. Governador se retirou da reunião.

Na reunião que teve lugar às 21 horas na séde da Associação Comercial, o Snr. Presidente em exercício designou uma comissão, aprovada pelos presentes, afim de estudar os assuntos, constantes do temário. Esta Comissão ficou incumbida de discutir suas conclusões numa reunião preliminar no mesmo local às 16 horas do dia seguinte. Assistiu aos trabalhos dêsse dia o Snr. Dr. Edgard Teixeira Leite.

No dia seguinte no local e hora marcados, teve lugar a reunião da comissão citada a qual discutiu amplamente várias sugestões e pareceres apresentados pelos seus membros. Unificados, finalmente, em torno de uma conclusão única e definitiva, os presentes resolveram convocar, imediatamente, os membros da Concentração, em sua maioria já presentes, afim de submeter à sua apreciação as conclusões da referida comissão. A conclusão em aprêço, já amplamente publicada na Imprensa Carioca, foi aprovada por unanimidade pelos presentes. Discursou o Snr. Dr. Cesar Pires de Melo, agradecendo o espírito de cooperação dos presentes e pedindo uma moção de homenagem especial para o Snr. Dr. Edgard Teixeira Leite o que foi aprovado por unanimidade pelos presentes a seguir passou novamente a Presidência ao Snr. Dr. Edgard Teixeira Leite o qual, tendo assistido a todas as reuniões, agradeceu as homenagens que lhe tinham sido feitas. Encareceu novamente o desejo do Govêrno do Estado de auxiliar os produtores em suas justas necessidades. Por último pronunciou brilhante oração, em nome dos produtores de leite, o Snr. Dr. Athanagildo Leite Ferraz, sendo vivamente aplaudido. Em seguida os trabalhos foram encerrados.

O programa do terceiro dia, constou de um churrasco oferecido aos membros da Concentração, autoridades e convidados especiais pela Prefeitura Municipal e pela Cooperativa Agro-Pecuária de Barra Mansa.

BICHO DAS FRUTAS

Como combatê-los

Cesar Seára
Eng.-Agrônomo, do Serviço de Informação Agrícola

É o flagelo dos que cultivam ou gostam de comer frutas. Dá-se uma dentada num pêssego aveludado, numa goiaba, numa jabuticaba e eis que um vermezinho amarelo surge todo assanhado à nossa vista, tirando o apetite da gente. Um lindo pomar com fruteiras as mais diversas ou um laranjal exuberante a prometerem copiosa produção e então os frutos começam por se apresentar bichados, perdendo-se boa parte da safra.

É o antipático Bicho das Frutas, êsse extra-prazer das crianças e adultos que os técnicos chamam com mais propriedade de "Mosca das Frutas". Sim, mosca é o que aquele vermezinho nojento será em seu estado adulto. É mosca de duas espécies, que, por serem quasi iguais e terem hábitos idênticos, não os distinguiremos quanto ao que nos importa esclarecer, que é o meio de combatê-las e apenas por curiosidade daremos os seus complicados nomes científicos e que são: a *Anastrepha fraterculus* e a *Ceratites capitata*, também conhecida por Mosca do Mediterrâneo. E se querem saber como agem êsses insetos tão daninhos, aí vai um apanhado da sua biologia, para facilitar a compreensão dos meios de combatê-los: A mosca, de corpo amarelo, asas transparentes e de 4 a 5 cms. de comprimento, deposita seus 3 a 5 ovos, dentro do fruto ainda verde, em cuja casca faz um furinho. Alguns dias depois, os ovos descascam e deles nascem as larvas — os tais bichos — que ficam dentro do fruto cêrca de 20 dias a sorver-lhe a polpa. Aí então, sós ou com o fruto que cái, vão as larvas para o chão, onde passam 15 dias no estado de pupa, ou seja, envoltos numa camada endurecida que criam e dentro da qual se transformam em moscas, atingindo assim o estado adulto. É loca a voar, à procura de alimento — substâncias açucaradas — e também para se reproduzirem, repetindo o ciclo já acima descrito.

Proteção aos frutos

Até hoje não se conseguiu um meio eficiente de evitar o ataque das moscas aos frutos senão ensacando-os. Isto há de parecer assombroso, mas em muitos países de fruticultura adiantada é aplicado em grande escala. Tal processo é bastante caro e exigido muita mão de obra, além de prejudicar a coloração dos frutos, que apenas receberão sol na época da maturação, através do papel do saquinho, que por isto deve ser o mais transparente possível e encerado. O tamanho dos saquinhos deve variar de acôrdo com o dos frutos, mas em média pode ser de 12 x 15 cms., tomando-se o pêssego por padrão. Usar cola de caseína ou costurar os seus bordos, sendo a boca presa no pedúnculo dos frutos, logo que êstes estejam bem formados, com barbante, arame ou "clips" apropriados.

Meios profiláticos

Conhecida a biologia dêsses insetos, fácil será deduzir que os frutos bichados constituem focos de disseminação e como tal compete enterrar a uma profundidade mínima de 50 cms. todos os que se apresentarem atacados e caídos no chão.

Combate às moscas

Em regiões de grandes cafezais ou laranjais, a proteção aos pomares é bastante difícil, pois que as moscas dispõem de considerável material para fazer a sua postura. Daí o combate direto à Mosca das Frutas não surtir resultados compensadores em alguns pomares. Não obstante, a pulverização da copa das árvores frutíferas com substâncias atraentes para as moscas, que contenham de mistura inseticidas de ingestão, tem apresentado re-

sultados compensadores. O inconveniente que apresenta tal tratamento é o de também se envenenarem as abelhas melíferas e outros insetos úteis.

Resume-se este tratamento na aplicação de 1 litro por pé, e pulverizador em jato grosso, de 15 em 15 dias, desde a frutificação até 30 dias antes da colheita, da seguinte fórmula:

Fluossilicato de sódio	250 gramas
Açúcar mascavo	5 quilos
Água	100 litros

O arseniato de chumbo, na mesma proporção, pode substituir o fluossilicato, mas, por ser aquele muito tóxico, torna-se mais perigosa a sua manipulação.

O emprêgo de iscas envenenadas, como tratamento subsidiário é também aconselhável. É feito por meio duma bucha de estopa, que se pendura à árvore, protegidas aquelas por um pequeno pedaço de folha dobrada em forma de telha. A bucha é embebida na seguinte mistura:

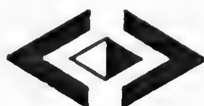
Arseniato de chumbo	35 gramas
Melaço	1 quilo
Água	1 litro

Deixar ferver durante 10 minutos.

Outros meios de combate

Existem ainda outros meios de combate, como os frascos apanha-moscas, que, por muito dispendioso, deixamos de aconselhar e os meios de contrôle biológico. Êste é feito usando-se um inimigo natural da Mosca das Frutas, a "vespinha africana", sôbre a qual o Instituto Biológico de São Paulo poderá fornecer maiores explicações.

E dito isto, aqui fica o nosso conselho final. Nos Estados mantém a Divisão de Defesa Sanitária Vegetal do Ministério da Agricultura, Largo da Misericórdia, s/n, 3.º and., técnicos e material para combate às pragas e doenças das plantas. Consulte-os, antes de mais nada, que andará acertado.



Descobertas esquecidas

Pode-se dizer que no decorrer de quase toda a história da humanidade se tem feito descobertas em todos os terrenos. Sucedeu porém muitas vêzes que o uso ou a aplicação do que se tinha descoberto foram esquecidos alguns séculos depois. Assim podia acontecer que alguns séculos mais tarde uma coisa foi descoberta outra vez. Sôbre tudo no terreno das medicinas isso sucedia com freqüência. Muitas teorias da medicina atual foram conhecidas antes de Hipócrates, o médico mais famoso da antiguidade. A descoberta da circulação do sangue, por exemplo, não foi do século XVII, senão 2000 anos antes e o descobridor foi o médico de câmara de faraó Setenco I. Os antigos Egipcios já conheceram a narcose que só no século passado se tornou a descobrir. As teorias dos hormonios, a grande descoberta dos últimos decênios, eram bem conhecidas dos médicos gregos e romanos e constituia a base da preparação dos filtros. Na antiguidade também se tinha noções da bacteriologia. Os Gregos por exemplo, tinham serpentes para matar os ratos que consideravam transmissores da peste — e com razão. Tem-se pedido determinar por meio de investigações que os Babilônios sabiam — ou pelo menos suspeitavam — que o paludismo foi transmitido pelos mosquitos. Também esta determinação foi deitada no esquecimento no decorrer dos séculos. E só no final do século passado Ronald Ross tornou a descobrir a transmissão do paludismo. Agora podemos crer porém que nenhuma descoberta será posta no esquecimento, pois hoje em dia podemos, escrever tudo, conservando-o assim para posteridade. Também a maneira de lutar contra o paludismo será sempre conhecida. A Comissão muito experta de Paludismo da antiga Sociedade das Nações, a título preventivo recomenda que se tome uma dose diária de 400 milligramas de quinina durante toda a estação das febres e algum tempo depois e para o tratamento da doença uma dose diária de 1-1,3 gramas durante 5 a 7 dias. Não se faz tratamento complementar e todas as recidivas são tratadas da mesma maneira.

E graças ao papel será possível conservar para sempre a descobérta importantíssima da dose exata da quinina para lutar contra o paludismo.

Consultas e informações



Pelo
Engenheiro Agrônomo
Geraldo Goulart da Silveira
Consultor Técnico de "A Lavoura"

Propagação da fruta-pão

Esclarecendo à um nosso consórcio do Estado do Espirito Santo, tenho a informar que a fruta-pão, cientificamente chamada Artocarpus incisa, L., pód eser propagada por meio de rebentos, estacas de raizes e alporquia. O processo mais usual de multiplicação de tão útil Morácea, é, sem dúvida, a multiplicação pelos rebentos que surgem das raizes.

Limão rosa

Esclarecendo à um nosso consórcio do Estado de Minas Gerais tenho informar que o limão rosa é, realmente, o limão chavo (Citrus limonia Osbeck), muito utilizado como porta-enxerto para laranjeira, principalmente pela resistência que apresenta a uma doença chamada tristeza dos Citrus. O limão rosa não deve ser plantado nos lugares de clima frio, porque é pouco resistente ao frio.

Septoriose do tomateiro

Pela descrição do consulente, Snr. %. P. A., do Distrito Federal, trata-se, provavelmente de uma enfermidade do tomateiro chamada "septoriose", provocada por um fungo, cientificamente chamado Septoria lycopersici, Speg. Como medida preventiva aconselhamos pulverisações com calda bordalesa a 1% desde qu eas plantas tenham uns 15 a 20 centimetros de altura, repetidas de 20 em 20 dias. A destruição de tomateiros muito atacados, bem como a dos restolhos de cultura que tenham sofrido a ataque do fungo, é uma medida indispensavel.

Estudo da hortalicicultura

Esclarecendo a Snra. A. S. O., do Distrito Federal, tenho a informar que na Escola de Horticultura Wenceslão Bello, além do curso normal de hortalicicultura feito em dois anos, diplomando hortelões, funcionam cursos práticos e rápidos de hortalicicultura, como o Curso Avulso de Horticultura, ministrado e em colaboração co ma Universidade Rural, com a duração de quinze semaans e com aulas três vezes por semana, e o Curso Prático de Hortas Domésticas, ministrado em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas, ministrado uma vez por semana e com a duração de 12 aulas.

Enxertia por encostia

Respondendo ao Snr. M. O., do Estado do Rio, tenho a informar que, realmente, a enxertia da mangueira por encostia é a mais trabalhosa. Entretanto essa modalidade de enxertia é a mais segura, pois oferece maiores probabilidades de "pega". Como porta enxerto, deve o consulente usar mangueiras de pé franco, criadas em latas, para poderem ser transportadas para junto da mangueira que se quer multiplicar.

O McCORMICK INTERNACIONAL
FARMAL C

Prosseguindo no seu programa de melhoramento das suas máquinas, iniciado após o término do último conflito mundial, a International Harvester anunciou, recentemente, a produção do seu novo trator agricola da linha Farmall, mais conhecido como o "C".

É êste trator a última adição à conhecida "Familia Farmall", para trabalho em fazendas de plantações em fileiras. Projetado para substituir o antigo Farmall "H" o trator "C" deverá desempenhar as mesmas funções que o seu antecessor, apresentando, porém, tôdas as caracteristicas e melhoramentos introduzidos na fabricação de tratores nos últimos anos.

Incorpora certas vantagens sôbre o antigo "H" tais como: aumento de potência do motor, melhor disposição dos seus contrôles e, de mais destaque, o novo Contrôle Automático de Ação Dupla (Touch Control), que, entretanto, é fornecido como equipamento especial contra o pedido.

Para o melhor aproveitamento do trator "C" êle se apresenta acompanhado por uma variedade de implementos agricolas adaptáveis ao trator para trabalho conjunto: o Arado de Discos C-151, o Cultivador C-244, a Grade de Discos 9-A, a Plantadeira C-272 e a Segadeira C-21.

Seguem as principais especificações do novo trator:

Motor tipo	Válvulas no cabeçote
N.º de cilindros	4
Combustivel	Gasolina
Diam. e Curso dos pistões, polg. ..	3 x [illegible]
Razão de Compressão	6 para [illegible]
H.P. na Barra de Tração 1650 R.P.M.	18,5
H. P. na Polia	20,5

Noticiário da Escola de Horticultura Wesceslau Bello

Cursos em colaboração com a Universidade Rural

O Snr. Ministro da Agricultura, Dr. Daniel de Carvalho, aprovou o plano de cursos que serão ministrados no corrente ano na Escola de Horticultura Wenceslão Belo, em colaboração com a Diretoria dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão da Universidade Rural. De acôrdo com o referido plano, serão realizados em 1949, no tradicional estabelecimento de ensino, seis cursos, sendo dois de Extensão de Fruticultura, dois Avulsos de Horticultura e dois Avulsos de Citricultura.

Curso Avulso de Citricultura

Tiveram início no dia 15 de janeiro, as aulas do Curso Avulso de Citricultura, a cargo do Professor Geraldo Goulart da Silveira, e realizado em colaboração com a Universidade Rural. No referido curso estão matriculados trinta e oito alunos.

Designação de professores

O Snr. Ministro 'da Agricultura designou o Engenheiro Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira para professor nos cursos de Citricultura, Fruticultura e Horticultura; o Engenheiro Agrônomo Jalmirez Guimarães Gomes, para professor dos cursos de Fruticultura e Horticultura; o Engenheiro Agrônomo Subael Magalhães da Silva, para professor do curso de Horticultura e o Professor Pedro Goulart da Silveira para o curso de Horticultura, todos realizados na Escola de Horticultura Wenceslão Belo em colaboração com a Universidade Rural.

Relatório da Escola

O Dr. Antonio de Arruda Câmara, Diretor da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, apresentou ao Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura o relatório final das atividades da referida Escola durante o ano de 1948. Foram muito animadoras as atiivdades da Escola no ano passado. Matricularam-se em seus diferentes cursos mil trezentos e setenta e três alunos e concluiram os cursos, setecentos e oitenta e nove alunos.

Primeira Mesa Redonda da Conservação do Solo

A Escola de Horticultura Wenceslão Bello esteve representada na Primeira Mesa Redonda da Conservação do Solo, realizada em S. Paulo, sob os auspícios da Sociedade Rural Brasileira, pelo Engenheiro Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira que foi designado delegado da Sociedade Nacional de Agricultura ao referido certame. O Professor Geraldo Goulart da Silveira apresentou um trabalho subordinado ao título "Orientação e instrução dos agricultutores a respeito da fertilidade do solo".

Dr. Antonio de Arruda Câmara

Viajou em janeiro, para o norte do país, o Dr. Antonio de Arruda Câmara, Diretor da Escola de Horticultura Wenceslão Belo, designado pelo Ministério da Agricultura, para desempenhar importante comissão.

Cursos em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas

Está previsto, para o corrente ano, a realização, na Escola de Horticultura Wenceslão Bello, de vinte e quatro cursos práticos sôbre os mais variados assuntos, graças à colaboração e auxílio da Fundação Getúlio Vargas.

Cursos Práticos

Nos cursos práticos ministrados em 1948 na Escola de Horticultura Wenceslão Bello em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas, matricularam-se mil cento e quarenta e cinco alunos o que é um indice muito expressivo da oportunidade e objetividade dos referidos cursos.

Cursos Permanentes em 1948

Em 1948, graças ao auxilio da Fundação Getúlio Vargas, puderam ser ampliadas as matrículas nos cursos permanentes da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, que funcionaram sob regimem de internato gratúito, como vem acontecendo desde 1937, data da fundação da Escola. O movimento de matriculas nos referidos cursos foi de 54 alunos no curso de Hortelão, 39 no curso de Fruticultor e 25 no curso de Floricultor.

Educação e Assistência Social às População Rurais

O Engenheiro Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira, Professor da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, apresentou ao Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura um trabalho sôbre "Educação e Assistência Social às Populações Rurais", que será publicado pela referida Sociedade.

Doze anos de atividades

Completará no dia 15 de Maio doze anos de atividades ininterruptas em pról do ensino horticola no pais, a Escola de Horticultura Wenceslão Bello, modelar estabelecimento de ensino mantido na Penha, pela Sociedade Nacional de Agricultura.

Romeu Rampazzo

A Escola de Horticultura, Wenceslâu Belo registra, com profundo pezar, o falecimento do jovem horticultor, Romeu Rampazzo que fazia parte do corpo docente da mesma, como assistente das cadeiras de Horticultura, e de Floricultura. A Escola, de Horticultura Wenceslão Bello, mandou rezar, em Santa Leopoldina, sua terra natal, missa, que foi celebrada pelo Reverendo Henrique Olte, que, desde a fundação da Escola, encaminha rapazes para a mesma.

Cursos em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas

Estão em funcionamento, na Escola de Horticultura Wenceslão Bello, nove Cursos Práticos, ministrados em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas. Nos referidos cursos estão matriculados *duzentos e cincoenta e três alunos*, entre os quais, estudantes, funcionários públicos, militares, comerciários, professores, farmacêuticos, ferroviários, contadores etc. Os cursos em funcionamento são: Jardinocultura, Reflorestamento, Multiplicação Vegetal, Organização de Museus Escolares, Restauração de Pomares, Noções de Estatistica Agricola, Cálculos e Medidas Agrárias, Cultura de Raizes e tubérculos Horticolas e Melhoramento do Solo.

Orientador dos Cursos Agricolas da F. G. V.

Por indicação do Prof. Luiz Alves de Matos, Diretor do Departamento de Ensino da Fundação Getúlio Vargas, foi designado para o cargo em comissão de Orientador de Cursos Agricolas da referida entidade, o Prof. Geraldo Goulart da Silveira, do corpo docente da Escola de Horticultura Wenceslão Bello.

Movimento de Matriculas da H. H. W. B.

O Dr. Antonio de Arruda Câmara, Diretor da Escola de Horticultura Wenceslão Bello communicou ao Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura que o movimento de matriculas no internato da referida Escola foi no corrente ano, o seguinte:

a — Curso de Hortelão — 52 matriculas
b — Curso de Fruticultor — 37 alunos
c — Curso de Floricultor — 14 alunos

Conforme se verifica, estão matriculados nos três cursos, *cento e três* alunos. Estão internados na E.H.W.B. alunos provenientes dos seguintes Estados: Espirito Santo, Minas Gerais, Goiás, Distrito Federal, Estado do Rio, Paraiba, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Paraná. Graças ao auxilio que vem recebendo da Fundação Getúlio Vargas, tem podido a Escola de Horticultura Wenceslão Bello, ampliar a capacidade de seu internato.

Diretoria do Clube Agrícolas Miguel Calmon

Para dirigir o Clube Agricola 1098, registrado no S.I.A., e constituido pelos alunos da

Escola de Horticultura Wenceslão Bello, foi eleita e empossada a seguinte diretoria: Prof. Geraldo Goulart da Silveira, Diretor; Antonio Albano, Presidente; Irandir Hdzmeister, Secretário; Rubens Lopes da Rocha, tesoureiro; José Louredo, Moacyr Barbosa Agamenon Rezende Pereira, Waldemar Paula de Araujo e João Borges de Alvarenga, zeladores.

Presidência da Cooperativa de Consumo dos Trabalhadores

O Dr. Antonio de Arruda Câmara, Diretor da Escola de Horticultura Wenceslão Bello e 3.º Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura foi eleito Presidente da Cooperativa de Consumo dos Trabalhadores do Distrito Federal. O Dr. Antonio de Arruda é profundo conhecedor dos problemas relacionados com o cooperativismo e à frente da Cooperativa para qual foi eleito, realizará, sem dúvida, uma profícua administração.

Cursos em colaboração com a Universidade Rural

Estão em funcionamento, na Escola de Horticultura Wenceslão Bello, o Curso Avulso de Horticultura e o Curso de Extensão de Fruticultura, grupo A, ministrados em colaboração com a Universidade Rural.

1.ª Conferência Brasileira de Imigração e Colonização

Para a 1.ª Conferência Brasileira de Imigração e Colonização, o Professor Geraldo Goulart da Silveira, da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, preparou uma tése subordinada ao título "Escolas profissionais agrícolas para as zonas de colonização", que será uma das contribuições da Sociedade Nacional de Agricultura ao referido certamem. O Dr. Antonio de Arruda Câmara, diretor da referida escola, enviou também, vários trabalhos como contribuição da Sociedade Nacional de Agricultura.

ZOOLOGIA APLICADA

LACRAUS E LACRAIAS

F. Murtinho Braga
Prof. de H. Natural

O presente artigo tem o objetivo de evitar as constantes confusões que fazem muitas pessôas quando se referem a esses dois animais. E êsse engano pode ter consequências graves, em vista do comportamento desses animais ou melhor, como agem as peçonhas que eles inoculam nos nossos corpos quando nos atacam. Sabendo-se distinguir os dois animais, evidentemente pode-se proporcionar às suas vítimas um tratamento especifico que lhes trará a rápida cura.

Em geral nossos lavradores e criadores denominam as Lacraias aos conhecidos Miriapodos ou Centopeias e Lacraus aos Escorpiões, mas erroneamente supõem que as lacraias sejam femea dos Lacraus. Os escorpiões e miriapodos são é fato, artrópodos e além de caracteres, diferenciais bem distintos possuem peçonhas de ação bem diversas uma da outra. A conformação do corpo é muito diferente: enquanto as Lacraias apresentam um corpo alongado, formado de segmentos chatos cada um deles com um par de patas (Quilopodos), os Lacraus (Escorpiões) possuem um post- abdomen ou uma calda. E' precisamente nesta cauda que se encontra o ferrão ou seja o órgão inoculador do veneno. Já nas Lacraias o órgão inocular da peçonha é formado pelos dois primeiros pares de patas que sofrem modificações para melhor desempenho de sua função e que tecnicamente são denominadas forcipulas. Cada forcipula possue uma glândula de veneno que é injetado nas vitimas quando alcançados pelos ferrões.

O envenenamento causado pelas Lacraias, de um modo geral, determina vômitos e dôr intensa com inflamação da região atingida. Os tratamentos mais inidcados consistem em aplicações de compressas de alcool e de amonea na parte ofendida, além da limpeza da ferida com desinfetantes, tintura de iodo diluida, soluções fracas de permaganato de potassio.

Pode-se também tomar qualquer analgesico para aliviar as dôres, tais como cafiaspirina, melhoral, cibalena, veramon, aspirina, etc. e se as dôres forem muito violentas fazer injeções sub-cutaneas de heroina, trivalein, pantopan, novocaina, etc., em torno do ferimento. Combatem-es as nauseas e os vomitos com água clorofirmada ou poção de Rivire, dadas as colheres de chá ou de sobremesa de 10 em 10 minutos e para que se processe a aleiminação mais rapida do veneno podem ser dados os "chás" de folhas de abacateiro ou de barbas de milho. Até agora não existe nenhum tratamento soroterapico especifico contra a peçonha destes animais. Já as picadas ou ferroadas dos Lacraus apresentam certa gravidade, sobretudo se as vitimas forem crianças. E' que a peçonha dos Lacraus — escorpiões — é de natureza neurotoxio determinando não sòmente dôr aguda e arroxeamento da região ofendida, mas também "deglutição" dificil, nauseas, vômitos ou diarréa, calafrios mais ou menos intensos e transpiração fria; lacrimejamento, corrimento nasal e salivação abundantes; sensação de sêde, dôr de cabeça e excitação nervosa. "Esses sintomas nos casos graves, observados sobretudo em crianças, complicam-se de falta de ar com respiração ofegante e entre-cortada, pulso rápido e pouco nítido, baixa a temperatura do corpo e as vêses, colapso, algidez, anuria e como terminando pela morte".

O tratamento para as ferroodas dos Lacraus é o uso da injeção de sôro anti-escor-

pinico devendo-se usar 2 empoulas quando se tratar de criança. O mais aconselhavel é que os Lavradores e Criadores procurem os Médicos que assim, estarão à salvo de qualquer inconveniente mais perigosos.

As Lacraias e Lacraus vivem em lugares sombrios, depósitos de madeira, porões de casas velhas, e se alimentam de pequenos animais que caçam e matam, sobretudo de baratas e lagartas.

Antes de terminar quero chamar a atenção dos Lavradores e Criadores para um importante detalhe de ordem pratica. Algumas pessôas supõem que são as duas garras dos Lacraus que inoculam o veneno e na ocasião de matá-lo pisam apenas na cabeça, deixando ou permitindo que a cauda fique livre para a ferroada. O inverso se passa quando se trata de matar a Lacraia, porque estas possuem 2 pares de patas, situadas no último segmento do corpo e semelhante a 2 garras. Acontece então que varias pessôas procuram esmagar essa região crendo liquidar com o bicho, deixando livre a parte anterior onde justamente existem as forcipulas co mos respectivos ferrões, de modo que a Lacraia virando-se sôbre seu corpo atinge a sua vitíma.

No Brasil são muito abundantes os Lacraus e as Lacraias muito embora eles aqui não atinjam o consideravel tamanho que alcançam em outros países, como é o caso do famoso Pandinus imperator, Lacrau, escorpião africano cujo comprimento atinge a mais de 20 cms., enquanto os nossos Tytius e Buthus não vão muito além de poucos centímetros. O mesmo se dá com as Lacraias (Centopeias), muito embora termos a Escalopendra gigas que chega a alcançar mais de 25 cms.

Entretanto é enorme a quantidade de Lacraus encontrado em Belo Horizonte e grande é o número de Lacraias no Distrito Federal e em Niterói.

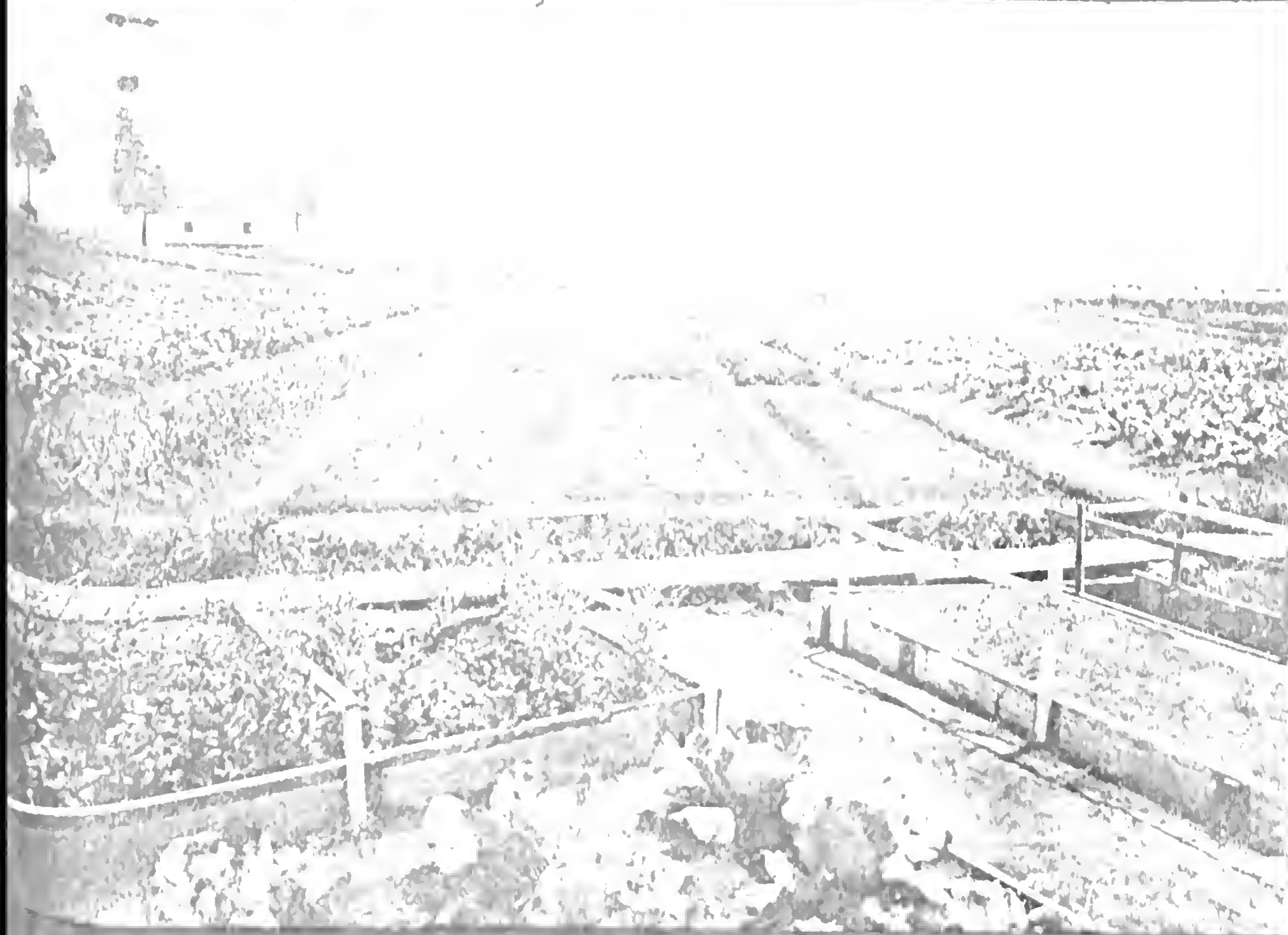
Para terminar esta despretenciosa vulgarização chamo atenção para os Congolos ou Embôas que são também Miriapodos mas inofensivos ou melhor sem órgão inoculador de peçonha. Creio que o maior inconveniente que nos causam é entrarem nos ouvidos e por isso é que são também conhecidos por Bicho de ouvidos.


A rainha
do Radio
e
o rei dos
Refrigerantes
Guaraná
Champagne
Companhia Antarctica Paulista

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ORGAM OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA



RIO DE JANEIRO — BRASIL

ANO LIII

JULHO - AGOSTO, 1949



O CIMENTO MAUÁ...









. . . tão apropriado para as construções de linhas modernas tambem e empregado com grande sucesso nas de estilo antigo, como se vê no "colonial" do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronomicas.







COMPANHIA NACIONAL DE CIMENTO PORTLAND



SANTOS — Troley carregado com bananas

SUMARIO

Pág.

Sociedade Nacional de Agricultura

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA
PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARÁTER PERMANENTE DOS SEGUINTES ÓRGÃOS:

Conselho Federal do Comércio Exterior (Presidência da República) — Dr. Arthur Torres Filho; **Comissão Permanente de Exposições e Feiras** (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; **Comissão Central de Preços** (Presidência da República) — (Agricultura) — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Comissão Central de Preços** (Presidência da República) — (Pecuária) — Dr. Jeronimo Antonio Coimbra; **Comissão Permanente de Estradas de Rodagem** (Ministério da Viação) — Dr. Raul David de Sanson; **Comissão de Organização Rural** (Ministério da Agricultura) — Dr. Arthur Torres Filho; **Instituto Brasileiro de Educação e Cultura** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Comissão de Intercâmbio Comercial com o Exterior** (Ministério da Fazenda) — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio e Produção** — Dr. Edgar Teixeira Leite.

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGAM OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LIII — Julho-Agosto de 1949

A necessidade de cursos de indústrias agrícolas para crear novas fontes de riqueza

Prof. ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Os fenômenos econômicos surgem a cada passo na vida do Brasil acarretando perturbações graves sem que saibamos ou possamos resolvê-los. Esse fato se explica por não dispormos do aparelhamento técnico exigido pelas condições da produção agrícola em nossa época, aparelhamento êsse exigindo labor, grande complexidade de medidas e constância de esfôrços.

Forçosamente chegará o dia em que teremos de cuidar a sério das condições sociológicas e econômicas da massa da população rural, atirada até hoje ao abandono. De outra parte, a economia agrícola brasileira, em suas multiplas manifestações, para tornar o capital remunerador, carece ser defendida a todo o transe e, para isso, temos que procurar os meios de orientar o agricultor na exploração da terra.

. . . .

Sem ciência não se póde chegar à técnica e, sem técnica, não se chegará às aplicações econômicas. Carecemos de crear escolas de indústrias agrícolas em várias regiões do país, escolas essas visando a formação de técnicos em indústrias agrícolas, diretores de fábricas, etc., ministrando ensino técnico prático.

As portas de tais escolas deveriam ficar abertas a todos aqueles que na vida rural pretendessem aumentar sua instrução, recebendo alunos regulares, estagiarios e ouvintes; possuindo também cursos temporários. O curriculo escolar poderia ser de dois ou três anos para o curso completo, compreendendo entre as matérias o ensino da agricultura, a química industrial, constituindo objeto de cadeiras especiais as matemáticas, a mecânica, a microbiologia, a eletricidade industrial, a tecnologia agrícola, etc.

Trata-se de escolas exigindo aparelhamento completo, na verdade um tanto dispendiosas, quanto a laboratórios e campos experimentais; uma vez organizadas, porém, teriam influência salutar na transformação dos métodos agrícolas e industriais de muitas regiões hoje entregues à monocultura.

Devemos partir do princípio de que não pode haver produção agrícola racional sem a base científica. Os alemães, por confiarem na ciência, lograram alcançar prestígio mundial para as suas indústrias. Será, portanto, recorrendo à ciência, mediante novas aplicações encontradas para os produtos agrícolas, com a expansão da policultura, que conseguiremos evitar as crises resultantes do desequilíbrio da produção e do consumo nos mercados internos.

No que toca à indústria assucareira, por exemplo, muito resta a fazer pelo melhoramento da matéria-prima e aperfeiçoamento dos processos industriais, com o aproveitamento dos resíduos no preparo de sub-produtos.

A indumentária na Bacia do São Francisco

Antonio de Arruda Câmara
Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

O vestuário usado em casa e no trabalho é diferente do reservado às cerimônias, festas, passeios e viagens.

A roupa de trabalho, exceção da do vaqueiro, que tem indumentária própria, é a usada em casa.

A de passeio revela, algumas vezes, pela mais cuidada feitura, certa preocupação de esmero no trajar. E' a roupa de viagem, e, nova ainda ou muito limpa e bem passada, a de cerimônia.

As festas religiosas, especialmente, as do Natal, Ano Novo e Reis, e as dos Padroeiros das paróquias, atráem a população rural que, par elas, reserva a melhor roupa e calçado. Em certas zonas observa-se, mesmo ,acentuado esfôrço para a mocidade usar roupa nova na noite de Natal ou no dia de Ano.

São preferidos, para o trabalho, tecidos grossos e resistentes, sendo estes, nos lugares afastados dos centros comerciais, feitos em casa. Nas zonas da chapada e do planalto oeste baiano, assim, como nos do médio e alto São Francisco e nas de Itacambira, Urucuia, alto Paraíba e oeste ,em Minas, a fiação e tecelagem domésticas, além de suprir a deficiência de tecidos de algodão preferidos para o trabalho, estendem-se ao preparo de agasalhos, — mantas de lã ou de lã e algodão, — colchas, toalhas, rêdes, etc.

A tecelagem doméstica diminue e tende a desaparecer. Até lá, porém, as rodas e os teares rústicos irão resolvendo, da melhor forma, as dificuldades da aquisição dos tecidos de fábrica.

A indumentária do vaqueiro é a caracteristica de todo o nordeste brasileiro, — do calçado ao chapéu, tôda de couro.

O vaqueiro trabalha sempre com pé protegido. Nas demais atividades rurais predomina o trabalho descalço. Deve-se, entretanto, registar que o uso da "alpercata sertaneja" extende-se por todo o centro, norte e nordeste da bacia. A rigor, nas zonas aí compreendidas, os que "andam a pé" calçam alpercatas. . . não sentem as aspeprezas do caminho.

Chinelas e sandalias são de uso caseiro.

Os sapatos e botinas, para quem dêles não faz uso habitual, são reservados para cerimônias e festas.

A bota, de bom "cabedal" e cuidadoso acabamento, é o calçado preferido para viagens à cavalo.

O uso do chapéu é generalizado sendo os de trabalho, de couro ou palha (carnaúba, ouricuri, etc.), de fabricação local.



Escolas como as referidas, além de material custoso, também exigem manutenção dispendiosa, carecendo, portanto, de sólida base financeira. Essa teria de ser constituida com o auxílio do poder público (Estados e Municípios), o qual aufere fortes rendas do labor agrícola, como também pela contribuição dos agricultores, formando-see o patrimonio das mesmas para que não venham a ficar sujeitas à flutuação de recursos orçamentários.

Creadas com personalidade jurídica, mantidas com fundo permanente e dirigidas por um conselho de administração, tirado dentre industriais e agricultores, seriam elementos poderosos para a transformação econômica de regiões hoje decadentes.

Sem querermos ter a ilusão de vermos erguer-se em cada município ou mesmo região agrícola um instituto completo dedicado ao aperfeiçoamento da indústria agrícolas dar-nos-iamos por muito felizes se a idéia lançada, pudesse encontrar apôio algum dia por parte daqueles que desejam sinceramente a prosperidade agrícola de nossa pátria.

III CONFERENCIA DAS CLASSES PRODUTORAS

ARAXÁ

A Sociedade Nacional de Agricultura, convidada a participar dêsse momentoso certame, como um dos seus Vice-Presidentes, fez-se ali representar por uma delegação composta de quinze membros, sob a crefia do Eng. Agrônomo Luiz Simões Lopes, seu 1.º Vice-Presidente, e composta dos seguintes técnicos:

Dr. Joaquim Luis Osorio.
Dr. Edgar Teixeira Leite.
Dr. Agostinho Monteiro.
Dr. Antonio de Arruda Câmara.
Dr. Julio Cesar Covelo.
Dr. Nelson Barcellos Maia.
Dr. Arisio de Viana.
Dr. Americo Barbosa de Oliveira.
Dr. Jorge Pinto Lima.
Dr. Otto Frensel.
Dr. Geraldo Goulart da Silveira.
Dr. Ullyses Cavalcanti Mello.
Dr. João Gonçalves de Souza.
Dr. Renato Gonçalves Martins.

No próximo número, daremos uma notícia sôbre a atuação da nossa delegação, e uma sintese das principais medidas apresentadas e defendidas pela Sociedade Nacional de Agricultura no importante conclave.

Conferencia Economica da Borracha

Contribuição do Agronomo
Antonio de Arruda Câmara
(Delegado da Sociedade Nacional
de Agricultura)

TEMAS DE PRODUÇÃO

A plantação intensiva de seringuais deve ser obra de iniciativa privada ou oficial?

O plantio e a formação dos seringais devem, em o nosso entender, ser obra de iniciativa privada, mas assistida, orientada e amparada pelos órgãos técnicos e econômicos oficiais.

Dever-se-á ter em vista, entretanto, que a falta da iniciativa privada, ou a sua deficiência, precisa ser suprida pela iniciativa oficial.

Os estabelecimentos de experimentação e os de fomento à produção têm necessidade, no interêsse dos próprios produtores, de fazer suas plantações e, nessas, a indispensavel exploração.

E' necessário, imprescindivel mesmo, seja a questão situada em horizontes tão amplos quanto os da bacia amazônica, e encarada com larqueza de vistas, compreensão e tolerância.

O plantio da seringueira, em o seu habitat, deve ser feito em todos os sitios onde o homem se estabeleça com o propósito de aproveitar, produzir ou criar riquezas.

A formação de grandes seringais, — mais complexa que a dos constituidos, nos pequenos estabelecimentos, por algumas dezenas ou centenas de seringueiras —, compete a empresas possuidoras de amplas áreas bem situadas e recursos bastantes a assegurar o êxito do empreendimeno, e a povoação das terras.

Na formação dos seringais ha necessidade de se ter em vista a instalação da empresa e não, sómente, o plantio de seringueiras. Como instalação compreende-se, também, as construções indispensaveis ao alojamento de trabalhadores, residências para seringueiros com familia, pessoal administrativo e da direção, além de abrigos, depósitos, usinas de beneficiamento, etc.

A constituição de tais empresas estará, naturalmente, subordinada às perspectivas econômicas da exploração e essas não deverão se apoiar na monocultura.

Regime de terras adequado à transformação agricola das atuais áreas de produção da borracha.

O regimen de terras adequado para a instalação de estabiecimentos agricolas destinados à exploração da borracha, nas atuais áreas de sua produção extrativa, deve ser aquele que, atraindo o braço para essas áreas, ofereça-lhe reais e efetivaes possibilidades de fixação. Necessário se torna, para tanto, um regimen de colonização apoiada em legislação que atenda, objetiva e expressamente, às peculiaridades da região amazônica.

A propriedade da terra, liquida e certa, sem controvérsias e possiveis questões, precisa ser assegurada. Ninguém se anima a empregar tempo, despender energias e inverter capitais, — recursos de custosa e dificil aquisição —, sabendo correr o risco de ver sua propriedade contestada, posta em dúvida ou perdida. Ninguém se arrisca a arrendar e nem, mesmo, a contratar parceria em estabelecimento de propriedade duvidosa. A fixação à terra depende, em qualquer regimen, das condições de segurança oferecidas.

Cumpre cercar de segurança a propriedade rural e, bem assim, os contratos de arrendamento, de parceria e de locação de trabalho para a respectiva exploração.

A segurança, no caso, não interessa só ao proprietário e ao arrendatário, — interessa também, e talvez mais intensamente, aos que, na qualidade de rendeiros, de parceiros ou, apenas, de trabalhadores, exerçam atividade e tenham residência efetiva no estabelecimento.

Natural, portano, recomendação no sentido de ser a propriedade rústica, na região amazônica, cercada das necessárias garantias e acessivel ao trabalhador que nela se instale; constitua e crie familia, como pequeno agricultor.

A formação de seringais de cultura deve ser mais como de ordem estratégica, ligada à defesa nacional, ou como exploração econômica do produto?

O desenvolvimento da Indústria de borracha sintética retira, de certo modo, a importância da formação de seringais ligados à defesa do continente, mas, ainda não, da defesa nacional. Em o nosso entender a formação de seringais de cultura deve ser observada tendo-se em vista a exploração econômica do produto e, principalmente, a efetiva ocupa-

ção da terra pelo agricultor que nela se estabeleça em caráter permanente, se lhe afeiçõe e trabalhe, inclusive na produção de alimentos e outras utilidades.

Devemos não perder de vista a necessidade de ser assegurado pela agricultura regional o sustento da população amazônica e que não se suponha tal venha a ser alcançado com a prática de um regimen de monocultura.

Entendemos seria conveniente, capaz de concorrer para reduzir o nivel do custo da produção de borracha, a formação de seringais de cultura em terras de fácil acesso e em que se mantenham, além das plantações de seringueira, cultura de cereais, grãos leguminosos, raizes e tubérculos alimentares, frutas, hortaliças, etc., e criação de animais domésticos.

A borracha brasileira agora sujeita, além da competição das culturas do Oriente, à concorrência do artigo sintético, não poderá suportar o custeio da importação da totalidade dos alimentos e de outras utilidades indispensaveis ao consumo nos seringais.

Embora investigações sôbre as possibilidades agricolas da Amazônia conduzam a conclusões, algumas vezes, bem diferentes de quanto a respeito da capacidade produtiva do seu sólo geralmente imaginam, estamos entre os que acreditam venham a lavoura e a pecuária constituir riqueza estavel na região.

Belterra e sua transformação em colônia agrícola modelo.

Entendemos que se tal viesse a ser feito, com a divisão do seu seringal-modelo em lotes e consequente entrega desses a colonos, seria totalmente sacrificada, em sua finalidade, a obra realizada.

As plantações de Belterra, no interêsse da economia amazônica, não devem sair da órbita de influência do Instituto Agronômico do Norte. O mesmo, em a nossa opinião, convem ser observado em relação à Fordlandia.

A obra que vem realizando o Instituto Agronômico do Norte, quando conhecida em tôda a sua extensão, será compreendida e, então, apreciada com um sentimento de gratidão, por quantos tenham interesses ligados à vida econômica e social da Amazônia.

TEMAS DE ECONOMIA

Assistência técnica, social e sanitária ao pessoal dos seringais.

A inclusão dêsse item no TEMÁRIO é a demonstração confortadora de se reconhecer conveniente a assistência ao seringueiro e às pessoas de sua família que vivem nos seringuais. Não o trataremos com a amplitude necessária. Preferimos antes, respigando aspectos inerentes à vida nos seringais, deixar a outros o trabalho de completar a tarefa, em acôrdo com os conceitos que orientam as questões relativas à assistência aos trabalhadores.

A assistência técnica deverá consistir, sobretudo, no aperfeiçoamento dos métodos de atividade e na elevação de conhecimentos profissionais do seringueiro, — visando à defesa das árvores em exploração, o rendimento de trabalho e a melhoria do produto em suas diferentes maneiras de apresentação. Não é fácil a empreitada. Vale, entretanto, ser tentada pela divulgação de instruções objetivamente ilustradas e redigidas em linguagem ao alcance de todos e, ainda, pela instituição de cursos práticos, destinados a seringueiros e administradores de seringais, ministrados em duas a três semanas, nos estabelecimentos experimentais e de fomento à produção.

A assistência social e a sanitária oferecem, inegavelmente, maiores dificuldades. O seringueiro e sua família vivem em situação muito próxima do isolamento. E' dispersa, muito dispersa e rareada, a população dos seringais. Em tais condições os beneficios da assistência social, do ponto de vista da melhoria do padrão de vida, seriam anulados, si outros fatores não concorressem para influir na sua maneira de viver. O seringueiro, quando privado do convivio da familia que ficou distante, ou impedido à espera de um saldo no ajuste de contas, de constituir familia, é um desajustado.

Ter-se-á, portanto, de considerar a necessidade inicial de uma campanha que vise facilitar o povoamento dos seringais, a constituição de família, sua instalação e permanência. Dever-se-á, para tanto, modificar a maneira de viver e o mecanismo das relações nos seringais.

Impõe-se o desenvolvimento de salutar espirito de compreensão e tolerância.

Na assistência sanitária julgamos compreendidos os problemas referentes à alimentação e à habitação nos seringais.

Não se deve esperar que a permissão, assegurada em lei, para a cultura de até um hectare de terar em volta da "barraca", do seringueiro, resolva a questão alimentar. E' preciso um pouco mais e, a rigor, será pela necessidade da produção de alimentos que os seringais terão de evoluir de um regimen extrativo, um tanto nómade, para um regimen agro-extrativo, mais estável.

A importação de gêneros alimenticios para o consumo nos seringais, principalmente da farinha de mandioca, dos cereais e dos grãos leguminosos, além de concorrer para o encarecimento da vida e consequente agravamento do custo da produção, extrativa, não favorece a segurança de uma boa e sadia alimentação.

A cultura da terra, o desenvolvimento da pequena criação, da caça e da pesca assegurariam, ainda, menor consumo de conservas. A ração alimentar seria melhorada, também, pela abundância de frutas, hortaliças e ovos frescos.

A redução que porventura se dê na quantidade, per capita, de borracha extraida e preparada, em consequência do desvio de atividades para a produção de alimentos, será compensada pelo maior povoamento dos seringais e, até mesmo, pelo aparecimento de novas fontes de renda na sua economia.

Em referência à habitação, é evidente a necessidade de uma campanha no sentido de ser a "barraca" convertida em casa. Embora pobre e humilde, pelo aproveitameno do material de construção local, higiênica e com número de peças em acôrdo com a sexigências da familia e de tal forma divididas que sejam afastados os inconvenientes de uma possivel promiscuidade. Que a respeito seja tomada como

exemplo a prática corrente nas fazendas fluminenses, mineiras e paulistas onde a casa do empregado, qualquer que seja sua aposição na empreza, é construida por conta do fazendeiro. Ideal seria, e nêsse sentido todo o esfôrço convem ser envidado, que os proprietários de seringais fizessem construir as habitações indispensaveis aos respectivos seringueiros, zelando para que fosse satisfeito certo número de exigências minimas essenciais. Barraca não é tipo de habitação com ambiente favoravel ao florescimento e estabilidade de qualquer cultura. Não concorre, até pela sua própria designação, para fixar o homem à terra.

Dever-se-á incluir como pertinente à assistência ao trabalhador o financiamento das atividades dos seringueiros e as condições em que lhes são fornecidos, e crédito, material de trabalho, armas, munições, roupas e os gêneros alimentícios de que necessitam nos seringais. Em princípio, que se lhes reconheça o direito, amplo e irrestrito, da liberdade de abastecimento e, sempre que revelem capacidade de organização, se ampare e estimule o florescimento do cooperativismo de consumo, como medida de grande acerto e previdência.

> Meios de comunicação e de transporte entre os centros produtores da borracha e as praças de Manaus e de Belém Regime de seguros.

Quem, estranho à região, viaja pelo vale amazônico, tem a impressão de pouco movimento. Os rios não apresentam o número de embarcações esperado.

Falta de mercadorias? Paralização de atividades?

Não. Tudo, sem dúvida, é relativo. O que ocorre é a dispersão, — pouca gente, em um vasto mundo, vivendo, há multos anos, o "grande drama amazônico".

Os rios, em grandes extensões abaixo das cachoeiras, não oferecem, durante largo periodo do ano, obstáculos à navegação.

A praça de Belém desfruta situação privilegiada. A de Manaus, entretano, fica privada, na baixa das águas, de navegação regular para os altos rios. Nêsses, e nos trechos encachoeirados dos grandes rios que descem às zonas do médio e baixo Amazonas, ligando a região de fronteiras e o planalto central brasileiro, pelo porto de Belém, aos mercados mundiais, terá de ser considerada, como imperativo, a necessidade de um plano de obras visando facilitar e assegurar a regularidade das comunicações e dos transportes.

O desenvolvimento da rede ferroviária e a melhoria dos seus serviços, como, também, a construção de rodovias e o auxílio à abertura de estradas e caminhos que liguem centros produtores às estações ferroviárias e aos portos fluviais servidos por linhas regulares de navegação para as praças de Manaus a Belém, merecem privilegiada posição no plano de valorização da Amazônia.

A navegação fluvial, principalmente nos rios transitáveis em qualquer época, nas enchentes e vazantes, parece-nos de natural prioridade. Deve-se-á, pelas facilidades oferecidas, favorecê-la, amparando e garantindo a iniciativa particular, seja financiando o aparelhamento de empresas de navegação, seja subsidiando-as para que possam fazer os transportes a preços relativos ao valor dos produtos da região.

Merece referência a necesidade de se cogitar, sobretudo nas regiões de difícil e demorada navegação nas épocas de estiagem, da conservação dos produtos armazenados, e, igualmente, de um regimen de seguro apropriado.

Os seguros, com prêmios baixos, devem cobrir todos os riscos a que estejam expostos os produtos amazônicos nos centros de produção, nas estações e portos de embarque, durante os transportes e nos armazens e trapiches em que venham a ser depositados nos mercados distribuidores.

> Regime tributário moderado e de reversão ao fomento, melhoria e defesa do produto.

Vale o enunciado por sábia e previdente recomendação.

Regimen tributário moderado estimula e favorece povoamento, emprego de capitais e produção. Reverter ao meio de origem, sob a forma de serviços de utilidade, apreciável porcentagem de renda arrecadada seria a mais eficiente maneira de combater os excessos urbanisticos de feição tentacular. Reverter ao fomento, melhoria e defesa do produto parte da renda a que êle deu origem, seria assegurar sua valorização.

Não é, entretanto, na prática o que se observa e, em dados casos, contribuições criadas para fins especiais de amparo e defesa do produto são convertidas em pesados tributos.

Defendemos, com entusiasmo, o princípio de reverter, como recursos destinados ao desenvolvimento da agricultura e da melhoria e defesa dos produtos da lavoura, da pecuária e das indústrias rurais, razoavel porcentagem das rendas arrecadadas.

> Revisão e atualização das recomendações, ainda não objetivadas, das 1.ª e 2.ª Conferências da Borracha.

Constitui a medida proposta providência muito acertada e oferece oportunidade aos novos de conhecerem, examinando as recomendações anteriores, o pensamento de autorizados responsaveis pela marcha e evolução da economia amazônica.

Tomámos a iniciativa de distribuir, com êsse intuito, nota fornecida pela Sociedade Nacional de Agricultura, transcrevendo as conclusões referentes à borracha aprovadas nos 2.º e 3.º Congressos Nacionais de Agricultura, realizados nos anos de 1908 e 1922, respectivamente. No 1.º, realizado, em 1901, não houve conclusões a respeito.

TEMAS DA INDÚSTRIA

> Incentivo à industrialização local da borracha.

Somos pelo desenvolvimento da industrialização da borracha no país e, assim, coerentemente, pelo seu incentivo na região amazônica.

Convém, entretanto, ter em vista as condições mais favoraveis ao desenvolvimento da indústria e à

regularidade da distribuição de seus produtos. Não bastariam, em o nosos entender, isenções de impostos e garantias de segurança e de um número razoável de remuneração ao capital empregado.

Como incentivo dever-se-ia estender, também, o aparelhamento do meio para a instalação de um parque industrial —, o que requer, entre outros recursos, eletricidade abundante e a baixo custo.

Manutenção dos estoques nos centros industriais transformadores e consumiroes.

Envolve a questão interêsses que afetam, muito de perto, não só a economia da Amazônia, como, e principalmente, a da produção nacional da borracha e de seus artefatos.

Convem ser o assunto examinado com prudência, porque os estoques da matéria prima nos centros industriais e os dos artefatos nos mercados distribuidores, têm influência, muito sensivel, na variação dos preços. O desejável seria a manutenção de um regimen de regularidade nos suprimentos aos mercados.

TEMAS DE FINANÇAS

Reestruturação do Banco de Crédito da Borracha e sua transformação em Banco da Amazônia.

Escapa o assunto, pela sua natureza, ao nosso exame e apreciação. Aguardaremos, na hipótese de um pronunciamento, o parecer da Diretoria do Banco de Crédito da Borracha, — sem dúvida o mais autorizado.

Fixação de preços minimos, remuneradores, para a borracha, o latex, caucho e demais produtos gomíferos.

Sempre nos batemos pela garantia ao produtor de preços minimos, remuneradores, para os produtos da lavoura, da pecuária e das indústrias rurais, nessas compreendidas as extrativas de origem animal e vegetal.

Estamos, portanto, entre os que consideram necessária a medida para a borracha, o latex, o caucho e os demais produtos gomíferos nacionais. Entendemos como remunerador preço acima do custo da produção, nêsse compreendidas as despesas efetivamente realizadas (salários, valor do material consumido, etc.), quotas de depreciação do maquinário, instrumentos e utensilios de trabalho em uso, administração, etc.

A fixação do preço mínimo, destinado, como é, a assegurar, — em acôrdo com a procura e as exigências dos mercados, — a regularidade da produção, deveria ser estabelecida, por zona para o produtor.

Deve-se à inobservância dêsse princípio na defesa econômica dos produtos agro-pecuários, os repetidos insucessos das valorizações.

Conveniência, ou não, da prorrogação integral da lei n. 86, de 8 de setembro de 1947, inclusive monopólio do Banco da Borracha, ou adoção de outras normas da política do produto.

Sem prejuizo do que venha a ser resolvido em referência à lei n. 86, de 8 de setembro de 1947, e da interferência do Banco de Crédito da Borracha, no mercado dêsse produto, entendemos necessário e urgente outras normas na política de produção. Essa, em nosso entender, conviria fosse baseada no desenvolvimento das atividades produtoras, na melhoria do mecanismo das relações entre os interessados (proprietários de seringais, seringalistas e seringueiros) de maneira a que sejam adotados nos entendimentos princípios capazes de assegurar, pela equidade dos negócios e humanidade do trato, vida digna e tranquila aos que vivem da exploração da borracha e outros produtos gomíferos, e, ainda, em um racional e objetivo sistema de colonização.

Sugestões ao Congresso Nacional para a concessão, por crédito especial, dos recursos de que trata o art. 10 da Lei n. 86.

As conclusões da Conferência Econômica da Borracha determinarão, naturalmente, providências legislativas e, assim, convém, com as sugestões que se fizerem necessárias, serem encaminhadas ao Congresso Nacional e às Assembléias Legislativas dos Estados interessados na produção e na industrialização da borracha, do caucho e dos demais produtos gomíferos.

À MARGEM DO TEMARIO

Esclarecimentos a propósito de uma viagem de observação aos vales do Madeira e do Tapajóz.

Procuramos, até aqui, obedecer, disciplinadamente, ao plano estabelecido no TEMARIO. Desejamos, agora, tecer algumas considerações à margem, para esclarecimento de passagens ou, apenas, aspectos algumas vezes referidos.

E' que, em viagem de estudos realizada no primeiro trimestre do corrente ano, aos vales do Madeira e do Tapajóz, tivemos oportunidade, para instrução de um processo em que eram partes seringueiros, seringalistas, regatões e sociedades cooperativas, de fixar nossa atenção sôbre questões ligadas, social e economicamente, à exploração da borracha e à vida nos seringais.

As observações feitas, cuidadosamente examinadas, robusteceram a convicção, que já tinhamos, da necessidade de serem modificados o regimen de exploração dos variados, produtos da hiléia brasileira e a politica amazônica de povoamento.

O nomadismo do seringueiro, suas causas e meios de evitá-lo.

O homem do hinterland amazônico, vivendo, sabe Deus como, na solidão das matas, — dispersos desde a planície até as encostas, e chegadas da além das cachoeiras, torna-se, pelo hábito das distâncias, mais ou menos andejo, tendendo ao nomadismo. Não é, entretanto, pelo menos os de origem das zonas rurais nordestinas, nômade por índole, e seria mais feliz si pudesse exercer sua atividade extratora simultaneamente com a de pequeno lavrador e criador.

O nomadismo é uma resultante, — não em todos, mas na maioria dos casos, —, da precaridade das condições de vida nos seringais. Melhorá-las, facilitando a constituição regular da família e sua instalação para o exercício de atividade agro-extrativa de interêsse permanente, mais propício a favorecer o povoamento dos seringais, é, naturalmente, o caminho indicado.

Medidas reguladoras das relações nos seringais, como a instituição, generalizada, de contratos entre seringalistas e seringueiros, em que fossem respeitadas, de parte a parte, as obrigações estabelecidas, seriam de grande utilidade.

Povoamento dos seringais e colonização da Amazônia.

Disse-nos, certa vez, o Dr. Otavio Meira, presidente do Banco de Crédito da Borracha e grande conhecedor do problema amazônico que "a evolução do trabalho da indústria extrativa para a produção agrícola e pastoril, mediante sistema de financiamento inteligente e programado especialmente para a Amazônia, cujas condições físicas diferem completamente de tudo quano temos no resto do Brasil", seria o meio único de resolvê-lo.

A evolução, de natureza demorada e muito lenta, precisa e deve ser apressada. Favorecê-la, em o nosso entender, mesmo como medida de previdência, deve constituir preocupação dos responsaveis pelo planejamento e pela orientação da vida econômica e social.

O povoamento dos seringais e a fixação do homem à terra exigem que seja adotada uma política de amparo:

a) às empresas de colonização que se organizarem com o propósito de lotear seringais, e construam em cada lote residência higiênica e instalações indispensaveis à vida agro-extrativa da família do seringueiro;

b) às empresas seringalistas que proporcionarem efetivas e reais facilidades ao povoamento dos seringais;

c) às cooperativas de seringueiros, sejam elas de crédito, de consumo, de trabalho, de produção, ou, ainda, de compras e vendas em comum.

As empresas colonizadoras, observadas as disposições legais em vigor e as que vierem a ser estabelecidas na legislação especial, necessária à racional colonização da Amazônia, ficarão obrigadas a:

a) vender os lotes, com benfeitorias e instalações, a prazos de 10, 15 e 20 anos, para pagamento em prestações anuais, com amortizações progressivas, a partir do segundo ano da instalação do colono;

b) receber em pagamento parcelas anuais, no final da safra de borracha ou de outro qualquer produto extrativo ou de cultura, desde que constitua, pelo respectivo valor, exploração prodominante;

c) facultar ao colono, em qualquer tempo, antecipar as amortizações e o pagamento total do respectivo lote;

d) manter, em local acessivel à totalidade dos colonos, serviços de assistência à saúde, estabelecimento de ensino primário, de rudimentos de agricultura e indústrias rurais, igreja, e, finalmente, usinas de preparo e beneficiamento dos produtos agrícolas, notadamente dos destinados à alimentação.

Deverão ser asseguradas às empresas de colonização nos contratos com os colonos:

a) em igualdade de preços, preferência para aquisição dos produtos da colônia;

b) garantias, nos negócios dos colonos com terceiros, quando os produtos constituam segurança para as dívidas e obrigações por eles contraídas.

Entendemos indispensável entre o Govêrno Federal e os dos Estados, total ou parcialmente compreendidos na bacia do Amazonas, visando a uniformidade da legislaçác sôbre terras, sejam elas do domínio da União, dos Estados ou dos Municípios, facilitando o processo de desâpropriamento, quando destinadas à colonização.

Associações de classe. Cooperativas seringalistas e de seringueiros. Necessidade de ampliação dos objetivos dessas instituições.

As associações de seringalistas, de natureza especializada, deveriam, para efeito de representação da classe, se amoldar às disposições do decreto-lei 8.127, de 24 de outubro de 1945, que dispões sôbre a organização da vida rural. Tais associações, ampliados seus objetivos, poderiam, mediante delegação de poderes, ou contratos com os poderes públicos, realizar serviços coletivos de assistência à saúde, de alfabetização e de ensino técnico profissional.

As coopratívas de seringalistas deveriam ampliar seus objetivos para a realização de serviços de preparo e beneficamente dos produtos agro-extrativos, notadamente dos destinados à alimentação, em usinas ncooperativas, de serviços coletivos de subsistência, de transportes e de melhoramento do habitat rural.

As cooperativas organizadas entre seringueiros-colonos, seringueiros e trabalhadores das empresas seringalistas e agro-extrativas deverão ser profissionais, ter os conselhos diretor e fiscal constituidos pelos associados, confiar a gerência a pessoa idônea, capaz e, de preferência, estranha ao quadro social para evitar desvio de associados das suas atividades profissionais, e, sejam de trabalho, de produção ou mistas, incluir entre seus objetivos:

a) aquisição de seringal para exploração direta com o concurso dos associados;

b) obtenção de terras devolutas, servidas de vias naturais de comunicações, para abertura de novos seringais;

c) extração e aproveitamento de outros produtos de valor econômico na área de exploração;

d) fixação dos associados, mediante plano racional de colonização;

e) desenvolvimento da agricultura para produção de gêneros alimentícios;

f) e, finalmente, acôrdo com os poderes públicos e instituições autárquicas, para a execução das diferentes modalidades de serviços de assistência.

Financiamento das cooperativas de seringalistas e de seringueiros.

O pequeno desenvolvimnto do cooperativismo na região tem retardado a instalação de Agência da Caixa de Crédito Cooperativo na Amazônia.

As cooperativas de seringalistas vêm sendo amparadas pelo Banco de Crédito da Borracha e as de seringueiros, por enquanto, limitadas a um ensáio, não poderam, ainda, ser consideradas.

Merecem, entretanto, umas e outras, igual atenção e tratamento para o cumprimento de seus elevados objetivos. Insucessos, porventura verificados, não devem ser levados à conta de inadaptabilidade do sistema, e, sim, de defeituoso ou incompleto funcionamento da instituição, ou da inexperiência de seus administradores.

O Banco de Crédito da Borracha, com os recursos de fiscalização de que dispõe, poderá, sem nenhum risco, financiar tanto as cooperativas de seringalistas como as de seringueiros, orientando-as no sentido de um completo e regular funcionamento.

Nenhum auxílio financeiro conviria, entretanto, fosse concedido, sem que as cooperativas interessadas satisfizessem, além das referentes à idoneidade, as seguintes exigências:

Cooperativas de seringalistas — prova de que mantem contratos escritos com os seringueiros e que nestes estão expressamente contidas as condições para quaisquer suprimentos em dinheiro, fornecimentos de víveres, roupas, utensílios de trabalho, armas e munições a preços não excedentes de razoavel limite, estabelecidos em função da praça, das despesas de transporte das mercadorias ao seringal, dos prazos e época dos pagamentos, e finalmente, para liquidação das contas.

Cooperativas de seringueiros — nelas, igualmente, deverão ser observadas, em acôrdo com as disposições estatutárias, e as instruções baixadas na forma do art. 5.º do decreto-lei n.º 484, de 17 de outubro de 1942, normas reguladoras das relações com os seringueiros.

Padronização da borracha, do caucho e da balata.

Medida que merece ser examinada é a da classificação da borracha, do caucho e da balata, qualquer que seja a forma de apresentação desses produtos, visando padronizar a produção.

Os negócios por tipos, de especificações técnicas reconhecidas na forma das disposições legais em vigor, tornam-se mais simples e seguros, dos centros produtores aos distribuidores e de industrialização.

CONCLUSÕES

I

Os trabalhos de plantio, formação e exploração dos seringais devem, mesmo os de iniciativa privada, ser assistidos, orientados e amparados pelos órgãos técnicos e econômicos epecializados.

Os estabelecimentos experimentais e os de fomento ou incentivo à produção precisam fazer plantações próprias e nessas visando o aperfeiçoamento técnico, a devida exploração.

II

A segurança da propriedade rural e a dos contratos de arrendamento, de parceria e de locação de trabalho caracteriza o regimen de terras adequado à progressiva transformação em agrícolas das atuais áreas de exploração extrativa.

A garantia da propriedade rústica exige a unificação das leis de terra e um regimen de colonização apoiado em lei especial que atenda, objetiva e expressamente, as peculiaridades da região amazônica.

III

Reconhece-se a importância da borracha como produto necessário à defesa nacional e, ainda, que a sua exploração deve concorrer para o povoameno da Amazônia e efetiva ocupação da terra pelo agricultor.

A necessidade de ser reduzido o custo da produção aconselha sejam eliminadas, no preparo da borracha, operações supérfluas, bem como o desenvolvimento da produção de gêneros alimentícios, e à situação dos seringais de cultura, preferencialmente, em sítios saneados e acessiveis à livre navegação.

IV

As plantações de Belterra, no interêsse da economia Amazônica, devem ser mantidas como seringal-modelo e, nêsse caráter, sob a orientação do Instituto Agronômico do Norte.

V

A assistência ao seringueiro e às pessoas que vivem nos seringais deve ser prestada tendo-se em vista o desenvolvimento da sua capacidade profissional e técnica, a melhoria da salubridade do meio, das habitações, do regimen alimentar e, finalmente, o amparo à constituição e à defesa da família.

VI

O desenvolvimento da rede ferroviária e a construção de rodovias, estradas e caminhos que liguem os centros produtores às estações, aos portos e, finalmente, aos mercados regionais, merecem privilegiada posição no plano de valorização da Amazônia.

A dificuldade de navegação nos altos rios, sujeitos à influência das estiagens, e os obstáculos oferecidos pelas corredeiras e cachoeiras devem ser considerados em um plano de obras destinado a assegurar a regularidade nas comunicações e transportes da região de fronteiras e do planalto central brasileiro pelo porto de Belém.

A navegação fluvial, de natural prioridade, precisa ser favorecida, amparando-se e garantindo-se a iniciativa particular, seja facilitando-se financiamento à aparelhagem das empresas, seja concedendo-se-lhes subsídios para que possam fazer os transportes com regularidade e a preços relativos ao valor dos produtos da região.

Recomenda-se a organização de entrepostos, com serviços de conservação dos produtos armazenados, nas regiões em que a navegação é, total ou parcialmente, interrompida nos períodos de estiagem.

VII

E' aconselhavel facilidades à instituição de um regimen de seguro que possa cobrir, com prêmios baixos, todos os riscos que estejam expostos os produtos amazônicos nos centros produtores, nas estações e porto de embarque, durante os transportes e nos armazens e trapiches em que venham a ser depositados nos mercados distribuidores.

VIII

Regimen tributário moderado e o principio de reverter, como recursos destinados ao desenvolvimento da produção, melhoria e defesa dos produtos, razoavel porcentagem das rendas arrecadadas, devem ser adotados pelos Estados, Territórios e Municipios da Amazônia.

IX

Recomenda-se a revisão e atualização das recomendações, ainda não objetivadas das 1.ª e 2.ª Conferência da Borracha e dos 2.º e 3.º Congressos Nacionais de Agricultura.

X

Reconhece-se conveniente persistir na politica de amparo e incentivo à industrialização da borracha no país, e, portanto, na região amazônica.

Recomenda-se estimular, por medidas adequadas, o beneficiamento e a industrialização dos produtos amazônicos na própria região, que deve ser aparelhada com eletricidade abundante e a baixo custo, para oferecer facilidades à instalação de parques industriais.

XI

Deve ser mantido, no comércio da borracha, regimen de regularidade no suprimento aos centros industriais, transformadores e consumidores.

XII

Reconhecida a conveniência da fixação de preços mínimos, remuneradores, como medida indispensavel à regularidade da produção, devem eles ser estabelecidos por zona, nos centros produtores.

XIII

A politica da produção na região amazônica deve ser baseada no desenvolvimento das atividades produtoras, nas boas relações entre os proprietários de seringais, seringalistas e seringueiros, no fortalecimento do espírito associativo, na expansão do cooperativismo e em um racional e objetivo sistema de colonização.

XIV

Favorecer a evolução do trabalho da indústria extrativa para a agricola-pastoril deve constituir permanente preocupação dos responsáveis pelo planejameno e pela orientação da vida econômica e social na Amazônia.

Entre as medidas capazes de facilitar essa transformação acham-se compreendidas tôdas aquelas que visam o povamento dos seringais e a fixação do homem à terra.

Recomenda-se seja adotada na região amazônica pelos governos federal, estadoais, territoriais e municipais política de amparo às empresas de colonização, às empresas seringalistas que proporcionarem efetivas e reais facilidades ao povoamento dos seringais e às cooperativas de seringueiros, sejam elas de crédito, de consumo, de trabalho, de produção, de compras e vendas em comum ou mistas.

XV

As associações de seringalistas, como órgãos de representação da classe, devem se amoldar às disposições legais que regem a organização da vida rural no Brasil.

XVI

Reconhece-se que para o desenvolvimento do cooperativismo, tanto entre os seringalistas como entre os seringueiros, torna-se indispensavel orientação segura e oportuna dos órgãos especializados e assistência econômico-financeira da Caixa de Crédito Cooperativo e do Banco de Crédito da Borracha.

XVII

Recomenda-se, tanto para o mercado interno como para o externo, sejam baixadas, visando padronizar a produção, especificações técnicas par a classificação da borracha, do caucho e da balata, qualquer que seja a forma de apresentação desses produtos.

Situação da Lavoura Cafeeira

Parecer do Prof. Arthur Torres Filho, apresentado ao Conselho Federal do Comércio Exterior

Em 21-5-46 tive ocasião de apresentar ao Conselho uma indicação sugerindo que, por seu intermédio, fossem realizados estudos visando a reconstrução econômico-financeira da lavoura cafeeira. Fiz sentir que se fazia mistér traçar os rumos seguros em bases técnicas, econômicas e comerciais, que impedissem a decadência dessa fonte de riqueza do país. Era preciso, como salientei, garantir ao Brasil o domínio que posuía da produção cafeeira no mundo, tratando-se de uma riqueza que dificilmente poderíamos substituir por outra, principalmente nos mercados internacionais.

Nessa indicação salientei o fato de que a questão cafeeira em nosso país estava sendo encaminhada, principalmente em seu aspecto comercial, objetivando a garantia de preços altos nos mercados internos. Havíamos enveredado pela chamada valorização do café e em consequência dela a produção se avolumava com o estímulo da plantação, sem cuidarmos da qualidade do produto, favorecendo antes o aparecimento de competidores no mercado internacional. Na safra de 29-30 alcançávamos uma produção de 28.942.000 sacas, o máximo alcançado pelo país. Isso deu lugar à intervenção oficial para o restabelecimento do equilíbrio estatístico, pelo convênio dos Estados produtores, em 1931, criando-se a taxa de 10 shillings por saca de café exportado para compra do excesso da produção destinada à queima. Em 1933 êsse Conselho era transformado em Departamento Nacional do café, subordinado ao Ministério da Fazenda, cuja função precípua era eliminar os excedentes da exportação e queimá-los.

Mais tarde essa compra tornou-se onerosa para os produtores com a criação das quotas de sacrifício e chegámos à eliminação de cêrca de 80.000.000 de sacas. Ao invés de bases econômicas par a produção e melhoramentos da qualidade do produto, a orientação seguida era a da política da alta de preços. Ao mesmo tempo proibiam-se as plantações e sobrecarregava-se o produto colhido com quotas de sacrifício e elevados impostos e taxas.

Em 1937 cogitou-se de dar liberdade ao comércio e eliminar-se as taxas que oneravam o café visando permitir ao país competir no mercado internacional com seus concorrentes, principalmente a Colômbia, que elevou fortemente, a sua produção à custa dos sacrifícios da produção brasileira. Como salientou um dos nossos técnicos, à sombra das valorizações artificiais, a cafeicultura no Brasil converteu-se em verdadeira aventura. Esquecemos o que tínhamos a fazer — melhorar a qualidade da nossa produção, porque enquano os outros países, como a Colômbia, aumentavam as suas culturas e vendiam suas últimas safras por motivo das boas qualidades, o Brasil retinha as suas sobras, geralmente do café baixos. Foi então que Fernando Costa, Secretário da Agricultura do São Paulo e depois Diretor do Departamento Nacional do Café, orientou a política cafeeira no sentido da produção de cafés finos.

Há os que afirmam, embóra não existam dados seguros, possuir o Brasil dois bilhões e duzentos milhões de cafeeiros em relativa produção, devendo acrescer-se a êsse número, dentro em breve, coeficiente apreciável de lavouras novas que se vieram formando desde que foi levantada a proibição do plantio. Em 1931 quando se iniciou o plano de combate à superprodução creou-se um imposto para as plantações novas visando os Estados que já dispuzessem de mais de 50 milhões de cafeeiros. Essa proibição durou até 1943. Em 1942 foi calculado existirem no país 2.303.429.221 cafeeiros dos quais 75.674.463 abandonados nos anos em que não houver sêca e geadas os conhecedores do problema cafeeiro calculam poder o Brasil, sem perigo, contar com uma produção anual de 20 milhões de sacas, tanto mais estar desde 1943 levantada a proibição de novas plantações. Segundo Teófilo de Andrade não se justifica o pessimismo propalado na América do Norte de que o Brasil está ameaçado de perder a sua riqueza cafeeira.

Entretanto, o grande perigo para o Brasil reside na **qualidade** do produto que enviamos aos mercados exteriores. E' aí que reside o perigo da concorrência que sofremos.

A qualidade do nosso produto tende a baixar cada vez mais e devemos enfrentar energicamente a **produção em qualidade.** Precisamos de mercadoria para a concorrência com os "milds". Precisamos de quantidades suficientes de café moles.

Já muitos dos nossos homens de responsabilidade dentre êles Fernando Costa, chamaram a atenção para a necessidade de produzirmos **cafés de bebida fina** e procurou-se nêsse sentido realizar a campanha dos cafés "despolpados", que não produziram os resultados esperados entre nós. Entretanto, os **cafés de terreiro,** de **bebida mole,** êsses podemos produzir, dentro de certos cuidados, em muitas zonas de nossos Estados, os quais tem grand aceitação nos mercados externos. Precisamos combater os cafés de bebida dura. Agravando essa situação da qualidade do nosso **café** ,depara-se-nos agora a **broca** (Stephanoderes Hampeii) que veio ainda comprometer a qualidade de nosso produto.

Infelizmente essa política não pode produzir todos os seus resultados e chegamos ao reajustamento econômico e à destruição de milhões de cafeeiros e chegamos finalmente à situação atual em que os mercados internacionais depois da guerra se vão restabelecendo e o Brasil que chegou a ter 75% dêsse comércio está hoje reduzido a 58%. A fase que atravessamos é de recuperação da lavoura cafeeira.

Foi justamente visando concorrer para essa reconstrução da lavoura cafeeira e procurando concorrer para melhorar a comercialização do produto, garantindo-se ao lavrador o valor do seu produto, que apresentei ao Conselho um ante-projeto de padronização do café, o qual já havia sido por mim estudado, quando Diretor do Serviço de Economia Rural, com a colaboração de alguns classificadores de café daquele Serviço.

Da classificação atual dos cafés brasileiros exportados por tipos, bebida e favas, infelizmente não existe estatística segura a respeito, sendo falhos, portanto ,os que aparecem nas referências publicas. Entretanto, para um julgamento, podemos elucidar essa matéria, da seguinte forma:

a média de tipo exportada do Brasil é do tipo 5/6, o que equivale dizer 66 defeitos e impurezas em 300 gramas de café. Em São Paulo e Sul de Minas, as cafés melhoram nos diversos tipos, podendo-se ter em média o tipo 4 ou 26 defeitos e impurezas em 300 gramas.

Espirito Santo, Estado do Rio, parte de Minas (Zona da Mata) e Paraná a média em tipo cái para 7/8 com 260 defitos e impurezas em 300 gramas.

A nossa média exportada de café de bebida mole corresponde, geralmente a 2%. Esses cafés são oriundos das seguintes zonas: em São Paulo, da Mogiana e parte do Douradense e Paulista, Minas, sòmente a parte Sul.

Bebida mode e apenas mole	10%
Bebida dura	28%
Rio	60%
Separação (fava),	

Quanto à dimensão da fava, peneira ou separação podemos esclarecer o seguinte:

CHATO:

Peneira	17/18 =	15%
Peneira	16 =	65%
Peneira de 15 p/ baixo	=	20%
Peneira Moka ..	=	15% 8 p. saca 20%
Peneira	9/10 =	65%

As cotações tomando por base os elementos estatísticos de 1947, de modo geral, foram as que se seguem:

Cafés de procedência estrangeira, como por exemplo a Colômbia, nosso maior concorrente, temos conforme, dados em mão o seguinte:

Café Colombiano, cotado na Bolsa de Nova Iorque, Valor da saca $ 42.20. Libra pêso 32 centavos. Valor em cruzeiros Cr$ 802,50 a saca.

Café Brasileiro cotado na mesma Bolsa.
"Santos":
1 saca em dólares $ 27,72 em Cr$ 426,68.
1 libra pêso 21 centavos (americanos).
"Rio":
1 saca em dólares $ 18,48. Em cruzeiros Cr$ 351,12.
1 libra pêso 14 centavos (americano).

Estes cálculos foram feitos tomando por base o dólar pêso Cr$ 19,00.

O café Brasileiro em relação ao Colombiano e outros é de absoluta inferioridade, e só há procura do nosso café, para cobrir as necessidades, devido a falta de outro, e, como a produção do café de origem estrangeira é ascedente e a nossa, por fôrça de fenômenos diversos, é regressiva, sòmente com aumento da produção de cafés finos é que poderemos concorrer e competir, no comércio internacional de café, com os nossos concorrentes.

Na Mesa Redonda do Café, que se realizou em São Paulo, nos dias 5, 6, 7 e 8 de Junho, foi conclusão aprovada que o Brasil deev produzir além de cafés de sua especialidade, também os despolpados, par assegurar a sua hegemonia em todos os mercados, tendo assim cafés par todos os paladares.

Foi conclusão também aprovada nessa reunião que a melhoria da qualidade do café dependerá da catação dos defeitos, tornando-se assim necessário que o Ministério do Trabalho revogue as medidas tomadas em relação ao trabalho nas catações de café do interior do Estado, tendo em vista que êle é geralmente feito por mulheres e menores em horas disponíveis às suas atividades ordinárias.

Melhorar a qualidade do produto — Outra forma de serem melhorados os preços de café, em São Paulo, é aprimorar a sua qualidade. Os cafés finos alcançam melhores preços, e São Paulo dispõe de condições para produzi-los. As possibilidades que temos para aumentar os preços, por meio de melhoria da qualidade, é muito grande, e não deve ser desprezada. Ainda mais que é o único modo de competirmos com os outros paises, que têm os seus mercados consumidores garantidos devido à qualidade de seus cafés. Com uma campanha bem orientada, é possível obter-se uma produção volumosa de café finos em São Paulo, ganhar-se terreno nas mercados consumidores e conseguir melhores cotações para o produto. (Da Mesa Redonda sôbre o café recentemente realizada em São Paulo).

Reconhece o Plano Salte, em relação ao café, que estamos perdendo, devido à **qualidade, nossos mercados no exterior,** recomendando ainda a assistência técnica do produtor. E' dêsse plano a recomendação da criação de um Instituto Nacional do Café com patrimônio próprio com séde no DistrDito Federal, sendo que êsse Instituto se destinaria a traçar suas diretrizes da política econômica do café nacional.

Resolveu o Conselho que, a respeito do ante-projeto de padronização por mim apresentado, fossem ouvidos os governos interessados e o próprio Ministério da Agricultura. Foram recebidos pareceres dos Estados do Paraná, Minas Gerais, Espírito Santo, deixando de se pronunciar o govêrno do Estado de São Paulo, apesar da insistência com que foi solicitado o seu pronunciameno. Esse Estado remeteu ain-

da em 26-12-44, ao tempo da interventoria Fernando Costa, um trabalho do Secretário Dr. Melo Morais em que salientava o descalabro da lavoura cafeeira paulista, mostrando a situação de apreensão com a queda da produção cafeeira, salientando a necessidade de um programa de defesa econômica e financeira. Em 14-3-47, o Sr. Ministro Daniel de Carvalho remeteu ao Conselho de Comércio Exterior os pareceres daquele Ministério, inclusive o do Serviço de Economia Rural, que fez acompanhar o seu parecer das especificações para a classificação do café declarando que o assunto foi estudado "pelos técnicos", especializados em café", e achando que o trabalho apresentado estava em condições de atender às necessidades da defesa da nossa produção. Os pareceres dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Espírito Santo, em nada alteraram o ante-projeto organizado pelo Serviço de Economia Rural. Êsse ante-projeto habilmente organizado não trará perturbações ao comércio do café atualmente estabelecido mas permitirá a pouco e pouco a melhoria da qualidade do nosso produto e através do certificado permitirá as transações comerciais e beneficiará o produtor que procurará melhorar a qualidade do seu produto.

No diizer da Secretaria da Agricultura do Paraná "o certificado oficial será a melhor maneira de preparar racionalmente o seu produto".

Em conclusão, a Câmara de Produção foi de parecer em que se submetesse à aprovação do plenário do Conselho o ante-projeto de Decreto e especificações da classificação e fiscalização da exportação do café. Êste ante-projeto é o que se segue:

Especificações e tabelas para a classificação e fiscalização da exportação de CAFÉ, baixadas com o Decreto n.º .... de .... de .... de .... em virtude das disposições do Decreto-lei n.º 334, de 14 de março de 1948 e d oregulameno aprovado pelo Decreto n.º 5.739, de 29 de maio de 1940.

Art. 1.º — Dá-se a denominação de café, para efeito das presentes especificações aos frutos da planta pertencente à família das "Rubiáceas" e do gênero "Coffea", com suas principais espécies e variedades, devidamente tratados e preparados, isto é, beneficiados e rebeneficiados, ou simplesmente beneficiados e destinados ao comércio.

Art. 2.º — Todo o café de producão nacional qualquer que seja sua qualidade será denominado: "Café do Brasil".

Art. 3.º — De acôrdo com os artigos 5.º, 6.º e 7.º do regulamento que baixou com o Decreto n.º 5.739, de 29 de maio de 1940, a classificação do café em grão far-se-á:

a) pela sua apresentação;
b) pela sua qualidade.

Art. 4.º — A classificação do café pela apresentação, compreende:

a) defeitos e impuresas;
b) variedade comercial,
c) procedência;
d) separção;
e) preparo;
f) seca.

Art. 5.º — O tipo de café é determinado pela maior ou menor quantidade de defeitos e impurezas, contida na amostra-depósito, que é tudo quanto não for grão de café com sua conformação normal.

Art. 6.º — O grão preto é considerado defeito básico ou capital. Os demais defeitos lhe são proporcionais, conforme a tabela abaixo:

	Defeitos
1 grão preto	1
5 grãos verdes	1
2 grãos ardidos	1
5 grãos chochos	1
5 grãos quebrados	1
2 grãos marinheiros	1
3 grãos conchas	1
1 côco	1
1 pedra, pau ou torrão regular	2
1 pedra, pau ou torrão grande	5
1 pedra, pau ou torrão pequeno	1
1 casca grande	1
2/2 cascas pequenas	1

Art. 7.º — O café em grão deverá ser puro, não podendo, pois, conter senão os defeitos que lhe são intrinsecos. Constitue tolerância o máximo de 1 % de impurezas, assim consideradas as pedras, paus, torrões, cascas e qualquer outra substância estranha ao produto beneficiado.

Art. 8.º — A amostra destinada à classificação será de 300 gramas e se enquadrará nos seguinte tipos:

Tabela de tipos oficiais

Tipos	Defeitos
2	4
3	12
4	26
5	46
6	86
7	160
8	360

Parágrafo único — Essa classificação não será influenciada pelo aspecto, côr, variedade, separação, preparção e seca, contando-se apenas os defeitos intrinsecos e estrinsecos.

Art. 9.º — A tabela dá o número de defeitos atribuidos a cada tipo de café, assim:

Defeitos	Tipos
4	2
5	2-05
6	2-15
7	2-20
8	2-25
10	3-15
11	3-10
11	3-05
12	3
13	3-05
15	3-10
15	3-15
18	3-20
19	3-25

Defeitos	**Tipos**
20	4-20
22	4-15
23	4-10
25	4-05
26	4
28	4-05
30	4-10
32	4-15
34	4-20
36	4-25
38	5-20
40	5-15
42	5-10
44	5-05
46	5
49	5-05
57	5-15
61	2-20
64	5-25
71	6-15
75	6-10
79	6-05
86	6
93	6-05
100	6-10
108	6-15
115	6-20
123	6-25
130	7-20
138	7-15
145	7-10
153	7-05
160	7
180	7-05
200	7-10
220	7-15
240	7-20
260	7-25
280	8-20
300	8-15
320	8-10
340	8-05
360	8

Art. 10 — Na classificação do café deverão ser indicadas e descritas, com a denominaçao comercial em uso as respectivas variedades quando identificadas.

Art. 11 — A declaração de procedência do café só deverá constar do competente certificado, quando sua classificação fôr processada no próprio centro produtor, ou à vista da amostra perfeitamente identificado quanto à sua origem.

Parágrafo único — A indicaçao da procedência será feita pela descriminação do município e da zona fisiográfica em que êle estiver compreendido.

Art. 12 — A separação do café processar-se-á:

a) pelo benefício;
b) pelo rebenefício.

§ 1.º — No benefício os cafés serão separados pelo tamanho da fava em chato grosso, chato médio, chatinho, moka graudo, moka médio e moquinha, correspondentes às seguintes peneiras:

	Peneiras
Chato grosso	19, 18 e 17
Chato médio	16 e 15
Chatinho	14 para baixo
Moka graúdo	12 e 11
Moka médio	10 e
Moquinha	8 para baixo

§ 2.º — No rebenefício compreende-se as separações por peneira isoladamente, 19, 18, 17, 16, 15, 14, 13 para os chatos e 12, 11, 19, 9, 8 para os mokas, admitindo-se no máximo 5% (cinco por cento), de uma peneira na outra.

Art. 13 — De acôrdo com o processo de preparo, a que for submetido, o café será denominado:

a) café de terreiro;
b) café despolpado.

§ 1.º — Café de terreiro é todo aquêle que for prepardo pelo processo denominado de via seca, consistindo no tratamento dos frutos e sua secagem em terreiros ou equivalentes.

§ 2.º — Café despolpado é todo aquêle prepardo pelo processo denominado de via úmida, devendo apresentar as seguintes características:

a) ser proveniente de cafés colhidos em cereja ou maduro, sem fermentação prejudicial;
b) possuir côr, torração características e bebida mole para melhor.

Art. 14 — Compreende-se por seca um limite máximo de unidade tolerável que será de 11% (onze por cento), assim definido:

a) seca ótima;
b) seca boa;
c) seca regular;
d) seca má.

Art. 15 — Na côr, admite-se as seguintes tonalidades:

1 — café de terreiro:
a) verde;
b) verde-cana;
c) esverdeado;
d) amarelo ou amarelado.
2) café despolpado;
a) azulado;
b) verde-ezulado.

Art. 16 — A classificação da côr será sempre acompanhada da especifícação da safra, se nova ou velha.

Parágrafo único — Entende-se por safra, o ano agrícola cafeeiro, isto é, o período compreendido entre 1.º de julho a 30 de junho do ano seguinte.

Art. 17 — A classificação do café por qualidade obedecerá ao gosto ou paladar universalmente estabelecido, segundo o resultado da prova de xícara, (depustação), obtido do pó do produto devidamente torrado e preparado mediante infusão.

Art. 18 — A torração é considerada:

a) ótima ou fina;
b) boa;
c) regular;
d) má.

§ 1.º — Compreende-se por torração ótima a que for vistosa e de absoluta uniformidade na côr.

§ 2.º — Boa é tôda torração que, não revelando as caracteristicas da classe anterior, apresenta em seu conjunto boa aparência e homogeneidade na côr.

§ 3.º — Regular é a torração que não podendo ser compreendida entre as anteriores, oferece certas desigualdades na côr.

§ 4.º — Má é tôda a torração imperfeita e desigual.

Art. 19 — A bebida é considerada:

a) estritamente mole;
b) mole;
c) apenas mole;
d) dura;
e) dura prejudicada;
f) riotado;
g) rio.

§ 1.º — O Café de bebida estritamente mole é todo aquêle que na prova de xicara apresentar as caracteristicamente do aroma e sabor **rigorosamente** suaves, doce ou agradável e acidez caracteristica.

§ 2.º — De bebida, mole é o café que, na prova de xicara, apresentar as caracteristicas de aroma e gôsto suaves, doce e agradável e podendo ser ácido.

§ 3.º — De bebida apenas mole é o café que, na prova de xicara, apresentar as caracteristicas de aroma e gôsto suaves, podendo ser ácido, mas ligeiramente prejudicado pelos defeitos.

§ 4.º — De bebida dura é todo o café que na prova de xicara apresentar caracteristicos de aroma e sabor acre.

§ 5.º — De bebida dura prejudicada é todo o café que na prova de xicara apresentar os caracteristicos de aroma e sabor acre prejudicado pelos defeitos.

§ 6.º — De bebida riotado ou levemente Rio é todo café que na prova de xicara apresentam aroma e sabor ligeiramente iodoformados.

§ 7.º — De bebida Rio é todo café que na prova de xicara apresentar caracteristicos de aroma e sabor fortemente iodoformado.

Art. 20 — Além dos tipos acima descritos poderão ser exportados os cafés denominados e conhecidos por Grindor e Minimal.

§ 1.º — Grinder é o café constituido de conchas, de café quebrados e grãos inteiros provenientes do vasamento de peneira inferior a 16 contendo nunca menos de 2/3 de grãos inteiros e de bebida apenas mole para melhor.

Tolerância:

0,5% de impurezas, pedras, torrões, paus, cascas, casquinhas ou pergaminhos, côcos, marinheiros ou qualquer substância estranha ao produto beneficiado.

5% (cinco por cento) de pretos e ardidos.

5% (cinco por cento) em peneira onze, de residuos de cafés brocados ou não ou qualquer impureza.

§ 2.º — Minimal é todo café não compreendido no padrão anterior é de composição inferior ao tipo 8.

Tolerância:

1% de impureza ou qualquer substâncias estranhas ao produto beneficiado.

10% (dez por cento) de pretos e ardidos.

10% (dez por cento), em peneira onze, de residuos de café brocado ou não, inclusive quaisquer impurezas.

Art. 21 — Quaisquer defeitos, não especificados, e anomalias que contribuam para a depreciação do café deverão constar do certificado de classificação.

Art. 22 — O café será acondicionado em sacaria de aniagem obedecendo os tipos em vigor.

Parágrafo único — Os sacos conterão, obrigatòriamente, 60 quilos liquidos de café.

Art. 23 — Em cada lote de café, destinado aos mercados externos, será utilizada sacaria nova e uniforme, sendo vedado o aproveitamento de sacaria remarcada.

Parágrafo único — Não serão aceitos para exportação os cafés acondicionados em sacaria com marcação, em desacôrdo com o porto de embarque do produto, fato êsse passivel de penalidade.

Art. 24 — A manipulação de ligas ou caldeamentos, com o fim de reunir cafés de qualidade ou aparência semelhantes, para formar um só lote uniforme, será permitida, uma vez que os resultado da liga não infrinja quaisquer das especificações ora estabelecidas.

Parágrafo único — A liga ou caldeameno implica em nova classificação.

Art. 25 — O empilhamento do café nos armazens, será feito por lotes separados de per si e constituidos de café do mesmo tipo e qualidade.

Art. 26 — A extração de amostras se fará sob a orientação e responsabilidade dos classificadores oficiais e na presença do fiel do armazem.

Parágrafo único — As amostras serão de 300 gramas em cada lote.

Art. 27 — O extrato de café deverá ser unicamente de café, sem a adição de fixador ou estabilizador de qualquer natureza.

Art. 28 — O café destinado à obtenção do extrato não poderá ser submetido a operações que alteram quimicamente seus constituintes, exceção feita à torração.

Art. 29 — Os extratos só poderão ser obtidos por via hidrica e deverão ser completamente solúveis na água.

Art. 30 — Os extratos só poderão ser obtidos no próprio grão do café, não sendo tolerado o emprêgo, para êsse fim, de qualquer outra parte do cafeeiro.

Art. 31 — Os extratos de café deverão ter aroma e paladar agradáveis, não podendo sofrer alteração no prazo minimo de seis meses.

Art. 32 — As despesas relativas à classificação e a fiscalização da exportação do café, na forma do disposto no artigo 5.º do Decreto-lei n.º 334, de 15 de março de 1938, e bem assim aquelas previstas no regulamento aprovado pelo Decreto n.º 5.739, de 29 de maio de 1940, para atender trabalhos realizados a requerimento ou por solicitação da parte ou partes interessadas, serão cobradas de acôrdo com a seguinte tabela, por quilo:

a) Classificação, inclusive emissão e certificado:

por apresentação	Cr$ 0,01
por qualidade	Cr$ 0,05
por apresentação e qualidade .	Cr$ 0,06

b) reclassificação, inclusive emissão de certificado:

por apresentação	Cr$ 0,02
por qualidade	Cr$ 0,06
por apresentação e qualidade ..	Cr$ 0,08

c) Arbitragem:

por apresentação	Cr$ 0,03
por qualidade	Cr$ 0,08
por apresentação e qualidade ..	Cr$ 0,10

d) Inspeção para os fins das alíneas **c** e **d** do art. 79	Cr$ 0,01
e) Análise para determinação do grau de unidade	Cr$ ....

f) Análise:

Taxa de fiscalização de xportação	Cr$0,20
Café em grão	Cr$....
Extrato de café	Cr$....

Art. 33 — A classificação de extratos de café será feita mediante análise, devendo o respectivo laudo ser transcrito no certificado de fiscalização da exportação.

Art. 34 — Os certificados de classificação respeitadas as disposições do art. 36 do regulamento aprovado pelo Decreto n. 5.739, de 29 de maio de 1940, serão válidos pelo prazo de 120 dias, contados da data de sua emissão.

A rt. 35 — Para efeito de verificação dos defeitos contidos nos produtos, entende-se:

Chochos — Originados pela deficiência de trato, de adubação e de água. Não tendo sido eliminados, quando em côco, nos "catadores de pedras", e, quando beneficiados nos "ventiladores".

Mal granados — defeitos de fecundação por falta de trato cultural. Não tendo sido eliminados pelos "separadores", "ventiladores", ou pela "catação manual".

Conchas — Proveniente do café "cabeça", assim chamado pela forma especial que o caracterisa. Originados dos maus tratos culturais e de uma fecundação imperfeita. O "descascador", desdobra-se dando origem aos "conchas". Não tendo sido eliminados pelos "separadores" e "catadores", quando em forma de "cabeça", e finalmente, pela "catação a mão".

Pedras — Oriundas da permanência prolongada no solo com a consequência das chuvas e umidade da terra. Não tendo sido eliminados nas "bicas de jogos" ou na "catação manual".

Pedras e torrões — Consequência da "abanação", imperfeita na roça. Não tendo sido eliminados nos "lavradores", nas "bicas de jogo", e, principalmente pela "catação manual".

Verdes e verdoengos — Consequência da colheita prematura. Não tendo sido eliminados pela separação do "cereja", do "boia", em "alvarodes" ou "abanadores", nos "ventiladores", "catadores por densidade" o pela "catação manual".

Chumbados — Consequência da má seca, chuvas continuadas, faltas de cobertura adequada, umidade posterior das "tulhas" outros fatores.

Ardidos de terreiro — Originados por fermentação, devido à chuva e à umidade por falta de cobertura adequada. Não tendo sido evitados devido ao retardamento à esparramação, no terreiro, do café lavado, e não ter sido continuadamente mexido, antes da "meia seca", ou então devido ao recolhimento de cafés ainda úmidos.

Esmagados — Originados nos terreiros, pelas rodas dos cerrinhos e outros fatores. Não tendo sido eliminados na "bica de jôgo" ou nos "catadores de pedras".

Cascas — Resultante da má ventilação. Não tendo sido evitadas nos "ventiladores" bem como nos "catadores".

Côcos — Oriundos do "descascador", mal regulado. Não tendo sido evitados pelo "repassador".

Marinheiros — Determinados pelo mau funcionamento do "repassador". Não tendo sido eliminados nos "separdores", nos "catadores" mecânicos ou pela "catação manual".

Quebrados — Ooriundos do "descascador" e "repassador", mal regulados. Não tendo sido eliminados no "separdor", "ventilador", e, finalmente pela catação manual.

Art. 36 — Os casos omissos serão resolvidos pelo Ministro da Agricultura ouvido o Serviço de Economia Rural.

Estabelecimentos de Ensino Agrícola nas zonas de colonização Centro-Oeste

Trabalho apresentado pelo Engenheiro Agrônomo GERALDO GOULART DA SILVEIRA, Professor da Escola de Horticultura "Wencesláo Bello" à 1.ª Conferência Brasileira de Imigração e Colonização.

I — Assistência às populações das zonas de colonização através do ensino agrícola

Nenhuma assistência agrícola é mais objetiva e eficiente do que a assistência através do ensino.

De fato, as escolas que ministram o ensino agrícola, pela sua localização na zona rural, não devem limitar-se, tão sòmente, ao preparo de profissionais hábeis e tecnicamente capazes para o desempenho dos diferentes misteres da profissão; elas devem cuidar, também, com todo empenho, da formação humana dos educandos, e, pelas suas elevadas finalidades educativas, devem constituir **centros de interêsse** da população rural.

Das escolas devem partir os bons exemplos, as bôas idéias, o estimulo, o incentivo, etc., e para as escolas devem convergir a atenção e o interêsse das populações rurais.

Nas zonas de colonização, as escolas de ensino agrícolas quando bem organizadas e dirigidas, assumem um papel de alta relevância não só sob o ponto de vista profissional pròpriamente dito, preparando elementos que, adextrados nos trabalhos agrícolas melhor orientem as atividades das colônias, como também, sob o ponto de vista educacional, integrando as populações rurais no meio rural, orientando-as, esclarecendo-as, e, em suma, proporcionando-lhes elementos e oportunidades para que elas atinjam níveis materiais e espirituais de vida mais altos.

São essas as verdadeiras escolas que precisamos e que preconizamos para as zonas de colonização, escolas que ensinam e educam, escolas que, integradas em suas finalidades, se constituam em verdadeiros **centros de educação rural.**

E' preciso que, os estabelecimentos de ensino agrícola situados nas zonas de colonização, a par da formação profissional pròpriamente dita, trabalhem também no sentido de:

a) promover o ajustamento da população da colônia agrícola ao ambiente rural, esclarecendo-a sôbre os mais importantes problemas da região e a maneira pela qual eles devem ser encarados e resolvidos;

b) divulgar ensinamentos úteis e oportunos sôbre alimentação, higiene, habitação etc., proporcionando assim, aos habitantes da colônia, uma vida mais alegre e feliz;

c) criar um ambiente favorável à sociabilidade das populações rurais, a fim de que elas, melhor esclarecidas e orientadas, trabalhem com entusiasmo e idealismo pelo bem estar coletivo;

d) despertar e enaltecer o amôr à terra amiga e hospitaleira, terra que deve ser sempre engrandecida e dignificada

Educar par a vida e tornar melhores as condições da vida rural, eis, em síntese, a grandiosa e patriótica obra que cumpre às escolas, tornar realidade em todo o país.

II — Estabelecimentos de ensino agrícola aconselháveis par as zonas de colonização

Nas zonas de colonização, ao lado das escolas primárias rurais, não devem faltar os estabelecimentos de ensino agrícola que completem a educação dos adolescentes,

dando-lhes uma qualificação profissional e preparando-os para vida prática, sem que para isso eles precisem afastar-se do próprio meio onde vivem.

Escolas que ministrem o ensino da horticultura em tôda as suas especializações (hortalicicultura, fruticultura, etc.), e, ao mesmo tempo, o ensino especializado referente à zootecnia, especialmente avicultura, suinocultura, etc., são das mais recomendáveis, principalmente nas zonas de colonização situadas nas proximidades das grandes cidades.

Na zona de colonização da futura Capital do País, por exemplo, não deve faltar uma escola dêsse tipo para o preparo de profissionais (fruticultores, hortelões, avicultores, suinocultores, etc.), que orientem as atividades dos colonos no sentido da produção de hortaliças, frutas, aves, etc., indispensáveis ao abastecimeno do grande mercado que será a nova capital.

Em zonas mais afastadas, que sejam outras as atividades agrícolas predominantes nas colônias, escoals que ministrem o ensino especializado referente à essas atividades, são, igualmente, úteis, oportunas e recomendáveis.

Os cursos regulares de tais escolas devem funcionar, de preferência, sob regimem de internato, que é, sem dúvida, o que mais se coaduna com as atividades agrícolas.

O nivel de conhecimento para a matrícula nos cursos regulares de tais escolas deve ser o de curso primário completo.

Tais escolas poderão ser mantidas pelos governos Federal, Estadual ou Municipal, pelas Associações de Classe (Associações Rurais), ou, então, em regimem de cooperação entre os Poderes Públicos e Entidades Particulares.

A Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", mantida na Penha, Distrito Federal, pela Sociedade Nacional de Agricultura, é um exemplo de escola do último tipo, pois é subvencionada e auxiliada pelo Ministério da Agricultura.

Além dos cursos regulares, poderão e deverão manter tais escolas outros cursos, como:

a) **Cursos de Treinamento,** destinados aos filhos dos colonos, que, não podendo frequentar os cursos regulares, de maior duração (um a dois anos), podem adquirir, em menor tempo, (três a seis meses), uma qualificação profissional que os habilite para os trabalhos agrícolas racionais. Da mesma forma que os cursos regulares, os cursos de treinamento devem funcionar sob regimem de internato, a fim de que os alunos aproveitem melhor o tempo;

b) **Cursos Práticos,** sob regimem de externato, de curta duração, com aulas uma ou duas vezes por semana e horário que não prejudique as atividades normais dos colonos, destinados a dar os mesmos, conhecimentos básicos e objetivos sôbre os assuntos e práticas agrícolas que mais se fizerem necessários na região;

c) **Semanas de Agricultores,** durante as quais os colonos internados na escola durante uma semana, tenham oportunidade de estudar as questões que mais lhes interessam e possam resolver os seus problemas agricolas mais prementes.

Todos os cursos devem ser inteiramente gratuitos e devem revestir-se de caráter eminentemente objetivo.

III — Instituições que devem funcionar nas escolas agrícolas situadas nas zonas de colonização

Nas escolas agrícolas que preconizamos para as zonas de colonização, não devem faltar as organizações estudantis que, pelas suas elevadas finalidades muito concorrem para a melhor educação dos adolescentes, e, quiçá, da própria população rural, pelo reflexo que elas alcançam fóra da escola.

Tais instituições são:

a) Clube Agrícola Escolar;
b) Cooperativa Escolar;
c) Grêmio Social.

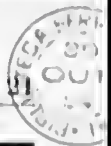
Através de instituições de tão elevado alcance educativo e social, consegue-se, de uma maneira prática e objetiva:

a) despertar, entre os alunos, o amôr à terra e ao trabalho agrícola que tanto engrandecem e dignificam o homem;

b) concorrer par a difusão dos elevados princípios de solidariedades entre os alunos dentro da escola e fóra da escola, promovendo assim uma maior confiança e auxílio entre os homens;

c) desenvolver, entre os alunos, o senso de responsabilidade através do desempenho de encargos e trabalhos nos postos de direção das instituições, capacitando-os melhor par a vida prática;

d) contribuir para a melhoria das condições de sociabilidade, mantendo as mais estreitas relações entre as familias dos alunos e a escola, o que se reflete, favoravelmente, na própria vida rural;



c) colaborar em tôdas as questões que dizem respeito à melhoria das condições de vida do meio rural, já pelo exemplo do que realizam os alunos na escola, já pelo auxílio e colaboração que eles podem prestar à população.

Tais instituições concorrem, em síntese, para o desenvolvimento social, moral e intelectual dos estudantes, e, indiretamnte, através deles, o próprio desenvolvimento moral, social e intelectual da população rural que, melhor esclarecida e organizada, póde viver mais alegre e feliz radicada ao solo.

IV — As escolas agricolas e as atividades rurais das zonas de colonização onde elas estão localizadas

As escolas agrícolas nas zonas de colonização, com temos salientado, devem tomar parte ativa em tudo quanto diz respeito ao melhoramento e progresso da região onde elas estão localizadas, despertando assim a atenção e o interêsse dos colonos, que passam a ver, nelas, não simples estabelecimenos de ensino profissional, mas instituições de âmbito muito mais amplo, instituições que acompanham de perto as atividades rurais da região e cooperam para o bom êxito das mesmas.

Nêsse sentido, devem as escolas agrícolas:

a) promover, sempre que possível, a realização de **Exposições Agrícolas, Semanas Ruralistas**, etc., recursos que muito concorrem para a elevação do nivel das atividades agricolas da região;

b) concorrer para o bom êxito das exposições agrícolas, semanais ruralistas, etc., realizadas na zona sob os auspícios dos poderes públicos, das associações rurais, etc., prestando não sòmente a assistência técnica que se fizer necessária como também, o auxílio material que as suas condições permitirem;

c) promover, patrocinar e fomentar a realização de palestras demonstrações práticas etc., referentes à questões agrícolas de relevância para a região; palestras e solenidades civicas, etc., proporcionando assim, à população rural, ensinamentos e exemplos úteis e oportunos;

d) figurar sempre, nas exposições agrícolas, semanas ruralistas, etc., com produtos obtidos na própria escola, o que constitue, sem dúvida, recurso muito eficiente para despertar a atenção dos colonos para

A LAVOURA

(ORGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897



Eng.° Agrônomo ARTHUR TORRES FILHO
Presidento da Sociedade



Eng.° Agrônomo ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
Diretor



Eng.° Agrônomo KURT REPSOLD
Diretor Técnico



Eng.° Agrônomo GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Consultor-Técnico



LUIZ MARQUES POLIANO
Redator-Secretário o Gerento



Redação e Administração:
AV. FRANKLIN ROOSEVELT, 115-6.°

Telefono: 42-2981

Caixa Postal 1245

Rio de Janeiro



as práticas agrícolas racionais nelas empregadas e por elas preconizadas;

e) organizar e colocar à disposição da população rural, não só uma biblioteca, como também distribuir folhetos, revistas, etc., que proporcionem aos colonos uma leitura útil e educativa, concorrendo assim para a elevação do nivel intelectual dos mesmos.

Outras atividades, como a realização de sessões cinematográficas educativas, a realização de concursos agrícolas, a manutenção de um museu que seja o documentário dos recursos e possibilidades da região, a realização de palestras sôbre higiene, moral, civismo, etc., são, igualmente, aconselháveis para que as escolas, integradas em suas elevadas finalidades, realizem um vasto e grandioso trabalho educativo junto da população da colônia.

CONCLUSÕES

1 — E' aconselhavel, recomendável e oportuno a instalação de **escolas profissionais agricolas**, nas zonas de colonização;

2 — Tais escolas, especialmente as localizadas nas zonas de colonização próximas das grandes cidades, devem preparar **hortelões, fruticultores, avicultores, suinocultores**, etc., que orientem as atividades dos colonos no sentido da produção, em larga escala, de hortaliças, frutas, aves, etc., para o abastecimento da colônia e centros urbanos da região;

3 — As escolas, além dos **cursos regulares**, devem manter, de acôrdo com os recursos e possibilidades, **Cursos de Treinamento, Cursos Práticos**, etc., visando a melhoria da produção e do trabalho nas zonas de colonização;

4 — Nas referidas escolas devem funcionar instituições estudantis tais como **Clubes Agrícolas Escolares, Cooperativas Escolares, Grêmios Sociais**, etc., que constituem recursos de integração dos estudantes nas atividades escolares, e, indiretamente, constituem, também, recurso de inestimavel valor na elevação do nivel social, moral e intelectual da população rural da zona de colonização, pelo reflexo que sôbre elas se fazem sentir as atividades escolares;

5 — As escolas devem patrocinar, promover e fomentar a realização de **Semanas Ruralistas, Exposições Agrícolas, Concursos**, etc., visando integrar a população rural nas atiivdades rurais e orientando-as nas práticas agrícolas racionais e recomendáveis;

6 — As escolas não devem visar, tão sòmente, o preparo profissional dos adolescentes, mas, ainda, dentro de um plano educacional mais amplo, promover o ajustameno da população rural ao ambiente rural, contribuindo assim para a melhoria das condições da sociedade e elevação moral e intelectual da população da colônia, revestindo-se de caráter de **centros de educação rural.**

7 — Visando tão elevados objetivos torna-se oportuno e imprescindival a manutenção, nas zonas de colonização, de escolas nos moldes preconizados, quer pelos governos Federal, Estadual ou Municipal, Associações Rurais, etc., quer em regimem de coperação entre os Poderes Públicos e as Entidades Particulares.

Rio de Janeiro, 13 de Abril de 1949.

Geraldo Goulart da Silveira
Engenheiro Agrônomo.

Arraçoamento econômico da vaca leiteira

Lincoln Moraes
Veterinário Zootecnista

Os criadores de gado leiteiro, em geral, por falta de esclarecimentos técnicos, dispensam demasiada importância ao emprego de alimentos concentrados no arraçoamento da vaca leiteira. Acreditam que sem farelos de trigo e outros concentrados suas vacas não podem dar leite. Entretanto, tendo em vista um conjunto de fatores, entre os quais sobressáem a boa qualidade dos pastos durante a maior parte do ano e a mediocridade da produção da maioria das vacas, é perfeitamente possível conseguir uma apreciável diminuição no consumo de tais alimentos, sem o menor prejuizo para a produção, pelo menos de outubro a maio.

Ademais, mesmo sem o recurso dispendioso dos silos, póde-se obter, nas fazendas, boa disponibilidade de alimentos ótimos e a preço compensador. As próprias terras baixas e ácidas são mui bem aproveitadas para pastagens e capineiras de côrte, nelas vicejando o capim angola, também chamado "capim de planta". Dirão que esta gramínea é muito aquosa e de baixo valor nutritivo, pelo que exige uma forte suplementação de concentrados. Será uma verdade, quando o criador não dispuzer de outras forrageiras.

Mas possuimos outras, gramíneas e leguminosas, de fácil cultivo nos terrenos drenados e nas encostas férteis e frescas, as quais, se não são tão ricas quanto a alfafa e o trevo em principio nutritivos, podem, quando bem dosadas na ração, fornecer satisfatòriamente aqueles principios necessários à manutenção e à produção de uma boa vaca leiteira.

Podemos citar como principais, porque já de valor comprovado, o capim Venezuela, também conhecido como Pasto Imperial, a marmelada de cavalo e o guando, as duas primeiras de grande palatabilidade, isto é, muito estimadas pelo gado. A primeiro é uma gramínea rica em hidratos de carbono; as outras duas, leguminosas com apreciável teôr de proteina digestivel. Numa excelente granja de Jacarepaguá, Distrito Federal, destinada à criação de reprodutores, as duas primeiras forrageiras, associadas ao capim angola e auxiliadas por um pequeno mas bem cuidado pasto de graminha de burro, constituem o forte da alimentação de quasi uma centena de vacas, e bezerros das raças mais aperfeiçoadas e, portanto, mais exigentes, quanto à alimentação. Os animais fornecem, mediante aproveitamento em duas estrumeiras, o adubo para o cultivo das duas forrageiras.

Ultimamente vem sendo intensificada a cultura da soja no Distrito Federal, com êxito absoluto. Tanto o guando como a soja fornecem excelente feno, rico em proteina. Ambos são de fácil cultura. Alguns hectares plantados de soja, de dezembro a fevereiro, ou de guando, produzirão ótima reserva, em feno, para a estação fria e seca, em que os pastos definham.

Outra forrageira que precisa ser mais cultivada é a cana, afim de ser fornecida às vacas justamente na ápoca de miséria dos pastos. Constitue ótimo verdejo.

Além de recurso às plantas de verdejo ou côrte, convém não esquecer que, com uma inteligente rotação de pastagens, deixando as várzeas, as encostas ou grotas mais frescas de reserva para a ocasião mais necessária, poderá o criador aproveitar melhor sua propriedade, distribuindo satisfatòriamente o rebanho pelos diversos pastos, de acôrdo com as exigências alimentícias de cada lote: vacas em lactação, vacas e novilhas cheias, próximas da parição, bezerros, vacas secas, etc.

E' bem verdade que para conseguir uma ótima distribuição dos pastos, terá o fazendeiro de resolver o sério problema das cercas, com as dificuldades atuais na aquisição do arame farpado, dos moirões, etc. Mas, póde-se afirmar que tôda a despesa feita para conseguir uma adequada distribuição das pastagens será fartamente compensada pelo aumento da produção.

Morrison, uma das maiores autoridades **em assuntos de alimentação animal**, afirma que as vacas de produção diária inferior a 8 litros e meio, com 4 por cento de matéria gorda, não necessitam de alimentos concentrados, quando dispõem de excelente pasto ou de bom verdejo, isto é, de plantas verdes cortadas em prados ou

capineiras. Explicaremos em poucas palavras o motivo dessa afirmação.

Com efeito, todo animal tem necessidade de uma certa quantidade de princípios alimentícios para a manutenção de seu organismo; além disto, necessita de mais uma quantidade variável dos mesmos princípios, afim de atender à sua produção. No caso da vaca laiteira, precisa ela, portanto, de um acréscimo para a produção de leite e a de matéria gorda (manteiga). Assim, temos que sua ração deve ser calculada à base de três fatores: seu peso vivo, o número de litros de leite que produz e a porcentagem de matéria gorda deste. Suas exigências alimentares serão, pois, tanto maiores quanto mais alta fôr sua produção.

Acontece, porém, que, coom se sabe, a produtividade leiteira é uma aptidão hereditária. Se a vaca não possue herança leiteira, isto é, se não é de boa raça leiteira, se sua mãe, avós, bisavós, irmãs, não são leiteiras, é quasi certo que ela também não o será. E' evidente que uma alimentação rica, por melhor que seja, não poderá fazê-la produzir além do que o permite sua herança. Um ligeiro aumento, comparado ao que produziria sòmente com a alimentação habitual, não compensaria os gastos resultantes. Seria como que jogar dinheiro fóra. Estaremos diminuindo, assim, a importância da alimentação em pecuária? Em absoluto. E isto porque, por outro lado, se a vaca de raça leiteira, de uma ótima família leiteira, não recebe em quantidade suficiente os princípios alimenticios exigidos pela sua alta aptidão, não poderá revelar satisfatòriamente essa aptidão. Ainda mais; si, embora boa leiteira e bem alimentada, não sofre os benéficos efeitos da ginástica funcional do úbre, consistente numa ordenha completa, duas vezes ao dia, não poderá atingir ao máximo de produção de que é capaz.

Como sabemos, a maioria absoluta das vacas dos nossos rebanhos leiteiros produz menos de 8 litros diários, apezar, às vezes, do suprimeno do farelinho de trigo, remoido, torta de babaçú, farelo de algodão ou até do residuo de cervejaria (cevala), que estão acostumadas a receber. Tôdas essas vacas dariam, por um custo muito menor, a mesma quantidade de leite, si dispuzessem de pastos tratados e bem divididos, ou de bom verdejo, principalmente o capim venezuela, a cana forrageira e a marmelada de cavalo. Grande auxílio seria também fornecidos pelos fenos de guando ou de soja, de fácil produção em qualquer fazenda.

Temos presenciado, no Distrito Federal e no Estado do Rio de Janeiro, o arraçoamento de vacas de produção diária de 5 e 6 litros, mantidas em excelentes pastos de capim gordura e graminha de burro, com remoído de trigo, adquirido no "mercado negro", o feijão manteiga, novo, comprado ao preço do mercado. Nada mais contraproducente. Que lucro póde dar uma vaca assim alimentada? Êste fato, embora revele que o preço de venda do leite é compensador, mostra quão anti-econômico é uma exploração leiteira de tal natureza.

Os criadores devem gastar os concentrados sòmente com as boas produtoras, as únicas capazes de retribuir economicamente as despesas com esses alimentos extraordinários.

Imigração e Colonisação

A "UNIÃO SUIÇA DE CARIDADE" (Caritas Suiça), é uma organisação caritativa, fundada em 1901 sob a direção do Episcopado Suiço e sob o protetorado de S. S. o Papa.

A Delegação Geral da "UNIÃO SUIÇA DE CARIDADE", assumiu as suas atividades no Brasil com a aprovação das autoridades eclesiásticas e civis.

A sua primeira tarefa será de acolher, no Brasil, imigrantes, de proporcionar moradia aos recem-chegados e de auxiliá-los a encontrar empregos de acôrdo com a sua capacidade profissional, assim como adaptá-los ao meió em que, no futuro, terão de exercer sua profissão.

A CARITAS SUIÇA está cuidando na Europa de milhares de pessoas, deslocadas de seus paises de origem e que almejam ansiosamente serem admitidas no Brasil como imigrantes; entre êles acham-se profissionais das mais variadas profissões; engenheiros, técnicos, artífices, operários e grande número de agricultores e camponeses, homens e mulheres de tôdas as idades, na maioria de religião católica, sadios e desejosos de trabalhar em suas profissões.

Tais elementos poderão ser aproveitados e serão uteis em parto à indústria, que, de certo, está precisando de técnicos especialisados, competentes e experientes. Outros, com a mais variada formação cultural e profissional poderão ser aproveitados no comércio ou na agricultura.

Pretend ea "UNIÃO SUIÇA DE CARIDADE" instalar um fichário geral, registrando as vagas existentes na Indústria, no Comércio e na Agricultura do Brasil, afim de selecionar os imigrantes conforme as necessidades do país, escolhendo sómente pessoas que possam realmente por ser aproveitadas e que ingressarão no Brasil por seu intermédio. Aqueles que se interessarem pela aquisição de elmentos estrangeiros para o seu trabalho, podem dirigir-se à organização citada, à Av. Franklin Roosevelt, 194, s. 905, Rio de Janeiro, utilizando a folha destacavel, apensa no fim desta revista.

Associação Rural de Macaé

Discurso do Dr. Antonio de Arruda Camara

Intensifica-se, no Estado do Rio de Janeiro, o movimento associativo da classe rural. Além das sociedades antigas e em atividade com as de Barra do Piraí, Itaperuna e São Gonçalo, regional a primeira e municipais as outras, observa-se, sobretudo entre os lavradouras e criadores do norte do Estado, grande interêsse pela organização da classe em acôrdo com as dispisições do Decreto-lei 8.127, de 24 de outubro de 1945.

Fundou-se ha tempos a Associação Rural de Itaguaí, seguindo-se-lhe a de Campos que se prepara para construir o seu parque de exposições agro-pecuárias, e agora as de Macaé, Araruama e Santa Maria Madalena, esta em organização.

Em dias de agôsto realizou-se a posse da primeira diretoria da Associação Rural de Macaé, com a presença do Governador, do Secretário da Agricultura, do Presidente da Assembléia, deputados, diretores da Sociedade Nacional de Agricultura e delegações ruralistas de vários municípios fluminenses.

Expôs o presidente da nova associação, senhor Manoel Pais Filho, a situação da lavoura e da pecuária chamando a atenção do Governador para suas necessidades e referindo-se à paralização das obras de construção da distilaria para alcool de mandioca há anos iniciada naquele município. Em seguida, o senhor Moura Azevedo, lider pecuarista, disse das dificuldades dos criadores, dirigindo instante apêlo no sentido de ser a pecuária devida e eficientemente amparada. O senhor Arruda Câmara, vice-presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, pronunciou, como seu representante, o seguinte discurso:

— "Aqui estamos par assistir a esta festa da lavoura, como representante da Sociedade Nacional de Agricultura. Dizemos festa, porque, para a nossa velha instituição, é sempre motivo de júbilo uma reunião como a que assistimos, da qual surge mais um elemento de união da nossa grande classe rural.

A fundação da nossa própria Sociedade decorreu da compreensão dos seus iniciadores, de que a classe rural brasileira precisava unir-se, a fim de atingir os seus altos objetivos. Foi por isso que, nos seus estatutos iniciais, fez consignar essa finalidade, e de tal maneira se lançou à tarefa que, já em 1899 — um ano e pouco após a sua fundação no Rio de Janeiro — nada menos de 81 sociedades agrícolas se fundaram no Brasil, algumas delas neste Estado, dentre as quais a Sociedade Rezendense de Agricultura; a 8 de agôsto de 1899, em Niteriói, a Sociedade Agrícola Fluminense, que adotou como seus os Estatutos da Sociedade Nacional de Agricultura; por último, a Sociedade Agrícola Vassourense, logo filiada à nossa instituição e cuja instalação foi presidida pelo Dr. Enes de Souza, fundador e primeiro presidente da Sociedade Nacional de Agricultura.

Foi o Estado do Rio de Janeiro, pelas suas tradições agrícolas, daqueles que mais mereceram a atenção da Sociedade, nos primórdios da sua fundação. E' assim que conseguiu a Sociedade reaparelhar o Centro Agrícola de Vargem Alegre, obtendo do Govêrno fundos para êste fim. Recebendo a Fazenda de Santa Mônica para aí instalar um campo de experiências agrícolas e de zootécnica, entregou-o à direção segura de Philippe Aristides Caire. Por falta de continuidade nos recursos necessários, teve a Sociedade de devolver o próprio ao Govêrno, onde, mais tarde, as instalariam úteis estabelecimentos oficiais de ensino, fomento e experimentação agro-pecuárias.

O trabalho associativo na antiga província fluminense, antes vasto e opulento celeiro de gêneros de consumo, não cessou e numerosas outras associações se foram fundando por estímulo e iniciativa da Sociedade Nacional de Agricultura, convencida, então como agora de que sòmente com a união da classe — daí o seu lema — **Viribus Unitis** — alcançaremos a posição que nos cabe no cenário da vida nacional. A nossa

fôrça é grande, mas inoperante, porque dispersa.

Daquelas associações, poucas resta-Unitis — alcançaríamos a posição que nos ram. A idéia do papel, de uma sociedade do tipo das sociedades rurais ainda não foi, infelizmente, bem compreendida no seio da classe a que elas mais beneficiam, não com dádivas materiais, imediatas, de retribuição, por assim dizer, de mensalidades pagas; mas, com o valimento como fôrça, junto aos poderes públicos e órgãos de direção do país, como demonstração de coesão e união para a defesa dos interesses de ordem geral da classe.

Dos 47 milhões de habitantes em que as estimativas oficiais cifram a população brasileira, 75%, ou seja mais de 30 milhões de pessôas, vivem diretamente do trabalho rural.

Até aqui tem sido a agricultura a gata borralheira do trabalho nacional — desprezada, esquecida e, até mesmo, algumas vezes, esmagada pelas outras atividades, organizadas em quadros perfeitamente entrosados, conseguindo, à margem do trabalho rural, lucros fabulosos — ou extraordinários, como queiram. Desses enormes proventos, hoje, numa pequena parte — manda a verdade que se o diga — se beneficiam diversas classes de trabalhadores urbanos, através as obrigações impostas ao comércio e à indústria pela nossa legislação social.

Exemplos deram-nos, e bem expressivos, os oradores precedentes. — Perguntemos ao industrial dos tecidos por quanto êle vende ao comércio atacadista um quilo de algodão em pano e, por outro lado, quanto teria pago ao lavrador pela materia prima, em seguida, inquiramos do consumidor sôbre quanto dispendeu com o varejista pelo mesmo algodão industrializado. E assim teriamos o quadro que, via de regra, aplicado a tôda a produção agricola, nos dá uma idéia da proporção verdadeiramente irrisória que fica para o lavrador.

Entretanto para que um fardo de algodão chegue à fábrica de tecidos, que de agruras, de incertezas, de prejuizos, sofreu o produtor? As pragas, as intemperéries, a falta de crédito, a nossa incrivel politica fiscal, o transporte caro e falho, a deficiência da mão de obra, e quantos outros percalços que dia a dia se avoluma, sufocando a atividade rural em tôdas as suas manifestações.

E' que a classe não se organizou ain-

ASSOCIAÇÃO RURAL DE MACAÉ



Discurso do Exmo. Sr. Cel. Edmundo de Macedo Soares e Silva, Governador do Estado do Rio de Janeiro.

da. Não existe, no país, a representação coêsa, unânime, da atividade rigorosamente produtora que é a agricultura. E' uma lacuna que se deve menos aos esforços dos seus líderes — e até dos govêrnos — do que aos próprios interessados, lavradores, criadores e profissionais das indústrias rurais, os quais não se têm empenhado a fundo pelo necessário evento, talvês por não terem alcançado ainda a sua grande necessidade e urgência.

Cada município deveria, como o faz o de Macaé neste moento, ter a sua associação rural, viva e forte. Cada Estado, captando as aspirações da unidade federativa, a sua Federação Rural, todas elas reunidas, em perfeita comunhão de objetivos, na Confederação Rural Brasileira, agindo junto ao govêrno federal, com autoridade bastante para falar de igual para igual com a indústria e o comércio, sôbre as suas necesisdades, os seus problemas, e, mais do que tudo, para fazer valer os seus direitos, como uma das fôrças vivas da Nação.

Não que sejamos contra os outras atividades, de resto tão necessárias e úteis à vida nacional, quanto a Agricultura. Achamos, muito pelo contrário, que tôdas se completam, formam, um todo e uma depende da outra. O que não compreendemos, nem admitimos, é que uma prevaleça sôbre a outra. Os países, para serem economicamente fortes, precisam dispôr de uma indústria e de um comércio tambem fortes. Mas estas duas atividades, por sua vez, estão condicionadas a uma Agricultura não menos forte, capaz de fornecer ao povo e às fábricas, na quantidade e qualidade necessárias, os alimentos e as matérias primas indispensáveis. Há uma gradação nessas três atividades econômicas, entrosando-as e fazendo-as dependentes umas das outras. A hipertrofia de uma e o consequente enfraquecimento da outra, gera os desequilíbrios, daí derivando fenômenos que se traduzem em crises de sub e super produção, desaparecendo a relatividade que deve existir entre os preços de uma e das outras atividades, fazendo eclodir graves consequências no campo social.

A fuga dos campos para as cidades, ultimamente acentuada, reflete essa anomalia, existente na nossa economia. A visão de maiores salários, de melhores condições de existência, de mais conforto, de assistência social, de maiores possibilidades para

ASSOCIAÇÃO RURAL DE MACAÉ



Um aspecto da assistência.

a prole, trouxeram e estão trazendo, numa verdadeira corrida, milhares e milhares de brasileiros que, de pronto, passaram de produtores a consumidores forçados. Aí surgiram as favelas, a carência de habitação e de alimenos — criando novos problemas para os governos, assim desviados de sua precípua finalidade, os quais os atacam como podem mas nem sempre com os resultados previstos, porque as causas ai continuam a solicitar providências de base, remédios que afinal, são simples, e conhecidos de todos.

Urge, portanto, retirar a agricultura da situação inferior a que tem sido relegada, principalmene porque os próprios agricultores não quizeram compreender essa necessidade. E o primeiro passo no sentido dêsse novo 13 de Maio será o fortalecimento da classe, pela sua organização. Pela sua organização imediata, não importando no momento saber qual o sistema mais perfeito. O que é preciso é que haja um corpo representativo da atiivdade rural no Brasil, com raizes profundas, penetrando os distritos, os municípios, as regiões, os Estados — cobrindo todo o Brasil.

Cada lavrador deverá procurar arregimentar-se, engrossar o corpo social da associação rural do seu município. Sem preocupações de pequenas vantagens materiais que estas, afinal, não poderão nunca ser tantas que suplantem o que êle paga de mensalidades na Associação. Cinco ou dez cruzeiros para um lavrador não é muito. Mas representam os gráus da escala da fôrça rural local, capaz de modificar conceitos, opiniões, e evitar decisões contrárias ao interêsse de todos e de cada um. Isolado, nenhum fazendeiro representa fôrça capaz de fazer valer a sua vontade; mas reunidos numa associação forte e representativa, a sua voz será ouvida e respeitada. Mas não basta inscrever-se na Associação e pagar pontualmente a sua contribuição; é necessário que assista às reuniões, que debata os assuntos, que traga os seus casos, que colabore na administração; que persista, que teime, tudo fazendo para que a associação seja um órgão vivo, ativo, diligente e eficás.

Se assim acontecesse em todos os municípios do Brasil; se esta cena que ora presenciamos aqui, como ha tempos pudemos presenciar em Campos, com a fundação da sua já pujante Associação Rural, em pouoc tempo o cenário econômico do Brasil se transmudaria, para benefício de todos e para maior glória do país.

A Sociedade Nacional de Agricultura, que neste momento representamos, é responsável pela iniciativa do Decreto-lei n. 8.127, de 24 de outubro de 1945, sob cujos artigos e parágrafos se constitui a Associação Rural de Macaé.

Desde 1897 vem a Sociedade tentando o que ela considera, talvês, a maior necessiDdade do Brasiî rural — a organização da classe. Para isso, tem experimentado alguns sistemas, o primeiro dos quais, o dos sindicatos agricolas, baseados em lei também de sua inspiração e iniciativa, os res resultados; o sindicalismo rural francês, quais, infelizmente, não ofereceram melhono qual foi moldado o diploma de 1903, não correspondeu à prática no Brasil, e, daí, o recorrer a Sociedade à organização, por assim dizer, **natural,** sob a fórmula da sociedade civil comum. Com êsse objetivo, lançou as bases da organização de sociedades rurais, suas federações e Confederação Nacional, sem contudo, ter também logrado grande êxito. Dessa experiência ficou uma sábia lição: a de que o tipo de sociedade civil, era o mais indicado para a nossa classe, coadunava mais com a sua índole, e daí, o ser aproveitado o tipo da sociedade civil na lei que ora nos rege, sem os exageros do sindicalismo, hoje inteiramente modificado pela tendência trabalhista, mas apenas ordenando, disciplinando, orientando êsse tipo que elegemos e que, senhores, vem dando, na prática, os melhores resultados.

E' assim que o Brasil já conta hoje com 7 federações estaduais, além de cêrca de 400 associações, mais da metade das quais devidamente reconhecidas e investidas de funções representativas pelo poder público. Já poderia, hoje, ser fundada a Confederação Rural Brasileira. Não sòmente a Comissão Oficial que preside essa organização, como a própria Sociedade Nacional de Agricultura, desejariam, entretanto, que a fundação do órgão superior da classe rural contasse senão com a totalidade, pelo menos com a grande maioria das unidades federativas, entre as quais o Estado do Rio de Janeiro, que, infelizmente, não poude organizar ainda a sua Federação das Associações Rurais.

A fundação da Associação Rural de Macaé, é um passo para êsse evento no Estado do Rio. Faço, daqui, os melhores votos pela sua prosperidade, e rápido crescimento, o que certamente se dará, pois muito confiamos no espirito progressista da população rural dêste próspero Município.

A presença do Exmo. Sr. Governador do Estado e do seu ilustre Secretário de Agricultura a esta solenidade, constituem prova de interêsse do govêrno na organização

de que a Associação Rural de Macaé e já hoje promissora esperança, e uma garantia de que o Estado do Rio de Janeiro, dentro de pouco tempo, estará organizado na sua classe rural para participar da fundação da Confederação Rural Brasileira".

O Senhor Edgard Teixeira Leite, Secretário da Agricultura, tece considerações, muito oportunas e objetivas, sôbre a agricultura fluminense e mostra que o Govêrno só poderá atendê-las em tôda a amplitude contando com a colaboração dos próprios interessados, sendo, mesmo, propósito de sua Secretária, delegar às associações rurais a execução de serviços, com o concurso dos técnicos oficiais, nos respectivos municípios.

Encerrando a solenidade, que teve lugar no forum da comarca de Macaé, disse o Cel. Macedo Soares e Silva da conta em que tinha o seu govêrno a colaboração das classes produtoras e por isso, convencido da necessidade do soerguimento da agricultura fluminense, a rigor de sua indústria agrícola, incitava aos lavradores e criadores de todos os municípios a, seguir o exemplo dos de Macaé, se organizarem para a defesa dos seus mais legítimos e verdadeiros interêsses.

A conservação do solo, a mecanização e a eletrificação rural mereceram de S. Exa. oportunas considerações: E' certo — afirmou — que a agricultura fluminense, evoluindo e aperfeiçoando seus métodos de trabalho, vencerá sem tardança o desânimo que, por vezes, como tem verificado ao auscultar as necessidades da classe rural, assalta os produtores nessa fase de transição da agricultura manual par a mecânica.

Semana do Fazendeiro de Viçosa

Discurso pronunciado pelo Eng. João Carlos Belo Lisbôa, paraninfo nas solenidades de comemoração da maioridade da Semana do Fazendeiro, em Viçosa, no dia 19 de Julho de 1949

Senhores e semaneiros e
Excelentíssimas fazendeiras.

Honrado com o vosso convite a vir paraninfar, nesta inesquecível solenidade de comemoração da maioridade da Semana do Fazendeiro, passo a proferir a modesta oração que a vós presentes, 1.251 agricultores dedico e a todos os outros que, durante vinte e um anos, deram concurso para que a festejada obra, se impuzesse à admiração nacional e se colocasse como vanguardeira no gênero, na América do Sul, e sem temer rival, em todo o universo civilisado.

Há vinte e um anos passados, precisamente, nesta época fria de Julho, nos primeiros tempos de meu exercício, no elevado cargo de Diretor da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais, tive a ventura de, com o auxílio valioso dos senhores Dr. Jacinto Soares de Sousa Lima e alunos Joaquim Fernandes Braga e José Coelho da Silva, fundar a Semana do Fazendeiro, tendo obtido licença, prèviamente, do Govêrno do Estado de Minas.

Foi feito o cuidadoso e original programa para se receberem cento e vinte assistentes e, enquanto o Diretor, no Rio, comprava a roupa de cama e, aqui, obtinha colchões, panelas e talheres emprestados, forçava a Dona Germana e o cosinheiro Manoel a nova atividade e solicitava da Leopoldina Railway os carros necessários; os outros três fundadores, se desdobravam, em convites, convocações e súplicas, em benefício da lotação prevista.

No domingo inaugural, aguardava-se, com ancíedade o expresso, que deveria trazer os cento e vinte lavradores estreantes, mas, ao chegar do comboio de carros vasios, verificou-se que o desânimo de última hora, ou quem sabe, a descrença fizeram que esmagadora maioria de convidados não comparecesse. Recebi com satisfação os trinta e nove primeiros fazendeiros, que se tornaram merecedores do maior carinho e obtiveram bom proveito, durante a primeira semana, de legítimo trabalho de ensino agrícola, em extensão, no Brasil.

Tem sido providencial a Semana do Fazendeiro, para esta Instituição, que tanto destaca o povo mineiro e prestigia os seus governantes, pois, a Semana e os cursos, foram instalados e se organisaram quasi simultâneamente. Por trazerem os lavradoras, em pessôa, as suas dificuldades e questões, auxiliaram eficazmente a realisação do ideal desta Escola, tal o de: "adquirir e disseminar conhecimenos agrícolas úteis à lavoura".

Não carece que se mencione o que de admirável tem sido feito de benefício para a agricultura de Minas e do Brasil, através da obra, que estamos pondo em relevo, por esta comemoração, após vinte e um anos de movimentação enérgica, seguindo a trajetória nunca modificada, talvês a única inalterada, no primeiro quarto de século de existência desta instituição, merecendo esclarecer-se que, a deste ano, está se realisando, com as mesmas características da primeira, em 1929.

E' de se lembrar que aos tempos de fundação da Semana do Fazendeiro, tinha o nosso Estado, posição fraca quanto aos métodos de exploração agrícola e qualidade dos produtos, o que os levava, no mercado, o preço vil, como acontecia, com o queijo em canudos de taquara; o toucinho, supersalgado, em jacás; o gado magricela; o feijão bichado e cheio de pedras, o café de tipo baixo e etc.

Nos últimos quatro lustros, exatamente, nos da existência da Semana do Fazendeiro, modificou-se o quadro da produção agrícola mineira, com o aperfeiçoamento da produção antiga e aparecimentos de novos tipos de produtos, de bôa qualidade comercial. Obra valiosa, a que se fica a dever, sem possibilidade de resgate, à grande felicidade de entendimentos e confiança recíproca entre os agricultores e a sua Escola Profissional.

Notável dentre tôdas as realisações da reforma agrícola de Minas, que jámais cessará, por seu impulso de expansão, é a que se representa pelo aparecimento, nos últimos tempos, de técnicos e cientistas dedicados à agricultura, mineiros de nascimento ou com a formação mineira, em todos os ramos da prática e ciência rurais. E' confortador, tornar público, para honra da coesão brasileira e combatendo o limitismo de fronteiras estaduais, que esta Escola formou até agora, mais filhos de outros Estados.

E' indiscutível que êste Educandário, Alma Mater de milhares de ex-alunos rgulares e de mais de vinte mil fazendeiros que, em vinte e um anos, por ela se fortificaram quanto a conhecimenos técnicos, de modo a se levarem à prosperidade e à tranquilidade econômicas, valendo citar o meu caso pessoal, retornando à linha não quebrada de lavradores mineiros, meus antepassados e com duração superior a duzentos e cinquenta anos, de vida agrícola, no amanho do sólo montanhês, em Ranchária, Barbacena, Juiz de Fóra e Rio Casca.

A recompensa é inegável, os lavradores na realidade deram prestígio invulgar a esta Instituição, sob vários aspectos, seja elegendo-a como sua fonte de informações, preferindo-a para educandário de seus filhos, e e conservando-a no maior apreço. Não se póde esquecer do fato de, naqueles tempos de incompreensão, só não se ter fechado esta Escola, porque já estava vitoriosa a Semana do Fazendeiro.

Quanto mais não teria a apresentar à vossa consideração, em relação a realisação da nossa obra, realmento insuperável no que diz respeito ao valor prático e que por isso, vem inspirando a creação de similares, em vários Estados, sendo digna de menção a Universidade Rural do Brasil, que desde o ano passado, estabeleceu a Semana do Fazendeiro, com a declaração de fazê-lo, sob os principios da de Viçosa e, assim, receberá na proxima semana, a visita de agricultores aqui presentes, como prova de solidariedade.

Os lavradores de Minas Gerais iniciavam-se, há vinte e um anos passados, resolutamente firmes nas práticas, modernas da agricultura, seguramente baseadas na ciência e neste dia, já podem considerar integrados na subconciência o dever de defesa do sólo, o melhoramento do homem rural, confiança nas leis da genética, o combate a pragas e doenças de plantas e de animais, a conservação de produtos e de alimentos, a reprodução por inseminação artificial, as maravilhas da mecânica e eletricidade agricolas, as vantagens da irrigação e fertilisação e etc.

Está como que vencida a etapa técnico-profissional, o que era alta novidade em 1929, transformou se em rotina, neste 1949, e o principal é que reconhecemos a necessidade de se manter contáto, com as fontes de saber e com os resultados da pesquisa, porque assim se fará que não páre o progresso, e se conservará ação útil em pról do nosso triângulo. "o melhor produto, ao menor prêço e pelo melhor homem". Entretanto, a palavra sincera do vosso paraninfo, do vosso iniciador na técnica moderna, tem derradeiro apêlo a vos fazer, sob outros aspectos.

Si estamos comemorando a nossa vitória profissional, pelo elevado gráu de conhecimentos exatos de ciência e prática agricolas, si as condições económicas de milhares e milhares de agricultores se apresentam realmente prósperas, estando traçada rota segura, para tantos outros que desejem tomar parte na mais feliz das vidas, a da lavoura, apezar das lutas e desemparo, impõe-se à agricultura das eficiénte concurso ao bem geral, procurando influir benéfica e decididamente nos grandes destinos da Pátria.

Não quero fugir às tradições apoliticas desta casa de ensino, desta catedral da agricultura, que sempre abrigou e a todos serve, sem divisas de qualquer naturesa, mórmente partidárias, mas, por ser constantemente solicitado, graças às minhas indestrutiveis qualidades e grande amigo da lavoura, a me pronunciar sôbre assuntos gerais, chegando a regeitar, duas vezes, a direção partidária e várias indicações sinto-me no dever de concluir esta oração do seguinte modo.

Sou de parecer que os agricultores de visão, da mesma que conduziu à vitória a Semana do Fazendeiro e que possam exercer influência sôbre os colegas, deverão seguir e exercer orientação segura aos destinos da lavoura e da prosperidade geral, sem haver, risco de desunião da classe e sem o espírito de impô-la, pela fôrça real de que poderá dispôr, em dominio ou prejuizo das demais.

Fugindo a querer doutrinar, ofereço à consideração dos lavradores, os pontos básicos seguintes, fruto de muito refletir, como subsidio ao Ideal de se conseguir que as legitimas classes agrárias exerçam o direiot e o dever que lhes compete nos destinos sociais e econômicos do Brasil, sem espirito de combate e restrição aos partidos, em legalidade, que têm a responsabilidade politica.

Faço votos e confio que a lavoura se oriente de modo a: Defender os sãos principios democráticos; Dever de alistamento eleitoral e exercicio leal do voto; Liberdade de filiação a partidos politicos mas, garantia de representação da agricultura; Respeito às tradições que deram ao Brasil as caracteristicas de Nação; Prestigio às administrações e Govêrnos que a mereçam; Cumprimento exato das leis do país; Combate à tributação que possa prejudicar a lavoura; Luta sem tréguas pelo aumento da produção agro-pecuária, obtido o preço remunerador para o produtor; Aumento da população rural, ação contra o pauperismo e a vida deficitária do obreiro da gleba, e Formação de pequenas propriedades, com área econômica e livres de subdivisão sequente.

Representou-se a 21 Semana do Fazendeiro, em seu dia de maioridade, na pessôa de Albertina de Oliveira,, a Miss Ubá, cuja saudação tanto me emocionou pela delicadeza da forma, representando grande homenagem da lavoura a mim prestada, merecedora de profunda gratidão. Ponho em destaque, nesta ocasião, o valioso apôio ubaense, durante 21 anos, seja à Semana, ao Mês Feminino, e a tôdas as outras iniciativas de aperfeiçoamento Agrícola.

E declaro a maioridade da Semana do Fazendeiro, com as nossas demonstrações de prazer pelo dever cumprido e conquista de um Ideal e, ainda, com os protestos da nossa confiança e firme determinação de darmos real contribuição, visando a felicidade de todos os brasileiros. Elevem-se, por fim, a nossa palavra e pensamentos, em agradecimentos a todos que concorreram para a realisação desta grande solenidade. Aos Govêrnos de Minas Gerais da fundação desta Insetituição ao atual, a nossa sincera homenagem por ser êste Educandário multiformemente benéfico à Agricultura e à Pátria.

O sistema brasileiro de eletrificação e a sua adaptabilidade a países americanos

Realizou-se em Petropolis, ha pouco, o I Congresso Panamericano de Engenharia, onde, convidada, a Sociedade Nacional de Agricultura, se fês representar pelo Prof. Adamastor Lima, seu Diretor 2.º Secretário e Membro do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica.

Abrimos espaço para a tése que, pelo representante da Sociedade, foi apresentada, sob o titulo acima:

1 — Muito cêdo a eletricidade impressionou os homens, datando mesmo de 700 anos antes de Cristo, descoberta que foi de Thales no ambar amarelo, recebondo, por isso, um nome derivado da palavra grega **elektron**, (que quer dizer **ambar amarelo**). Ela só passou a ter, porém, economicamente, um interêsse enorme quando se tornou, pela tranmissão a distância, industrialisável. Só então foi possivel **construir usinas** para produz-la e levá-la, através de estradas e ruas públicas, para a **iluminação** e para dar **fôrça mecânica** às fábricas em geral.

A eletricidade teve, pois, como primeiras aplicações, a **iluminação e a fôrça**. Ingressava, assim, no campo econômico para competir com o **gás** e o **carvão**, aquêle aplicado na iluminação e êste na fôrça, que o surto industrial, verificado com o advento da máquina a vapor (James Watt — 1769), exigira.

Era ainda mais profunda, porém a transformação em perspectiva.

Dos que lidavam com a eletricidade, iria tornar-se a perocupação maior uma forma de nergia de vantagem até então relativamente pequena, pelo funcionamento dos moinhos — que já haviam tido a sua época — **a energia hidráulica.**

2 — Êsse passado glorioso da vida industrial, cheio de lições impressionantes e, particularmente, da pregação de escritores que protestavam contra o desperdicio do potencial hidráulico do Brasil, proclamado, estatisticamente, como um dos maiores do mundo — influiram para que o Govêrno Brasileiro procurasse dar, ao problema, uma solução e, a partir do Decreto n.º 20.395, de 15 de setembro de 1931, o fizesse, de modo firme, prevendo, para as bases mesmas da politica da eletricidade **apoiada na energia hidráulica**, como imprescindiveis, a **reforma da Constituição** e um **Código de Aguas.**

Aquêle Decreto foi, portanto — para a orientação que veio a ficar vitoriosa — o marco inicial e a dificuldade que, então, se procurou vencer foi a da **propriedade privada das quedas dágua**, de sorte que se eliminassem os **barreurs des chûtes**, os **Dardanarli**, assim chamadas as pessoas que se fazem proprietárias ou concessionárias de uma queda dágua, não para o respectivo aproveitamento, mas **para impedir que outros o façam.**

Essa dificuldade jurídica foi vencida com a adoção da **teoria da desintegração**, pela qual a queda dágua fica desintegrada do solo em que estiver, passando a constituir um **bem jurídico distinto**, com disciplinação própria.

Foi isso o que fez a Constituição de 1934 (16 de junho), e, um pouco antes, já fizera o Código de Águas (10 de julho de 1934).

Estava, assim, a energia hidráulica preparada, virtualmente, para a eletrificação do país.

Mas o Código de Águas — que é a Lei Básica da nossa eletrificação — para tal fim, não se limitou a fazer a desintegração das quedas dágua.

Foi além. Cuidou da industria em si mesma, fixando as linhas gerais de um Sistema de Eletrilcação, pelo qual ficaram em destaque:

I) — a quéda dágua,
II) — a emprêsa elétrica;
III) — a usina elétrica;
IV) — a rêde elétrica; e
V) — a eletricidade.

O Código teve, desde então ate os dias atuais, uma legislação complementar. Existem hoje, no Brasil, regulando a indústria em apreço, **mais de cincoenta (50) leis, decretos-leis e decretos.**

A **queda dágua é**, como escrito ficou, o ponto fundamental de tudo que se fazia e se fez e as relações jurídicas a que ela dá logar estão situadas, em grande parte, no campo do Direito Civil e do Direito Constitucional — aquêle e êste de seculares tradições e de difusão ampla.

A **emprêsa elétrica** passou a ser o objeto de um cuidado especial.

Foi estipulado que o Govêrno Federal, pela repartição competente, procurará **garantir a estabilidade financeira da emprêsa** (Código de Aguas, Art. 178, letra c), conferindo justa remuneração a êsse capital (Art. 180, letra c, n. III), para isso fixando tarifas razoáveis (Art. 178, letra b) e fazendo, de tais tarifas, a revisão trienal (Artigo 180).

A Constituição de 46 prevendo, também, a justa remuneração dêsse capital, trata da revisão das tarifas (Art. 151, Parágrafo Unico).

Com o objetivo de evitar emprêgo indevido dos recursos financeiros e assegurar, efetivamente, a estabilidade financeira das emprêsas elétricas, declarou o Código de Águas no

"Art. 181 — Relativamente à estabilidade financeira de que cogita a alínea **c**, do art. 178, além da garantia do lucro razoável indicado no artigo anterior, aprovará e fiscalizará especialmente a emissão de títulos.

Parágrafo único — Só é permitida essa emissão, qualquer que seja a espécie de títulos para:

a) aquisição de propriedade;

b) a construção, complemento, extensão ou melhoramento das instalações, sistemas de distribuição ou outras utilidades com essas condizendo;

c) o melhoramento na manutenção do serviço;

d) descarregar ou refundir obrigações legais;

e) o reembolso em dinheiro da renda, efetivamente gasto para os fins acima indicados".

A **usina elétrica** é, das emprêsas, propriedade — a chamada **propriedade resolúvel** de que cogita o Código Civil no

"Art. 647 — Resolvido o domínio pelo implemento da condição **ou pelo advento do termo** (daqui é o negrito) entendem-se também resolvidos os direitos reais concedidos na sua pendência e o proprietário, em cujo favor se opera a resolução, póde reivindicar a cousa do poder de quem a detenha".

Um dos civilistas mais conhecidos no país, cujo **Tratado do Direito Civil**, de quinze volumes alentados, é muito referido, Professor Honorário da Universidade do Brasil e da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro — o Dr. Luiz da Cunha Gonçalves — esclarece bem o que é propriedade resolúvel e escreve:

"O principal efeito da propriedade resolúvel é ter esta dois titulares simultâneos; um **atual** ou sob condição resolutiva, que é o adquirente e fica desde logo de posse da cousa adquirida; outro **possivel**, ou sob condição suspensiva, que é o alienante e readquirirá definitivamente a mesma propriedade quando aquela outra condição se realise". (**Tratado**, 11/240).

Dada à emprêsa a concessão para fazer obras hidráulicas e civis, a fim de construir a usina elétrica, ficará desde logo previsto no contrato disciplinar da concessão que tais obras e a usina mesma reverterão para o patrimônio nacional consoante as três expressões de Poder Público que possuímos — União, Estado ou Município.

O Código de Águas diz isso no seu Art. 165.

Essa reversão — feita assim depois que as aludidas obras e a usina **já foram** pagas — é o que se chama **nacionalização progressiva**, de acôrdo, aliás, com o que o Código de Águas previu no Art. 199 **e até hoje não se fez.**

A cautela do legislador nêsse particular foi tamanha que o Código declara no

"Art. 166 — Nos contratos serão estipuladas as condições de reversão, com ou sem indenização.

Parágrafo Único — No caso de reversão com indenisação, será esta calculada pelo custo histórico menos a depreciação e com dedução da amortização já efetuada, quando houver".

Há, ainda, uma outra forma do Govêrno Federal adquirir, antecipadamente, a propriedade das aludidas obras e instalações — **a encampação.**

Esta é, porém, a forma, por assim dizer extraordinária, só posivel quando "interesses públicos relevantes o exigirem". (Art. 167)

e sujeita, ainda, à Constituição de 46, que dispõe, no Art. 141:

§ 16 — E' garantido o direito de propriedade (a resolúvel também — está claro), salvo o caso de desapropriação (a encampação **é uma espécie, também, do expropriação**), por necessidade ou utilidade pública, ou por interêsse social, mediante prévia e justa indenisação **em dinheiro".**

O legislador prescreveu no Decreto-lei n. 5.764, de 19 de agôsto de 1943, no

"Art. 6.º — Sob pena de nulidade, a propriedade das emprêsas só poderá ser transferida, por qualquer motivo, com aprovação prévia do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica".

e acentuára no Decreto-lei n. 4.295, de 13 de maio de 1942:

"Art. 8.º — O estatuido no Art. 167 do Código de Águas, e no Art. 7.º do Decreto-lei n. 3.763, de 25 de outubro de 1941, com referência à encampação de instalações de pessôas ou emprêsas que exploram a indústria da energia elétrica, fica estendido também às instalações de pessôas ou emprêsas cujos ramos de atividade sejam correlatos com os dessa indústria, em tôdas as suas fases.

§ 1.º) A encampação terá lugar quando exigida por interêses da defesa ou da economia nacionais e far-se-á por decreto do Govêrno Federal, mediante proposta do C. N. A. E. E.

§ 2.º) As indenizações serão expressas exclusivamente em moeda nacional.

§ 3.º) A juizo do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, a encampação poderá ser substituida pelo contrôle de produção, aliado à fiscalização técnica e contábil e à limitação de lucros.

Aquêle e êste dispositivo reafirmam que as emprêsas teem a propriedade resolúvel e que a encampação só se poderá verificar eventualmene e, em qualquer caso, será considerada a obtenção dos lucros, afim de que seja possivel executar-se o sistema legal de eletrificação do país.

A **rêde elétrica** fica sujeita a um regime semelhante ao da usina elétrica e o Decreto-lei n. 852, de 11 de novembro de 1948, dispõe no

"Art. 5.º — Dependem, em todo o tempo, **exclusivamente de autorização ou concessão federal**, o estabelecimento de linhas de tranmissão ou rêdes de distribuição de enrgia".

A **eletricidade**, finalmente, deve ter **tarifas razoáveis**, isto é, que, revistas periódicamente, atendam aos objetivos do sistema legal (Código de Águas, Art. 180).

Um ponto digno de relevo e que deixa evidente o critério a que obedece a legislação é que as emprêsas elétricas, pelo Art. 180, n. IV,

entre consumidores da mesma classe, nas mesmas condições de consumo, não podem estabelecer distinção.

Trata-se, portanto, de um contrato de fornecimento isento de influências alheias.

3 — O regime legal, que acaba de ser sintetisado, assinala a ação do Govêrno Federal em tôdas as suas fases, a partir da concessão ou autorização da queda dágua e, passando expressamente pelas rêdes de transmissão e distribuição, vai terminar nas condições mesmas do fornecimento da eletricidade aos consumidores.

E' um sistema completo de eletrificação **em base jurídica,** atribuindo direitos e obrigações às emprêsas e aos consumidores — ao qual não falta o órgão técnico-administrativo, que é o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, situado na órbita da Presidência da República e com funções várias, inclusive a judicativa (Decreto-lei n.º 1.699, de 24 de outubro de 1939).

O Brasil está organisado politicamente sob a forma de República Federativa e a União compreende, além dos Estados, o Distrito Federal e os Territórios (Constituição de 46, Art. 1.º), regendo-se cada Estado pela Constituição e leis que adotar (Art. 18).

Ficou previsto que a União poderá, em matéria de sua competência, cometer a funcionários estaduais a execução de leis e serviços federais, bem como de atos e decisões das suas autoridades (Art. 18, § 3.º).

Dess'arte, o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica tem órgãos auxiliares nos Estados, conforme dispõe o Dec.-lei n.º 5.287, de 26-2-943.

4 — A Constituição de 46, que pelo Art. 5.º, n. XV, letra l, deu à União a atribuição de legislar sôbre energia elétrica, isto é, eletricidade, **seja qual for a sua origem,** pelo Art. 146 permitiu o monopólio **federal** de qualquer indústria e, pelo 151, mandou fazer uma lei **federal** para os serviços públicos concedidos, **inclusive os estaduais e municipais.**

Havendo essa mesma Constituição, pelo Art. 152, mantido

a queda dágua desintegrada do solo

providência que, como ficou exposto, fôra tomada em 1934, acentuou, no dispositivo seguinte, no seu Art. 153, que a respectiva energia hidráulica será aproveitada mediante

concessão ou autorização federal

e, acrescentou, **na forma da lei.**

A lei é o Código de Águas vigente, com a legislação que lhe completou o sistema, fazendo algumas alterações que a experiência determinou.

Há uma legislação em que a matéria fiscal foi devidamente considerada. Para ela, cumpre frisar, a Constituição de 46, consagrando o que anteriormente existia, dispôs no Art. 31, que, conquanto os serviços públicos concedidos não gozem de isenção fiscal, esta poderá ser instituida pela União (Govêrno Federal)

"em lei especial, relativamente aos próprios serviços, tendo em vista o interêsse comum".

Essa lei já existe. E' o Decreto-lei n. 2.281, de 5 de junho de 1940 e dispõe sôbre o regime fiscal da eletricidade, amplamente, assegurando (Art. 14) recurso das decisões administrativas para o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica,

"quanto ao valor ou à legalidade dos impostos e taxas que incidam direta ou indiretamente sôbre os aproveitamentos de nergia hidráulica ou termoelétrica, sua indústria e seu comércio, bem como dirimir em gráu de recurso as questões administrativas suscitadas pela presente lei".

O Sistema Brasileiro de Eletricidade é, tanto quanto possível, completo e assenta em princípios conhecidos, a saber:

1) — Instalações racionais;
2) — Melhoramento progressivo;
3) — Interconexão obrigatória;
4) — Reversão necessária;
5) — Zoneamento razoável;
6) — Estabilidade financeira;
7) — Remuneração adequada;
8) — Tarifação variável;
9) — Tributação econômica e
10) — Fiscalização efetiva.

O esfôrço que se veio fazendo para a formação e a implantação dêsse sistema no país — onde já havia uma indústria em funcionameno pleno e ficou, pelo manifesto do Código de Águas (Art. 149), conhecida em sua extensão — não foi um esfôrço compreendido por todos.

Houve incompreensões e ataques, onde, não raro, aspectos secundários do sistema eram levados a consequência injustas.

Na síntese ora feita, entretanto, em visão de conjunto, poder-se-á julgar e avaliar o que tal Sistema é, realmente, e como estavam com a razão os que nêle depositaram sempre as suas esperanças.

5 — Na hora atual em que se reunem num Congresso Inter-americano homens de boa vontade com a preocupação de bem servir às coletividades desta parte do mundo o Problema da Eletricidade é, sem dúvida, uns dos primeiros, senão o primeiro na ordem de influência social, a ser considerado.

Todos sabem que êsse Problema encerra grande complexidade e não é apenas técnico, nem econômico, nem jurídico — participa, por igual, dêsses ramos de conhecimentos e de cada um deles precisa basilarmente.

A Técnica dará a palavra quanto às possibilidades da eletrificação, mas esta há-de fazer-se em condições consagradas na Economia e para tal são indispensáveis as garantias que devem ser dadas pelo Direito. O assunto tem de ser encarado e resolvido sob o tríplice ponto de vista — técnico, econômico e jurídico.

6 — Observa-se que a evolução da Indústria Elétrica não foi igual em todos os Países.

Ela venceu os óbices que lhe foram opostos na Itália, na França, na Suiça, na Inglaterra, nos Estados Unidos, no Brasil por forma diferente.

Sem aludir à Russia, onde a eletrificação foi, com a revolução comunista (1918), obra direta do Govêrno e com caráter intensivo, as dificuldades maiores que a Indústria em causa enfrentou em alguns Países europeus foi, como ressaltou Francesco Nitti em **La Conquista della Forza,** o da legislação que não lhe fornecia o ambiente de segurança necessário. Foi preciso — como no Brasil — reformar Constituição a fim de ficar a queda dágua (a energia mais barata e inesgotável) à disposição dessa Indústria.

Afirmou-se até — à semelhança do que se fizera com os soberanos absolutos para implantação de regimes constitucionais — que o caso era de

reivindicação

pois assim como a **soberania** é e reside no Povo e o rei era um **usurpador,** a **queda dágua** sempre foi e é bem natural e as emprêsas que o exploravam eram as usurpadoras, enriquecendo escandalosamente com uma

fôrça (energia hidráulica), que é bem comum, bem de todos.

Dessas idéias partindo, foi fácil chegar à sustentação de se tratar dum problema **exclusivamente estatal.**

Isso no terreno das idéias.

Na realidade, a eletrificação se veio processando por **emprêsas privadas**, de propriedade, ordinàriamente, de sociedades anônimas.

Num artigo de imprensa — da série que, há anos, venho escrevendo, aos domingos, no Suplemento do **Jornal do Brasil**, tratei, em traços rápidos, da emprêsa em geral e da emprêsa elétrica em particular (Anexo n. 1).

Cumpre-me acentuar aqui o que se verificou com a Inglaterra. Lá a eletrificação foi feita **em base municipal**, isto é, os Municípios tomaram a iniciativa de construir as usinas elétricas.

Desde 1919, entretano, começou essa Indústria a ter tratamento mais amplo, creando-se em 1926 a Junta **Central** de Eletricidade e agora, no Govêrno Trabalhista, estando mais de sessenta por cento (60%) de tais usinas com os Municípios, o Govêrno Central fês a nacionalização, escrevendo, mesmo, o Ministro Clement Attlee que o seu Partido já encontrara essa Indústria

"madura para a nacionalização completa" (**As Bases e Fundamentos do Trabalhismo**, p. 130, Editora "A Noite", Rio de Janeiro).

7 — Os Países Americanos precisam atentar no fato de ser a Indústria de Eletricidade uma das chamadas de **capitalisação elevada**, de vez que uma usina elétrica fica por um preço altíssimo.

Não vejo vantagem alguma em ter o Estado grandes somas empregadas em usinas e rêdes elétricas, desde que tais fundos podem ser havidos do povo, por meio de sociedade anônimas, vendidas ao mesmo as ações e as debêntures.

Não é necessário propaganda para colocação dêsses títulos, tão evidente é a utilidade da indústria pelas suas aplicações de

1) — Fôrça,
2) — Tração,
3) — Iluminação,
4) — Calefação,
5) — Refrigeração,
5) — Radiodifusão,
7) — Telefonia,
8) — Telegrafia,
9) — Televisão,
10) — Vibração.

Os efeitos danosos decorrentes do exercício da Indústria Elétrica pelas Emprêsas Privadas são eliminados pelo Sistema que procurei descrever, pelo qual o Estado, na sua expressão mais alta, fomenta, ampara e fiscaliza a ação das Emprêsas Privadas. Estas terão as iniciativas e contarão com o auxílio eficaz do Estado para que a eletrificação se realize.

Apresentei no Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, de que tenho a honra de fazer parte, uma Indicação e, depois, um Projeto de criação de um tipo de sociedade mista para facilitar a eletrificação do país, pelo qual a entidade pública (União, Estado ou Município) que participar da sociedade, terá direito a um diretor, **ainda que o número de ações que possúa seja insignificante — até, mesmo, não passe de uma.**

Por êsse tipo de **sociedade elétrica**, que faz lembrar as **sociedades mineiras**, que tanto resultado produziram par a exploração das minas de carvão, a responsabilidade da **eletrificação** da zona de fornecimento transfere-se, pràticamente, do Govêrno para os Industriais.

Êles, que outróra precisavam inverter grandes quantias nas instalações de vapor das respectivas fábricas, e, hoje, mediante pequeno depósito, compram a fôrça de que carecem, poderão ajudar o empresário da eletricidade, e, até, anualmente, dos lucros obtidos, destinar uma parte para aquisição de ações e debentures de emprêsas elétricas.

O Projeto a que me refiro foi encaminhado pelo Conselho, que o enriqueceu, sobremodo, com a colaboração que lhe deu, à apreciação do Excelentíssimo Senhor Presidente Eurico Gaspar Dutra.

Cumpre refletir, ainda, na conveniência de ser obtido capital estrangeiro para a Indústria da Eletricidade.

Tive a honra de ser nomeado para integrar a Secção Brasileira da denominada Missão Abbink e, nela, fiquei na Subcomissão de Eletrificação, cujos trabalhos foram assás interessantes.

Nela estavam grandes expoentes no trato das questões ligadas à dita Indústria e, para citar um só — o Prof. Richard Lewinsohn, nome de relevo internacional, como financista abalisado, hoje Consultor Técnico do Departamento Administrativo do Serviço Público (D.A.S.P.), e cujos escritos são mananciais de conhecimentos.

A aludida conveniência de capital estrangeiro para uma indústria como a da Eletricidade, que tem um Direito próprio que garante a estabilidade financeira das emprêsas, foi estudada e a idéia de se criar o Banco de Eletrificação acabou vitriosa.

A recomendação nêsse sentido foi bastante expressiva.

8 — O Temário do I Congresso Panamericano de Engenharia preocupa-se com as

Usinas elétricas

e, para isso, era indispensável ver o quadro econômico e legal em que elas existem no Brasil e podem existir nos demais Países Americanos.

A esta tése ofereço as seguintes

CONCLUSÕES

1.ª — A eletrificação é matéria não só de naturesa técnica, mas econômica e legal.

2.ª — O Banco de Eletrificação é um organismo de que a Indústria da Eletricidade deve esperar muito.

3.ª — O Sistema Brasileiro de Eletrificação, onde os interêsses em conflito estão atendidos, e a fiscalisação efetiva é prevista, póde ser adaptado a qualquer País Americano.

Rio de Janeiro, 15 de junho de 1949.

ANEXO N.º 1

AS EMPRESAS EM GERAL E AS EMPRESAS DE ELETRICIDADE EM PARTICULAR

Adamastor Lima

Como qualquer emprêsa industrial (ou comercial), atento o papel relevante que lhe coube no mundo econômico de nossos dias, a emprêsa elétrica — por mim hoje visada — é protegida pelo Direito.

Constituiu-se ela o centro do Direito Elétrico, que tem por fim facilitar, no País, a eletrificação.

Convem, entretanto, observar que, nos conflitos de interêsses verificáveis na indústria em apreço e para os quais se fizeram as regras juridicas que deverão evitá-los ou resolvê-los, cuidado maior terá de votar-se ao empresário, tanto, vale dizer, à pessôa (natural ou jurídica), que da emprêsa elétrica é proprietária.

Na linguagem comum, a usina elétrica é confundida com a emprêsa elétrica e esta com o empresário.

Falam na usina quando deveriam falar na emprêsa e nesta quando se estão referindo ao empresário.

A confusão é tamanha que alguns chegam a assinalar, na emprêsa, uma personalidade jurídica, como se um conjunto de bens materiais, uma universalidade de coisas pudesse ser sujeito — ativo ou passivo — do Direito, ter ação própria no mundo jurídico, com direitos e obrigações.

Para o entendimento da matéria, impõe-se, portanto, o destaque do empresário e, logo a seguir examinar se êle é pessoa natural (física) ou pessoa jurídica (criação da lei). Na primeira hipótese, a situação é simples — o empresário, dono da emprêsa, não levanta questão jurídica de monta maior.

Acontece, porém, que, por ser a indústria da eletricidade de capitalização elevada, vão rareando os empresários individuais.

Prevalecem as sociedades anônimas.

E' tão grande a vantagem que oferece a eletrificação de um território, que não se torna mistér esfôrço considerável para convencer os seus habitantes de que devem subscrever as ações de uma sociedade anônima, destinada à constituição de uma emprêsa de eletricidade.

Assim, o empresário (a sociedade anônima), pela compreensão geral, surgirá com facilidade.

Atendendo a tudo isso, isto é, a que os empresários da indústria elétrica são, de preferência, sociedade anônimas, a legislação delas cogita particularmente.

Há, porém, que refletir no fato de ser uma emprêsa — pouco importando a condição jurídica do respectivo empresário — sob o ponto de vista financeiro, um organismo para produzir lucros.

A essa contingência não poderia fugir a emprêsa de eletricidade e, por isso, o Direito Elétrico Brasileiro conjugou, das emprêsas econômicas, essa função normal com os principios cooperativistas da solidariedade e do justo preço, consagrando o denominado serviço pelo custo.

Êsse objetivo é atingido mediante a revisão trienal das tarifas.

A emprêsa — tal como é identificada no mundo capitalista — foi aceita e, tomadas por base as inversões feitas para que ela cumpra, satisfatoriamente, a sua destinação social, tem garantida, a tais inversões (o investimento, na expressão legal) uma remuneração de dez por cento (10%) anuais. Ultrapassado êsse limite, os saldos apurados, como as sobras das sociedades cooperativas, sob a forma de uma rebaixa nas tarifas para o triênio seguinte, reverterão os consumidores. Se, porém, a remuneração garantida por lei (os 10%), não póde ser paga, a revisão será feita para as tarifas serem majoradas.

Êsse é o mecanismo, substancialmente, do Sistema Brasileiro de Eletrificação. Encerra, mesmo, entre os seus principios fundamentais, o de garantir às emprêsas elétricas a estabilidade financeira.

Tenho a convicção, cada vez mais firme, de que se os homens de negócios estudarem, com a devida atenção, êsse sistema, o Brasil há de eletrificar-se de modo que causará admiração a esses pessimistas de todos os tempo que, ordinariamente, nem memo quando tiveram oportunidade para isso, produziram coisa alguma, e se esmeram em dizer mal do País e dos brasileiros, tão capazes quanto os ingleses ou os americanos.

Falta-lhes — aos brasileiros — sim, são as condições favoráveis à expansão das iniciativas, a começar pela organização do crédito. O Banco Central não é maravilha curativa, capaz de operar milagres.

O exemplo da Bolívia — que tem ha muito, Banco Central — está bem próximo, para quem quizer ver. Ver e analizar.

Notas explicativas — Para êste artigo ter compreensão melhor, convem recordar o seguinte:

1 — Emprêsa — E' a organização que se propõe a produzir, mediante a combinação de elementos do capital, do trabalho e da natureza, por conta do empresário e com o fito de lucro, coisas ou serviços destinados à satisfação das necessidades individuais e coletivas.

2 — Empresário — E' aquele que, na emprêsa, reune, coordena e dirige os respectivos elementos, sob a sua responsabilidade pessoal.

3 — Capital — E' o resultado de uma antecedente producção empregável numa produção nova, ou cada produto empregado na produção.

4 — Trabalho — E' a energia humana empregável na produção.

5 — Natureza — E' o conjunto das coisas criadas. Nesse sentido, diz-se: Os três reinos da natureza.

6 — Juro — E' a remuneração do capital.

7 — Salário — E' a remuneração do trabalho.

8 — Lucro — E' o capital acrescido. O lucro, quando dêle ainda não se deduziu a parte do Estado (impostos e taxas), se denomina bruto e, depois dessa dedução feita, se diz líquido.

Isso é o que se verifica nas emprêsas em geral: comerciais, industriais ou rurais.

O Sistema Brasileiro de Eletrificação, entretanto, conjugou — como escrevi — êsse regime comum com os princípios cooperativos da solidareidade e

do justo preço, definindo o investimento e fixando, para êle, uma remuneração, que é de dez por cento (10%), mas que, ao meu ver, para atrair capitais, poderá ser maior.

Dessarte, os lucros, que, ao empresário, deveriam pertencer, reverterão para os consumidores.

Se Carlos Gide — o renomado economista francês, tão entusiasta do coperativismo — conhecesse o Sistema Brasileiro de Eletrificação, veria nele, por certo, "um meio de reduzir o capital ao papel de assalariado".

O capital — nacional ou internacional — é, entretanto, indiferente às afirmações doutrinárias. O que êle quer são garantias e estas o Direito Elétrico Brasileiro lhe assegura.

(**Jornal do Brasil**, de 27-4-49).

ANEXO N.º 2

LEGISLAÇÃO DA ELETRICIDADE

As Leis, Decretos-leis e Decretos que regem ou teem aplicação à Indústria Elétrica estão aqui mencionados, cronologicamente, destacando-se a Constituição Federal de 1946 e o Código de Águas.

Constituição de 1946

Código de Águas

1893 — Decreto n.º 177-A, de 15-9-893.
1904 — Decreto n.º 5.407, de 27-12-904.
1905 — Decreto n. 5.646, de 22-8-905.
1921 — Decreto n. 4.293, de 5-7-921.
1923 — Decreto n.º 15.996, de 21-3-923.
1931 — Decreto n. 20.395, de 15-9-931.
1932 — Decreto n. 20.910, de 6-1-932.
1934 — Decreto n. 24.336, de 5-6-934.
1935 — Decreto n.º 13, de 15-1-935.

1937

— Decreto-lei n. 5, de 13-11-937.
— " " " 12, de 6-12-937.

1939

— Decreto-lei n. 852, de 11-11-938.
— " " " 938, de 8-12-938.

1938

— Decreto-lei n. 1.345, de 14- 6-939.
— " " " 1.392, de 29- 6-939.
— " " " 1.699, de 24-10-939.

1940

— Decreto-lei n. 2.059, de 5- 3-940.
— " " " 2.281, de 5- 6-940.
— " " " 2.676, de 4-10-940.
— " " " 2.771, de 11-11-940.

1941

— Decreto-lei n.º 3.077, de 26- 2-941.
— " " " 3.128, de 19- 3-941.
— " " " 3.336, de 10- 6-941.
— " " " 3.365, de 21- 6-941.
— " " " 3.602, de 9- 9-941.
— " " " 3.669, de 1-10-941.
— " " " 3.763, de 25-10-941.
— " " " 3.796, de 5-11-941.
— " " " 3.900, de 5-12-941.

1942

— Decreto-lei n. 4.021, de 15- 1-942.
— " " " 4.152, de 6- 3-942.
— " " " 4.295, de 13- 5-942.
— " " " 4.480, de 15- 7-942.
— Decreto n. 10.562, de 2-10-942.
— " " 10.563, de 2-10-942.

1943

— Decreto-lei n. 5.287, de 26- 2-943.
— " " " 5.573, de 14- 6-943.
— " " " 5.764, de 19- 8-943.
— Decreto n. 12.272, de 16- 4-943.
— " " 12.585, de 16- -6-943.

1944

— Decreto-lei n. 6.824, de 25- 8-944.
— " " " 7.062, de 22-11-944.
— " " " 7.219A, de 30-12-944.

1945

— Decreto-lei n. 7.524, de 5- 5-945.
— " " " 7.605, de 2- 6-945.
— " " " 7.666, de 22- 6-945.
— " " " 7.716, de 6- 7-945.
— " " " 7.825, de 4- 8-945.
— " " " 8.031, de 3-10-945.
— Decreto n. 18.571, de 10- 5-945.
— " " 18.117, de 6- 7-945.

1947

— Lei n. 27, de 15-2-947.

A Cooperativa Agrícola de Cotia reafirma as virtudes cooperativistas

O Dr. Manoel Carlos Ferraz de Almeida apresentou na 21.ª assembléia geral ordinária da Cooperativa Agrícola de Cotia, da qual é presidente, o relatório dos trabalhos da organização do ano social de 1948-49.

Os trabalhos dos 5 mil cooperados da Agrícola de Cotia, formando ali um conjunto de 40 mil pessôas devotadas aos sucessos do sistema que, na palavra do Dr. Ferraz de Almeida é "o cooperativismo um principio cristão e humano baseado no verdadeiro espirito de justiça social" tem a reafirmar essas verdades os sucessos e novos laureis na prosperidade da organização cooperativa de Cotia.

Nas declarações do presidente, no seu relatório, lêm-se ainda estas verdades: "A estabilização dos preços para os consumidores e a tranquilidade das massas populares sòmente estarão livres de oscilações e de agitações quando a lavoura estiver próspera, permitindo-se-lhe planejar e cuidar do aumento e da melhoria das safras". E' justamente isto o que realiza o cooperativismo, contra os obstáculos que lhe vêm teimosamente e inutilmente opondo os pasoss progressistas, o anti-cooperativismo indigena, que lhe atribui propósito de lucros e ação prejudicial ao individualismo, suposições daqueles que não conhecem o sistema e a fôrça de são idealismo, alegações que são destruidas pelo que se vai lêr abaixo:

No relatório verifica-se que, atualmente o valor dos bens dos lavradores associados da C. A. de Cotia, somam 604 milhões de cruzeiros; cresce o número de cooperados proprietários, pois, presentemente cabe, em média, a cada família, 124 alqueires, sem incluir as areas aumentadas que agora são 6.480 alqueires. A area total do quadro geral dos associados é de 58.870 alqueires, com 5.400 alqueires de areas cultivadas no exercicio em análise, destacando-se os cultivos de batata, tomate, repolho, milho, arroz, feijão, algodão, café, rami, frutas e outros produtos. — A organização teve o movimento geral de Cr$ 418.141.751,70, assim distribuidos: vendas, Cr$ .... 161.488.934,20; compras, Cr$ .... 80.132.303,60; crédito, Cr$ .... 15.568.392,90 — Na defesa dos interêsses dos seus coperadores e no abastecimento dos principais centros de São Paulo, Rio, Belo Horizonte, capitais do Norte, Buenos Aires, Montevidéu, etc., a Cotia produziu Cr$ 53.208.763,50 em legumes e hortaliças, Cr$ 51.371.180,00 em cereais; Cr$ 9.046.887,00 de frutas; aves e ovos, e animais diversos Cr$ 36.166.973,00; chá, plantio com desenvolvimento e qualidade superior ao importado Cr$ 2.382.637,40 e algodão e rami Cr$ 3.684.095,10, e ainda essencias, madeiras, carvão e produtos diversos, Cr$ 5.000.000,00. — Depósitos a prazo fixo tiveram um acréscimo de ... 318.808,00 de cruzeiros, ou sejam 10% a mais que no exercicio anterior. Os financiamentos somaram Cr$ 9.422.795,30, os empréstimos Cr$ 14.589.477,00 e, os adiantamentos Cr$ 100.792.831,70 — Nota-se ainda que foram perfeitos os trabalhos dos vários departamentos da organização com inestimaveis serviços inclusive à da Fábrica de Fósforos de Jacaré recem-inaugurada, na mais rigida economia e defendendo a produção no benefício exclusivo dos associados da organização, garantindo a estabilidade dos que trabalham e o futuro destes, e assim a prosperidade da própria sociedade. Seus 33 grupos de transportes coletivos, no serviço de escoamento da produção e de outros interêsses dos cooperados obteve significativa economia. Devemos nessa análise salientar a produção de aves, cujo departamento adquiriu mais duas incubadeiras, com capacidade acima de 1.000.000 de pintos de produção por ano; foram pelo mesmo distribuidos 175 mil femeas, nêsse periodo. — A cooperativa conta atualmente, com vinte e nove depósitos regionais espalhados pelos Estados de São Paulo, além dos existentes no Rio; na sua Estação Experimental do Moinho Velho realizam-se experiências técnicas com drogas, inseticidas, máquinas, aparelhos agrícolas, criação de animais, aves, peixes, seleção e distribuição de sementes, culturas em estufas, oferecendo ainda aos cooperados aprendizado técnico e prático em trabalhos lavoureiros, e pelo seu D. O. A. atende a consultas sôbre assuntos agrícolas e pecuários bem como trabalhos em seu laboratório de análise e assistência a todos que solicitam a colaboração dêste serviço. — Na assistência Social, verificaram-se os seguintes serviços ambulatório 2.224 chamados, o odontológico 3.179 consultas e 4.268 tratamento de boca, os médicos atenderam 60

Consultas e Informações

Geraldo Goulart da Silveira
Consultor Técnico de "A Lavoura"

Propagação da jaboticabeira

Esclarecendo ao Snr. A. F. do Estado do Espirito Santo, tenho a informar que a jaboticabeira propaga-se por sementes, estaquia e enxertia A propagaáção por enxertia é o método mais aconselhável, obtendo-se, por êsse processo, árvore frutificando com 4 a 5 anos. Como porta-enxerto deve-se empregar a jaboticabeira de pé franco, especialmente a jaboticabeira do mato.

Novos Cursos Práticos.

Tiveram inicio, em Setembro, na Escola de Horticultura Wenceslão Bello de mais cinco cursos práticos da série que alí vem sendo realizada em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas. Os cursos em funcionamento são os seguintes: Restauração de Pomares, Organização de Museus Escolares, Economia e Administração Rural, Jardinocultura e Melhoramento do Solo.

Fruteiras enxertadas por borbulhia

Esclarecendo à Sra. V. S., do Distrito Federal, informamos que, entre outras, podem ser enxertadas por borbulhia, as seguintes fruteiras: abieiro, ameixeira, amendoeira, amoreira, avelã, castanheira, cerejeira, cherimolia, condessa, damasqueiro, figueira, groseleira, laranjeira, macieira, mangueira, marmeleiro, pessegueiro, pereira, romenzeira, etc.

Valor fertilizante do esterco

Respondendo ao nosso consórcio R. R., do Estado de Minas Gerais, temos a informar que, para o esterco do bovino, em 100 partes nas fezes, urinas e palhas encontra-se 4,35 de azoto, 1,70 de ácido fosfórico, 2,95 de potassa e 1,75 de cal. Conforme se verifica, é muito apreciável o valor do esterco como fertilizante. Aconselhamos ao consulente a leitura do interessante trabalho "O estrume de curral", do Dr. Luiz Fernando Ribeiro.

A insolação e as hortas

Não se faz a cultura de hortaliças em lugares sombreados. Os lugares sombreados, em virtude de construções, muros, árvores frondosas, etc., não convem para horta, pois a falta de insolação impede o bom desenvolvimeno das hortaliças, tornando-as raquiticas, favorecendo o aparecimento de doenças e pragas, etc. E' por êsse motivo que os canteiros devem ter uma orientação conveniente, isto é, uma orientação tal que sejam bem insolados durante todo o dia. A melhor orientação para os canteiros é a paralela à linha norte-sul As notas acima esclarecem à Snra. J. C., do Distrito Federal.

Eucaliptos para terras úmidas

Esclarecendo o Snr. J. B. C., do Estado de Goiás tenho a informar que, segundo o Dr. Navarro de Andrade, as espécies de eucaliptos mais indicadas para terras úmidas são o Eucalyptus maculata e o Eucalyptus capitallata.

Classificação do jacaré

Esclarecendo o Snr. R. L. R., do Estado de Pernambuco informamos que a planta conhecida como jacaré, pertence à família das Leguminosas, sub-família das Mimosoidaeas, e seu nome cientifico é Piptadenia communis, Benth. Realmente, o jacaré é muito utilizado como produtor de carvão (é uma planta de rápido crescimento, fornece bôa quantidade de carvão e apresenta excelente poder colorifico).

Cursos de Fruticultura

Respondendo ao Snr. J. M., do Distrito Federal, informo que na Escola de Horticultura Wenceslão Bello realizam-se, anualmente, em colaboração com a Universidade Rural, Cursos de Extensão de Fruticultura, cada um com a duração de quinze domingos, com quatro horas de auda cada um.

---

mil casos, fazendo a farmacia o movimento de Cr$ 1.081.374,20 em receitas aviadas ao preço do custo.

Nêste rápido comentário do relatório de 48-49 da Cooperativa Agrícola de Cotia, pode-se, mais uma vez, afirmar que o cooperativismo é o sistema ideal para os nossos problemas de produção, quando honestamente seguido no exemplo são dos 83 lavradores do Moinho Velho — de Cotia — movimento iniciado há 21 anos passados e que constituiu no presente êsse Estado Econômico e Progressista dentro de um grande Estado como o é o de São Paulo.

Criação de Ovinos

OCTACILIO PINTO G. DE SOUZA

Para se obter êxito na criação de ovinos, torna-se necessário a observância de uma série de medidas especiais, principalmente por parte daqueles que vão iniciar seus rebanhos. Sem essas medidas, nenhum criador poderá lograr um rendimento econômico suficientemente capaz de compensar os esfôrços desenvolvidos em sua iniciativa e daí o fracasso de muitas criações.

Entre as medidas aconselhadas para uma criação de ovinos destacam-se as seguintes:

1 — As raças Romney March, Suffolk e Shrospire são as mais indicadas para o nosso meio, quer para a formação de rebanhos puros, selecionados, quer para o crusamento com as ovelhas crioulas, nacionais. De origem inglêsa, essas raças são de aptidão mixta para carne e lã e bastante resistentes às condições ambientes. Quando cruzadas com as ovelhas nacionais, dão ótimos produtos que apresentam extraordinária precocidade.

2 — A localização das pastagens é fator da maior importância na criação de ouvinos. Os terrenos a ela destinados devem ser secos, altos, dotadas de gramas baixas. Os terrenos úmidos e brejosos são fócos constantes de infestação verminótica e por êsse motivo convem que sejam terminantemente evitados. E' pouco aconselhavel não deixar os rebanhos, por muito tempo, num mesmo pasto, a fim de que as ervas se possam refazer e que os ovos e larvas de parasitos sejam destruidos pela ação dos raios solares.

3 — Todos os pastos devem possuir boas aguadas, serem cercados com arame liso e possuirem abrigos amplos e higiênicos, onde colocarão mangedouras para distribuição de sal e de rações suplementares quando estas se fizeram necessárias. A presença de plantações de eucaliptos nos campos destinados às pastagens é sumamente benéfica para o rebanhos ovinos, proporcionando-lhes a sombra necessária nos dias quentes de verão e resguardando-os contra os ventos demasiadamente fortes.

4 — Entre as pastagens que maiores vantagens oferecem na criação de carneiros, estão as do Capim Jaraguá e Cloris, quando mantidas baixas. Capins altos não são aconselhados para pastagens de ovinos, por que sujam e empastam a lã, principalmente quando estão em fase de floração.

5 — Numa área de um alqueire (24.200 m2), póde ser criado, folgadamente, um lote de vinte cabeças, ou mais, dependendo, naturalmente, êsse acréscimo do valor e do rendimento das pastagens nele existentes.

6 — Quando as pastagens forme insuficientes para alimentação dos ovinos, torna-se necessário o emprego de rações suplementares que podem ser constituidas por farelo de trigo, milho quebrado, fubá grosso, fenos de alfafa e gramíneas. Para um lote de cem animais adultos serão dados, por exemplo, 80 quilos de alfafa e 25 quilos de farelos de trigo, misturados com milho.

7 — Em nosso país, o regime mais conveniente par a criação de ovinos é o intensivo, isto é, aquele em que os animais são soltos no campo. Os abrigos existentes nas pastagens servirão para que se resguardem por ocasião de grandes chuvas ou de fortes ventos.

8 — A idade para reprodução nos ovinos é a de 14 a 15 mêses no que se refere aos machos e de 18 mêses para as ovelhas. Um reprodutor póde servir, em média, a 40 ovelhas. Nas ovelhas que não são fecundadas, o cio reaparece de 18 em 18 dias e naquelas que tiveram gestação, 4 mêses após o parto. O periodo de gestação das ovelhas é, em média, de 150 dias. E' aconselhavel, entretanto, que as ovelhas não tenham mais que uma gestação por ano, e que os reprodutores só tenham com elas contáto, na época escolhida para reprodução, o que deve se processar entre os mêses de março, abril e maio.

9 — Na falta de reprodutores selecionados para o melhoramento de seus rebanhos, os criadores poderão tentar, com vantagem, a inseminação artificial, utilizando o semem oriundo de reprodutores de outros rebanhos. O Instituto de Zootecnia, do Ministerio da Agricultura (Km. 47 da Rodovia Rio-São Paulo), vem obtendo excelentes resultados com êsse processo, principalmente em ovinos, sobretudo no Rio Grande do Sul.

10 — As ovelhas gestantes devem ser separadas do rebanho e colocadas em pastos especiais, com boa alimentação. Os cordeiros nascidos serão alimentados com leite materno até a idade de 4 mêses, embora, gradativamente, a partir do 1.º mês possam lhe ser dados outros alimentos, como gramíneas, farelo de trigo, milho quebrado até serem incorporados ao rebanho o que deve ocorrer, em média, ao completarem 5 mêses.

11 — Durante seus primeiros mêses de vida, os cordeiros requerem certos cuidados. Logo ao nascer, o umbigo deve ser lavado com uma solução de lisol a 2% e pincelado com tintura de iodo. Ao completarem quinze dias de nascidos devem ter a cauda amputada, pois a mesma é um órgão inútil, favorecendo o acúmulo de sujidade na lã e dificultando a monta. Os cordeiros machos, quando não se destina-

rem a reprodução serão também castrados ao cabo de 30 dias, época em que se deve, igualmente, marcá-los, nas orelhas, por meio de pinças especiais ou tatuá-los, a fim de que seja assegurado ao criador o direito de propriedade.

12 — A vacinação contra o Carbúnculo hemático é igualmente outra medida indispensável a partir do 4.º ou 5.º mês, devendo ser renovada de 10 em 10 mêses. O Instituto de Biologia Animal do Ministério da Agricultura fornece a todos os criadores, através das Inspetorias e Postos de Defesa Sanitária Animal, vacina contra o Carbúnculo hemático. A quantidade de vacina a ser injetada é de 0,5 cm3, e sua aplicação não oferece qualquer reação.

13 — As Verminoses constituem um grande entrave ao desenvolvimento da ovinocultura em nosso país, tornando os animais magros, raquiticos, e causando inúmeras perdas aos criadores. A helmintoscopia, a instituição de exames periódicos dos rebanhos, por veterinários, a administração de vermifugos mesmo quando esses rebanhos se apresentam aparentemente sadios, são medidas capazes de evitar sérios prejuizos.

14 — Além das Verminoses, a Sarna é outra doença que ataca e se propaga com rapidez entre os ovinos, determinando graves perdas econômicas para os criadores. Por êsse motivo, nunca se deve iniciar uma criação de ovinos, em larga escala, sem se ter construido, na fazenda, instalações para banhos sarnicidas e carrapaticidas.

15 — Nenhum ovino deve ser tosquiado antes de um ano de idade. A lã só começa a formar-se aos seis mêses, mas não atinge o máximo de seu desenvolvimento senão após a segunda tosquia, isto é, quando o animal já tem dois anos de idade. As tosquias são feitas apenas duas vêzes por ano: em abril e outubro. A fim de que a lã alcance maior prêço nos mercados de consumo é aconselhável lavar o animal e deixá-lo secar ao sol, antes de ser tosquiado. A lã lavada e limpa alcança sempre melhor cotação do que quando misturada com terra, excrementos e outros detritos que costumam a ela ficar aderentes.

16 — Após o sexto ano de idade, os ovinos começam a apresentar menor rendimenot econômico. A produção de lã é inferior às tosquias anteriores e as crias são fracas e pouco resistentes as condições do meio ambiente.

E' época, então, de se submetê-los a um regime intensivo de engorda e de se enviá-los ao matadouro, substituindo-se, no rebanho, por produtos novos e mais capazes.

Crédito aos pequenos produtoes

A Sociedade Nacional de Agricultura dirigiu, em 14 de fevereiro deste ano, ao Sr. Dr. Guilherme da Silveira, Presidente do Banco do Brasil, a carta que se segue:

"Pelo presente, transmitimos a V. S. os termos da carta que recebemos da Associação Rural de Cachoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul:

"Cachoeira do Sul, 21 de janeiro de 1949.

Com referência à estimada carta de V. S., datada de 29 de novembro do ano próximo findo, temos a informar-lhe que, em devido tempo, demos publicidade nos jornais locais das louváveis atividades dessa Sociedade no sentido de difundir o crédito agrícola ao pequeno produtor brasileiro, bem como transcrevemos nos mesmos jornais a cópia da carta do Banco do Brasil, a essa Sociedade referente ao mesmo assunto.

Entretanto, apesar da informação da direção do Banco do Brasil, podemos informar a V. S., que as instruções recebidas pela agência local dêsse estabelecimento de crédito não são idênticas às contidas na cópia da carta que recebemos, pois tôdas as cláusulas de contráto para financiamento no pequeno produtor são condicionada sempre "a juizo" do gerente da filial do Banco, o qual, naturalmente, para não arcar com a responsabilidade do crédito fornecido, exige do mutuário tôdas as garantias impostas pelo regulamento da Carteira de Crédito Agrícola.

Na cópia das instruções do Banco enviadas a essa Sociedade, estabelece a cláusula dl "**dispensa da garantia subsidiária comumente exigivel nos financiamentos de culturas periódicas**".

Na prática, verifica-se, porém, o contrário, pois a filial desta cidade do Banco do Brasil exige como condição essencial **garantia** subsidiária para financiamento. Deste modo, não basta ao pequeno produtor arrendar terras e querer produzir, pois é necessário que possua bens outros a fim de dá-los em penhor ao Banco.

Poderá V. S. bem ajuizar do que afirmamos se considerar que Cachoeira do Sul possuindo o maior parque de industrialização de arroz da América do Sul e, como o maior centro produtor dessa gramínea do Brasil, produzindo, também, apreciável quantidade de trigo, — não há na Carteira do Banco um único contráto de financiamento ao pequeno produtor.

E isso como é bem de ver, dadas as condições acima referidas, não acontece por falta de interêsse do pequenos produtor em obter crédito fácil, mas simplesmente porque êsse crédito é aqui realmente um mito.

As ordens de V. S. para quaisquer outras informações sôbre o assunto e aguardando pronunciamento, apraz-nos subscrevermo-nos com protestos de alto aprêço e consideração.

Associação Rural de Cachoeira do Sul.

(a) **Dr. Carlos Paranhos do Araujo**
Presidente

Laura D. Falkenbach
Secretário Geral

Em 19 de julho, recebeu do Banco do Brasil a seguinte resposta:

"Sr. Presidente, em resposta à sua carta n.º 131.593, de 23 de fevereiro último, cabe-nos informar-lhe, preliminarmente, que todos os pequenos produtores agrícolas que têm procurado nossa Agência de Cachoeira do Sul (Rs), foram devidamente orientados sôbre as providências a cumprir, reduzindo-se ao mínimo as exigências ditadas pelas instruções em vigor, na conformidade do estabelecido na carta que dirigimos a essa Sociedade sob n.º Sagri 48/190-1119-567, em 19-11-48.

2 — Quanto a apresentação de garantias subsidiárias, cumpre-nos esclarecer que só tem ela sido exigida daqueles que possuem material agrário, semoventes, etc., o que não obriga o pretendente a pedir favores nem a reduzir sua economia. Representam estes, entretanto, a menor parte e a prática visa identificá-los mais com as lavouras a financiar e determina maior empenho nos trabalhos, cujos resultados, evidentemente, serão melhores.

3 — Essa exigência, todavia, não vem constituindo obstáculos para que os interessados, sejam devidamente atendidos nas suas pretensões, tanto que, na presente safra foram concedidos, até 30 de abril último, 11 empréstimos a pequenos produtores de linho, trigo e alpista, e apenas três propostas, apresentadas aete aquela data, foram recusadas — a primeira, por desistência do interessados; a segunda por não possuir o pretendente as terras regularizadas, dependendo de tempo essa providência e a terceira, por motivo de ordem puramente regulamentar.

4 — Além das 14 propostas acima citadas, existiam naquela ocasião 23 dependendo de estudo.

5 — Ante o exposto, poderá verificar essa Sociedade que a nossa Agência de Cachoeira do Sul vem procurando, dentro das suas possibilidades e das instruções em vigor, atender devidamente aos pequenos lavradores da sua zona, parecendo-nos exagerada a declaração da Associação Rural, daquela localidade, segundo a qual o crédito ali é um mito.

6 — Sendo o que se nos oferece, subscrevemo-ns com apreço".


2 comprimidos de
CAFIASPIRINA
DORES e RESFRIADOS
BAYER

Comemora o IAPETC o seu 11.º aniversário e a data de Caxias

MAIS MELHORAMENTOS REALISADOS PELA GRANDE AUTARQUIA PRESIDIDA PELO SR. HILTON SANTOS — NOTAVEIS REALIZAÇÕES EM SÃO PAULO E NO RIO — PRESENTE AS SOLENIDADES O SR. PRESIDENTE DA REPUBLICA, GENERAL EURICO GASPAR DUTRA — UM BANQUETE OFERECIDO AO DINAMICO PRESIDENTE DA MODELAR AUTARQUIA — OUTRAS NOTAS

O IAPETC, a grande autarquia dirigida pelo sr. Hilton Santos, uma das vigas mestras da Previdência Social Brasileira, cujas funções estão plenamente integradas na vida nacional do nosso país, não podia deixar passar as importantes comemorações levadas a efeito e dedicadas ao Duque de Caxias, sem prestar sua homenagem à êsse vulto do nosso glorioso Exército.

Assim foi que o sr. Hilton Santos, o dinâmico e realizador Presidente da importante autarquia dos trabalhadores em transportes e cargas, deliberou chamar à uma de suas extraordinárias realizações no IAPETC — o conjunto residencial à Avenida Teixeira de Castro, em Ramos — "Duque de Caxias", expressiva e sincera homenagem ao Exército Nacional, do qual o Condestável é o glorioso Patrono.



Sr. Hilton Santos, o dinâmico e realizador Presidente do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Trabalhadores em Transportes e Cargas.

Viveu assim o IAPETC mais um grande dia, reafirmando-se, com realizações do mais destacado alcance, o quanto vem trabalhando o seu labrioso Presidente, sempre atento às necessidades e anseios da grandes familia dos trabalhadores em transportes e cargas. Dessa forma, às festivas comemorações do seu 11.º aniversário de fundação, juntaram-se as homenagens ao vulto incomparável do grande soldado que foi Caxias, o vencedor de tantas batalhas, o pacificador dos espiritos em lutas internas, além de ser o grande guia e reformador do nosso Exército.

AS COMEMORAÕES E OBRAS INAUGURADAS NO DISTRITO FEDERAL E SÃO PAULO

Ao ensejo de tão significativa data o sr. Hilton Santos, presidente do IAPETC, organizou um programa para comemorar, festivamente, tal acontecimento. O programa das festividades teve inicio no dia primeiro de Agosto último, em S. Paulo, no bairro da Moóca, com um núcleo residencial. Foram inauguradas cêrca de 300 unidades, o que corresponde à metade do total que será atingido em 1951.

Atualmente compõe-se de 86 casas, 156 apartamentos e 24 lojas. O custo total da obra importará, em, aproximadamente, trinta e seis milhões de cruzeiros.

As 86 casas estão assim distribuidos: tipo A — 18 casas com terraço, sala de estar, sala de jantar, cosinha, quintal com tanque coberto, três dormitórios, hall e banheiro; tipo B — 30 casas com terraço, sala de estar, sala de jantar, cosinha, W.C. externo, quintal com tanque coberto e dois dormitórios; tipo C — 16 casas com todos os comodos e comodidades da anterior e mais um porão com lavanderia, W.C. e banheiro e quintal; tipo D — 22 casas com os mesmos comodos e comodidades e sòmente com dois dormitórios. Os 156 apartamentos, muito bem acabados, constam de sala de estar, três dormitórios, banheiro, cosinha, dispensa, terraço com tanque para lavar roupa e W. C. Os alugueis para as casas correspondem respectivamente aos tipos A, B, C e D, Cr$ 1.350,00, Cr$ 1.200,00, Cr$ 1.400,00 e Cr$ 1.350,00. Para os apartamentos, Cr$ 1.100,00. O custo de cada casa, aproximadamente, ficou em Cr$ 150.000,00, inclusive o terreno.

TAMBEM EM SANTOS FOI INSTALADA A CARAVANA MEDICO-SOCIAL

Como parte integrante do programa das comemorações o senhor Hilton Santos presidiu, no dia 2 a inauguração dos serviços da Caravana Médico-Social do IAPETC., em Santos, destinados a proporcionar Assistência Médica, Odontologica e Social aos segurados residentes em vilas distantes da séde, dos serviços do Instituto, que por circunstâncias diversas (falta de condução, local longinquo, falta de quem tome conta da casa e da familia numerosa etc.), não se podem valer dos ambulatorios.

UMA CONFERENCIA ILUSTRATIVA

Ainda como complemento do programa das festas comemorativas, o sr. Hilton Santos promoveu no dia 8 no Auditório do Instituto, nesta capital, uma conferência pelo sr. Ray Power, diretor da Divisão de Reabilitação Vocacional do Estado de West Virginia, América do Norte. Nesta conferência foram abordados problemas de reabilitação vocacional, compreendendo temas sôbre aproveitamento dos trabalhadores parcialmente incapacitados, adaptação e readaptação do individuo ao emprêgo, técnica moderna da utilização de qualquer parcela de habilidade remanescente no homem de trabalho, tendo a conferência sido ilustrada com interessante filme.

OBRAS INAUGURADAS NO RIO

Para finalizar o programa organizado o presidente do IAPETC, reservou para o "Dia do Soldado" data do aniversário do Instituto, a inauguração de dois edificios de apartamentos, um na avenida Ataulfo de Paiva, 932 e 934, outro à rua de Santana, 124, e a "Creche, Escola Maternal e Jardim de Infancia IAPETC", sita à avenida Teixeira de Castro, em Ramos.

Tôdas as solenidades que se realizaram pela manhã, contaram com a presença do general Eurico Dutra, presidente da Republica, dr. Honorio Monteiro, ministro do Trabalho, sr. Hilton Santos, dr. Alberto Flores, diretor do D. N. P. S.; dr. Alirio Sales Coelho, ministros de Estado, parlamentares, altas autoridades representantes de entidades sindicais, além de grande numero de pessoas especialmente convidadas.

OS EDIFICIOS DE APARTAMENTOS "JOAQUIM NABUCO" E "26 DE AGOSTO"

O primeiro a ser inaugurado, às 8 horas, foi o edificio sito à avenida Ataulfo de Paiva, 932 e 934, que se compõe de 60 unidades, para venda aos segurados do Instituto, constando, cada um, de sala, dois dormitórios, varandas, dependências de empregados, banheiro, cosinha e terraço de serviço. Nêsse empreendimento a inversão feita é de, aproximadamente, Cr$ 12.000.000,00.

Atendendo às comemorações do centenario de Joaquim Nabuco, que então se realizavam, êsse edificio ostentará o nome do ilustre brasileiro.



O representante do Senhor Presidente da Republica ao inaugurar a monumental Creche-Escola do IAPETC.



O Deputado Epilogo de Campos, representante da Camara Federal de Deputados, ao descerrar a placa da Creche-Escola.

Em seguida, cêrca de 8,30 horas, com a presença das autoridades acima citadas, foi inaugurado o outro edifício localizado à rua Santana, 124, com 132 apartamentos, distribuídos em 19 tipos diferentes, a saber, tipo A — 58 apartamentos de 2 quartos, 2 salas, dependência de empregada, banheiro e cosinha — aluguel de Cr$ 2.000,00, tipo B — 2 apartamentos de 3 quartos, 1 sala, dependência de empregada, banheiro e cosinha — aluguel de Cr$ 2.300,00, tipo C — 20 apartamentos de 2 quartos, 1 sala, banheiro e cosinha — aluguel de Cr$ 1.400,00, tipo D — 4 apartamentos de 1 quarto, 1 sala, banheiro e cosinha — aluguel de Cr$ 1.200,00, tipo E — 2 apartamentos de 1 quarto, 1 sala, banheiro e cosinha — aluguel de Cr$ 1.100,00, tipo F — 4 apartamentos de 1 quarto, 1 sala, banheiro, cosinha — aluguel de Cr$ 1.100,00, tipo G — 12 apartamentos de 1 quarto, 1 sala, W. C. de empregada, banheiro e cosinha — aluguel de Cr$ 1.000,00, tipo H — 2 apartamentos de 1 quarto, 1 sala, W. C. de empregada, banheiro e cosinha — aluguel de Cr$ 1.100,00, tipo I — 11 apartamentos de 1 quarto, 1 sala, banheiro e cosinha — aluguel de 1.300,00 e tipo J — 7 apartamentos de 1 quarto, 1 sala, banheiro e cosinha — aluguel de Cr$ 1.200,00.

Neste edifício o valor da inversão feita pelo Instituto foi de Cr$ 33.000.000,00.

Em uma deferência especial à data do aniversário do IAPETC, êsse edifício denominar-se-á "Edifício 26 de Agôsto".

"CRECHE, ESCOLA MATERNAL E JARDIM DE INFANCIA IAPETC"

Às 9 horas, com a presença do general Eurico Dutra, dr. Honório Monteiro, autoridades civis, senadores, deputados e representantes de classes sindicais, filiados àquele Instituto, foi inaugurada à avenida Teixeira de Castro, em Ramos, também a "Creche, Escola Maternal e Jardim de Infância IAPETC", pertencente ao núcleo residencial ali já existente, o qual, em homenagem ao grande soldado brasileiro Duque de Caxias passará a denominar-se "Núcleo Residencial Duque de Caxias".

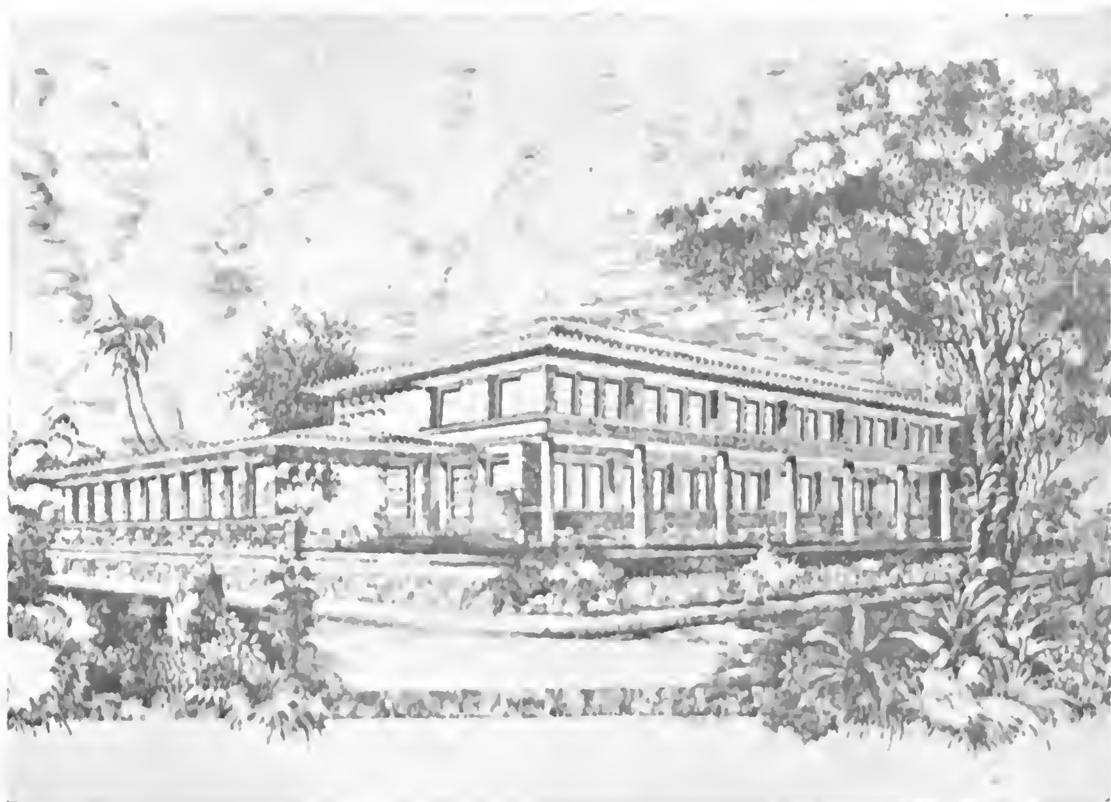
Durante a cerimônia falou o sr. Hilton Santos, tendo usado da palavra outros oradores enaltecendo a obra inaugurada.

Essa Creche é uma instituição de assistência higiênico-social visando o amparo dos filhos dos segurados do Instituto, residentes no núcleo. A Creche abrange a guarda da criança durante o dia, em horário amplo de entrada e saída, de acôrdo com as circunstâncias de cada família e suas condições de trabalho, dentro ou fora do lar. A criança recebida



O Sr. Hilton Santos pronunciando vibrante discurso alusivo ao ato da inauguração.

pela manhã é incontinente examinada pelo médico puericultor que aceitará ou recusará a permanência da mesma, durante o dia, no estabelecimento, de acôrdo com as suas condições de saúde. A criança aceita recebe todo o tratamento adequado, cercada de pessoal carinhoso e debaixo dos preceitos de absoluta higiene: o banho, objetos de uso individual, vestuário esterilizado, refeições, sono e repouso, permanência ao ar livre, banhos de luz artificial. Ao voltar para casa no fim do dia recebe novamente as suas vestes esterilizadas. As crianças da Escola Maternal e Jardim de Infância, da mesma fórma que as da Créche, são inspecionadas à entrada e entregues, as aceitas às atenções de professoras especializadas em educação pré-escolar. Tôdas as suas atividades durante o dia giram em torno da formação de habitos de ajustameno social e mental e em méra preparação para a vida futura. Desde quatro mêses até sete anos, a criança recebe, na Créche, Escola Maternal e Jardim de Infância IAPETC, os cuidados e atenções especiais, numa complementação dos carinhos maternos.



A Modelar Maternidade e Créche, outra realização da presidência Hilton Santos e que acaba de ser inaugurada com brilhantismo, durante as solenidades que marcaram o 11.º aniversário do IAPETC e do Dia de Caxias.

NO AUDITORIO DO IPATEC

As 14 horas, realizou-se no Auditório do edifício séde do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, uma conferência do sr. Hilton Santos, durante, a qual o orador teve ocasião de falar aos funcionários sôbre as realizações da autarquia que dirige.

O BANQUETE AO SR. HILTON SANTOS

Nos salões do Automóvel Club às 19 horas, realizou-se ainda um banquete oferecido ao sr. Hilton Santos, presidente do IAPETC, por seus funcionários, amigos e admiradores. Durante o ágape saudou o homenageado um representante dos segurados do Instituto, um funcionário e o representante dos sindicatos de Niterói.

FESTEJADA UMA GRANDE DATA DO BRASIL

O IAPETC que vem cumprindo uma grande obra de relevância social, graças à ação magnifica de seu dinâmico Presidente, Sr. Hilton Santos, contribuiu de maneira a mais expressiva para o brilho do Dia de Caxias, evocando a figura do herói nacional e erguendo um justo tributo à sua memória. De fato, comemorando sua grande data, ou seja a passagem do seu 11.º ano de existência fecunda, o Instituto de Aposentadoria dos Trabalhadores em Transportes e Cargas, homenageou, concomitantemente, a grande efeméride que marca o nascimento do maior soldado do Brasil, êsse imperecivel Luiz Alves de Lima e Silva, o consagrado Duque de Caxias, Patrono do Exército.

O sr. Hilton Santos está de parabens pelo brilho que imprimiu às duas gratas e brilhantes efemérides

Documentos que enaltecem a política do Govêrno

A significação do Balanço em 30-6-49, publicado pela Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro

O balanço de um estabelecimento de crédito é o atestado de sua vitalidade econômico-financeira pois, a linguagem das cifras é sempre portadora, na sua aparente frieza, das mais calorosas mensagens sôbre o andamento de uma administração, ampliando a confiança de financistas e depositantes ou criando ambiente desfavoravel para o acréscimo de depósitos e o desenovlvimento de negócios.

A Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, com a publicação do seu balanço geral em junho último, acompanhado pela demonstração de despesa e receita, relativa ao primeiro semestre deste ano, encontra-se no primeiro caso.

Sob uma administração que sabe ser tão conciente quanto dinamica, a prestação de contas daquela organização de crédito popular obedeceu a um critério que traduz, com exatidão, o esplendido andamento que se tem verificado nos negócios da Caixa.

Emprego de capital, procedência de lucros, acréscimo de depositantes, tudo nos revela no panorama minucioso do Ativo e do Passivo, da Receita e da Despesa a esplendida maneira com que se está administrando a responsável pelo aumeno do nosso espírito de economia, qualidade tão necessária à vida pública e privada e que nós os brasileiros teimamos em não cultivar por temperamento e tendência ao fatalismo.

A demonstração que nos dá a Caixa Econômica em seu último balanço é convicente e animadora. Propugnando como o faz pelo estimulo à economia, gerindo os depósitos, o capital e os juros com uma conciência e uma segurança, que fazem ganhar a confiança popular, cada vez mais, nos seus objetivos, a Caixa, com a sua demonstração, impressiona pela exatidão aos financistas e reafirma aos leigos seus propósitos. E, se como dissemos no inicio, a vitalidade de um estabelecimento popular é sentida no seu balanço, grande é a que observamos no documento de contas publicado.

De tôdas as instituições que operam no seio das grandes coletividades a Caixa Econômica é a que possue melhores elementos para registrar as reações populares, nos momentos delicados da vida nacional. Se a incerteza no futuro ou a queda dos rendimentos individuais, preocupam milhares de pessôas, os depósitos da Caixa Econômica refletem instantaneamente estes fatores, reduzindo os seus totais em volumes que atestam o gráu de apreensão da sociedade. Se, pelo contrário, a situação econômica da população é bôa e não existe preocupação pelos dias próximos, imediatamente sôbe a afluência de depositantes aos "guichets" da Caixa Econômica. São, por certo, pequenas somas, mas, provindas de milhares de depositantes, formam vultosas massas de capital, que atestam uma situação folgada em setores da população, mais sujeitos aos rigores das crises. Deu-se êsse fenômeno no primeiro semestre de 1948.

Durante alguns exercicios, os depósitos na Caixa Econômica tiveram acrescimos insignificantes ou, mesmo, diminuiram, numa prova de que, ao menos a população carioca, tinha poucas reservas, com que formar um patrimônio no futuro. Aconteceu, porém, que o govêrno federal enfrentou com energia as origens da crise e o resultado prático foi o aumento de 262 milhões de cruzeiros, em seis mêses, nos depósitos da Caixa Econômica. E, pela primeira vez na sua história quase centenária, a Caixa Econômica apresentou nos seus documentos oficiais uma importância superior a três biliões de cruzeiros como total de depósitos.

Segundo a política que o govêrno federal traçou para os estabelecimentos de crédito oficiais, a Caixa Econômica aumentou as suas inversões em várias modalidades de empréstimos, deixando, entretanto, uma larga margem de segurança em relação ao acréscimo dos depósitos no exercicio semestral. Dos 262 milhões de cruzeiros — total que representa o aumento de depósitos nos primeiros seis mêses deste ano — a Caixa Econômica aplicou mais 66 milhões nas principais categorias de empréstimos, send oa parcela mais vultosa a das hipotécas imobiliárias que tiveram uma majoração de 31 milhões de cruzeiros sôbre o saldo do exercicio anterior, sem incluir as inversões das quotas de capital amortizado mensalmente pelos mutuários. E' explicável a orientação da Caixa Econômica no sentido de manter abertas, dentro das suas possibilidades, as fontes de crédito sob garantia de hipotécas, notadamente de imóveis residenciais, pois a crise da habitação continúa séria e é um dos objetivos da instituição contribuir para a solução de problemas que afetam à coletividade. De 1.339 milhões em dezembro de 1948, os empréstimos hipotecários apresentaram seis mêses depois um total de 1.370 milhões — importância bem significativa do interêsse com que a Caixa Econômica incentiva a obtenção de um lar próprio, através de financiamentos accessiveis que transformam os alugueis improdutivos em parcelas de um sólido patrimônio da família.

Outras duas modalidades de empréstimos registraram aumentos apreciaveis; os de "garantais simultâneas", para as grandes obras de melhoramento urbano e estranho à iniciativa privada na indústria, com um total 20 milhões, passando de 423 milhões no exercicio anterior para 443 milhões em junho último e os de "consignações", destinados ao crédito pessoal do funcionalismo, com 19 milhões sôbre o volume de dezembro último, que era de 437 milhões, acusando o balanço em fóco o total de 456 milhões.

Os empréstimos sob penhores se mantiveram no nivel de 155 milhões, sendo aplicadas no semestre as reversões de capital amortizado e mais 600.000 cruzeiros.

Duas outras categorias de empréstimos conservaram para o mesmo saldo do exercicio anterior: os de "titulos" — 21 milhões — e das Caixas Econômicas — 49 milhões.

Como acréscimo de 66 milhões o total dos empréstimos passou de 2.430 milhões no balanço precedente para 2.496 milhões ao encerrar-se o último exercicio.

Ligeiro histórico do crédito agrícola no Brasil

Fabio Luz Filho

O primeiro decreto de que se tem notícia é o do **n.º 45, de 30 de agôsto de 1835**, o qual concedia privilégios às fábricas de açúcar e de mineração. Contam-se mais os que se seguem:

O **decreto n.º 59, de 8 de outubro de 1835**, dispôs sôbre a substituição de notas mandadas estampar pelo decreto de 1.º de junho de 1833 por notas emitidas em trôco, de moedas de cobre e quaisquer conhecimentos dados em lugar dessas cédulas.

O **decreto n.º 737, de 25 de novembro de 1850**, referia-se ao processo comercial.

O **decreto n.º 683, de 5 de julho de 1853**, referia-se à concessão e incorporação e aprovação de estatutos de um banco de depósitos com sêde no Rio de Janeiro.

O **decreto n.º 1 223, de 31 de agôsto de 1853**, dispunha sôbre a incorporação e aprovação de estatutos de um banco de depósitos com sede no Rio de Janeiro.

O **decreto u.º 1.927, de 25 de abril de 1857**, aprova os estatutos reformados de uma Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.

O **decreto n.º 1.232, de 10 de setembro de 1864**, reformou a legislação hipotecária e estabeleceu os fundamentos das Sociedades de Crédito Real. Tornou possíveis os empréstimos hipotecários a longo prazo e pouco oneromos. Só operavam os bancos criados nos grandes centros. Os decretos de 1880 e 1885 melhoraram o processo de lei e do regulamento de 1864 e 1865, que instituíam o penhor agrícola.

O **decreto n.º 3 453, de 26 de abril de 1865**, torna obrigatória a observância do regulamento para execução do decreto acima (1.237), reformador da legislação hipotecária.

O **decreto n.º 3.471, de 3 de junho de 1865**, dispôs sôbre a execução do regulamento das sociedades de créditos real, às quais foi concedida, pela lei n.º 1.237, a emissão de letras hipotecárias.

O **decreto n.º 1 349, de 12 de setembro de 1866**, concedeu ao govêrno autorização para um novo acôrdo com o Banco do Brasil como decorrência da lei n.º 683, de julho de 1853, introduzindo-lhe modificações, assim como alterando os estatutos.

O **decreto n.º 2 687, de 6 de novembro de 1875**, autorizou o govêrno a conceder sob condição ao Banco de Crédito Real, que se fundasse na conformidade do decreto n.º 1.237, de 24 de setembro de 1864, garantias de juros e amortização de suas letras hipotecárias, e garantia de juros de 7% às emprêsas que visassem ao estabelecimento de engenhos centrais para o fabrico de açúcar de cana.

O **decreto 3.150, de 4 de novembro de 1882**, regulou o estabelecimento de companhias e sociedade anônimas.

O **decreto n.º 3.272, de 5 de julho de 1885**, alterou o processo das execuções cíveis e comerciais e criou o penhor agrícola.

O **decreto n.º 9 549, de 23 de janeiro de 1886**, e autriza a modificação do regulamento para a execução dos decretos n.º 3.272 de 5 de outubro de 1885.

O **decreto n.º 154, de 17 de janeiro de 1890**, reformou o decreto n.º 3.150, de 4 de novembro de 1882.

O **decreto n.º 164-A, de 17 de janeiro de 1890**, dispôs sôbre as operações de crédito móvel para a agricultura e indústrias conexas.

O **decreto n.º 165-A, de 19 de janeiro de 1890**, substituiu os decretos n.º 1.237 de 24 de setembro de 1.885 e 3.272, de 5 de outubro de 1885.

Há, em seguida, o **decreto n.º 169-A, de 19 de janeiro de 1890**, substitutivo dos decretos ns. 1.237, 2.372 e 165-A, pertinentes a operações de penhor agrícola.

O **decreto n.º 451-B, de 31 de maio de 1890**, instituiu o registro de móveis pelo sistema Torrens (até hoje, praticamente sem aplicação).

O **decreto n.º 955-A, de 5 de novembro de 1890**, baixou o regulamento do decreto n.º 451-B, acima.

O **decreto 177-A, de 15 de setembro de 1893**, dispõe sôbre a emissão de empréstimos ante debentures, ou obrigações ao portador.

O **decreto n.º 1.102, de 21 de novembro de 1903**, dispôs sôbre armazem gerais e **warrants.**

O **decreto 979, de 6 de janeiro de 1903**, concedeu aos sindicatos agrícolas a faculdade de organizar caixas de crédito agrícola, além de poder de promover a fundação de cooperativas de outras espécies. (Vêr, do autor "O cooperativismo no Brasil e sua evolução").

O **decreto n.º 1.617, de 30 de dezembro de 1906**, fixou a despesa geral dos Estados Unidos do Brasil par o exercício de 1907.

Sob a gestão presidencial de Afonso Pena, aparecem as seguintes leis e decretos: **lei n.º 1 637 de 5 de janeiro de 1907**, regendo os sindicatos profissionais e as cooperativas em geral; **decreto n.º 6.663, de 23 de setembro de 1907**, que abriu um crédito de 100:000$000 pelo Ministério da Viação, para auxi-

lios, por empréstimos, às sociedades cooperativas de crédito agrícola de responsabilidade ilimitada nos municípios de Goiana, Ipojuca, Barreiros, Sarinhaem, e Rio Formoso, em Pernambuco; **lei n.º 1.782, de 28 de novembro de 1907,** que criou o Banco Central de Crédito Agrícola, e permaneceu até hoje sem aplicação.

Em **1909,** aparece o decreto n.º 2.080, de 7 de janeiro, que aplica às associações de crédito agrícola ou hipotecário e agrícola as excepções contidas no artigo 1º, n.º 2, § 4º do decreto-lei n.º 177-A, de 15 de setembro de 1893, isto é, excetuando essas associações da obrigação de emitir até o valor do capital estipulado ns seus estatutos.

O **decreto n.º 4 984, de 31 de dezembro de 1925,** orçou a receita da República para o exercício de 1925.

O decreto n.º 4.567, de 24 de agôsto de 1922, autorizou a abertura de um crédito de .... 400.000.000$000 em apólices para criação de uma carteira de crédito agrícola no Banco do Brasil.

Em 26 de outubro de 1927 é apresentado o projéto **Joaquim Osório,** sôbre crédito agrícola e hipotecário em 102, artigos, no qual se criava o Banco Central Agrícola e Hipotecário e se dava ao Presidente da República a faculdade de promover a reforma das Caixas Econômicas (veja-se a clarividência do relator da Comissão Especial de Crédito Agrícola e Hipotecário da Câmara dos Deputados...) de modo a "concorrerem para o mais forte impulso de crédito agrícola".

Em 1926 é baixado o **decret n.º 17.339, de 2 de junho,** que aprova o regulameno destinado a reger a fiscalização, por parte do Ministério da Agricultura, da Organização e funcionameno das Caixas Raiffeisen e bancos Luzzatti. E, a **19 de dezembro de 1932 e baixado o decreto n.º 22.239,** sôbre cooperativas, que revogou a lei n.º 1.637.

O **decreto n.º 24.641, de 10 de junho de 1934,** criou o Banco Nacional de Crédito Rural, mas não teve aplicação. Em agôsto de 1938, a Lei n.º 581, revigorou a lei n.º 22.239, e está em vigor.

A lei que criou a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial no Banco do Brasil tem o **n.º 454, de 9 de julho de 1937.**

A **lei n.º 492, de 30 de agôsto de 1937,** regula o penhor rural e a cédula penhorática.

O **decreto-lei n.º 182, de 5 de janeiro de 1938,** revogou as disposições contidas no decreto n.º 22.826, de 1933 e do 454.

O **decreto-lei n.º 221, de 27 de janeiro de 1938,** concedeu isenções aos bonus de emissão do Banco do Brasil para o financiameno das operações da Carteira de Crédito Agrícola.

O **decreto-lei n.º 1 271, de 16 de maio de 1939,** dispôs sôbre penhor de máquinas e aparelhos de utilização na indústria.

O **decreto-lei n.º 1 199, de 6 de abril de 1939,** dispôs sôbre a não inclusão nas disposições do decreto-lei n.º 150, das dívidas relativas a impostos.

O **decreto-lei n.º 1.386, de 29 de junho de 1939,** interpreta o decreto-lei n.º 150.

O **decreto-lei n.º 1.609, de 12 de agôsto de 1939,** mandou sustar quaisquer execuções ou vendas judiciárias de propridades agrícolas em quanto perdurarem os efeitos da lei da moratória.

O **decreto-lei n.º 2 238 de 28 de maio de 1940**, aprovou a "Parte Segunda", do Regimeno da Câmara de Reajustamento Econômico.

A **lei n.º 1 625, de 27 de setembro de 1939**, permite o penhor de produtos de suinocultura.

O **decreto-lei n.º 1.697, de 23 de outubro de 1939**, tornou extensivos aos produtos da suinocultura, banha, carnes, fiambres, presuntos e derivados o contido no decreto-lei n.º 1.271, de 16 de maio de 1939.

O **decreto-lei n.º 2.064, de 7 de março de** 1940, amplia disposições do n.º 1.271.

O **decreto-lei n.º 2 611, de 20 de setembro de 1940**, dispõe sôbre os recursos para a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (contribuição do Instituto de Previdência e das Caixas e Institutos de Aposentadorias e Pensões).

O **decreto-lei n.º 2 612, de 20 de setembro de** 1940, dispõe sôbre o registro do penhor rural.

O **decreto n.º 150, de 30 de setembro de 1937**, suspende as execuções judiciais, até 30 de março de 1938, sôbre a divida dos agricultores, prorrogado pelo decreto n.º 755, de 30 de setembro de 1938, prorrogado êsse pelo decreto n.º 824, de outubro de 1938, e outros relativos ao assunto do decreto n.º 150.

O **decreto-lei n.º 1 002, de 29 de dezembro de 1938**, autoriza o Banco do Brasil a emitir letras hipotecárias pela Carteira de Crédito Agricola e Industrial e dá outras providências sôbre o crédito agricola.

O **decreto-lei n.º 1 172, de 27 de março de 1939**, dispõe sôbre os empréstimos autorizados pelo n.º 1.002.

O **decreto-lei n.º 1.230, de outubro de 1939**, aprova o regulamento das leis n.º 1.002 e 1.172.

O **decreto-lei n.º 1.888, de 15 de dezembro de 1938**, dispõe sôbre concessão de empréstimos a agricultores.

O **decreto-lei n.º 2.071, de 7 de março de 1940 e o 2.238, de 28 de maio de 1940**, aprovam e regulamento da Câmara de Reajustamento Economico.

O **decreto-lei n.º 2.157, de 30 de abril de 1940**, dispõe, sôbre os prazos estabelecidos em decretos-leis de proteção à lavoura.

O **decreto-lei n.º 2.689, de 26 de outubro de 1940**, dispõe sôbre contrátos de compra e venda com a cláusula de retrovenda.

Ha ainda os seguintes decretos-leis: n.º 359, de 31 de março de 1938; 532, de 1 de julho de 1938; 755, de 30 de setembro de 1938; 824, de 28 de outubro de 1938; 1.001, de 20 de dezembro de 1938. Prorrogaram até 31 de dezembro de 1939 o prazo contido no decreto-lei n.º 150, de 30 de dezembro de 1938.

Finalmente o decreto-lei n.º 18.230, de 2 de abril de 1945, que criou a Caixa de Crédito Cooperativo.

Os campos de cooperação e o fomento agrícola

Sua importância na vida dos municípios e das associações rurais

Alvaro Pontes de Magalhães

O Fomento Agrícola tem por escôpo aumentar a produçpão econômica da lavoura brasileira. Produção econômica é a que, pelo menor custo, oferece, em maior quantidade, o melhor produto possível. Custo, qualidade e quantidade são fatores comumente antagônicos, que devem ser convenientemente harmonizados, para alcançarem o ótimo econômico, ou seja, para produzirem o máximo de utilidade por área, com o menor esfôrço possível.

E' opinião por todos esposada, não exigindo, destarte, maiores comentários, que o aumento da produção é necessário para consolidar a nossa economia. As possibilidades no campo da agricultura — base real do progresso nacional — impõe ao Fomento Agrícola responsabilidades inequívocas, conferindo-lhe papel ímpar no programa governamental, que visa consolidar o efêmero fastígio que alentou a economia do país nos últimos anos.

O Fomento Agrícola cumpre a sua missão de promover a expansão da produção vegetal, ministrancreto para o abstrato, do simples para o complexo". cendo-lhe facilidades para substituir suas práticas por outras que permitam melhor aproveitamento do trabalho e das condições naturais.

E' uma tarefa educacional, que não se limita ao ensino de métodos que proporcionem maiores lucros. O agricultor deve saber como utilizar êstes proventos no sentido de obter u'a melhor vida na fazenda.

Para a realização dêsse desiderato o técnico dispõe de vários processos, dentre os quais destacam-se: a propaganda, o ensino, o estímulo, o exemplo e o auxílio. Seus limites confundem-se, e devem ser utilizados concomitantemente, partindo sempre do "conhecido para o relativamente desconhecido, do con-

O primeiro passo no campo do foment é sus-

(Smith and Wilson).

O primeiro passo no campo do foment é suscitar a atenção e o interêsse do agricultor, despertando-lhe a vontade de realizar a modificação proposta. O técnico convencê-lo-á, afim de obter uma colaboração voluntária, expontânea. As vicissitudes das lides agrárias, os conselhos errôneos incutidos nos homens do campo, criaram um sentimento de incredulidade, que se traduz no apêgo à rotina e nas constantes migrações das populações rurais. Este fenômeno agrava, sobremodo, a crise econômica que se esboça e muito em breve desencandeará, inflexivelmente, sôbre nós.

vinda de imigrantes é um simples paliativo, enquanto perdurar o desnível entre trabalho, riscos e lucro do fazendeiro e dos que se dedicam ao comércio e indústrias citadinas; enquanto o operário agrícola dispender maior fadiga, viver em piores condições e receber menor salário do que seus colegas urbanos, a lavoura não poderá contar com braço estavel e eficiente.

E' imprescindivel tornar a agricultura uma atividade remuneradora, pela introdução de melhoramentos técnicos e prática de princípios científicos. Assim, poderá haver uma transformação na vida das fazendas, dotando-as de atrativos para o homem civilizado. Sòmente levando ao campo o conforto, a prosperidade e a educação, seus habitantes deixarão de procurar nas cidades êsses elementos indispensaveis à vida. Nada se conseguirá enquanto a agricultura não proporcionar lucros, que recompensem, de u'a maneira justa, os que a ela se dediquem. A transformação dos seus métodos de trabalho é tarefa do Fomento Agrícola, que necessita de elementos e de tôda a ordem de facilidades para bem cumprir sua missão, que tano representa para nossa periclitante economia.

A vastidão do nosso território e o pequeno número de agrônomos, levam-nos a escolher u'a modalidade de fomento que beneficie a grupos, maiores ou menores, segundo a região. A assistência individual, climax da nossa tarefa, só poderá ser prestada, em caráter geral, com o decorrer dos tempos.

A experiência de longos anos demonstra, de maneira insofismável, as vantagens dos Campos de Cooperação, que constituem elemento indispensável ao Fomento Agrícola no Brasil. Levam ao fazendeiro o argumento irretorquível e eloquente da demonstração prática, despertando-lhe o interêsse, o desejo e a vontade de realizar. O resultado obtido nas culturas convencem-no a abandonar a rotina, adotando os ensinamentos da técnica hodierna.

Não ficam aí as vantagens dêsses estabelecimentos: êles produzem, também, sementes selecionadas para atender a uma necessidade vital da lavoura brasileira. O efeito de práticas agrícolas modernas de preparo do solo, tratos culturais, abudações, e também o aproveitamento da riqueza natural do solo, dos fatores climáticos favoraveis, depende da qualidade da semente empregada.

Os caracteres genéticos que facultam a produção econômica, podem se apresentar de formas diversas, variando as condições ecológicas. Ao nos referir a sementes selecionadas, subentendemos que se destinam a determinado local, com características mesológicas semelhantes às da zona de produção das

sementes. Os Campos de Cooperação vêm atender a êsse importante aspecto do problema agrário: — o fornecimento de sementes selecionadas em quantidade suficiente para suprir a agricultura brasileira.

Sintetizando, os Campos de Cooperação realizam uma propagnda objetiva. Facultam ao agrônomo meios de ensino eficiente. São exemplos do mais alto valor, facilmente acessiveis e adataveis às condições locais. Suas culturas estimulam o fazendeiro, que facilmente pode controlar o resultado dos trabalhos. As sementes produzidas e as facilidades decorrentes de uma assistência técnica efetiva, constituem um precioso auxílio, de que tano carece o nosso homem do campo, para o seu bem estar e relativa prosperidade.

MODALIDADES DE COOPERAÇÃO

O Brasil dispõe das mais variadas condições ecológicas. A exploração agrícola é feita sob os mais diferentes aspectos. O nivel intelectual e cultural das nossas populações rurais é heterogeneo. Em tais condições não é possível estabelecer normas rígidas para um trabalho de tão ampla finalidade, como a cooperação agrícola, que visa atender às necessidades locais.

A experiência dos nossos técnicos, adquirida em longos anos de perseverante trabalho, levou a D. N. P. V. a estabelecer 5 tipos de cooperação, cada um com caractesisticas definidas, que permitem uma completa maleabilidade de ação, adatando-as às peculiaridades de rada região, de cada cultura, e à situação e condições do agricultor. Ao bom senso cabe ajustar o tipo de cooperação às condições locais, tendo sempre em vista o seu objetivo precípuo — combate à rotina.

Cooperação anual: — E' a mais antiga modalidade de cooperação adotada pelo Ministério. Consiste num verdadeiro curso prático, realizado na propriedade do fazendeiro.

E' sempre feita com uma só cultura, mas deve abranger a todos os seus trabalhos, desde o desbravamento do solo até a colheita e beneficiamento.

O agricultor aprenderá, nos seus mínimos detalhes, o manejo de máquinas, ficando apto a tirar maiores lucros, realizando um trabalho menos rude.

Cabe ao Ministério fornecer a direção técnica, máquinas, sementes, adubos, inseticidas, fugicidas, um ou mais aradores, podendo ainda emprestar animais.

O fazendeiro permitirá que o técnico escolha o terreno, encarregando-se, por sua vez, do suprimento de esterco, da construção de abrigos para máquinas, podendo ainda, a seu critério, fornecer hospedagem ao arador.

Repitamos, para trabalhos dessa natureza, não há, nem pode haver, especificações rigidas. As obrigações dos contratantes dependem do bom senso e das possibilidades de cada uma das partes.

A produção é tôda do agricultor. Tentou-se a restituição ou a devolução, em dobro, das sementes fornecidas. O resultado foi pouco satisfatório, na maioria dos casos.

A duração do contrato deve ser de um período cultural completo, não se prorrogando, em condições normais. E' o suficiente para o fazendeiro se familiarizar com tôdas as particularidades da cultura e aprender o manejo das máquinas agrícolas.

E' o tipo de cooperação mais oneroso para o Ministério, que fornece todo o material de trabalho e nada recebe.

Sua aplicação destina-se, principalmente, às regiões mais atrazadas, onde o agricultor tenha que modificar completamente seus métodos de trabalho. E' meio eficaz para promover o ressurgimento de culturas deficitárias, por falta de técnica. E' um auxílio interessante e útil ao pequeno agricultor.

Cooperação de rápida execução: — Consiste na execução, gratuita, de uma operação agrícola, na propriedade do lavrador cooperado.

Tem aplicação nas regiões menos adeantadas, constituindo ótimo recurso para a difusão de métodos racionais de preparo do solo, colheita, beneficiamento, enxertia, poda, combate às pragas e moléstias, etc. O agrônomo tem, na realização dêsse trabalho, magnífica oportunidade de estreitar as suas relações com o agricultor, estabelcendo um íntimo contáto, que é a base de qualquer modalidade de fomento.

A cooperação de rápida execução dá margem ao Ministério para auxiliar operações custosas, nas culturas de interêsse nacional. E, por exemplo, o caso da colheita do trigo, que, para ser econômica, exige o emprego de máquinas de alto custo, cuja aquisição está fóra do alcance dos agricultores menos abastados. Mesmo o grande fazendeiro não irá mobilizar maior capital numa cultura cujos resultados lhe são desconhecidos.

Não depende de contrato; basta um simples requerimento do agricultor interessado.

E' modalidade de transição, que tende a desaparecer com o progresso agrícola da região.

Os fazendeiros das cercânias dos Campos de Cooperação Permanente, que tiverem especial interêsse por determinada operação agrícola, poderão receber uma demonstração eficiente em sua propriedade. Este trabalho, que a Cooperação de Rápida Execução permite realizar, muito facilitará ao agrônomo de fomento agrícola, o desempenho de suas futuras atividades, porque vincula suas relações com o fazendeiro, despertando a confiança nos serviços do Ministério, oferecendo oportunidade a uma cooperação mais larga.

Cooperação Permanente: — A nossa divisão administrativa, muitas vezes, disperdiça esforços e compromete o resultado final de determinado serviço, atribuindo a sua execução, na mesma zona, e não raro, na mesma propriedade, a entidades diversas, provocando um jogo de competições, que, geralmente, anula o objetivo colimado.

Assim, na execução de trabalhos dessa natureza, há absoluta necessidade de evitar a dualidade de comando, prevenindo-se uma emulação mal compreendida, que redunda sempre na improficuidade dos esfôrços dispendidos.

As prefeituras nem sempre dispõem de recursos técnicos e materiais para atender aos serviços de fomento agrícola. A maleabilidade natural dos trabalhos dessa espécie não permite ao Ministério grandes gastos com instalações de caráter definitivo. Entretanto, a conjugação dêstes dois poderes — Ministério e Prefeituras — possibilita a realização de um magnífico serviço de assistência ao agricultor. E os resultados já obtidos em vários Estados, afasta-nos do terreno das conjeturas.

O Ministério da Agricultura, na organização dos Campos de Cooperação Permanente, concorre com a direção técnica, pessoal, máquinas e motores agrícolas, adubos, corretivos, inseticidas, fungicidas, sementes selecionadas, mudas, e todo o material de exploração, que tiver ao seu alcance.

Ao cooperado compete fornecer tudo que tenha caráter fixo, como terreno, abrigos para máquinas e safras, cercas e tapumes, estábulos, esterqueiras, etc. Muito interessante seria de início, auxiliar tambem com alguns operários para os trabalhos de desbravamento do terreno, construção de estradas, obras de drenagem e irrigação, enfim, tudo que se refira à instalação do Campo.

O abrigo para máquinas póde ser um simples telheiro, em terreno bem drenado, construido de modo a não permitir a penetração das águas pluviais. Deve dispôr de uma rudimentar oficina para concertos. A parte destinada ao depósito das safras deve ter o piso melhor defendido contra a umidade e paredes laterais à altura do telhado.

Estábulo e esterqueira são outros requisitos indispensáveis, devendo ser construidos, naturalmente de acôrdo com as necessidades e com as condições locais.

Uma dependência para guarda de produtos, que reclamem cuidados e outra para escritório, completam as instalações do campo.

A organização dos campos deve permitir, oportunamente, a sua independência econômica. Não podemos conceber modelos de exploração agrícola industrial vivendo às expensas dos cofres públicos. Os campos de cooperação, permanente, com o decorrer dos tempos, transformam-se, gradativamente, em estabelecimentos de produção de sementes e mudas com instalação e vida próprias. Ha, entretanto, uma ordem de trabalhos — a assistência ao agricultor — que demanda ininterrupto auxilio do govêrno.

Das sementes produzidas nos campos, 50% pertencem ao Ministério, sendo o restante vendido, pela Prefeitura, aos agricultores. O resultado desta venda será aplicado, integralmento na manutenção do próprio campo.

A Cooperação Permanente não se restringe às prefeituras, mas abrange tôdas as instituições coletivas, cujos objetivos estejam ligados à agricultura.

Como o objetivo dos campos é a sua transformação em fazendas modelo, com finalidade econômica, as instalações e métodos de trabalho devem ser, exatamente, os indicados para a região. Assim, o agricultor terá oportunidade de apreciar os resultados e sentir as necessidades de modificar seu sistema de trabalho.

Instalações aparatosas e o emprego de máquinas que não possam ser adotadas nas fazendas locais, são contraproducentes. Qualquer insucesso poderá ser atribuido a êsses gastos, fóra do alcance do agricultor "Com dinheiro do govêrno é facil...", dirão êles. E com êste "slogan", todos os serviços de fomento estarão seriamente comprometidos.

Inicialmente, convém insistir em trabalhos de interêsse imediato do agricultor, trabalhos que possam ser facilmente executados nas fazendas, sem exigir maiores gastos, e cujos resultados benéficos se façam sentir de maneira insofismavel, no menor espaço de tempo possivel. O emprego dos cultivadores tido "Planet Jr", a distribuição de boas sementes, o combate a certas pragas e moléstias, são meios eficientes para conquistar a confiança do agricultor.

O técnico deve, de início, fazer sómente o que tenha aplicação imediata e traga vantagens de ordem econômica ou melhore as condições de vida nas fazendas.

Os Campos de Cooperação Permanente congregam os esforços de prefeituras e das organizações de agricultores, com os do Ministério da Agricultura, para que todos os lavradores do Brasil possam contar com um afazenda, que lhe sirva de modelo, e onde possam buscar a assistência técnica de que tano carecem

Esses campos constituem o centro das atividades do agrônomo de fomento agrícola, oferecendo oportunidades para demonstrações práticas eficientes. Os gastos culturais da produção do estabelecimento, escriturados com simplicidade e clareza, permitem fácil confronto entre os métodos preconizados e o processo usual.

Suas vantagens vão além: produzem sementes selecionadas, elemento indispensável ao ressurgimento da agricultura nacional. Sómente elas podem transformar as substâncias nutritivas disponiveis, em produção econômica. Entretanto, salvo honrosas exceções, dispomos apenas de escassas sementes selecionadas para atender as necessidade de nossos fazendeiros.

O êxito de qualquer modalidade de cooperação está adstrito ao emprego de boas sementes. A produção dos Campos de Cooperação Permanente elimina esta dificuldade, fornecendo o necessário para multiplicação nos demais campos de cooperação, restando uma parte da colheita de sementes selecionadas para a distribuição ao agricultor.

Os Campos de Cooperação Permanente não se limitam à produção de sementes. Enquanto a nossa rede de estações experimentais não fôr suficientemente ampla para atender às exigências de todos os recantos do Brasil, o ensaio comparativo, para aquilatar o valor de uma nova variedade para determinado local, neles poderá ser realizado. E' um trabalho que está perfeitamente ao alcance desses estabelecimentos; basta lembrarmos que, nos Estados Unidos da América do Norte, é feito até nas propriedades dos "colonos cooperadores". O alcance desta medida não necessita comentários, porquanto ninguém ignora as surpresas da resultante ecológica, ou seja, a possibilidade de reações diferentes, de plantas de uma mesma variedade, em condições, aparentemente, semelhantes quanto ao solo e clima. Poder-se-ia objetar, que tais estabelecimentos não comportam a adoção de métodos preconizados pela fitotécnia hodierna. Mas, como afirma Goethe, "Eritis sicut Déo, scientes bonum et malum", não será demais que êsses campos concorram tambem com o seu contigente para a determinação e divulgação das práticas mais úteis e de conhecimentos gerais, sobretudo aqueles que dizem respeito à produção de boas sementes, com as suas características bem definidas.

Como se vê, os Campos de Cooperação Permanente, formados com o auxilio inicial do govêrno, contando com uma assistência técnica adequada, com a faculdade de se tornarem economicamente independentes, estão perfeitamente em condições de reali-

zar trabalhos utilíssimo em todo sos sentidos, notadamente quanto à produção de sementes selecionadas.

Aliás, os resultados práticos já conseguidos e a sua perfeita adatação ao meio, são provas eloquentes das possibilidades desses campos. O Paraná, por exemplo, é uma demonstração evidente de quanto afirmamos.

E o Ministério da Agricultura dispõe de recursos para a difusão desses estabelecimentos.

Nos lugares que ainda não tenham estações experimentais, os campos de cooperação permanente podem concorrer eficientemente para o melhoramento das variedades locais. Em geral, as nossas plantas cultivadas formam uma população heterogênea, onde uma simples seleção massal, bem orientada, poderá apresentar bons resultados.

Os Campos de Cooperação Permanente e os Municípios ou Centros Populosos: — As nossas fazendas de antanho eram uma comunidade rural. Tinham a sua vida própria, sem maiores dependências de outros centros. Bastavam-se a si mesmas, pois, produziam tudo quanto era possível na exploração da terra, nos trabalhos das indústrias caseiras. A vida girava em torno da casa-grande, sempre patriarcal, sempre solicita, em atender às menores necessidades dos componentes da fazenda. O centro povoado não lhes afetava a vida, antes sofria a sua influência direta. Eram as fazendas que lhes forneciam tudo; desde os elementos materiais para a subsistência da sua população, até à influência moral nas suas tendências, principalmente, as que se referiam à orientação política.

Destarte, o raio de ação das fazendas não se restringia aos limites naturais, mas os ultrapassava, frequentemnte, para exercer a sua atividade no ânimo das populações das vilas e lugarejos próximos. Casos há, em que a própria cidade não escapava à influência benéfica que, da casa-grande, se irradiava.

Os pequenos centros povoadores cresciam, desenvolvendo-se no sentido das fazendas, como que se colocando ainda mais próximos da sua influência. Não raro se confundiam com essas propriedades agrícolas, que ficavam envolvidas no perímetro urbano. Nem por isso, as fazendas perdiam as suas características de comunidade rural.

Mas, a época dos senhores de engenho, da casa-grande, passou. O isolamento criou-lhes dificuldades inexistentes outróra. Nenhuma ligação com as cidades e vilas, além daquelas de cunho puramente comercial.

O velho espírito de comunidade, produto exclusivo do meio, desapareceu das fazendas, com o deslocamento de vários de seus centros de interêsse para as povoações. E estas não integram, todavia, a vida das fazendas. Falta ao nosso homem do campo vínculos que o prendam à terra, dando-lhe fôrça para suportar as agruras inherentes aos seus afazeres. Ei-lo, como muito bem o classificou L. Smith e E. Vasconcelos: o homem sem comunidade.

O nosso trabalhador rural não faz parte integrante da vida do campo, o que resulta nas suas constantes migrações, até cair nos tentáculos das grandes cidades, que o absorvem para avolumar sua horda de desajustados.

Essa situação constitue um sério óbice à introdução de novas práticas agrícolas, de novos processos de trabalho, fazendo com que permaneçam, apenas em potencial, as riquezas que nos acenam suas largas possibilidades.

E para remover a dita situação, teremos que fazer ressurgir o espírito de comunidade que caracterizava a nossa vida de antanho. Mas, êsse espírito não se cria, mercê da nosas vontade; forma-se, naturalmente em função do meio, como resultante das condições existentes. Requer, para sua eclosão, ambiente específico.

Pelo resultado imediato das iniciativas sempre acessíveis; pelo acerto de suas providências; pela resolução pronta às dúvidas que surjam no espírito dos agricultores; pela presteza e solicitude com que permite atender aos pedidos de esclarecimen/s, enfim, pelo ambiente alegre, de trabalho fácil, em que todos se empregam com a maior disposição e ânimo, o Campo de Cooperação Permanente constitue-se num centro de atrações gerais, contribuindo, decisavamente, para a ressurreição daquele espírito de comunidade, que constituia a caracteristica marcante das fazendas do passado.

Os Campos de Cooperação Permanente e as Associações Rurais: — Os Campos de Cooperação Permanente são de valor inestimavel para as associações rurais. Por intermédio dêles podem as associações ampliar, de muito, seu raio de ação e prestar aos seus associados auxílios e ensinos valiosos.

Se cada associação rural mantivesse, em cooperação com o Ministério, um campo de produção de mudas e sementes, tornar-se-ia uma grande auxiliar dos poderes públicos e constituir-se-ia, de fato, no órgão representativo da classe rural.

Os Campos de Cooperação Permanente, centralisando interesses comuns, estreitam os laços que devem unir a todos os que se dedicam às lides agrárias, conrribuindo para a formação de uma classe rural coêsa, esclarecida, capaz de fazer sentir a sua fôrça em favor dos seus interêsses, que se confundem com os interêsses nacionais.

CULTURAS FISCALIZADAS

As culturas fiscalizadas constituem a forma mais evoluida das modalidades de cooperação adotadas pela D. F. P. V. Destina-se às regiões agricolas mais adeantaads, onde a lavoura mecanizada seja de uso corrente nas fazendas.

Seu objetivo primordial completar a ação dos Campos de Cooperação Permanente, no que diz respeito à produção de sementes selecionadas, visto que êsses estabelecimentos não podem produzir o suficiente para atender às necessidades do país. As safras desses Campos podem ser multiplicadas pelos agricultores mais progressistas, orientados pelo técnico do govêrno, por meio das suas chamadas "culturas fiscalizadas".

Nessas, focalisa-se a produção de sementes de alto valor econômico para a região, so ba assistência direta do agrônomo, que atestará a qualidade do produto exposto à venda, evitando as fraudes tão generalizadas.

O agricultor que dispuzer de terreno adatavel à produçãn de sementes, bem como, contar com elementos para sua produção e armazenamento, estará em condições de fazer uma "cultura fiscalizada".

O fazendeiro terá oportunidade de colocar a sua safra por um preço mais elevado, comprometendo-se todavia, a dar preferência à Secção de Fomeno Agrícola, em igualdade de condições, ou em obediência ao estabelecido no contráto.

O Ministério, nesta modalidade de cooperação presta ao agricultor a assistência técnica e material que se faça necessária para o desenvolvimento da atividade em questão, a critério do encarregado do fomento agrícola, que deverá estabelecer, prèviamente, as condições contratuais. Fornece, também, as sementes selecionadas e por vezes, máquinas de colheita e beneficiamento. Após a safra dará um atestado de fiscalização, que permitirá ao agricultor dizer da qualidade da sua semente.

Além da sua finalidade precípua, as culturas fiscalizadas são ótimos elementos de fomento agrícola, ensinando práticas racionais, auxiliando aos agricultores técnica e materialmente, o que lhes estimula a novos empreendimentos, em vista do bom êxito obtido, constituindo, outrossim, bom exemplo para os fazendeiros das circumvizinhanças.

Êste tipo de cooperação, tem, ainda, aplicação para orientar trabalhos em cultura recentemente introduzidas na região, ou naquelas que, mal orientadas pela falta de conhecimentos técnicos, não atendem às finalidades econômicas.

COOPERAÇÃO DIDÁTICA

O panorama educacional do mundo define a tendência para o abandono da escola tradicional, que não raro, divorcia o ensino das necessidades da vida. Ela prepara, ilustra, mas não educa. Educar é "estimular, desenvolver e orientar, as aptidões dos indivíduos de acôrdo com os ideais de uma sociedade determinada".

Apesar da generalização da tendência para substituir a escola instrução pela escola educação, as nossas, entretano, continuam fieis ao tipo que Gauding chamou "Lehrerschule", escola do professor, onde êste é o único elemento ativo, restando ao aluno uma passiivdade exclusivamente espectativa, submissa, sem qualquer iniciativa, nem expontaneidade.

O aumenot do número de escolas não soluciona o problema educacional do Brasil. Precisamos escolas que satisfaçam às necessidades do ensino. Na população escolar, de cada 2 alunos, um abandona ou é reprovado. A. Terra, afirmou mesmo que existe apenas um aluno aproveitado em cada 3 da primeira série. Posta à margem a hipótese absurda da incapacidade do educando, teremos que responsabilizar as escolas, pelo quadro atual do ensino. Elas não despertam o interêsse das crianças nem induzem aos pais a solicitarem dos filhos maior assiduidada aos trabalhos escolares. Cumprem apenas missão alfabetizadora. Não preparam a mocidade para a vida. A rigidez e uniformidade do programa de ensino primário, principalmente num país em que as condições de vida são as mais variaveis, é uma eloquente afirmação da falta de objetividade do ensino.

Os programas devem ser maleaveis, variando com as pecularidadas locais. As tendências naturais do educando, devem ser aproveitadas para o seu perfeito ajustamento à vida. Os alunos de escolas rurais, que tiverem vocação para as atividades citadinas, devem ter oportunidade de frequentar uma escola onde possam desenvolver as suas aptidões naturais e vice-versa.

A nossa juventude ,nos poucos anos que frequenta a escola, é intoxicada com ensinamentos cuja finalidade la não póde alcançar. E continua ignorando o que precisava saber para melhorar a vida ou ajustar-se ao próprio meio.

O ensino entre nós é tipicamente de memorização. O aluno ouve e repete nas provas a lição do professor. Não desenvolve o espírito de creação, capaz de realizar. O aluno deve saber aplicar o que aprendeu e ter capacidade de resolver os problemas que surjam na sua vida. "A educação", disse Aydelotte, "deve ser uma atividade criadora. Não é apenas a aquisição de informações, antes um processo de raciocínio. A aquisição de informações é importante; não se póde aprender a pensar, a menos que se tenha algo sôbre que pensar. Mas, o grau em que o estudante assimila as informações que recebe é que mede o preparo e indica o seu desenvolvimento. A compreensão de principios é uma boa medida da educação. Todo educador deveria educar seus educandos para estes se sentirem capazes de crear algo novo".

Afirma Decroly — "o ensino deverá compreender o conhecimento da natureza, do meio ambiente em que vive o aluno e do qual depende para satisfação das suas necessidades e aspirações".

As condições naturais do Brasil levam-nos pelo caminho da agricultura, onde vamos encontrar as nossas reais possibilidades. Outro rumo, levar-nos-ia às areias movediças, às construções sem base, às lutas sem objetivo...

Assistimos, ainda, agora, a um surto industrial, com o desenvolvimento alicerçado em injunções fortuitas, com o estado de guerra, ou em condições precárias, com o protecionismo alfandegário. E em prejuizo da agricultura constituiu-se o fastigio da nossa incipiente indústria, fastígio puramente ficticio, de todo ilusório. A um sopro mais forte ruirá todo um castelo de cartas, sem a menor possibilidade de se prevenir qualquer amparo. Êsse desvio dos rumos tradicionais resultou nas funestas consequências que aí estão, clamorosas, às vistas do mais displicente observador.

O Brasil luta, ingloriosamente, para alimentar seus filhos; vê, contristado, que há subnutrição em quasi todos os setores, absoluta carência de alimentos bons e completos. Parece até que a fome lhe bate à porta, pois mesmo a dieta das classes mais favorecidas, não atende às necessidades vitais.

Tudo porque não soubemos aproveitar as nossas condições naturais, nem imprimir ao ensino as suas caracteristicas educacionais. Ficamos na mística da alfabetização e não conseguimos nem uma nem outra cousa. Não queremos compreender que ainda não passamos da fase agricola e que o salto para o estágio industrial foi um gesto temerário, em proveito de uns poucos e em detrimento da generalidade. Si tôdas as atenções estivessem voltadas para o verdadeiro caminho que deviamos trilhar, as propriedades agrícolas seriam a principal preocupação dos govêrnos, que as poriam em contáto com os centros populosos através de via de comunicação, faceis e abundantes bem como, atenderiam as suas necessidades mais imediatas, transformando-as num grande celeiro para prover as populações do país.

Entretanto o que vemos é o descalabro das fazendas e o exodo das suas populações para as cidades.

A educação racional pode modificar êsse panorama. Mas enquano a juventude rural não for educada para sua fixação à gleba, a sua élite virá para as cidades, em busca de melhores condições de vida. Será um consumidor a mais e um produtor a menos. No sentido de debelar êsse mal é que deve ser orientado o ensino às poulações rurais.

A vida da roça, dentro da natural relatividade das cousas, pode oferecer atrativos, de planejameno fácil e de facilima execução. No pequenin mundo que é o cérebro das crianças que vivem nos sitios e fazendas, a imaginação limita-se ao raio visual e as aspirações cingem-se às cousas do seu ambiente. Nenhum surto maior, nenhum devaneio mais transcendental; a realidade pura das cousas materiais. Viver bem, dentro de relativo conforto, obrigações cuidadosamente descriminadas, com o rigoroso respeito pelas horas de refeição e de descanço. E eis tudo.

Todo o segredo pedagógico da distribuição do trabalho, estriba-se em não cançar a não lhe atribuir tarefa superior às suas possibiildades. Nunca perder de vista as predilições manifestas dos meninos, procurando sempre orientar a sua atividade num desses ramos. E' inteiramente contraproducente forçar as inclinações do educando, pois trabalham mal humorados, contrafeitos, sem coragem para reclamar. A docilidade e o espírito submisso das crianças, não lhes permitem formular objeções. Aceitam passivamente, na certeza de que não se desencumbirão a contento. Daí, o receio de voltar à escola, da animosidade nascente, que rapidamente cria corpo no seu espírito. Será, fatalmente, um vencido, vitima de um complexo fácil de se contornar.

Mas, não cabe nos moldes deste trabalho minúcias de caráter pedagógico, atribuição que pertence mais ao professor.

No século XVI, já Herrera e Deza preconizavam uma educação cultural, técnica e profissional para os filhos dos agricultores, como meio eficaz de aumentar a produção da mais fecunda riqueza com que os homens podem contar (Benedeti). Nada estamos fazendo de novo ao voltarmos a nossa atenção para as crianças, no momento em que procuramos racionalizar as práticas agricolas. A impossibilidade de um trabalho geral de educação dos adultos, orienta a atenção do Fomento Agrícola para a juventude rural, que deve ser conduzida para atender as conveniências nacionais, que, em última análise, é do seu exclusivo interesse. A criança póde levar aos lares conhecimentos que melhorem as condições de vida. — Esta união entre educandos, educadores, agrônomos e os pais dos alunos, possibilita a intrrodução de novos métodos de trabalho e assegura a harmonia de pontos de vista entre pais e filhos, prevenindo choques futuros, tão comuns, no ajustamento da mentalidade de duas gerações educadas de maneira diversa.

A finalidade precipua da cooperação didática é crear u'a mentalidade ruralista na crianaç, ensinando-lhe a tirar maior proveito da vida dos campos.

Consiste em facilitar por todos os meios ao alcance do Fomento Agrícola, a objetivação do ensino nas zonas rurais. O preparo de educandos e educadores

deve receber a melhor atenção do agrônomo, que assistirá moral, técnica e materialmente qualquer iniciativa nêste sentido.

A professora precisa conhecer a vida dos campos. E a concretização das aulas deve ser feita dentro das cousas rurais. Além de mais compreensivel para os que vivem nas fazendas, oferece oportunidade de ministrar maior soma de conhecimentos uteis, sem exigir grandes esfôrços de memória. Esta orientação despertará, nos pais, um interêsse todo especial pela escola, que nela vêm um complemento do seu próprio lar.

A cooperação didática congrega os esforços dos responsaveis pela educação das populações rurais, elevando seu nivel moral, intelectual e econômico, permitindo desfrutar tôdas as facilidades da vida dos campos e contornar as suas agruras.

Fixar normas rigidas para sua execução seria limitar as suas possibilidades. Assim, cada região deve estabelecer um programa próprio, de acôrdo com as necessidades e peculiaridades locais, tendo em vista o aproveitamento das tendências naturais da criança, incutindo no seu espirito uma sólida mentalidade ruralista.

CLUBES AGRICOLAS

Os clubes agricolas são o complemento harmônico das escolas rurais. Neles, as crianças têm oportunidade para se exercitarem nas atividades atinentes à vida da fazenda, seja no terreno das realizações práticas, seja nos assuntos de ordem social.

A sua aplicação não se restringe às escolas primárias. As professoras, também, precisam familiarizar-se com a vida dos campos, tornando objetivos seus ensinamentos e colocando-os na própria atividades das crianças, nas suas predileções; nas suas necesidades; no seu espírito de critica, para que possam acompanhar, com justeza, os ensinamentos que se processam. As condições atuais indicam que a economia nacional tem, ainda, o seu sólido alicerce na agricultura. Para ela devem ser encaminhadas tôdas as crianças que demonstrarem aptidões para a vida rural. Esta qualidade do educando porém, só póde ser desenvolvida por professoras devidamente familiarizadas com os misteres do campo. Não queremos uma educação rural generalizada; apelamos para o aproveitamento das tendências pessoais, para que o jovem receba uma educação capaz de ajustá-lo perfeitamente à sociedade, para sua felicidade pessoal e progresso coletivo. Queremos frizar com tôda a ênfase, com a fôrça máxima de nossos incipientes recursos, que: só devem ser educados para a vida rural os que demonstrarem tendências naturais para êsse gênero de trabalho.

Os clubes agricolas congregam os esfôrços dos que solidarizam para dar à juventude rural brasileira, o que ela mais carece: — ensino generalizado, eficiente e objetivo. E é por esta razão que todos os setores da administração pública, num edificiente exemplo de cooperação, contribuem para a conveniente disseminação dessas instituições, cuja atividade, se faz sentir nos vários aspectos do problema educacional.

Os clubes agricolas são o campo prático para ensino da técnica agro-pecuária, que possibilita a exploração compensadora das lides agrárias. Acrescentemos, ainda, os ensinamentos de ordem geral e doméstica, além do aproveitamento das horas de lazer, que concorrem, d emaneira decisiva, para o melhoramento das condições de vida nos lares rurais.

São organizações para ambos os sexos, o que permite integrar a futura mãe de familia ao ambiente rural, tornando-a um vínculo que ligue pais e filhos à vida da fazenda, em vez de criaturas que só encontrem na cidade prazeres e atrações.

O trabalho, em conjunto das crianças, desperta-lhes o espirito de emulação, de direção e de iniciativa. A educação dentro dos princípios do cooperativismo, proporcionam um feliz equilibrio, que harmoniza as tendências atuais. Está entre o individualismo e o coletivismo. Atenúa o egoismo dos que sómente acreditam no homem isolado, sem cair no coletivismo absoluto, que anula a personalidade. "A cooperação irmana os homens na busca de um ideal comum préviamente estabelecido". (Benedeti). O trabalho feito por equipes, tão do agrado dos pedagogos modernos, estimula iniciativas, ensina as crianças a se corrigirem mutuamente, a controlarem as suas tendências naturais, em proveito próprio e da coletividade. Quando as crianças aprendem a trabalhar e a divertir-se em conjunto, isto é, quando aprendem a viver em sociedade, não têm medo de assumir a responsabilidade de emprendimntos maiores que dependem de colaboração coletiva, porque foram educadas dentro do espírito de cooperação e do esfôrço em conjunto.

Aprender realizando, eis o método universalmente preconizado. Dentre outras vantagens, exercita a habilidade manual, cujo valor na educação já Lutero, Rabelais, Montaigne, Rousseau, Pestalozzi e tantos outros exaltaram. Para o homem moderno, o contrôle das mãos é atributo indispensavel, cuja necesidade se faz sentir intensamente à medida que os dias passam.

Há, também, um aspecto muito interessante a considerar-se nos clubes agricolas: é a produção de alimentos sádios, para completar a dieta das crianças, que no geral, vão mal nutridas à escola. Sendo os alimentos produzidos pela própria criança, o aspecto de caridade é substituido pelo sentimento de recompensa ao trabalho, o que conforta e enobrece. Si o que produzimos tem, para nós adultos, uma significação tôda especial, para a criança constitue um estímulo de valor inexcedivel.

Há sempre possibilidade de organização de um clube agricola, quando jovens, interessados pela agricultura, possam reunir-se habitualmente. Pelo que nos foi dado observar, a maior dificuldade para o bom êxito dessas organizações, está na escolha de uma pessôa, para orientar os trabalhos, que, além de conhecimenos de ordem geral deve ser perseverante e dispôr de tempo suficiente. Tanto na organização, como no decorrer dos trabalhos dos clubes agricolas, não se póde, porém, esquecer um dos seus principais objetivos: — criar a personalidade da criança. Para tanto, ela deve ser exercitada desde a sua adesão ao clube — absolutamente voluntária — até nos minimos detalhes da realização dos trabalhos. Cada clube deve ter a sua orientação própria, que quando bem compreendida pela criança, tudo fará, naturalmente, par o seu desenvolvimento em beneficio do ideal comum.

Calda bordaleza

Cesar Seára

Falar em calda bordaleza em agricultura é o mesmo que tratar de tintura de iodo em medicina, tamanhas e tão eficazes são as aplicações da tradicional fórmula no combate às doenças das plantas. Assim, até hoje nada melhor apareceu como fungicida do que a calda bordaleza, cujo ínfimo custo e inigualável eficiência e tornam amplamente aconselhável, na diluição de 1%.

Prepara-se a mesma diluindo 1 quilo de sulfato de cobre em 50 litros dágua, o que póde ser feito triturando-se bem o sulfato e deixando-se o mesmo se dissolver em água, num saquinho de pano poroso. Toma-se, a seguir, 1 quilo de cal viva e deita-se água sôbre a mesma até extinguí-la, feito o que completa-se 50 litros.

Na hora de usar, despeja-se o leite de cal, assim obtido e filtrado com um pano, sôbre a solução do sulfato de cobre, mexendo-se bem como um objeto de pau, para que a mistura fique homogênea.

E' importante não usar recipientes de metal nas operações de preparo da calda bordaleza, sendo preferivel o uso de barris ou tinas de madeira, como também as duas soluções só devem ser misturadas pouco antes de sua aplicação, não podendo a mistura ser guardada de um dia para o outro.

A calda bordaleza não deve ser ácida, o que póde acontecer quando a cal é de qualidade inferior. Verifica-se isto deitando sôbre uma lâmina de faca ou canivete umas gotas de calda já preparada. Se ela estiver ácida, após 3 minutos, sacudindo-se fora as gotas, ficarão na lâmina marcas acobreadas, como de azinhavre. E' necessário então despejar mais leite de cal sôbre a solução de sulfato de cobre até obter-se uma calda neutra ou ligeiramente alcalina. Uma solução de ferro-cianureto de potássio a 10% — o que se poderá obter em qualquer farmácia — é também excelente indicador para a calda bordaleza. Se estiver ácida, pingando-se sôbre pequena amostra umas gotas da solução, forma-se um precipitado pardo-escuro; caso contrário, não haverá nenhuma modificação na côr amarela da solução indicadora.

Aplica-se a calda bordaleza em pulverizadores, quer na prevenção, quer no tratamento das moléstias causadas por fungos que são os mais disseminados entre as plantas cultivadas.

Capital e retorno nas cooperativas

Fábio Luz Filho

Já em comunicado que o Serviço de Economia Rural distribuiu, há tempos, citando a um autor argentino, frisei, que, embóra a formação de um capital que possa atender, de imediato, aos objetivos sociais não seja, em uma cooperativa, o único fator de êxito (o contrário seria relegar a plano inferior os valores morais e espirituais que cimentam a teoria cooperativa), não deixa êle, realmente, de ser um fator decisivo, que deve ser encarado com muita objetividade.

Entanto, vejamos como essa questão é encarada por teóricos e práticos mundiais.

Aduzirei, inicialmente, argumentos respigados em **Fauet**, tratadista dos mais trilhantes e de renome universal.

Seu **"Se secteur coopératif" (Essai sur la place de L'Homme dans les Institutions Coopèratives et de celles-ci dans l'Economie)**, é atualmente um livro de cabeceira de todos aqueles que conhecem ou desejam conhecer o fenômeno cooperativo em seus lídimos fundamentos, em sua filosofia, em suas possibilidades amplas e fecundas. Este livro devia ser colocado nas mãos de muitos jornalistas paroleiros, com atoardas esfusiantes mas de um cunho de jôgo trêfego de palavras, e de um iconoclasmo fácil, barato, injusto e gratuito, ou de publicistas brilhantes, sinceros e entusiastas, mas obnubilados por pontos de vistas pessoais e exclusivistas, ou por generalizações de saber derrotista e de efeitos de pirotécnia jornalística, mas indesculpáveis em quem eventa assuntos para um público leigo e subscrevendo, um capital na proporção de seu consumo, o que é aconselhável; é necessário não só que o integralize (o que nem sempre sucede), mais que, acima de tudo, seja fiel à sua cooperativa, de vez que "**cada aquisição feita na cooperativa a torna mais forte e próspera**".

"**Nesta fidelidade reside a boa marcha da organização cooperativa**".

Eis, francamente expostos, os ângulos por que pode ser percutida a questão, o que põe em relêvo os exageros de certos pontos de vista unilaterais.

Temos no Brasil, principalmente no Rio de Janeiro, exemplos a favor e contra. Temos cooperativas, como, entre outras, a dos Rodoviários, que, de começo modestas, sem ter atendido "regra da proporção", são hoje o que são (ver meu artigo a respeito na revista de dezembro de 1948); outras, como a do Departamento de Segurança Pública, inaugurada com sólida base de capital (era êste tomado na proporção dos vencimentos, abrangendo dede o contínuo até aos delegados e ao próprio chefe de Policia), inaugurada com grande solenidade, e que até hoje ficou no papel, não tendo tido os seus organizadores, apesar de tôdas as facilidades oferecidas, e do seu nivel cultura, nem mesmo o trabalho de levar os documentos ao Departamento do Comércio ,para a necessária personalidade juridica. . .

Para o movimento cooperativo, são necessários, senhores, aqueles homens a que se refere **Bórea:** homens bons, imparciais, que se não decepcionem com os fracassos; que enfrentam com galhardia e desprendimentos os óbices que repontam; que ponham o interêsse comum acima de tudo; de fidelidade irrestrita à sua cooperativa; à qual devem dar um capital suficiente; mas, também, e sobretudo, dirigentes honestos e capazes.

Na Cooperativa de Consumo de Gra-

jaú, com 120.000 cruzeiros de capital realizado e 33.000 que nunca foram pagos, de 520 associados apenas 180 desde início consumiram uma média irrisória, sem se dar ao trabalho de ir às assembléias gerais...

De nada valeram apelos comoventes e, como **último ratio**, a ameaça da ação executiva e da ordinária, esta para débitos em atraso, excepcionalmente concedidos, como medida de emergência em determinada fase aguda da crise de alimentação, e aquela para a cobrança das quotas-partes de capital em lamentável mora...

Isto tudo aliado a dificuldades de gerência e de empregados (vários tiveram de ser despedidos), e a precalços surgidos com uma ação judicial contra determinado negociante, elemento estranho ao quadro social, e acrescido daquela triste incompreensão da imensa maioria de associados moradores de um bairro belo e aprasivel possuidor de uma população que, pelo seu nível de vida, poderia dar a essa cooperativa uma situação impar enter as coperativas não profissionais do Rio de Janeiro, levou a cooperativa, com tanto idealismo fundado por um grupo de abnegados, a entrar num processo lento de autofagia...

Sente-se até pudor em ter de apelar para o desconto em folha, que apenas resolve part edo problema, que é medularmente moral, de educação, exigindo sondagens na psique de nossa pobre gente... Ou então reconheçamos que o próprio Estado, dando ou fingindo dar de um lado, tira do outro; os **Sesi**, os **Saps**, as exigências fiscais, escorchantes, o retraimento do crédito, a má estruturação dos órgãos oficiais, com sua berrante deficiência de tudo, etc., etc., para maior glória dos comerciantes, pantos de empáfia e de automóveis de luxo. .

Existe no Distrito Federal uma Cooperativa de consumo com numerosos armazens espalhados pela cidade. Além do capital próprio realizado, teve o amparo de alguns milhares de contos do imposto sindical, (concessão do Ministério do Trabalho), e o apôio material e moral de prestigiosa organização católica. Isto tudo acrescido de uma venda ao público numa percentagem de quase oitenta por cento!... Entanto, deveria estar por tôdas essas circunstâncias em posição impar, econômica e financeiramente falando, no quadro do movimento cooperativo brasileiro, o que, entanto, não acontece.

Falta de ducação e mais falta de educação coperativa; maiores recursos em capital de movimento para o alcance direto dos mercados para frontear os intermediários, atingindo as fontes de produção agrícola e industrial; administradores, gerentes e empregados passados por um crivo coletivo; ausência de apôio creditício adequado; deficiência chocante dos órgãos de assistência técnica em verbas e elementos humanos; eis alguns dos pontos nevrálgicos do incipiente movimento cooperativo brasileiro...

O Serviço de Economia Rural, com apenas meia dúzia de velhos técnicos em cooperativismo e três contadores, todos com ordenados de contínuos, possui, entanto, cinoc assistentes jurídicos (por enquanto cinco), com referência L, quando um só daria conta do recado...

Contam-se a dedo os departamentos estaduais realmente eficientes, pelos mesmos males de falta de verbas e pessoal, e melhor atenção dos respectivos governos, não obstante receba cada um, 50.000 cruzeiros anuais do Serviço de Economia Rural.

Esperamos por uma das duas: ou o Departamento Nacional do Cooperatiivsmo, previsto no substitutivo Faraco em andameno na Câmara, ou a Divisão de Cooperativismo do Palno Salte. Como está que é de tood impossível coninuarmos... E que passe o projeto que reestrutura a Caixa de Crédito Cooperativo.

Um técnico estrangeiro já disse que o que retarda a miúde o desenvolvimeno das cooperativas é que se não encontram bastante abnegação, suficiente espirito de servir e de buscar o bem comum; maiores esforços pessoais e maior união de esforços.

Isto deverá estar, no Brasil, em função de um trabalho de ducação presistente e sistematizado, partido não só dos órgãos oficiais especializados, como das grandes cooperativas e das próprias centrais e federações existentes, as quais infelizmente, com algumas exceções, não parecem possuir para isso recursos nem mentalidade, demasiado comercializadas que andam por aí, para dar atenção a assunto que julgam, certamente, sem grande relevância.

"Cada associado deve ser uma partícula viva, consciente, do organismo, e contribuir, na medida de suas fôrças, para o mais perfeito funcionamento da coperativa".

Cooperativismo, senhores, é cruzada santa, nobre apostolado. Exige a "fé do créao religioso", "a moral do preceito filosófico" e "a verdade inconstratável da ciência"... Não é com egoismos remorantes e com mercantilismos omissos que construiremos a sobrançaria do edifício coperativo...

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ORGAM OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA



[illegible] do Rio Grande do [illegible] é hoje uma das suas grandes [illegible] em crescente progresso. [illegible] [illegible] colonial, a cultura da [illegible] em qualidade e quantidade.

RIO DE JANEIRO - BRASIL

ANO LIII

SETEMBRO - DEZEMBRO, 1949



Paisagem nos arredores de Curitiba

SUMARIO

Sociedade Nacional de Agricultura

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PUBLICA

PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARATER PERMANENTE DOS SEGUINTES ÓRGAOS:

Conselho Federal do Comércio Exterior (Presidência da República) — Dr. Arthur Torres Filho; **Comissão Permanente de Exposições e Feiras** (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; **Comissão Central de Preços** (Presidência da República) — (Agricultura) — Dr. Edgard Teixeira Leite; **Comissão Central de Preços** (Presidência da República) — (Pecuária) — Dr. Jeronimo Antonio Coimbra; **Comissão Permanente das Estradas de Rodagem** (Ministério da Viação) — Dr. Raul David de Sanson; **Comissão de Organização Rural** (Ministério da Agricultura) Dr. Arthur Torres Filho; **Instituto Brasileiro de Educação e Cultura** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Comissão de Intercâmbio Comercial com o Exterior** (Ministério da Fazenda) — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Conselho Permanente das Associações Americanas de Comércio e Produção** — Dr. Edgar Teixeira Leite.

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Ano LIII Setembro - Dezembro de 1946

COLONIZAÇÃO RURAL

Prof. ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Está provado que a vitalidade do ruralismo reside na pequena propriedade; e, sem querermos mencionar o que se está passando na Europa, e mesmo na América. No próprio Brasil, temos a resistência oferecida pelas zonas colonizadas, de que uma das demonstrações mais felizes se encontra na zona colonial do Rio Grande do Sul, hoje base angular de sua economia. Certamente, com a vastidão territorial do Brasil, inadmissível seria se quizessemos vêr nele prevalecendo apenas o regime da pequena propriedade.

Ao adotar uma política agrícola, não poderemos deixar de cogitar da divisão do sólo, como meio de lograr produção agrícola mais intensa e econômica em regiões apropriadas.

Muitas são as fórmas de colonizar, ou melhor, de fixar o homem ao sólo. Nos velhos paises da Europa o Estado intervem mais para regular a propriedade, estimulando a ação individual e coletiva por meio do crédito; ao passo que, nas nações novas, o programa assume aspecto mais complexo, exigindo a intervenção direta do Estado na divisão da terra e na organização da produção, cabendo-lhe a responsabilidade de toda a obra colonizadora.

Já houve quem dissesse que o latifundio é dos maiores inimigos da democracia. Se isso póde ser considerado uma verdade, não será menor o prejuizo resultante da existencia de terra inculta junto aos centros de população densa.

O combate ao latifundismo precisará ser feito em concordância com o crescimento demográfico, visto exigir regime intensivo de cultura.

Não é suficiente preocuparmo-nos com a localização de colonos.

O poblema da colonização tem aspectos de complexidade bem maiores do que póde parecer á primeira vista, envolvendo questões de alta resonsabilidade técnico-financeira. Registram-se entre nós insucessos de colonias em consequência de má localização das mesmas, dando-se preferência a terras devolutas, fóra, no geral, de meios de transporte e mercados consumidores.

Ao falar em colonização, não nos acóde ao espirito a idéia apenas de estrangeiros, mas, também, a localização de nacionais.

As dificuldades a serem vendidas no aproveitamento das terras exigem estudo cuidadoso dos aspectos social, econômico e técnico.

Parece-nos, em materia de colonização rural, muito significativo, o caso da

Algeria, hoje contando com grande produção de trigo e aveia e constituindo, a justo título, legítimo orgulho da capacidade colonizadora da França. Esse exemplo encerra grandes ensinamentos, sabido, como é achar-se êsse país em meio natural ingrato pela situação goegráfica, pela topografia, pelo clima irregular, exigindo grandes obras públicas de irrigação e outras, como estradas de ferro, portos, etc

Condições as mais adversas, mesmo em zonas tropicais, não têm impedido a execução, com sucesso, de programas de colonização. Dentre outros fatores, na colonização, deve-se ter em vista: a divisão em lotes e a natureza dos mesmos: a organização dos serviços públicos; o crédito e o cooperativismo; essas são, além de outras, as condições exigidas pela missão agro-social a cargo de nucleo-agrícola.

Não nos esqueçamos ter sido a obra colonizadora incentivada, sistematicamente, mediante instituições de crédito, tendo-se por fim despertar a iniciativa social, julgada sempre útil no auxílio ao poder público.

Cautelosamente, em concordância com o aumento da população do país, creando-se organismos públicos de base financeira estável, precisaremos combater, sem exageros, o latifundismo oportunista, a terra baldia e inculta, representativa do marasmo politico e econômico, índice demonstrativo que é, sem dúvida, da falta de energia para o trabalho na alma de um povo.

Protejamos o trabalho agrícola. E, protege-lo, será valorizar a zona rural, amparando-se o braço incansável dos maiores obreiros do progresso do país.

A cultura do trigo em Portugal

Conferência do Agrônomo Senhor

HENRIQUE DE BARROS

Sob a presidência do Sr. Luiz Simões Lopes, realizou-se, com a presença de numeroso auditório, uma sessão especial na Sociedade Nacional de Agricultura, na qual se fez ouvir o economista Sr. Henrique de Barros, professor do Instituto Superior de Agronomia de Coimbra, e que se encontra entre nós a convite do Sr. Ministro da Agricultura.

O Sr. Luiz Simões Lopes, ao abrir os trabalhos, deu a palavra ao agronomo Sr. Romolo Cavina, que saudou o ilustre visitante, em nome da Sociedade Nacional de Agricultura.

O Sr. Henrique de Barros, antes de iniciar a sua palestra, — leu a mensagem que à Sociedade Nacional de Agricultura dirigiu a Sociedade de Ciências Agronômicas de Portugal: "Sociedade Nacional de Agricultura do Brasil.

A Sociedade de Ciências Agronômicas de Portugal, organismo representativo da classe dos engenheiros agrônomos portugueses, delega no seu consócio Prof. Henrique de Barros o encargo de a representar junto da prestigiosa Sociedade Nacional de Agricultura a que — preside a nobre e respeitada figura do Prof Arthur Torres Filho.

Aproveita, com grato e acrisolado prazer, a oportunidade da visita ao Brasil daquele seu consócio para saudar a Sociedade Nacional de Agricultura e para lhe testemunhar, e através dela à classe agronômica e à lavoura do País irmão, o seu muito apreço e o seu vivíssimo desejo de que se estabeleçam e perdurem as mais cordiais e íntimas relações entre os meios técnicos e profissionais da agricultura nos dois países.

Confia em que, da estada no Brasil do Professor Henrique de Barros, resultem os maiores benefícios para o estreitamento das relação inter-profissionais no campo agrícola, e afirma a sua disposição de contribuir entusiàsticamente e devotadamente para que se atinja tão elevado propósito. — Saudações cordiais Lisboa, séde da Sociedade 16 de julho de 1949 — Antonio Vieira de Souza — Presidente, — Manoel Máximo de Castro Nery — Secretário".

A Conferência do Sr. Henrique de Barros prendeu a atenção do auditório durante uma hora e meia, e pode ser assim resumida:

Senhor Presidente, Meus Senhores.

Desempenhada que está a minha missão de entregar a esta Sociedade a mensagem de que era portador, e cumprido que foi o gratíssimo dever de me associar pessoalmente às saudações da "Sociedade de Ciências Agronômicas de Portugal" — vou ainda ocupar, por breves instantes, a vossa esclarecida atenção, apresentando-vos um sumário informe acêrca da **produção, do consumo e do comércio do trigo em Portugal.**

Partidário, como me tenho manifestado, do intercâmbio científico e técnico entre os nossos dois países — outra coisa não pretendo, nêste momento, senão contribuir, modestamente embora, para que tal intercâmbio, a pouco e pouco, da mera aspiração que tem sido, se vá tornando sólida realidade.

A minha estadia entre vós — em condições tão penhorantes dá-me ensejo a que, no setor agronômico, eu possa cooperar nêsse intercâmbio, cujo lema, (afinal bem singelo) resumirei nesta dupla sentença: — dar a conhecer aos portuguêses o Brasil Rural; — dar a conhecer aos brasileiros o Portugal Agrícola.

Sei perfeitamente que é meu dever principal o cumprimento da primeira parte dêste programa, e em tal sentido estou agindo, e em breve actuarei com mais extensão e vigor.

Na verdade, em crônicas remetidas para Portugal, e nesta data talvês já publicadas pelo "Diario de Lisbôa", eu informei os meus compatriotas dessas duas magníficas realisações da agronomia brasileira que são o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas (CNEPA) e a Universidade Rural.

Quanto ao que (gostosamente aliás) estou disposto a realisar — dir-vos-ei que me proponho, mal regresse ao meu país, proferir algumas conferências, perante auditórios interessados nos problemas agrários, e em que darei conta do muito que vi, e do muito mais que aprendi, nas visitas a alguns dos vossos centros de ensino agrícola e pesquiza científico agraria, bem como a nucleos diversos de produção agro-pecuária.

Repito que sei perfeitamente que o meu dever principal, em face da honrosa posição que me conferiu o vosso ilustre Ministro de Agricultura é o **de informar os portugueses acêrca do Brasil Rural.**

Hoje, porém, seguindo uma variante nessa missão divulgadora a que resolvi consagrar-me — darei preferência à segunda parte do meu programa, que consiste em dizer aos brasileiros alguma coisa do Portugal Agrícola, dessa velha Nação a quem as aventuras ultramarinas jamais fizeram perder o gosto pela terra e o hábito de a cultivar com amorosa diligência.

A cultura do trigo em Portugal é secular,

anterior certamente à remota fundação da nacionalidade.

E já então, nesses primitivos tempos, não era tarefa fácil, nem desprovida de espinhos, nem liberta da ameaça de constante insucesso.

Há muito que, no velho continente europeu, passara a época em que a Natureza pròdigamente facultava ao homem os bens de que êste carecia, sem uma exigência de trabalho em contrapartida.

Na verdade, séculos haviam transcorrido desde que Vergílio escrevera no Canto I das "Geórgicas":

"Foi Ceres quem primeiro ensinou os mortais a revirar a terra com o ferro, quando já lhes faltavam as landes e os medronhos das sagradas matas, e Dodona recusava o alimento fácil. Em breve as molestias atacam também os trigos; a maligna ferrugem rói os colmos; o cardo preguiçoso eriça-se nos campos; estiolam-se as searas; em lugar delas surge densa sarça de plantas, abrolhos e bardanas, e, manchando os terrenos fabricados com esmero, crescem o joio infecundo e as avelas bravas. Por isso se não escardeares assiduamente a terra com o rastro, se não derrubares à foice as plantas que ensombram as tuas culturas, se não espantares com ruídos as aves, se não implorares dos deuses a chuva, pobre de ti! Contemplarás com vão desgosto as fartas pargas de trigo dos outros lavradores, e terás de enganar a fome com bolota varejada nas matas".

Prossigamos, porém.

Levar-me-ia muito longe a idéia de historiar, ainda que sumariamente, a produção de trigo em Portugal.

Darei, por isso, apenas algumas notas, quasi inteiramente resumidas dum trabalho meu "O Problema do Trigo", sem outro intuito que não seja o de assinalar os factos mais salientes.

O historiador da agricultura portuguêsa não tem dificuldade em verificar que, durante séculos, os governantes não seguiram, a respeito do trigo, qualquer política definida, e em observar que, a partir do século XIII, o regime da insuficiência da produção e da necessidade de importar só por excepção deixou de ser regra.

As colheitas escassas e incertas, as comunicações deficientes, a solidariedade nacional ainda pouco vincada, tudo concorria para as constantes penúrias de pão. O procedimento governamental era, por isso, de mero oportunismo: impedir a exportação, permitir ou até estimular a importação, tabelar o preço — tais eram as suas finalidades. Durante a dinastia de Aviz, sabem-se ter sido constante e avultada a importação de trigo de França, Flandres, Dinamarca, Castela, Sicília, Mauritania e Açores. Ao longo desta época e das seguintes, são inúmeros os conflitos entre a Municipalidade Lisboeta e as autoridades provinciais, por estas levantarem obstáculos à remessa de cereais para Lisbôa.

As importações não eram apenas consentidas, mas até provocadas, senão forçadas. O grosso da importação (paga a princípio em sal, depois em especiarias e mais tarde em ouro) concentrava-se em Lisbôa, daí saindo para o consumo da cidade, o passadio das armadas da Africa, da India e do Brasil, e para acudir aos lugares do país onde a fome ameaçasse.

Anos houve de verdadeira angústia; os enviados de Lisbôa haviam percorrido o país e trazido o cereal que tinham conseguido angariar; eram já grandes as quantidades importadas; apesar disso, de toda a parte afluíam pedidos, quando a capital nem do suficiente dispunha para sustento dos seus naturais.

O ano de 1621 foi terrível, não se colhendo a têrça parte da variedade ordinária; em 1630 o trigo escasseou tanto em Lisbôa que foi mister adquirir milho urgentemente; no ano seguinte, as dificuldades não foram menores, como o não foram em 1648, 1661, 1692, 1694 e 1711.

Por meados do século XVII, um documento oficial avaliava em 50 a 60.000 to. a quantidade anual de "trigo do mar que trazem os estrangeiros sòmente para Lisbôa".

A exploração das minas do Brasil causou extrema prosperidade no erário público, facilitando o recurso à importação, a qual passou, de meio desagradável a que não havia forma de fugir, a processo cômodo de resolver dificuldades; a partir de 1720, tornou-se sempre indispensável e foi constantemente favorecida. Em 1722, a Alfândega tributou o trigo importado, o que levou os mercadores estrangeiros a declararem que cessariam os seus fornecimentos; a ameaça apavorou os vereadores de Lisbôa e levou-os a pedir ao Rei que não fossem opostos embaraços àqueles mercadores, já que, alegavam, "o trigo é uma mercadoria livre de direito e encargos e em cuja liberdade vai tão interessada a opinião pública". As facilidades chegavam ao ponto de ser preceito hospedar gratuitamente os comerciantes que vinham vender o cereal.

No século XVIII e primeiro quartel do século XIX a produção não fez senão diminuir e a importação aumentar, calculando-se esta, findas as guerras napoleónicas, em 4 vezes o que era no princípio do século XIX.

Em 1821, aparece uma lei criando entraves à compra de cereais estrangeiros, lei que se manteve em vigor durante as décadas iniciais do regime liberal e cuja eficácia, a par aliás de outras causas, foi tão grande que chegou a haver anos em que se exportou trigo.

Em 1837 remodelou-se a lei, ficando a importação sujeita a imposto e permitida apenas até ao limite da quantidade necessária para suprir a deficiência da colheita nacional. Até 1855 raras vezes foi necessário importar. De 1854 a 1888, modificou-se a orientação, e o livre cambismo presidiu ao comércio externo. As colheitas declinaram. A partir de 1865, foi sempre necessário importar quantidades consideráveis de trigo. De 1889 a 1899, reaparecem leis proteccionistas, cujos princípios fundamentais se conservaram até aos dias de hoje. A entrada do trigo exótico não seria autorizada enquanto todo o nacional não tivesse sido adquirido; fixaram-se os preços em função da qualidade do grão (mole ou rijo) e do pêso do hectolitro, e obrigaram-se os moageiros a comprar, em determinado prazo e ao preço legal, a quantidade de trigo

nacional que lhes coubesse em rateio; a importação só ficou permitida aos industriais para tal especialmente autorisados, e a licença, em princípio, só era concedida aos que houvessem comprado trigo nacional em quantidade dupla da que pretendessem importar.

A legislação proteccionista teve consequências rápidas sobre a produção nacional que, na média anualde 1900 a 1914, atingia já 220.000 toneladas. Como, porém, o consumo tivesse aumentado bastante, aconteceu que, até 1929, a importação se manteve sempre em nivel elevado, atingindo a média anual de 175.000 toneladas durante o período de 1921 a 1929.

Após a promulgação da lei de 99, podem considerar-se as seguintes fases na política do trigo. Até 1914, a lei vigora, embora adi tada e corrigida. De 1915 a 1929 é o período de guerra, com as inerentes dificuldades de abastecimento. Liquidadas estas, volta-se à antiga orientação proteccionista.

De 1929 em diante, decorre época caracterizada por energica acção de fomento da produção nacional e modificações na legislação resultantes de nova orgânica corporativa. Iniciou-se este período com a vasta actuação de propaganda, auxilio e estimulo oficiais que se denominou "Campanha do Trigo" e cujos 20 anos acabam de ser comemorados no mês transacto.

Os resultados, observados até ao deflagrar da última guerra, foram muito apreciáveis: a importação média anual desceu a 54.000 toneladas e a produção ascendeu a 481.000 toneladas. Os montantes das safras em 1934 (655.000 Ton.) e em 1935 (771.000 Ton.) foram mesmo de tal ordem que excederam o consumo e provocaram a acumulação de "stocks" inundáveis, obrigando a exportar, em 1936, a avultada quantidade de 111.000 toneladas, a preço por sinal muito inferoir ao custo.

De 1936 em diante, as colheitas voltam a diminuir, situando-se, por via de regra, entre 300 e 500.000 toneladas, mais geralmente entre 300 e 400.000. Como o consumo actual orça pelas 500.000 toneladas, correspondendo a uma capitação média de 70 quilogramas por habitante, e como ha que contar com a quantidade necessária para semente, vê-se que a importação continua a ser indispensável, muito embora a contribuição nacional seja digna de nota, excedendo em regra 60% a 70%.

No campo pròpriamente da organização, o período iniciado em 1930 caracteriza-se pela manutenção, e até reforço da legislação proteccionista anterior e pela adopção das normas corporativas que, no caso especial do trigo, consistiram em confiar a grandes organizações oficiais ou oficiosas o comércio do trigo e a orientação da indústria moageira e panificadora. Tais organizações são a "Federação Nacional dos Produtores de Trigo", a "Federação Nacional dos Industriais de Moagem" e o "Instituto Nacional do Pão".

Para definir, com mais clarêsa, o tipo de política econômica seguida em Portugal quanto ao trigo, permitir-me-ei apresentar aqui, em linhas muito gerais, a maclassificação que estabeleci para os países produtores de trigo.

Compreende dois principais grupos:

1.º — Países novos, ainda escassamente povoados, sem tradições agrícolas arreigadas e com boas condições naturais que tornam economica a produção.

2.º — Países de velha civilização, muito ou bastante povoados, com tendencia à saturação demografica, e portanto com limitada disponibilidade de terra; além disso: fortemente tradicionais em materia agricola.

Ha certa dificuldade em distribuir, por êstes dois grupos, apenas por eles, determinados países grandes produtores e, entre êstes, a Russia designadamente, que tem muito das caracteristicas de ambos, e muito mais ainda de caracteristicas proprias. Todavia, nas suas linhas gerais, esta divisão creio que pode servir.

Os países do primeiro grupo são, essencialmente, exportadores, e tanto mais, como é lógico, quanto melhores forem as suas condições noturais de produção e menor a densidade popularenol. Nêles, a terra abunda, não é ainda rara, no sentido acronômico da expressão, e vale, por isso, pouco relativamente à sua capacidade de produzir.

O que é raro, é o habitante, é o homem. Compreende-se, portanto, que êste seja o melhor termo de comparação para apreciar os resultados da actividade agricola. Todo o esforço tende, aí, na verdade, a conseguir o máximo rendimento por cada homem empregado na agricultura e não por cada hectare de terreno.

Em tais países, o problema econômico essencial consiste em diminuir o preço de custo através da redução dos encargos, e em especial da mão-de-obra. E estes reduzem-se não pela baixa dos salarios mas pela cultura em grande escala, pela mecanização das operações culturais, pela bôa organização comercial, financeira e cooperativa.

O tipo caracteristico de exploração agricola define-se aí pela monocultura, ou pela reduzida policultura, pelo emprego dos tractores e das grandes charruas, pela sementeira e pela sacha mecânicas, pelo uso das combinadas, e pela bôa organização dos transportes, da armazenagem e da conservação do cereal.

Embora existam entre eles diferenças muito importantes, êste 1.º grupo compreende principalmente: os Estados Unidos, o Canadá, a Argentina, a Australia, a Nova Zelândia e a Africa do Sul e sob determinados aspectos, apesar das muitas reservas que haviam a fazer, tambem a Russia.

Tratemos, porém, do segundo grupo, já que nêle se pòde incluir o meu pais, e é dêste que, hoje, me estou a ocupar em especial.

Compreende tal grupo variadas nações, nem todas muito afins, susceptiveis no entanto de se encararem em globo. De modo geral, abrange todos os países europeus e asiáticos que produzem trigo.

Ora, de tais nações, umas ha que são importadoras sistemáticas, outras importadoras eventuais, outras pelo contrário exportadoras; umas pretendem a todo o custo bastar-se, outras puzeram de parte tal preocupação;

numas, são bôas as condições naturais de produção e noutras são más; umas produzem caro e outras barato. Onde existem, se assim é, os traços de semelhança? São, essencialmente, de ordem moral ou, melhor, de fundo psicológico. Para os seus agricultores, a agricultura não é, por assim dizer, indústria, mas arte, não constitui um modo de vida, mas tão somente uma forma de viver, coisas afinal bastante diferentes. A terra tende a rarear e o seu valor venal cresce incessantemente, porque se atingiu a fase em que está concluída a apropriação do solo e generalizada a sua submissão à cultura.

A preocupação de poupar trabalho humano não pode ser levada longe de mais; o factor limitante da eficiência das combinações produtivas passou a ser a terra, e não o homem. Por isso, o que aquilata do resultado obtido é o rendimento por unidade de superficie e não o rendimento por unidade-homem.

O tipo caracteristico da exploração agricola tende a ser, com muitas variantes embora, o tipo intensivo, diversificado, muito absorvente de trabalho humano e de materiais fertilizantes, essencialmente preocupado com a escôlha das melhores rotações culturais e com o mais perfeito equilibrio entre os ramos agricola e pecuário.

Eis aqui, portanto, muito resumidamente, as principais caracteristicas genéricas deste 2.º grande grupo de países o qual, por sua vês, sub-dividirei em três sub-grupos.

O primeiro sub grupo inclui os paises que são (ou, melhor, que eram até ha pouco) normalmente exportadores, compreendendo principalmente as nações danubianas e a India, umas e outra, aliás, atravessando um periodo de profundas, e imprevisiveis, transformações na sua orientação económica-social.

O segundo sub-grupo abrange os países que são normalmente importadores, e cujos governos se não esforçam porque o deixam de ser, pelo menos integralmente. Inclui, designadamente, a Inglaterra, a Irlanda, a Belgica, a Holanda a Finlandia, as Nações Escandinavas e a Suiça.

São nações que até certa altura, se preocuparam com o seu auto-abastecimento em pão, algumas chegando até a ser exportadoras, mas que, a partir de dado momento, modificaram a sua orientação agraria. Quanto ao caso especial do trigo, quatro circunstancias teriam provocado aquela alteração. Em 1.º lugar, o rápido crescimento populacional, acompanhado de enorme expansão industrial, aumentou o consumo interno. Em 2.º lugar, o aparecimento nos mercados europeus dos trigos de além-mar, obtidos a mais baixo preço de custo, demonstrou, tanto aos governos como aos produtores, uns e outros por essa pouca crentes no livre-cambismo, o desacerto de insistir em obter um produto que poderia ser adquirido a preço muito menor. Em 3.º lugar, o progresso técnico agronómico tornou evidente que um sistema de agricultura mais intensivo e mais variado, com larga expansão do ramo pecuário, era capaz de originar lucros globais superiores aos conhecidos até então. Por último, a modificação da estrutura agrária tendeu sobretudo à expansão da emprêsa agricola de tipo familiar, intensiva e policultural, e ao desmembramento da grande emprêsa patronal, cuja vocação é a monocultura.

A ação destes factores conduzia ao abandono da cultura do trigo naqueles solos onde não pudesse ser remuneradora paga á cotação internacional.

Daí resultou, não o abandono da cultura do trigo, mas uma politica de seleção das terras e dos climas mais apropriados, bem como um grande aperfeiçoamento da técnica no sentido da intensificação. E' curioso notar, a êste propósito, que as mais elevadas produções unitárias verificadas no Mundo são as correspondentes a êste mesmo grupo de paises, cuja média global antes da guerra atingiu 2.400 Kgs. por hectare, chegando, na Holanda, como média de todo o país, ao máximo de 2.940 Kgs.

Falemos, isto posto, do terceiro sub grupo, ainda incluido no grande grupo dos paizes de velha agricultura. Define-se essencialmente pela reunião de duas caracteristicas, afinal antagónicas em estreito sentido económico: produção unitariamente cara, conjugada com objectivos autarquicos pertinazmente prosseguidos.

Abrange, principalmente, a Alemanha, a França, a Espanha, a Italia, a Grecia e Portugal.

São tudo nações que, desde longa data, visam à auto-suficiencia sem que, porém, nenhuma delas a tenha alcançado por forma estável. Anos ha em que conseguem bastar-se; por vezes até obtêm excedentes de produção nem sempre faceis de exportar; mas frequentemente são forçadas a recorrer ao estrangeiro para completar o abastecimento.

O elevado preço de custo é uma das suas caracteristicas mais notórias. Condições agroclimáticas longe de propicias, quando não adversas; intervenção oficial tendente a estimular, **por meios artificiais**, a cultura em toda a parte, mesmo nos solos menos indicados; deficiente apetrechamento da maioria das emprêsas agricolas em meios materiais e tecnicos; eis as razões principais que tornam a produção de trigo unitariamente dispendiosa.

Como é obvio, um único sistema existe, em tal ambiente, de assegurar a sobrevivencia daquelas emprêsas (e são a grande maioria) que produzem a um custo muito superior às cotações internacionais; e este único sistema consiste em eliminar do mercado interno a concorrencia dos trigos exóticos.

Proibição, ou regulamentação estrita, das importações, diferencial aduaneiro compensador, tabelamento do preço interno — são as providências classicas e mtal emergência, às quais podem ser adicionadas (como é presentemente o caso em Portugal) disposições tendentes a centralizar, sob controle direto do Estado, a totalidade do comercio de trigo.

Eis, portanto tal como se deduzem do contexto genérico e comparativo acabado de expor, as condições típicas, dum ponto de vista social e económico, da cultura do trigo em Portugal.

Por elas se vê que o território continental português não apresenta, por via de regra, bôa aptidão para a cultura do trigo — fato atri-

buível, em grande parte, à fraca produtividade do solo, mas ainda mais ao regime irregular das chuvas, caracterizado pela falta de oportunidade das precipitações atmosféricas.

Se alguma vês, portanto, chegar o dia, pelo qual anselam tantos espíritos generosos, em que a produção agrícola mundial possa ser submetida a um plano geral, obrigando à escôlha das culturas melhor adaptadas ao meio; se alguma vês tal dia chegar, é de presumir que o velho Portugal quasi deixe de produzir trigo, para se consagrar inteiramente às suas naturais vocações agrícolas, que são a vinha, a oliveira, a fruticultura, a floresta e os seus produtos (madeiras, lenhas, resinas, cortiças), e a criação de gado.

Enquanto, porém, essa era não fôr atingida outro remédio não teremos senão o de continuar a produzir trigo muito embora plenamente conscientes de que o fazemos em luta, e luta difícil, contra um condicionalismo natural e social bastante adverso.

Isto posto, passemos a uma sumaria descrição da cultura da produção, do consumo e do comércio do trigo no meu país.

Cultura e produção — Práticamente, é lícito dizer que o trigo se cultiva em todo o país, de norte a sul, de ocidente a oriente, embora em certas regiões muito mais do que noutras.

Num estudo em curso à cêrca do custo de produção do trigo, começou-se o trabalho pela análise estatística de cada município do país, estabelecendo-se o confronto entre, de um lado, as colheitas de trigo, e do outro lado, as superfícies e a população, isto com o fim de determinar índices da importância do trigo no município. Pois bem depois de se ter verificado que em todos os municípios se cultivava trigo, chegou-se à conclusão de que, num total de 293, apenas 87 deveriam ser excluídos por apresentarem índices muito baixos.

Vimos já que a produção total, em regra, oscilava entre as 300 e as 500 000 toneladas.

E's alguns dados mais precisos:

De 1938 a 1947 a produção média anual do decénio foi de 380.000 toneladas, variando desde um mínimo de 260.000 ton em 1940, até a um máximo de 510.000 em 1939, valores estes bastantes superiores aos obtidos até 1929, mas sensivelmente inferiores à média de 1928-37 que se aproximou de 500.000 toneladas.

Tomando a produção de todo o período que vai de 1934 a 1947 (14 anos) verifica-se que foi a seguinte a distribuição do trigo colhido:

58% destinado a venda,

27% no proprio consumo das casas agrícolas,

15% à semente.

O número de produtores de trigo em todo o país, segundo a mais recente estimativa, atingia 251 000, das quais:

200.000 produziam até 1 tonelada apenas.
43.000 produziam de 1 a 5 toneladas.
5.000 produziam de 5 a 10 toneladas.
4.000 produziam de 10 a 50 toneladas,
700 produziam de 50 a 100 toneladas.
500 produziam de 100 a 500 toneladas.
20 produziam de 500 a 1000 toneladas.
e sómente
3 produziam mais de 1000 toneladas.

E' patente, como se vê, o predomínio dos pequeníssimos produtores, os quais representam 80% do total.

Sob o ponto de vista da cultura de cereais panificaveis, o país divide-se em três distintas regiões: o Sul, onde largamente predomina o trigo; o Centro Litoral e o Noroeste, onde domina o milho; o Leste e o Nordeste, onde a maior importância cabe ao centeio.

A zona caracteristicamente produtora de trigo é o Alentejo, compreendido entre o Rio Tejo e as Serras do Algarve, embora outras haja bastante produtoras, como os arredores de Lisbôa.

E' uma provincia onde predomina a grande exploração, sendo frequentes as propriedades com muitas centenas, e até com bastantes milhares de hectares. O tipo predominante de emprêsa é o patronal. Nas zonas mais férteis (solos, em geral, de origem miocenica ou dioritica) a cultura é intensiva, tanto na grande como na pequena exploração, sendo corrente a rotação bienal em que o trigo alterna com uma leguminosa para grão, e dá produções entre 1.000 e 1.500 quilogramas por hectare. Nas zonas menos férteis (granitos, xistos do arcaico, do silurico, do devónico e do carbónico, quartzites, pórfiros, areias gliocénicos, etc.), ha casos de cultura intensiva, sempre porém em regime de pequena exploração com base na fertilização orgânica, mas a regra geral é a cultura extensiva, caracterizada pelas rotações onde, a par de 1, 2 ou 3 anos com culturas, aparecem 1 ou mais (até 5, em regra) em situação de pousio ou folga. Uma rotação típica é, por exemplo, a seguinte: 1.º ano — pousio lavrado; 2.º ano — trigo com fertilização mineral; 3.º ano — aveia ou cevada, sem fertilização; 4.º, 5.º e 6.º anos — Pousios. Como melhoramento desta rotação, e com grande benefício, está a usar-se esta outra em certas regiões e para certos tipos de solo: 1.º ano — Tremoço para sideração; 2.º ano — Trigo; 3.º ano — Aveia ou Cevada; 4.º ano — Serradela (para fêno ou pasto); 5.º e 6.º anos — Pousios. Nestas terras menos férteis, as produções são muito inferiores, oscilando entre 400 e 700 quilogramas por hectare.

Na grande exploração, a técnica cultural encontra-se mecanisada, porém, apenas no que diz respeito às operações de mobilisação preparatória do solo que se executam, frequentemente, com tractores de vários modêlos, acionando arados de aivecas, dentes ou discos, ou grades de discos e molas. Nas operações subsequentes, todavia, a mecanisação quasi não existe, de tal modo que a distribuição de sementes e adubo, as mondas e sachas e por fim a ceifa, são predominantemente executadas a braço do homem. A trilha, porém, é realisada quasi exclusivamente à máquina, nem de outro modo seria possível concluir, em tempo util, a debulha das grandes colheitas obtidas na região.

As operações de seleção mecânica e desinfecção de sementes, e as fórmulas completas e equilibradas de adubação química são do uso, por assim dizer, corrente.

Quanto a formas de exploração, encon-

tram-se a conta própria, o arrendamento e a parceria. De modo geral, as rendas da terra não são muito exageradas, de tal forma que o emprezario-rendeiro é capaz de produzir em condições próximas das do emprezario proprietário. A parceria, porém, decorre quasi sempre em condições muito onerosas para o parceiro cultivador, por motivo de ser exagerada a quota parte de colheita entregue ao parceiro proprietário, cuja contribuição se limita, em geral, a ceder a terra.

Num estudo efetuado na principal zona agricola do Alentejo — a zona de Beja, com 850.000 hectares (dos quais 150.000 semeados de trigo annualmente)—concluiu-se, por exemplo, que os preços médios de custo da produção eram os seguintes:

a) casos de conta-própria — 3.37/por quilograma.

b) casos de arrendamento — 3.43.

c) casos de parceria:

— para o proprietário — 1.40,

— para o cultivador — 4.45.

Os custos de produção apresentam-se bastante elevados, variando (à parte os casos de parceria) entre 2,50 e 4.00; correspondendo o preço de 3.50 a 75% da coleita. A causa principal deste elevado custo unitário é, aqui não o custo total ser muito elevado, mas sim as produções por hectares serem bastante reduzidas.

Estas são, num esquematismo evidentemente bastante grosseiro, as caracteristicas dominantes desta importante região no que diz respeito à produção de trigo.

Na região onde o primeiro lugar entre os cereais panificáveis cabe ao milho, a estrutura agraria é bastante diferente. De modo geral, os solos não têm maior fertilidade natural, mas as chuvas, sendo muito mais copiosas e muito melhor distribuidas, permitem não só uma cultura mais intensiva, mas uma técnica muito mais melhoradora do solo, de tal modo que a fertilidade adquirida se tornou considerável.

A cultura regada tem, por toda a parte grande importância. Nas rotações mais correntes, o trigo não figura; onde, porém, aparece, fá-lo sempre nas melhores terras e como parte integrante de afolhamentos altamente intensivos. Um exémplo apenas, entre muitos que poderiam ser dados: 1.º ano — Batata, seguida de azevem ou outra forrageira, seguida, por sua vês, de nabo; 2.º ano — Trigo, seguido de milho; ou sejam, no espaço de 2 anos, 5 culturas na mesma terra. Outra rotação bastante frequente é a que consiste na alternancia do milho com o trigo, seguindo-se a êste muitas vezes uma nova seara de milho destinada à produção de vêrde.

As produtividades por hectare são sempre muito elevadas; raramente menos de 1.500 kg., em geral 2.000 e 2.500, por vezes 3.000 kg. e até mais.

A técnica cultural é esmeradissima, porém baseada exclusivamente no trabalho do homem; quando muito, usam-se arados e grades de tracção animal, e uma que outra vês recorre-se a pequenas ceifeiras simples, também de tração animal.

A base da fertilização é a orgânica, empregando-se principalmente o estrume de curral em doses de 20 a 50 toneladas por hectare, e nas regiões litoral grande quantidade de plantas marinhas, caranguejo, farinha de peixe, etc. Os adubos minerais são universalmente conhecidos e empregados, mas os mais aplicados são os azotados de rápida assimilação.

A trilha é predominantemente feita à máquina, em geral com debulhadoras pequenas que se deslocam de eira em eira, com pouca permanencia em cada; ainda, porém, se lança mão da debulha com trilho de tração animal, a pés de gado e até como tradicionalissimo mangual.

Quanto a formas de exploração e no que diz respeito à cultura cerealifera, a parceria é muito rara, mas o arrendamento bastante vulgar, chegando a predominar em certas zonas. Em regra as rendas são pesadissimas, ultrapassando por larga margem o simples juro do capital fundiario à taxa normal, de tal modo que os empresarios rendeiros registram custos unitarios de produção consideravelmente superiores aos dos empresarios-proprietários.

De resto, tais preços de custo são quasi sempre muito elevados, muito mais do que deixaria supôr a circunstância de serem habitualmente bastante altas as produções unitarias.

O fato tem duas explicações: em primeiro lugar, o valor venal exageradissimo das terras, excedendo em geral os 50 contos por hectare e indo frequentemente além dos 100 contos, e o não menos exagerado preço das rendas; em segundo lugar, as consideráveis despêsas culturais, atingindo fácilmente 3 contos por hectares, devido sobretudo aos avultados gastos na preparação da terra e na fertilização. Em certos casos mesmo, é sómente o fato das empresas, por serem ali predominantes e caracteristicamente do tipo familiar, não pagarem o muito trabalho exigido pela cultura — é sómente tal fato que permite a manutenção da cultura do trigo paga oficialmente a preço bastante inferior ao respectivo custo.

Digamos, por último, breves palavras acêrca da terceira região, aquela em que o mais importante cereal panificável é o centeio; ou seja a região do Leste e Nordeste, compreendendo principalmente as provincias de Traz-os-Montes, parte de Beira Alta e Beira Baixa. De modo geral os terrenos são os mais pobres do país, quer provenham dos granitos, quer dos xistos do arcaico, sambrico ou silurico, e o clima extremamente quente e sêco.

E' uma zona mais propria para a floresta, a olivicultura e a vinha (nele se inclui a famosa região do Vinho do Porto) do que para a cerealicultura. No entanto, por toda a parte, aparece a cultura do centeio, cereal por essencia modesto nas suas exigencias e adaptável aos meios mais hostis, explorado num regime muito extensivo, em que à seara de centeio se seguem uns tantos anos de pousio, de 1 até ao máximo de 8.

Quanto à cultura do trigo, pratica-se sómente nos solos mais férteis,nos vales que sulcam o vasto cenario de serranias que ocupa quasi toda a região, e também nas meias en-

cedas, onde os depositos coluvais originaram terrenos de média produtividade.

Nas terras fundas dos vales, quer de formação aluviar, quer coluvais, o trigo cultiva-se bienalmente, alternando com batata estrumada; as produções normais orçam entre 1.000 a 1.500 kg. por hectare, nas encostas, a cultura também, como regra, bienal, porém alternando com pousio; a produtividade média anda pelos 700 a 800 kg. por hectare. Nos terrenos mais elevados e pobres, acontece por vezes, o trigo tomar o lugar do centeio nas rotações com longo período de pousio; as produções descem, então, bastante, ficando nos 500 a 600 kgs.

A técnica cultural é rudimentar; agricolamente, e com honrosas excepções, a região é das mais atrasadas do país. A única máquina empregada é o arado chamado de "volta-aiveca", e uma que outra vês ainda o arado de pau, do tempo dos romanos, puxado por junta de bois ou parelha de muares. Todo o restante grangeio é manual, incluindo a propria debulha, feita mais vezes a trilho de tracção animal ou com mangual do que em pequenos debulhadores de aluguel. A fertilização orgânica mais corrente e a praticada diretamente pelos rebanhos de ovinos que permanecem durante a noite sobre o terreno metidos em redis ou cancelas, que vão sendo mudados sucessivamente; considera-se que uma ovelha durante uma noite estrume 1 m. quadrado. A fertilização mineral não está generalizada, mas, no caso do trigo já se estão usando bastante os adubos fosfatados, principalmente o superfosfato.

A forma de exploração nitidamente predominante é a conta própria. O arrendamento prâticamente não existe. Quanto à parceria, celebram-se ainda contractos tradicionais muito equitativo", em que a partilha do produto se faz "a meias", mas em que o proprietário, além da terra e bemfeitorias, fornece o gado de trabalho, o adubo e metade da semente. A empresa familiar é a mais frequente coincidindo sempre com a pequena exploração, e resultando esta, por sua vês, da reunião dum elevado número de pequenos prédios rusticos; a empresa patronal, todavia, tão pouco é rara, ajustando-se mais geralmente à média exploração e por vezes também à grande exploração que aliás, só em raros casos, ultrapassa os 100 hectares.

Quanto aos custos de produção, é talvês esta a zona onde o trigo sai mais barato porquanto a uma produtividade razoável, se aliam despêsas algo módicas, designadamente quanto aos salarios e ainda porque os valores venais de propriedade estão mais subtraidos à acção altista duma concorrencia desregrada.

Estas são, descritas nos seus traços mais salientes, com idéias apenas de dar uma visão de conjunto, as três principais regiões económico-fisiograficas de Portugal onde se cultiva o precioso cereal. Muitos aspectos deixaram de ser mencionados e designadamente os que respeitam às zonas de transição.

Isto posto, e para cumprimento do tema de hoje, ficamos breves palavras sobre o consumo e o comercio do trigo.

Consumo — Ha já anos calculei em 50 quilogramas a capitação média mundial de trigo por unidade de consumo. Considerando apenas os povos de raça branca encontrei a cifra de 104 quilogramas.

Feita a determinação para países isolados, apurei, entre outras, as cifras seguintes

França.	165	kg.
Dinamarca.	158	kg.
Italia.	153	kg.
Hungria	122	kg.
U R S S.	114	kg.
Espanha.	113	kg.
Inglaterra.	110	kg.
E. U. A.	104	kg.
Portugal	68	kg.
Alemanha	68	kg.
Japão.	16	kg.
Mexico.	14	kg.

Convem declarar, desde já, que as capitações verificadas em certos países nada de especial significam, por si sós, quanto a ser melhor ou pior a respectiva alimentação. Em primeiro lugar, porque um elevado gasto de hidrocarbonados não é sinónimo duma bôa, completa e equilibrada dieta alimentar, antes muitas vezes significa o contrário, traduzindo uma alimentação pobre, que procura a energia nas fontes mais baratas. Em segundo lugar, porque ha muitas nações onde é avultado o consumo de outros cereais que não trigo, como sucede no México, com o milho, no Japão com o arrós, na Alemanha com o centeio, etc. E até, como é o caso aqui no vosso Brasil, outras origens de alimentos farinaceos existem diferentes dos cereais, e algumas (ao que ouço dizer) na verdade preciosas.

Regressemos, porém, ao caso português. As capitações de consumo do trigo (referidas sempre à "unidade de consumo"), têm apresentado tendencia a subir. De 37 kgs. que era até 1920, subiram a 68 na média do decenio 1930-39, para, na atualidade, tornarem a descer ligeiramente.

Aqui, porém, volta a ser preciso considerar as três regiões. No Sul, o consumo de trigo é elevadíssimo e atinge valores parecidos com os verificados para a França, Dinamarca e Italia. Quasi não se conhece outro pão que não seja o de trigo, e é ainda muito vulgar, designadamente, nas próprias explorações agricolas, comer-se um pão muito saboroso e altamente alimentar, fabricado com farinha de trigos rijos sujeita apenas a uma grosseira peneiração e bastante rica, portanto, em gluten.

Nas regiões do milho (Noroeste e Centro Litoral), é êste o cereal que serve para o fabrico do pão — a saborosa *broa*. O trigo é pouco consumido, em capitações que atingem, quando muito, os 10 kgs. e, para muita gente, é considerado como artigo de luxo que se gasta em dias de festa. Por isso mesmo, a farinha de trigo costuma ser de fraca extração, muito branca e quasi exclusivamente amilácea. Frequentemente, usa-se o pão misturado de trigo e milho — o chamado "triga milho" — muito agradável à vista e no paladar.

Nas regiões do centeio, toda a gente do campo come o negro, mas alimentar, pão feito com êste prestável mas desprezado cereal,

e também só em períodos festivos recorre ao trigo, cuja capitação é ínfima.

Nos centros urbanos, por fim, o pão correntemente consumido é de mistura de cereais num lote devidamente estudado nos laboratórios do Instituto Nacional do Pão, cuja exacta composição não tenho presente, mas em que, obviamente, o trigo predomina muito.

Digamos, agora, alguma cousa acêrca do

Comercio — Segundo já tive ocasião de dizer, o comercio do trigo português — isto é, a sua compra aos produtores e a sua venda às moagens — está integralmente confiada a uma organização de âmbito nacional intitulada — "Federação Nacional dos Produtores de Trigo", cuja direção se compõe de representantes do Estado, da Caixa Nacional de Crédito, e dos agricultores.

Eis, resumido ao essencial, o modo como funcionam os serviços da Federação Nacional dos Produtores de Trigo.

Colhido e debulhado o trigo, os agricultores transportam-n'o ao celeiro da Federação mais próximo, e aí terminam a sua função de produtores. O pessoal do celeiro recebe o trigo, pesa-o e procede ao seu pagamento imediato, de acordo com o estipulado na tabela quanto à qualidade do grão e ao pêso por hectolitro, e quanto aos descontos legais que dizem respeito à taxa de armazenagem, à taxa de transporte ao caminho de ferro, à quota social e à previdencia rural. A Federação dispõe, em todo o país, de 490 celeiros, com capacidade total de 208.000 toneladas; como a colheita se escalona por algumas semanas, e como o movimento de saída começa imediatamente, aquela capacidade é considerada suficiente. Para facilidade de cargas e descargas, foram montados em diversos celeiros ramais privativos de caminhos de ferro.

Sómente na compra de trigos nacionais a F. N. P. T., em 15 anos de atividade, dispendeu 6.375.453 contos. Em 1948, por exemplo, adquiriu trigo no montante de 421.000 contos. O movimento de compra inicia-se mediante inicia-se mediante a concessão dum crédito à F. N. P. T. por parte da Caixa Nacional de Crédito (cêrca de 100.000 contos anuais) e prossegue depois, em ritmo regular, com os pagamentos realizados pela Federação Nacional dos Industriais de Moagem, à medida que o cereal vai saindo dos celeiros para os moinhos. Terminadas as operações de compra e venda, a F. N. P. T. procede à liquidação do seu débito para com a Caixa Nacional do Crédito.

A conservação do cereal nos celeiros corre por conta e à responsabilidade dos serviços técnicos da Federação, os quais se encarregam da beneficiação dos trigos que de tal careçam para precaver a conservação ou obstar ao desenvolvimento de focos destruidores. De 1939 a 1949 beneficiaram-se anualmente partidas do cereal variando desde um mínimo de 26.000 toneladas até a um máximo de 131.000 toneladas.

Além desta sua estrita função de comprar, vender, e assegurar entrementes a conservação do cereal, a F. N. P. T. tem desempenhado outros papeis, e tomado outras iniciativas, do maior interesse para a lavoura do trigo. Assim:

1.º) — dá o seu aval à concessão de créditos para despesas de exploração, feitos pela Caixa Nacional do Crédito aos produtores de trigo — créditos estes a cuja liquidação procedem os próprios serviços da Federação, no ato do pagamento do cereal; o total de financiamentos obtidos pela lavoura do trigo, através ou com intervenção da F. N. P. T., atingiu a média anual de 142.000 contos, assim distribuidos:

Por warrantagem de trigo nos celeiros dos produtores, 31.000 contos.

Idem do trigo nos celeiros da Federação, 42.500 contos.

Emprestimos pelas Caixas de Crédito Cooperativo, 34.500 contos.

Emprestimos diretamente feitos pela Caixa Nacional do Crédito, 34.000 contos.

2.º) — A Federação concede aos produtores bónus para compra de adubos e de sementes seleccionados.

3.º) — Toma a seu cargo a importação de sementes exóticas, principalmente da Italia, com o fim de revigorar a produção nacional de sementes.

4.º) — Fornece à lavoura trigo nacional de semente, com garantia oficial, ou, na falta dêste, trigo de sua reserva devidamente calibrado.

Os trigos de semente, quer os de garantia oficial, quer os de reserva, são trabalhados em 20 selecionadores, 30 tararas e 52 erivos pertencentes à Federação.

Dos selecionadores, 4 têm o rendimento horario de 2.000 quilogramas, 9 de 700 kgs. e 7 de 400 kgs. Em 1948, por exemplo, foram selecionados 7.862 toneladas e calibradas 3.889 toneladas. Com garantia oficial, entregaram-se à lavoura 5.651 toneladas de semente, ou sejam um pouco mais de 10% do trigo semeado.

Para análise dos trigos para semente, a F. N. P. T. possui um laboratório que, desde 1940, analisou 31.000 toneladas.

Além destas funcões exercidas com regularidade e continuidade, a Federação conta no seu ativo duas grandes iniciativas, merecedoras dos maiores encómios.

A primeira é a contribuição financeira decisiva que deu à **Estação de Melhoramento de Plantas** localizada na cidade de Elvas, estação esta cujas possibilidades seriam sempre muito diminutas se contasse apenas com as verbas do orçamento oficial, algo exiguas. Graças principalmente aos subsidios da Federação dos Trigos, a Estação de Elvas é já hoje um grande centro de melhoramento de plantas, dedicando-se especialmente aos cereais (trigo, centeio, aveia, cevada e milho) e às forragens de sequeiro, e contando já no seu ativo com algumas valiosas realizações. A sua coleção de variedades de trigo é vastissima, compreendendo quasi 2.000 tipos diferentes, provindos do Mundo inteiro. Ao visitar, ha poucas semanas, o vosso Instituto Agronómico do Sul, tive a grata satisfação de saber que, nas respectivas coleções, havia trigos remetidos de Elvas e que um deles, o

Tremês Preto, se estava a comportar bem quanto à precocidade e à produtividade.

Quanto à outra das duas realisações a que a Federação está ligada, trata-se dum inquerito, à data prestes a concluir-se, àcerca do custo de produção do trigo em todo o país. A respeito dêste mesmo inquerito, da sua técnica e dos seus resultados, tive ensêjo de realisar uma palestra especial no Ministério da Agricultura. Por hoje informarei apenas que o seu objectivo é o de habilitar a Federação ao propor ao Governo a tabela anual do preço do trigo com aquela segurança e aquêle conhecimento de causa que sómente uma análise lise completa da zona de custas permite obter. O inquerito tornou-se tanto mais necessário, quanto tudo indicava, e indica, que a tabela atual deixara de ser compensadora, ao contrário do que sucedia até 1939 pelo menos.

Vou, senhor presidente e meus senhores, terminar, não sem algum temôr de ter abusado da vossa benevolente atenção. O meu intento ficou claro, assim o espero; e só lamentarei se a maneira como o realizei não correspondeu ao que eu pretendia e vossas excelencias esperariam.

Tive em vista tão sómente contribuir para o preconisado intercâmbio agronômico dos nossos dois paises, ligados por indissoluveis laços de amizade, e para tal outra coisa não pretendi que não fosse prestar aos técnicos brasileiros uma simples informação sobre um dos ramos mais importantes da agricultura lusitana. Se tal informação tiver sido capaz de dar aos meus auditores uma idéia clara do que a economia do trigo, no meu país distante, em que a pequenês do território se conjuga com o mais variegado mosaico de solos e climas, de técnicas culturais e usos sociais; se assim tiver acontecido, julgarei bem cumprida a minha missão de hoje.



Tenho dito".

Terminada a palestra, ouve-se prolongada salva de palmas, usando a seguir da palavra o Sr. Luiz Simões Lopes, que enalteceu os trabalhos no campo agronômico, que vem sendo realizados em Portugal. Agradeceu a mensagem da Sociedade de Ciências Agronômicas e ofereceu a esta por intermédio do Sr. Henrique de Barros, a medalha de prata comemorativa do cinquentenário da Sociedade, "em demonstração do apreço da Sociedade pela classe dos agrônomos portugueses".

Sisal (Agave Sisalana) Nova Riqueza Agricola

(Paracer apresentado ao Conselho Federal do Comércio Exterior pelo Conselheiro Arthur Torres Filho)

Procurando estar sempre atento quanto aos problemas de nossa economia rural, tive há tempos a atenção despertada em face das informações que chegaram ao meu conhecimento relativamente ao surto do plantio do sisal, na região do nordeste.

Já por diversas vezes tiver oportunidade de relatar perante o Conselho Federal do Comércio Exterior assuntos relacionados com as fibras nacionais e exóticas e o papel que lhes cabe, não só como fornecedora de celulose, mas, principalmente, pelo que representam para a indústria de cordoária e, em especial, para a embalagem de nossos produtos.

Em 20 de Setembro do ano próximo passado tive ensejo para chamar a atenção deste Conselho, através do Conselho de Produção, para o papel que poderia assumir o sisal na economia nacional.

Houve por bem este Conselho aprovar minha indicação e solicitar as necessárias informações ao Ministério da Agricultura.

Pelo SP/1384 de 2 de Julho do corrente, me foi enviada para relatar, a pasta SP/16, co mos dados colligidos por este Conselho, o que faço, basendo não só nos referidos dados, como tambem, em outros, por mim colligidos:

"O sisal, Agrave sisalana, Perrine, é uma Amarillidácea cuja cultura vem tomando grande impulso nos últimos anos e que apresenta, sem dúvida, perspectivas as mais auspicias no quadro da economia nacional.

Originário da Peninsula de Yucateca, encontrou o sisal em nosso país, especialmente nos Estados de Paraíba, Bahia, Pernambuco, Sergipe e outros, condições ecológicas convenientes.

Dado o êxito da cultura do sisal entre nós, verifica-se atualmente certo declinio na produção de outros texteis, como por exemplo, o algodão na Paraíba, o coroá em Pernambuco, etc.

A Paraíba, por exemplo, produziu em 1946, 12.725.657 quilos de sisal; em 1947, 20.466.629 e em 1948, 25.000.000 quilos; Pernambuco, que e m1946 produziu apenas 10.000 quilos, passou em 1947 para 50.000 e, em 1948, para 100.000.000, para só citarmos dados referentes a dois Estados produtores.

Em a nossa balança de exportação vem, igualmente o sisal figurando com cifras cada vez mais elevadas, não só quanto a quantidade, como tambem quanto ao valor em cruzeiros.

A Paraiba, por exemplo, que em 1947 exportou 13.340.648 quilos no valor de Cr$ .... 86.891.907,00, em 1948 exportou 16.617.871 quilos, no valor de Cr$ 107.202.795,00.

Comparando-se a exportação de caroá e de sisal nos ano de 1946 e 1947, verifica-se o quanto esta última fibra vem sobrepujado o caroá

Exportação em toneladas

	1946	1947
caroá	5.328	3.324
sisal	2.758	14.850

Conforme se verifica, houve, em 1946, uma diferença para menos em sisal e mrelação ao caroá, de 2.570 toneladas, enquanto que e 1947, essa diferença foi para mais em 11.526 toneladas, o que dá um do, para o sisal, entre os dois anos, de 8.956 toneladas.

Exportação (valor Cr$ 1.000,00)

	1946	1947
caroá	20.169	14.396
sisal	19.290	95.687

Em 1946, houve, para menos, um diferença de Cr$ 879.000,00 quanto ao sisal em relação ao caroá e, já em 1947, constatou-se um superavit de Cr$ 81.291.000,00 o que dá um saldo favorável para o sisal de Cr$ .... 81.412.000,00, entre os dois anos..

Os dados acima justificam bem a atenção que devemos dispensar a esta Amarillidácea cujas perspectivas são, naturalmente, as mais auspiciosas.

Convém aliás, acentuar, já terem sido tomadas medidas de incentivo á produção.

Na Bahia, para só citarmos um exemplo, em 1939, no Governo do Dr. Landulfo Alves, foi iniciada a campanha de fomento com a instalação de dois campos de produção de mudas em Feira de Sant'Ana e em Alagoinhas, e, em 1946, pelo Decreto-lei 789 de 11-6, foram concedidos prêmios para o cultivo e beneficiamento do sisal.

Sob o ponto de vista econômico, a cultura do sisal parece ser um adas mais compensadoras.

Cálculos feitos na Bahia, por exemplo, dão para a cultura do sisal, um lucro liquido de Cr$ 1.800,00 por hectares e por ano.

Inicia-se o primeiro corte depois do terceiro ano, e sucedem-se os mesmos de oito em oito meses, dando uma média de 30 a 40 e um peso de 300 a 400 gramas cada uma. folhas de 1,00 a 1,50 metros de comprimento.

Tratamento do tronco das arvores

Como o ciclo econômico da planta é de sete a oito anos, obtem-se, ao todo, cinco a seis cortes, o que representa uma producao de 800 a 1.200 quilos de fibras secas por corte (por ano).

Precisamos olhar, tambem, com especial atenção, para o problema do beneficiamento do sisal.

O beneficiamento manual, embora ao alcance do pequeno produtor, não convem, não só porque não retira convenientemente a mucilagem que precisa ser eliminada, como tambem, porque dilacera a fibra, o que deprecia acentuadamente o produto.

O beneficiamento mecânico, por meio de desfibradeiras, é o mais conveniente e precisa ser incentivado.

O Estado da Paraiba, por exemplo, para o beneficiamento do sisal já conta com 311 motores, 562 desfibradeiras e44 prensas; o Estado da Bahia, possue 38 motores, 104 desfibradeiras e 28 prensas; o Estado de Per- prensas, etc. nambuco, 8 motores, 13 desfibradeiras e 5

Conclusões

Em face dos estudos feitos, somos de opinião que, visando o aperfeiçoamento dos métodos culturais, de beneficiamento e declassificação do sinal tendo em vista a sua situação presente e as perspectivas futuras no panorama da economia rural brasileira,apresentamos á consideração dos Senhores Conselheiros, as seguintes conclusões:

1 — deve o sinal merecer toda a atenção das autoridades governamentais por tratar-se de uma fibra de real valor econômico que tem encontrado condições fáceis de adaptação, especialmente nos Estados da Bahia, Paraiba, Pernambuco e outros, e concorrido para a formação de novas riquezas para as populações dos Estados nordestinos;

2 — faz-se mister sejam tomadas providências não só de carater técnico, como de caráter econômico, afim de que o desenvolvimento observado na cultura e beneficiamento do sinal não seja interrompido nem sujeito ao insucesso, como tantas vezes já tem acontecido com outras culturas;

3 — entre as providências a serem tomadas podemos lembrar.

a — instalação de hortos ou viveiros mantidos pelo Ministério da Agricultura em colaboração com os Estados interessados, visando a produção de mudas selecionadas para a distribuição nos produtores;

b — orientação para o cultivo racional do sinal através de Postos de Fomento e de Assistência Técnica aos lavradores convenientemente aparelhados não só tecnicamente (pessoal especializados), como tambem materialmente (providos de ferramentas, máquinas, etc);

c — facilidades de venda de lotes de terra

Cesar Seára
Eng. Agrônomo, do Serviço de Informação Agricola

Tanto as fruteiras, como as árvores ornamentais, em geral, são sujeitas, por vezes, a ataques de pragas e doenças, que lhes produzem feridas, podridões, buracos, rachaduras, etc. nos troncos e galhos, sendo conveniente tratá-los — melhor preventivamente — por meio de limpezas e caiações anuais, no periodo em que os vegetais costumam descansar, ou seja, nos meses frios do ano.

O lavrador cuidadoso, pois, antes de começar a brotação de suas árvores, deve revistá-las para limpar-lhes os troncos e galhos, eliminando os que estiverem sêcos ou atacados de algum mal e escovando-as, ademais, com uma escôva de piassava. Isto posto, fazer então uma aplicação nos troncos, pelo menos até a altura de 1 metro, ou mais, se necessário, de Pasta Bordaleza ou Pasta Sulfo-Cálcica, parecendo mais aconselhável, esta última, por agir melhor contra determinados insetos.

A Pasta Sulfo-Cálcica é preparada fazendo-se dissolver 3 quilos de cal viva em 10 litros dágua fervente, na qual depois se derrama uma pasta preparada com 3 quilos de enxofre e um pouco dágua. Mexe-se bem com um objeto de madeira e acrescenta-se mais água até completar 30 litros desta, enquanto ferver a mistura a fogo brando, durante uma hora.

A Pasta Bordaleza é feita com Sulfato de Cobre, do qual se dissolvem 2 quilos em 6 litros dágua. Em separado, dissolver, também em 6 litros dágua, 1 quilo de cal e, na hora de aplicar, misturar as duas soluções.

Quando se verificar que partes da árvore se apresentam com brocas, eliminar, serrando, se possivel, os galhos atacados. Sendo no tronco a broca, aplicar, com uma seringa pequena, bissulfureto de carbono (formicida liquida) nos orificios que forem observados e tapá-los bem com barro ou mesmo cera.

---

aos pequenos produtores, concorrendo assim para a fixação do homem á terra;

d — facilidade de escoamento da produção pela ampliação da rede de rodovias;

e — facilidades para a compra do material necessário (máquinas, ferramentas, etc), pelo preço de custo e a prazo razoável;

f — levar ao produtor o auxilio financeiro de que ele careça, através do crédito agricola distribuido n népoca oportuna, a juros módicos e a prazo razoavel;

g — incentivar e auxiliar a formação de

(Conclúe na página 22)

Como tornar efetiva a assistencia

TECNICA, SOCIAL E SANITARIA AO PESSOAL DOS SERINGAIS ATRAVÉS DE "MISSÕES DE ASSISTENCIA AOS SERINGUEIROS"

Prof. Geraldo Goulart da Silveira
(da Sociedade Nacional de
Agricultura)

I — Generalidades

E' preciso levar aos seringueiros, — brasileiros que labutam, anonimamente no meio inhóspito da amazônia —, **a assistência técnica, social e sanitária que êles necessitam.**

E' bem verdade que, dadas as condições peculiares da exploração de seringais nativos, torna-se difícil efetivar tais medidas de assistência, uma vez que, nas regiões onde êles se encontram, não existe aglomerações humanas.

Os seringueiros vivem dispersos no seringal.

Enormes são as distâncias entre suas toscas cabanas.

Em áreas imensas, a densidade da população é extremamente reduzida, o que constitue, sem dúvida, uma condição que torna dificílimo qualquer empreendimento visando uma assistência efetiva ao seringueiro e sua família.

Entretanto, não é justo, não é humano, e nem se justifica, que dificuldades de tal ordem constituam motivos para que se relegue para um plano secundário, problema de tal relevância.

Êles bem merecem tudo quanto por êles se possa fazer para que vivam com um pouco mais de conforto, para que recebam um pouco daquilo que a civilização pode dar ao homem.

E' necessário, imprescindível mesmo, que quanto antes, com idealismo e patriotismo, se empreenda uma campanha de grande envergadura, visando levar aos seringueiros e suas famílias, a assistência que êles necessitam para que fiquem integrados na civilização, e, não, como vem acontecendo, infelizmente, até agora, isolados e entregues ao próprio destino.

E' um trabalho que urge, seja efetivado no menor tempo possível.

Valorizar o homem para que se valorize, realmente, a região, eis o problema em sua equação mais simples.

De nada adiantam regiões ricas, sem o homem para explorá-las.

Não é outro o nosso objetivo ao apresentarmos a presente contribuição ao estudo dos delegados da III Conferência Econômica da Borracha que, em bôa hora se realiza, e de cujos trabalhos advirão, sem dúvida, medidas oportunas eficientes e objetivas.

Constitue o presente trabalho um subsídio que, conjuntamente com outros que provavelmente serão apresentados abordando o item 5 do temário, fornecerão elementos para que se possa resolver, quanto antes, de uma maneira viavel e objetiva, problema de tamanha relevância.

II — Objetivos das "Missões de Assistência aos Seringueiros"

Como uma das medidas que, parece-nos, possa ser adotada na região amazônica para melhorar as condições de vida e de capacidade dos seringueiros, as "Missões de Assistência aos Seringueiros", extensivas á todas as atividades agro-extrativas, devem merecer, sem dúvida, lugar de destaque.

Si para as zonas agricolas e pastoris propriamente ditas elas têm dado resultados tão satisfatórios como provam os trabalhos realizados em outros países, porque não tentá-las nas regiões onde se pratica a indústria extrativa vegetal?

Tais Missões, no caso especial dos seringueiros visam:

a) — levar aos seringueiros a assistência técnica, ensinando-lhes como trabalhar melhor e com maior rendimento; proporcionando-lhes ensinamentos e elementos materiais para que êles possam manter lavouras de subsistência; enfim, proporcionando-lhes elementos para que êles trabalhem mais racionalmente e obtenham da terra, em clareiras no seio da floresta, aquilo que necessitam para satisfazer as necessidades mínimas de uma alimentação sadia e suficiente;

b) — prestar aos seringueiros e aos seus, a assistência médico sanitária que êles necessitam, esclarecendo-os sobre as enfermidades mais frequentes da região; como preveni-las e combate-las; ministrar-lhes os mais elementares preceitos da higiene que êles desconhecem; fornecer-lhes medicamentos, etc., enfim, conseguindo com que êles melhor esclarecidos e orientados saibam lutar contra as adversidades do meio;

c) — prestar aos seringueiros a assistência educacional de que suas famílias tanto carecem, ensinando-lhes os mais rudimentares conhecimentos de puericultura, de orientação educacional dos adolescentes, promovendo a alfabetização, enfim, levar até êles um pouco daquilo que existe nas cidades, e que constitue necessidade mínima de todo indivíduo;

d) — integrar o homem ao meio, ajustando-o ás condições peculiares da região, fazendo com que êle possa viver mais contente e feliz, embora mais afastado da civilização, com um pouco mais de conforto.

O programa será, sem dúvida, vasto, vastíssimo mesmo, mas o que foi dito acima já é o esbôço de um programa mínimo que deve ser levado a efeito para satisfazer às necessidades mais prementes no sentido de fazer chegar aos seringueiros um pouco de assistência técnica, social e sanitária de que tanto êles carecem.

XII — Componentes das "Missões de Assistência aos Seringueiros"

Visando sejam atingidos os elevados objetivos das "Missões de Assistência aos Seringueiros" que preconizamos para a amazônia, devem elas ser constituidas de:

a — um médico
b — um agrônomo
c — um professor-assistente social
d — um enfermeiro

Ao médico caberá fazer estudos sôbre as endemias da região, examinar e medicar os seringueiros e suas famílias, fornecer-lhes os medicamentos indicados, fazer observações sôbre problemas de higiene sanitária propondo as medidas que se fizerem necessárias, enfim, zelar pela saúde daqueles que vivem no seringal.

Ao agrônomo caberá: instruir tecnicamente os seringueiros sôbre como explorar a seringueira sem exauri-la, ensinar-lhes como trabalhar racionalmente e com maior rendimento, instruí-los sôbre como aproveitar as áreas em torno das cabanas instalando nelas lavoura de subsistência, praticando a criação de pequenos animais domésticos, etc.

Ao professor-assistente social caberá: dar assistência educacional ao seringueiro, orientando-o e instruindo-o sôbre como melhorar o seu padrão de vida através da observação da higiene do corpo e do espírito, proporcionando-lhes palestras instrutivas e educativas, promovendo a organização social da família,

orientando o ensino nas escolas rurais da região, etc.

d — Ao enfermeiro caberá: ajudar ao médico em tudo quanto se fizer necessário, instruir o seringueiro e sua família sobre como gir em casos de socorros de urgência, ensinar-lhes sobre como tratar os doentes, etc.

IV — Equipamento das "Missões de Assistência aos Seringueiros"

De nada adiantam as "Missões" que sugerimos para a amazônia, si elas não estiverem convenientemente aparelhadas para que seus componentes possam, realmente, levar a assistência de que necessitam os seringueiros.

Tais "Missões", instaladas em navios (condução mais adequada ao meio), devem ser equiparadas de tal maneira que os missionários possam, não somente orientar os seringueiros e suas famílias, mas, sobretudo, prestar-lhes uma assistência real.

Para isso torna-se necessário que as "Missões" estejam equipadas:

a — com aparelhamento indispensavel para pequenas intervenções cirúrgicas de emergência que se fizerem necessárias;

b — com uma pequena farmacia provida de medicamentos a serem aplicados e distribuidos aos seringueiros;

c — com uma pequena biblioteca;

d — com um estoque de sementes e ferramentas para serem distribuidas aos seringueiros;

e — com rádio, vitrola e cinema para proporcionar, de quando em vez, um pouco de distração áqueles que, em regiões tão ermas, vivem afastados da civilização;

f — com um estoque de certos alimentos em conservas para os casos em que se fizer necessário a sua distribuição como por exemplo leite em pó, farinha para mingáus, etc. destinados ás crianças, enfermos, etc.

Enfim, instalar tanto quanto possivel convenientemente os navios para que aqueles incumbidos de tão meritória e abnegada incumbência de assistência aos seringueiros e suas famílias, possam, possam, realmente, proporcionar aos mesmos, uma assistência efetiva.

V — Articulação das "Missões" com os "Centros de Assistências aos Seringueiros"

Instalados no próprio seringal, nas regiões que se fizerem mais convenientes para que possam beneficiar o maior número de pessôas, devem ser instalados **"Centros de Assistência aos Seringueiros"** que funcionarão em perfeito entrozamento com as **"Missões de Assistência aos seringueiros"**, afim de que o pessoal dos seringais receba, realmente, uma assistência efetiva e eficiente.

Os "Centros de Assistência" a que nos referimos devem possuir:

a — um pequeno hospital aparelhado para intervenções cirúrgica, internação de enfermos, etc;

b — uma pequena farmácia convenientemente aparelhada para atender ao avisamento de receitas, distribuição de medicamentos, etc;

c — um pequeno laboratório de análises para os exames necessários aos tratamentos médicos;

d — uma escola aparelhada com museu, biblioteca, etc;

e — um Serviço de Assistência Social;

f — um Posto Agrícola.

A assistência médico-hospitalar far-se-á através do hospital, da farmácia e do laboratório de análises.

A assistência educacional far-se-á através da escola que, adaptada ás condições peculiares do meio, procurará instruir e orientar os adolescentes, seguindo os preceitos da pedagogia moderna.

A assistência social far-se-á através do Serviço de Assistência Social que, a par dos conselhos e ensinamentos que prestará aos seringueiros, promoverá estudos no sentido de:

a — melhorar as condições da habitação dos seringueiros, tornando-as mais confortáveis e higiênicas;

b — melhorar as condições de higiene individual e coletiva;

c — promover a organização social dos seringueiros, fomentando e facilitando a instalação de Cooperativas, Grêmios, Associações, etc;

d — promover os registros de nascimento, de casamento, etc.

e — proporcionar aos seringueiros audições radiofônicas, sessões cinematográficas, etc.

A assistência técnica far-se-á através do Posto Agricola que orientará os seringueiros sobre os processos mais econômicos e racionais de extração do latex e o preparo da borracha, promoverá cursos e demonstrações práticas, fomentará e orientará o estabelecimento de lavouras de subsistência, criação de pequenos animais domésticos, etc.

VI — Conclusões

1 — E' imprescindivel que se promova, quanto antes, em bases eficientes e efetivas, **a assistência técnica, social e sanitária** do pessoal que vive nos seringais.

2 — A instalação de **"Centros de Assistência aos Seringueiros"** nos lugares onde forem mais recomendáveis, constitue uma medida oportuna e objetiva.

3 — Os "Centros d eAssistência aos Seringueiros" devem proporcionar ao pessoal que vive nos seringais, **assistência médico-hospitalar, educacional, social e técnica** que êles necessitam.

4 — A organização de **"Missões de Assistência aos Seringueiros"** constitue, sem dúvida, uma medida de grande alcance social e educacional.

5 — Tais **"Missões de Assistência nos Seringueiros"**, que serão ambulantes, devem estar entrozadas e articuladas com os **"Centros de Assistência aos Seringueiros"** e convenientemente aparelhadas para que possam prestar ao pessoal dos seringais uma assistência real e em bases eficientes.

Obs) O presente trabalho constituiu a tese que o Professor Geraldo Goulart da Silveira apresentou, em nome da Sociedade Nacional de Agricultura, à III Conferência Econômica da Borracha, que se reuniu em Setembro, em Belem, Estado do Pará.

FIXAÇÃO DO HOMEM Á TERRA

Decreto-lei n.º 6 669 de 19-10-44, e o regime do colonato na região de Campos

RUY T. DA SILVA PINTO
Eng. Agronomo

Per. Ass. Socal do I.A.A. e
Secretário da Ass. Rural de Campos

Devo de início deixar bem claro, como demonstra o título desta tese, que só me referirei aqui às questões relacionadas com o colonato na região canavieira campista. Unica e exclusivamente à região canavieira campista, pois na realidade desconheço as condições que prevalecem em outras regiões do País.

A — *considerações gerais*

O colonato ou parceria agrícola na lavoura de canas existe em Campos há muitos anos, talvez há séculos ,possivelmente desde os primordios da civilização campista. E essa instituição atravessou galhardamente os séculos; resistiu a terriveis calamidades naturais, como as famosas cheias do Rio Paraíba e a infestação dos canaviais pelo mosaico; sobreveio as profundas transformações economico-sociais, como a abolição da escravatura, a proclamação da independência e da república, a construção das linhas férreas, o transformação dos engenhos em usinas, o advento do arado e do trator.

Uma instituição que prova ser capaz de suportar tão fortes e inesperados entre-choques, que vive e prolifera em condições tão várias e antagônicas, deve ter em seu alicerce algum elemento de ponderável valor, deve de alguma forma satisfazer anseios permanentes do homem. Os que vivem em Campos sabem quão forte é ali a tradição do colonato e quão profundas raizes êle criou nos hábitos de lavradores e operários.

E' extranho, pois, que só agora o colonato tenha entrado em crise, que o número de colonos na região campista esteja diminuindo sensivelmeste, quase posso dizer alarmantemente, que por toda parte só se ouça referências desfavoráveis à parceria, que haja colonos queixosos por verem suas lavouras indenizadas e tomadas, e proprietários que se referem à parceria como uma fonte a mais de risco e instabilidade de sua fundação agricola. O mais curioso ao observador dêsse fenômeno é que ele ouve queixas de ambas as partes em parceria: — uns por verem suas lavouras tomadas, outros por acharem de seu interesse tomar aquelas lavouras.

Qual a causa dessa transformação ? Há ou não há conveniência social em que o colonato perdure e caso o colonato seja uma instituição socialmente útil, o que é necessário fazer-se para que êle não desapareça de todo ou, se possivel, que volte a ter extensão que teve outrora? E' a essas perguntas, que peço venia para responder, como modesto subsídio ao estudo das condições econômico-sociais da lavoura canavieira.

B — *Diminuição do número de colonos e sua causa*

E fato positivo, concreto, que não pode ser contestado, que o número de colonos tem diminuido enormemente em Campos. Lamentamos apenas a exiguidade do tempo que nos foi concedido para escrever esta tese, pois não seria difícil conseguir dados exatos sôbre o número de colonos existentes antes do Decreto-lei n.º 6.969 e o número atual. Mas reconhecendo embora a falta que faz a êste trabalho a apresentação de uma estatística completa e exata, estamos certos de que a diminuição do número de colonos seja um fato tão evidente que ninguem poderá contestá-lo. Ouve-se com frequência referências a colonos que foram indenizados; jamais se sabe de pessoa alguma, usineiro ou fornecedor, que pretenda admitir novos colonos, temos conhecimento de usinas que tinham centenas de colonos e que hoje possuem dois ou três.

A diminuição do número de colonos coincidiu com a promulgação do Dec.-lei n.º 6.969. E o observador é levado a ver nessa coincidência uma relação de causa e efeito. Aliás as referências àquele texto legal são por demais claras e reiteradas para que se possa nutrir qualquer dúvida sôbre os seus efeitos nesse sentido.

Poder-se-á, talvês, esplicar a diminuição do número de colonos pela melhoria das condições econômicas da lavoura canavieira, o que levaria os proprietários a não desejarem repartir os seus lucros com parceiros. Não devemos, porém, nos esquecer de que já houve no passado épocas favoráveis à agro-indústria do açucar, que sôbre essa agro-indústria se fundou próspera e elegante aristocracia rural, sem que ao que nos consta, houvesse por isso restrições ao colonato. Todavia é provavel que a melhoria das condições econômicas da lavoura de cana seja

em parte responsável pela atual restrição ao colonato; mas isso não significa que a legislação vigente também não haja contribuido apreciavelmente para o enfraquecimento dessa velha instituição.

C — *Natureza do colonato em Campos*

Torna-se difícil fazer-se a sistemática do colonato em Campos, dada a grande variedade de tipos existentes de acôrdo com as condições locais, com os recursos de que dispunham o colono e o proprietário, com a área a cultivar, etc. Há uma longa série de pequenas diferenças, de nuances, que tornam difícil a apresentação de um esquema. Mas como é de todo necessário fazer-se uma classificação, ainda que não se ajuste perfeitamente à realidade, afim de que possamos atingir o fim colimado por esta tese, apresentamos abaixo um esquema que nos parece melhor satisfazer ás exigências deste estudo.

Dividimos, assim, os colonos em dois tipos: *Colonos empregadores*, que pagam a assalariados para fazerem os trabalhos de sua lavoura e que geralmente possuem instrumentos de trabalho (carros, bois, arados e até tratores); b) *Colonos operários*, que normalmente trabalham em outras lavouras que não a sua como operários rurais, lavouras estas em regra pertencentes ao proprietário das terras em que êles têm suas roças, e que se dedicam às suas lavouras nos dias de folga ou quando falta serviço a jornal ou por tarefa, sem que possuam instrumentos de trabalho além de sua enxada e seu facão.

No primeiro caso (colonos empregadores) os encargos são assim divididos entre os parceiros: a) o proprietário dá: a terra, a casa, curral, etc., e paga os impostos; b) o colono faz todos os serviços, desde o preparo do terreno ao transporte, inclusive as limpas dos pastos, a conservação dos caminhos e tapumes. O colono dá ao proprietário uma percentagem variável de sua produção, que vai de 15 a 33 por cento (colono de terço), de acordo com a maior ou menor liberalidade do proprietário, de acordo com a qualidade e topografia do terreno, etc. O mais comum nesses casos é o colono dar de 20 a 25 por cento. Com êste tipo de parceria existem ou existiam em Campos, grandes colonos, com milhares de toneladas de fornecimento.

No segundo tipo de parceria (colonos operários) os encargos são divididos da seguinte forma: a) o proprietário dá a terra, o preparo da terra inclusive sulcação, a cana de planta (semente) posta no local da plantação, empresta boi e cultivador, conserva cêrcas e valas, faz o transporte das canas, dá casa e sua conservação e paga os impostos; b) o colono faz: o plantio, as limpas e o corte das canas, ficando com o direito de fazer pequenas lavouras (feijão, milho, abobora, aipim, etc.) nas entrelinhas e aceiros pertencendo os frutos dessas pequenas lavouras, exclusivamente ao colono. Neste tipo de parceria o colono dá ao proprietário 50 por cento de sua produção (colonato a meia).

Quanto ao financiamento, as condições são variáveis: há colonos que não recebem financiamento algum dos proprietários, outros que recebem financiamento sem juros (pequenos colonos) e outros ainda que pagam os juros normais na região. O Decreto-lei n.º 6.969 estabelece como taxa máxima nessas operações 4 por cento ao ano; esta exigência é por todos considerada singularmente extranha, já que não há estabelecimento de crédito algum nem mesmo os oficiais, que emprestem a menos de 6 por cento; todos consideram bastante original que a lei exija que os particulares façam o que o próprio Estado se mostra incapaz de fazer.

B — *Base econômica do colonato em Campos*

O custo médio das várias operações da lavoura de canas na baixada campista é aproximadamente o seguinte:

CANAS PLANTA

Preparo do terreno	Cr$	700,00	Ha
Semente	Cr$	500,00	Ha
Plantação	Cr$	400'00	Ha
Limpas	Cr$	800,00	Ha
Corte	Cr$	10,00	Ton
Transporte	Cr$	10,00	Ton

Rendimento médio: 60 Tons. por Ha.

SOCAS

Limpas	Cr$	350,00	Ha
Corte		15,00	Ton
Transporte	Cr$	10,00	Ton

Rendimento médio: 30 Tons. por Ha.

O custo das operações agrícolas propriamente ditas é, assim, aproximadamente de Cr$ 55,00 por Ton.; devemos ainda acrescentar Cr$ 5,00 por Ton. para outras pequenas despezas, tis como conservação de carros, limpas de pasto, etc. Como já ficou esclarecido a conservação de casas, impostos, etc., ficam à conta do proprietário.

Partindo desses dados verificamos que à base da divisão dos encargos exposta à letra *c* deste estudo, os colonos empregadores (desconto de 25 por cento) ainda lucram cêrca de Cr$

27,00 por Ton. e o colono operário cêrca de Cr$ 25,00 por Ton. Lembro aqui, mais uma vez, que os colonos operários geralmente só trabalham em sua roça quando falta serviço em lavouras de terceiros e que além disso, têm o direito de fazer pequenas culturas nas entrelinhas e aceiros.

Pode-se considerar extorsivo o regime de colonato acima exposto? A verdade é que o colono em Campos lucra com sua lavoura.

Aliás a experiência de cada dia comprova que os colonos se consideram beneficiados por possuirem lavouras. Sobretudo os operários rurais desejam lavouras, pedem lavouras os que já as têm pedem para aumentá-las todos ficam profundamente contristados quando vêm suas lavouras indenizadas e tomadas. Afinal, por muito pouco esclarecidos que eles sejam, devemos reconhecer que eles sabem perfeitamente quando um negócio lhes é lucrativo ou não.

É evidente que se os colonos pudessem continuar em sua parceria nas bases do Decreto-lei n.º 6.969 seria para eles muito melhor. Mas a prática quotidiana tem demonstrado que ao se aplicar as limitações daquele decreto êles simplesmente perdem suas roças passando a maioria a ser apenas modestos operários rurais. Afinal é preferível que eles ganhem menos ou que nada ganhem ?

D — *Utilidade social do colonato*

Salta aos olhos do observador a utilidade social do colonato. Todos sentimos que a evolução econômica do mundo se fez no sentido da divisão, da pluralização, das fontes de renda; e o colonato é um passo, é meio caminho andado nesse sentido, pois ainda que não haja divisão da propriedade rural na realidade há divisão de seus frutos e de sua renda.

As vantagens do colonato são sobretudo sensiveis para o pequeno colono, para o colono operário, pois dada a modesta e por vezes insuficiente paga que recebe de seu trabalho como operário, a lavoura em parceria constitue para êles preciosa fonte de renda; é como uma economia forçada de que ele lança mão ao fim de cada safra para adquirir as utilidades que durante o ano não teve recursos para conseguir; e não são para ele despresíveis os frutos das pequenas lavouras feitas em consociação com a cana.

São manifestamente benéficos os efeitos psicológicos da parceria. O operário, que de seu nada possui, que não tem casa nem terra, nem coisa alguma que o fixe ao local onde trabalha, sente-se naturalmente como que à superfície do mundo em que vive; para êle é mais ou menos

A Lavoura

(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)
Fundada em 1897

•

Eng.º Agrônomo ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade

•

Eng.º Agrônomo ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
Diretor

•

Eng.º Agrônomo KURT REPSOLD
Diretor Técnico

•

Eng.º Agrônomo GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Consultor-Técnico

•

LUIZ MARQUEZ POLIANO
Redator - Secretário e Gerente

•

Redação e Administração:
AV. FRANKLIN ROOSEVELT, 115
(6.º and.)
Telefone: 42-2981
Caixa Postal 1245
Rio de Janeiro

•

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados

indiferente viver aqui ou ali, trabalhar para êste ou para aquele patrão; e nessas condições é perfeitamente natural que ele se sinta atraido pelas luzes das cidades.

O desejo de posse o anseio de ser dono, de ser proprietário, é um anelo natural do espírito humano. Constitue, por isso, motivo de satisfação observar-se que o colono, quando em palestra com o proprietário da terra se refere à sua lavoura em parceria, jamais diz "a nossa" lavoura, "as nossas" canas; ele diz "a minha" lavoura, as "minhas" canas. Nessa simples palavras não está expressa a satisfação de seu incontido desejo de ser dono? Não é evidente que o homem que considere sua, de sua propriedade, alguma coisa que se encontre fixada à terra, que ele mesmo esteja muito mais radicado a essa terra?

Sim, não há dúvida de que o colonato apresenta reais vantagens de ordem econômica e psicológica e de que é, realmente, um freio eficaz ao tão debatido exodo rural, que sempre foi, através da história, a causa ou talvez a consequência do enfraquecimento das civilizações.

F — *Garantias dadas aos colonos*

O direito brasileiro, já antes da promulgação do Decreto-lei n.º 6.969, garantia aos colonos a indenização de suas benfeitorias em caso de rutura do contrato de parceria. Essa garantia era eficaz; não havia ou só rarissimamente havia casos de proprietários que afastassem seus parceiros sem a devida indenização; o montante dessa indenização era arbitrado por avaliadores locais, geralmente três, um de cada parte e um desempatador.

Aliás a tradição do colonato campista impunha ao proprietário o dever de indenizar seu parceiro em caso de despedida. Agir de outra maneira era por todos considerado furto; rarissimos eram os casos dos que tinham coragem de enfrentar o julgamento unânime de seus vizinhos. E quando se tratava de colonos mais esclarecidos e mais combativos, nem mesmo se o proprietário fosse suficientemente inescrupuloso para usurpar os direitos de seu parceiro poderia fazê-lo, pois já então nossas leis davam garantias aos proprietários de benfeitorias.

C — Conclusões

Considerando que o colonato na região de Campos em regra proporciona reais benefícios econômicos aos colonos;

Considerando que o colonato leva aos colonos agradavel satisfação psicológica;

Considerando que o colonato é um meio eficaz de fixação do homem à terra.

Considerando que a legislação atual tem contribuido para a diminuição do número de colonos;

Proponho:

1)—Que a legislação sôbre o colonato na lavoura de canas tenha carater regional e não nacional isto é que sejam levadas em conta as condições e tradições locais de cada região do País.

2) Que a lei faça diferença entre o pequeno colono operário e o grande colono capitalista e empregador.

3) Que se estabeleça como limite entre o pequeno e o grande colono o fornecimento médio anual de 300 toneladas de canas "ao todo", somadas as partes de ambos os parceiros.

4) Que no caso dos grandes colonos seja facultado descontar de 10 a 20 por cento pelo aluguel da terra e de 3 a 5 por cento pelo aluguel de casas.

5) Que no caso dos pequenos colonos se deixe ao critério das partes demarcar as condições da parceria.

6) Que se estabeleça como juros de financiamento a taxa de 1 por cento acima da taxa dos estabelecimentos bancários oficiais para operações de crédito agrícola.

SISAL (AGAVE SISALANA) NOVA RIQUEZA AGRICOLA

(Conclusão da página 15)

cooperativas, principalmente de pequenos produtores, afim de que, através delas, cheguem até eles, o crédito e a maquinária indispensáveis ao beneficiamento da produção;

IV — para assegurar a bôa colocação do produto nos mercados internos e externos, estabelecer, por intermédio do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura, não só a padronização, como tambem a fiscalização.

V — estudar as possibilidades tecnologicas da fibra do sisal e os seus vários aproveitamentos, a exemplo do que ocorre em outros paises, onde as Agaves representam real valôr na economia nacional.

Está o sisal, sem dúvida, destinado a ocupar papel importante papel e nnossa economia rural, já tendo sido mesmo considerado pelos norte americanos produto de valôr estratégico.

Acautelemo nos enquanto é tempo!

Arthur Torres Filho
Presidente da SNA

A Alimentação do Trabalhador Rural

Honorato de Freitas
Eng. - Agrônomo

Depois dos recentes estudos sôbre a nutrição, evidenciou-se cada vez mais a necessidade de se racionalizar os hábitos alimentares, visto como bem alimentar-se significa adquirir boa saúde, pelo menos em termos generalizados.

Mas, boa alimentação não é apenas ingerir alimentos em grande quantidade ou de paladar variado. E', isso sim, saber escolher alimentos capazes de suprir o corpo de todas as suas necessidades, de acôrdo com um balanceamento racional. Isso quer dizer que, para bem alimentar-se, o homem rural — como de resto qualquer ente humano — precisará contar quatro ordens de alimentos, que são hoje conhecidos como os elementos protêicos; as féculas; as gorduras e os açucares; os sais minerais, e finalmente as vitaminas, cujo conhecimento está se vulgarizando aceleradamente entre nós.

Se é verdade que os jovens consomem grande quantidade de alimentos proteinados no trabalho de crescimento, não menos certo é que os organismos envelhecidos têem também necessidade dêsses elementos para renovação de que vão consumindo pelos anos. Já as gorduras e os açucarados dão energia ao organismo e são por isso indispensáveis à vida.

Os minerais entram, também, no balanço dos alimentos necessários à vida com uma influência notável, assim como o cálcio e as vitaminas. Aliás, ninguém duvida do papel que os minerais exercem na circulação, pois a elaboração do sangue e a sua distribuição pelo corpo, exigem a presença de elementos minerais, assim como a formação de tecido ósseo não dispensa o cálcio e o fósforo.

A descoberta das vitaminas criou rumo novo ao problema da nutrição, pois, segundo estudos experimentais comprovados, está aceita de maneira absoluta a teoria da influência das vitaminas na vida humana e já se contam, devidamente, estudadas, certas moléstias decorrentes de falta de vitaminas, de que é o exemplo mais comum a cegueira por falta de vitamina A, que tem ainda grande influência no crescimento, enquanto que a vitamina C desempenha seu papel importante na proteção aos tecidos ósseos, principalmente os dentes, assim como defende o organismo contra as perdas de peso, etc.

A falta de vitamina C acarreta uma série de distúrbios no organismo! de que ressalta a chamada complicação escorbútica, do mesmo passo com a falta de vitamina B poderá ocasionar o beriberi e outras complicações Também a vitamina D protege contra o raquitismo e fortalece os membros, etc.

São estas, de um modo geral, as principais influências de rudimentos de nutrição, noções que desejamos passar para o conhecimento dos trabalhadores rurais brasileiros, a fim de chamar a sua atenção para as principais normas de alimentação, cuja prática deve ser adotada largamente.

Não queremos ensinar ninguem a comer; o que desejamos é sugerir o que se deve comer, dentro de um ponto de vista racional, baseado em experiências feitas por técnicos no assunto.

Entre os alimentos que recomendamos para a alimentação de homem rural, podemos citar em primeiro lugar o leite, em quantidade que varia com o disponivel e a forma de utilização. Considera-se uma boa orientação a ração minima de 500 gramas para os adultos e um litro para as crianças, o qual poderá ser tomado de acôrdo com o gôsto: ou simples ou em forma de mingáus, papas, etc.

A seguir entram os cereais: arroz, milho, aveia, trigo e as massas, elementos que devem ser distribuidos pelos cardápios em dias alternados e que são completados com as leguminosas usuais.

Nada mais salutar e agradável ao paladar que as saladas de verduras e as frutas para sobremesa. Mas tudo isso deverá ser planejado de maneira que a alimentação seja variada e que o balanceamento dos alimentos corresponda à indices concentâneos com as necessidades orgânicas.

As carnes, ovos, etc., são necessárias para a formação dos tecidos, como fonte de proteina que são. Isso não quer dizer, entretanto, que se deva abusar de carne, comendo-a em demasia. E quando dizemos carne, não excluimos as aves, os cabritos, carneiros e outros animais, assim como visceras, etc.

Um bom plano alimentar para o homem rural poderia ser: de jejum pela manhã com leite, pão ou tapioca (bolos de milho, etc.) além de frutas; será fácil para qualquer fazenda e substancial para qualquer trabalhador.

Conservando a tradição rural brasileira, o almôço constitui a principal refeição da zona rural e como tal será baseada em carne, ovos, arroz, feijão, batatas, frutas e café. Uma boa dona de casa saberá organizar os cardápios e distribuí-los pelos dias da semana.

Nas fazendas brasileiras, não se dispensa em casa, queijo, bolos, manteiga e pão. Mas

Para o jantar teremos uma boa sopa, a a "merenda" e para isso existem muitas sugestões, desde as frutas até os doces feitos será uma boa merenda não fechar com um cafesinho.

salada de legumes e verduras, frutas para a sobremesa ou um creme; um copo de leite e café. E ai está uma boa refeição para quem dorme cêdo.

De um modo geral, o problema alimentar de homem rural brasileiro não oferece dificuldades serias. O que é necessário, em pri-

(Conclúe na pagina 25)

Sintese Histórica das Explorações Botânicas no Brasil

Arthur N. Seabra
Eng. Agr.

A flora brasileira, considerada uma das mais opulentas e exuberantes do mundo, deu sempre à configuração geral do Brasil, uma feição própria e inconfundivel. E' um patrimônio imenso e que tem merecido, da época do descobrimento até os nossos dias, um grande e permanente interesse. O valor industrial de suas essencias, a multiplicidade de suas aplicações, e sobre tudo a originalidade e a vastidão do conjunto floristico, impressionaram de maneira incomum os cronistas do primeiro século do descobrimento. Em consequência, as maravilhas e prodigios encontrados, tiveram uma literatura mais rica e abundante. A noticia da existência de um imenso tesouro florestal na América repercutiu no Velho Mundo e empolgou os homens cultos, os cientistas, sempre prontos e decididos ao estudo das novas maravilhas da natureza. Assim, sucedendo aos cronistas, que com tanto entusiasmo exaltaram e perpetuaram a grandeza de nossa flora, aqui aportaram as primeiras expedições cientificas, os primeiros exploradores. De então até hoje, não pequeno tem sido o número de naturalistas e botânicos, interessados no estudo da flora brasileira.

Ao fazer um esboço histórico das explorações botânicas no Brasil, devemos considerar, para melhor compreensão do assunto, as diferentes eras, as épocas distintas, em que certas explorações se realizaram. A divisão, portanto, em era antiga, era moderna e era contemporânea ou atual, vae nos permitir um melhor exame dos acontecimentos e de seus diferentes aspectos. A era antiga é considerada a era clássica, com St. Hilaire e Martius; depois tivemos a era moderna; e finalmente a era contemporânea, a era atual, a era dos botânicos ainda vivos.

Na era antiga há uma fase tipicamente noticiosa em que certos autores e cronistas, como Thevet, Jean de Lery, Abbeville, Hans Staden, José de Anchieta, Fernão Cardim e Gabriel Soares de Souza, fazem referências à varias plantas brasileiras, produtoras de frutos, perfumes e bálsamos maravilhosos. E' o periodo quinhentista, em que a natureza brasileira se apresenta em todo o explendor de sua grandeza e em toda originalidade de sua forma.

Os estudos verdadeiramente cientificos da nossa flora, entretanto, sòmente em 1638 foram iniciados por Piso e Marcgrave, o primeiro, autor de um tratado de medicina tropical "De Medicina Brasiliensis", e o segundo, autor da "História Natural do Brasil", dividida em oito livros, dos quais três referentes às ervas, aos arbustos, às plantas frutiferas e às arvores do Brasil. Marcgrave, à frente de uma expedição zoológica e botânica, explorou o interior do Nordeste brasileiro, primeira região a ser cientificamente estudada, em nosso país. Em seguida, tivemos cientistas brasileiros, de grande valor, como Frei Conceição Velloso, autor da "Flora Fluminensis", grande obra, que sòmente foi publicada em 1881, por iniciativa do Diretor do Museu Nacional, dr. Ladislau Netto; Manoel de Arruda Câmara, eminente botânico, estudou a flora pernambucana e publicou, entre outros, o trabalho intitulado "Memoria sobre a cultura do algodoeiro e sobre o metodo de o colher e ensacar"; Alexandre Rodrigues Ferreira, cientista baiano, durante dez anos, nos Estados do Pará, Amazonas e Mato Grosso, organizou riquissimas coleções botânicas; e Frei Leandro do Sacramento, mineiro, estudou algumas Euforbiáceas e muito se preocupou com a organização do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, que muito deve ao seu esforço e dedicação.

Sem desejar obscurecer nomes de valor, Sellow, este, autor de grande número de memorias, e aqueles, dando à grande flora equatorial umida, pela primeira vez, o nome de Hiléia, passo a examinar a atuação dos sábios eminentes, dos grandes naturalistas, que profundamente estudaram a nossa flora. Augusto Saint-Hilaire, em 1816, Spik e Martius, em 1817, chegam ao Brasil para a realização de trabalhos que se tornaram famosos em todo o mundo.

Saint-Hilaire, além das riquissimas coleções que deixou no Museu do Jardim das Plantas de Paris, publicou obras notáveis, como "Plantas Usuais dos Brasileiros", Paris, 1824; "História das Plantas mais Notáveis do Brasil e do Paraguai", Paris, 1824; e "Flora do Brasil Meridional", Paris, 1829-1832. De 1816 até meados de 1822, isto é, durante 6 anos, o grande naturalista francês percorreu os Estados de Minas, Rio de Janeiro, São Paulo Espirito Santo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Goiás, recolhendo "como infatigavel herborizador que era", abundante e precioso material floristico. Augusto Saint-Hilaire foi um entusiasta da terra brasileira, um enamorado da nossa flora, que teve a virtude de fazer justiça e reconhecer o talento dos nossos botânicos mais ilustres, como Manuel de Arruda Câmara e Frei Conceição Velloso.

A Martius, entretanto, cientista eminente e genial, coube a gloria de uma realização mais ampla, que foi o enfeixamento, a reunião de todo o material botânico já coletado no Brasil, na "Flora Brasiliensis", obra imortal e grandiosa, hoje conhecida em todo o mundo.

Na companhia de Spix, Martius, durante

3 anos, ou seja, de 1817 a 1820, percorreu os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará, Maranhão, Pará e Amazonas colhendo seis mil e quinhentas espécies de plantas. Com este precioso material deu início a sua obra, publicando três monografias em que estuda as Amarilidáceas, as Anonáceas e as Palmáceas.

A "Flora Brasiliensis", edificação suntuosa e inconfundível do saber humano, foi realizada sob os auspícios dos governos do Brasil, Baviéra e Austria, e com apoio e colaboração de varias academias, sociedades cientificas e de cientistas particulares. Iniciada em 1840 e terminada em 1906, isto é, 66 anos depois, a monumental obra reune 40 volumes **in folio**, nos quais estão descritas 206 familias, distribuidas por 2253 generos, com 22.767 espécies. Sob a direção sucessiva de Martius, Endlicher, Eichler, e Urban, a grande obra coletiva foi elaborada, para tanto recebendo a colaboração de 65 botânico dos mais famosos em todo o mundo.

Entrando na era moderna encontramos, como figuras de maior destaque, Francisco Freire Alemão, que colheu e herborizou, no Ceará, cêrca de vinte mil amostras de plantas, e publicou, depois, a sua magnifica "Flora Cearense"; Spencer Le Marchand Moore, que publicou em 1891 o catalogo dos Fanerógamos, onde descreve várias espécies novas e estuda as formações vegetais do extremo Oéste brasileiro; e João Barbosa Rodrigues, que em 1897 percorreu o Oéste de Mato Grosso e publica, logo no ano seguinte, as monografias "Plantae Matto-grossensis" e "Palmae matogrossensis", duas valiosas contribuições ao conhecimento da flora de Mato Grosso. O talento, a abnegação e o esforço de João Barbosa Rodrigues lhe permitiram realizações, com que, nos tempos modernos, ele se fez projetar de maneira inconfundivel. Botânico ilustre e de grande cultura, deixou trabalhos notáveis, como os referentes às orquideas e às palmeiras do Brasil.

Quanto à era contemporânea, a era atual, dos botânicos ainda vivos, podemos assegurar que é das mais promissoras e grandiosas. Seguindo diretrizes modernas e cultuando os melhores exemplos do passado, os cientistas de hoje poderão realizar uma obra sem par e digna da natureza ainda pujante da flora brasileira.

BIBLIOGRAFIA

Cruls, Gastão, Hiléia Amazonica. Rio, 1944.

Löfgren, Alberto. Flora brasileira, não brasiliensis. (In Chacaras e quintais, p. 350 Novembro de 1914)

Martius, Carlos Frederico Phelippe von. Flora Brasiliensis, 18. 1° volume.

Mello Leitão, C. de. História das expedições científicas no Brasil. Rio, 1941.

Sampaio, A. G. de. Fitogeografia do Brasil, 3.ª ed. Rio, 1945.

Alimentação do Trabalhador Rural

(Conclusão da pagina 23)

meiro lugar, é aprender a conhecer os alimentos, como prepará-los e como utilizá-los, para depois selecionar os elementos que entram ou devam entrar nos cardápios.

Uma das principais providências que se deve adotar é a organização de uma horta, plantar algumas fruteiras assim como a criação de aves e pequenos animais, para produzir a própria alimentação, só comprando fora da fazenda aquilo que não for possivel produzir no local.

Está claro que a segunda medida a tomar, será contar com pessoa que conheça de cosinha o suficiente para saber preparar bem os alimentos.

Se o trabalhador rural contar com todos êsses elementos, a sua alimentação será, por certo, mais sadia, mais saborosa e, consequentemente, a sua disposição para o trabalho será melhor.

O Serviço de Informação Agricola muito poderá auxiliar — aconselhando — no trabalhador rural sôbre a sua alimentação.

Primeira reunião brasileira de florestas e produtos florestais

Alguns problemas de silvicultura e os Hortos Municipais, Conclusões sobre silvicultura contidas no trabalho: "Hortos Municipais; suas finalidades e importancia para os Municípios Fluminenses"

Eng Agr Geraldo Goulart da Silveira (membro da delegação da Sociedade Nacional de Agricultura)

A Sociedade Nacional de Agricultura apresentou á **Primeira Reunião Semestral dos Prefeitos Fluminenses**, uma tese que mereceu aprovação do referido conclave, subordinada ao titulo: "**Hortos Municipais; suas finalidades e importância para os Municípios Fluminenses**".

No referido trabalho, que foi publicado na integra da revista "A Lavoura", em seu número de Maio - Junho de 1948, encontram-se várias conclusões que focalizam problemas relacionados com a silvicultura.

Como subsidio da Sociedade Nacional de Agricultura á **Primeira Reunião Brasileira de Florestas e Produtos Florestais**, transcrevemos abaixo, para conhecimento dos seus dignos delegados, as conclusões referentes á silvicultura, aprovadas na referida **Reunião de Prefeitos Fluminenses**.

Tais conclusões são as seguintes:

a) — distribuição, através dos Hortos Municipais, de mudas de essências florestais mais indicadas para as regiões sob a jurisdição dos mesmos, devendo para isso, os referidos Hortos serem dotados de grandes sementeiras e viveiros para a produção de mudas em quantidade suficiente para suprir as necessidades constantes dos interessados;

b) — distribuição, através dos Hortos Municipais, de sementes de essências florestais mais convenientes para o florestamento ou reflorestamento das regiões sob sua jurisdição;

c) — os Hortos Municipais devem fazer, em cooperação com particulares, trabalhos de reflorestamento, prestando-lhes assistência técnica, fornecendo-lhes mudas e sementes de essências florestais etc;

d) — as áreas devolutas pertencentes ao Municipio, ao Estado e ao Governo Federal, poderão ser reflorestadas pelos Hortos Municipais;

e) — deve constituir incumbência dos Hortos Municipais a arborização de estradas, praças, parques e jardins do Municipio sob sua jurisdição, em cooperação com o Governo Federal, o Estado, etc;

f) — os Hortos Municipais devem constituir-se em delegados do Serviço Florestal, divulgando sob todas as formas e meios possiveis os preceitos estabelecidos no Código Florestal, e fiscalizando a sua observância no Municipio sob sua jurisdição;

g) — os Hortos Municipais devem constituir-se em centros de estudos dos problemas florestais tais como estudos sobre as essências florestais da região, suas caracteristicas e importância econômica; experimentações para a determinação das essências florestais mais indicadas para a região; estudos sobre doenças e pragas das essências florestais da região, etc, trabalhos esses em colaboração com Centros de Pesquizas, Estações Experimentais e outros estabelecimentos Federais ou Estaduais;

h) — nos Hortos Municipais devem ser ministrados Cursos Práticos de Reflorestamento, de Exploração Racional de Florestas, etc;

i) — nos Municipios de maiores recursos poderão ser mantidas, anexas aos Hortos Municipais, Escolas Práticas de Silvicultura (ensino médio).

Tendo em vista a importância dos assuntos acima enumerados é que julgamos oportuno transcreve-los, para que a **Primeira Reunião Brasileira de Florestas e Produtos Florestais**, deles tomando conhecimento, possa **formular recomendações sobre aqueles que julgar devam ser, quanto antes, postos em prática**.

O conceito clássico de retôrno

Por FÁBIO LUZ FILHO

O Conceito clássico de retôrno não sofreu alteração alguma até hoje. A tendência até, em determinadas cooperativas, é aboli-lo. Nas caixas rurais êle não existe: é uma de suas maiores garantias e uma de suas mais belas características morais, como espírito de solidariedade humana e visão prática das coisas.

Como minha argumentação, certo, como prata da casa, póde não ter a necessária fôrça de convicção, peço vênia para reproduzir trechos de vários e conceituadíssimos escritores estrangeiros antigos e modernos, que caracterizam o *retôrno* de maneira precisa e lúcida.

Eis o que diz *Albert Thomas*:

"*...os excedentes anuais — si existirem — que não estão afetos às reservas ou às obras de interêsse geral, serão divididos entre os associados na proporção das operações que cada um efetuou com a entidade, isto é segundo uma regra prática que manda restituir a cada associado a diferença entre os descontos que sofrem durante o exercício pelos serviços recebidos e o montante das despesas que a execução desses serviços acarretaram* .

Eis o que diz *Victor Sertey*, o mestre "*A sociedade é aquela que devolve a seus associados o que foi cobrado a mais na proporção das compras, e que concede um direito igual a cada um de formar parte na adminitração e no controle*".

Eis as palavras de *Nast, o prestigioso jurista* francês acatado pelo seu saber jurídico e sua sinceridade cooperativista:

"*O fenômeno do "retôrno" se explica de maneira absolutamente semelhante (refere-se á regra acima citada por Sertey) para as cooperativas de crédito, que fazem reverter aos que pedem dinheiro emprestado as somas que êles pagaram a título de juro*".

Pela lei brasileira o retôrno deverá ser dado na proporção dos juros que o associado pagou pelos empréstimos que contraiu na cooperativa.

Como todos os escritores do mundo, considera Leiserson o *princípio do retôrno*, tal como está caracterizado linhas acima, "*el carácter por el cual económica y jurídicamente se reconece la verdadera associación cooperativa.*"

Vivante e *Haller* percutem a mesma tecla.

Vejamos agora escritores moderníssimos: um argentino e outro italiano.

Diz Frederico Rodrigues Gómez ao comentar a lei argentina, a qual, seguindo o exemplo italiano, manda dar retôrno na proporção do capital social integrado, nas cooperativas de crédito:

"*Por el contrário, la ley há querido que la distribuición de utilidades — dejando de lado el principio cooperativista referido, a los interesses pagados por cada sócio, se opere de acuerdo al principio capitalista*".

Prosseguindo em sua cerrada argumentação, o Tribunal diz que o regime social das cooperativas de consumo demonstra que, na fixação do preço da venda dos artigos, base obrigatória do resultado que apresenta cada liquidação periódica, somente influe, dada sua natureza (não considerando o custo dos artigos no mercado e o coeficiente de despesas gerais) o respectivo coeficiente de excesso que se calcula possa ser exigido do consumidor paar atender ás despesas de administração da cooperativa, o qual coeficiente supõe que tal preço de venda se deve elevar conscientemente em relação ao preço de custo, não com intuitos lucrativos, vedados ao cooperativismo, mas por imperiosa necessidade de fazer frente ás oscilações constantes do mercado, que obrigam a uma disponibilidade de numerário para a qual devem concorrer todos os cooperados. O fato de constar dos balanços sociais tal excesso não tira à cooperativa a natureza doutrinária e jurídica que lhe é própria. E' uma operação análoga, em última análise, a um crédito aberto à cooperativa e constantemente utilizado e reembolsado ao outorgante. Assim sendo, o excesso de percepção, o retôrno do que foi dado a mais pelos associados não passa da outorga de um valor fictício atribuido ao seu consumo com fins de previsão, não se podendo, com base em bons princípios econômicos, considerar essa reintegração como produto obtido por um capital, mas, sim, como parte do mesmo que se exigiu quando fez êle falta ou na previsão de que fosse necessário, devolvido quando se torne desnecessário à cooperativa.

— — ›

CONSULTAS E INFORMAÇÕES

GERALDO GOULART DA SIVEIRA
Consultor técnico de "A Lavoura"

ENXERTIA DA FRUTA DE CONDE

Respondendo ao Sr. L. C., nosso consórcio do Estado de Goiás tenho a informar que, pela sua rusticidade e resistência, o araticum tem merecido a preferência como porta-enxerto para a fruta de conde.

Contudo, ela enxerta-se bem sôbre o próprio pé franco, a condessa, o beribá, etc. Os processos de enxertia mais empregados são a borbulhia e a garfagem, sendo o primeiro o que melhores resultados tem apresentado.

CULTURA DA ALCACHOFRA

Esclarecendo ao Sr A.A. do Estado do Espirito Santo, tenho a informar que:

a) — realmente, a cultura da alcachofra só é viável em regiões de clima temperado;

b) — depois de realizada a plantação, ela fica durante vários anos produzindo;

c) — o ciclo vegetativo da alcachofra varia de 12 a 18 meses.

PLANTAS ORNAMENTAIS QUE S$ REPRODUZEM POR RAIZES E TUBERCULOS.

Respondendo à D. G. R., nossa leitora do Distrito Federal, tenho a informar:

a) — são muito interessantes nos jardins as plantas que se reproduzem por meio de "batatas", isto é, plantas que se reproduzem por tubérculos.

b) — entre as plantas ornamentais que se multiplicaram por esse processo podemos citar a palma de Santa Rita, a açucena, a angélica, o copo de leite, a dália, o gladiolo, a iris o lírio, o tinhorão, etc.

SULFATO DE MAGNESIO COMO ADUBO

Esclarecendo ao Sr V. C., do Distrito Federal tenho a informar que, realmente, o sulfato de magnésio é empregado para favorecer a floração das plantas ornamentais especialmente roseiras. Quanto ao emprego desse adubo, aconselhamos:

a) — usá-lo na proporção de, apenas uma grama por metro quadrado;

b) — aplicá-lo na época em que surgem os botões florais

VARIEDADES DE BATATA-DOCE.

Respondendo ao Sr. P. R. do Estado de Minas Gerais,, tenho a informar que as variedades de batata-doce mais recomendáveis para cultura são: Rainha, Gaulista Amarela Roxa, etc. Os solos mais indicados para a cultura da batatadoce são o sílico-argiloso e o silicoso, pois são justamente, os que mais facilitam o desenvolvimento das raizes.

---

organização cooperativa de consumo se conseguir ela uma reserva disponível (por exemplo: de um ano não-concedido). Com êsse adjutório poderá ela vender os artigos ao preço de custo pelo coeficiente de despesas gerais, levado o retorno àquela reserva. As sobras não pódem, pois, considerar-se lucro nem são riqueza produzida pela associação de capitais e trabalho pessoal, faltando ao devedor dois requisitos essenciais para a tributação: a entidade que obtem lucro e a matéria gravada, que é a riqueza produzida, ficando patente que as sobras não constituem lucro nem procedem do capital, nem pódem confundir-se com juros ou dividendos, uma vez que a sua verdadeira natureza é a diferença entre o custo real e o custo nominal dos artigos distribuidos ao consumidor, no fim de cada exercício social.

Toda essa argumentação acima é concludente e irretorquivel.

Torna-se, assim, evidente que tal execesso e sua devolução não são essenciais à vida de uma

Ora, Agronômos e Veterinários . . .

LINCOLN G. DE MORAES
Advogado e Veterinário

A 9 de setembro de 1933, o então Ministro da Agricultura, Juarez Távora, levou à assinatura do Chefe do Govêrno Provisório, Getulio Vargas, o decreto que tomou o número 23.133, destinado a regular o exercício da profissão veterinária no Brasil.

Ao comemorar-se o primeiro decênio desse ato, um dos oradores da sessão inaugural do II Congresso Brasileiro de Medicina Veterinária o qualificou, com razão, de "carta de alforria" da veterinária brasileira.

Aquele Ministro bem compreendeu a necessidade de ser atribuida, no Ministério da Agricultura, aos veterinários e agrônomos a situação a que tinham e têm direito, por definição, assim como pela sua atuação cada vez mais imprescindivel e relevante na maioria dos setores da economia brasileira. Póde-se, mesmo, assegurar que somente depois daquela reforma é que as duas tão nobilitantes profissões, antes desconhecidas do grande público e algo menosprezadas, conseguiram, no Brasil fóros de cidadania passando a ombrear-se de direito e quase de fato com as demais profissões liberais, já laureadas pelo reconhecimento oficial e pela popularidade.

Entretanto, se, na verdade, já grangearam tão apreciável projeção no conceito social, é, todavia forçoso reconhecermos que, nos últimos tempos, vêm sendo desmerecidas pelos próprios poderes oficiais, de tal maneira que, mesmo nos quadros funcionais daquele ministério, isto é, na própria casa do agrônomo e do veterinário, estão em condição subalterna a outras classes ou carreiras no que diz respeito aos vencimentos, que é a fórma pela qual o Govêrno póde objetivar a consideração que dispensa a determinada classe, carreira ou profissão.

Como é notório, os profissionais da agronomia e da veterinária não encontram, ainda, em nosso meio rural, uma compreensão justa capaz de determinar uma satisfatória remuneração para o seu trabalho especializado. E suas possibilidades, nesse âmbito, serão cada vez menores, em face da atuação do Estado que, dia a dia, amplia sua ação em benefício da produção agropecuária, fornecendo ao produtor rurícola, gratuitamente ou em condições liberalíssimas, toda a assistência técnica de que necessita. No Distrito Federal, por exemplo, a Prefeitura está desenvolvendo um notável programa de auxílio à lavoura e à pecuária, através de uma assistência técnica completa e inteiramente gratuita, mas que, por isso mesmo, não permite aos agrônomos e veterinários o exercício de suas atividades como profissionais liberais.

É, de fato, indisfarçável a nítida tendência dos poderes públicos para a socialização da agronomia e da veterinária. Não é nosso propósito aplaudir ou, mesmo, criticar, aqui, essa orientação.

Cumpre-nos, porém, dentro do mais patriótico espírito de cooperação, conclamar aqueles poderes a que considerem devidamente a situação que a socialização progressiva poderá criar para as duas nobres profissões irmãs, se não procurarem, concomitantemente, ampará-las de modo conveniente, dando-lhes um padrão de vida consentâneo com os esforços dispendidos para a sua formação cultural e técnica e com a dignidade da sua inestimável função social e econômica e que compense o "deficit" resultante da diminuição gradativa e mesmo imediata — como já está ocorrendo no Distrito Federal — das possibilidades de um vantajoso exercício como profissões liberais.

É necessário prever que uma tal situação poderá agravar o lamentável mas justificado pessimismo que vai avassalando, na razão direta das injustiças e ingratidões sofridas, os profissionais encarregados do planejamento e da execução das medidas destinadas a aumentar e melhorar a produção agrícola e pastorial brasileira, que ainda não pode competir vantajosamente, com grande parte dos seus produtos, nos mercados internacionais, em virtude justamente, dos nossos processos rotineiros de amanho da terra e de exploração dos animais domésticos.

É preciso meditar sôbre a repercussão desfavorável, voluntária ou não, desse pessimismo, na eficiência dos próprios deveres funcionais de veterinários e agrônomos, assim como sôbre bôa parte da nossa mocidade, que contrariando, muita vez, suas verdadeiras vocações, escolhe outras profissões mais bem situadas no seio da

opinião das ruas, hoje mal orientada pela antipatia — revelada em fatos, se bem que não em palavras — que os mesmos poderes públicos votam às duas classes em causa.

É indispensável que os responsáveis pelos destinos de nossa Pátria compreendam que a iniquidade da remuneração oficial concedida aos veterinários e agrônomos, assim como as barreiras opostas ao aproveitamento dos néo-diplomados, ou seja, a falta de "futuro" dessas profissões constitue a principal causa da impressionante redução do número de matrículas nas escolas superiores de veterinária e de agronomia, a despeito do chamariz de vantajosas bolsas de estudo e outras facilidades com que se procura atrair alunos para a Universidade Rural e alguns estabelecimentos estaduais.

Confrontando a situação privilegiada de outras carreiras, nos serviços públicos, resultante quanto a das mais profissões liberais, como, também, em atenção à relevância do seu papel no cenário econômico nacional.

A Constituição Federal dispõe, no parágrafo único do artigo 157:

> *"Não se admitirá distinção entre o trabalho manual ou técnico e o trabalho intelectual, nem entre os profissionais respectivos, no que concerne a direitos, garantias e benefícios".*

Ninguem, de bôa fé, poderá argumentar que êste preceito constitucional, por estar capitulado na parte referente à legislação trabalhista e não dos últimos reajustamentos, com a de veterinários e agrônomos, não pretendemos, evidentemente, desmerecer outras classes ou profissões. "*Omni soit qui mal y pense*". O contraste terá apenas o sentido de facilitar a argumentação e melhor justificar as reivindicoções de duas classes que, no Brasil, ainda lutam por sua completa emancipação e pela consideraçoã a que fazem jús, não somente em vista da dificuldade de sua formação técnico-cientifica, tão grande no título relativo aos funcionários públicos, não deverá ser aplicado ao caso em apreço. De fato, diz respeito, essencialmente, ás relações entre empregadores e empregados das empresas da esfera privada. Mas é claro que o legislador constituinte não teria desejado dar àqueles que trabalham para o Estado um tratamento diferente. Seria uma exceção iniqua, anti-social e paradoxal, pois não é crivel que o Estado, como empregador, possa estabelecer, entre seus servidores, distinções e privilégios que não permite sejam estabelecidos pelos demais empregadores, no que respeita ao benefício primacial, que é a justa e equitativa remuneração do trabalho de cada um, de acôrdo, naturalmente, com as habilitações respectivas e com a soma de esforços físicos ou intelectuais dispendida na sua execução. É o caso de se diezr, com absoluta justeza, que o exemplo deveria começar por casa.

Entretanto, aquele preceito não tem sido observado inexplicàvelmente, por uma parte dos próprios legisladores (a maioria dos quais assinou a nossa atual Carta Magna), em relação às carreiras técnicas do serviço público — aquelas para cujo exercicio é dispensável um diploma de curso superior, sendo, pelo contrário chocante a distinção entre os *beneficios* concedidos a umas e recusados a outras, embora sejam todas de idêntica importância e igualmente necessárias nos diversos setôres da administração pública e dependam daquela condição comum: a posse do título que representa a igualdade de esforços empregados nos respectivos curriculos acadêmicos. São por isso, carreiras que devem ser niveladas nos órgãos oficiais, como já o foram no julgamento da opinião pública, que as consagrou com o designativo univoco de "*doutotores*".

Nos quadros funcionais do Serviço Público Federal, assim como nos da Prefeitura do Distrito Federal e de alguns Estados, os agrônomos, veterinários e químicos foram colocados em situaçã de inferioridade aos médicos, engenheiros e advogados, nas últimas reestruturações de carreiras e reajustamentos de vencimentos. A maioria do Senado preferiu, mais de uma vez, aplicar o dispositivo contrárlo à equivalência de carreiras, hoje manifestamente inconstitucional, do Estatuto dos Funcionários Públicos, elaborado de conformidade com a casuística da Carta Constitucional de 1937, embora com evidente desprezo pelo principio, acima transcrito, da democrática Constituição de 1946.

A Lei Federal n.° 488, de 15-XI-48, em seu artigo 13, assegurou

> vencimentos e salários iniciais e finais correspondentes, respectivamente ,aos vencimentos das classes K e O, *para os cargos e funções médicos de qualquer natureza e especialização*".
> (O grifo é nosso).

Não obstante, por incrivel que pareça, uma emenda, que a muitos se afigurava supérflua, destinada a tornar mais expresso ainda o direito dos veterinários ou *médicos*-veterinários de serem beneficiados por esse artigo, caiu, no Senado, sob os fundamentos principais da necessidade de compresão de despesas e da menor duração dos cursos de veterinária: *Mutatis mutandi*", para os *engenheiros*-agrônomos ou agrô-

nomos, também não beneficiados pelo dispositivo idêntico que favoreceu a todos os outros engenheiros...

Sem quebra do respeito que nos merecem as opiniões em contrário, é, positivamente, difícil admitir possa, hoje em dia alguem, possuidor de mediana cultura e devidamente integrado na vida social e econômica moderna, desconhecer a *natureza* e a *especialização* preponderantemente médicas do veterinário, maximé do que exerce função pública, por isso mesmo ainda denominado, aliás desnecessàriamente, de médico-veterinário; e negar a equivalência que existe, de fato, entre as atribuições, nos serviços oficiais, do médico-humano e do médico-veterinário, entre a importância social e econômica da medicina humana e da medicina veterinária hodierna, pois tão longe vai o tempo dos alveitares como o dos barbeiros que aplicavam ventosas, faziam sangrias ou extraiam dentes... Tanto o médico como o veterinário inspecionam produtos alimenticios de origem animal; o médico sanitarista e o veterinário sanitarista se equivalem no desempenho das respectivas funções públicas cuidando o último, além da defesa sanitária dos rebanhos, ainda de grande parte da medicina preventiva, pois a êle é confiado o combate às muitas zoonoses transmissiveis ao homem, entre as quais merecem citação especial a raiva, a brucelose, a tuberculose e várias parasitoses. A êle incumbe, também, zelar pelo desenvolvimento da pecuária, cooperando de maneira decisiva para a solução do angustiso problema alimentar do povo brasileiro e para minorar a crise mundial do abastecimento de produtos da indústira animal, com o que contribue, ainda, para normalizar a nossa deficitária balança comercial.

É claro que argumentos semelhantes se aplicam ao confronto entre as atribuições públicas do engenheiro e do agrónomo ou engenheiro-agronomo.

Na Prefeitura do Distrito Federal há carreiras que independem de diploma de curso superior ou, mesmo de certificados de curso ginasial, mas que não obstante, foram reestruturadas nos padrões de L a P, semelhantemente aos engenheiros. Também foram criados muitos cargos isolados, classificados nas letras O, P, Q e até R, nas mesmas condições de ingresso, isto é, sem exigência alguma de ordem cultural ou técnica. A Câmara dos Vereadores equiparou os padrões (aliás, manteve a equiparação) de médico, advogado, veterinário, agrónomo e químico e conservou a diferença de uma letra a mais (L), como inicio da carreira de engenheiro. O Prefeito, como medida de ordem geral, tudo vetou, então. Somente foram mantidos, pelo Senado, os vétos referentes aos veterinários, agrônomos e químicos!...

Em quase todos os Estados é encontrada a mesma situação, sendo que em alguns existem cargos de chefia de serviço ou de direção de estabelecimentos confiados a leigos, com acintoso desrespeito aos decretos que regulam o exercicio das profissões de agrônomo e de veterinário.

O argumento de que o veterinário e o agrônomo cursam apenas quatro anos, ao passo que o médico cursa seis, o engenheiro cinco e o advogado também cinco, póde ser sincero. Mas é absolutamente falso, como fácilmente se demonstrará. Aliás, entre os engenheiros beneficiados (só não o foram os engenheiros agrônomos), tanto nos quadros federais como no municipal, há os elétro-técnicos, cujo curso é de quatro anos e os topógrafos ou geógrafos que cursam apenas três anos, como os químicos, se não nos enganamos. E quanto às outras carreiras, de função simplesmente administrativa ou burocrática, ou fiscal, tão bem aquinhoadas e que não necessitaram para tanto, de curso algum?

Se esses fatos não bastassem para invalidar tão grave equivoco, subsistiriam outros meios hábeis e insofismáveis.

O curso de veterinária é intensivo, demasiadamente sobrecarregado de matérias e de quatro anos somente, porque se fosse de seis ou, mesmo, cinco, não atrairia alunos. Possue, em geral 20 ou 22 cadeiras, abrangendo muito maior número de disciplinas, sendo que dezesseis cadeiras são absolutamente semelhantes (anatomia, histologia, embriologia, fisiologia higiene, etc., etc.) às das faculdades de medicina, que possuem, commumente, 25 cadeiras e, relativamente menor número de disciplinas. O leitor se certificará melhor, comparando, no quadro seguinte, o programa de uma escola superior de veterinária com o de uma faculdade de medicina, devendo ter em mente que essa comparação e, bem assim, a que depois faremos em relação ao curso de agronomia no que concerne aos horarios de aula, se aplicam com exatidão aos estabelecimentos congêneres, oficiais ou oficializados por força de lei, visto que as únicas diferenças permitidas referem-se ao arranjo ou disposição das cadeiras e disciplinas de conformidade com a natureza do respectivo estabelecimento de ensino.

ESCOLA FLUMINENSE DE MEDICINA VETERINARIA (Oficializada)

Química orgânica e biológica.
Anatomia descritiva e comparada dos animais domésticos (1.ª parte).
Fisiologia dos animais domésticos.

Histologia e embriologia.
Anatomia descritiva e comparada dos animais domésticos (2.ª parte).
Patologia geral e comparada.
Anatomia patológica e técnica de necrópsias.
Microbiologia e imunologia.
Parasitologia e doenças parasitárias.
Higiene e alimentação dos animais domésticos.
Propedêutica patologia e clínica médica dos pequenos animais domésticos.
Terapêutica, farmacodinâmica, toxicologia e arte de formular.
Propedêutica patologia e clínica cirúrgicas.
Obstetrícia.
Propedêutica, patologia e clínica médicas dos grandes animais domésticos.
Doenças infecto-contagiosas. Polícia sanitária animal.
Direito veterinário e medicina legal veterinária. Legislação rural.

FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Química fisiológica e físico-química.
Anatomia descritiva.
Fisiologia.
Histologia e embriologia.
Anatomia descritiva e topográfica.
Clínica médica (medicina geral e patologia médica).
Anatomia patológica (patologia geral e especial).
Microbiologia e imunologia.
Parasitologia.
Higiene.
Clínica médica (propedêutica, laboratório clínico e patologia médica).
Terapêutica clínica.
Técnica cirúrgica e cirurgia experimental.
Clínica obstétrica e puericultura.
Clínica médica (propedêutica).
Clínica de doenças tropicais e infectuosas.
Medicina legal.

(CATEDRAS SEM CORRESPONDÊNCIA)

Zoologia aplicada.
Zootécnica geral, genética animal e exterior dos animais domésticos.
Agricultura aplicada. Economia rural.
Tecnologia e indústrias dos produtos de origem animal.
Inspeção dos produtos de origem animal.
Clínica dermatológica e sifiligráfica.
Clínica urológica.
Clínica oftalmológica.
Clínica pediátrica.
Clínica neurológica.
Clínica ortopédica e traumatológica.
Clínica ginecológica.
Clínica otorrinolaringológica.

Como se verifica, há uma quase perfeita afinidade das disciplinas estudadas nos dois cursos, uma correlação lógica do "curriculum" e bastante semelhança de objetivos didáticos.

O curso de agronomia sofre, igualmente, da mesma pletóra de matérias. A respeito da dificuldade do curso agronômico, merece transcrição o seguinte trecho do magnífico discurso do deputado Valentim do Amaral, a 30-XII-48, na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, ao comparar, com o mesmo objetivo — ali alcançado — os cursos de duas escolas da Universidade daquele Estado:

> "...o curso de advogado é feito em 180 semanas; o de agrônomo é feito em 144 semanas. A média de horas de aula, por semana, no curso de advogado, é de 16,2; enquanto que no de engenheiro agrônomo é de 36,0. O curso de advogado, em cinco anos, será feito em 180 x 16,2 igual a 2.916 horas; o de agrônomo, em quatro anos, será feito em 144 x 36,0 igual a 5.184 horas"... "de aulas dadas fóra da voragem da Capital, cheia de solicitações e encantos".

Nas escolas de veterinária, o total de 4.320 horas de aula, além dos necessários estágios em laboratórios oficiais e particulares e nos estabelecimentos industriais, é, ainda muito superior ao das faculdades de Direito.

Também não póde ser levado em alta conta o argumento da necessidade de compressão de despesas, tão insustentàvelmente invocado nos debates, visto que as carreiras técnicas injustiçadas situam-se, por sinal, entre as que possuem os menores quadros nos serviços públicos, sobretudo quando comparados aos de médico e engenheiro. A proporção é, no mínimo, de um veterinário para vinte médicos e de um agrônomo para dez engenheiros. Serve de exemplo concludente a situação no Quadro Permanente da Prefeitura do Distrito Federal: Médico (K a O), 1.130; Veterinário (J a N), 60; Engenheiro (L a P), 200; Agrônomo (J a N), 25; Químico (J a N), 25.

Conclue-se, pois, que as despesas, isto é, também as vantagens, são maiores justamente para os quadros mais numerosos.

Por outro lado, é sabido que uma simples e sincera providência no sentido de comprimir as despesas póde converter-se em medida altamente anti-econômica e, portanto, contraproducente. E' o que já está ocorrendo, lamentàvelmente, em virtude do tratamento iníquo dispensado aos ve-

terinários, lamentàvelmente, em virtude do tratamento iníquo dispensado aos veteriários e agrônomos, colocados, inadvertidamente, em situação secundária, nos quadros funcionais pelos próprios poderes públicos que, dêsse modo, remunerando-os mal, além de contribuirem para a revivescência do falso, injusto e ridículo conceito social em que antigamente eram tidos, principalmente os veterinários, e forçando-os, também por isso, ao exercício de atividades fora de suas profissões, inutilizam profissionais que lhes custam uma fortuna. O deputado Valentim do Amaral demonstrou, em seu impressionante discurso, que um agrônomo formado pela Escola ciais estão submetidos a um regime de vencileitor pensar que os veterinários da imponente e suntuosa Universidade Rural, do Quilômetro 47, saiam por muito menos ao erário federal...

Devemos atentar também para o fato de que não apenas os veterinários e agrônomos ofi-
de São Paulo por Cr$ 750.000,00! Não vá o
Luiz de Queiroz, de Piracicaba fica ao Estado
mentos escassos. Igualmente, os práticos inrais, a laboriosa classe que com aqueles seus superiores hierárquicos, curte as agruras do sol nas caatingas nordestinas ou tirita ao frio do sertão do Chapecó, nos altiplanos santacatarinenses, além de mal pagos, ainda são obrigados, em virtude do seu nomadismo necessário, a empregar bôa parte de seus magros vencimentos, com sacrifício da própria família, para atenderem às despesas da hospedagem, visto que as diarias que percebem, com atrazo de muitos meses, invariàvelmente, são bastante inferiores às cobradas pelos hotéis mais modestos do interior do País.

Os horizontes para o veterinário e o agrônomo brasileiros estão, atualmente, mais limitados ainda, em consequência de outra medida de compressão de despesas. E' que cêrca de três centenas de diplomados nos últimos quatro anos não conseguiram nomeação e, não encontrando possibilidades outras que não nos serviços públicos, pelos motivos já expendidos, andam por aí, desiludidos, desempregados ou ocupados em mistéres extranhos à profissão que esperançosamente escolheram, como verdadeiros desajustados sociais e, portanto, sem preencherem o papel que lhes estava reservado no soerguimento da nossa economia agrária.

E tudo isso está acontecendo numa nação que precisa, como nenhuma outra, de agrônomos e veterinários em número suficiente para a exploração racional de suas incalculáveis potencialidades agrícolas e para a preservação e o melhoramento de um rebanho de, aproximadamente, cem milhões de cabeças das várias espécies domésticas, com exclusão das aves.

Os Estados Unidos da América do Norte dispõem de um veterinário para cada 20.000 animais, ao passo que, no Brasil, essa proporção é de um para 180.000, incluindo-se os profissionais empregados nos serviços estadoais e municipais segundo cálculos optimistas. Nosso Ministério da Agricultura não chega a possuir 300 veterinários em seu quadro permanente, mesmo contando-se os que estão nas carreiras especializadas, como sanitaristas, biologistas, zootecnistas, ec. E' possivel que somados os extranumerários ocupe uns 500, total irrisório em face das nossas reais necessidades. Os Estados Unidos, em 1936, empregaram, somente na campanha contra a tuberculose bovina, cerca de 1.300 veterinários, número equivalente ao total desses técnicos diplomados no Brasil até 1947. A Argentina, segundo o testemunho recente do nosso operoso Ministro da Agricultura, Senhor Daniel de Carvalho, mantém, unicamente para o combate a uma zoonose — a febre aftosa, num rebanho bovino numéricamente bem inferior ao nosso, um corpo de veterinários (300) que é quase o triplo de todo o quadro técnico do nosso serviço federal de defesa sanitária animal (109), ao qual compete a profilaxia de todas as doenças infecto-contagiosas e parasitárias de todas as espécies domésticas, na imensa vastidão dos campos deste nosso caro Brasil.

E enquanto isto, a despeito do dinamismo e da sábia orientação do atual Ministro da Agricultura, que é comprovadamente, um grande amigo dos veterinários e agrônomos, nossos grandes problemas agrícolas se eternizam ou caminham em ritmo mui vagaroso, em contraste com a sôfrega atividade dos nossos concorrentes; a peste suina, depois de eliminar milhões de animais, instalou-se de tal modo no País que já se considera mui problemática a sua erradicação, e passamos a importar banha norte-americana; a brucelose, que há apenas vinte anos, na França, foi cognominada de "doença do futuro", atualizou-se entre nós, difundiu-se de maneira indisfarçàvelmente alarmante em nosso rebanho bovino, comprometendo-lhe seriamente a reprodução, e passou a ser inscrita nos mapas estatísticos do obituário humano; a febre aftosa, apesar da eficácia da vacina, que é uma vitória da veterinária brasileira, continua zombando dos nossos meios de defesa sanitária animal, ceifando centenas de milhares e desvalorizando milhões de bovinos; a raiva bovina... Para que prolongar esta relação? Basta para se concluir quão perigosas, por contraproducentes e anti-econômicas, são as medidas de compressão das despesas destinadas ao fomento e defesa da produção agro-pecuária, entre as quais as que desprestigiam os veterinários e

agrônomos, muito embora reconheçamos os intuitos altamente patrióticos e as circunstâncias que as determinaram. Não teremos, mesmo, coragem de atirar a pécha de demagógos àqueles que, com objetivo construtivo, advertirem que, como política econômica, essa é uma política, positivamente, suicida.

Nossos homens de Govêrno precisam saber que agrônomo algum vive de consultas e que são, também, cada vez mais raros os veterinários que o possam fazer, em virtude da socialização progressiva de suas profissões, ao passo que, como ninguem ignora, o médico, o engenheiro e o advogado, além das suas outras muitas possibilidades, mesmo quando funcionarios públicos, possuem, quase sem exceção, o seu consultório, o seu escritório ou a sua banca, onde, em geral, auferem rendimentos superiores aos dos respectivos cargos oficiais.

Não deixa de ser curioso esclarecer que o Tesouro Nacional, as recebedorias estadoais e as prefeituras municipais equiparam os agrônomos e veterinários aos demais profissionais, na hora de lhes cobrarem o sêlo por verba nos diploma e o registo destes, assim como os impostos de indústrias e profissões e de localização, embora o mesmo não aconteça, também com fundamento em lei, quando lhes pagam os respectivos vencimentos.

Uma outra particularidade que os nossos legisladores certamente ainda desconhecem a respeito da vida funcional dos veterinários e agrônomos, no Serviço Públíco Federal, é a seguinte: ao fim da respectiva carreira geral (J a K), são forçados a realizar um curso de aperfeiçoamento e especialização na Universidade Rural, durante ano e meio, sem o qual não podem ingressar numa carreira especializada que levará alguns poucos, ao cabo de muitos anos, ao cume de uma pirâmide de difícil acesso, representado pela letra final N (vencimentos de Cr$ 7.230,00), inferior ás reservadas para os demais profissionais, que não são obrigados aos cursos em questão. É facil de avaliar o sacrifício de um veterinário ou agrônomo, sobretudo quando lotado nos Estados distantes, ao ter de separar-se, se casado, de sua família, por tão longo tempo, sujeito a despesas extraordinárias, de vez que seus parcos vencimentos de então, impossibilitam uma mudança provisória. Si, de fato, a exigência desse curso constitue um penhor da atenção que o Ministério da Agricultura vem dando ao aprimoramento técnico dos seus veterinários e agrônomos, de indiscutivel vantagem para o desenvolvimento das atividades dos seus serviços especializados, por outro lado, deve ser consignado que nenhum outro funcionário civil está sujeito a tão grave contratempo, imposto oficialmente, em sua vida funcional.

O que os veterinários e agrônomos desejam, não é, porém, uma remuneração superior à dos médicos, engenheiros e advogados, muito embora uma tal pretensão encontre plena justificativa no que vem de ser exposto. É, simplesmente, a equiparação ou o nivelamento de seus padrões de vencimntos com o dessas carreiras técnicas, um tratamento equânime, como medida de justiça e de equidade, aliás, de conformidade com o preceito constitucional transcrito inicialmente.

Na Câmara dos Deputados está em estudo

uma emenda, com esse objetivo, da autoria do ilustre economista deputado Agostinho Monteiro, oferecida ao projeto de Estatuto do Funcionario Público. Os veterinários e agronomos confiam em que os dignos representantes do povo considerarão que, num país ainda essencialmente agricola e que terá de cimentar sua industrialização numa sólida economia agrária, não podem ser impunemente desrespeitados os técnicos indispensaveis ao incomensurável trabalho de aceleramento das reais forças vivas da Nação, no sentido de abreviar o mais possivel o prazo para a sua verdadeira redenção econômica.

Ambos já deram suficientes provas — quer exterminando a lagarta rosada e outras pragas dos algodoais e valorizando nossas fibras, assegurando-nos ótima situação no mercado internacional desses produtos e no de tecidos; quer evitando, de maneira singularmente rápida, que as não menos devastadoras pragas dos canaviais nos impuzessem a condição de importadores de açucar e álcool; quer recuperando, para a lavoura e para a felicidade de milhares de familias, os extensos terrenos marginais dos grandes açudes nordestinos; quer desmentindo, brilhantemente, a crendice, ardilosamente difundida, de que nosso País não se presta para a cultura do trigo; quer erradicando a peste bovina, memorável feito da nossa então incipiente veterinária (1921), que mereceu louvores entusiásticos dos grandes meios cientificos europeus; quer nos excelentes resultados já obtidos no combate á raiva bovina, que ameaçou de extermínio grandes e valiosos plantéis, ou á peste suina, que não chegou a atingir, graças aos apreciáveis recursos prontamente concedidos pelo Congresso Nacional, os grandes centros criadores do Rio Grande do Sul; quer implantando, em apenas cinco anos, a inseminação artificial nos rebanhos ovinos da região fronteiriça gaúcha, propiciando àquele Estado, através de um vertiginoso melhoramento zootécnico, a possibilidade próxima de competir com os produtores platinos, no mercado mundial de lã; quer, finalmente, conceituando no comércio internacional, em consequência de uma inspeção veterinária eficiente, a marca SIF, que acompanha os produtos da nossa indústria animal — ambos, agrônomos e veterinários, merecedores da gratidão nacional, pelo êxito desta e outras igualmente difíceis e honrosas campanhas em prol da economia pátria, já deram, assim, sobejas provas de que nossos homens públicos não devem e não podem receber suas justas aspirações com um simples dar de ombros e um muxóxo displicente: "*Ora, agrônomos e veterinários!...*"

Rio de Janeirpo, 9 de setembro de 1949.

A INDÚSTRIA DO AÇUCAR

Notas de interesse historico a respeito de suas associações e Congressos no Rio de Janeiro

LUIZ MARQUES POLIANO
Secretário-Geral da Sociedade
Nacional de Agricultura

Com a realização, recentemente, em Petrópolis, do 1.º Congresso Açucareiro do Brasil, parece-nos oportuno referir uma série de iniciativas anteriores, tendentes à defesa e melhoria da produção desse importante produto, alicerce de economia brasileira nos tempos coloniais e ainda hoje sustentáculo da economia de alguns Estados e regiões brasileiros.

Não iremos remontar aos largos periodos da colônia ou mesmo do Império. Ficaremos adstritos ao periodo republicano, utilizando da fase monárquica apenas um pequeno espaço de tempo — o necessário para estabelecer a ligação com a República, em cujos primórdios, nesta Capital e com reflexos em diversos Estados do Brasil, fecundas iniciativas e realizações cercaram a nossa indústria açucareira.

A 18 de fevereiro de 1887 se reuniram no salão do Banco Industrial e Mercantil, desta Capital, os comendadores Angelo Eloy da Camara, Malvino da Silva Reis, Hermano Joppert, Pedro Gracie, Antonio Ferreira da Silva e Bernardo Belisario Soares de Souza — reunião da qual resultou fundado o Centro da Indústria e do Comércio do Açúcar.

Foram convidados para o ato negociantes e agricultores, que ouviram uma exposição do Comendador Eloy da Camara, que ali estavam para fundarem "uma associação com o fim de congregar os trabalhos isolados das classes mais proximamente ligadas aos resultados da produção da cana de açucar; produção que, sendo outrora a principal, e por muitos anos, o mais importante fator da riqueza nacional, terá ainda, pelas condições especiais de sua cultura, de utilisar vantajosamente na grande questão econômica da evolução do trabalho que começa a desenvolver-se com a extinção do elemento servil".

Na mesma data foi instalada a Associação, ficando a sua Diretoria assim constituida:

Presidente — Comendador Angelo Eloy da Camara

Diretores — Comendador Hermano Joppert, Malvino da Silva Reis, Bernardo Belisario Soares de Souza e Comendador Antonio Ferreira da Silva.

Vogais — Pedro Gracie, Dr. Honorio Augusto Ribeiro, Barão do Rio Bonito, Eugenio M. Torres, João José dos Reis Junior, Dr. Januario C. Oliveira, Dr. Pedro D. Gordilho Paes Leme, Dr. José Arthur de Murinelly, A. C. Chaves Faria.

"A associação que acaba de ser fundada — escreve o **Jornal do Comércio** do dia seguinte — pode prestar bons serviços à importantissima indústria açucareira que, como na reunião de ontem se disse, já foi e pode ainda tornar a ser um dos mais poderosos fatores da riqueza nacional. Todos, pois, somos mais ou menos diretamente interessados no seu desenvolvimento..."

Eram as seguintes, as bases para os trabalhos da Associação:

1.º — Promover de parte dos poderes públicos a extinção ou consideravel redução dos direitos de exportação gerais e provinciais.

2.º — Solicitar a redução das tarifas de transporte nas estradas de ferro do Estado, nas que tem garantias de juro, e mesmo nas de propriedade particular, não só para os produtos da cana como a própria matéria prima.

3.º — Criar prêmios para a produção e exportação.

4.º — Diligenciar que os poderes públicos obtenham tratados das nações em que o nosso açucar é sobrecarregado de direitos, principalmente daqueles em que o consumo deste gênero é superior ao que elas podem produzir de lavoura própria.

5.º — Promover especialmente um tratado reciproco com os Estados Unidos, pelo qual se possa alargar ali o consumo do nosso açucar, pois aquela república está nas condições de poder tornar-se o primeiro mercado deste gênero.

6.º — Promover exposição destes produtos na capital do Império e nas praças estrangeiras, onde convenha introduzir e alargar o consumo, obtendo-se, tambem por esta fórma o confronto dos produtos e dos melhoramentos sucessivamente realizados.

7.º — Impetrar do governo imperial as providências precisas para que os cônsules semestralmente mandem relatórios indicando o juizo formado nas diversas praças consumidoras sobre o nosso açucar, e quais os meios mais acertados para aumentar-lhe a aceitação.

8.º — Obter favores especiais para os engenhos centrais montados sem garantia de juros e que pela falta de rendas e consequente depreciação dos capitais neles empregados

estiverem em dificuldade de se poderem manter.

9.º — Alcançar dos poderes públicos a criação de um laboratório ao alcance de todos os interessados, onde se estudem os progressos realizados no estrangeiro e se façam experiência químicas sôbre os meios de obter a maior quantidade de matéria sacarina.

10.º — Criar em centros agrícolas escolas práticas para o preparo de pessoal destinado à fabricação de açucar e ao aperfeiçoamento da cultura da cana.

11.º — Diligenciar que as fábricas onde só se empregarem trabalhadores livres obtenham diminuição de impostos de toda a natureza.

12.º — Reunir todos os dados estatísticos sobre a produção nacional deste gênero, com indicações sôbre preços, qualidades e origens, fazendo o confronto da exportaçao dos anos anteriores com o atual.

13.º — Colecionar em um depósito tecnológico os tipos de produções de açucar dos diversos países, com informações sôbre os processos do fabrico, quantidades produzidas, preços nos mercados exportadores e nos de consumo. Esta coleção será franqueada aos associados e servirá de base aos melhoramentos da indústria sacarina do país e às transações do comércio que se dedicar à exportação dêste gênero".

A ação do "Centro" se fez sentir junto aos governos, associações de classe, etc., tendo logrado o restabelecimento, no orçamento, do aditivo para derrogação dos direitos de exportação do açucar, o qual foi aprovado e logo sancionado para se tornar efetivo oito dias depois. Era então, Ministro da Fazenda o Conselheiro Francisco Belisario Soares de Souza, graças a cuja boa vontade foi o assunto solucionado.

Pretendia o "Centro" fazer inaugurar em agosto de 1888 uma "Exposição de Açucar e Indústrias Anexas", tendo, a propósito, organizado o respectivo programa e entabolado as negociações que se tornavam necessárias. Contudo, escreve o Sr. Henri Reffard, "a 13 de maio sobrevelo a lei da abolição incondicional, que exaltou em extremo a bom número de lavradores, não cabendo aqui considerações de nenhuma ordem sôbre essa medida, sem dúvida necessária, porém adotada com certa precipitação, direi apenas que houve certa hesitação em tudo e que forçosamente se tornou preciso adiar a "Exposição de Açucar e Vinho", organizada pelo Centro..."

O local para a Exposição seria a Associação Comercial, logo abandonado pela excessiva despesa da adaptação; solicitada, a Princeza Regente cedeu ao Centro a parte do edifício da Ucharia, contigua ao paço da Cidade", mas a diretoria do Centro, "que preferia sem dúvida poder dispensar os salões atapetados tão bondosamente concedidos pela Serenissima Senhora Regente, a fim de não sofrer o desgosto de vê-los estragados", obteve do Ministro Conselheiro José Fernandes da Costa Pereira Junior os salões da Escola Politécnica.

Auxiliou o Govêrno Imperial o **Centro**, para a realização, as seguintes medidas:

"Recomendação aos Presidentes de Provincia para promover a remessa de amostras de açucar e vinhos de uva nacional, e da resposta dos inquéritos, até 15 de outubro.

Idem aos inspetores das alfândegas e administradores de mesas de rendas para despacho isento de direitos e pronta expedição dos produtos remetidos ao Centro.

Idem às companhias de navegação e estradas de ferro subvencionadas para o transporte gratuito dos volumes.

Autorização à Tipografia Nacional para impressão gratuita das Memórias remetidas pelo Centro.

Idem ao Diário Oficial para inserção de todos os boletins do Centro e notícias respectiva à Exposição.

Coadjuvação para se obter um edifício em particular para a Exposição, que seja bem colocado, ao alcance do comércio, e que ofereça as acomodações necessárias às exposições especiais".

A 5 de janeiro de 1888 instalou-se, finalmente a "Primeira Exposição Especial Brasileira de Açucares e Vinhos", nos salões da Escola Politécnica a qual foi visitada por SS. MM. o Imperador e a Imperatriz e por SS. AA. D. Izabel e Conde d'Eu, pelo Principe D. Pedro Augusto de Saxe Coburgo, Ministros, alguns Senadores, Deputados Gerais e Provinciais, Magistrados, Oficiais Superiores do Exército e da Armada, etc.,

Os juris da Exposição classificaram 258 amostras de açucar, 61 de vinhos, 11 de aguardente e 67 de bebidas alcoolicas, tudo de produção nacional.

A 12 de junho desse mesmo ano, na séde do Centro, à Rua General Camara, 38, reuniram-se, em "Congresso Agricola", numerosos agricultores e comerciantes, para deliberarem sôbre "as necessidades da lavoura de cana e de engenhos centrais".

Uma das principais deliberações desse "Congresso", de que nos dá notícia o trabalho do já citado Sr. Henri Raffard — "O Centro da Indústria de Açucar no Rio de Janeiro", Rio, 1892 — foi a da subscrição do capital de Rs. 10.000:000$000 para o Banco Agrícola do Brasil, organizado por membros da Diretoria do "Centro", e destinado a emprestar à lavoura, com o auxilio do Tesouro, até .... RS: 20:000$000 a juro módico e largos prasos.

O **Centro** funcionou tambem à Rua Frei Caneca, 223, mas parece que teve curta existência após o ano de 1892, conforme se depreende da informação do autor que estamos bosquejando: "A Diretoria, a cujo cargo esteve exclusivamente o Centro da Indústria e Comércio de Açucar, e que durante um período de quase 3 anos de rara dedicação e desinteresse não poupou diligências e sacrifícios para a consecução das providências traçadas no respectivo programa, poderia, após o en-

cerramento da Exposição ter dado por concluída a sua tão árdua missão; resolveu, porém conservar o Centro, não só para a organização dos Relatórios concernentes à mesma Exposição, e outros trabalhos de propaganda, como ainda para os serviços que posteriormente pudesse vir a prestar em prol das indústrias que se propuzera auxiliar. Com efeito, desde aquela época, deixaram de aparecer notícias do Centro, a despeito da sua existência e da atenção com que acompanha o desenvolvimento daquelas indústrias".

Fundada em 1897 quando o Govêrno Republicano não dispunha de um Ministério da Agricultura, a Sociedade Nacional de Agricultura retomou o problema do açucar — e do vinho — e os debateu e estudou, diretamente ou através de conferências e reuniões especiais.

E' assim que, já em 1898 (3 a 6 de março) fez realizar no Palácio da Prefeitura, a 1.ª Exposição de Uvas Européias.

No 1.º Congresso Nacional de Agricultura, os assuntos do açucar ocupam lugar destacado. São, então, aprovadas as seguintes conclusões a respeito da "Lavoura e comércio da cana e de seus produtos":

"50.ª Parece de utilidade um convênio ou associação dos fabricantes de açucar e alcool, para regular a venda e colocação de seus produtos por meio de casas especiais suas nas respectivas praças.

51.ª Solicitar do Congresso Federal a decretação do sistema de alcoometria ponderavel em substituição da volumetrica.

Isentar de direitos de importação as lâmpadas, candieiros e material empregado na iluminação ou produção de força motriz por meio do alcool.

Diminuir o imposto sobre a benzina importada ou outro agente que, associado ao alcool torne mais barata a luz e melhor.

52.ª O Congresso aconselha em relação à lavoura de cana:

1.º Que se recomende instantemente ao lavrador a prática e vulgarisação dos seguintes preceitos aplicados com método e conforme os principios agronômicos:

a) escolha da variedade de cana a plan-
a) escolha da variedade de cana a plantar;

b) seleção da semente para o plantio;

c) estrumação e irrigação dos canaviais.

2.º Que se solicite dos engenhos centrais a adoção da seguinte medida:

O preço da cana será dado, não pelo peso bruto desta matéria prima, mas por seu título em sacarose.

Em relação à fabricação do açucar:

1.º Que se recomende aos fabricantes de açucar a introdução dos melhoramentos necessários em suas fábricas e o máximo cuidado na fabricação;

2.º O melhoramento da cultura da cana e a creação de fábricas de extração aperfeiçoadas, sob a direção de sindicatos agrícolas ou de uma comissão de agricultores de escolha de seus colegas.

3.º O cultivo de árvores frutíferas para aproveitamento de seus produtos e do açucar na fabricação de doces, confeitos e licores, organizando para esse fim cooperativas de produção.

53.ª Que se peçam:

Severas providências no sentido de reprimir os abusos das quebras de peso fraudulentas e outras tantas faltas de que se queixam produtores e exportadores;

Medidas no sentido de impedir que os materiais de importação permaneçam longo tempo nas alfândegas sem serem despachados, com grave prejuizo para os importadores e consumidores.

54.ª O imposto estadual sobre o açucar deve recair exclusivamente sobre a produção, ficando dele isento absolutamente o açucar que for exportado. Além do imposto estadual deve ser cobrado às respectivas fábricas a taxa de ... por quilo de açucar. O produto desta taxa será depositada para ser distribuido ao exportador de açucar, à razão de 6$000 por cada saca exportada, até dois quintos da produção total. O saldo, depois de pagos os premios durante o ano, será entregue à associação dos representantes das fábricas.

Em 1902 dada a crise que assoberbava a indústria do açucar, leva a Sociedade a efeito, na Bahia, em 25 de junho, a Conferência Açucareira dos Estados Açucareiros do Brasil, empreendimento memorável pelos seus benefícios àquela indústria, cuja direção foi pela Sociedade confiada à Sociedade Bahiana de Agricultura.

Eram fins da Conferência:

a) promover entre os referidos Estados e a União, medidas de pronta execução, que habilitem a lavoura da cana e a indústria do açucar e aguardente a resistir à crise que as assoberba no momento atual;

b) promover, entre os mesmos Estados, a União e os próprios produtores, medidas que previnam e evitem a repetição da situação anômala, ruinosa e acabrunhadora em que se acham aqueles ramos da produção nacional.

Por essa ocasião foram lançadas as bases do Sindicato Açucareiro da Bahia, criado logo depois, com a cooperação de 12 usinas importantes.

Em 1903 fez realizar, no Frontão Velocipédico Fluminense, à Rua do Lavradio, a 1.ª Exposição Internacional de Aparelhos a Alcool e simultaneamente, o Congresso das Aplicações Industriais do Alcool. Datam daí os principais impulsos à idéia do aproveitamento do alcool como combustivel, idéia mais tarde plenamente vitoriosa.

Em 1905 cria, em seu seio, o "Comité Central dos Sindicatos Agrícolas dos Estados Açucareiros", presidindo-o o Dr. Wenceslau Alves Leite de Oliveira Bello.

Ainda nesse ano, realizar em Pelotas, anexa à Exposição Agro-Pecuária promovida pela Sociedade Agricola local, uma outra Exposição de Aparelhos a Alcool.

De 14 a 29 de março deste mesmo ano realizou-se no Recife a 2.ª Conferência Açucareira, em obediência a uma conclusão da 1.ª, realizada na Bahia. Foi essa Conferência secundada pela Sociedade Nacional de Agri-

cultura e auxiliada pelo Governo do Estado. Nesse Estado, como resultado da Conferência, funda se a União local dos Sindicatos Agrícolas, com 8 regionais, abrangendo 18 municípios.

Em 1906 (25 de julho) reunem-se na Sociedade Nacional de Agricultura fabricantes de açucar e representantes das associações agricolas dos Estados açucareiros, num pequeno Congresso, o qual confiou a uma Comissão constituida de representantes da indústria dos Estados açucareiros o trabalho de propor as medidas julgadas necessárias ao amparo e defesa dos interesses da indústria.

Essa Comissão, a 2 de agosto do mesmo ano, firmou seu parecer a respeito e se compunha dos seguintes nomes: L. Correia de Britto, Presidente da União dos Sindicatos Agricolas de Pernambuco; Cristino Cruz, representante do Sindicato de Caxias; Dr. Ferreira da Rocha Lorena, representante do Sindicato Açucareiro da Baia; Augusto Ramos, representante da Sociedade Paulista de Agricultura; Curvello de Mendonça, representante do Sindicato e das associações agricolas de Sergipe, Euzebio de Andrade, pelos Sindicatos Agricolas de Alagoas e Sociedade Alagoana de Agricultura; Pereira Nunes, pelo Sindicato de Campos. De duas ordens foram as sugestões propostas, e aprovadas pela Sociedade Nacional de Agricultura: a organização comercial e as de incentivo ao aperfeiçoamento da indústria e redução do custo de produção.

Com a realização, a 9 de agosto de 2.º Congresso Nacional de Agricultura, voltam o açucar e o alcool a ocupar boa parte dos trabalhos das suas comissões e sessões plenas. Ao fim, foram aprovadas as seguintes conclusões:

80.º — O Congresso recomenda aos agricultores da cana o aperfeiçoamento dos atuais processos de cultura e fabricação, de maneira que possam os produtos encontrar a preferência nos mercados mundiais e lutar dentro do país com vantagem na concurrência estrangeira.

Entre as medidas mais urgentes para esse aperfeiçoamento devem ser adotadas pelos interessados as seguintes; algumas delas já indicadas pelo Congresso Nacional de Agricultura de 1901 e nas primeira e segunda Conferência Açucareira do Recife e da Bahia.

a) — A preparação e amanho das terras de plantio por meio de arados modernos e outros instrumentos aratórios que as bôas práticas e a ciência aconselham, devem, por exemplo, logo após a colheita das socas ou ressocas, o terreno ser revolvido com os instrumentos apropriados e na primeira oportunidade, evitando a formação de capoeiras, cuja ação, aliás benéfica, é mais demorada e muitas vezes incompleta;

b) — O estudo das variedades de cana que devem ser preferidas de acôrdo com os terrenos da propriedade rural e a devida seleção dos tóros ou pedaços de canas destinados ao plantio para evitar a degeneração da planta ou seu empobrecimento em açucar.

Enquanto não funcionarem as estações agronômicas ou instituições congêneres, seria da maior conveniência que os agricultores semeassem a flexa da cana para o fim de formar viveiros onde possam apreciar as inú-

meras variedades que se formam e fazem a preferência na seleção;

c) — Adubação dos terrenos e irrigação dos canaviais;

d) — O estabelecimento de estações agronômicas administradas pelas associações e sindicatos agrícolas e pelas usinas de uma região dada, cumprindo aos Governos da União e dos Estados auxiliarem com recursos pecuniários esses institutos de ensino no intuito dos mesmos se manterem e cumprirem os seus utilitários fins;

e) — A instituição, nas usinas e nas distilações, de pequenos laboratórios;

f) — A montagem nas usinas de balanças automáticas que imprimam o peso;

g) — O emprego nas usinas de aparelhos modernos de dupla ou tríplice pressão no interesse de extrair-se maior quantidade de caldo;

h) — A instalação de geradores de grande superfície de aquecimento e de fornos especiais para o bagaço, os quais provados pela experiência, tragam a vantagem imediata de redução de combustível, no empenho de baratear a despesa de fabricação e de conservarem as matas e capoeirões;

i) — O uso dos mais aperfeiçoados aparelhos na filtração mecânica do caldo;

j) — A remoção dos rezíduos de fabricação e cinzas das proximidades das fábricas e habitações para os terrenos de cultura no interesse do aproveitamento de agregados fertilizantes do sólo;

k) — A instituição de uma bonificação por parte das associações agrícolas e dos proprietários de usinas aos agricultores fornecedores de canas que mais se distinguirem em processos de cultura e de seleção das sementes, adquirindo as usinas por esse meio a matéria prima com maior grão de sacarose;

l) — A transformação dos banguês de primeira ordem em pequenas usinas, adotando-se neles os dessecadores, as turbinas e bôas moendas de pressão e outros mecanismos aperfeiçoados, de modo que gradualmente desapareça a grande parte desses banguês ou fábricas de açucar de cosimento a fogo nú;

m) — O emprego de outro qualquer meio de aperfeiçoamento da cultura e fabricação, segundo os preceitos da ciência e as práticas dos centros industriais mais adiantados e os recursos de cada interessado, cumprindo às associações agrícolas fazer a propaganda ativa nesse sentido".

Para a consecução dessas medidas, de aperfeiçoamento da cultura e da fabricação, recomendou ainda o Congresso uma série de providências.

Até 1909, dando desempenho à campanha que se impoz em pról do aproveitamento do alcool como combustível, havia a Sociedade realizado 8 exposições e 445 exibições de iluminação durante 3.058 noites, empregando 64.262 litros de alcool.

Em 1911, de 28 de março a 12 de junho reune-se, na séde da Sociedade, o "Convênio Açucareiro do Brasil". Preside os trabalhos da primeira sessão, o Dr. Silvio Rangel, no impedimento do Presidente Wenceslau Bello, gravemente enfermo. Historiado os motivos que determinaram a convocação dos interessados na crise açucareira, informa o Dr. Silvio Rangel que a Diretoria fora procurada pelo Drs. Alfredo Cabucú e José Bezerra, que pediram à Sociedade o seu concurso no sentido de promover a reunião de representantes dos Estados e associações interessadas para estudo de um projeto de amparo a indústria açucareira. Estiveram presentes a essa primeira reunião o Senador Araujo Góis, por Alagôas; Alfredo Cesar Cabuçú, pela Bahia e pelo respectivo Sindicato Açucareiro; Deputado Prudêncio Milanez, pela Paraíba do Norte; Senador Tavares de Lyra e Ferreira Chaves, pelo Rio Grande do Norte; Dr. João A. de Oliveira Guimarães, pelo Rio de Janeiro; Senador Oliveira Valadão, por Sergipe; Dr. Gustavo Lebon Regis, por Santa Catarina e pela Sociedade Catarinense de Agricultura; Hans Meyer, pela Sociedade Alagoana de Agricultura; Dr. Curvelo de Mendonça, pela Sociedade Sergipana de Agricultura; Dr. Henrique Santos Dumont, pela Sociedade Paulista de Agricultura; Visconde de Quissamã e Dr. José Ribeiro de Castro, pela Usina Quissamã, de Campos; Drs. Enéias de Castro, Dr. Luiz Tinoco, Isidro Pamplona, Rafael Crisóstomo e Cel. Ernesto Lima, pela Reunião dos Fabricantes de Açucar.

Por não ter podido comparecer o representante de Pernambuco, foi adiada a sessão preparatória, realizada a 4 de abril. O Visconde de Quissamã foi eleito Presidente e o Dr. José Bezerra expoz o seu plano. Foi designado o Dr. Augusto Ferreira Ramos para relatar a proposta, que é comunicada a todos os Estados interessados. Na última sessão, ficou nomeada uma comissão permanente para a realização das medidas aprovadas, e até a reunião da 4.ª Conferência Açucareira, a reunir-se em Campos e projetada desde 1909. Era esta a comissão: Augusto Ramos, Cel. Ernesto Lima, Curvelo de Mendonça, Carlos Raulino e Prudêncio Milanez. O penúltimo funcionou até a chegada do Dr. Mendonça Guimarães.

Ainda nesse ano, a 29 de setembro, na Cidade de Campos, sob a influência da Sociedade Nacional de Agricultura, realiza-se a Conferência Açucareira tambem em obediência a uma das conclusões aprovadas em idênticos certames ocorridos no Recife e Bahia.

Em 1918, a 14 de outubro, o então Diretor da Estação Experimental de Campos, faz, perante a Sociedade, uma conferência sôbre "A Indústria Açucareira" naquele Município.

Em 1922, realiza-se o 3.º Congresso Nacional de Agricultura e Pecuária. Aí, como nos certames anteriores, a cultura da cana e a indústria açucareira ocuparam destacada posição no temário e nos resultados do conclave.

Foram estas as conclusões aprovadas:

"CULTURA — Épocas de plantio e de colheita — Processos de cultura — Melhoramentos recomendaveis para maior rendimento cultural e maior riqueza sacarina — Adubação artificial — Seleção das variedades — Serviço oficial.

O 3.º Congresso Nacional de Agricultura e Pecuária, tendo em vista os estudos e quadros relativos à cana feitos no Instituto Agronômico do Estado de São Paulo, em Campinas,

nestes 13 últimos anos, pelo seu Diretor J. Arthaud Berthet, em colaboração com R. Bolliger, 1.º Químico e J. Hermann, Chefe de cultura, sôbre a escolha das melhores variedades o ótimo de maturação e a adubação metódica, experimental, conclue:

1.º — Entre as 72 variedades estudadas, quanto à seleção, o rendimento de canas, por hectares, varia facilmente de um a dois e a riqueza sacarina de 9-10% a 15-16%; é, portanto, aconselhavel que os plantadores de cana tenham, num campo especial as melhores variedades que possam obter para escolher, entre elas, as mais ricas e mais adaptáveis às suas condições particulares; pelos mesmos motivos, os engenhos, que compram canas, têm interesse em distribuir e exigir canas ricas, por meio de prêmios a riqueza sacarina, até chegar, talvês, a comprar segundo essa riqueza, como acontece em relação ao leite, pela matéria graxa, em certas fábricas ou cooperativas de manteiga;

2.º — Apresentando-se, para cada variedade de cana, um optimum de maturação correspondente ao maximum de açucar, com maior pureza do caldo, — geralmente entre 15 e 21 meses de idade, no Estado de São Paulo, — os engenhos devem, prèviamente, determinar êste período para as diversas canas e as várias parcelas, mediante as necessárias análises, que exigem um laboratório e um químico, outrossim indispensáveis para o "contrôle" da fabricação.

Há ainda vantagem em cultivar várias canas ricas, umas precoces, outras mais tardias ou intermediarias, podendo-se, assim, trabalhar, sempre, com canas maduras, não "passadas" e ganhar 5 a 10% de açucar de fabricação mais fácil e melhor;

3.º — A adubação da cana, geralmente necessária, salvo raros casos de excepção, póde dar excelentes resultdos, se for adequada ao terreno e à cana e principalmente, quando determinada metódica e experimentalmente por ensaios locais ou por resultados obtidos em condições análogas; é porém, indispensável a maior cautela não sendo, de modo geral, suficientes os simples dados de "restituição", bem como os de análises da terra; pelo menos, no principio e até obter-se uma certa quantidade de bons resultados de adubações na mesma região, será necessário fazer ensaios metódicos em latas ou vasos e paralelamente ou depois, no terreno de cultura, aplicando os melhores resultados das principais indicações em latas; assim, ter-se-á certeza de obter fórmulas seguras de adubações módicas, eficazes e frequentemente muito lucrativas.

O 3.º Congresso Nacional de Agricultura e Pecuária sugere ainda:

a) — Que nas estações experimentais, mantidas pelo Ministério da Agricultura ou pelos Estados, se façam estudos sobre cultura e seleção de boas variedades de cana em escala suficiente para a distribuição por entre os lavradores, sôbre o ótimo de maturação e adubação metódica de cada variedade aperfeiçoada.

b) — Que se inclúa, na secção técnica que se venha a criar, no Ministério da Agricultura, para a borracha e a herva mate, o estudo de tôdas as questões técnicas relativas à cultura, beneficiamento, indústria e comércio da cana de açucar no Brasil.

INDÚSTRIA — O problema do combustível nas usinas de açucar — Aproveitamento eficaz do bagaço para esse fim — Tipos de fornalhas próprias e econômicas — Economia do combustível — Centralização do fabrico — Eletrificação das usinas — Preparação de técnicos — Inferioridade da indústria brasileira.

Reconhecendo o Congresso que o problema do combustível nas usinas de açucar é de importância capital para a indústria, o que, aliás, não tem merecido entre nós a atenção conveniente, verificando-se, ainda, que, em geral, nas nossas fábricas de açucar é exagerado o consumo de lenha, do que resultam dois graves inconvenientes: — a elevação do custo de produção, por efeito de um elemento de despesa, que cresce dia a dia, pelo aumento do custo da lenha; e a devastação das matas, que vão desaparecendo em vastas superfícies, em torno ds usinas, sugere:

1.º — E' da mais alta importância limitar nas usinas de açucar o consumo de vapôr à quantidade que os pode obter, queimando sòmente o braço de cana.

2.º — A quantidade de outro combustível, que se torne necessário para começar a moagem a para pequenas interrupções, é tão pequena que não pode ser levada em conta.

3.º — Não sendo possivel interromper o trabalho de fabricação, a regularidade de fornecimento de cana e a continuidade da moagem são condições indispensáveis para a produção econômica do vapor com a alimentação regular e automática das fornalhas sòmente com o bagaço.

4.º — Não servem para a completa combustão do bagaço as fornalhas apropriadas a outros combustíveis. Já são conhecidos diversos tipos de fornalhas, apropriados ao bagaço, com grandes câmaras de combustão e em que pela tiragem forçada se mantem o bagaço em movimento, para conseguir sua completa combustão.

5.º — E' nos aparelhos evaporadores que se póde fazer maior economia de combustível, convindo para esse fim aproveitar o mais possivel nesses aparelhos o vapor de escape produzido pelos motores.

6.º — O poder calorífico do bagaço, ainda que influenciado pela proporção de fibra existente na cana, depende, principalmente, da quantidade de humidade, que fica no bagaço, ao sair da moenda e da quantidade de agua, que lhe é adicionada para aumentar a extração da sacarose.

Cumpre, portanto, regular com muito critério a quantidade dagua a adicionar, por irrigação ou maceração do bagaço, para não aumentar sem proveito algum o trabalho da evaporação.

7.º — A força necessária em diferentes usinas é muito variável. Depende de competência do engenheiro que projeta a fábrica dispôr os aparelhos de maneira que o con-

sumo do vapor seja o mínimo e neles se compense.

8.º — E' aconselhavel o uso dos preevaporadores, em que, pela injeção de quantidade suficiente de vapor seco, se consegue que o vapor de escape seja suficiente para todas as necessidades da fábrica.

9.º — A aplicação da eletricidade como força motriz nas usinas de açucar permite dispôr do modo mais eficiente os aparelhos evaporadores, que são precisamente aqueles em que se pode fazer maior economia de combustivel.

E' esta a principal vantagem da eletrificação das usinas de açucar, aconselhada sempre que se possa obter a força elétrica em condições econômicas.

O Congresso Nacional de Agricultura e Pecuária considera a centralização do fabrico, nas instalações de grande capacidade, uma das essenciais condições de barateamento da produção do açucar:

a) pela economia de administração;

b) pelo aperfeiçoamento da aparelhagem, raramente accessível às pequenas instalações, e, entretanto, sempre desejavel, quer pela maior eficiência nas operações de prensagem, dessecação, filtração, cozedura e cristalização, como pela facilidade que oferece ao trabalho de asseio, e esterilização dos vasilhames, bombas, tubos, etc.;

c) pela uniformidade e embelezamento dos diferentes tipos de açucares;

Entende ainda o Congresso que a eletrificação das usinas representa um dos mais apreciáveis fatores da economia, na indústria açucareira, e deve ser recomendada:

a) pelo diminuto preço da força, quer seja a usina geradora do mesmo proprietário, quer seja comprada a outrem, desde que o seu custo obedeça à tabela comum nas grandes indústrias, em nosso país, que nunca excede a 50 réis por kilowatt;

b) pelo aproveitamento da grande riqueza hidráulica que possuimos e consequente economia de combustivel madeira, tão necessária à conservação das florestas;

c) pelas conveniências de ordem técnica na montagem dos diferentes motores, no interior das usinas, sem perda de força, o que seria impraticável com a utilização do vapôr;

d) pelas indiscutíveis vantagens da iluminação elétricas;

e) pela economia de bagaço que pode ser aproveitado na indústria do papel, ou na adubação do solo, quando o vapôr só tem aplicação no aquecimento.

As conveniências enumeradas justificam plenamente o emprego da eletricidade nas usinas, ainda mesmo quando geradas pela força vapor, na falta absoluta da energia hidraulica.

O Congresso reconhece que a preparação de técnicos na parte mecânica e química da indústria açucareira constitue um largo passo no progresso industrial que sofre os males de empirismo profissional, de ruinosas consequências, e considerando o que a tal respeito, diz Duarte Cruz, isto é, que "a ignorância de muitos dos pequenos lavradores, a despreocupação e falta de zelo de outros, aliada à incompetência dos entendidos que, abusando da inexperiência dos seus constituintes, fornecem e instalam mecanismos de resultados completamente duvidosos e ensinam as mais errôneas e grosseiras práticas para a fabricação, são as causas primordiais do desvirtuamento do sistema e da péssima qualidade de açucar por eles produzido", propõe que a Sociedade Nacional de Agricultura, dirija um apelo ao Ministério da Agricultura Indústria e Comércio:

a) Para que forneça, por intermédio de profissionais competentes, aos interessados que o solicitem, plantas, orçamentos e quaisquer informações de que possam necessitar para montagem ou reforma de usinas de açucar, tendo sempre em vista a adoção dos mais recentes melhoramentos conhecidos, na indústria.

b) Para que envide os maiores esforços em pról do preparo técnico de químicos, que deverão ter preferência para a direção de fabrico, nos estabelecimentos industriais.

O Terceiro Congresso Nacional de Agricultura e Pecuária, baseado no inquérito realizado em 1917 pela Diretoria Geral de Estatística, julga que o Brasil está em situação de grande inferioridade, em relação aos paises produtores de açucar, e afirma que as causas dessa inferioridade resultam:

a) da existência de grande número de bangués, que sobem a mais de 3.000, cujo rendimento é muito baixo;

b) do aparelhamento, ainda imperfeito, da maioria das usinas de açucar existentes no país, o que lhe não permite rendimento médio superior a 7%;

c) — da má qualidade da cana cultivada e dos processos rudimentares da cultura.

Pensa ainda o Congresso que o que contribue para esse estado de cousas é a falta de estabilidade nos preços de venda do açucar, que sofrem variações bruscas, de um ano para outro, e até no curso da mesma safra, impedindo, dessarte, que se encaminhem capitais para a indústria açucareira, pela condição aleatória da sua exploração.

Dado, porém, o fracasso do sistema de garantia de juros concedidos aos engenhos centrais e do pagamento, em apolices, do custo das usinas construidas, entende o Congresso que apenas resta uma providência, como, aliás, acaba de reconhecer a comissão nomeada pelo governo inglês em relação à India — a fixação de preços mínimos como único meio eficás de atrair capitais, que se empreguem no aperfeiçoamento da lavoura de cana e da indústria açucareira.

O Congresso Nacional de Agricultura e Pecuária faz votos por que seja regulamentada dentro de curto prazo, a lei n.º 4.456, de 7 de janeiro de 1922, que estabelece preços mínimos para o açucar, levando-se em consideração as sugestões das classes interessadas, procedentes de Pernambuco e Alagôas.

ALCOOL MOTOR — Liga Nacional para Defesa e Propaganda do Alcool Motor — A utilidade pública e o interesse nacional do

produto — Congresso — Transportes ferroviá rios — Ensino tecnológico — Auxílios — O ETER — Armazens e Tarifas — Impostos — Cooperação.

O 3º Congresso Nacional de Agricultura e Pecuária, depois de estudar detidamente o problema da produção do alcool para fins industriais, indica as seguintes medidas, que julga patrióticas, úteis e oportunas:

1.ª — Formação de uma "Liga Nacional para Defesa e Propaganda do Alcool Motor", para o que, desde já, pede ao Terceiro Congresso Nacional de Agricultura e Pecuária, ou, posteriormente, à Sociedade Nacional de Agricultura, que se digne de nomear uma comissão que proceda à constituição da mesma.

2.ª — Solicitar-se, de quem de direito, seja considerado de utilidade pública e de interesse nacional, o emprego do alcool motor produzido no país.

3.ª — Convocar-se um Congresso especial de alcool, nomeado o atual Terceiro Congresso Nacional de Agricultura, ou a Sociedade Nacional de Agricultura, uma Comissão que o promove.

4.ª — Modificar-se o sistema de transporte ferroviário, aconselhando às companhias a adoção de vagons-tanques e dedicar ao transporte de alcool todo o material necessário.

5.ª — Desenvolver-se nos Institutos e Escolas, entre elas a Escola Superior de Agricultura, o ensino tecnológico da fabricação do alcool, facultando-o aos fiscais especiais dessa indústria, concedendo, para esse fim, créditos e subvenções, favores de impostos, isenção de direitos alfandegários e prêmios.

6.ª — Criar-se, no Ministério da Agricultura, uma secção de fermentações, destinada, com especialidade, ao estudo de todas as questões técnicas relativas à produção, indústria e comércio do alcool motor, inclusive o contrôle químico das distilarias existentes, fornecendo às mesmas o pessoal e material necessários, bem como subvencionar as secções especiais de fermentação já existentes nos institutos agronômicos, não federais, e aparelhar, convenientemente, a da Escola Superior de Agricultura.

7.ª — Auxiliar-se, pecuniariamente, aos industriais, mediante empréstimos, ou fornecendo-lhes o material necessário à modificação e distilarias atuais.

8.ª — Aconselhar-se aos Podres Públicos o emprego de locomotivas, tratores e outros veiculos construidos especialmente para o emprego do alcool.

9.ª — Solicitar-se a criação de leis que facilitem a livre circulação do alcool desnaturado ou carburetado, podendo a desnaturação ou carburetação ser feita pelos mesmos fabricantes de alcool, ou indistintamente, pelos compradores.

10.ª — Conceder-se favores à criação de fábricas de éter, de certa importância industrial, sendo o éter, como o reconhece o Congresso, o melhor carburetante nacional.

11.ª — Conceder-se favores equivalentes aos veículos, motores, aparelhos de iluminação e de fabricação de gaz destinados a empregar principalmente, como matéria prima, o alcool desnaturado ou carburetado.

12.ª — Instalar-se, nos grandes centros consumidores e de exportação, armazens alfandegados, ligados às estradas de ferro e providos de reservatórios adequados a receber o alcool transportado por vagons-tanques.

13.ª — Reduzir-se as tarifas ferro viárias para o alcool desnaturado ou carburetado, ao menos até à taxa mínima aplicada ao combustivel e frete mais barato, devendo as estradas de ferro considerar o alcool eterificado ou desnaturado, para todos os fins, como a gazolina ou o kerozene.

14.ª — Criar-se um prêmio aplicável a cada litro de alcool desnaturado ou carburetado, variando o "quatum" desse prêmio segundo o preço de venda da gazolina ou do kerozene, de maneira a poder-se pagar o alcool ao produtor, no lugar da produção por um preço conveniente de competição.

15.ª — Solicitar-se do Governo que o produto do imposto de $240 que pagam o alcool e aguardente na atualidade seja, em parte, aplicado de preferência no custeio dos favores mencionados.

16.ª — Criar-se um imposto ou taxa especial sôbre todos os licores ou bebidas alcoolicas, (excetuando-se os vinhos naturais) importados ou fabricados no país, cuja importância será integralmente destinada ao custeio dos favores mencionados.

17.ª — Promover-se a fundação de uma cooperativa nacional que tome a si organizar a produção e o comércio do alcool destinado a fins industriais.

Primeiro Congresso Estadual

da Industria de Laticinios e Derivados do Estado de M.Gerais

Foi Relator Geral do Congresso o Representante da Sociedade Nacional de Agricultura. Aprovada a realização da 3.ª Conferência Nacional de Lat cinios, sob os auspicios da mesma Sociedade.

Realizou-se de 10 a 12 de outubro p.p., em Belo Horizonte, o 1.º Congresso Estadual de Laticínios, promovido pelo Sindicato da Indústria da Laticínios e Produtos Derivados no Estado de Minas Gerais. A inauguração oficial dos trabalhos teve lugar na tarde do dia 10 de outubro p.p., sendo os mesmos presididos pelo representante do Sr. Secretário da Agricultura do Estado. Depois de instalado o Congresso por essa autoridade, pronunciou brilhante discurso o Sr. Rubens Palhares, Presidente do Sindicato, explanando as finalidades do Congresso e a importância dos trabalhos a serem realizados. Fizeram-se ouvir a seguir outros oradores, entre eles o Sr. Otto Frensel, representente da benemérita Sociedade Nacional de Agricultura, especialmente convidada para essa solenidade.

A seguir foram instaladas quatro comissões, afim de estudar e realizar os trabalhos, previstos no temário organizado pelo Sindicato. Da segunda Comissão — Estimulo à Produção — fez parte o Sr. Otto Frencel, representante e membro da Diretoria da Sociedade Nacionnl de Agricultura, tendo sido eleito relator da mesma comissão.

Realizaram-se três reuniões diárias e na reunião em comum das quatro comissões, foi eleito Relator Geral dos Trabalhos o Sr. Otto Frensel, represente especial da Sociedade Nacional de Agricultaura no referido Congresso.

Finalmente, na sessão noturna geral, em 12 de outubro p.p., o Relator Geral leu as conclusões finais do Congresso as quais consistem em 15 sugestões aos poderes públicos e 15 recomendações aos industriais. Estas conclusões foram precedidas da seguinte introdução:

"Entende esta Comissão que, uma vez atendidas as sugestões e recomendações apresentadas, conseguir-se á uma redução substancial no custo da produção, o qual, refletindo no preço de venda, concorrerá para que não seja diminuido o poder aquisitivo do consumidor, evitando, ao mesmo tempo, a proliferação de sucedâneos nocivos a saúde do Povo".

Fizeram parte da mesa dessa solenidade, além da Diretoria do Sindicato, o Representante da Inspetoria Regional da Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal, do Ministério da Agricultura e o representante da Sociedade Nacional de Agricultura, Sr. Otto Frensel o qual, como Relator Geral dos trabalhos do Congresso, leu as respectivas conclusões. Franqueada a palavra, fizeram-se ouvir diversos oradores, encarecendo a importância da produção, transporte, industrialização, distribuição o consumo do leite e de seus derivados para o Estado de Minas Gerais e o Brasil. Além de vários industriais, destacaram-se, entre estes oradores, os Srs. Dr. José Claudio Moreira, representante do Inspetor Regional da D.I.P.O.A., em Minas Gerais, e o Sr. Otto Frensel, Diretor e representante especial da Sociedade Nacional de Agricultura.

As conclusões do 1.º Congresso Estadual da Indústria de Laticinios e Produtos Derivados do Estado de Minas Gerais, realizado em 10 a 12 de outubro p.p., foram as seguintes:

SUGESTÕES AOS PODERES PÚBLICOS

1.º — Financiamento industrial pelas respectivas carteiras bancarias existentes ou a criação de um banco especializado, atendendo ao previsto no "PLANO SALTE".

2.º — A observância rigorosa do regulamento que restringe a matança de vasas leiteiras;

3.º — Intensificar e premiar a seleção de gado leiteiro, construção de silos e banheiros carrapaticidas, etc., pratica de fenação, cultura de plantas forrageiras, uso de rações balanceadas, recomendando especialmente na sua fabricação e distribuição uma fiscalização rigorosa dessas rações.

4.º — Assistência técnica aos produtores, notadamente para uso e aplicação de rações balanceadas, etc., inclusive estabelecimento de fazendas modelo, de orientação eminentemente pratica.

5.º — Manutenção e desenvolvimento de estabelecimentos de ensino técnico especializado, tais como a FABRICA ESCOLA DE LATICINIOS CANDIDO TOSTES.

6.º — Execução dentro do menor prazo possivel dos projetos que dizem respeito à industria de laticinios e constantes do PLANO SALTE e do PLANO DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DO ESTADO.

7.º — Realização anual da SEMANA DO LATICINISTA, na FABRICA ESCOLA DE LATICINIOS CANDIDO TOSTES, à semelhança da SEMANA DO FAZENDEIRO em Viçosa, com identicos favores.

8.º — Necessidade da presença de um representante da industria de laticinios, no Conselho de Administração da FABRICA ES-

COLA DE LATICINIOS CANDIDO TOSTES, membro esse, que deverá ser indicado pelos Sindicatos da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados.

9.º — Aumentar os trabalhos de extensão da FABRICA ESCOLA DE LATICINIOS CANDIDO TOSTES, afim de disseminar a orientação técnica às fábricas.

10.º — A localização e disciplinação de novas indústrias, seja autorizada pelos Conselhos Estaduais de Leite e Laticínios, previstos no PLANO SALTE.

11. — Encarecer a necessidade de CONVÊNIOS entre o Governo Federal e os Estaduais, no sentido de padronizar os regulamentos de fiscalização da produção da indústria e do comércio de laticínios.

12. — Aliçação rigorosa das normas respectivas, na fiscalização eficiente e continua da matéria prima junto ao produtor.

13. — Fiscalização contra roubos e extravios nas Companhias de navegação e portos do País.

14. — Recomendar aos poderes públicos e orgãos legislativos federais, a reconsideração da decisão que isentou de Licença Prévia a importação do Leite em Pó.

15. — Recomendar a convocação da 3.ª Conferência Nacional de Leite e Laticínios, sob os auspicios da Sociedade Nacional de Agricultura e dos Sindicatos da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Brasil.

RECOMENDAÇÕES AOS INDUSTRIAIS

1.º — O fator principal para o bom êxito da indústria de laticínios é a obtenção de uma matéria prima de ótimas condições higiênicas e organolepticas.

2.º — Por isso mesmo, os industriais devem incentivar o fazendeiro no sentido de:

a) — Higienizar seus currais e varandas de ordenha, assim como os locais de desnatação;

b) — Coar e resfriar o leite, imediatamente após a ordenha;

c) — Providenciar o transporte rápido em vasilhame exclusivo;

d) — Aumentar a produção per capita, pela melhoria dos rebanhos;

e) — Incentivar a cultura de plantas forrageiras, o uso de rações balanceadas, a aplicação do féno, a construção de banheiros carrapaticidas, etc., e o uso intensivo de vacinas.

3.º — Distribuir propaganda intensiva e premios aos fazendeiros que melhor cooperarem para o fornecimento de materia prima de bôa qualidade.

4.º — Proceder a analises de rotina e exame organoleptico da matéria prima.

5.º — Melhoria do nivel técnico das fábricas, inclusive o aproveitamento de técnicos especializados.

6.º — Cobrar uma taxa pelo transporte de pessoas ou mercadorias nos caminhões dos industriais, cujo montante reverterá em benefício da conservadas rodovias.

7.º — Influir junto às autoridades de suas respectivas zonas, no sentido de abertura de novas rodovias e conservação das existentes.

8.º — Sugere a organização de uma Cooperativa de Seguros.

9.º — Recomendar ao Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados, no Estado de Minas Gerais, o estudo da Legislação Sindical e Trabalhista, por uma Comissão de especializados, para melhor orientação aos industriais.

10.º — Recomendar a extinção de intermediarios na compra da materia prima, substituindo-os por empregados dos industriais, sob condições que deverão entrar em vigor em 1.º de janeiro do ano proximo futuro.

11. — Cessar o emprestimo de desnatadeiras e vasilhame, passando a vendê-los, se necessário, a prestações mensais.

12. — Extinção de adiantamentos e empréstimos a fornecedores.

13. — Recomendar a abolição da atual prática de aquisição da materia prima, e substituindo-a por uma outra mais homogênea, de racionalização dos preços, possibilitando preços ao consumidor mais compativeis com o seu poder aquisitivo.

14. — Recomendar ao Sindicato da Indústria de Laticínios e produtos Derivados, no Estado de Minas Gerais, que ele promova com o maximo de seus esforços, a arregimentação da totalidade da classe.

15. — Promover no próximo ano, juntamente com os demais Sindicatos da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Brasil e sob os auspícios da Sociedade Nacional de Agricultura, a realização da 3.ª Conferência Nacional de Leite e Laticínios.

José Bernardino de Morais
Dr. Cezare Giusti
Agostinho Bossi
Mozart Nogueira Soares
Dr. Jacy Ribeiro
Marcos Evangelista de Rezende
Pantilha Guimarães
Pedro Boeck
Armando José Alves Massière
Frederico Darmstadt
Raul Fonseca
Rubens Palhares
Dr. Antonio Gonçalves de Matos
Otto Frensel
Alencar Braga Castro.

OS MUSEUS NAS ESCOLAS AGRÍCOLAS

Importância e objetivos dos Museus Escolares

Pelo Engenheiro Agrônomo
GERALDO GOULART DA SIVEIRA
Professor da E.H.W.B.

Nas Escolas Agrícolas, não devem faltas os museus escolares pois êles, quando bem organizados, constituem verdadeiros *centros de cultura geral*, muito instrutivos e educativos e de grande alcance pedagógico.

É preciso salientar, que os museus escolares não se destinam, apenas, aos alunos; êles devem ser franqueados à toda a comunidade rural, pois, através, dêles, consegue-se, não somente despertar a atenção dos habitantes do local para as observações relativas à natureza que os cerca, como ainda, despertar a atenção para a própria escola.

Não é demais repetir que a própria escola agrícola deve constituir o centro das atividades da comunidade rural; dela devem partir os bons exemplos, as boas idéias, o estímulo, o incentivo, etc.

Através da organização e sempre crescente ampliação de bem organizados museus escolares, consegue-se:

a) — incentivar a criação o gôsto e o interêsse pelo estudo dos sêres vivos, dos minerais, das rochas, etc., enfim, estudos sôbre os recursos naturais da região, e, quiçá, do próprio país. Uma criança que faz a colheita do material e ela mesma prepara os exemplares para o museu, tem oportunidade para fazer inúmeras observações úteis e interessantes e adquire, sem dúvida, maior interêsse e gôsto pelo estudo da natureza que a cerca, o que constitui uma condição favorável ao processo de aprendizagem;

b) — desenvolve, de uma maneira muito acentuada, os hábitos ordeiros indispensáveis para a organização de coleções cuidadosas e bem preparadas, o que representa sem dúvida, um trabalho de grande interêsse na formação humana do educando;

c) — desperta e desenvolve nos alunos a capacidade de observação, condição indispensável para estudo da natureza. De fato, são numerosas e de grande valia, as observações que os estudantes podem fazer através de grande valia, as observações que os estudantes podem fazer através de estudos comparativos entre os exemplares por êles mesmo coligidos, preparados e arrumados;

d) — desperta, na comunidade rural, o interêsse pelos estudos dos recursos naturais da região, o que constitui um processo educativo e instrutivo de grande alcance.

Visando tais objetivos, os museus escolares devem merecer tôda a atenção dos professôres e orientadores do ensino agrícola pois êles representam um recurso pedagógico de inestimável valor.

Os museus escolares nas escolas que ministrem o ensino agrícola em todos os seus gráus e modalidades devem:

a) — apresentar coleções bem preparadas, racionalmente organizadas e dispostas de tal maneira que satisfaçam as necessidades pedagógicas sem prejuízo do fator estético e constituam, realmente valioso elemento de ensino;

b) — deve ser um repositório, o mais completo e perfeito possível, de todos os recursos naturais da região. Nêles, devem estar representados a flora a fauna, os minerais, as rochas, os solos os produtos industrializados etc., enfim todos os elementos que caracterizem os recursos naturais da região e as atividades típicas da população rural;

c) — se bem que, com predominancia do carater regional, deve apresentar também animais, plantas, etc. de outras regiões ou exóticos, para fins de estudos e de ilustração.

Apezar de uma certa campanha que se vêm movendo contra os museus de zoologia e de botânica nas escolas, sob a alegação de que devem ser estudados apenas, os seres vivos ao natural (o que nem sempre é possivel), êles não perderam a sua oportunidade e utilidade e constituem, indiscutivelmente um recurso auxiliar de aprendizagem e um processo de integração profissional de grande valia.

Noticiário da Escola de Horticultura de Wenceslau Bello

O HORTICULTOR

Acaba de sair mais um número de "O Horticultor", jornal mimeografado, que é o documentário da Escola de Horticultura Wenceslán Bello e do Clube Agrícola Miguel Calmon. Colaboraram no presente número de "O Horticultor" os Engenheiros Agronomos Arthur Torres Filho, Antonio de Arruda Câmara e Geraldo Goulart da Silveira e o Horticultor Agrícola Castelo Borges.

Visando difundir cada vez mais os museus escolares, é de tôda conveniência sejam ministrados cursos de Organização e Preparo de Museus Escolares, destinados à formação de elementos conhecedores de tôdas as técnicas de preparo e apresentação de exemplares e coleções para exposições.

Neste sentido, já temos feito alguma coisa.

A Seção de Extensão Cultural do Museu Nacional, da Quinta da Bôa Vista, por exemplo, presta tôda a assistência aos professôres e interessados, orientando-os diretamente na formação de museus escolares, fornecendo folhetos e livros sôbre o assunto, realizando demonstrações práticas etc.

A Sociedade Nacional de Agricultura, realizou, com grande sucesso; quatro cursos rápidos sôbre "Organização de Herbários e Museus de Produtos Vegetais" (em 1939, 1940, 1947 e 1948).

A Universidade Rural através da Diretoria dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão, também tem trabalhado neste sentido (Cursos re Entomotaxia, por exemplo).

Organizar e ampliar cada vez mais os museus escolares, manter um intenso intercâmbio de permuta de exemplares com outras escolas e instituições, etc., é, não somente útil, mas sobretudo, uma necessidade, um recurso de aprendizagem.

Precisamos de museus, muitos museus; não somente museus para cientistas, mas ainda, e sobretudo, museus escolares, museus que constituam verdadeiros centros de cultura geral, museus educativos e ilustrativos.

SEGUNDA SEMANA DO HORTELÃO

Será realizada na Escola de Horticultura Wenceslán Bello, no período de 21 de Novembro a 27 de Novembro, em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas, a Segunda Semana do Hortelão, que contará com a presença de 25 pequenos agricultores dos Estados que ficarão internos na Escola durante uma semana assistindo aulas e demonstrações práticas de horticultura, além de um número ilimitado de alunos externos.

NOVOS CURSOS PRÁTICOS

Tiveram início na Escola de Horticultura Wenceslán Bello em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas, mais os seguintes Cursos Práticos: Economia e Administração Rural, Restauração de Pomares, Organização de Museus Escolares, Melhoramento do Solo e Floricultura a cargo dos Professores Antonio de Arruda Camara Geraldo Goulart da Silveira, Subael Magalhães da Silva, Pedro Goulart da Silveira Filho e dos assistentes Agrícolas Castelo Borges e Severino Gonçalves Camara.

UMA HONROSA VISITA

Acompanhado do Reverendo Monsenhor Mariano da Rocha, dedicado amigo da Escola, visitou-nos recentemente, o Reverendo Bispo D. Jorge Marcos de Oliveira que percorreu todas as dependências da Escola de Horticultura Wenceslán Bello mostrando-se muito interessado por tudo quanto teve oportunidade de observar. Saudando o ilustre visitante falou o Dr. Antonio de Arruda Camara Diretor da Escola.

CURSO AVULSO DE CITRICULTURA

Tiveram início na Escola de Horticultura Wenceslão Bello as aulas do Curso Avulso de Citricultura ministrado pelo Prof. Geraldo Goulart da Silveira. O referido curso faz parte da série que a Universidade Rural ministra na Escola de Horticultura Wenceslán Bello, através de sua Diretoria dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extenção.

CLUBE AGRÍCOLA MIGUEL CALMON

Prosseguem, com grande animação as atividades do Clube Agrícola Miguel Calmon, regis-

trado no Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, sob o número 1.098, e constituído pelos alunos da Escola de Horticultura Wenceslán Bello.

Sob os auspícios do C. A. Miguel Calmon foi recentemente fundado na Escola primária Conde de Agrolongo, sita na Penha, um Clube Agrícola que recebeu o nome de "Conde de Agrolongo" e que já se encontra em plena atividade.

COUROS, PELES E CORTUME

Chacaras e Quintais acaba de lançar a terceira edição de "Couros, Peles e Cortume", um útil e oportuno livro escrito pelo Dr. Sampaio Fernandes sem dúvida um dos nossos mais abalisados técnicos no assunto.

Trata-se de um livro de 106 páginas com 45 ilustrações, escrito em linguagem clara e acessível, indispensável a todos os que se dedicam ao estudo das questões relacionadas com a indústria de cortume que apresenta as mais auspiciosas perespectivas no quadro da economia nacional.

Lançando mais uma edição de tão interessante livro, o Sr. Conde Amadeu A. Barbiellini, fundador e redator da grande e vitoriosa Editora "Chacaras e Quintais Ltda.", presta mais um valioso serviço à agricultura nacional.

De fato, todos os que conhecem os trabalhos do Dr. Sampaio Fernandes sabem bem que, a par de um economista dos mais brilhantes, é êle ainda um técnico que conhece a fundo as questões de tecnologia agrícola, e que, através de estudos e trabalhos de divulgação, muito tem concorrido para melhorar as nossas indústrias rurais.

Para que se tenha uma idéia da objetividade e oportunidade de tão oportuno livro, basta transcrever os títulos do índice, que são os seguintes: Matérias tanantes; Relação sistematisada sôbre as principais substâncias usadas no cortume; Extração do tanino-Extratos-Caldeiras e geradores; Peles e couros, sua classificação; Tabela para a classificação das quatro classes; Variedade de couros; Pele-Retirada do couro-Conservação; Reverdecimento das peles; Depilação-Calagem-Sulfuretagem; Solubilidade da cal; Raspagem-Depilação; Retirada da cal; Serragem das peles; Curtimento ou tanagem com tanino vegetal; Processo rápido; Cortume lento, nas fossas, para solas; Couros para correia; Couros leves. Tanagem da face carne serrada; Tanagem com o quinona; Cortume da pele de cabra; Cortume da pele de carneiro; Cortume ao cromo; Tanagem em dois banhos; Processo de um banho ao cromo; Cortume ao alumen; Couros húngaros; Couros para percussão; Couros finos (mégis); Cortume ao alumen, sumagre e sal; Couros para correias cortidos ao alumen; Cortume com os óleos; Cortume com o formol; Acabamento de couros-Tintura; Nutrição dos couros; Matérias empregadas na nutrição; Operações finais; Exemplos de acabamentos; Cortumes especiais; Cortume de peles com pelos-Cortume de peliças; Pergaminho; Cortume ao cromo, de bufalo para correias; Box-Calf; Couros ao cromo branco; Tintura de couro cortido ao tanino, para o negro; Tinturas de pelica ao negro; Lustrar em branco as peliças; Tintura em castanho das peliças; Impermeabilização dos couros; Engorduramento das peliças; Análise das substancias tanantes vegetais; Análise dos licores de tanagem; Análise das cascas, madeiras, folhas excreções; Análise dos couros curtidos com tanino vegetal; Ensáios físicos do couro; Importância econômica dos couros e peles.

Estão, pois, de parabens, o Dr. Sampaio Fernandes, pelo magnífico livro que escreveu, e a Editora Chacaras e Quintais Ltda., pela iniciativa de lançar mais uma edição útil ao meio agrícola nacional.

Medicamentos antigos e modernos

Segundo as notícias nos jornais, a Holanda vai dedicar-se em mais larga escala à cultura de ervas, pois será uma fonte de cambiais. A indústria de víveres, a indústria cosmética, as fábricas de licores, são os maiores compradores de ervas. Ao lermos tais notícias, os nossos pensamentos vão involuntàriamente aos tempos em que a herborização foi uma das ocupações principais de eremitas e de excêntricos. Além disso, a preparação de ervas era uma arte, só conhecida de poucos. As ervas não eram um medicamento contra todas as espécies de doenças e males? Quanto mais amarga a poção, tanto melhor, foi a opinião daquele tempo. Bem que o uso de ervas deixasse de se aplicar em tão alta escala, esta terapêutica ainda não está abolida. Chá de macela ou de musgo perlado consideram-se ainda hoje um remédio contra a constipação. O homem mais moderno prefere porém outro medicamento e toma em tabletes uma combinação de quinino e da vitamina de fruta C, sendo uma combinação segura. O tônico tem uma influência estimulante na constituição e a vitamina C aumenta a resistência. Assim não seremos tão facilmente vítimas das complicações de uma constipação.

SciELO


cm 1 2 3 4 5 6 7
SciELO
11 12 13 14 15 16 17 18


cm 1 2 3 4 5 6 7 SciELO 11 12 13 14 15 16 17


cm 1 2 3 4 5 6 7 8 SciELO 12 13 14 15 16 17 18 19

